UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Pietra Cepero Rua Perez

A PRODUÇÃO DA FLORESTA "EM PÉ"

RESEX Chico Mendes (AC), do projeto à realização

(VERSÃO CORRIGIDA)

SÃO PAULO

2018

PIETRA CEPERO RUA PEREZ

A PRODUÇÃO DA FLORESTA "EM PÉ"

RESEX Chico Mendes (AC), do projeto à realização

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Marta Inez Medeiros Marques.

São Paulo, 23 de abril de 2018.

De acordo com: _____

SÃO PAULO
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

PP438p

Perez, Pietra Cepero Rua
A produção da floresta “em pé”; RESEX Chico Mendes (AC), do projeto à realização / Pietra Cepero Rua Perez ; orientadora Marta Inez Medeiros Marques. - São Paulo, 2018.
453f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Reserva Extrativista. 2. Amazônia. 3. Produção da Natureza. I. Marques, Marta Inez Medeiros, orient. II. Título.

Nome: PEREZ, Pietra Cepero Rua
Título: A produção da floresta “em pé”
Subtítulo: RESEX Chico Mendes (AC), do projeto à realização.

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho implicou em uma caminhada de quase quatro anos, nos quais eu aprendi que o exercício da pesquisa é um ato coletivo, e não solitário.

Agradeço à minha família, por sempre ter confiado no meu trabalho e nas minhas escolhas. Mãe, obrigada pelo acolhimento e pela firmeza. Pai, obrigada pela confiança e pelo cuidado, mesmo quando estava distante de casa. Isa, irmã querida, obrigada pela parceria, pelas risadas, por tudo!

Agradeço à professora Marta Inez Medeiros Marques, por ter me aceito como sua orientanda. Expresso minha admiração pela seriedade de seu trabalho como professora e pesquisadora. Certamente, você contribuiu em minha formação como cidadã e como geógrafa.

Agradeço a Osmarino Amâncio Rodrigues, por ter me convidado a conhecer o Acre, em João Pessoa, no ano de 2013. Obrigada pela parceria nesses últimos quatro anos - essa dissertação contém muitas reflexões que são fruto de nossas longas conversas.

Agradeço à Dercy Teles da Cunha, por ter me guiado em grande parte no meu trabalho de campo na RESEX Chico Mendes. Dercy, sou grata pela sua generosidade e por sua amizade! E a admiro muito por sua luta e inteligência política!

Agradeço à Marineide da Silva Maia, por ter me recebido nas terras acreanas em 2014. Mari Maia, eu não tenho como retribuir seus ensinamentos, cuidados e atenção! Fiquei sem chão ao saber da gravidade de seu estado de saúde quando retornei do meu último trabalho de campo, no Acre, em fevereiro de 2017. Passamos juntas um dos momentos mais especiais que já tive e você me acompanhou na última etapa da pesquisa com a sua sagacidade e bom humor, sempre companheira e preparada para qualquer desafio. Estamos juntas, Mari!

Agradeço a Di Araújo e a Neinha, pela acolhida em Assis Brasil. Com a ajuda dos dois consegui conhecer a parte da RESEX Chico Mendes que mais me encantou: o Icuriã da Margem.

Agradeço à Bisita e à Neves, minhas companheiras de campo na RESEX Chico Mendes. Obrigada pelo cuidado e pela paciência que tiveram comigo!

Agradeço a todos as camponesas e camponeses da RESEX Chico Mendes, que me receberam dentro de seus lares. Com vocês, aprendi o que é generosidade. Sem me conhecer, essas pessoas me acolheram e partilharam histórias sobre as suas andanças, sobre as suas experiências, sobre os seus sonhos. Por isso – e por tudo – eu sou eternamente grata. Com vocês aprendi que podemos construir um novo mundo, que já está em nosso horizonte!

Agradeço à Laura e a Vicente, pela acolhida em janeiro de 2014, em Rio Branco, e em março de 2016, no Rio de Janeiro. Obrigada por terem me recebido em minha primeira viagem ao Acre!

Agradeço à Rosa Roldán e à professora Nazira Correia Camely: nossos encontros no Rio de Janeiro foram fundamentais para delinear algumas questões fundamentais em minha pesquisa.

Agradeço aos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Mauro William Barbosa de Almeida, pela leitura do texto de qualificação e da dissertação. Os apontamentos de questões cruciais foram essenciais para que a pesquisa tomasse um outro rumo.

Agradeço ao professor Carlos Walter Porto-Gonçalves por ter feito parte da banca e pela leitura atenciosa e generosa da dissertação.

Agradeço ao professor Ailton Luchiari (*in memorian*) por ter me emprestado os seus livros e documentos pessoais para a minha pesquisa!

Agradeço ao Campo em Movimento pelas discussões, pela produção coletiva do conhecimento e pelos momentos de leveza!

Agradeço às queridas companheiras do Campo em Movimento! Drica, Lúcia e Carina, muito obrigada pelas parcerias! Vocês são pesquisadoras incríveis e tenho grande admiração pelo trabalho que realizam!

Agradeço à Giselle Moreira Porto (Gi), pela leitura minuciosa das primeiras versões do texto. Aprendi com você as possibilidades que a escrita possui e a você sou eternamente grata! Obrigada pela amizade e por sempre ter prestado atenção quando eu falava sobre os seringueiros!

Agradeço ao Henrique Ramos (Maza), pela elaboração dos mapas e por ter me mostrado as possibilidades dessa linguagem!

Agradeço à Sarah Fernandes, por estar ao meu lado nos momentos mais difíceis. Não vou me esquecer que você me dizia “calma, tudo passa”. Obrigada pela parceria e pelas andanças gastronômicas no ABC e no centro de São Paulo!

Agradeço à Aline Benvegnú dos Santos, pela amizade, pela parceria e pelas risadas! Seus conselhos sempre vêm com muita firmeza e sabedoria! Tenho muita admiração pelo seu trabalho como pesquisadora.

Agradeço a Rafael Nogueira Figueiredo, pelo tempo em que trabalhamos juntos. Obrigada pela parceria, sempre certeira! Aprendi muito com você sobre educação e docência! Acreditamos na escola como um lugar democrático e libertador - e lutamos por esse espaço!

Agradeço à Naya e à Léa, companheiras do Comitê Paulista de Solidariedade à Luta no Tapajós (COMTAPAJÓS). Lutamos juntas, seja na cidade ou no campo!

Agradeço à Monica Freeland Chalabi (Mo), por esses quase três anos de convivência! Seus conselhos e sua sabedoria (com o típico humor britânico) preenchem as nossas aulas! Saiba que tenho grande carinho por você! *Thanks*!

Agradeço à Marianne Goldstein, pelas nossas aulas de francês e pelo zelo! Mari, sou grata por tudo! *Merci beaucoup*!

Agradeço à Andreia Mutarelli, pelas inquietações e sugestões de caminho!

Agradeço a Antonio Cottas de Jesus Freitas pela proposta de podermos fazer barulho com Dercy Teles e Osmarino Amâncio na Tapera Taperá! Tenho grande admiração e carinho por ti, meu querido!

Agradeço à Universidade de São Paulo (USP), por ter recebido uma educação pública, gratuita e de qualidade em todos esses anos.

Agradeço à Vó Martha (*in memorian*), pelos anos que passamos juntas. A senhora é uma referência na minha vida e nos caminhos que eu venho traçando.

“Não estamos dizendo para o seringueiro que a Amazônia vai ficar intocável. Não. Nós também temos uma proposta para produzir. Os seringueiros e os índios sempre produziram a sua cultura de subsistência, mas nunca ameaçaram a floresta amazônica. Quem ameaça a floresta amazônica são os grandes desmatamentos feitos pelos grandes fazendeiros para colocar o boi ou, muitas vezes, pra fortalecer a sua política de especulação de terras.”
(MENDES, Chico. 1989. p. 33)

“Quanto a mim, escrever sobre a natureza sem o homem não me interessa!”
(LEFEBVRE, Henri. 2011. p. 35)

RESUMO

PEREZ, Pietra Cepero Rua. **A produção da floresta "em pé": RESEX Chico Mendes, do projeto à realização**. 2018. 453f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Há 27 anos foi criada a RESEX Chico Mendes, no Acre, conquista histórica para o movimento dos seringueiros. Desde a década de 1970, os seringueiros vinham resistindo contra a expropriação causada pelo avanço da fronteira agropecuária na Amazônia e faziam frente a um modelo específico de desenvolvimento econômico que era fruto da aliança entre o capital monopolista e o Estado. Como reivindicação popular, no I Encontro Nacional dos Seringueiros (1985) foi proposta uma outra lógica de reforma agrária que mais adiante ganharia o nome de Reserva Extrativista (RESEX), onde a territorialidade e a (re)produção da família seringueira seriam contempladas e aliadas à conservação ambiental. Neil Smith (2008) aponta que, a partir da crise capitalista dos anos 1970, início do período neoliberal, houve uma intensificação do movimento de captura da natureza como estratégia de acumulação. A institucionalização da RESEX, em 1990, está inserida nesse quadro global e também marca o começo da guinada neoliberal no Brasil. Observa-se um processo de captura da proposta gestada pelo movimento social dos seringueiros para a constituição e concretização de um outro projeto, que contemplaria os interesses do capital monopolista e de novos atores sociais, onde se enquadram as ONGs. Na presente pesquisa, buscaremos compreender a produção capitalista da natureza a partir da RESEX Chico Mendes (1990-2017), por meio da qual o Estado e o mercado incorporam - de maneira contraditória e conflituosa - relações de produção não capitalistas, redefinindo os usos, a apropriação da natureza e as territorialidades dos seringueiros.

Palavras-chave: Seringueiros, Amazônia, Reservas Extrativistas, Produção da Natureza.

ABSTRACT

PEREZ, Pietra Cepero Rua. **The Production of the Forest as it Stands Today: "RESEX Chico Mendes (AC) from Project to Realization**. 2018. 453f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Extractive Reserve Chico Mendes in Acre was created 27 years ago and considered a historic step towards the rubber tappers movement. Since the 1970's they had been resisting the expropriation starting from the agriculture frontier in the Brazilian Amazon Region which was part of specific economic development frame fruit of the link between monopolistic capital and the State. The first National Rubber Tappers Conference (1985) covered the popular motion and proposed a new concept of an agrarian reform which later on would be known as the Extractive Reserve (RESEX), in which the territoriality and the family social reproduction would be assisted together with environmental conservation. Neil Smith (2008) points out that the capitalist crisis of the 1970s mainly during the neoliberal showed an intensification of nature's takeover as an accumulation strategy. The institutionalization of RESEX in 1990 is inserted in this global picture and with the start of the pivotal neoliberal in Brazil. A process for the so called takeover proposal which was initially developed by the rubber tappers social movement was observed and the constitution and the materialization of another project which would assist the interests of the monopolist capital and of new social players such as NGOs. This present research aims to better understand the capitalist production of the nature through the constitution and materialization of RESEX Chico Mendes (1990-2017) whereby the State and the market both incorporate in contractionary and conflicting manner the non-capitalist production relations redefining its uses, the appropriation of nature and the rubber tappers territoriality.

Keywords: Rubber tappers, Amazon, Extractives Reserves, Production of Nature.

LISTA DE SIGLAS

AMOREAB Associação de Moradores e Produtores de Assis Brasil
AMOREB Associação de Moradores e Produtores de Brasiléia
AMOREX Associação de Moradores e Produtores de Xapuri
BASA Banco da Amazônia S. A.
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPEB Cooperativa Agroextrativista de Brasiléia
CAEX Cooperativa Agroextrativista de Xapuri
CEBs Comunidades Eclesiais de Base
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEDOP Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia
CNS Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAB Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERACRE Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre
COOPERFLORESTA Cooperativa de Produtores Florestais Comunitários
CNPT Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CPT Comissão Pastoral da Terra
CSN Companhia Siderúrgica Nacional
CTA Centro de Trabalho da Amazônia
CUT Central Única dos Trabalhadores
EDF Environmental Defense Fund
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
FAO Organização das Nações Unidas para a Agricultura e para a Alimentação
FMI Fundo Monetário Internacional

FSC	Forest Stewardship Council
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Acre
GEBAM	Grupo Executivo do Baixo Amazonas
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
GIZ	Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBDF	Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERACRE	Instituto de Terras do Acre
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NATEX	Fábrica de Preservativos de Xapuri
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Oxford Committee for Famine Relief
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PDC	Programa de Desenvolvimento Comunitário
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PDSA	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPG-7	Projeto Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais no Brasil

PSA Pagamento Por Serviços Ambientais

PROBOR Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural

PROTERRA Programa de Redistribuição de Terras e Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PT Partido dos Trabalhadores

PPG-7 Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

REDD+ Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Floresta

RESEX Reserva Extrativista

SEAPROF Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

SEMA Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SISA Sistema de Incentivos Por Serviços Ambientais

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPEVEA Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STR Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDHEVEA Superintendência do Desenvolvimento da Borracha

TNC The Nature Conservancy

UDR União Democrática Rural

UFAC Universidade Federal do Acre

USAID Agência Norte-Americana de Desenvolvimento

WWF World Wildlife Foudation

ZEE Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14
Sobre a pesquisa em campo 31
Organização da dissertação 36
1. A PRODUÇÃO DA NATUREZA SOB O CAPITALISMO: A RELAÇÃO SOCIEDADE–NATUREZA E AS POLÍTICAS DA NATUREZA 39
Visões de natureza 39
Produções da natureza 41
Do colapso econômico ao colapso ecológico 59
As políticas da natureza para as florestas socialmente produzidas 71
2. DA PRODUÇÃO HISTÓRICA DA FLORESTA AMAZÔNICA ACREANA À LUTA POR NOVOS ESTATUTOS FUNDIÁRIOS DE ACESSO AO TERRITÓRIO: RESEX – A PROPOSTA DA REFORMA AGRÁRIA PARA OS SERINGUEIROS... 103
A questão da terra no Brasil 103
A produção histórica de uma floresta: tornar-se seringueiro na Amazônia Ocidental 118
A crise da borracha e a (re)criação do seringueiro: o camponês da floresta e sua produção da natureza 147
Da luta pela terra à luta por território: a reforma agrária para o seringueiro 164
De Xapuri para o mundo: um amadurecimento da luta pela Reserva Extrativista 187
3. A PRODUÇÃO CAPITALISTA DA NATUREZA: OS CAMINHOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E DA CONCRETIZAÇÃO DA RESEX CHICO MENDES (1990-2017) 203
A concretização de uma proposta no seio do Estado 203
O Governo da Floresta e a RESEX Chico Mendes 232
Violentos anos de transição: do IBAMA ao ICMBio 250
4. A PRODUÇÃO SOCIAL DA FLORESTA “EM PÉ”: RESEX CHICO MENDES ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2017 263
O lugar das práticas agroextrativistas 263
Entre a rua e a Reserva 283
Entre o verão e inverno 310
Notas sobre o *lócus* da reprodução social 367
A produção racionalizada da floresta em pé: o Manejo Comunitário Madeireiro, o Programa Florestas Plantadas e a Bolsa Verde 380
Notas sobre a produção artesanal da natureza: caminhos (insurgentes) na RESEX Chico Mendes 413
CONSIDERAÇÕES FINAIS 429
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 436

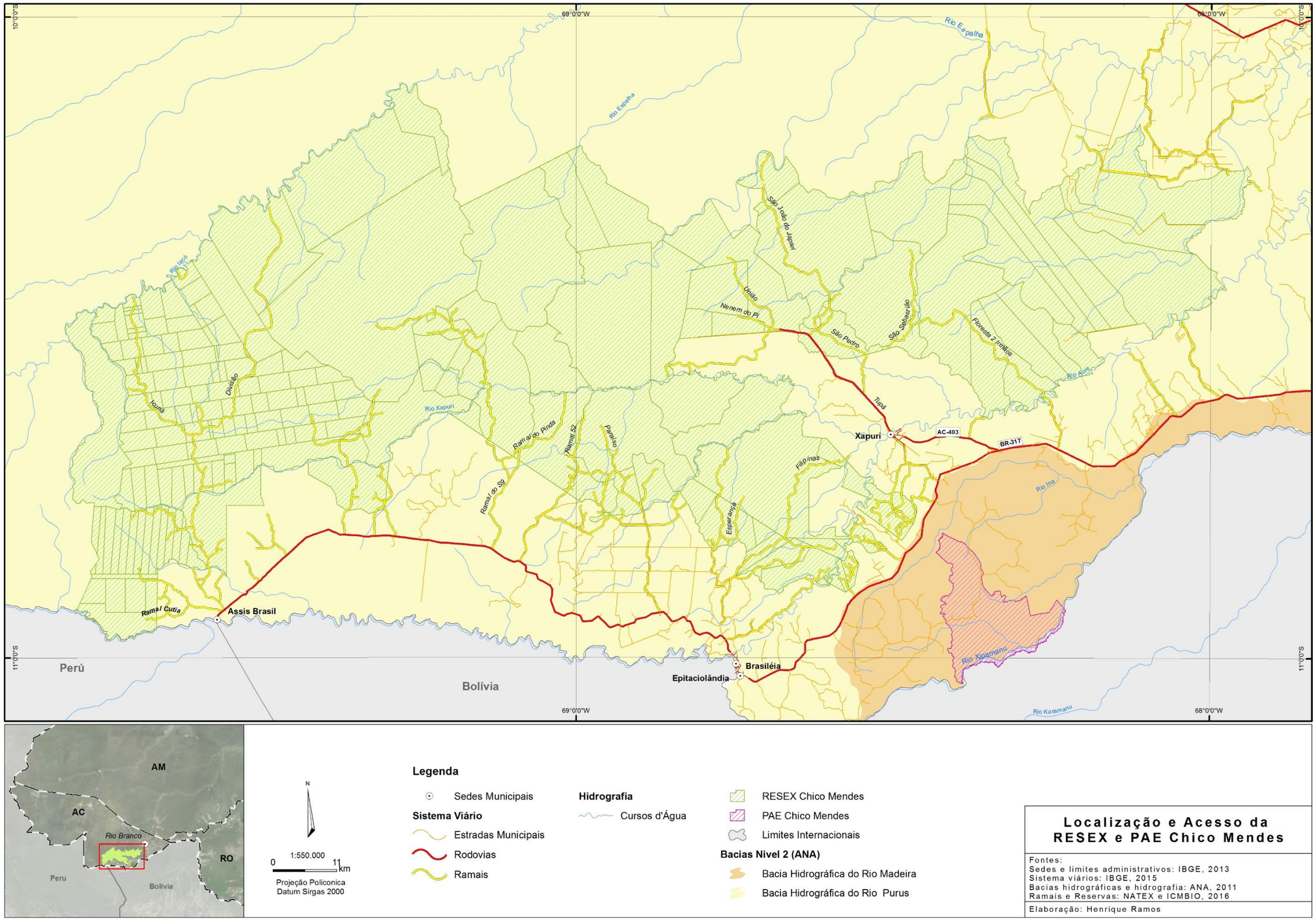
INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender a produção capitalista da natureza e suas contradições usando como objeto de estudo a Reserva Extrativista Chico Mendes, desde meados dos anos 1980 (quando ainda era uma proposta elaborada pelo movimento seringueiro) até 2017, dando ênfase para o seu quadro atual. Tentamos explicar como o histórico desta Unidade de Conservação está atrelada ao processo de intensificação do uso da natureza no fluxo de acumulação capitalista, como resposta à crise no capitalismo.

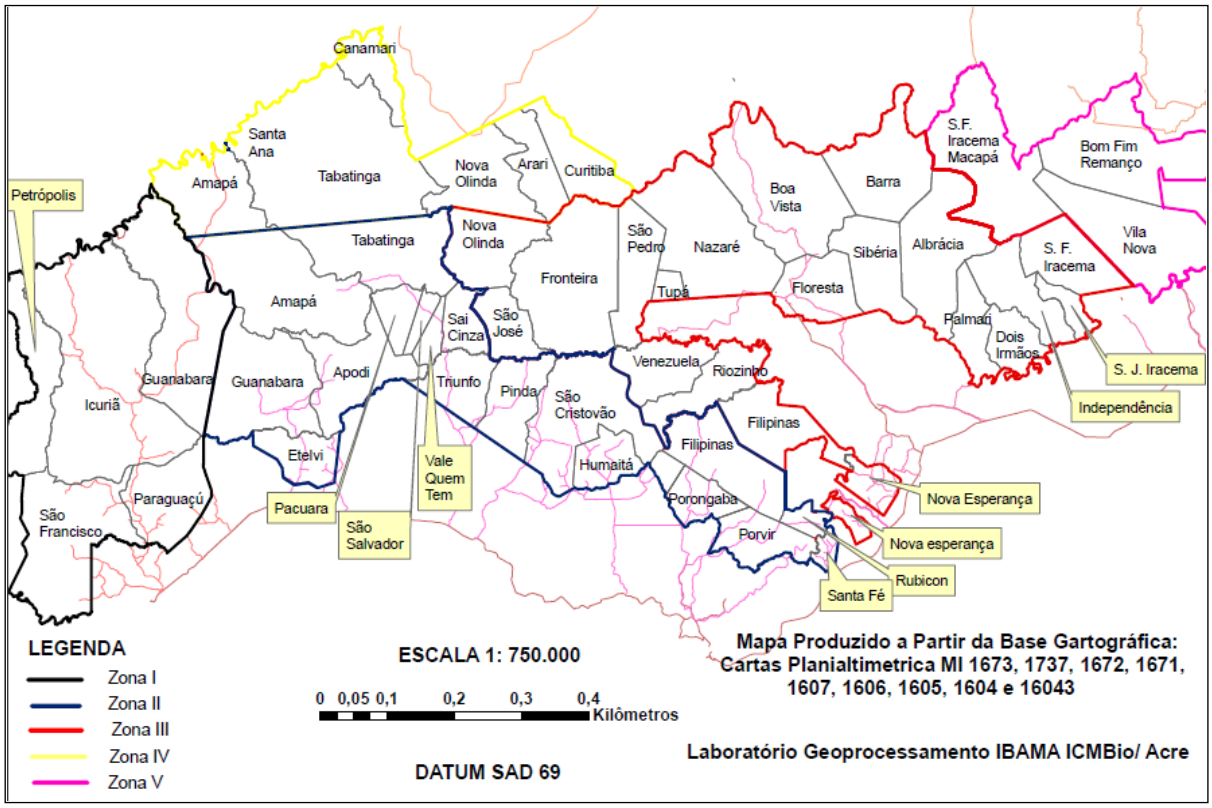
Após a luta pela resistência na terra e muitos “empates”, entre os quais se destaca o impedimento à derrubada da floresta para o avanço do gado e do latifúndio, os seringueiros do Vale do Rio Acre, conduzidos por lideranças seringueiras como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, conseguiram, no ano de 1990, a aprovação da Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes[1] (MAPA 1), com cerca de 970.570 hectares, localizada nos municípios de Xapuri, Assis Brasil e Brasileia, Sena Madureira, Rio Branco, Capixaba e Epitaciolândia (Acre).

Foram necessários 48 seringais no Vale do Rio Acre para a criação da RESEX Chico Mendes (MAPA 2). Segundo o último censo realizado na Unidade de Conservação (que data de 2010), hoje existem 1.766 famílias morando nesse território, população estimada em 7.851 habitantes (SEMA, 2010). As unidades familiares são as colocações, que possuem em média de três a seis estradas de seringa, com uma área média de 300 a 600 hectares. Segundo o último cadastro, existem 1694 colocações (MAPA 3). Atualmente, existem 89 escolas que atendem 2.156 crianças e adolescentes da região. Não há hospitais ou postos de saúdes na RESEX Chico Mendes.

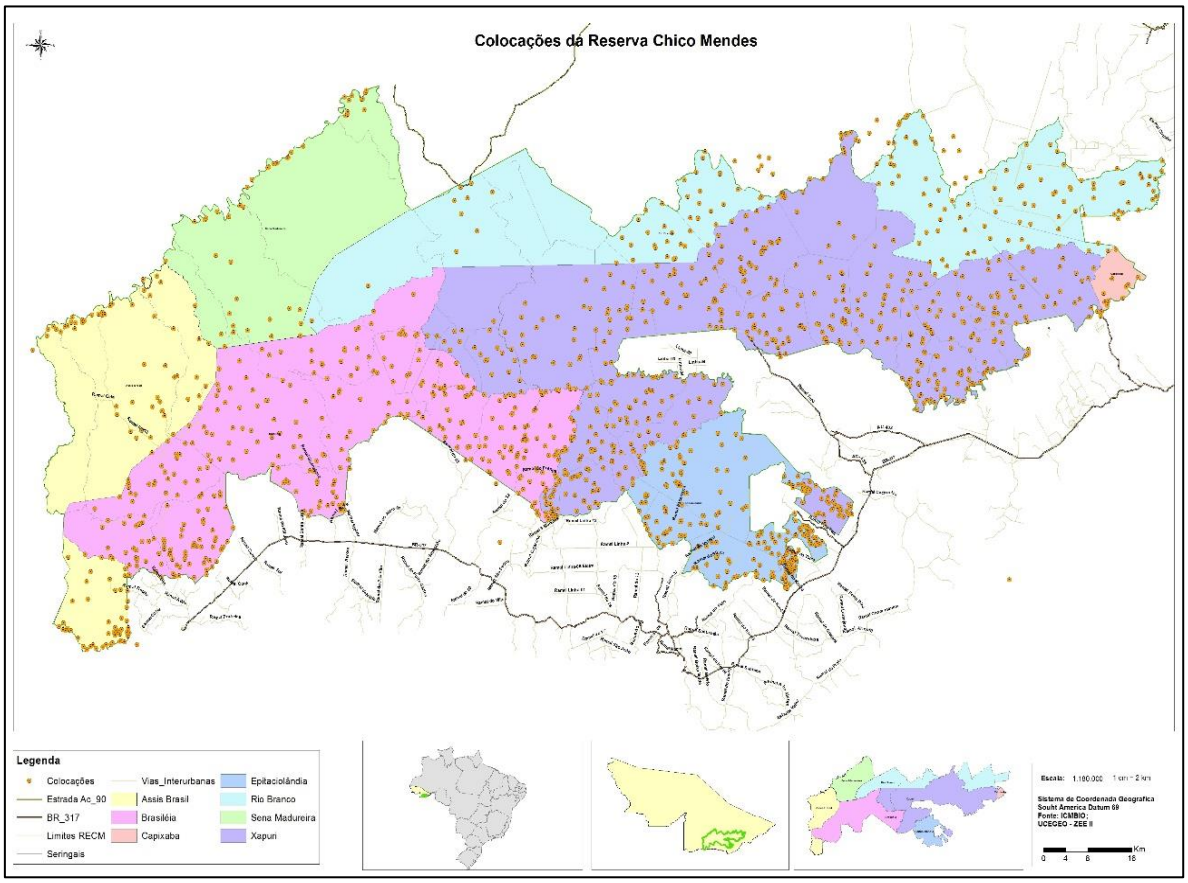
[1] Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99144.htm (último acesso em 05/12/2017).



Mapa 1: Localização da Reserva Extrativista Chico Mendes (AC).



Mapa 2: RESEX Chico Mendes e os seus seringais. Fonte: ICMBio, 2011.



Mapa 3: Localização das colocações na RESEX Chico Mendes. Fonte ICMBio, 2011.

O acesso à RESEX Chico Mendes pode ser feito por terra ou por água. O acesso terrestre se dá pelas rodovias BR-317 e BR-364, ou pelos seus inúmeros ramais e varadouros (MAPA 1). Já o acesso por meio fluvial é garantido pelos rios Acre, Iaco, Xapuri, pelo Igarapé São Raimundo, entre outros afluentes. Dependendo do período do ano e do regime de chuva, o acesso fluvial ou terrestre é o mais recomendado. Existem períodos do ano (principalmente o das chuvas) em que algumas famílias não conseguem sair de suas colocações, podendo ficar até seis meses sem viajar para a área urbana mais próxima.

Em relação à gestão da RESEX Chico Mendes, atualmente ela está a cargo do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as RESEXs são Unidades de Conservação de uso sustentável, que preveem a ocupação de populações locais. Decisões locais são tomadas por um conselho deliberativo, que é composto por membros do Estado e por representantes dos moradores, sendo que o chefe do conselho é o gestor da RESEX Chico Mendes. As associações de moradores são as detentoras do direito da concessão de uso; atualmente, na Unidade de Conservação há cinco: Associação de Moradores e Produtores da RESEX Chico Mendes de Xapuri (AMOREX), a Associação de Moradores e Produtores de Brasileia (AMOPREB) e Associação de Moradores e Produtores de Assis Brasil (AMOPREAB), a Associação de Moradores de Sena Madureira (AMOPRESEMA) e a Associação de Moradores de Capixaba e Rio Branco (AMOPRECARB).

Os núcleos de base, pequenos espaços administrativos e burocráticos situados nos seringais, são considerados uma esfera de decisão abaixo das associações de moradores. Caso seja decidida alguma reinvindicação passível de ser discutida no conselho deliberativo, os núcleos têm que repassar suas demandas às associações. A menor escala de decisão é a família.

Atualmente o pedido para residir na RESEX Chico Mendes passa por algumas esferas de decisão. O solicitante deve ocupar uma colocação sem morador ou na qual o antigo morador tenha permitido a sua ocupação (em muitos casos, há o pagamento pelas benfeitorias); depois, o solicitante deve se registrar no núcleo de base local e aguardar que o presidente faça a monitoria da colocação. Os membros do núcleo de base devem votar em uma assembleia pela aceitação do novo ocupante. Caso o procedimento seja validado, a decisão

é reportada para a associação de moradores e, depois, para o ICMBio, onde é feito o cadastro do novo morador.

A permanência nas colocações também é possibilitada pela sucessão geracional. A colocação possuí um limite mínimo, que são duas estradas de seringa[2], em média 200 hectares. Pelo cadastro de moradores, não pode ser emitido a permissão de ocupação e permanência para moradores com uma área menor que duas estradas[3].

A Reserva Extrativista (RESEX)[4] pode ser considerada como uma invenção no campo do direito agrário e ambiental. O encontro conflituoso entre duas territorialidades, a capitalista e a camponesa, fez com que os camponeses da floresta que habitavam os seringais no Vale do Rio Acre tivessem que iniciar uma trajetória de resistência. Na primeira metade da década de 1980, a grande problemática era a maneira que a política agrária atendia às demandas das famílias seringueiras por meio de uma reforma agrária pautada em uma racionalidade capitalista, a qual não contemplava a complexidade da reprodução social daquela parcela do campesinato. Ao mesmo tempo, migrar para as periferias das cidades representava o caminho em direção à proletarização e à total separação com a natureza e com o território. A luta para os seringueiros era pelo território, e não só pela terra.

A necessidade de pensar em uma nova proposta de reforma agrária, a qual reconhecesse a diferença, a presença de outros estatutos fundiários e que implicasse na existência de uma floresta “em pé” fizeram com que certos sujeitos sociais, especialmente os ambientalistas estrangeiros, olhassem de outra maneira para o que passava a ser gestado no seio do movimento dos seringueiros.

Durante e após o período da ditadura militar (1964-1985), o saldo do projeto de desenvolvimento da região amazônica, fruto de uma grande transferência de capital internacional, era tanto socialmente quanto ambientalmente desastroso. Em especial, o projeto que havia sido destinado para o estado do Acre era em prol do avanço do latifúndio e da agropecuária, o

---

[2] Cada estrada de seringa possui uma média de 100 a 150 seringueiras.
[3] Iremos detalhar sobre a métrica da colocação mais adiante em nosso texto.
[4] Lei n° 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm > (último acesso em 05/12/2017).

qual vinha acompanhado pela grilagem, pela especulação fundiária e pela violenta expulsão das famílias seringueiras de suas colocações.

A floresta ia para baixo, e sem a floresta o seringueiro – que na época, desenvolvia as atividades extrativistas combinadas com a agricultura – tornar-se-ia em uma outra coisa: colono[5] ou proletário.

Como Mauro Almeida (1992) nos indica, a constituição do campesinato da floresta, de um modo de vida específico, bem como uma peculiar relação sociedade-natureza é produto de uma história de quase cem anos no interior das florestas acreanas. Para Porto-Gonçalves (2003), ao longo desse período, poderia identificar-se que essa parcela do campesinato havia desenvolvido uma territorialidade que lhe era específica.

Entre a passagem dos séculos XIX e XX, descobre-se a presença de uma árvore, na floresta amazônica, que possibilitava a extração de um tipo de líquido que possuía uma série de usos. A *Hevea brasiliensis*, um tipo de seringueira, possuí o látex, uma seiva com diversas propriedades. Desde meados do século XIX, a extração do látex para a confecção de certos artefatos, como sapatos, garrafas e capas de chuva passava a repor as condições de inserção dessa localidade na economia mundial. Com a descoberta do processo de vulcanização da borracha, por Charles Goodyear, no ano de 1839, a possibilidade de usos é ampliada. Entretanto, era somente em um lugar específico que as árvores poderiam ser “sangradas” para a extração do látex: a Amazônia.

Santos (1980) nos assinala que na Amazônia, desde a internalização da ocupação europeia, entre os séculos XVII e XVIII, houve um processo econômico que viabilizou a gestação de uma relação social específica: o aviamento. A floresta amazônica apresentava uma série de matérias-primas (as drogas do sertão) as quais possuíam uma importante demanda no mercado. Entretanto, o controle social sobre os extratores na mata densa era um possível desafio.

Na Amazônia, aviar significa fornecer a mercadoria à crédito. A relação entre o regatão (o atravessador) e o extrator/camponês era a partir do adiantamento em mercadoria que o primeiro fornecia ao último. Em uma condição de monopólio, o extrator deveria quitar a sua dívida trocando seu produto com o regatão. Essa troca, entretanto, pressupunha valores desiguais e

---

[5] Colono na Amazônia é um tipo de camponês que vive de uma unidade de terra onde realiza atividades agrícolas na lavoura branca e a criação de animais.

levava ao constante endividamento. A partir da II Revolução Industrial, essa relação social é potencializada quando os capitais industriais e mercantis ingleses e norte-americanos são investidos nas Casas Aviadoras, em Manaus e Belém, responsáveis pela exportação da borracha.

A questão agrária no Brasil tem como uma de suas marcas a concentração de uma grande quantidade de terras nas mãos de poucos. A instituição da Lei de Terras, em 1850, a qual instituiu que a compra e a venda de terras têm que ser intermediadas pelo mercado, e que a permanência na terra deveria ser comprovada por meio de documentação, acirra o quadro de desigualdade social. Em especial, o campesinato nordestino, que garantia a sua permanência através de contratos sociais com os grandes fazendeiros, por meio do pagamento da renda em trabalho, produto e dinheiro, viu o seu direito de permanência na terra em risco.

Ainda nos dias atuais, é muito comum atribuir as condições naturais do Semiárido nordestino como o principal motivo para a migração camponesa para outras partes do Brasil. Entre a passagem do século XIX para o XX cerca de 300 a 500 mil nordestinos migraram para a floresta amazônica entre os anos de 1860 e 1912 (PORTO-GONÇALVES, 2001). Coloca-se que a grande seca de 1877 promoveu a grande marcha de camponeses nordestinos para a Amazônia, e não a estrutura agrária concentrada na região.

Com a promessa de fazer fortuna a partir da extração do látex, milhares de nordestinos vão em direção aos altos cursos dos rios amazônicos. O pagamento da viagem e da permanência no seringal era uma atribuição do seringalista, o qual era financiado pelas Casas Aviadoras; e a obrigação do “brabo” (nordestino que havia aportado no seringal) era cortar a seringa e fazer a borracha para ser trocada no “barracão” do seringal. Era proibido a prática do roçado e a criação de animais, o espaço-tempo do seringal era de dedicação exclusiva a extração da borracha.

Com o passar do tempo o “brabo” passava a se transformar em “manso” conforme ia assimilando o novo cotidiano e, aos poucos, tomava conhecimento dos mistérios da floresta amazônica.

O contrabando de sementes de seringueiras da Amazônia e o seu plantio no Sudeste Asiático quebraram o monopólio da produção gomífera na Amazônia. O ano de 1912, é o auge e o início da decadência da atividade gomífera nessa localidade. Nos seringais asiáticos, seguindo a lógica da

plantation, o padrão de dispersão da *Heveas brasiliensis* era diferente da floresta amazônica, sendo a produção da goma muito mais econômica e rentável do que o modelo amazônico. Um seringueiro na Amazônia por dia trabalhava em uma estrada de seringa que era composta de 100 a 150 árvores, para a borracha ser feita lhe custava um dia inteiro. Sem contar as longas distâncias percorridas e a dificuldade de escoamento da produção na floresta amazônica.

O início da falência das Casas Aviadoras, em Belém e Manaus, provocou o abandono de muitos seringais por seus patrões. Os barracões eram o local onde o seringueiro adquiriria tudo que não produzia, e a partir da falência eles começaram a esvaziar, nesse momento as leis dos seringais também iam sendo abrandadas.

A possibilidade de constituir famílias, a necessidade de novos conhecimentos sobre a floresta amazônica, a abertura dos roçados e a criação de animais passaram a compor o espaço-tempo do campesinato da floresta. A extração do látex seria mais uma das etapas do cotidiano, dessa forma o espaço da reprodução social, a colocação[6], também passaria por mudanças. O território não é mais exclusivo das estradas de seringa ou da produção da borracha.

Muitos dos seringais do Vale do Alto Acre, fruto da ocupação de indígenas e nordestinos, passaram a ser arrendados e outros que não haviam o “patrão”, as famílias trocavam a borracha e a castanha com os marreteiros (os atravessadores).

Durante boa parte do século XX, o campesinato da floresta constituiu um modo de vida específico, uma territorialidade e uma regime de usos e apropriação não capitalista da natureza que mantiveram a floresta “em pé”. Notamos que a constituição da floreta amazônica está diretamente relacionada com o processo histórico de incorporação do trabalho social das mais diversas populações que a ocuparam. Diferentemente do senso comum que concebe a Amazônia como algo “intocado” e “prístino”, os estudos mais recentes de arqueologia e de etnobotânica, por exemplo, vêm correlatando o papel da presença humana no processo de transformação da savana em uma floresta tropical nos últimos oito mil anos.

A luta seringueira inicia-se em uma esfera local, fruto de uma questão agrária latente na Amazônia. Em especial, no período da ditadura militar, a partir

---

[6] Iremos discutir mais sobre a unidade de reprodução social do campesinato da floresta nos capítulos dois e quatro.

de uma aliança entre o Estado e o Capital monopolista mudarão o quadro econômico da região, por meio da constituição de órgãos e planos de desenvolvimento regionais. A vocação econômica que se objetivava era o fomento de grandes latifúndios agropecuários, projetos extrativistas minerais, produção de energia e polos industriais (IANNI, 1979a). O estado estava inserido nessas políticas federais e o Acre era apresentado como área potencial para a compra de terras, projetos agropecuários e, principalmente, para a criação de gado. A gestão do governador Wanderley Dantas (1971-1975) foi em grande parte uma intensa campanha publicitária para empresários do Centro-Sul, divulgava-se o potencial das terras acreanas para a agricultura capitalista. Para isso, o governador elaborou uma política creditícia massiva, transferindo os créditos antes cedidos aos seringalistas para os empresários. Além disso, os camponeses do Centro-Sul também iam para o estado, através de projetos de colonização privados e públicos, em especial os Programas de Assentamento Dirigido (PAD) do INCRA, como o Pedro Peixoto de 1977 (DUARTE, 1986).

Os seringais do Vale do rio Acre eram a principal área do estado de expansão da pecuária e de extração da madeira, como os situados nas cidades de Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Rio Branco. Esta região foi o *lócus* da expansão da agropecuária e do latifúndio, da venda, da grilagem de terra e da expulsão das famílias seringueiras. Porém, lideranças como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, assim como o jornal dos seringueiros “O Varadouro” e a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) foram importantes sujeitos e meios de organização política e de denúncia.

Até iniciarem a luta pela reforma agraria, os seringueiros eram tidos como posseiros. Esta luta, porém, é (re)significada no seio da questão agrária na Amazônia: não se trata apenas de uma disputa pela terra, mas uma “luta pelo território”. Os seringueiros, visto por nós como camponeses, passam a lutar pelo território, assegurando uma série de práticas e estratégias de (re)produção da vida e apropriação da natureza com “floresta de pé”.

Grande parte da luta política do movimento passará pela crítica sobre a propriedade privada e a apropriação capitalista da terra. Porto-Gonçalves (2003) compreende que a oposição à propriedade privada capitalista da terra era realizada no momento do empate, quando as famílias seringueiras impediam a derrubada das florestas para o avanço da pecuária e o latifúndio. Era justamente

neste momento que se evidenciava um horizonte de reinvindicação por uma outra forma de apropriação do espaço-tempo que não era a capitalista:

> [...] os seringueiros afirmaram um direito – o de ficar –, contra um princípio do direito liberal – o de ir e vir. Observemos que a resistência para ficar – o Empate – não recusa o princípio do ir e do vir. Na verdade, afirmam a defesa de uma determinada matriz de racionalidade, de se reproduzir segundo uma matriz própria, segundo um determinado modo de envolvimento contra um determinado modo de des-envolvimento que quer ser universal [...] Os seringueiros, veremos, não lutavam por terra, mas por território, por um determinado modo de se apropriar, de tornar próprio a natureza, o espaço, o tempo, enfim, de tornar-se propriamente seringueiro (GONÇALVES, 2003, p.550).

Em nossa leitura, notamos que a luta dos seringueiros era pelo o direito de escolher de que forma "produzir a natureza", uma proposta que mais adiante estará contida no projeto da RESEX e que se opunha a produção capitalista da natureza – entendida como uma pratica exploradora dos recursos naturais e destruidora das florestas para a produção de mercadorias. O conceito de "produção da natureza", segundo Smith (1998, 2007, 2008), apresenta a ideia de que a relação sociedade-natureza contém uma historicidade de modo a revelar que a apropriação, o uso, (re)produção da vida, as práticas sociais e suas normas são institucionalizadas de acordo as lógicas dos modos de produção[7].

Esse movimento formaliza-se em 1985, em Brasília, a partir da formação do Conselho Nacional dos Seringueiros. No mesmo ano, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, foi divulgada pela primeira vez a proposta de reforma agrária do movimento. No final deste ano é realizado o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros e se redige a proposta de que a realização da reforma agrária para os povos da floresta, que deveria considerar "a realidade extrativista da região"[8]. Assim a lógica da divisão das terras entre as famílias seringueiras não seria como nos projetos de colonização executados até então, mas pela colocação, que varia de 300 a 500 hectares. Entre 1986 e 1987, o Estado começou a atender as demandas do movimento, a partir da incorporação do usufruto comum dos recursos naturais em áreas de assentamento e com a criação do Projeto de Assentamentos Extrativistas (PAEXs).

---

[7] Trataremos com maior profundidade o conceito de produção da natureza no primeiro capítulo.

[8] Assinalamos que uma das reinvindicações do movimento dos seringueiros era assegurar uma cadeia extrativista em especial da borracha e da castanha que não se sujeitasse a baixos preços ou aos intermediários. Até aquele momento, nas políticas do Estado o extrativismo era tido como uma atividade econômica atrasada e o processo de modernização a partir do latifúndio seria o que promoveria o desenvolvimento econômico.

Ao mesmo tempo, em âmbito internacional, a partir da segunda metade do século XX, a questão dos limites dos recursos naturais e do meio ambiente eram pela primeira vez levados aos debates nas cúpulas de decisão mundial. A questão ambiental despertava cada vez mais a atenção de políticos, cientistas, ONGs e movimentos sociais. A discussão passa a envolver países centrais e não centrais capitalistas, bem como concepções distintas no que se refere à proteção ao meio ambiente.

Entre as principais questões nas grandes reuniões estava o paradigma de como conciliar as necessidades do desenvolvimento econômico inscritas no processo de acumulação capitalista e a conservação ambiental. Passa-se a debater os caminhos da instrumentalização da natureza, em especial o manejo dos recursos. Mais adiante, foi formulado o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que buscará conciliar o desenvolvimento econômico e meio ambiente.

Outro paradigma, era que os modelos anteriores de conservação ambiental se davam a partir da expulsão das populações residentes e do isolamento das áreas. Como Diegues (2008a) e Katz (1999) apontam que o modelo preservacionista de Yellowstone (EUA) é o pioneiro na história da conservação ambiental, e que implicou na retirada das etnias indígenas para que fosse garantido os processos biofisicoquímicos do meio ambiente. Com o passar dos anos, em diversos locais, o modelo preservacionista se mostrou extremamente conflituoso com as populações originárias provocando a expropriação e remoção das famílias.

O panorama internacional passa a cada vez mais a sinalizar a emergência de uma crise ambiental que se apresentava como global. A ocorrência de chuvas ácidas, a poluição atmosférica, a descoberta do buraco da camada de ozônio são eventos que passam a compor as preocupações internacionais. É nesse contexto que o aumento das taxas de desmatamento da Amazônia e a importância de sua conservação se inserem nas demandas internacionais.

E, também, é neste momento que Chico Mendes, a partir de uma formação de uma rede internacional articulada pela antropóloga Mary Allegretti, consegue que o líder seringueiro discurse em 1987 na reunião do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e no senado dos Estados Unidos, denunciando os impactos da implantação da BR 364 (Cuiabá – Porto Velho – Rio Branco). A estrada fazia parte do processo de modernização da Amazônia,

e era acompanhada pela grilagem de terras, pelo avanço do latifúndio e do desmatamento seu financiamento fora realizado pelo Banco Mundial e pelo BID.

Como consequência, teve início uma aproximação dos ambientalistas com os seringueiros, baseados no discurso conjunto de preservação da Amazônia[9]. Nesse momento, as práticas das populações originárias das áreas ainda pouco devastadas, como a Amazônia, tornaram-se foco de estudos de uma nova vertente do ecologismo. Morán (1990) e Martinez-Alier (2009) apontam que a ecologia social ou humana passa a enxergar nessas práticas das populações tradicionais, principalmente nas agroextrativistas, um caminho possível da conservação ambiental. Em especial a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, observa-se a inserção das populações originárias e camponesas em projetos de conservação ambiental e em políticas públicas.

O Estado possuirá um papel central na formulação de novas políticas e estratégias para a redução de impactos, mecanismos de mitigação e a conservação ambiental. Porém, Katz (1998) e Smith (2007) assinalam que, desde o momento da crise do petróleo nos anos 1970, há um processo cada vez mais de internalização da natureza para além de sua função como fator de produção. Para os dois geógrafos a natureza torna-se uma estratégia de acumulação por meio de novas formas de exploração da natureza. Passam-se a incentivar a criação de novos mercados, por exemplo, a redução de impactos ambientais, a compensação através dos mecanismos de mitigação, assim como novas mercadorias certificadas (*green products*).

Inscrito nessa conjuntura mundial de crise econômica e de "crise ambiental", em 1988, Chico Mendes foi brutalmente assassinado e em janeiro de 1990 foi aprovada a criação das RESEXs, no primeiro governo civil pós-ditadura, como fruto da demanda popular e internacional. Embora o principal diálogo dos seringueiros sobre a questão agrária foi até aquele momento com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), será o recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) que ficará encarregado de gerir as RESEXs – em parte devido a aproximação do movimento ambientalista com a questão do desmatamento na Amazônia, do entendimento de que os seringueiros formavam um dos principais movimentos

[9] Salientamos que as concepções de proteção da floresta amazônica para os seringueiros e para o chamado movimento ambientalistas são diferentes. E apontamos que mais a adiante com a criação da RESEX as diferenças serão mais claramente evidenciadas nos caminhos para a conservação ambiental. Esse ponto buscamos analisar em nossa pesquisa.

políticos naquele período e da extinção do INCRA entre os anos de 1987 e 1989. Em 1990, foi criada a RESEX Chico Mendes, ícone da luta seringueira. Pela primeira vez, em áreas de proteção ambiental seriam reconhecidas e geridas pelo Estado e haveria a possibilidade da permanência das populações e de suas práticas agroextrativistas.

O Decreto n°98.897, que ratifica a RESEX[10], deixa claro que "as reservas extrativistas [são] espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais, por populações extrativistas" e mais adiante ressalta que "a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato real de uso". O decreto também determina que o "contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo Ibama e conterá clausura de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão inter vivos". Por último, diz que "caberá ao IBAMA supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato".

Apesar da luta, os movimentos sociais não conseguiram incluir a autogestão na lei. A gestão da RESEX ficou, então, a cargo do IBAMA, até 2009, quando foi transferida para o ICMBio. O instrumento legal que norteou essa gestão foi Plano de Utilização, que a princípio deveria ter participação dos residentes da unidade de conservação, que fariam a conservação e a exploração dos recursos naturais, a partir de uma concessão de uso. O artigo seguinte da Lei pontua que poderá haver a rescisão do contrato de concessão de uso caso comprovado danos ao meio ambiente, por meio do não cumprimento do plano de utilização.

E nesse momento, o Estado brasileiro passava por mudanças, saindo da ditadura militar com um projeto de desenvolvimento específico e ingressando nos termos neoliberais. A partir dos anos 1970 se constituiu o neoliberalismo como alterativa a um cenário mundial de crise econômica (HARVEY, 2014), mas que ingressa efetivamente no Brasil nos anos 1990. Há uma reação contrária a criação das RESEXs, em grande parte dos latifundiários da União Democrática Rural (UDR) que vinham se beneficiando das políticas de financiamento e estímulo do Estado. Por outro lado, a questão ambiental surgiria como uma nova

10 Pelo SNUC, Decreto n°2000, a RESEX está no Grupo das Unidades de Uso Sustentável, o qual prevê a presença de populações originárias em unidades de conservação, diferenciado das Unidades de Proteção Integral, as quais não são previstas a presença de populações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm acessado em 06/12/2107.

estratégia de acumulação no plano economia e na política internacional e as unidades de conservação no Brasil vão se tornar uma importante estratégia de inserção e capitação de recursos no mercado internacional.

Cunha (2010) aponta para a ocorrência de um “ajuste neoliberal” em países capitalistas não centrais a partir das normas do Consenso de Washington. Entre elas está o mecanismo de renegociação da dívida externa, que tinha como condicionante a proposta de projetos de conservação ambiental financiados por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), denominado de "*debt-for-nature*". Por meio desses projetos, os países centrais passaram a investir em programas de conservação ambiental em países não centrais capitalistas, de modo que fosse assegurado o retorno econômico ao país financiador.

Ao analisarmos de onde vem os recursos para os projetos da RESEX Chico Mendes é notável que desde o início houveram financiamentos de projetos de cooperação internacional, ou de convênios com ONG’s[11] nacionais e internacionais, além de bancos de desenvolvimento. Portanto, para Cunha (2010) passa a se constituir um “novo” modelo de desenvolvimento econômico a partir de políticas ambientais. Porém, não é eliminado o modelo anterior de desenvolvimento que explora a natureza e gera grandes impactos ambientais. Ambas as formas de exploração da natureza coexistirão de maneira contraditória sob o capitalismo, e poderiam revelar os conteúdos da produção capitalista da natureza[12].

Para receber os financiamentos, o projeto inicial da RESEX deveria passar por alterações. Havia o risco de a demanda seringueira ser silenciada em prol da possibilidade de acumulação capitalista que o Estado e o mercado

---

[11]O papel das ONG’s a partir da segunda metade do século XX é essencial para compreender a emergência de um modelo de política pública. As ONG’s que se dedicam na questão ambiental até a década de 1970 possuem um papel de denúncia e pouca presença nos fóruns mundiais organizados pela ONU. Porém, nos anos 1980, em especial no mandato Reagan, nos EUA, passam a capitalizarem recursos das principais instituições financeiras mundiais. Como Elliot (2006) e Diegues (2008) apontam que em um contexto neoliberal e do chamado “Estado mínimo” as ONG’s passam a desempenhar funções que anteriormente eram realizadas por instituições do Estado e inclusive a ter influência sobre a decisão de novos projetos institucionalizados pelo Estado. Entre as principais que polarizam entre os investidores internacionais podemos citar a WWF (World Wildlife Fund), TCN (Nature Conservacy), CI (Conservation International) e a WCS (Wildlife Conservation Society).

[12] Não compreendemos que haja uma ruptura com a lógica capitalista a partir da constituição de projetos de conservação ambiental fomentados pelo capital de grandes instituições, corporações e bancos. A lógica capitalista tem a finalidade do lucro, o que se apresentará como “novidade” é que não precisará consumir os recursos naturais e promover impactos ao meio ambiente para promover a acumulação capitalista.

poderiam articular. As exigências dos investidores e o interesse do Estado redesenhariam a proposta, de modo que um outro projeto de RESEX fosse produzido.

No ano 1989, a Organização das Nações Unidas (ONU) ratifica o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), um órgão que estabeleceu como meta transformar 10% da superfície da terra em unidades de conservação. Criavam-se assim condições especiais de financiamento para projetos de conservação ambiental em países capitalistas não centrais, nos quais haviam grandes extensões de áreas florestadas e biomas pouco desmatados em relação aos países centrais capitalistas. Além disso, entre os anos 1990 e 1992, o Grupo dos Sete (G-7) elabora o Programa Piloto das Florestas Tropicais (PPG7) que passa a financiar projetos de conservação ambiental por meio de assistências técnicas as populações locais (MELLO, 2006). Na ECORio92 é delineado as diretrizes gerais da conservação ambiental, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, de modo que garantisse todas as condições de retorno econômico para os financiadores. Uma das condições para aprovação dos projetos seria a participação de ONGs como integrantes do processo de construção, execução e gestão dos projetos.

Inserido no PPG7, em 1994, o Estado institucionaliza o Projeto RESEX, que previa a criação de Reservas Extrativistas a partir da instituição de um modelo específico de unidade de conservação. Para isso, uma série de condições foram impostas, entre elas o caráter pedagógico das práticas extrativista, a presença de ONGs como prestadoras de serviço e a necessidade de criação de associações para a estruturar uma cadeia produtiva da economia extrativista, de modo que tornasse viável uma “vocação econômica” das unidades de conservação. Entre as reservas criadas estava a RESEX Chico Mendes.

Neste contexto de guinada neoliberal, havia o risco de que o mercado passasse a ter um papel central na conservação ambiental, mais até que o Estado e que as populações originárias e tradicionais.

O projeto de RESEX dia após dia poderia se distanciar do conteúdo político e de justiça social proposto inicialmente, assim como do caráter de política fundiária, de maneira que esses pontos centrais da luta política passariam aos poucos para um segundo plano. Como parte integrante do processo de aprofundamento deste quadro ressaltamos que, em 1999, o Partido

dos Trabalhadores (PT) assume o governo do estado do Acre. O partido que até hoje está no poder passa a se autodenominar de “Governo da Floresta”. Através da incorporação do passado da luta seringueira, o governo do estado passaria a justificar a institucionalização de uma série de políticas ambientais que apresentam em suas propostas um retorno significativo econômico. Entre as mais expressivas políticas estão o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e os programas de manejo comunitário florestal por meio da criação de uma cadeia produtiva de extração e certificação da madeira, os quais possibilitarão benefícios fiscais as empresas integrantes das políticas públicas (ACRE, 2011; 2013).

Principalmente, depois de 2000, com a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), serão intensificados os esforços para a criação de mecanismos legais de um sistema de financiamento estatal e privado para as diferentes modalidades de unidade conservação. No âmbito do governo federal, o Acre passou a se inserir nas políticas públicas, em especial entre os anos 2003-2008, quando a acreana Marina Silva estava à frente do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em especial destacamos que Marina no MMA possibilitou a criação do ICMBio como órgão gestor das unidades de conservação de uso sustentável (como as RESEXs e as RDSs); e a Lei de Florestas Públicas (Lei 11.284), a qual permite a participação do setor privado como agente de conservação ambiental em unidades de conservação. O estado do Acre também ganhou destaque no cenário internacional e passou capitalizar importantes recursos das principais instituições financeiras a partir da promoção de projetos de desenvolvimento sustentável.

A RESEX Chico Mendes por mais de duas décadas passou a progressivamente a se inserir nas políticas de conservação ambiental e de contenção do desmatamento do governo do estado do Acre. A questão do extrativismo e de sua possível economia tornou-se uma das principais políticas do estado[13]. Dentro da RESEX a proposta do plano do manejo florestal

[13]É necessário apontar a sutileza do discurso da economia extrativista. É uma reinvindicação histórica do movimento pela luta de preços de mercados mais justos de seus produtos, e de maior inserção no mercado. Porém, sob o capitalismo a economia extrativista apresenta uma outra lógica, que a alta competitividade dos preços, do mercado, a redução dos custos de produção e as maiores possibilidades de lucro são as estratégias norteadoras.

comunitário[14] foi justificada a partir do argumento de que produziria um menor impacto ambiental em relação as práticas agroextrativistas dos seringueiros.

O processo de inserção de novas demandas e novos sujeitos como as ONGs na RESEX Chico Mendes fez com que novas pautas políticas e econômicas passassem a integrar o cotidiano dos seringueiros. O discurso sobre a vocação econômica do extrativismo, em especial da madeira e da castanha se tornou mais presente em relação a outras demandas. No conselho gestor da RESEX a cada ano que passa a participação de entidades representativas dos seringueiros é menor, em contrapartida, as associações, cooperativas e os tecnocratas do ICMBio tornaram-se maioria[15], reforçando a presença de pautas de ordem mais administrativas e econômicas, em detrimento de pautas ligadas a vida dos seringueiros, como a saúde, a educação e a produção.

Ao lermos o Plano de Utilização e o Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes há um discurso da necessidade das populações nos instrumentos participativos na gestão da RESEX. Porém em nossa pesquisa e em cartas divulgadas pelo STR de Xapuri, foi denunciada a maneira desigual com que se aplicavam os instrumentos institucionais, a penalização das práticas ancestrais e a presença progressiva das demandas de ONGs e de empresas em relação a dos seringueiros.

Em 22 de dezembro de 2014, exatamente 26 anos após a morte de Chico Mendes, o STR de Xapuri divulga uma carta que relata a atual condição de vida do seringueiro na RESEX Chico Mendes. A carta inicia realizando um balanço sobre o enfraquecimento das questões políticas da luta seringueira. Entre as principais denúncias está o conflito atual com o manejo comunitário madeireiro com os seringueiros. O relato do STR na carta buscava evidenciar a divergência entre o discurso dos seringueiros para “manter a floresta de pé” e como é que três décadas depois o Estado promove a conservação ambiental. Na carta é exposto a problemática das condições materiais que se dão a (re)produção da

---

[14] Desde a década de 1990 foi apontado a possibilidade do manejo florestal em unidades de conservação no Acre. Em 2000, com SNUC foi apontado legalmente a instituição desta atividade econômica nas unidades de conservação. A partir do ZEE do estado do Acre foram identificadas áreas prioritárias para a extração florestal de madeira nativa, a primeira experiência foi no PAE Chico Mendes, a partir da formação da COOPERFLORESTA. Desde 2011, após a formulação do plano de manejo na RESEX Chico Mende, a COOPERFLORESTA é a empresa responsável pelo manejo florestal comunitário.

[15] Atualmente na RESEX Chico Mendes há atuação de instituições do Estado como: INCRA, SEDENS, SEAPROF, SEMA, SEPN, IMC, FUNTAC, EMATER. ONGs: WWF, SOS Amazônia, CTA, IMAFLORA, GCP. E instituições financeiras como: BIRD, BID, KfW, NORAD, GIZ e FUNBIO.

família seringueira a partir das práticas agroextrativistas, e como estas práticas vem ao longo do tempo sendo alteradas devido a presença do Estado e do mercado.

A vida cotidiana na RESEX passou a ser permeada por normas específicas, ameaças e criminalização às práticas agroextrativistas, por meio do ICMBio. Como resultado é imposto uma série de barreiras para a (re)produção da vida, como o impedimento da abertura de novas áreas de roçados, multas e ameaças as famílias. No caso da extração da madeira, somente pode ser realizada a partir do manejo madeireiro, a família seringueira passa a ser obrigada a ceder sua colocação para empresas, que segundo a carta, pagam R$ 60,00/m³ da madeira sendo que no mercado internacional vendem a R$ 1200,00/m³.

Exposto o panorama de mais de três décadas da história seringueira, a presente dissertação concebe como importante a investigação do processo de produção capitalista da natureza no período contemporâneo. Para nós, ao ser institucionalizada, a RESEX Chico Mendes incorporará além dos camponeses da floresta, mas uma série de novos sujeitos e novas demandas, que passariam a conduzir uma produção da natureza específica que se mostra oposta da lógica dos seringueiros. O estudo da RESEX Chico Mendes, entre os anos de 1990 a 2017, trará conteúdos que poderiam revelar a produção capitalista da natureza e suas contradições, em especial, por incorporar no fluxo de acumulação capitalista outras formas de produção não capitalista da natureza, como dos seringueiros. Compreendemos o estudo da RESEX Chico Mendes e o processo de implementação e concretização de uma política pública gestada pelo movimento social dos seringueiros pode contribuir para a Geografia, pois se trata de analisar e problematizar a relação sociedade-natureza, em especial sob o capitalismo.

Sobre a pesquisa em campo

Além da revisão bibliográfica sobre a constituição da formação dos seringais no Acre, a formação do campesinato da floresta e a emergência da

RESEX Chico Mendes, concebemos em nossa pesquisa como fundamental a realização do trabalho de campo.

Nesse sentido, pensamos ser importante esclarecermos essa etapa de nosso trabalho.

Com quase um milhão de hectares, o estudo da RESEX Chico Mendes apresentava como um desafio.

Para nós, a RESEX Chico Mendes pode ser concebida enquanto um fragmento com suas multiplicidades de relações sociais[16], o qual está inscrito em um processo global e total, que é a sociedade e o modo capitalista de produção, podendo ser revelador sobre o processo de produção capitalista da natureza e suas contradições. Em especial, na presente pesquisa, apontamos para o movimento de inserção contraditória e combinada de uma produção não capitalista da natureza, e da (re)criação e (re)produção de relações sociais de produção não capitalistas em um processo global capitalista.

Henri Lefebvre (1968, 1974, 1977) nos aponta que a (re)produção da sociedade e a (re)produção das relações sociais de produção envolvem a dimensão do espaço-tempo. Porém, segundo o autor, será na modernidade que o espaço e a vida cotidiana aparecerão de maneira mais explícita como estratégias para a reprodução das relações sociais de produção, em especial ligadas a estratégia de dominação do Estado e a possibilidade de acumulação capitalista.

A análise da textura fina da sociedade, a dimensão da vida imediata, segundo Lefebvre (1974), pode ser reveladora das contradições de um processo total. Quando observarmos que um dos principais pilares da produção da natureza sob o capitalismo é a sua subordinação do valor de uso e em relação ao valor de troca, compreendemos que a natureza está inscrita em um processo global de valorização, de instituição da propriedade privada e da mercadoria. Para Lefebvre (1974) e Seabra (1996), a instituição da propriedade privada irá supor uma forma específica de apropriação e uso. A instituição dessa outra lógica, ou racionalidade, passará em especial pelo papel do Estado sob o contexto capitalista, o qual passa a normatizar cada vez mais os momentos da vida.

---

[16] Para Lefebvre (1974, p.106) é possível apreender a totalidade a partir do estudo de um fragmento pois ele releva uma multiplicidade de relações sociais: “[...] chaque fragmente d’espace prélevé pour l’analyse ne recèle pas um rapport social mais une multiplicité que l’analyse décèle”.

Além disso, Lefebvre (1974), assim como Smith (2008), pontuam que o estudo da natureza não tem sentido se não considerarmos a história e a sociedade. Para nos debruçarmos sobre a presença, cada vez mais frequente, das determinações de uma segunda natureza sobre uma primeira natureza, só faria sentido se buscássemos compreender a dimensão das relações sociais. A compreensão da relação sociedade-natureza dentro da RESEX Chico Mendes poderia ser viabilizada se analisássemos as formas de uso e apropriação da natureza. Não podemos perder de vista para o fato que a produção da floresta "em pé" até hoje é realizada por meio de relações sociais não capitalistas.

Somando-se a essas considerações, para Lefebvre (1968, 1969, 1974, 1999) é no plano da vida imediata que podemos analisar o encontro conflituoso e contraditório das esferas social, política e econômica. Nesse sentido, além de passarmos cerca de quatro meses (entre maio e agosto de 2016, e em fevereiro de 2017) na RESEX Chico Mendes, também tivemos uma estadia de quase dois meses em Rio Branco (entre abril e maio de 2016), onde entrevistamos os tecnocratas e as ONGs[17] envolvidas diretamente na Unidade de Conservação. Ciente de algumas questões e narrativas desses sujeitos sociais, buscamos analisar a concretude das políticas e as avaliações dos produtores da floresta, os camponeses que habitam a RESEX Chico Mendes.

Para isso, decidimos selecionar o trecho da BR-317 que sai de Rio Branco e termina em Assis Brasil para realizarmos o trabalho de campo na RESEX Chico Mendes. Vale ressaltar que o núcleo inicial da Unidade de Conservação eram os seringais localizados em Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil. Nesse sentido, para fazermos um resgate da história pretérita a RESEX Chico Mendes, como a entrevistas com lideranças e camponeses, a seleção dessas localidades eram centrais.

Para entendermos a RESEX Chico Mendes, como um fragmento do território camponês e *lócus* de uma produção de uma primeira natureza, também se mostrou como uma estratégia a realização de um trabalho de campo em seus arredores, nas colocações que não foram incorporadas pela Unidade de Conservação, nas diferentes modalidades de assentamentos do INCRA e das áreas que as famílias camponesas ainda não tidas como posseiras. É importante

[17] Entre as secretarias do governo do estado do Acre visitamos: SEAPROF, SEDENS, CDSA, IMAC, FUNTAC e o IMC. Os órgãos federais que visitamos foram: INCRA, IBAMA, ICMBio e a EMBRAPA. Também vistamos o gabinete, em Rio Branco, do senador Jorge Vianna (PT). E, as ONGs que visitamos foram a WWF, CTA, PESACRE e SOS Amazônia.

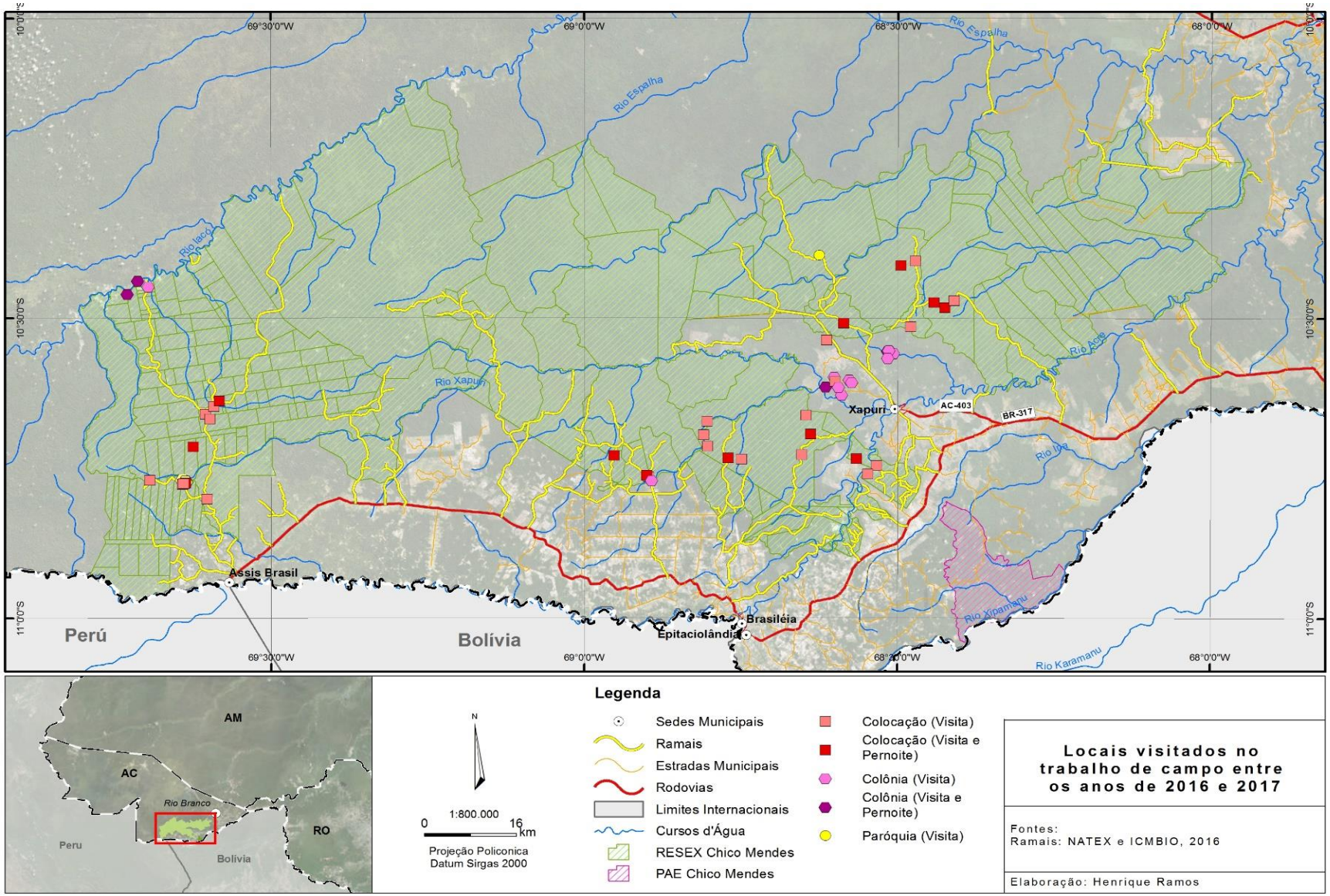
fazer a menção que no Acre é comum chamar de “colônia” as áreas unidades de terra camponesa que as famílias possuem a atividade da lavoura branca e da criação. Justamente a partir da fragmentação das colocações que surgiram e ainda surgem as colônias. Hoje, muitos de seus moradores são pessoas de origem dos seringais e camponeses migrantes do Centro-Sul.

No verão de 2016, entre os meses de maio até agosto, realizamos o nosso trabalho de campo na RESEX Chico Mendes e em seus arredores. Durante o inverno de 2017, em fevereiro, retornamos para algumas áreas para o acompanhamento da quebra da castanha. Em nosso trabalho de campo levamos um GPS para realizar mapeamentos e para registrarmos os lugares que visitamos, a partir disso pudemos elaborar um mapa que sintetiza os lugares que visitamos e/ou os que moramos (MAPA 4).

Na RESEX Chico Mendes visitamos no total 13 seringais. Tínhamos três contatos centrais nos municípios de Brasiléia, Xapuri e Assis Brasil. A liderança Dercy Teles (ex-presidente do STR de Xapuri), de Xapuri, nos apresentou famílias para entrevistarmos e moramos em suas casas; Osmarino Amâncio Rodrigues (ex-presidente do STR de Brasiléia), de Brasiléia, e Di Araújo (atual presidente da AMOPREAB), de Assis Brasil, fizeram o mesmo.

O início de nosso trabalho de campo na RESEX Chico Mendes foi na região de Brasiléia. Como Osmarino nos adiantou, bastava ele apresentar a pesquisadora para uma família na Unidade de Conservação, no processo em que os laços fossem feitos os camponeses, eles iam nos encaminhando para outras casas. E, foi justamente o que ocorreu. Foi a partir de uma rede de parentesco que visitamos e moramos nos seringais, nas colocações e nas colônias. Inclusive, a nossa permanência nas cidades de Xapuri, Assis Brasil e Brasiléia eram nas casas de pessoas que tinham parentes na RESEX Chico Mendes.

Em Brasiléia e Epitaciolândia visitamos as colocações dos seringais Riozinho, Filipinas, Rubicón, Humaitá e São Cristóvão. Em Xapuri, o Sibéria, o Albrácia, o Floresta, o Nova Esperança e o Nazaré. Em Assis Brasil, o Icuriã, o Paraguaçu e o São Francisco.



Mapa 4: Locais visitados no trabalho de campo entre os anos de 2016 e 2017.

Quando estivemos na RESEX Chico Mendes primamos pela análise e a participação das atividades cotidianas. Tivemos entrevistas que registramos com o uso do gravador e/ou com uma câmera de filmagem, além disso realizamos registros fotográficos. Não foram todas as entrevistas que gravamos, a maioria de nossos registros foram realizados na caderneta de campo.

Além de realizarmos ao total três viagens ao Acre, sendo que a primeira ocorreu no mês de janeiro de 2014 para conhecermos o estado e realizarmos a seleção do tema de pesquisa. Em dezembro do mesmo ano, viajamos para Lima, no Peru, na 20ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP 20). O acompanhamento da reunião foi fundamental para entendermos os jogos de força de sujeitos globais, como os Estados, as ONGs, e o mercado, produzem decisões e diretrizes para a produção capitalista da natureza. Na ocasião, conseguimos assistir uma reunião do governo do estado do Acre.

Em março de 2016, viajamos para o Rio de Janeiro para acompanharmos Dercy Teles e Osmarino Amâncio Rodrigues em uma série de atividades. Entre elas, uma coordenada pelo Professor Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. No presente momento conhecemos e depois entrevistamos a ex-assessora do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Rosa Roldán.

No final de agosto de 2016, viajamos para Porto Velho com a intenção de entrevistar Dom Moacyr Grechi, arcebispo emérito de Porto Velho.

Organização da dissertação

A presente dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo intitulado *A Produção da Natureza Sob o Capitalismo: A Relação Sociedade-Natureza e as Políticas da Natureza*, buscamos por abordar o conceito de natureza nas ciências humanas, em especial, a partir do conceito formulado por Neil Smith de produção da natureza. Em seguida, localizamos a problemática da relação sociedade-natureza em um contexto contemporâneo que sinaliza para a existência de um “colapso econômico” e o “colapso ecológico”. Por último, enfocamos como que nas últimas três décadas se vem apontando para a conservação ambiental e suas

populações camponesas e originárias como uma nova fronteira econômica a ser incorporada na reprodução ampliada do capital.

No segundo capítulo intitulado *Da Produção Histórica da Floresta Amazônica Acreana à Luta por Novos Estatutos Fundiários de Acesso ao Território: RESEX – A Proposta da Reforma Agrária para os Seringueiros*, buscamos compreender os elementos sociais na produção histórica da floresta amazônica, para isso recorremos as mais recentes pesquisas sobre arqueologia das terras baixas e de etnobotânica. Depois, focamos na história da Amazônia nos últimos cem anos: como que a atividade da extração da borracha redefiniu a região economicamente e socialmente, e como que a partir de sua crise provocou a reprodução e a recriação de relações sociais não capitalistas que permitiu a formação de um campesinato no Acre, o qual possui práticas agroextrativistas produziram a floresta "em pé". Por último, nos concentramos nos elementos da questão agrária na Amazônia, especialmente no período da ditatura militar, e a emergência de novas lutas e novas reinvindicações pela reforma agrária, que em nosso caso é a formulação da proposta das Reservas Extrativistas.

No terceiro capítulo, intitulado *A Produção Capitalista da Natureza: Os Caminhos da Institucionalização e da Concretização da RESEX Chico Mendes (1990-2017)*, concentramos em entender qual era o contexto global e local que a política das Reservas Extrativistas foi institucionalizada, para isso buscamos por compreender os elementos e os interesses do Estado, do mercado e das ONGs no processo de concretização da RESEX Chico Mendes. Vimos que ao longo dos anos, a política de conservação ambiental e de reforma agrária ia ganhando novos contornos e, paulatinamente, se afastava do projeto inicialmente desenhado pelo CNS e seus assessores. Além disso, damos destaca ao governo do estado do Acre que, a partir de 1999, com a ascensão da Frente Popular (PT), assume como um de seus focos os negócios em torno da natureza. Por último, olhamos para um contexto mais recente de mudança do órgão gestor das Unidades de Conservação no Brasil. Desde 2009, ficou a cargo do ICMBio a tutela das Unidades de Conservação, entre elas a RESEX Chico Mendes. Analisamos quais foram os efeitos e consequências da passagem do IBAMA para o ICMBio para os caminhos da produção capitalista da natureza.

O quarto capítulo intitulado *A Produção Social da Floresta "Em Pé": RESEX Chico Mendes Entre os Anos de 2016 e 2017*, buscamos por compreender como que se realiza a produção social da natureza na RESEX Chico Mendes, para isso objetivamos entender a relação contraditória e conflituosa entre a ordem distante (o

Estado, o mercado e as ONGs) com uma ordem próxima (camponeses e produtores da natureza). Percebemos que ao longo de mais de duas décadas da Unidade de Conservação ocorreram mudanças na produção agroextrativista, na forma de ocupação e na territorialidade camponesa da floresta. Para isso realizamos o acompanhamento das atividades do cotidiano e registramos seus regimes de uso e apropriação da natureza, bem como as práticas agroextrativistas. Mesmos com as mudanças, em campo, percebemos que alguns elementos da produção não capitalista da natureza podem auxiliar a pensar em caminhos para uma outra produção da natureza.

1. A PRODUÇÃO DA NATUREZA SOB O CAPITALISMO: A RELAÇÃO SOCIEDADE–NATUREZA E AS POLÍTICAS DA NATUREZA

Visões de natureza

No final dos anos 1980, o movimento seringueiro implementou uma proposta inédita de reforma agrária para os moradores de grandes extensões de floresta. Até a criação das Reservas Extrativistas (RESEX), em janeiro de 1990, a delimitação de unidades de conservação se dava com a expulsão das famílias seringueiras, pois concebia-se que a preservação da natureza dependia do homem "fora" dela. Os seringueiros colocaram no centro da questão agrária e ambiental a necessidade de permanência das populações residentes e agroextrativistas, e também defenderam que as suas práticas cotidianas garantiriam (em vez de prejudicar) a conservação ambiental. Para eles, não havia dúvida: a (re)produção da família seringueira precisava da "floresta em pé".

A proposta das RESEX – a reforma agrária dos povos da floresta – consideraria a ocupação dos seringueiros aliada ao exercício do extrativismo e do roçado, entre outras práticas cotidianas executadas pelas suas comunidades locais. As colocações – unidades familiares em torno de 300 a 600 hectares – seriam reconhecidas por meio da concessão de uso, o território seria autogestionado e pertenceria à União. Para Porto-Gonçalves (Grifos nossos. 2003, p.550), os seringueiros "[...] não lutavam por terra, mas por território, por um determinado modo de se apropriar, de tornar próprio a natureza, o espaço, o tempo; enfim, de tornar-se propriamente seringueiro"[18].

Porém, entre as décadas de 1970 e 1980, a luta seringueira fazia parte de uma discussão maior: falava-se em um cenário mundial de crise ecológica e econômica, em que os países desenvolvidos percebiam que a acumulação de capital, aparentemente infinita, era desproporcional à quantidade de recursos naturais (KATZ, 1999; SANTANA, 2008). Nesse momento as imagens das queimadas na Amazônia

[18] Chamamos atenção para a tônica do discurso sustentado pelo movimento social dos seringueiros: se não houvesse mais floresta, não existiria mais o seringueiro. Nesse sentido, a questão não se esgota e será retomada ao longo de nosso texto.

ganharam repercussão e o Estado brasileiro passou a ser pressionado por forças políticas, que demandavam a preservação da floresta, cujo território passava a ser considerado um banco de biodiversidade para as gerações futuras.

A reivindicação de territórios na Amazônia é recontextualizada "[...] à luz da preocupação mundial em torno da conservação ambiental, que apoiou novos focos de legitimação do poder no interior do território nacional" (BECKER, 2006, p.258). E, como consequência, a proposta das RESEX se insere nesse debate, que problematiza – como faremos ao longo deste texto – a produção da natureza sob o capitalismo (SMITH, 1996, 1998a, 1998b, 2007, 2008)[19].

Para Almeida e Pantoja (2004), é possível identificar a inserção das RESEX nessa discussão sob três pontos de vista que influenciaram os caminhos de conservação da natureza.[20] Uma concepção seria baseada na "tragédia dos recursos coletivos", para a qual o acesso coletivo aos recursos naturais levaria a uma inevitável destruição, ou seja, as populações que habitam as florestas seriam, nesse caso, as principais devastadoras das áreas naturais. A outra visão caminha em direção oposta e concebe as práticas e os conhecimentos dos habitantes das florestas como sendo o que permite a proteção destas. Um terceiro ponto de vista está num meio-termo entre os já apresentados: a conservação da floresta se daria mediante a presença de instituições locais, na gestão dos recursos junto às populações das florestas, sem negar as suas práticas, porém "sem postular que a simples continuidade da tradição pode garantir o uso coletivo e adequado dos recursos" (ALMEIDA e PANTOJA, 2004, p.28).

Essas três visões apresentam contradições; ademais, são frutos de noções de natureza específicas sob o capitalismo. Mas não podemos deixa-las de lado, pois

---

[19] Esperamos evidenciar ao longo deste capítulo que não serão só a luta seringueira e suas propostas políticas a entrar no circuito de interesses globais sobre os caminhos da natureza sob o capitalismo. Trabalhos importantes como os de Peluso e Watts (2001) e de West (2006) e Lewis (2016) discutem que diversas porções do globo, em especial as áreas florestadas tropicais, estão hoje "no foco" da preocupação mundial. Coincidentemente, essas áreas são regiões de países não-centrais capitalistas. As relações desiguais passaram a ser redefinidas também por meio das políticas em torno da natureza e, com isso, as populações que habitam grandes áreas florestadas foram atingidas pelo interesse e/ou demandas externas. Os caminhos da conservação ambiental – ou, como preferimos, da produção global da natureza – mostram a complexidade de relações de interesses e a desigualdade entre os sujeitos sociais característicos do modo capitalista de produção.

[20] Neste artigo, os antropólogos Almeida e Pantoja (2004) analisam, a partir das relações sociais e dos usos da natureza entre os diversos sujeitos sociais, a problemática e os conflitos em torno da luta pela distribuição dos recursos naturais na REAJ (Reserva Extrativista do Alto do Juruá), no Acre.

tanto a criação, quanto a concretização das RESEX, passam pela disputa entre essas três concepções de conservação ambiental.

Propomos, portanto, analisar a relação entre a sociedade e a natureza partindo do conceito de "produção da natureza" elaborado pelo geógrafo Neil Smith (1996, 1998a, 1998b, 2007, 2008). De acordo com o pesquisador, a natureza é socialmente produzida e está inscrita em modos de produção que determinam suas formas de uso e apropriação. Mas estes, por sua vez carregariam contradições intrínsecas que exploraremos no item a seguir.

Produções da natureza

É de Henri Lefebvre a pergunta (1974, p.85): “A natureza produz?”[21]. Ao analisar a sociedade capitalista no contexto da reprodução das relações sociais de produção, o filósofo argumenta que “a natureza não trabalha [...] ela cria”[22] (LEFEBVRE, 1974, p.85), de forma que não se trata apenas de um cenário, e sim de uma força espontânea, cujas obras (*ouvres*) – uma árvore, um cavalo, uma rosa[23], etc. – são singulares, ainda que pertencentes a um gênero e a uma espécie. Vasto terreno de nascimento, a natureza é o *lócus* onde as “coisas” nascem, crescem e morrem[24].

Se a natureza, ao se distanciar, torna-se uma antinatureza, o que fica? “Os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo e suplantando a ‘natureza’ real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa” (LEFEBVRE, 1969b, p.36). A natureza “rara, fugidia, devastada, resíduo da urbanização e da industrialização” (*ibid*,

[21] No original : “La nature *produit*-elle?”. Tradução nossa.
[22] No original: “[...] la nature ne travaille pas [...] elle crée". Tradução nossa.
[23] Exemplos são do autor, ver em Lefebvre (1974, p.86).
[24] Para Lefebvre, o que separa o homem da natureza é o trabalho. Assim, como também vemos em Marx (2010, 2011), o trabalho será o mediador da relação sociedade-natureza e a chave para a produção de uma segunda natureza. O trabalho também será responsável pela produção de conceitos, ideias e pela própria consciência: “Nature does not labour. It creates. It generates “beings” from germs which ripen; life and death, pleasure and misery remain scarcely distinguishable. Consciousness is still haunted by germination and maturation, and by them observe – age and death” (LEFEBVRE, 1978, p.15).

ibidem) é reencontrada, nos espaços-tempos da vida cotidiana, por meio de representações. A natureza naturalizada se torna ideologia[25].

Para Lefebvre[26] (1974, p.40), a natureza se torna uma utopia negativa porque é concebida na sociedade moderna apenas como matéria-prima na qual as forças produtivas operam[27]. A natureza, com a ação humana, foi formada, transformada, modelada e se tornou um produto[28]. Porém, com a ascensão da sociedade e da ciência modernas, a natureza passa a ser externalizada em relação ao homem, a ponto de tornar-se uma matéria do pensamento, símbolo do alheamento, vista como uma paisagem distante. Essa relação sociedade-natureza se estabelece especialmente sob o capitalismo:

> Durante todo o período que acaba de terminar, a natureza foi uma espécie de símbolo poético, negligenciável ou relegado ao segundo plano, que designava não se sabia muito bem o quê: um resíduo, algo que aparecia aqui ou ali, escapando à ação racionalmente conduzida. Ora, sabe-se que também a natureza é formada, modelada, transformada. Que, em larga medida, ela é um produto da ação, que a própria face da Terra, isto é, a paisagem, é obra humana. Hoje a natureza ainda é considerada, de acordo com uma certa ideologia, como simples matéria do conhecimento e como objeto das técnicas. Ela é dominada, controlada. Na medida em que é controlada e dominada ela mesma se distancia. (Grifos nossos. LEFEBVRE, 1969b, p.65).

---

[25] Sentimos a necessidade de apontar que Henri Lefebvre não possui uma obra que apresente um pensamento sistemático sobre a natureza. Em parte, o esforço desta dissertação é se debruçar sobre algumas obras do filósofo para rastrearmos suas ideias ao redor dessa temática. Notamos que, como "um homem de seu tempo", Lefebvre vê a constituição do modo capitalista de produção e de uma sociedade urbana como parte da destruição da natureza pela técnica. Para ele, a natureza aparece "recriada". "El *dominio* sobre la naturaleza, tan buscado, tan invocado, revela dialécticamente (diabólicamente) su reverso: la destrucción total que lleva hacia la exigencia de una re-producción (re-creación) igualmente total" (LEFEBVRE, 1972, p.88). O autor, como veremos ao longo deste capítulo, irá esmiuçar as relações sociais e as contradições internas que permitem a "recriação da natureza", que chamamos aqui de "produção da natureza". A escolha pelo estudo da obra de Henri Lefebvre não se deu sem um propósito: como já expresso no início do trabalho, o conceito de produção da natureza é central em nossa pesquisa, porém não é possível aprofundá-lo sem proporcionar um diálogo com os autores que serviram de referência para Smith. Entre eles, Lefebvre.

[26]Lefebvre é um crítico da matriz filosófica racionalista. Para compreender o mundo de sua época, o filósofo busca as formas de pensar que ajudaram a produzir o mundo moderno. "Cuando algunos piensan en la naturaleza (Marx) imaginan un atolón en el Pacífico, materia bruta, no trabaja, lejos de las miradas y de las manos. Cuando un pensador racionalista piensa la naturaleza no imagina nada, sólo concibe una serie causal. Los más concretos, los menos secos, declaran que la flor precede al fruto, y así sucesivamente, dentro de un ciclo" (LEFEBVRE, 1972, p.90).

[27] Nos referimos a este excerto: "Qu'est-ce la Nature? Comment la ressaisir avant l'intervention, avant la présence des hommes et leurs outils ravageurs ? La nature, ce mythe puissant, se change em fiction, en utopie négative : elle n'est plus que la *matière première* sur laquelle ont opéré les forces productives des sociétés diverses pour produire leur espace" (Grifos do autor, LEFEBVRE, 1974, p.40).

[28] Lefebvre (1971), valendo-se de Marx, concebe o produto como um objeto que remete à natureza e ao homem: por isso, todo produto é uma abstração concreta. Porém, a análise do produto jamais pode ser separada de seu conteúdo social. Pelo contrário, a análise do produto revela uma múltipla dimensão de escalas de relações sociais. Um produto é fruto de relações sociais, e o mundo, revelado por um conjunto de produtos, também é fruto da mediação entre relações sociais em diversos níveis.

Ao analisar a constituição da Pólis grega, Lefebvre (1969) aponta que a separação cidade-campo é fruto de uma das primeiras e mais fundamentais divisões do trabalho, que são baseadas no sexo, na idade e aliadas a uma divisão técnica. A divisão social do trabalho entre a cidade e o campo expressaria a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho material; entre o espiritual e o natural; entre a teoria e a prática; entre o *Logos* e a *Physis*; e entre a "*práxis* (ação sobre os grupos humanos), a *poésis* (criação de obras) e a *techné* (atividade armada com técnicas e orientada para os produtos)" (LEFEBVRE, 1969, p. 36). A totalidade é dividida.

A filosofia nasce na cidade. Esta será incumbida do trabalho intelectual, assim como será, também, o *lócus* das decisões e da organização das atividades políticas e militares. E o campo, *lócus* da realidade prática (e ao mesmo tempo da representação), trará em si "[...] as imagens da natureza, do ser, do original" (*ibid, ibidem*). Na cidade, a natureza se apresenta por meio de mediações carregadas de representações ideológicas e imaginárias.

Smith e O'Keefe (1980) apontam que uma compreensão sobre a natureza só é possível se for integrada ao entendimento da história e vice-versa: a história não poderia ser compreendida sem a natureza[29]:

> O crescimento e a transformação que a natureza experimenta, embora interpretados, só podem ser compreendidas juntamente com uma compreensão do desenvolvimento histórico concreto e vice-versa. Isoladas uma da outra, a natureza e a história se tornam ideias vazias (SMITH; O'KEEFE, 1980, p.31).[30]

E o berço da concepção de natureza na sociedade ocidental se dá com os gregos, através da filosofia. O *Logos* se ocupa de refletir sobre a *Physis*. Somente com o desenvolvimento da divisão do trabalho e das forças produtivas é que surge a concepção de que a atividade humana poderia modificar a natureza. Para Lefebvre (1969b), a filosofia em seu nascimento enquanto atividade especializada possuirá o interesse pela totalidade, pela reflexão do mundo e da realidade humana. A totalidade será restabelecida por meio de um sistema:

---

[29]Notamos que os geógrafos partem do entendimento de história concebido no livro *Ideologia alemã,* de Marx e Engels (1975), em que os autores negam a filosofia alemã idealista do século XIX por não associar as contradições sociais às contradições naturais. A natureza, para Marx e Engels, só pode ser compreendida como histórica e social, uma vez que a sociedade se inscreve na natureza no curso da constituição de sua humanidade. Mesmo assim, essa natureza guarda uma dimensão natural - uma primeira natureza - que passa a ser perseguida com o objetivo de formular leis naturais.

[30] No original: "The growth and transformation that nature experiences, however interpreted, can only be understood in conjunction with an understanding of concrete historical development and vice versa. Isolated from each other, nature and history become empty ideas". Tradução nossa.

> [o filósofo] tem interesse fundamental e por finalidade a Totalidade, reencontrada ou criada pelo sistema, a saber a unidade do pensamento e do ser, do discurso e do ato, da natureza e da reflexão, do mundo (ou do cosmo) e da realidade humana. O que não exclui e sim inclui a meditação sobre as diferenças (entre o Ser e o pensamento, entre o que vem da natureza e o que vem da cidade etc.) (LEFEBVRE, 1969b, p.36).

O reconhecimento da ação humana sobre a natureza permeará o pensamento de Platão, porém será em Cicero (*apud* SMITH, 2008, p.67) que se desenvolverá a ideia de que a atividade humana produziria uma outra natureza: "Pode-se dizer que buscamos, com nossas mãos humanas, criar uma segunda natureza no mundo natural"[31]. Para Smith e O'Keefe (1980), a noção dominante de uma segunda natureza, tanto para a Filosofia Clássica quanto para o Idealismo Alemão, é de uma *natureza humanizada*.

Foi a natureza a grande provedora dos recursos necessários para o suprimento da produção e da reprodução da vida, ao longo do desenvolvimento das formações econômico-sociais[32], e de seus modos de produção. A relação sociedade-natureza nasce em função da apropriação e da transformação da natureza[33]. Como Lefebvre (1971, p.167) aponta:

> A história social é a história da apropriação pelo homem da natureza e da sua própria natureza. O trabalho social e a atividade econômica são meios dessa apropriação, momentos essenciais da essência humana, uma vez que eles são integrados e dominados por essa essência[34].

Essa noção de natureza apresentada por Lefebvre – e, como veremos adiante, também incorporada por Smith (1996, 1998a, 1998b, 2007, 2008), fruto da atividade humana[35] – é desenvolvida por Marx (2010) nos *Manuscritos econômico-filosóficos*[36].

---

[31] No original: "One may say that we seek with our human hands to create a second nature in the natural world". Tradução nossa.

[32] Para Lefebvre (1968, p.200), as formações econômico-sociais mostram que "o desenvolvimento histórico e social não avança uniformemente, como na abstração (científica, mas ainda incompleta) d'*O Capital*. O devir concreto tem um caráter ainda mais complexo e contraditório do que Marx previra. E o método dialético é *absolutamente* necessário para analisar" (Grifos do autor).

[33] "Historically and practically, the relation with nature is at the centre of human activity since people rely on nature for the fulfilment of fundamental needs" (SMITH, O'KEEFE, 1980, p.32).

[34] No original: "La historia social es la historia de la apropiación por el hombre de la naturaleza y de su propia naturaleza. El trabajo social y la actividad económica son medios de esta apropiación, momentos esenciales de la esencia humana, una vez que son integrados y dominados por esta esencia". Tradução nossa.

[35] Para Marx, a natureza está relacionada à atividade social: "Nature separate from Society had no meaning for Marx: nature is always related to societal activity" (SMITH, O'KEEFE, 1980, p.32).

[36] Os *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, são centrais na compreensão do movimento dialético realizado por Marx. Nessa obra, Marx usa conceitos da filosofia hegeliana para fazer uma crítica contundente ao processo produtivo sob o capitalismo. O pensador alemão usa os conceitos de "alienação" (*Entäusserung*) e "estranhamento" (*Entfremdung*) para compreender os processos econômicos. Além disso, os *Manuscritos de 1844,* em conjunto com a obra *Ideologia alemã*, produzida em parceria com Friedrich Engels, marcam o surgimento da dialética materialista. O aprofundamento

O filósofo alemão diferenciará a natureza do homem a partir da formulação de que o primeiro será o “corpo inorgânico” do segundo.

> Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem a saber, a natureza enquanto ela mesma não é o corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (Grifos do autor. MARX, 2010, p.84)

Na medida em que o homem se torna universal, o seu domínio sob a natureza inorgânica é também cada vez mais universal. O homem possui uma atividade vital consciente, portanto, para ele, a vida imediata produtiva aparece enquanto uma vida genérica. A vida aparece como um “meio de vida”: a própria vida é o seu objeto. O homem, diferentemente dos animais, é um ser genérico, pois ao se produzir, reproduz a natureza inteira, a produção da vida imediata não se restringirá somente às necessidades físicas:

> O engendrar de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, <u>enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com seu produto</u> (Grifos nossos. MARX, 2010, p.85).

Nos *Manuscritos* de 1844, Marx aponta filosoficamente[37] que sob o modo capitalista de produção “a relação do ser com outro está assim dada na natureza e

---

da relação sujeito-objeto, sociedade-natureza, produção-produto, trabalho e História são realizados nessas obras. As quais proverão bases para a constituição de seu maior projeto *O Capital – crítica da economia política*. Nossa escolha pelo estudo dos Manuscritos de 1844 não se deu por acaso. Autores como Lefebvre e Smith para produzirem reflexões sobre a natureza e a relação sociedade-natureza, em especial sob o capitalismo, fazem constante referência à obra. Soja (1993, p.62) enfatiza que as reflexões de Lefebvre ganham uma outra tônica depois que o filósofo francês traduz em partes os *Manuscritos* de 1844 junto com Nobert Guterman.

[37] Por mais que Marx parta de uma dimensão filosófica, centrada na unidade sujeito-objeto, o que mira é a crítica as implicações econômicas na constituição da morfologia social. O filósofo estava interessado em compreender os processos reais que poderiam decorrer da unidade sujeito-objeto. No caso dos *Manuscritos* de 1844 essa unidade era a sociedade-natureza.

experimentada ‘existencialmente’ pelo homem natural, como exterioridade e dependência[38]” (LEFEBVRE, 1971, p.127). Enquanto experiência fundamental, a natureza é determinada para nós como exterioridade dos elementos; mas, como nos lembra Hegel (*apud* LEFEBVRE, *ibidem*), “o mais externo é ao mesmo tempo o mais interno”[39]. O homem, como ser na natureza, e como ser ativo ao transformar a natureza, transforma-se e cria a sua própria natureza.

Para Marx (2010), assim como para Lefebvre (1971) e Smith (2008), a constituição da humanidade significa não só a mudança da natureza em torno do homem mas também a sua própria natureza, na medida em que ele a supera e cria novas necessidades e potencialidades. Nesse processo, afirma Lefebvre (*ibid*), a natureza não deixa de existir, ela está presente em todo conteúdo da vida humana. O que vemos ao longo da história até chegarmos no momento contemporâneo (o modo capitalista de produção) é uma profunda transformação da natureza. Porém, se optarmos por uma análise que se restrinja ao desenvolvimento de técnicas e das forças produtivas para a progressiva dominação da natureza, em resposta às necessidades crescentes da humanidade, acabaremos por reduzir a compreensão da relação sociedade-natureza[40].

O conceito de produção da natureza (SMITH, 1996, 1998a, 1998b, 2007, 2008) pode parecer um contrassenso à primeira vista, pois a natureza é comumente vista como a antítese da atividade produtiva humana, mas abriga uma outra possibilidade de compreensão da relação sociedade-natureza ao longo da história. O conceito de produção da natureza é ampliado, pois além de ser compreendida como um fator de produção, a natureza aparentemente “intocada”, *per se*, também é produzida. A

---

[38] No original: “La relación del ser con el ser otro está así dada en la naturaleza y experimentada "existencialmente" por el hombre natural, como exteoridad y dependencia”. Tradução nossa.

[39] No original: “lo más exterior es al mismo tiempo lo más interior”. Tradução nossa.

[40] Smith (2008) aponta que uma das compreensões mais recorrentes sobre a relação sociedade-natureza é a da “dominação da natureza”. Raramente os marxistas se debruçaram sobre o conceito de natureza, e os que realizaram esse exercício, como os filósofos da Escola de Frankfurt, como Alfred Schmidt e Hebert Marcuse, reforçaram o entendimento de que a progressiva extensão humana sobre a Terra só foi possível por meio da dominação da natureza. Para ver a crítica em maiores detalhes realizada por Smith em relação a essa perspectiva recomendamos consultar **Uneven Development: Nature, Capital ande the Production of Space.** Athens: The Georgia University Press, 2008.

natureza é produto do trabalho[41]. A natureza é também social, portanto, reveladora da totalidade e das contradições dos modos de produção em que estiver inscrita[42].

Além do conceito de produção da natureza conter o entendimento sobre a dominação da natureza[43], é no entendimento da relação produto-produtor e de produção que é ampliada, e possibilitada, uma análise de superação das aparências na relação sociedade-natureza. Como vimos até o presente momento, a dialética materialista afirma que a compreensão da relação sociedade-natureza é viabilizada por meio da análise do produto e da produção.

Segundo Lefebvre (1974) é possível rastrear o conceito de produção a partir de Hegel, para quem o mundo é produzido a partir da Ideia:

> A Ideia (absoluta) produz o mundo; depois do que, a natureza produz o ser humano, o qual, por sua vez, produz por suas lutas e seu trabalho, às vezes a história, o conhecimento e a consciência de si, portanto, o Espírito que reproduz a Ideia inicial e final[44] (LEFEBVRE, 1974, p.82).

A concepção de primeira e segunda natureza em Hegel é uma derivação do que foi apresentado no excerto anterior. Para o filósofo, que viveu na Alemanha no início do século XIX, a primeira natureza seria aquela não-humana; e a segunda natureza seria a manifestação de um mundo material transformado pela ação humana. A segunda natureza seria, principalmente, uma manifestação da Ideia, por

---

[41] O que produz a natureza é o trabalho, este que não é trans histórico, e muito menos ontológico, adquire uma maior potência sob o capitalismo na forma de trabalho abstrato, tendo como premissa a total separação do homem e da natureza: “Labour has changed nature, the nature of creative process. The difference between life and death, and between pleasure and pain, reveals itself by way of murder of nature. Productive labour acts in and on Physis: the only natural thing about it is the expenditure of physical strength” (LEFEBVRE, 1978, p.15). De acordo com Marx e Engels (1985), para produzirem um entendimento sobre o trabalho humano e uma concepção materialista de natureza vão direto para a análise entre os seres humanos, e entre os seres humanos e a natureza.

[42] Smith (2008, p.48) ao analisar a elaboração de Marx sobre a natureza, se atenta ao fato de que é possível rastrear em Marx o entendimento de que não haveria uma natureza que precedesse a história humana: “He begins with the relation with nature as an unity and derives as a simultaneously historical and logical result whatever separation between them exists. In this way the social priority of nature is not something that must be infused from the outside, but something that already exists in the social relation with nature”. E, como já reforçamos, o entendimento de natureza em Marx será elaborado por meio da análise das relações sociais.

[43] Diferentemente da leitura hegemônica marxista, que centraliza a atividade humana como uma constante luta contra a natureza, expressa sob o signo do domínio da natureza, Smith, ao partir do conceito de produção, dialetiza o conceito de natureza. Embora o trabalho de Henri Lefebvre seja fundamental para Smith, uma de suas críticas ao filósofo francês, é justamente o ponto acerca da produção sobre uma crítica à relação sociedade-natureza. Concordamos com Smith (1998) quando problematiza que Lefebvre se perde na chave da “dominação”, dá pouca ênfase para a apropriação, e não faz o mesmo caminho sobre a crítica ao espaço, por meio da tese da “produção do espaço”, para a natureza. A natureza, em Lefebvre, aparece como um mero substrato.

[44] No original: “ L’Idée (absolue) produit le monde; après quoi, la nature produit l’être humain lequel à son tour produit, par ses luttes e son travail, à la fois l’histoire, la connaissance et la conscience de soi, donc l’Espirit qui reproduit l’Idée initiale et finale". Tradução nossa.

meio das instituições, das leis de livre mercado e da ética que regula a sociedade moderna (SMITH, 1996; 2008).

A Ideia, para Hegel, afirma Lefebvre (1968a), é a ponte que estabelece a unidade (teoria do conceito). Para o filósofo alemão, “a natureza [...] desenvolve-se em ideia lógica e em espírito” (*apud* LEFEBVRE, 1968, p.178). A lógica é a teoria do conhecimento, e este seria o reflexo da natureza pelo homem. O processo consiste em uma série de abstrações, formulações, formações de conceitos, elaboração de lei. Agindo, o homem conhece a natureza, e porque a domina ao conhecê-la, liberta-se dela.

Para Hegel, segundo Lefebvre (*ibidem*, p.180):

> [...] a natureza, enquanto mundo exterior e atividade do homem, só pode conceber-se como “duas formas de processo objetivo”, ligadas por uma relação recíproca. Se os “fins do homem parecem de início estranhos à natureza”, o conceito ou a Ideia que existe num nível mais elevado restabelece a unidade.

Marx, por meio da inversão da dialética hegeliana, analisará as relações sociais de forma a compreender as determinações e as contingências da produção social. Para Lefebvre (1974), é possível ler em Marx e Engels duas formulações do conceito de produção, sendo uma mais ampla e outra mais precisa. A acepção mais ampla se refere ao modo como os seres humanos produzem sua vida, história e consciência de mundo através do trabalho[45]. Nesse sentido, a produção se reporta a todas as obras que realizamos, e até mesmo a natureza, ainda que não tenham marcas visíveis dos produtores e da produção[46]:

> Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A “natureza”, ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos e aos sentidos, foi modificada, portanto, produzida. Os seres humanos

[45] Como vimos, essa acepção de produção aparece nos *Manuscritos* de 1844 e na *Ideologia Alemã*.

[46] Elaborar o conceito de produção, enquanto objeto filosófico, acompanha a constituição do processo histórico-social-econômico. O estabelecimento do modo capitalista de produção permite que a Filosofia reflita sobre a produção de mudanças necessárias para a sua consolidação. Conforme explica Lefebvre (1986, p.98), a análise em um primeiro momento do conceito de produção é restringida à escala do objeto, enquanto uma abstração e do sujeito, enquanto individual. Porém, com a ascensão da indústria, é posta a necessidade da existência de um sujeito social coletivo, o trabalhador, a indústria, a empresa: “Le concept de *production* a passé par de longues épreuves. Il ne s’agissait d’aborf que des produits, des choses produites, des « objects », ou de « l’object » en général, dans l’abstraction. Puis entrent en scène les actes productifs représentés d’abord comme individuels, subjectifs. Enfin, la recherce théorique découvre le « sujet collectif », les travailleurs, l’atelier, l’usine, l’entreprise. Ce chemin passe par les économistes anglais (Adam Smith. Ricardo) , la sociologie politique française (Saint-Simon, Fourier) e la philosophie allemande (Kant, Hegel) pour aboutir à Marx. Chemin bien des fois retracé: balisé et banalisé".

> produziriam formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas (Grifos nossos. LEFEBVRE, 1974, p.83)[47].

Em uma acepção mais restrita, o conceito de produção – remeteria diretamente ao de produto – o que leva às perguntas "quem produz? O quê? Como? Por quê e para quem?"[48] (LEFEBVRE, *ibidem*, p.84). Emergiriam da economia política, além do conceito de produção, o conceito de produto e o de trabalho. Para Marx, essa acepção permitiria analisar as relações sociais que estariam contidas e dissimuladas sobre cada "coisa" produzida[49]:

> [...] o que Marx dizia e mostrava sobre cada *coisa* produzida: que enquanto coisa, contém e dissimula relações sociais. Este pacote de açúcar não é apenas um pacote de determinado peso, destinado a adoçar o café e o chá. Não se trata apenas de uma matéria paga com determinada soma de dinheiro. O pacote e o dinheiro que o pagam implicam relações sociais, sobretudo a relação "trabalho–capital", o salário e a mais–valia, ao mesmo tempo expressas, ocultas, alienadas (reificadas) pelas coisas, o dinheiro e a matéria, a abstração e o fato prático (Grifos do autor. LEFEBVRE, 2008a, p.117).

Porém, para Lefebvre (1974), o conceito de produção em Marx e Engels não chega a ser concluído – e será Engels quem o retoma a *posteriori*, porém numa acepção mais estreita. Neste sentido, a produção englobaria as esferas da reprodução biológica, econômica e social: "O fator que determina em última instância a história é a produção e reprodução da vida"[50] (ENGELS, 1890 *apud* LEFEBVRE, 1974, p.84).

Smith (2008), ao elaborar seu conceito de produção da natureza, trará a compreensão de produção à luz de uma leitura específica de Marx, que a enxerga dentro de uma relação material entre os seres humanos e a natureza, mediada pelo trabalho. A produção seria, portanto, uma abstração racional[51], apesar de suas determinações históricas. O geógrafo ainda constata a produção da natureza, tanto

---

[47] No original: "Rien dans l'histoire et dans la société qui ne soit acquis et produit. La « nature » elle-même, telle qu'elle se présent dans la vie sociale aux organes de sens, a été modifiéé, donc produite. Les êtres humains ont produit des formes juridique, politiques, religieuses, artistiques, philosophiques, idéologiques". Tradução nossa.

[48] No original: "Qui produit? Quoi? Comment? Pourquoi e por quoi?". Tradução nossa.

[49] Essa acepção de produção é elaborada especialmente nos *Grundrisse* e n' *O Capital*.

[50] No original: "Le facteur qui détermine en dernière instance l'histoire est la producyion et la reproduction de la vie réelle". Tradução nossa.

[51] Nos referimos a esse trecho de Marx, n'*O Capital*, citado por Smith (2008, p.52): *"'Production in general* is an abstraction, but a rational abstraction in so far as it really brings out and fixes the common element' in all epochs of production."

no processo de produção da vida, quanto na (re)produção imediata das condições da vida, a partir da apropriação da natureza[52].

A análise da natureza *per se* é em vão: a natureza tem que ser compreendida enquanto produto da relação sociedade-natureza, afirma Smith.

A questão que chama a atenção de Smith (1996) é que, de fato, a produção do mundo pelo homem, a produção de uma natureza humanizada – ou, como Hegel denomina, de uma "segunda natureza" – é cada vez mais presente. Para ele, sob o modo capitalista de produção, a tendência é que a diferença entre uma primeira e uma segunda natureza passe a ser irrelevante e a primeira natureza passe ser produzida nos termos da segunda:

> A segunda natureza compreende o mundo social dominado pelas regras da sociedade e do mercado, da cultura e da cidade, em que a mudança social é impulsionada por um conjunto paralelo de leis socialmente impostas. Se essa segunda natureza é certamente produzida, a tese da "produção da natureza" vai mais longe ao propor que a distinção entre primeira e segunda natureza é agora amplamente discutível. A segunda natureza continua a ser produzida a partir da segunda natureza, mas cada vez mais primeira natureza é produzida a partir de dentro e como parte da segunda natureza (SMITH, 1996, p.49-50)[53].

Entendemos que a geografia tem um lugar privilegiado, tanto no desvendamento dos processos da produção da segunda natureza, quanto na interpretação da relação sociedade-natureza. A teoria da produção do espaço, como nos aponta Soja (1993), Harvey (1996) e Smith (1998a), foi revolucionária para esta

---

[52] Ao formular o conceito de produção da natureza, Smith travava o debate com os construtivistas, como Alan D. Sokal, apoiados no pensamento kantiano e hegeliano, os quais concebiam a natureza como uma construção social. Concomitantemente, travava um debate com os pesquisadores que enfatizavam a relação sociedade-natureza, por meio da dominação da natureza, à luz dos teóricos da Escola de Frankfurt. Por último, tinha o objetivo de enfatizar que a natureza mais "pristina" era produzida e que a sua produção só poderia ser compreendida pelo entendimento do trabalho. Recomendamos a leitura de SMITH, N. Nature at millennium: production and re-enchantment. IN: BRAUN; CASTREE (orgs). **Remaking reality: nature at the millennium**. Londres, Nova York: Routledge, 1998.

[53] No original: "Second nature comprises the rule-driven social world of society and the market, culture and the city, in which social change is driven by parallel set of socially imposed laws. If this second nature is certainly produced, the 'production of nature' thesis goes further in proposing that the distinction between first and second nature is now largely moot. Second nature continues to be produced out of second nature, but increasingly first nature is produced from within and as part of second nature". Tradução nossa.

ciência[54]. E a produção de uma natureza humanizada (de uma segunda natureza), por sua vez, pode ser entendida como produção do espaço geográfico[55].

Para Smith (1998a, p.55): “a produção de espaço baseia-se fundamentalmente na espacialidade da vida cotidiana e suas abstrações, no material geográfico da existência local e global e na sucessão de regimes espaciais que nos levaram ao presente político”[56]. Assim como Smith, para Soja (1993) e Harvey (1996) não é possível conceber a produção do espaço sem a produção da natureza:

> Uma vez que o espaço, os tempos e os lugares são definidos relacionalmente pelos *processos*, eles são contingentes aos atributos de processos que definem e moldam simultaneamente o que é habitualmente chamado de "ambiente" [...] A ideia de que o espaço-tempo pode ser examinado independentemente daqueles processos evocados no trabalho ambiental e ecológico não podem ser sustentados. Nesta perspectiva, as dicotomias tradicionais que se encontram dentro da tradição geográfica entre a ciência espacial e as questões ambientais, entre as geografias sistemáticas e as geográficas regionais parecem totalmente falsas, precisamente porque o espaço–tempo, o lugar e o ambiente estão todos incorporados em processos substanciais cujos atributos não podem ser examinados independentemente dos diversos espaço-tempos que tais processos contêm. As implicações para a filosofia do pensamento geográfico são imensas (Grifos nossos. HARVEY, 1996, p.263–264)[57].

---

[54] A chamada “virada espacial”, ou como os anglófonos denominam de “*spatial turn*”, é o momento em que o conceito de espaço ganha proeminência nas ciências sociais e é redefinido na Geografia. A incorporação do marxismo, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, provoca mudanças profundas. Entre elas, a necessidade de aprofundamento e de produção de novos entendimentos sobre conceitos fundantes, entre eles o espaço. A leitura realizada pelos geógrafos de Henri Lefebvre, em especial do livro *A Produção do Espaço,* garante um novo ponto de partida para a análise dos processos político, econômico e social. Corroboramos com Soja (1993, p.147-167) de que a incorporação de um conceito de espaço, a partir da leitura marxista, e da “produção do espaço” coloca também para os geógrafos a necessidade de repensar a relação sociedade-natureza, e o conceito de natureza. Não é à toa que Soja (*ibid*) chega a essa conclusão. Ao realizar essa afirmação, ele cita a obra de Neil Smith e a formulação do conceito de produção da natureza como ponto de partida para refletir sobre o conceito de produção do espaço.

[55] Essa afirmação se apoia em Lefebvre (1974), que entende que é impossível conceber o espaço como externo à atividade humana, como algo pré dado, um campo *a priori* no qual a atividade social e natural ocorre. O espaço é produzido na e por meio da atividade humana, assim como na reprodução das relações sociais de produção.

[56] “The production of space is fundamentally about the spatiality of everyday life and its abstractions, the material *cum* conceptual geography of local and global existence, and the succession of spatial regimens that has carried us to the political present”.

[57] No original: “Since space, times, and places are relationally defined by *processes*, they are contingent upon the attributes of processes that simultaneously define and shape what is customarily referred to as ‘environment’ […] The idea that spatio-temporality can be examined independently of those processes evoked in environmental and ecological work cannot be sustained. From this perspective the traditional dichotomies to be found within the geographical tradition between spatial science and environmental issues, between systematic and regional (place-bound) geographies appear totally false precisely because space-time, place and environment are all embedded in substantial processes whose attributes cannot examined independently of the diverse spatio-temporalities such processes contain. The implications for the philosophy of geographical thought are immense”. Tradução nossa.

Ao formular o seu conceito de produção da natureza, Neil Smith também incorpora o conceito de "produção do espaço" formulado por Henri Lefebvre para demonstrar que a natureza (social) é produzida (socialmente)[58]. Smith (1998a, p.61) afirma que ambos os conceitos estão conectados, uma vez que a produção do espaço seria indissociável da produção da natureza:

> [a tese da produção da natureza] não nega de forma alguma a produção de espaço, mas sugere, antes, que a produção de espaço é parte integrante de uma produção da natureza e formada dentro dela. É o corolário da produção da natureza ao contrário[59].

Em seu projeto, Lefebvre (1974) retoma o conceito de produção a partir de Hegel e Marx, a fim de revalorizar e dialetizar a relação "produto-produtor", "obra-produto" e "natureza-produção"[60]:

> Para resumir o que se seguirá, digamos imediatamente que a *obra* tem algo de insubstituível e de único, enquanto o *produto* pode se repetir e resulta de gestos e atos repetitivos. A *natureza* cria e não produz; ela oferece recursos a uma atividade criadora e produtiva do homem social; mas ela fornece valores de uso e todo valor de uso (todo produto enquanto ele não é trocável) retorna à natureza ou assume a função de bem natural. Evidentemente, a terra e a natureza não se separam (Grifos do autor, LEFEBVRE, 1974, p.85)[61].

Em Lefebvre, o sentido de produção e de produto é ampliado por meio da compreensão do conjunto de relações sociais que são carregadas nesse par dialético, permitindo constituir a tríade produção-produtor-produto. O homem e a prática social são os que podem criar obras e produzir "coisas" a partir do trabalho. Toda produção conduzida por práticas sociais possui uma racionalidade imanente – esta, que não se refere a uma razão teológica – metafísica.

---

[58] Smith (1998b, p.278-279) reconhece a obra de Henri Lefebvre e a sua importante ampliação da compreensão sobre o conceito de produção, junto com o de produtor e produto, a partir do conceito de produção do espaço. Para Smith, a importância da obra de Lefebvre auxiliaria, principalmente, a se conceber um projeto alternativo de produção da natureza.

[59] No original: "It does not in any way deny the production of space but suggests, rather, that the production of space is integral to a production of nature and fashioned within it. It is the corollary of the production of nature rather the other way round". Tradução nossa.

[60] No original: "production-produit"; "oeuvre-produit"; "nature-production". Tradução nossa.

[61] No original: "Por résumer ce qui va suivre, disons aussitôt que l'*ouevre* a quelque chose d'irremplaçable et d'unique, alors que le *produit* peut se répéter el résulte de gestes et actes répétitifs. La *nature* crée et ne produit pas ; ele offre de ressources à une activité créatice et productive de l'homme social ; mais elle fournit des valeurs d'usage et toute valeurs d'usage (tout produit en tant qu'il n'est pas échangeable) retourne vers la nature ou fait fonction de bien naturel. La terre et la nature ne se séparent évidemment pas". Tradução nossa.

A racionalidade imanente à produção consiste em uma sequência de atos que se sucedem visando a criação de um bem ou serviço. É essa atividade que permite o estabelecimento de relações de ordem, de simultaneidade e sincronismo que envolvem a dimensão espaço-tempo. Para produzir é necessário colocar em movimento os elementos espaciais (corpo, os membros, os olhos), o material (instrumentos, armas, linguagem, comandos e palavras de ordem) e as matérias (pedra, madeira, osso, couro, etc.)[62]:

> Ela [a racionalidade imanente à produção] compõe temporal e espacialmente uma ordem de operações que se encadeiam e cujos resultados coexistem [...] essa passagem incessante da *temporalidade* (sucessão, encadeamento) à *espacialidade* (simultaneidade, sincronização) define toda a atividade produtora (Grifos do autor. LEFEBVRE, 1974, p.87)[63]

Guiado pelo objetivo de compreender o papel do espaço (em especial no contexto capitalista de reprodução das relações de produção) é que Henri Lefebvre (1974, 2008) enfatiza a necessidade de compreensão dos conceitos de produção, produto e produtor. Para o filósofo, o espaço, além de ser a base das relações sociais de produção e da produção de mercadorias, é produzido, consumido e também intervém na própria produção. A partir da proposta da produção do espaço é que ele objetiva situar o espaço nas esferas econômica, política e social. Para o autor, em especial no contexto da sociedade capitalista, cada vez mais a produção do espaço irá se sobrepor aos ritmos espaço-temporais da natureza, impondo um espaço-tempo da repetição, da reprodução:

> A história do espaço conduziria do tempo no qual cessa a predominância do antropológico até o tempo no qual começa expressamente a produção do espaço como produto industrial: onde o reprodutível, a repetição e a reprodução de relações sociais, sobrepujam deliberadamente a obra, a reprodução natural, a própria natureza e os tempos naturais (LEFEBVRE, 1974, p.142)[64].

---

[62] Exemplos do autor, consultar em Lefebvre (1974, p.87).

[63] “Elle compose temporellement et spatialement un ordre d’opérations qui s’enchaînent et dont les résultats coexistent. [...] ce passage incessant de la *temporalité* (succession, enchaînement) à la *spatialité* (simultanéité, synchronisation) défit toute activité productrice". Tradução nossa.

[64] No original: “L’histoire de l’espace mènerait du temps oú cesse la prédominance de l’anthropologique jusqu’au temps oú commence expressément la production de l’espace comme produit industriel : oú le reproductible, la répétition el la reproduction des rappórts sociaux, l’emportent délibérément sur l’oeuvre, sur la reproduction naturelle, sur la nautre elle-même e les temps naturels". Tradução nossa.

Lefebvre (1970, 1974, 1999, 2008) deixa uma importante contribuição para nós, geógrafos. Ele indica que o espaço geográfico é um produto, uma condição e um meio para a reprodução das relações sociais de produção. E em um contexto global, é o *lócus* da reprodução da sociedade em um determinado momento histórico. Como o processo de produção do espaço é fundado nas relações de trabalho entre sociedade e natureza, coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações. Por isso, para o filósofo francês, o sentido de produção pode ser lido sob duas terminações: *stricto sensu*, no que se refere à produção de bens e mercadorias; e *lato sensu*, no que se refere à produção de ideias, das quais derivam as relações sociais, as ideologias e os costumes. Conforme aponta Smith (1998a, 1998b), para Lefebvre, a produção da vida não se reduz apenas à produção de bens voltados para a satisfação de nossas necessidades materiais, mas inclui também a produção da vida em sociedade – é, portanto, o que nos faz humanos.

Smith (1996, 2008) ainda argumenta que a produção da natureza não se limita ao modo capitalista de produção. Foi pela imprescindibilidade de organizar e atender às suas necessidades físicas mais imediatas que o ser humano, através de práticas e conhecimentos aplicados, imprimiu na natureza novos ritmos nos espaços-tempos – ou seja, a organização da produção da vida e a apropriação da natureza sempre estiveram atreladas aos modos de produção.

Para que a produção da natureza mude de uma formação econômico-social para outra, alternando também o seu modo de funcionamento, é preciso interferir nas formas correntes de apropriação e de uso da natureza, assim como na distribuição da riqueza socialmente produzida por meio de instituições. Repensar a finalidade da produção seria uma outra condição para essa mudança[65].

Smith (1996, 2007, 2008), destaca que especialmente no contexto atual, tanto a produção capitalista, quanto a produção não capitalista da natureza[66] produzem a primeira e a segunda natureza. Porém, a produção capitalista da natureza tem como

---

[65] Nos *Grundrisse* (MARX, 2011) no texto intitulado “Formas que precederam a produção capitalista” é fornecida a compreensão de que as formas de propriedade e de organizações não capitalistas implicam outras formas de apropriação e distribuição da produção social, diferentes do que ocorre sob o capitalismo, em que a propriedade privada, estranha ao homem, e o valor de troca determinam a produção e a sua apropriação.

[66] Smith em nenhum momento de seus textos utiliza esses termos, porém optaremos por denominar de produção não capitalista da natureza, a produção que é fruto de relações de produção não capitalistas, na qual o uso e a apropriação da natureza e da produção social são institucionalizados a partir do valor de uso. E nos referiremos à produção capitalista da natureza, a que é produto de relações sociais de produção capitalistas, por meio da institucionalização da propriedade privada e do valor de troca.

um de seus pressupostos a propriedade privada, o valor de troca e de uso e o lucro, o seu fim implicaria a tautológica “acumulação pela acumulação”. E, será no capitalismo, pela primeira vez, que a produção da natureza se torna mais intensa e em uma escala mundial, devido ao desenvolvimento das forças produtivas – o que não significa homogeneizadora: ao contrário, notamos que a produção sob o capitalismo revelaria o desenvolvimento contraditório e desigual, ao reproduzir e apropriar-se de relações de produção não capitalistas e capitalistas.

Sob o capitalismo, a natureza será concebida enquanto força externa ao homem. É essa divisão calcada na ideia de que a natureza é pré-humana que reforça a separação entre sociedade e natureza:

> O que nos abala muito sobre essa ideia de produção da natureza é que ela desafia a separação convencional, sacrossanta da natureza e da sociedade, e o faz com tal abandono e sem vergonha. Estamos acostumados a conceber a natureza como algo externo à sociedade, como pristina e pré-humana, ou então como um grande universal em que os seres humanos são, nada mais do que engrenagens simples e pequenas. Mas aqui novamente nossos conceitos ainda não acompanham a realidade. É o capitalismo que desafia ardentemente a separação herdada da natureza e da sociedade, e com orgulho em vez de vergonha (Grifos nossos. SMITH, 2008, p.7)[67].

A separação entre a sociedade e a natureza é um produto da história – *um produto do modo capitalista de produção* – que se concretizou com a separação do homem de suas condições objetivas do trabalho, da terra e dos meios de produção, sobrando-lhe apenas sua força de trabalho para vender no mercado. É por meio da instituição da propriedade privada capitalista que a sociedade é separada da natureza, e esta passa a ser estranha ao homem. A atividade vital do homem, que antes era a sua essência, torna-se um meio para sua existência:

> [...] na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta é sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como sua obra e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando–se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Consequentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranho arranca–

[67] No original: “What jars us so much about this idea of the production of nature is that it defies the conventional, sacrosanct separation of nature and society, and it does so with such abandon and without shame. We are used to conceiving of nature as external to society, pristine and pre-human, or else as a grand universal in which human beings are but small and simple cogs. But here again our concepts have not caught up with reality. It is capitalism which ardently defies the inherited separation of nature and society, and with pride rather than shame” (SMITH, 2008, p.7). Tradução nossa.

> lhe sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenständlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ter tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (Grifos nossos. MARX, 2010, p.85)

Para Damiani (2008), sob o capitalismo, a separação da natureza ao homem só pode ser compreendida como produto da relação, em um processo histórico contraditório de humanização da natureza e de naturalização do homem. A filosofia e as ciências modernas, produtos da gênese do capitalismo entre os séculos XVII e XVIII, terão uma função crucial de legitimar a separação sociedade-natureza e a institucionalização da propriedade privada. A totalidade sociedade-natureza será analisada pela filosofia e pelas ciências a partir do discernimento dos elementos da relação, constituindo um pensamento da natureza, do natural *para si,* separada do homem.

A necessidade de consolidar a propriedade privada como um dos fundamentos das relações sociais modernas fez com que o homem e a natureza, bem como o homem e a propriedade, não pudessem mais ser confundidos. “A desnaturalização do homem é um processo necessário à formação social em desenvolvimento, do mesmo modo, é um pensamento próprio e exclusivo do que é natural, ou natureza” (DAMIANI, 2008, p.178).

Para Smith (2008) a produção da natureza sob o capitalismo só será possível por meio da formulação de ideologias sobre a natureza, as quais serão assentadas nos alicerces de um pensamento burguês. O geógrafo aponta que, inclusive, esse modo de produção empregou conceitos mais antigos da natureza para seus propósitos.

Embora historicamente existem muitas maneiras de compreender a natureza, essas conceituações hoje convergem para um dualismo. Para o geógrafo, o par contraditório exterior-universal[68] é um dos fundamentos do conceito de natureza na sociedade moderna.

Kant formula a ideia de que existiriam duas naturezas: uma natureza interior (o mundo da experiência sentida pelos nossos corpos), e uma exterior ao homem, que seria o ambiente social e físico onde ele vive. Para Smith (1996, 2008), esta dicotomia persiste na contemporaneidade.

---

[68] “External and universal nature are not entirely reconcilable, for at the same time that nature is held to be external to human existence, it is simultaneously both internal and external” (SMITH, 2008, p.12).

Em Bacon, precursor do pensamento científico moderno, foi estabelecido que o procedimento científico só é possível se a natureza for externa à sociedade; ainda assim espera-se a sua internalização pelo processo social de produção. Smith (2008) enfatiza que, a partir de Bacon, é consolidada a ideia de "domínio da natureza[69]". Para o geógrafo, dominar a natureza pode ser entendido historicamente como uma forma de equilibrar sua relação com a cultura. Esse domínio era visto como um meio de controle social e como estímulo para a pesquisa científica. Entretanto, será em Newton que se assentará a ideia abstrata da universalidade da natureza, nos conceitos de tempo e espaço como seus elementos básicos.

A natureza externa e universal tornou-se o objeto de investigação para as ciências duras, e o método científico começou a abstrair e a produzir leis a partir da experiência da vida social.

Para Neil Smith (1996), quando a natureza é considerada real, fixa e apartada do social, há o propósito oculto de justificar a dominação de pessoas e lugares. As ideologias são construídas sobre conceituações em que a natureza é fetichizada, e as relações sociais que marcam a sua produção discursiva e material tornam-se invisíveis.

É interessante pontuar que Damiani (2008) vai ainda mais longe ao enfatizar que a economia política também reforçará a separação sociedade-natureza. Nos séculos XVII, XVIII e XIX, segundo a autora (*ibidem*, p.179), "era preciso superar, inclusive, a propriedade da terra, nos termos como se realizava, e a metamorfose em realização da moderna propriedade privada da terra, através da renda da terra". Damiani postula que a exteriorização da natureza influenciaria decisivamente no processo de acumulação de capital (inclusive, como uma exigência do *modus operandi* desse sistema) e que a economia moderna contribuiria para a criação dessa natureza que nega o homem. Tal concepção de natureza persiste na contemporaneidade, principalmente nas pautas ambientalistas[70].

A consequência da separação sociedade-natureza, para Damiani (2008), seria a constituição de uma produção da natureza que nega seu conteúdo social. A natureza

---

[69] No original "mastery of nature". Tradução nossa.

[70] Nos referimos ao seguinte excerto: "O modo como concebemos o processo de conhecimento próprio dessa economia moderna leva à necessária separação da natureza, enquanto exterior, como momento primário da acumulação do capital. Aliás, concebemos, a acumulação primitiva como processo reiterativo, interno à própria reprodução do capital, sendo esta, de modo inerente, crítica, o que refaz a possibilidade desta ideia de natureza persistir. Podemos pensar o ambientalismo, hoje, como espelho da ideia de natureza exterior. Tratar-se-ia de fetichismo da natureza" (DAMIANI, 2008, p.180).

produzida pelo homem é alienada dele, por isso é uma natureza que nega o homem:

> [a] separação da natureza, em relação ao homem, como modo necessário de constituição da propriedade privada como fundamento do capitalismo, poderíamos concluir que essa separação não é um modo de desenvolvimento do humano, através da produção de uma natureza humanizada, mas um modo de produção social que nega a natureza, "natural", ou produzida, ao homem. É o homem alienado da natureza, de sua própria natureza (DAMIANI, 2008, p.179)

Em Lefebvre a natureza está relacionada à ideia de espontâneo e a apropriação – portadora do afetivo e do imaginário. Dessa forma, seria uma possibilidade de transformar a natureza a partir do desejo, da necessidade e do uso (LEFEBVRE, 1978).

Porém, a propriedade privada impõe identidades às relações sociais, e limita sua apropriação à existência de um valor de troca. Marx (2010) pontua que com o surgimento da propriedade privada, o que é externo ao homem torna-se estranho. A apropriação de seus meios de produção e o produto de seu trabalho também aparecem como um estranhamento[71]. Atualmente, há uma intensificação da generalização da mercadoria, do trabalho e da expansão espacial do capitalismo, que institucionaliza as formas de apropriação e uso da natureza.

As ideologias da natureza, segundo Smith (2008), cumprem entre muitas de suas funções a de "naturalizar" os processos sociais. Os fundamentos do modo capitalista de produção e a existência de desigualdades sociais são naturalizadas nos seguintes parâmetros:

> A função primordial da concepção universal (interna) hoje é conceber certos comportamentos sociais e características como normais, dado por Deus, imutável. A competição, o lucro, a guerra, a propriedade privada, o sexismo, o heterossexismo, o racismo, a existência de ricos e pobres de "chefes e índios" – a lista é interminável – são todos considerados naturais. A natureza, não a história humana, é responsabilizada (SMITH, 2008, p.15)[72].

---

[71] "A *exterioriização* (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma *existência externa* (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dela* (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha" (MARX, 2010, p.81).

[72] No original: "The overriding function of the universal (internal) conception today is to invest certain social behaviours and characteristics are normal, God-given, unchangeable. Competition, profit, war, private property, sexism, heterosixism, racism, the existence of haves and haves nots of "chiefs and Indians" - the list is endless - are all deemed natural. Nature, not human history is made responsible". Tradução nossa.

A constituição do modo capitalista de produção e a instituição da propriedade privada não ocorreram da mesma maneira por toda parte do globo. Ao contrário, o desenvolvimento desse sistema se deu de maneira desigual e contraditória, (re)produzindo e (re)criando relações sociais não capitalistas. Muitas formações econômico-sociais não capitalistas, suas práticas sociais, seus usos e apropriação da natureza foram ao longo do capitalismo se (re)criando como uma estratégia do capital. Se observarmos, grande parte das áreas florestadas, no momento atual, estão presentes em territórios de comunidades originárias ou camponesas que apresentam uma outra forma de relação sociedade-natureza e de produção da natureza. Sua conservação só foi possível por produzirem a natureza fora da lógica capitalista – que pressupõe a separação da sociedade de seu mundo que lhe é externo.

Para Smith (2007, 2008), a produção da natureza se torna universal especialmente nos dias atuais. Fruto do movimento da propriedade privada, a própria natureza se mercadifica e sua produção adquire um papel importante na acumulação capitalista. Graças ao desenvolvimento da tecnologia, os efeitos produzidos na natureza são cada vez mais visíveis. A natureza concebida enquanto recurso natural, torna-se imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo.

Contraditoriamente, a produção da natureza *per se* – próxima a primeira natureza – também será fundamental para a acumulação capitalista. A partir da crise econômica dos anos 1970, o papel da natureza como provedora de recursos é ressignificado sob a retórica da “crise ambiental”. Como nos indica Harvey (2014a), o que era antes indesejado (como a presença de grandes áreas naturais, ou como a emissão de gases de efeito estufa) acaba virando uma oportunidade para o setor empresarial na forma de ativos financeiros. E, será sobre esse processo e as derivadas estratégias que redefinirão economicamente a natureza que iremos aprofundar a seguir em nosso texto.

Do colapso econômico ao colapso ecológico

A chamada crise ambiental dos anos 1970 evidenciou uma das contradições do modo capitalista de produção, que se caracteriza pela busca de acumulação

infinita. Entretanto, um de seus fatores de produção, a natureza, dava sinais de finitude. Ao mesmo tempo, essa época era o momento de uma crise de sobreacumulação. O mercado não conseguia mais absorver as mercadorias no ritmo em que a acumulação capitalista precisava para repor as suas condições de existência. Os países centrais capitalistas não conseguiam mais sustentar as condições pós Segunda Guerra Mundial, momento que se caracterizou pela captura da vida cotidiana e pela constituição de uma sociedade burocrática de consumo dirigida (LEFEBVRE, 1968). A produção industrial e o consumo intensivo e mundial de mercadorias, assim como a disputa dos recursos naturais, davam pistas do desgaste deste modelo econômico.

Para Harvey (2013, 2014a), entre os anos de 1945 e 1970 foram forjadas uma série de estratégias que possibilitaram a fuga de capitais excedentes dos Estados Unidos. Entre elas se enquadra a expansão do modo de vida americano (*american way of life*), um padrão de produção e consumo que servia para garantir uma "reprodução expandida" do capitalismo[73]. O objetivo das políticas adotadas, de caráter intervencionista e de matriz keynesiana, era evitar o que se passara na crise de sobreacumulação dos anos 1930[74].

Ao olharmos para a expansão capitalista pós 1945, marcada por uma emergência da urbanização, industrialização e um aumento no padrão de consumo dos países centrais e não-centrais capitalistas, veremos que se almejava um ritmo de assimilação de mercadorias concomitante ao da produção e consumo dos recursos naturais. Os efeitos da produção do espaço urbano e da industrialização, assim como a emergência de um novo modelo de produção na agricultura (a Revolução Verde), produziam o aumento da poluição do ar e dos corpos d'água, além do aumento do consumo das fontes de energia.

Porém, até aquele momento os efeitos na natureza não apresentavam barreiras à acumulação capitalista. A presença de grandes áreas florestadas era concebida como "sintoma" de economias capitalistas "atrasadas", pois a grande meta para os

---

[73] Harvey (2013,2014a, 2014b) assinala que o capitalismo ao se expandir não possui um caráter homogeneizador, pelo contrário, é marcado pelo desenvolvimento geográfico desigual. Por exemplo, ao observarmos a incorporação de padrões de produção e consumo, concluímos que globalmente se deu de maneira desigual.

[74] "O problema da sobreacumulação do capital, embora sempre ameaçador, foi contido até o final dos anos 1960 por uma mistura de ajustes internos e de ordenações espaçotemporais tanto dentro como fora dos Estados Unidos. Esperava-se que essas estratégias permitissem ao sistema superar os problemas econômicos que haviam perturbado os anos 1930 e protegessem da ameaça do comunismo" (HARVEY, 2014a, p.55).

países em desenvolvimento era a industrialização, a partir da transferência de capital e tecnologia[75]. O desenvolvimento econômico era concretizado a partir de critérios quantitativos, como o consumo de mercadorias e dos recursos da natureza, assim como pela adoção de modelos econômicos matemáticos que possuíam o crescimento indefinido como variável[76]. Para Lefebvre (1978), a única dificuldade que havia para o crescimento era o começo ou, como os teóricos marxistas conheciam, a chamada acumulação primitiva[77].

A crise dos anos 1970 aparecia como uma crise dos recursos naturais, pautada no diagnóstico malthusiano de que o desenvolvimento econômico teria um limite. No ano de 1972, o *Relatório Meadows/Os Limites do Crescimento*, financiado pelo Clube de Roma (composto por grupos de empresários e executivos de transnacionais), diagnosticou o limite do crescimento a partir de um modelo matemático, que apontou para o esgotamento dos recursos naturais frente ao modelo de crescimento econômico, de industrialização e de aumento populacional, especialmente nos países não-centrais capitalistas (HARVEY, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2011). Segundo Katz (1998), o auge dessa contradição foi a crise do petróleo de 1973, apresentada como uma "incerteza" para os capitalistas[78].

Concordamos com Chesnais e Sefardi (2003), para os quais não é possível compreender a crise que se instaura a partir dos anos 1970 por meio da adoção da chamada "segunda contradição", que coloca como limite do desenvolvimento

---

[75] Entre os anos 1950 e 1970 a escola neoclássica compreendia o desenvolvimento econômico a partir da transferência de capital e tecnologia dos países denominados "desenvolvidos" aos "em desenvolvimento". Em reação a essa concepção de desenvolvimento, nos anos de 1970, a partir das críticas de Andre Gunder Frank, surgiu a "teoria da dependência", a qual colocava que uma das causas do subdesenvolvimento era o atrelamento que se forjava a partir da transferência de capital e tecnologia. Consequentemente, a desigualdade entre países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos" aumentava (ELLIOT, 2006).

[76] Sobre os modelos econômicos, Lefebvre (1978, p.102) apresenta sua crítica. Baseados em critérios quantitativos os economistas creem que o crescimento é indefinido, de modo que a se busca aumentar o produto interno bruto e nas definições de metas, as crises seriam extintas e o que poderia existir seriam desacelerações e recessões da economia: "According to economics, which was declared to be the most modern Science of all, indefinite growth was possible. The economics worked out models, and the best models were naturally those which proposed and verified indefinite growth. There were never again going to be any crises – at the most there would be decelerations or recessions".

[77] "The only difficulties in growth were those which arose at the beginning, in the period known to Marxists as primate accumulation. This was what behind the famous "take off" theory worked out by Rostow, the American economist and reactionary advisor to the White House. At most there would be a few bottlenecks here and there. The future was open wide. Ii was up to the technicians and technocrats to take the decisions which would control this future" (LEFEBVRE, 1978, p. p.102-103).

[78] "With the decolonization and the environmental of the 1960s and 1970s coupled with the oil shock of 1973, the utilitarian presumptions that undergirded so much of the relationship to nature under capitalism hit their limits. Capitalist actors could no longer be sure that "natural resources" would be everywhere and eternally available to them" (KATZ, 1998, p.46).

econômico e da continuidade da acumulação capitalista a finitude da natureza. Segundo os autores (2003) – e também para Smith (2008) e Harvey (2013, 2014a), que endossam o argumento de Marx, a única barreira para o processo de acumulação capitalista é o próprio capital e suas contradições. Nessa lógica, a crise ambiental e suas soluções são uma manifestação das contradições do processo de reprodução e acumulação sob o capitalismo[79]:

> A crise ecológica planetária ou as crises ecológicas, cujos efeitos se repartem de forma muito desigual, são produto do capitalismo, mas nem por isso são fator central de crise para este. Hoje se desenvolve de modo acelerado sob o efeito da busca pelo capital de "soluções" para suas contradições profundas (taxa e massa de mais–valia, taxa de lucro, superacumulação endêmica etc.) numa desabrida fuga para a frente, tornada possível pela liberalização, a desregulamentação e a globalização. Tomada por este ângulo, a crise ecológica planetária é, pois, uma "crise capitalista". Mas ela testemunha a plena reafirmação da vontade e da recorrente capacidade do capital em transferir a seu meio "externo" geopolítico e ambiental (a biosfera) as consequências de contradições que são, exclusivamente, suas, no sentido de que surgiram das relações de produção e de propriedade que o fundam" (Grifos nosso. CHESNAIS e SERFADI, *ibid*, p.42).

A ideia defendida pelos autores concerne uma "externalização" das contradições internas do capitalismo, as quais remetem aos seus fundamentos, à propriedade privada capitalista e às relações de produção. Se olharmos para o significado da crise do petróleo de 1973, segundo Harvey (2013, 2014), tratava-se muito mais de garantir a hegemonia norte-americana e contornar a insuficiência do mercado externo em conseguir assimilar uma oferta excessiva de dólares. Naquele momento, os Estados Unidos não dependiam muito das reservas do Oriente Médio. Para Harvey (2013), a crise do petróleo acaba por mascarar a recessão provocada pela crise de sobreacumulação, que, por sua vez, será marcada pela excessiva oferta de petrodólares e eurodólares, pela queda dos valores das propriedades, pelas crises urbanas (como a da cidade de Nova York) e pela crise de poder da classe capitalista. Consequentemente, toda a arquitetura mundial financeira de Bretton Woods entra em colapso após 1973, quando Nixon decreta o fim da paridade dólar-ouro[80].

---

[79] Mais adiante iremos apresentar como o próprio capitalismo irá criar novas estratégias, mercados e mercadorias para tentar amenizar, sem superar, suas contradições.

[80] "A década de 1970 foi tumultuada. A crise global de acumulação do capital, que então se aclarava era a pior desde os anos 1930. O forte intervencionismo estatal que havia prevalecido na maioria dos países capitalistas avançados após 1945, e que gerou altos índices de crescimento e enfrentava dificuldades. O embargo do petróleo subsequente à guerra entre Israel e os países árabes em 1973 mascarou o início da recessão e levantou o problema de como os petrodólares que fluíam para os Estados do Golfo seriam reciclados para a economia global mediante o sistema financeiro. O valor da

Para Harvey (2013), as crises no capitalismo não são acidentais, elas podem racionalizar o sistema. Segundo Belluzzo (1995), uma das funções da crise dos anos 1970 foi a possibilidade de uma nova arquitetura, dando primazia a uma esfera financeira "internacionalizada":

> Foi, aliás, sob o signo da desorganização financeira e monetária que se deu a formidável expansão do circuito financeiro "internacionalizado" nos anos 70. A crise do sistema de regulação de Bretton Woods permitiu e estimulou o surgimento de operações de empréstimos/depósitos que escapavam ao controle dos bancos centrais. A fonte inicial dessas operações "internacionalizadas" foram certamente os dólares que excediam a demanda dos agentes econômicos e das autoridades monetárias estrangeiras. O primeiro choque do petróleo e a famosa reciclagem privada dos petrodólares ampliaram as bases da oferta de crédito internacional e empurraram o sistema para a zona de riscos crescentes. De qualquer maneira, a euforia do endividamento externo que deu sobre–fôlego a muitos projetos de industrialização e de crescimento industrial (tanto na periferia do capitalismo, quanto na área socialista), já era resultado da fadiga e das contradições que atingiram os mecanismos básicos que garantiam, simultaneamente, a estabilidade e o crescimento das economias centrais (Belluzzo 1995, p.15).

Será a partir anos 1970 que as chuvas ácidas, a diminuição da camada de ozônio, a poluição dos corpos d'água e as queimadas na Amazônia entrarão no circuito midiático, apontando para um ponto crítico da natureza e da civilização humana[81] – traduzidos de maneira genérica na ideia de "colapso ecológico". Como efeito da crise econômica e da ambiental, há a formação de um novo modelo político-econômico: o neoliberalismo. Modelo marcado pela reestruturação produtiva, retirada de direitos sociais conquistados, enfraquecimento dos sindicatos e formas de representação política, afrouxamento das fronteiras (permitindo a livre circulação de capitais), surgimento de uma nova arquitetura financeira e pela reposição da aliança entre o Estado e o capital (HARVEY, 2014c).

A crise econômica e a ambiental estão inscritas no momento de gênese do neoliberalismo, assim como o início da financeirização e liberalização da economia. Segundo Smith (2007), para além dos ajustes fiscais, austeridades orçamentárias e

---

propriedade despencava no mundo todo, e o colapso simultâneo de várias instituições financeiras no início de 1973, associado ao emaranhado dos arranjos financeiros do sistema Internacional de Bretton Woods, criou problemas complicados" (HARVEY, 2013, p.12).

[81] Sobre a potência das imagens, do mundo da aparência, de uma tirania da visibilidade-invisibilidade, de uma operação do olhar e da consciência na sociedade pós-Segunda Guerra Mundial, vale a pena ressaltar a obra *A Sociedade do Espetáculo*. "O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens" (DEBORD, 2015, p.14). Apontamos, que somente na sociedade do espetáculo que as imagens do "colapso" teriam os efeitos de obscurecer as contradições internas do capitalismo.

de uma aparente diminuição da intervenção estatal, a partir da década de 1980 a natureza se torna uma estratégia de acumulação. Em especial, serão formuladas novas leis, políticas e estratégias de mercado que contribuirão para sua mercadificação e financeirização.

Para analisarmos essa nova estratégia e seus desdobramentos, como o caso da conservação ambiental, adotamos a visão de Henri Lefebvre sobre o modo capitalista de produção. Para o filósofo, o modo capitalista de produção não está acabado, e muito menos sua compreensão está completa. Portanto, o que aparentemente se apresenta como um limite, como uma contradição ou como algo externo pode ser uma possibilidade de acumulação capitalista. O que analisamos e assistimos recentemente é um momento do capitalismo que não apresenta sinais de seu fim. “A metáfora do ‘continente’ está para o capitalismo como modo de produção, uma totalidade que nunca foi sistematizada ou alcançada, nunca é ‘superada’, e ainda está sendo realizada"[82] (LEFEBVRE, 1978, p.14).

Uma das expressões deste momento do capitalismo que buscamos compreender é o que Lefebvre (1974, 2008) chama de inversão dialética da escassez-abundância, transformando os “elementos” / “bem naturais” (o ar, a água, a luz) nas “novas raridades”[83]. Ou seja, quando o bem se torna uma raridade e ganha um valor de comercialização no circuito de trocas, virando uma *commodity.*

Compreendemos que o momento sobre o qual nos debruçamos é caracterizado por uma tendência da mercadificação e privatização da natureza, de modo que a natureza exercerá muito mais do que a função de fator de produção. A natureza, ao se tornar mercadoria, insere-se no processo de produção e reprodução capitalista, tornando-se uma propriedade privada. Como uma das consequências, o seu uso passa a ser subordinado à troca, e as qualidades em relação às quantidades, alterando a relação sociedade-natureza.

Santana (1999, p.180) aponta que a instituição da natureza como uma propriedade “rara” tem o efeito de acirrar ainda mais a produção de desigualdades:

---

[82] No original: “The metaphor “continent” stands for capitalism as a mode of production, a totality which has never been systematised or achieved, is never ‘over and done with’, and is still being realised”. Tradução nossa.

[83] Para Lefebvre (2008, p.122-123) as antigas raridades eram, por exemplo, os produtos agrícolas e os alimentos. Com a emergência de novas técnicas foi permitida a ampliação da produção, mas não o fim da fome e o acesso desigual aos produtos agrícolas.

> O que é abundante e o que passa a ser raro se redefine sob a lógica da acumulação capitalista enquanto necessidade de reprodução do capital. Deixando de ser bem livre, disponível a todos, as desigualdades sociais são reforçadas, pois [o bem] passa a ser regido por leis da propriedade. Quanto mais raro um bem, e mais demandado for, maior o seu valor de troca, assim mais diferenciada será a apropriação deste bem. As novas raridades são adotadas estrategicamente.

Interessante pontuarmos que Lefebvre (1974) já observava a chamada crise ambiental, e seus efeitos serviriam de "álibis" para mascarar o processo de valorização dos bens naturais. Como apontamos no item anterior, ao longo do tempo (em especial, sob o capitalismo) formulou-se uma ideia de natureza que é revelada nas esferas social, econômica e política, através de ideologias como a universalidade e a exterioridade. Corroborando para a ideia anteriormente exposta em Chenais e Sefardi (2003) de que a "crise ecológica" teria, entre suas funções, a de acobertar as contradições no capitalismo. Nas palavras de Lefebvre (*ibid*, p.379-380):

> Por um movimento dialético, a nova abundância (relativa) dos produtos industriais na sociedade dita de consumo é acompanhada de um fenômeno inverso, as novas raridades. Esse movimento dialético não foi ainda analisado nem exposto, pois as entidades postas à frente (danos, poluições, "meio ambiente", ecossistemas, destruição da natureza, esgotamento dos recursos, etc.) o mascaram. Elas servem de álibi ideológico. As "novas raridades" se estendem e ameaçam provocar uma crise (ou crises) de um caráter original. Bens outrora abundantes por serem naturais, que não tinham valor porque não eram produtos, tornam–se raros. Eles se valorizam. É necessário os produzir; eles adquirem então, com o valor de uso, um valor de troca[84].

Lefebvre (2008) considera aquilo que estaria no horizonte das novas raridades, a necessidade de "reproduzi-las", e não mais de "produzir", reforçando a condição de raridade. Para o filósofo francês, um aumento do acirramento da disputa pelo o ar, a luz e o espaço colocariam como uma possibilidade revolucionária de um socialismo mundial, por volta dos anos 2000, "a posse e gestão coletiva dos meios de produção

[84] No original: "Par un mouvement dialectique, la nouvelle abondance (relative) des produits industriels dans la société dite de consommation s'accompagne d'un phénomène inverse, les nouvelle raretés. Ce mouvement dialectique n'a guère été analysé ni exeposé por lui-même, car les entités mises en avant (nuisances, pollution, « envirnonnment », écosystèmes, destruiction de la nature, épuisement des ressources, etc.) le masquent. Elle servent d'alibi idéologique. Les « nouvelles raretés » s'étendent et risquent de provoquer une crise (ou des crisies) d'un caractère original. Des biens jadis abondants parce que « naturels », qui n'avaient pas de valeur parce qu'ils n'étaint pas produits, deviennent rare. Ils se valorisent. Il faut les produire ; ils prennent donc, avec la valeur d'usage, une valeur d'échange". Tradução nossa.

e a gestão social da produção em função das necessidades sociais" (2008, p.67), de modo que seria até possível reverter catástrofes irreversíveis[85].

Na década de 1970, o relatório intitulado *Os limites do crescimento* teve um grande impacto. O diagnóstico científico, pretensamente neutro, afirmava por meio de modelos matemáticos que o ritmo de acumulação capitalista estava ameaçado, e ameaçava também a sociedade urbano-industrial e suas necessidades. A economia política, de acordo com Lefebvre (1974, 2008), surgiu a partir a existência da escassez: "se houvesse abundância de bens, não haveria economia política" (*ibid*, 2008, p.121). A "pseudociência", segundo a crítica de Marx (2014), objetivava o estudo do consumo, e não da produção. Caso se debruçasse sobre este processo, compreenderia de onde vêm e quais são as condições da abundância. Para Marx (*ibidem*), assim como para Lefebvre (1974, 2008), a função da economia política é a de permitir ao Estado a distribuição das penúrias positivadas pelo direito e pela justiça[86].

A ciência positiva, de base racionalista, ao pretender analisar e matematizar os ritmos da natureza, produziu conhecimento para domínio do mundo material e contribuiu na promoção de ideologias, principalmente na reprodução do Estado moderno (LEFEBVRE, 1974,1978; HARVEY, 1996; SMITH, 2008). Harvey (1996) assinala que a partir do momento em que a ciência de base racionalista impôs o reconhecimento da existência de um "ritmo" harmônico e de "leis" à natureza, acabou neutralizando suas contradições[87].

Essa ideia de "harmonia" atribuída possui um efeito importante: por exemplo, grande parte dos diagnósticos econômicos do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC) são justificados a partir do

---

[85] Se observarmos, a partir do processo de globalização, assim como o intenso movimento de privatização e consumo dos bens comuns, surgiram movimentos sociais que reivindicaram a posse e o uso comum, coletivo. Em nossa pesquisa, na gênese da luta das RESEXs pelos seringueiros era um dos pontos mais fortes e contestatórios.

[86]Referimo-nos a esse seguinte trecho: "Cette « distribuiton » s'accomplit sou le masques de la liberté, de l'égalité, voire de la fraternité et de la justice. Le droit en condifie les règles. « Summum jus, summa injuria ». Le droit et la justice organisent l'injustice et la égalite couvre l'inégalité, qui n'en rest pas moins flagrante, mais plus difficile à combattre" (LEFEBVRE, 1974, p.377).

[87] "And the idea of harmony with nature not as a human desire but as a nature-imposed necessity likewise smacks of the view that to be natural is to be harmonious rather than contradictory both of which are quickly dubbed as artificial, the result of "disturbance" and the like. We have loaded upon nature, often without knowing it, in our science as in our poetry, much of the alternative desire for value to that implied by money" (HARVEY, 1996, p.163).

conhecimento produzido pela ciência. E, ao tratar a escassez como fruto de distúrbios da natureza, foram "naturalizadas" as crises e o acesso desigual à riqueza socialmente produzida[88].

Como Harvey (1996) e Smith (2008) apontam, a (eco)escassez[89] e os limites da natureza são um produto social, e não da natureza.

> Dizer que a escassez reside na natureza e que existem limites naturais é ignorar como a escassez é socialmente produzida e como 'limites' são relações sociais dentro da natureza (incluindo a sociedade humana), em vez de alguma necessidade imposta externamente[90] (HARVEY, *ibidem*, p.147).

Para o Harvey (*ibidem*), antes da escassez natural bater à porta dos trabalhadores ela já tinha sido criada com a propriedade privada[91].

Reiteramos a ideia de que o que estava em jogo naquele momento não era a escassez, os limites da natureza, a superpopulação ou o debate da preservação da natureza *per se*, mas, assim como Harvey pontua (2006), a preservação de uma particular ordem social. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os Estados Unidos continuariam com a sua hegemonia sob o neoliberalismo (HARVEY, 2014a). E, contrariando o discurso vigente do desenvolvimento e aquilo que se apresentara como barreira ao crescimento econômico, tornou-se a oportunidade[92].O que se gestava naquele momento era uma possível equalização entre o desenvolvimento e o consumo da natureza – o qual não alteraria o regime de poder político, econômico e social.

Em 1987, é publicado o relatório *Brundtland*/*Nosso Futuro Comum*, que lançou o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma fórmula que definiria o consumo aceito

---

[88] "Classical political economy frequently invoked natural scarcity and diminishing marginal returns as the root cause of crises and persistent poverty" (HARVEY, 1996, p.145).
[89] Harvey (1996) atribui o nome em inglês "ecoscarcity".
[90] No original: "To say that scarcity resides in nature and that natural limits exist is to ignore how scarcity is socially produced and how "limits" are social relation within nature (including human society) rather than some externally imposed necessity". Tradução nossa.
[91] "So the property-owning classes do the labourers a favour by creating artificial scarcity before natural scarcities hit home. The control of effective demand by the propertied interests prevents the visitation of misery on all sectors of mankind, the premature exhaustion and "secures to a portion of society the leisure necessary for the progress of arts and sciences" – a phenomenon that "confers on society a most signal benefit". Thus is the Enlightenment project reserved for a small elite while everyone else is condemned to live by natural law. This is an appalling instance of that awful habit of denying one section of our species the right to be considered human" (HARVEY, 1996, p.144-145).
[92] "The severe recession of 1973-5, the subsequent slow-down economic growth and rise of widespread structural unemployment, made an appeal to some notion of natural limits to growth more attractive. Scapegoating natural limits rather than the internal contradictions of capitalism is well-tried tactic" (HARVEY, 1996, p.381).

pelo mercado, contanto que produzisse impacto e degradação ambiental dentro do limite definido. Segundo Elliot (2006), no relatório, a ideia de desenvolvimento sustentável seria o equilíbrio entre um crescimento econômico estável e o consumo dos recursos naturais às taxas que possibilitassem seu desfrute pelas gerações futuras.

Harvey (2006) aponta que a mensuração dos estoques "naturais" e produzidos pelo homem pelas gerações futuras não será feita pelo seu valor de uso (ou seja, de suas qualidades), mas pelo seu valor de troca: suas quantidades medidas em dinheiro[93]. É assim que a visão instrumental passa a nomear a natureza de "recurso natural" e coloca em jogo o aspecto econômico, em detrimento do social.

Katz (1998) enfatiza que a natureza enquanto estratégia de acumulação implica uma ação dividida em três instâncias: em um primeiro momento, a natureza se torna um investimento para o futuro; depois, ao se tornar investimento, passa a ser privatizada e mercantificada em todas as escalas; e, por último (não mais sob o signo do colonialismo, mas pela relação entre os Estados), o capital passa a mediar as relações sociais, gerando desigualdade e abrindo um canal de acesso e controle do meio ambiente nos países não-centrais.

O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o FMI, responsáveis por grande parte dos financiamentos de industrialização, de construção de infraestruturas, de urbanização e de expansão da monocultura baseada no modelo da Revolução Verde – enfim, os grandes "vilões" do meio ambiente – começam a fomentar, em meados da década de 1980, projetos de conservação ambiental, de modernização das indústrias e de incentivo ao consumo de mercadorias sustentáveis. Essa mesma postura também é adotada por uma série de corporações. O mercado passa a divulgar a ideia de que será,-um importante agente da conservação ambiental:

> [...] no mesmo momento em que o reconhecimento da exploração ambiental cada vez mais nomeou os capitalistas como os inimigos da natureza, essas práticas de exploração, na verdade a própria natureza, foram refeitas para o

[93] […] the widely accepted Brundtland Report (1987) view that "sustainable" development means that present actions should not compromise the ability of future generations to meet their needs, by arguing that the value of the total stocks of assets, both humanly produced (e.g., roads and fields and factories) and given in "nature" (e.g., minerals, water supplies, etc.), must remain constant from one generation to another. But how can this stock be quantified? I cannot be measured in noncomparable physical terms (i.e., in actual or potential use values), let alone in terms of inherent qualities, so money values (exchange values) provide the only common (universal) denominator" (HARVEY, 2006, p.151-152).

> capitalismo. Em menos de duas décadas, o capitalismo corporativo inverteu a sua oposição ao ambientalismo (KATZ, 1998, p.16)[94].

Harvey (2006) chama de “modernização ecológica”, e Katz (1998), de “ambientalismo corporativo” o momento em que as grandes corporações assumem a ideia de que é possível controlar a escassez através de um uso “racional” dos bens naturais, garantindo o seu usufruto pelas gerações futuras. E, mesmo em tempos de neoliberalismo, é o Estado sobretudo que terá um papel central nas políticas ambientais.

Como Katz (1998) e Smith (2007, 2008) assinalam, a preservação e a conservação ambiental serão distribuídas espacialmente de maneira desigual. Isso porque não será no mundo inteiro que a retórica do desenvolvimento sustentável será “conveniente” para a acumulação capitalista. Os índices de produção e consumo de mercadorias são os mais altos desde a recessão dos anos 1980, e assistimos o crescimento econômico chinês, cuja industrialização e urbanização acarretou a poluição atmosférica (e de seus corpos d’águas) por todo seu território.

As atividades mineradoras no continente africano, assim como na América Latina, apresentaram grandes impactos ambientais e sociais e reforçaram os mecanismos de privatização de bens comuns como a água. Acrescenta-se o fato de que muitas das atividades poluidoras saíram dos países centrais capitalistas para países não-centrais – fruto da pressão de muitos movimentos sociais, assim como partidos políticos que adotaram a crítica ambientalista em países centrais capitalistas.

Em tempos de financeirização e de uma economia cada vez mais rentista (PAULANI, 2012), a natureza também se insere na esfera das finanças e o que antes era tido como “indesejável” torna-se ativo financeiro:

> No momento em que se aplica à lógica da compensação das emissões de gases efeito estufa, internalizando externalidades, criam-se simultaneamente canais inteiramente novos de investimentos e lucratividade. Surge uma dinâmica nova das mercadorias a partir das “descargas” indesejáveis do sistema produtivo. Este que se caracteriza pela individualidade dos lucros e pela socialização das perdas, hoje, no novo mercado “verde”, individualizam-se os lucros e lucra-se com as perdas – nada escapa às estratégias de acumulação do capital (CORNETTA, 2012, p.168).

---

[94] No original: “[...] at the same moment that recognition of environmental exploitation increasingly scripted capitalists as the enemy of nature, those exploitative practices, indeed nature itself, was remade for capitalism. On less than two decades, corporate capitalism reversed its dismissive opposition to environmentalism as its own”. Tradução nossa.

O trabalho de Cornetta (2012) discute como as principais reuniões de decisões internacionais forjaram um complexo sistema de mitigação ambiental. Mecanismos como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criado a partir do Protocolo de Quioto, em 1997, levou à criação de um mercado de carbono pelo qual as empresas – a maior parte delas, com sedes em países capitalistas centrais – continuam poluindo e se safam pela lógica da compensação, uma vez que investem na conservação de grandes áreas florestadas nos países capitalistas não-centrais.

Também surgiram os Mecanismos de Certificação Florestal (MCF), que visam certificar a origem dos produtos usando critérios ecológicos, sociais e econômicos, ao mesmo tempo em que abrem caminho para novos mercados consumidores. Para Cornetta (*ibidem*), o objetivo da venda do "direito de poluir" é internalizar algo que era concebido como "indesejável": a poluição. A lógica por trás desse raciocínio é a de que os impactos ambientais são coletivos, mas os lucros da venda e o próprio "direito de poluir", individuais.

Smith (2007) é ainda mais enfático nessa questão. Para o geógrafo, se as crises poderiam ser consideradas momentos de diminuição da apropriação da natureza, quando a destruição da natureza virou crédito algo que deveria ser protegido ficou ainda mais vulnerável. O porquê está no mesmo sistema de financeirização que "protege" a natureza poder destruí-la em caso de colapso:

> Na década de 1980 o aumento da apropriação da natureza como uma estratégia de acumulação contribuiu para a resolução deste regime de crise; hoje ele promete fornecer o sistema nervoso de uma nova fase de acumulação capitalista. Nada disso acontece sem contradição, é claro, não menos do que é a nova capitalização vertical da natureza fez com que o destino do capitalismo mais dependente da natureza, e não menos. No passado, as recessões econômicas e depressões, tradicionalmente, provocaram uma desaceleração da apropriação da natureza, um benefício ambiental irônico em meio às dificuldades econômicas. Com a intensificação da natureza como uma estratégia de acumulação, no entanto, a destruição de valor embutido em mercadorias ecológicas e créditos, ambos atingem mais o núcleo do capital e ameaça elevada destruição ambiental. O mesmo sistema de crédito que supostamente protege uma zona húmida ou floresta pode levar à sua destruição quando o próprio sistema de crédito entra em colapso (SMITH, 2007, p.18-9)[95].

[95] No original: "In the 1980s the increasing appropriation of nature as an accumulation strategy contributed to the resolution of this regime crisis; today it promises to provide the nervous system of a new phase of capitalist accumulation. None of this happens without contradiction, of course, not least of which is that the new vertical capitalization of nature makes the fate of capitalism more dependent on nature, not less. In the past, economic recessions and depressions have traditionally provoked a slowdown in the appropriation of nature, an ironic environmental benefit amidst economic hardship. With the intensification of nature as an accumulation strategy, however, the destruction of value embedded in ecological commodities and credits both reaches further into the core of capital and threatens

Por último, devemos assinalar que nos países denominados “em desenvolvimento” é que se concentram a maior parte das áreas florestadas. Neles, uma das principais estratégias para a saída da crise foram os mecanismos de renegociação da dívida externa por meio da conservação ambiental. O chamado *debt-for-nature* possibilitou que os países não-centrais fizessem acordos com o FMI e com o Banco Mundial.

Como já dito, o desenvolvimento econômico dos países não centrais capitalistas deu-se nos anos 1950 e 1960 com base na transferência de capital e tecnologia. Diante da crise, para que as grandes instituições financeiras mundiais não quebrassem, tornou-se estratégico a migração de capitais “ociosos” para novas fronteiras – como a natureza. Veremos ao longo de nosso texto, que a ação do G7[96], por exemplo, incentivou a concretização de uma série de projetos de conservação na Amazônia, como é o caso das Reservas Extrativistas, entre elas a Chico Mendes. Para que os novos projetos em torno da conservação ambiental fossem concretizados, certos papeis na gestão foram instituídos as ONGs, e não ao Estado. As ONGs serão, em parte, responsáveis por efetivarem um modelo de gestão específico pautado no “uso racional” e no desenvolvimento sustentável. Ao longo do tempo, a incorporação de novos elementos nos projetos de conservação ambiental previamente idealizados pelas populações originárias e camponesas irão possibilitar a presença de mecanismos de privatização e espoliação como poderemos entender com uma maior clareza no próximo item.

As políticas da natureza para as florestas socialmente produzidas

A questão em torno da natureza hoje é foco de políticas globais. Embora sujeitos sociais locais tenham sido, em parte, responsáveis por denunciarem as

---

heightened environmental destruction. The same credit system that supposedly protects a wetland or forest can lead to its destruction when credit system itself collapses”. Tradução nossa.

[96] O G7 (Grupo dos 7) é um grupo composto por países que detêm uma hegemonia econômica e financeira no sistema mundo, controlando e influenciando grande parte das decisões políticas e econômicas mundiais. O grupo é composto pelos Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido.

consequências provocadas pelo capitalismo avançado (como o esgotamento, a desigual distribuição e acesso aos recursos naturais, o desmatamento de grandes áreas florestadas e a contaminação de corpos d'água), foi o próprio mundo capitalista que permitiu a continuidade da reprodução ampliada do capital.

Os efeitos de mais de dois séculos de sociedade capitalista urbano-industrial – sustentada através de excessos, desperdícios e consumo – abrem caminho para que a racionalidade econômica proponha uma solução para a crise e altere os significados econômicos da natureza e das florestas socialmente produzidas.

A política ambiental e, em parte, o movimento ambientalista, evidenciaram a destruição do planeta Terra como fruto do modo capitalista de produção. Porém, com a ascensão da chamada "economia ecológica", legitimada por um discurso técnico-científico e coordenada pela classe capitalista, buscou-se a abertura de novos mercados que – sem resolver as contradições internas do capitalismo, ou muito menos apontar as reais causas e sujeitos produtores da crise – vendem soluções "ecológicas" por meio de políticas precárias para a sua gestão. Para Smith (2007):

> A vitória fundamental da política ambiental do final do século XX foi justamente destacar e isolar a destruição ambiental como o resultado integral dos padrões capitalistas de produção e consumo. O antagonismo mútuo e amargo é substituído por uma parceria financeira: "o que é benéfico para os lucros" [...] Qualquer escolha sobre que tipos de ambientes e paisagens devem ser produzidos, e com quais fins, passa cada vez mais controle estreito de classe orquestrada através do mercado (Grifos nossos. SMITH, 2007, p.11)[97].

Entretanto, as soluções para a chamada "crise ecológica" (conhecidas como "agendas") não serão as mesmas em todos os lugares do mundo. Diferentes localidades e classes sociais serão atingidas pela "crise ecológica" e por políticas públicas de maneira desigual, evidenciando-se a reposição da luta de classes e do sistema de poder.

Lefebvre (1972, 1975) retoma o pensamento de Lênin sobre o desenvolvimento desigual. A crise, como manifestação da contradição interna do capitalismo, não alcança ao mesmo tempo e do mesmo modo os distintos setores da prática social, das diferentes sociedades. Em certos lugares, a crise é atenuada, mas em outros é

---

[97] No original: "The fundamental victory of late-twentieth victory century environmental politics was precisely to highlight and isolate environmental destruction as the integral result of capitalist patterns of production and consumption. Bitter mutual antagonism is replaced by financial partnership: 'what's kind to profits' […] Any choice over what kinds of environments and landscapes are to be produced, and for what purposes, increasingly passes from any semblance of broad social discussion into narrow class control orchestrated through market". Tradução nossa.

aprofundada. Para o filósofo (1972, p.7) "[...] o que se sugere, no limite, é uma imagem de deslocamento do conjunto social em fragmentos separados"[98].

Tanto da perspectiva da produção da natureza, quanto da produção do espaço, há a inerente produção de diferenças[99]. Nos últimos duzentos anos assistimos a uma profunda transformação do mundo externo à sociedade. Conquanto, a produção do espaço e da natureza que viabilizaram as demandas do capitalismo avançado, e a territorialização e reterritorialização do capital não se deram da mesma forma em todas as partes do globo. Muito menos a generalização da produção de um mundo urbano-industrial, e a reprodução das relações sociais capitalistas de produção ocorreram de forma igual em todas as regiões do mundo.

Especialmente no contexto pós-crise dos anos 1970, Soja (1993), Smith (2008) e Harvey (2006, 2015) apontam que o desenvolvimento geográfico desigual, embora seja uma contradição, é cada vez mais pressuposto para a continuidade da acumulação capitalista. A produção de diferenças espaciais e a internalização de relações sociais não capitalistas, por exemplo, é uma das características dos nossos tempos[100].

Um mundo urbano-industrial em colapso, quando se mostra incapaz de manter os mecanismos de reprodução ampliada, tem como "solução" o direcionamento de seus capitais do sistema produtivo para outras esferas. O capitalismo, para garantir sua reprodução, precisa constantemente incorporar e colonizar externalidades.

A obra de Henri Lefebvre (1978) é magistral na produção desse diagnóstico. O filósofo aponta que o movimento de crise de sobreacumulação que se instaura a partir da década de 1970 possui como alternativa a fuga de capitais do sistema produtivo

---

[98] No original: "[...] la imagen de una dislocación del conjunto social en fragmentos separados". Tradução nossa.

[99] Em Lefebvre, a presença da produção de diferenças espaciais é fruto do movimento de fragmentação-hierarquização-homogeneização da produção do espaço. Tema que será caro aos geógrafos, especialmente àqueles que incorporarão em seus trabalhos a teoria marxista. Em um mundo que caminha para a globalização, a presença de diferenças e desigualdades, contraditoriamente, é elemento presente e necessário. Para Smith (1992, p.64): "The geographical turn is bound up with the search for ways to express the themes of difference and diversity, fragmentation and dissociation. Long conceived as dead, fixed and immobile, space is both available as foundational metaphor and at the same time being rediscovered as produced, mutable, an intrinsically complex expression of social relations. Not only is the fragility and transitoriness of contemporary social relations expressed 'in' space; the production of space is increasingly the means by which social difference is constructed and reconstructed".

[100] Enfatizamos a atenção mundial para as populações camponesas e originárias no contexto de crise capitalista e crise ecológica. Não é à toa de que muitos projetos de ONGs serão legitimados, perante ao mercado e ao consumidor, como "socialmente responsáveis" ao incorporarem relações de produção não capitalistas como parte de seus projetos de conservação ambiental. Esperamos ao longo do texto desenvolver melhor esse argumento.

para a colonização do espaço, do cotidiano e do lazer[101], por exemplo. Do ponto de vista geográfico, a fuga de capitais para outros setores pode ser lida como a produção de uma divisão territorial do trabalho. Cada localidade, inserida na totalidade mundo, possui um papel específico na reprodução ampliada do capital (HARVEY, 2006, 2015).

As grandes áreas florestadas, as relações sociais e o acúmulo de trabalho social – que permitiram a produção social das florestas – entrarão nesse processo por meio de políticas e projetos em torno da chamada "conservação ambiental".

Se procurarmos pelas grandes áreas de florestas tropicais, veremos que elas estão localizadas justamente nos países não centrais capitalistas. As grandes áreas florestadas, que antes eram concebidas enquanto sintoma do subdesenvolvimento, passaram a entrar nas agendas, nos cálculos e nas projeções econômicas dos grandes fóruns de decisões globais na segunda metade do século XX. Mais uma vez, as populações oriundas desses países e das classes sociais camponesas e trabalhadoras foram silenciadas em prol da contenção do "colapso ecológico".

O mundo urbano-industrial passa a gestar demandas, metas e políticas (amparadas por uma pretensa racionalidade científica) para regular esses territórios através do controle dos regimes de uso e apropriação da natureza por comunidades originárias e camponesas. As periferias do sistema capitalista, valendo-se de uma série de medidas a favor da conservação ambiental, irão permitir a "conservação" de uma sociedade capitalista avançada[102], bem como a produção de uma certa natureza.

Lefebvre (1969) aponta com certa ironia que no espaço urbano passa ser gestado um pretenso "direito à natureza". Para ele, trata-se de mais um mecanismo de inserção de uma ideia de natureza – próxima à primeira natureza – no circuito de valor de troca. Não podemos deixar de destacar que haverá desdobramentos muito mais sofisticados desse processo, que o filósofo enxergava como início da internalização da natureza na reprodução ampliada do capital[103]. Atualmente nos

---

[101] Lefebvre (1978), assim como Harvey (2006) também aponta para um movimento de metamorfose do capital produtivo em capital financeiro, incluindo o capital enquanto fictício.

[102] Contraditoriamente, observa-se que mesmo a partir de um diagnóstico de uma "crise ecológica" produzido pelos países capitalistas centrais, estes não diminuíram seus ritmos de acumulação. O diagnóstico de um mundo em colapso, contraditoriamente, ao produzir "soluções" abre uma fronteira para novos mercados. A ideologia gestada proclama que pelo "mercado que se resolveria a crise". Indicamos a leitura de Dupas (2008).

[103] Nos remetemos a esse excerto: "Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à "natureza pura") entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo "concentracionista" das cidades (enquanto que a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra

deparamos com a transformação da natureza socialmente produzida e seus valores de uso em ativos financeiros, através da implementação programas de *Reducing emissions from deforestation and forest degradation* (REDD) em florestas tropicais como a floresta amazônica (CORNETTA, 2017).

Smith (1998) e Moraes (2000) atenciosamente destacam o movimento da mudança e da produção de escalas sobre as preocupações ambientais. Se, em um primeiro momento, o movimento ambientalista surge dentro da contracultura norte-americana, a preocupação com o meio ambiente, ao se tornar uma agenda mundial, rapidamente salta da escala local para global. Este momento é caracterizado pelo encontro entre o econômico e o ecológico, sem a existência de contradições aparentes. A consequência será o esvaziamento de uma potencial crítica radical ao modo capitalista de produção. Capitalistas, camponeses e trabalhadores serão todos enquadrados como "ambientalistas"[104]. Para Moraes:

> O preservacionismo que havia dominado a fase inicial do movimento ambientalista [...] vai sendo substituído por uma ótica geopolítica (no sentido pleno do termo) [...]. Por uma 'ótica geopolítica', entende-se um equacionamento da questão ambiental alçada à condição de problema de Estado, com toda a carga política e econômica decorrente (MORAES, 2000, p.91).

Harvey (1996) analisa que as empresas capitalistas, assim como o Estado, vêm conseguindo de maneira coordenada atuar em diferentes escalas, de modo que vêm superando os entraves da reprodução ampliada:

> [...] o capitalismo como um sistema social conseguiu não apenas negociar, mas em geral manipular ativamente tais dilemas de escala em suas formas de luta de classes. Isso foi particularmente verdadeiro em sua tendência em realizar um desenvolvimento desigual setorial e geográfico, assim como em forçar uma competitividade divisora entre lugares definidos em diferentes escalas (HARVEY, 1996, p.42)[105].

---

para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa "naturalidade" da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A "natureza", ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da "criatividade" (LEFEBVRE,1969, 106-107).

[104] Smith (1998a, p.272) enfatiza que essa mudança de escala fez com que banalizasse a bandeira ambiental, uma vez que agora a classe trabalhadora, intelectuais e capitalistas são todos enquadrados como "ambientalistas".

[105] No original: "[...] capitalism as a social system succeeded not only in negotiating but in general actively manipulating such dilemmas of scale in its forms of class struggle. This was particularly true in its tendency to achieve unequal sectoral and geographical development as well as in forcing a divisive competitiveness between places defined at different scales". Tradução nossa.

As denúncias sobre o desmatamento da Amazônia surgem em uma escala local, mas a “conservação” das grandes áreas florestadas entrará na agenda internacional. O “salto” do local para o global necessitará de uma articulação e produção de escalas. Sendo assim, as populações locais, seus regimes de uso e apropriação da natureza entrarão nesse processo de articulação. Em outras palavras, as relações sociais não capitalistas serão incorporadas, (re)criadas e (re)produzidas a partir de termos e agendas específicas. Por consequência, os sentidos da crítica ambiental, a incorporação de sujeitos sociais e os caminhos das políticas acabarão sendo alterados.

Os efeitos produzidos na natureza, enquadrados no “colapso ecológico”, serão seletivos, pois as classes sociais serão atingidas de formas diferentes. A “seleção” de quem pagará a conta, ou de quem será responsável por “estancar” a crise, revela a persistência e a reposição da luta de classes.

> A divisão do trabalho, que alcança um significado qualitativamente diferente com a vinda da sociedade capitalista, garante um acesso diferencial à natureza, e isso é igualmente o caso do chamado desastre natural. A exposição ao ambiente produzido sob o capitalismo é universal, mas a consequência desta exposição está longe de ser uniforme (Grifos nossos. SMITH, O’KEEFE, 1980, p.37) [106].

No contexto de um mundo em reestruturação, apontamos que a reposição de relações desiguais entre países centrais capitalistas e não centrais capitalistas contribuirá, em parte, para esse processo, por meio de políticas de conservação ambiental.

Se as populações camponesas e originárias – através de seus regimes de uso e apropriação da natureza, que não remetem ao mundo da mercadoria – permitiram a reprodução das florestas, o mundo capitalista incorporará essas áreas por meio de políticas locais de conservação da natureza engendradas por agendas globais. Ao incorporá-las em um circuito de valorização, são produzidos novos significados econômicos para as florestas. Uma natureza socialmente produzida entrará no circuito da acumulação ampliada, adquirindo um valor de troca.

---

[106] No original: The division of labor, which achieves a qualitively different significance with the coming of capitalist society, ensures differential access to nature, and this is equally the case with so-called natural disaster. Exposure to the environment produced under capitalism is universal, but the consequence of this exposure are far from uniform”. Tradução nossa.

Uma nova frente de mercado surge: quanto mais natural a mercadoria aparentar ser, melhor, afirma Smith (2007). Assim, no caso das florestas, invisibiliza-se a existência de seus produtores camponeses e povos originários. Trata-se de uma estratégia para garantir a distribuição dos lucros a uma determinada classe social: a dos capitalistas.

Swyngedouw (2014) sugere um caminho interessante para analisar o encontro entre o Estado, os modos de produção da natureza, a sociedade e a economia:

> Argumentarei que há, de fato, uma forte relação entre a natureza mutável do Estado e os modos de produção da natureza e que ambos estão intrinsecamente ligados a imaginários contestados e radicais, práticas culturais e relações de poder político ecológico. A materialidade do ambiente físico e sua dinâmica não funcionam, portanto, meramente como um dado externo, mas sim como um ambiente historicamente constituído e materialmente produzido que se inscreve em quadros de referência mutáveis, novos imaginários culturais e sociais e novos registros discursivos[107] (Grifos nossos. SWYNGEDOW, 2014, p.68).

A diferença da produção da natureza sob o modo capitalista para os outros modos de produção é o fato de que ela se consolida em escala global. Como as grandes áreas florestadas e suas populações foram incorporadas ao longo do século XX pelas políticas em torno da conservação ambiental? Qual foi o posicionamento dessas populações a respeito das políticas da natureza? E por último, a partir de que mecanismos a produção capitalista da natureza incorpora, (re)cria e (re)produz produções não capitalistas da natureza? Para uma melhor compreensão, vamos buscar na história os antecedentes desse processo.

A sociedade urbano-industrial, como afirmam Smith (2008) e Diegues (2008a), apontou desde meados do século XIX para a necessidade de criação de áreas naturais que fossem apartadas da ação humana. O modelo do parque Yellowstone, criado em 1872 nos Estados Unidos, é o ícone para as primeiras políticas ambientais, onde é gestada a premissa de que qualquer ação humana provocaria a destruição dessas áreas. O que prevalece é uma ideia de natureza pristina ou intocada. Porém, como discorremos até aqui, a produção de áreas florestadas não é somente fruto dos

[107] No original: “I shall argue that there is indeed a strong relationship between the changing nature of the state and the modes of producing nature and that both are intrinsically bound up with often radical and contested imaginaries, cultural practices and political ecological power relations. The materiality of physical environment and its dynamics do not thereby function merely as an external given, but rather as a historically constituted and materially produced environment that becomes enrolled in shifting frames of reference, new cultural and social imaginaries and new discursive registers”. Tradução nossa.

processos biofisicoquímicos, mas sobretudo do trabalho social. O modelo de parques passa a ser adotado em diversas localidades e com a sua implementação a dimensão do conflito passa a ser cotidiana[108]. Populações sem nenhuma participação no processo de delimitação das áreas são removidas de suas terras e territórios historicamente ocupados, algumas sem receber nenhum aviso prévio.

Assim é reforçada a dicotomia entre sociedade e natureza. O homem é concebido como externo à natureza, e esta é regida por leis universais e abstratas. Como Castree (2001, p.8) argumenta, a ciência que opta pela visão dicotômica entre sociedade e natureza acredita que a "[...] natureza pode ser conhecida por *si mesma*"[109]. Os relatórios e pesquisas sobre os "impactos" da ação humana nas áreas florestadas têm como pressuposto "situações ideais e estáticas", "padrões normais", equações que matematizam os ritmos de uma natureza sem a presença da sociedade.

Inclusive, como Watts e Peet (2000) mencionam, após a Segunda Guerra Mundial houve a produção de diagnósticos que relacionavam o aprofundamento da pobreza com a degradação ambiental. Identificava-se que o acesso coletivo aos recursos naturais pelas populações originárias e camponesas implicava a degradação ambiental e o aumento da desigualdade social.

Ghimire e Pimbert (2000) apontam reduções consideráveis na taxa de biodiversidade em seu trabalho sobre as florestas tropicais do continente africano e asiático, onde as populações originárias e camponesas foram removidas violentamente para a implementação dos parques naturais (ao longo das décadas de 1950 e 1990). Em suas avaliações:

> No entanto, de uma perspectiva de conservação, a gestão indígena ou local pode fornecer a perturbação controlada necessária para a manutenção da diversidade de ecossistemas e máxima diversidade de espécies. A preservação rigorosa poderia, em última análise, destruir a biodiversidade,

---

[108] Como Diegues (2008a, p.37) enfatiza, o primeiro modelo implementado de preservação ambiental, o Parque Yellowstone, implicou a remoção de etnias indígenas Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock. "Sintetizando, a corrente preservacionista que serviu de ideologia para o movimento conservacionista americano, vê nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. Baseia-se, sem dúvida, nas consequências do avanço do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos. Dentro dessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsicamente negativa. Por outro lado, desconsidera o fato que os índios americanos tinham podido viver em harmonia com a natureza por milhares de anos. Esse modelo de convivência parece não ser mais possível para aqueles ideólogos da "conservação"".

[109] No original: "[…] nature can be known '*itself*'". Tradução nossa.

> bem como o conhecimento indígena necessário para a gestão sustentável dos ecossistemas (GHIMIRE, PIMBERT, 2000, p.14)[110].

Watts e Peet (2000) e Martínez Alier (2015) enfatizam, por sua vez, que a restrição ao acesso aos bens coletivos e aos recursos naturais aprofundou a desigualdade entre classes sociais. Ademais, o surgimento de embates e conflitos em relação aos mecanismos de acesso aos recursos naturais foi um dos motes fundantes da Ecologia Política nos anos 1970[111].

A leitura dominante na época, à qual já apontamos em nosso texto, é a da existência dos "limites naturais". Em 1972, é organizada em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A reunião entre homens de Estado e pesquisadores tem como um dos eixos principais a equalização entre desenvolvimento econômico e a natureza. Pela primeira vez em âmbito internacional, uma pretensa *intelligentsia* propõe o "uso racional" dos recursos nacionais para garantir a continuidade da acumulação capitalista. Fruto da discussão sobre a equalização consumo e produção, em um primeiro momento, essa posição se configurou em documentos e cartilhas como "manejo" e, um pouco mais adiante como "uso sustentável"[112].

Há um evidente hiato produzido entre as escalas da "crise ecológica". Em Estocolmo, o controle da poluição e a reversão da degradação ambiental, associada a uma causa industrial são os principais problemas ambientais dos países capitalistas avançados. O controle do crescimento urbano e industrial e o uso racional dos recursos naturais aparecem como um interesse comum para os países capitalistas

---

[110] No original: However, from a conservation perspective, indigenous or local management can provide the controlled disturbance needed for the maintenance on ecosystem diversity and maximum species diversity. Strict preservation could ultimately destroy biodiversity as well as the indigenous knowledge needed for sustainable ecosystem management". Tradução nossa.

[111] Até hoje, uma das correntes com grande aderência de pesquisas e pesquisadores da Ecologia Política tem como uma característica a denúncia de mecanismos expropriadores e espoliadores dos bens coletivos. A abordagem que se concentra na ideia da existência dos "limites naturais", tende a dicotomizar a relação sociedade-natureza. E, dessa forma, impede uma leitura dialética sobre os processos sociais e econômicos do modo capitalista de produção. Além disso, muitas vezes as críticas são direcionadas à existência de "limites naturais". Como Braun (2006) nos lembra, a análise dialética, ao compreender de que os "limites" são socialmente produzidos, passa a rejeitar a ideia de "limite natural".

[112] A declaração de Estocolmo tem como seu segundo princípio: "Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento". IN: < http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html> (último acesso em 05/01/2017).

centrais. Por outro lado, questões como a miséria, a fome, a falta de saneamento básico e de água potável se referem aos países capitalistas não centrais.

Os países do Norte traziam como eixo estruturante em seus debates a continuidade da acumulação capitalista, e os impactos provocados pelos padrões de consumo de uma sociedade urbano-industrial. Os países do Sul, de maneira menos contundente, apontavam para desigualdade e a injustiça social causadas pelo capitalismo. O que prevalece nas agendas políticas são as pautas do Norte. Para tanto, era necessário repor os mecanismos históricos de uma relação desigual entre Norte e Sul. Quem irá conter os excessos provocados por dois séculos de industrialização é o Sul, seja garantindo áreas florestadas, ou recebendo atividades de alto impacto ambiental e poluição (KATZ, 1998; WHITEHEAD, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2011).

Populações que passaram a ser expulsas para a delimitação de áreas de preservação ambiental ou que viviam conflitos fundiários de outros tipos (como o caso que analisamos dos seringueiros acreanos) iniciam um processo de resistência e denúncia. Em suas críticas ressaltavam que a criação de áreas de preservação, assim como a institucionalização da propriedade capitalista privada da terra restringiam o acesso aos bens comuns e aos recursos naturais. No limite, o que estava em jogo era a (re)produção das famílias e uma forma de produção não capitalista da natureza e do espaço. De maneira não muito consciente, gestava-se uma crítica radical, a qual identificava que a instituição da propriedade privada colocava interditos à apropriação e ao uso da natureza[113]. Em outras palavras, torna-se mais evidente que a propriedade privada capitalista endereça usos e apropriações capitalistas valendo-se dos imperativos do valor de troca. Tornava-se imprescindível a criação de novas modalidades de propriedades fundiárias que permitissem a garantia da terra e do território.

Os territórios historicamente ocupados no Brasil são um exemplo, já que o conflito ambiental também é um conflito agrário e este tem como uma de suas expressões a necessidade de um documento que comprove o estatuto privado de acesso à terra. Furlan (2006) aponta que as florestas são territórios ocupados por uma

[113] Ghimire e Pimbert (2000) ao realizarem o levantamento com as populações oriundas que estavam em conflitos com áreas de preservação ambiental na Ásia e na África comentam que as denúncias iam desde a proibição de práticas de colheita e extrativismo, até a completa expulsão e proibição da presença das famílias nas áreas delimitadas.

série de populações que têm no seio dos conflitos que enfrentam a componente fundiária:

> [as] florestas manejadas pelas populações rurais, particularmente em áreas indígenas, comunidades ribeirinhas, seringueiros, quilombolas, caiçaras, entre outros. São espaços sobre os quais as comunidades tradicionais não têm documentos de propriedade privada da terra e a ocupam e usam seus recursos de forma compartilhada. Abrangem florestas de uso comum em terras públicas ou privadas muitas vezes sobrepostas a áreas protegidas institucionalmente ou com vegetação protegida por lei ambiental (FURLAN, 2006, p. 5).

O caso que escolhemos para estudar – a proposta das RESEXs – é fruto deste período. A luta pelo acesso ao território e o recurso a instrumentos jurídicos da reforma agrária, evidenciaram que a questão ambiental tem componentes da questão agrária – ou, como iremos problematizar, a questão agrária, em um contexto de "crise ecológica", adquire a componente ambiental.

Um trabalho de referência na academia sobre o controle realizado pelo Estado aos recursos naturais foi de Nancy Lee Peluso, intitulado *Rich Forest e Poor People*, de 1992. A socióloga, ao realizar um recorte histórico em Java, no sudeste asiático, que vai do colonialismo até os anos 1980, mostra como sob o capitalismo o controle ao acesso e à distribuição dos recursos naturais é violento e faz parte de uma estratégia de poder, de dominação e de acumulação capitalista.

Na colonização holandesa, os camponeses javaneses foram submetidos a um regime de apropriação restrito da natureza a partir do momento em que seus produtos passaram a ser incorporados no circuito de comércio internacional. Ao longo dos séculos, a floresta controlada militarmente passou de coletiva a privatizada. Para isso, o Estado teve de criminalizar regimes de uso e apropriações locais para institucionalizar a apropriação privada. Os camponeses empobreciam conforme mais riqueza econômica era produzida pelo manejo dos recursos naturais, pondera Peluso (1992).

Em três séculos de exploração comercial, Peluso (*ibidem*) nota que mesmo com a incorporação de um manejo racional dos recursos florestais, a partir dos anos 1960, continua presente a institucionalização dos usos e da apropriação das populações habitantes. A conclusão da norte-americana é que ao longo da história, explorações econômicas de alto ou baixo impacto na natureza somente se concretizaram por meio do controle da terra e de suas populações pelo Estado. A

floresta controlada permite que seus habitantes sejam controlados e submetidos a um sistema de poder inicialmente colonial e, posteriormente, ditatorial.

Em sua conclusão final, Peluso (1992) nota que as normas impostas para a apropriação e o uso da natureza, o manejo madeireiro e o não-madeireiro, nos últimos três séculos, desarticulou saberes, regimes não capitalistas de propriedade e as relações sociais dos camponeses javaneses. Sobretudo, a socióloga nota que a criminalização dos antigos regimes de propriedade e acesso aos recursos provocou altos impactos ambientais, visto que os camponeses empobreciam e buscavam como solução práticas ilegais de extração e venda madeireira.

Esse quadro de degradação social e ambiental foi conduzido pelo Estado, que buscou em um novo discurso e uma nova técnica a reversão dos impactos ambientais e sociais causados pelo extrativismo. Ainda nos primórdios do chamado “desenvolvimento sustentável”, a socióloga apontava que, novamente, o encontro entre a economia e o Estado iriam propor uma solução para esse cenário. “Ao se entregar de forma incremental ou periódica [às demandas econômicas], o Estado consegue manter seu poder, continuando a controlar as pessoas, o recurso e a terra"[114], avalia Peluso (*ibidem*, p.10).

Se antes a relação entre “desenvolvimento social” e degradação ambiental caminhavam juntas, como Peluso (*ibidem*) aponta em sua pesquisa, West (2006) aponta que após a primeira CNUMAD, em Estocolmo, inicia-se a mudança desse paradigma. “Desenvolvimento social” e conservação ambiental passariam a entrar em agendas comuns, ou, como Lewis (2016) denomina, nas *green agendas*.

A antropóloga Paige West (2006) argumenta que nos anos 1960 houve uma mudança nos círculos de conservação em relação ao valor da natureza. Anteriormente, o modelo de preservação ambiental era caracterizado pela implantação de parques nacionais e reservas de vida selvagem, que se baseavam na conservação e na ideia de que a natureza teria um valor intrínseco. Porém, nos anos 1970, a política social e ambiental envolvendo a poluição, os resíduos nucleares e os pesticidas, fez com que essa ideia mudasse de estatuto.

Oates (*apud* WEST, 2006) apresenta um resumo sucinto da história da burocracia da conservação ambiental. Ao fazê-lo, ele explica os papéis que indivíduos poderosos tiveram na criação da moderna burocracia de conservação ambiental (onde

[114] No original: "By surrendering incrementally or periodically the state can maintain its power, continuing to control people, resources, and land".

se enquadram as ONGs) e como a busca do lucro pelo capital alteraria a paisagem da conservação nos últimos cinquenta anos. O argumento de Oates é que a conservação "apaixonou-se pelo desenvolvimento", em parte devido à política social dos anos 1970, mas principalmente devido ao seu desejo por mais dinheiro.

A conservação ambiental passa a se tornar objeto de negócios. Katz (1998, p. 49) afirma que “no mundo da ação, mediada por eixos particulares do conhecimento, poder e riqueza, a sua conversão em recurso [a conversão da natureza] em algum livro de contabilidade global, alterou fundamentalmente o seu estatuto e sua temporalidade”[115]. Porém, essas áreas de conservação ambiental – ou, ainda, as áreas que ainda não tinham sido delimitadas – eram povoadas por comunidades que já a ocupavam anteriormente[116].

Ao mesmo tempo, estudos sobre ecologia sinalizavam que as populações que historicamente ocupavam grandes áreas florestadas possuíam uma forma própria de se relacionar com a natureza e conhecimentos distintos dos de uma sociedade urbano-industrial. Notava-se que os padrões de ocupação e uso do solo tinham relação com regimes de uso e apropriação da natureza praticados por determinados grupos para garantir a sua (re)produção e a “conservação” ambiental[117]. Uma vertente dentro da ecologia, intitulada de ecologia social ou humana, passa a identificar a sociedade e sua relação com a natureza como agentes importantes (MORÁN,1990; SACHS, 2006; MARTÍNEZ ALIER, 2015).

Para Morán (1990, p.297):

> As florestas antropogênicas foram tão bem-sucedidas em imitar a floresta virgem que até recentemente foram vistas como sistemas de vegetação “natural”, e não como produtos de manejo ambiental. Temos muito a aprender sobre o manejo agroflorestal das populações indígenas, e a ecologia humana oferece uma forma pela qual tais conhecimentos serão coletados e futuramente implementados.

O olhar da ciência é direcionado para as populações que ocupavam as florestas a partir da insurgência de movimentos sociais e os seringueiros acreanos têm relevância mundial neste processo. Para garantir a resistência e novos estatutos de acesso à terra, ao território e às políticas públicas, eles mobilizam uma rede de apoio

---

[115] No original: “[...]in the world of action, mediated by particular axes of knowledge, power, and wealth, its conversion in resource in some global accounting ledger has fundamentally altered its status and temporality”.

[116] Interessante destacar que Ghimire e Pimbert (2000) apontam que haverá um crescimento de 60% da delimitação de áreas destinadas à conservação ambiental após a CNUMAD de 1972.

[117] Para nós, a produção da natureza.

em nível internacional e a sociedade civil (que vinha tendo contato com pautas ambientais desde os anos 1970) se sensibiliza com as imagens das queimadas na Amazônia.

O ano era 1972, primeira vez que o desmatamento das florestas tropicais aparecia na agenda internacional, fazendo menção ao Brasil. Naquele ano também ocorreram protestos da *World Wild Fund for Nature* (WWF) e da IUCN direcionados ao governo Médici, e a floresta amazônica, antes tida como vazia e inabitada, mostrou-se habitada por pessoas que a mantinham de pé.

Os seringueiros proclamavam que a garantia de um estatuto de acesso ao território era o que manteria a floresta conservada, a saber, pelas práticas e os saberes seringueiros. Caso contrário, a floresta seria fracionada em pedaços e derrubada, transformando-se em pasto para gado.

Entre 1987 e 1988, Chico Mendes, então presidente do STTR de Xapuri e principal líder seringueiro, discursou na reunião do BIRD, no Congresso norte-americano, e recebeu o prêmio Sociedade Para Um Mundo Melhor (IMAGEM 1). Nesse processo de projeção internacional, Chico passa a denunciar as consequências do financiamento do BIRD no projeto da construção da BR 364, que era acompanhado pela grilagem de terra, a expulsão das famílias dos seringais e o desmatamento da Amazônia.

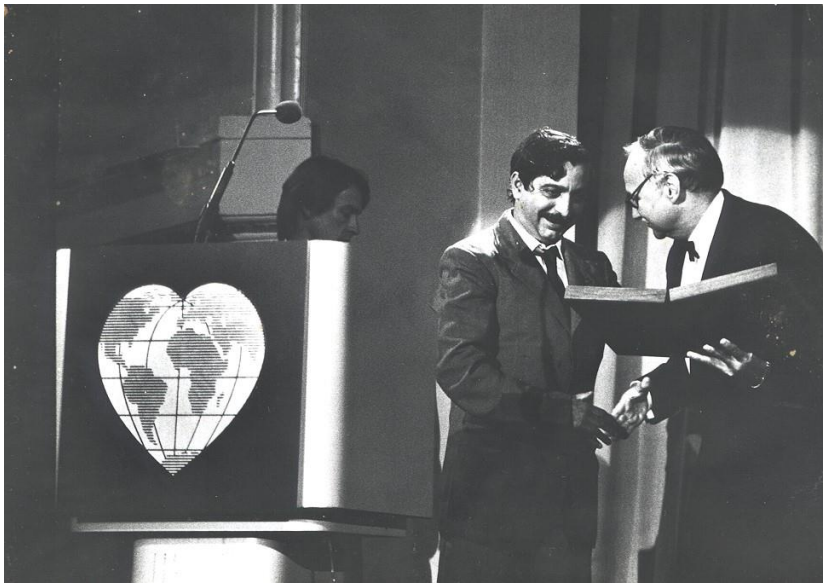


Imagem 1: Chico Mendes recebendo o prêmio Sociedade Para Um Mundo Melhor, 1987, na cidade de Washington (EUA). Fonte: Acervo Digital: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

A partir de um estatuto científico, as práticas sociais de diferentes povos e populações passam a ser estudadas pela ecologia. O estudo de Emílio Morán, intitulado *A ecologia humana das populações da Amazônia*, de 1990, é um marco: sua pesquisa busca a construção de um método que alie a análise da interação social (ou, como ele denomina, "adaptação"[118]) aos processos naturais. Para tanto, avalia que a ecologia teria um lugar privilegiado. Ao analisar as práticas e populações das várzeas e terras firmes do Rio Negro, ainda muito atreladas a registros quantitativos, o cubano nota que caboclos e indígenas são agentes importantes na produção histórica da floresta.

Os estudos das práticas sociais auxiliariam a ecologia a identificar processos importantes na natureza que poderiam passar "despercebidos" pela ciência de base racionalista. Em especial, a identificação de processos biofisicoquímicos de espécies animais e vegetais, cujos usos cotidianos e medicinais entrariam no radar não só da ciência, mas também do mercado (RÊGO, 2011)[119].

---

[118] No livro *Human Adaptability: an introduction to ecological anthropology*, Morán, após décadas de estudo e pesquisa sobre a "interação" sociedade e natureza chega a uma definição "amadurecida" do conceito de "adaptação humana". Nesse conceito é expresso que o homem, para garantir a sua reprodução, enquanto espécie, reage a constrangimentos ambientais, e busca alternativas para se acomodar a diferentes meios ambientes. "The study of human adaptability tends to emphasize the plasticity of human response to any environment. In use of a broad database that includes physiological behavioural, and cultural adjustments to environmental change circumvents sterile studying interactions between humans and their environments. The human adaptability approach deals with the specific problems faced by inhabitants of various ecosystems. It focuses on how populations, as they interact with each other and their environment, attempt to accommodate themselves to specific environmental problems, change the environment to make it more usable, and, in turn, how they changed by these reciprocal dynamics. The approach gives agents (people) a lively role as decisionmaker in changing, adjusting, and transforming the physical environment, without overlooking the fact that the agents are changed in the process. Every constraint also represents an opportunity. For example, aridity constrains the practice of rain-fed agriculture, but it reduces fungi and mold which cause severe damage in humid areas. Likewise, arid lands are commonly less constrained by nutrient-poor soils than are humid areas. Nevertheless, it still stands to reason that limited access to water is the most constraining feature of arid regions. (MORÁN, 2008, p.45). Não podemos deixar de ressaltar que um dos temas fundantes da geografia, em meados do século XIX, foi a relação sociedade-natureza. A expressão inicial se deu a partir do debate sobre "possibilismo" e "determinismo". O primeiro expressa a tese de que o homem tem a capacidade de se adaptar a diferentes espaços e ambientes. O "determinismo" expressava a tese de que o fator externo, o espaço natural, determina o desenvolvimento social, podendo ser uma "barreira" para a organização social, política e econômica. Para um maior aprofundamento sobre esse debate indicamos a leitura de Moraes (2005; 1999).

[119] Sobre esse aspecto, indicamos a leitura da tese de doutorado de RÊGO (2011) que analisa a relação que se forjou entre as quebradeiras de coco babaçu no Maranhão e as indústrias cosméticas como a Natura e a *Body Shop*. O geógrafo conclui que, além da exploração do trabalho, saberes são expropriados por empresas que em suas embalagens apresentam selos de "certificação social" e direcionam suas mercadorias a um segmento de mercado "ambientalmente e socialmente responsável".

Na análise de Morán (1990) e da ecologia humana[120], mesmo que o homem faça parte dos processos biofisicoquímicos, ainda é concebido como externo à natureza. O homem é visto enquanto “agente perturbador” de uma situação fechada, intitulada de meio ambiente. Esquemas estruturantes de fluxos energéticos são apresentados como representações da interação entre sociedade e natureza, vista como uma entidade que deve ser regulada por práticas que garantam a estabilidade e a conservação de seus processos biofisicoquímicos.

Para a ecologia humana, as populações que habitam as florestas devem ser acompanhadas na gestão das áreas de conservação ambiental. O manejo racional dos recursos florestais seria uma “fórmula” que aliaria ciência e saberes tradicionais. Para Morán (1990, p.296), “a ecologia humana procura descobrir as práticas cotidianas de uso e conservação da natureza que podem servir para manter a produtividade e a diversidade biótica da Amazônia”.

Em parte, as populações que habitam as florestas têm seus projetos de garantia e acesso ao território restringidos por um discurso técnico-científico. A partir desse ponto, especialmente para o Estado, o controle dos regimes de uso e apropriação da natureza de comunidades originárias e camponesas passa a ter amparo científico. E, o mais preocupante, a ciência fragmenta a natureza e seus processos, a partir da eleição de critérios econômicos e mercadológicos, que inclui espécies vegetais e animais passíveis de comercialização. A floresta adquire valor econômico e competitividade no mercado, a implementação de planos de manejo pressupõe uma contabilidade[121]. Caminha-se na completa contramão da relação holística entre sociedade e natureza, gestada pelas populações camponesas e originárias ao longo de sua história.

---

[120] Nos baseamos principalmente em trabalhos como Sachs (1999, 2006), Martinez Alier (1999, 2015), Alcorn (2005).

[121] Autores como Sachs (2006) apontam para essa tendência desde a década de 1970. Os primeiros estudos econômicos sobre o potencial dos projetos de manejo florestal e da água e os direitos comunitários e de propriedade na Índia, na Ásia, na África e na América Latina datam de meados dos anos 1980. Uma vertente da Ecologia Política passa a se render ao encontro entre o econômico e o ecológico. O chamado “ecodesenvolvimento”, a “economia ecológica” vão se tornar *álibis* para a introdução de projetos em localidades para as quais é prescrita a necessidade do desenvolvimento econômico. Para isso, a avaliação da comunidade e dos projetos, antes de sua execução entram em uma arena de competição. A contabilidade de custos e o cálculo do potencial de retorno de investimento são critérios fundamentais na seleção dos projetos. “A distinção entre a comparabilidade “fraca” ou “forte” de valores é útil para classificar os métodos da economia ecológica. Na avaliação os projetos são todos hierarquizados segundo uma escala monetária (ou seja, os valores atualizados dos custos e benefícios, incluindo certamente as externalidades e os serviços ambientais monetarizados” (MARTÍNEZ ALIER, 2015, p.57).

Mais adiante, com o lançamento do relatório Brundtland, em 1987, é expresso um conceito de sustentabilidade que indicava a solução dos problemas ambientais via mercado[122]. Nesse momento, o apelo pela sustentabilidade deixa de ser uma crítica potencial e radical endereçada à sociedade urbano-industrial e ao modo capitalista de produção. É pelo consumo que a crise ecológica seria resolvida, sendo que a conservação e a mitigação se tornariam mercadorias em potencial. O consumo garantiria o desenvolvimento econômico e, simultaneamente, que as gerações futuras usufruíssem dos estoques de recursos naturais[123]. Para Damiani (2010), é uma noção de sustentabilidade reformista a desse período.

West (2006) identifica uma inversão de demandas e o "salto" de escalas do local para o global. Se antes as propostas de garantia dos estatutos de acesso e garantia à terra e ao território – e, no limite, de conservação ambiental – eram foco de luta dos movimentos sociais camponeses e indígenas, nesse momento os países centrais tomam essa pauta para si e impõem aos países não-centrais a necessidade de delimitação de áreas de conservação.

Para a antropóloga Paige West (2006):

> A produção da escala global no discurso e na prática ambiental silenciou ou, em casos extremos, apagou outras escalas de análise e as vozes de certos grupos sociais. Esse processo ocorreu mesmo com a produção discursiva de "pessoas locais" e com a "participação local" na retórica de conservação. A urgência da crise ambiental global tem dado aos ativistas e praticantes da conservação uma espécie de moral alta para se posicionar quando tomam decisões sobre os povos locais e o meio ambiente global. Essa série de práticas e retórica surgiu nas últimas duas décadas e criou novos tipos de comunidades e novas zonas de contato transnacional (WEST, 2006, p.32)[124].

---

[122] Esse relatório aponta que as desigualdades se constituem em um problema ambiental e que a pobreza é ao mesmo tempo causa e efeito dos problemas ambientais. Ressalta, também, que para se atingir o desenvolvimento sustentável é necessário: "retomar o crescimento econômico; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água; reorientar a tecnologia e administrar o risco; incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões". Só assim, afirma o documento, se atingirá o desenvolvimento sustentável considerado aquele que "atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades". Documento disponível em: < http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm> (último acesso em 07/05/2017).

[123] Análises críticas no âmbito da geografia sobre o relatório Brundtland, e a discussão em torno do conceito de "desenvolvimento sustentável", recomendamos consultar: Elliot (2006); Whitehead (2007).

[124] No original: "The production of the global scale in environmental discourse and practice has silenced, or in extreme cases erased, other scales of analysis and the voices of certain social groups. This process has taken place even with the discursive production of "local people" and "local participation" in conservation rhetoric. The urgency of global environmental crisis has given conservation activists and practitioners a sort of moral high to stand on when making decisions about local peoples and global environment. This series of practices and rhetorics has come about in the past two decades and has created new kinds of communities and new zones of transnational contact". Tradução nossa.

A ascensão de uma chamada “governança ambiental”, entre meados da década de 1980 e início da década de 1990, é a expressão da inversão de pautas (WATTS e PEET, 2000). Enfatizamos que esse processo é acompanhado pela constituição de uma nova ordem geopolítica. O colapso da União Soviética e de um mundo marcado pela bipolaridade desde o final da Segunda Guerra Mundial também são elementos que sinalizam para a necessidade de reposição de mecanismos de poder e do desenvolvimento geográfico desigual entre Estados-Nação.

Thatcher e, poucos anos depois, Clinton colocam a questão ambiental na pauta de seus governos como horizonte de suas políticas internas e externas, pontua Whitehead (2007). Em 1988, Margaret Thatcher discursa na Real Society, em Londres:

> Nós, conservadores, não somos apenas amigos da Terra, somos seus guardiões e administradores para as futuras gerações. Nenhuma geração tem a posse absoluta da Terra. Tudo que temos é o direito ao usufruto em vida com um contrato de conservação total[125] (*apud* WHITHEHEAD, 2007, p.47).

O cenário pós-Guerra Fria, caracterizado pela guinada neoliberal, pelo aprofundamento da relação desigual entre os países centrais e não centrais capitalistas e pela reafirmação hegemônica dos EUA, sinaliza a constituição de um período que ficou conhecido como globalização. A criação de um discurso que totaliza os efeitos dos impactos ambientais (como a identificação do aquecimento global) e que tem a pretensão de ser universal é uma estratégia para a reposição de uma relação de dependência (desigual) entre Estados (HARVEY, 2015).

Segundo Watts e Peluso (2001) no livro *Violent environments*, a partir dos anos 1990, em clima pós-Guerra Fria, a questão ambiental adquire uma expressão mais violenta. Os autores apontam que, ao analisar as políticas de controle sobre a produção e a destruição da natureza, em um âmbito tanto de decisão global como local, o monopólio da violência e o autoritarismo apareceram como um pressuposto das decisões em torno das políticas da natureza. Os autores ainda assinalam que esses mecanismos de violência e de autoritarismo têm a função de garantir o controle sobre os recursos naturais e sobre a riqueza socialmente produzida.

---

[125] No original: “We Conservatives are not merely friends of the Earth, we are its guardians and trustees for future generations to come. No generation has a freehold on this Earth. All we have is a life tenancy with a full repairing lease”.

Para Watts e Peluso (2001), a política ambiental é uma expressão contemporânea da violência, da relação desigual entre Estados e classes sociais. Portanto, para nós, neste contexto em que a produção da natureza se torna global, compreendemos que o uso da violência e do autoritarismo pelo Estado garante uma produção que não ameace os fundamentos nem as classes dominantes do capitalismo, baseados na propriedade privada.

Um marco da inversão das políticas ambientais é realizado de maneira contundente no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990. Todos os países do globo terrestre haviam sido atingidos pelos efeitos da “crise ecológica”, porém cada Estado desempenhava um papel independente na “contenção” dos efeitos. A situação chegou ao clímax em uma reunião sediada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, a ECO 92[126], que tinha como tom de fundo a comoção mundial pela morte do líder seringueiro e ex-presidente do STTR de Xapuri, Chico Mendes. Porém, inverte-se a pauta quando os países centrais trazem propostas prontas para os entraves do mundo subdesenvolvido. O desenvolvimento sustentável se torna o caminho a ser perseguido na gestão de impactos ambientais, nas políticas mitigatórias, nas áreas de conservação ambiental e no manejo dos recursos naturais (MANSFIELD, 2016).

Na ECO 92, através da formulação de documentos como a “convenção sobre as mudanças climáticas”, “convenção sobre biodiversidade”, “Protocolo das Florestas”, “Carta da Terra” e “Agenda 21”, fica claro que os países não centrais, que concentram importantes áreas florestadas e recursos naturais, ocuparão um lugar desigual em relação aos países centrais capitalistas na elaboração e condução dessas políticas. Nesses documentos elaboram-se linhas potenciais de investimentos em diversos projetos de mitigação e conservação ambiental. Mais uma vez, o Norte passa a prescrever fórmulas de desenvolvimento para o Sul.

---

[126] A CNUMAD, também conhecida como a "Cúpula da Terra, foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, de 3 a 14 de junho de 1992. Esta conferência global, realizada durante o vigésimo aniversário da primeira CNUMAD (Estocolmo, 1972), reuniu políticos, diplomatas, cientistas, jornalistas e representantes ONGs em 179 países para a proposição de caminhos para mitigar o impacto de atividades socioeconômicas humanas sobre o meio ambiente. Simultaneamente, foi realizado no Rio de Janeiro o 'Fórum Global de ONGs, com a participação de um grande número de representantes de ONGs e movimentos sociais para explicarem a sua própria visão do futuro estado de desenvolvimento ambiental e socioeconômico do mundo.

Dupas (2008) assinala que na ECO 92 é dado o primeiro grande passo pela formação de linhas de investimento para a natureza, assim como, para os “rejeitos” indesejáveis da produção urbano-industrial[127]:

> [Na ECO 92] Os economistas ambientais tentam valorar alguns serviços essenciais sobre os quais se apoia a vida, alguns ainda “gratuitos”, como os ciclos do carbono, da água e de nutrientes, a formação dos solos, a regulação do clima, a conservação e a evolução da biodiversidade, a concentração dos minerais e a dispersão ou assimilação das toxinas, além de fatores “subjetivos” como o valor da paisagem. Inúmeros são os casos da capacidade do sistema de preços incorporar os custos de impactos ambientais (DUPAS, 2008, p.30-31).

O processo de desmonte de importantes pautas sociais e de projetos referentes ao acesso à terra e ao território, assim como à criação de políticas públicas é parte desse processo. Como Dupas (*ibidem*) enfatiza, foi aberto o precedente para a instituição de um processo de privatização e “precificação[128]” dos bens comuns que até os dias atuais continua a se aprofundar.

Em nome do “desenvolvimento sustentável”, as populações das florestas socialmente produzidas têm então de se ajustar a novas prescrições para acessarem recursos e investimentos. Vale ressaltar a crítica de Porto-Gonçalves (2011) sobre os efeitos da ideologia do “desenvolvimento”, que ele entende como capaz de alterar o conteúdo social e o devir político de um grupo social através do desmonte interno de sua coesão:

> [...] des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os (PORTO-GONÇALVES, 2011, p.39).

No final da década de 1980, é colocada pelo United Nations Environment Programme (PNUMA) a meta de que 10% das florestas nativas se tornem áreas de conservação (DIEGUES, 2008a). A perda da autonomia no devir das populações que ocupavam as florestas socialmente produzidas e suas potenciais áreas a serem conservadas é aprofundada por meio do mecanismo de troca de dívida externa por

---

[127] Recomendamos consultar Cornetta (2012; 2017) para um melhor aprofundamento do processo de internalização das externalidades no contexto da crise ecológica. Assim como, na discussão da criação de novos mecanismos econômicos de acumulação ampliada em torno da natureza.

[128] Termo adotado por Dupas (2008). Optamos por “mercadificação”, termo que provém do inglês “commodification”). “Mercadificação” é um processo tanto social, econômico e político. Portanto, abriga uma maior complexidade e a contradição, os quais remetem aos fundamentos do modo capitalista de produção. Para um maior aprofundamento, sugerimos consultar: Marx (2014) e Castree (2003).

natureza (KATZ, 1998; PORTO-GONÇAVES, 2011; MARTÍNEZ ALIER, 2015). Marx (2014) prudentemente nos ensina que a troca tem como pressuposto a existência de lugares desiguais[129]. O chamado *debt-for-nature* consistiu na incorporação de áreas de conservação ambiental dos países endividados, como garantia para a renegociação de dívidas com as principais instituições financeiras mundiais.

Segundo Katz (1998), no momento que a floresta adquire valor, mediante o mecanismo de troca da natureza por dívida, garante-se que a via de lucro seja direcionada para o Norte e o Sul se torne novamente foco de investimento. Para a geógrafa, essa é uma faceta do imperialismo acobertada pelo ambientalismo[130].

Instituições financeiras que investiram em projetos que provocaram a devastação das grandes áreas florestadas, como a Amazônia, passam a direcionar seus capitais para a constituição de áreas de conservação ambiental. Porém, não sejamos ingênuos, todo investimento é mediado por um contrato que estipulará as condições de sua execução. Novos sujeitos sociais, os quais não eram previstos pelas populações, far-se-ão presentes no processo de institucionalização e gestão dessas áreas. A entrada das ONGs, e de mecanismos de regulação do uso da terra constituirão um modelo a ser adotado.

A ideologia do “Estado mínimo”, mantra do neoliberalismo, retira papéis de gestão do Estado que passam a ser desempenhados por outros sujeitos sociais. As ONGs garantem um lugar privilegiado nesse processo: nos fóruns internacionais terão um papel importante na construção de pautas, e na escala local serão as executoras de muitos projetos financiados pelas instituições financeiras. Nas palavras de Diegues:

> A importância dessas megaorganizações [as ONGs] cresceu assustadoramente nas últimas duas décadas, com a implantação de filiais em vários países de Terceiro Mundo a partir de meados da década de 1980, quando se firmou o modelo neoliberal de “Estado mínimo”. Segundo esse modelo, alguns serviços considerados não essenciais e não rentáveis devem ser privatizados, incluindo–se aí os relacionados ao meio ambiente. Além

---

[129] A troca envolve a mediação de não equivalentes, por exemplo trabalho e capital. Em nosso caso, a troca é a floresta socialmente produzida, e seus valores de uso, pelo capital das instituições financeiras globais.

[130] Referimo-nos a este trecho: “When the debt of a poor nation is assumed (after renegotiation at a much lower rate) by a non-governmental organization or one of northern industrialized states, in exchange for “preservation” of an area they deem to have particular environmental value, the economic valuation of preserved nature is made explicit. This value is clearly intended to accrue primarily to the investors, and to require the long-term accommodation of the debtors (the language is instructive) to the necessary conditions of investment. […] Yet these policies and practices betoken a whole new regime of imperial exploitation camouflaged as environmentalism. There is big money to be made from “preserving” nature, and the current transnational political ecological relations by and large ensure that the eventual profits will flow north” (KATZ, 1998, p.50).

> disso, muitos órgãos multilaterais, fundações (e corporações), órgãos de assistência técnico–financeira norte–americanos e europeus passaram a financiar diretamente ONGs, consideradas "representantes da sociedade civil em formação", "mais confiáveis, não corruptas e eficazes" que as instituições governamentais dos países do Sul (DIEGUES, 2008b, p.140).

Como exemplo desse processo Lewis (2016), no livro intitulado *Ecuador's environmental revolutions: ecoimperialists, ecodependents, and ecoresisters,* analisa as políticas ambientais do Equador que incorporaram as prescrições do Consenso de Washington. Historicamente, o Equador é um país marcado por uma importante organização de movimentos indígenas e campesinos que questionavam a hegemonia de países centrais capitalistas, como os EUA. Porém, na década de 1980, o contexto de crise econômica fez com que mesmo governos marcados por um grande teor crítico incorporassem suas áreas de floresta amazônica em grandes projetos patrocinados por instituições como o Banco Mundial e executados por ONGs (por exemplo, a WWF) como solução para o contexto de penúria social.

Na avaliação da socióloga (LEWIS, 2016), a demanda por áreas de conservação ambiental, a incorporação de fórmulas prontas de gestão dessas áreas e a venda de projetos concebidos como investimento de retornos seguros, avaliados por empresas de certificação social (*fair trade*), podem ser caracterizados como uma das faces mais obscuras dos novos mecanismos imperialistas – ou, como Lewis (2016) classifica, "ecoimperialistas".

A vulnerabilidade social e do Estado abrem espaço, na década de 1990, para a entrada das ONGs no Equador. Nas palavras de Lewis, passa a se gestar uma outra forma de dependência, pela via ecológica: uma "ecodependência". Para a pesquisadora norte-americana, os movimentos camponeses e indígenas são desarticulados quando as demandas não partem mais da base. *United States Agency for International Development* (USAID) e a alemã *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GTZ) entram em 1991, momento em que os alemães passam a executar seu programa de reflorestamento e os americanos concentram-se em encontrar maneiras de melhorar a gestão nos parques nacionais e áreas protegidas. *The Nature Conservacy* (TNC) e *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) abrem escritórios em Quito, fazendo jus ao "boom" da burocracia ambiental[131].

---

[131] A dimensão da pressão externa no Equador é notável. Lewis (2016) retrata que, devido à pressão externa, nos anos 1990 a legislação ambiental amplia seus alcances nas em diversas frentes como as leis ambientais, a educação ambiental, o meio-ambiente urbano, o meio-ambiente rural, a

No parecer de Lewis (2016), ao passo que houve um recuo ambientalista radical dos anos 1960 e 1970 nos países do Norte, as ONGs internacionais conseguiram, especialmente na era Reagan, uma influência cada vez maior sobre organizações financeiras como o Banco Mundial. Com isso, dispuseram de recursos financeiros que usaram para influenciar as organizações ambientais nacionais – quando não as criavam[132] – mediante concepções e estratégias próprias do ambientalismo.

Em um contexto de guinada neoliberal, a aparente "falência" do Estados a partir do endividamento histórico abre caminho para novas formas de gestão pública descentralizadas das políticas ambientais[133]. Para a socióloga (LEWIS, 2016), o papel da ECO-Rio é delinear e explicitar as novas formas de gestão territorial com as ONGs e os investidores financeiros. Na prática, esse processo ganhava corpo desde o final dos anos 1980, mas a "via ambiental" garante a reposição da aliança e entre o Estado e o Capital, conforme enfatiza Lewis (*2016*).

No livro *Conservation is our government now: the politics of ecology in Papua New Guinea*, a antropóloga Paige West (2006) detalha como se deu esse processo em uma menor escala. Analisando a criação de uma unidade de conservação na Papua Nova Guiné, a norte-americana explica um tipo específico de gestão territorial, suas relações sociais e conflitos derivados.

A criação dessa unidade de conservação não foi fruto de luta política do povo Gimi. Ao contrário, a partir do estabelecimento global do "consenso" do colapso ambiental e dos efeitos da sociedade urbano-industrial, as práticas econômicas (que, sobretudo, pressupõem altos impactos), para se legitimarem, passam a prever

---

biodiversidade, as áreas protegidas e suas diversas modalidades, a extração de hidrocarbonetos na Amazônia equatoriana e na mineração.

[132] Nos referimos ao caso tratado por Lewis (2016). A USAID para poder operar com maior autonomia no Equador cria a *Fundación Natura*. Operando a partir das leis equatorianas, os possíveis "entraves" passam a ser vencidos. No Brasil, o quadro não é muito diferente. O Centro de Trabalho Amazônico (CTA), no caso acreano, ou a SOS Mata Atlântica e o Instituto Socioambiental (ISA), em uma escala nacional, são ONGs nacionais que têm parte de seus recursos provindos de ONGs transnacionais. Além disso, seus lugares de crítica e de luta política marcantes do final dos anos 1980, passam a mudar gradualmente a partir dos anos 1990. Hoje são ONGs caracterizadas por "executarem" partes ou etapas de projetos maiores das ONGs transnacionais, como a TCN, WWF, TN, ou de políticas públicas do Estado. Maiores detalhes e uma análise mais completa dessa questão serão apresentada nos capítulos três e quatro.

[133] Nas palavras de Lewis (2016, p.98), "National-level NGOs filled the vacuum left by state's relative absence environmental issues". Lembremos que as prescrições do Consenso de Washington são fundamentais para que compreendamos as mudanças na gestão do Estado. O Estado mínimo não é sinônimo de um Estado "ausente". Pelo contrário, sob o neoliberalismo o Estado é um sujeito fundamental para a garantia da operação das "leis de livre mercado". Para uma leitura aprofundada sobre a constituição e concretização do neoliberalismo, recomendamos a leitura de Harvey (2014a).

mecanismos compensatórios. Ao instalar uma mina próxima ao território Gimi, o Estado decide iniciar o processo de delimitação de uma unidade de conservação como forma de compensar os impactos ambientais.

West (2006), em seu trabalho etnográfico, detalha como o conflito é instaurado desde o início. Entre os anos de 1994 e 1998, a unidade de conservação é implantada pela ONG WWF. Para os Gimi, pouco esclarecimento é dado. Enquanto o Estado e as ONGs defendiam a natureza, os Gimi reivindicavam acesso à saúde e à educação. No cotidiano dos Gimi, a implantação da área de conservação representava o impedimento de práticas cotidianas como a agricultura e o culto a lugares sagrados. A partir de planos de uso e de manejo, o território passa a ser regulado por normas que não diziam respeito à sua história milenar.

Os Gimi avaliam que cumpriram todas as prescrições dos seus gestores no processo de constituição da unidade de conservação, porém acreditam que não houve reciprocidade no retorno:

> As pessoas em Maimafu [os Gimi] veem a conservação como desenvolvimento como um outro episódio na história da não-reciprocidade por parte dos estranhos [ONGs]. Eles sentem que deram o que concordaram em dar: terra, trabalho e apoio; mas que eles não receberam o que queriam em troca: desenvolvimento como eles imaginam (WEST, 2006, p.78).[134].

A antropóloga assinala que após a ECO 92, as unidades de conservação – tanto as que preveem a presença das populações, quanto as que não preveem – possuem uma "fórmula" de gestão territorial que será aplicada em diversas localidades e em diversas populações. São desconsideradas as particularidades e as diferenças dos grupos sociais. São silenciadas as lutas históricas e eleitos critérios externos às necessidades locais de desenvolvimento humano.

Watts e Peet (2000, p.24) nos lembram que a produção de uma comunidade envolve o processo de territorialização de uma história. Para nós, a produção da natureza envolve também a produção de uma história territorializada:

> Uma comunidade, portanto, tipicamente envolve uma territorialização da história ("esta é a nossa terra e os recursos que podem ser rastreados em relação a esses eventos fundadores"), e uma história naturalizada ("a história

[134] No original: "People in Maimafu see conservation-as-development as another episode in the story of nonreciprocity on the part of outsiders. They feel like they have given what they agreed to give: land, labor, and support; but that they have not received what they wanted in exchange: development as they envision it". Tradução nossa.

> se torna a história do meu povo e não de nossas relações com outras"). As comunidades fabricam, e refabricam, através de suas histórias únicas, reivindicações que consideram natural e evidentemente próprias (WATTS; PEET. 2000, p.24)[135].

A crítica ganha maior relevância no trabalho de West (2006) enquanto antropóloga e etnógrafa. Ela percebe que os Gimi possuem uma série de valores e uma concepção de história e de relação com a natureza que não se fundamentam na sociedade moderna e ocidental. Para as ONGs e para os cientistas delinearem uma produção de uma "certa" natureza, ampararam-se na representação de uma natureza pristina e em um devir histórico resumido à concepção de que os Gimi têm que conservar suas práticas cotidianas para conservar a natureza [136]. Ela nota que a gestação de uma visão cristalizada dos Gimi e da natureza garantem as condições de uma produção da natureza e de uma história nos termos da sociedade moderna[137].

Especialmente até meados dos anos 1980, as ONGs ambientais e o Estado possuíam o foco em projetos preservacionistas[138]. Contudo, a partir de uma série de reuniões entre o PNUMA e a IUCN, o cenário passou a mudar. Ativistas ambientais, ONGs e movimentos sociais argumentavam que os projetos preservacionistas não haviam sido bem-sucedidos, porque as populações locais que viviam nas margens das áreas protegidas não reconheciam suas fronteiras enquanto conduziam suas práticas tradicionais. Os discursos sobre a população local e seu impacto na diversidade biológica tornaram-se populares na retórica de conservação e viraram

---

[135] No original: "A community, then, typically involves a territorialization of history ("this is our land and resources which can be traced in relation to these founding events"), and a naturalized history ("history becomes the history of my people and not our relations to others"). Communities fabricate, and refabricate, through their unique histories, claims which they take to be naturally and self evidently their own". Tradução nossa.

[136] Nos referimos a essa reflexão de West (2006, p.216): "Scientists associated with conservation-as-development also want the imagined Gimi of the past. They envision a Gimi person who has a "land philosophy of unexpected power and beauty" and who possessed a "culture" that was "a rich and exotic fusion of ritual, myth, and bush knowledge" (RCF/WCS 1995:14). But the experience of the Crater Mountain Wildlife Management Area (CMWMA) and its conservation-as-development interventions works to make Gimi persons in ways that are radically different from either this imagined Gimi social capacities that can only be expressed in reference to other people (Gillison 1993; M. Strathern 1988). Scientists and NGOs, by pulling Gimi into social relationships with them through the actions of conservation-as-development, have been one side of the transactions that have made new kinds of Gimi personhood and new forms of Gimi social life".

[137] Sobre essa discussão recomendamos a leitura de Bernini (2015). A geógrafa irá esmiuçar o processo de produção capitalista da natureza no MOJAC, em São Paulo. A relação conflituosa que se estabelece entre os quilombolas e suas práticas não capitalistas que permitiram a produção da natureza e os diversos sujeitos sociais, como o Estado e as ONGs amparados por uma visão "moderna" de natureza é um dos escopos de sua pesquisa.

[138] Especialmente, as ONGs TCN, TN, Frieds of Earth.

tema das grandes reuniões globais sobre o meio ambiente, tendo as ONGs como importante porta-voz.

Em 1992, às vésperas da ECO 92, o Banco Mundial lança uma publicação que recomenda o investimento na criação de áreas de conservação com populações locais[139]. Segundo West (2006), a publicação defendia a combinação da conservação com projetos de geração de renda voltados para a população local, como a vanguarda na prática de conservação. Acrescentavam também que a conservação deveria, sempre que possível, estar ligada ao desenvolvimento econômico. A alegação era que se as áreas de conservação incluíssem projetos de desenvolvimento econômico e de geração de renda, as práticas tradicionais que degradam o meio ambiente seriam contidas[140].

De certa maneira, há uma equiparação das práticas capitalistas e não capitalistas. Retorna-se à ideia de que o homem irá degradar o meio ambiente para produzir as condições de sua reprodução. Para Bernini (2015), a corrente conservacionista, que inclui a presença da sociedade em áreas de proteção ambiental, também parte do par exterior-universal para um entendimento sobre a natureza. O homem, por mais que seja incluso nas áreas de proteção ambiental, contraditoriamente ainda é considerado externo à natureza.

Durante a ECO 92, houve uma série de críticas às gestões "de cima para baixo" (*top-down*) nas áreas de conservação ambiental. Como recomendação, sugeriu-se que as ONGs, no papel de “agentes mediadores”, promovessem a participação da comunidade nos projetos de conservação. Diana Alcorn (2005), coordenadora da WWF nos anos 1990, relata que recursos da USAID permitiram de que a ONG se especializasse na gestão de áreas de conservação com populações. A ONG ficava responsável por divulgar e implementar um modelo de gestão que ficou conhecido como *comunity-based conservation* (CBC)[141].

---

[139] Para maior aprofundamento recomendamos a leitura de Blaikie e Jeanreanaud (2000). No artigo, oferecem um bom panorama das recomendações do Banco Mundial para os investimentos em áreas de conservação no ano de 1992.

[140] Nos referimos a esse excerto: “They [os conservacionistas] concluded that if local economic needs were met by development initiatives, local people would not be such a threat to biodiversity conservation” (WEST, 2006, p.35).

[141] Alcorn (2005, p.37) traz em seu texto a leitura de que era “inevitável” o encontro das ONGs com as populações locais. Ela traz uma analogia da dança: para ela, as ONGs e as populações teriam o mesmo objetivo de promover a conservação da natureza e bastaria entrarem em harmonia para consegui-lo. “Conservation organizations and local communities have common interests that bring them to dance together. They have danced for decades, but with other partners more than each other. Their ballroom

Diferentemente do que foi idealizado no seio do movimento dos seringueiros após a assinatura da lei das RESEXs, em 1990, unidades de conservação ao redor do mundo passaram a se basear no modelo de gestão CBC.

De maneira sucinta, as unidades de conservação baseadas no CBC têm como diretriz que a mudança das ações e práticas da população local garantirão o objetivo final da conservação ambiental. Trata-se da integração das populações locais aos sistemas de produção baseados em mercadorias, como estratégia de conservação da diversidade biológica. As práticas históricas locais de reprodução social são concebidas como estratégicas na conservação ambiental. Concebe-se que as práticas econômicas e de reprodução social, orientadas por especialistas em conservação e em de desenvolvimento econômico, promoveriam o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental. Em vez de uma linguagem de exclusão, como a linguagem utilizada em modelos anteriores de preservação, a retórica de conservação passa a incorporar discursos de desenvolvimento como método central para alcançar a conservação da biodiversidade globalmente.

A participação da população na gestão das unidades de conservação é limitada por mecanismos que definem um lugar específico para cada sujeito social. Uma hierarquia nas decisões das unidades é prevista. As ONGs, o Estado e o mercado possuem um lugar decisório na gestão e na produção de demandas. As relações sociais não capitalistas e as práticas derivadas são incorporadas nos projetos a partir de um “disciplinamento”. Os regimes de uso e apropriação da natureza são institucionalizados mediante planos de uso e manejo. Caso membros das populações locais descumpram as normas, medidas punitivas são previstas.

A retórica “racional” manifestada no conceito de desenvolvimento sustentável ampara econômica e cientificamente a validade das áreas de conservação e seus projetos implementados perante a sociedade global, os Estados e, principalmente, as instituições financeiras. As práticas sociais não capitalistas que permitiram a produção social e histórica da floresta são capturadas por um discurso técnico-científico, sendo avaliadas por critérios específicos como possíveis degradadores do meio ambiente. Não se aponta que as práticas capitalistas e a necessidade da acumulação capitalista tenham sido os principais produtores da destruição ambiental.

---

circles a fire in the forest – one that glows brightly with promises but can also flare up with conflicts that damage the partners or forest itself”.

Atividades relativas à reprodução social, como práticas agroextrativistas e programas de desenvolvimento social nas áreas de educação e saúde, entram na lista de projetos a serem executados pelas ONGs nas áreas de conservação. A criação de um vasto “portfólio” das ONGs possibilita a “oferta” e “venda” a seus financiadores de serviços que deveriam ser executados pelo Estado[142].

A fórmula neoliberal, contudo, não é a aniquilação do Estado, de acordo com Damiani (2010, p.312–313):

> Alteram-se as formas de gestão, mas elas têm um elo íntimo, em comum: a afirmação do Estado, de um lado; e, de outro, sua metamorfose em parcerias público-privadas. Todas as formas de privatização correntes não significaram a superação do Estado, mas sua deterioração e metamorfose.

Lutas sociais como as dos seringueiros, que envolveram muitos casos de violência e assassinatos, conseguiram colocar em evidência novos sujeitos sociais, suas práticas e uma outra forma de produzir a natureza. A conquista de novos estatutos de direito à terra e ao território, como as RESEXs, foi motivo de comemoração. Tinha-se como horizonte a constituição de projetos de acesso à terra e ao território fundamentados na política da reforma agrária, e que as populações originárias e camponesas pudessem construir seu devir e produzir uma natureza não capitalista.

Entre os anos 1980 e 1990, as críticas endereçadas ao modo capitalista de produção apresentavam uma radicalidade. Notava–se que a destruição da natureza e a privatização dos bens comuns era fruto do modo capitalista de produção. À medida que as florestas passam a ganhar competitividade no mercado – por meio de seus produtos e pela incorporação de diversos projetos de conservação ambientais via ONGs – o projeto político da RESEX que fora idealizado é paulatinamente alterado.

Trata-se de um contexto de uma produção global capitalista da natureza, a partir da incorporação de relações sociais não capitalistas. Os fundamentos do modo capitalista de produção são repostos com o ambientalismo. Como consequência da consolidação da gestão de diversas modalidades de unidades de conservação, que pressupõem a presença de populações, tem início um processo de privatização dos bens comuns da floresta. Acentuam-se as restrições dos regimes comunitários e

---

[142] A Oxfam, ONG com sede na Grã-Bretanha, foi uma das primeiras organizações que construíram seus portfólios com projetos que objetivassem o desenvolvimento econômico e social a partir de critérios ambientalmente responsáveis. Ver Elliot (2006).

coletivos de apropriação e uso da natureza, avança o “disciplinamento” e, em casos mais extremos, a criminalização de suas práticas ancestrais.

Na avaliação de Porto-Gonçalves (2011, p.144–145), há um conflito com a reafirmação da propriedade privada capitalista em áreas de posse e ocupação camponesa e originária regidas por práticas comunitárias:

> [...] não é natural a maneira como diferentes modos de apropriação da natureza – comunitários, coletivos ou comunais – vêm se transformando em propriedade privada e, mais ainda, em propriedade privada capitalista. O paradoxo é que nessas comunidades, onde se encontram as maiores reservas de diversidade biológica do planeta, reinam, quase absolutas, as práticas de uso comum, comunitário ou coletivo dos recursos naturais.

Para Porto-Gonçalves (2011), com o avançar dos anos 1990 e a entrada do século XXI nota-se o surgimento de novos estatutos de acesso à terra e ao território, que dizem a respeito às políticas fundiárias que se ajustaram e se mostraram mais flexíveis às demandas do mercado. No caso brasileiro, a alteração da gestão das RESEXs, o surgimento das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), das Florestas Nacionais, das Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPNs), e o modelo de mosaicos são exemplos da incorporação de políticas fundiárias e de conservação ambiental nos termos exigidos pelo mercado, que reafirmam a propriedade privada capitalista.

Bernini (2015) realiza uma reflexão crítica sobre essas questões. Para a pesquisadora, o ambientalismo cumpre uma função central na contemporaneidade, as políticas em torno da natureza são o que inviabiliza a reforma agrária. Para a geógrafa (*ibidem*), é estratégica a resolução de conflitos agrários pela via ambiental. Em vez do reconhecimento da posse por populações camponesas e originárias por meio dos estatutos referentes à reforma agrária, as florestas socialmente produzidas são reconhecidas pelos estatutos referentes à política ambiental. Embora exista a componente fundiária nas unidades de conservação que pressupõem a ocupação de pessoas, seus instrumentos legais e de gestão permitem que o mercado e seus interesses estejam presentes. É uma forma de concretização da contrarreforma agrária.

Porém, como se reafirma a propriedade privada capitalista e como podem ser incorporadas relações sociais não capitalistas no modo capitalista de produção? Há uma necessidade estrutural?

Harvey (2014a), inspirado em Rosa Luxemburgo e em Lênin, pontua que após a crise de sobreacumulação dos anos 1970 ficou evidente que para o modo capitalista de produção conseguir superar as crises seria necessária uma reordenação espaço-temporal. Especialmente no contexto de financeirização da economia, em que a mobilidade do capital do sistema produtivo para outro é maior. Para o geógrafo (2006, 2014a), a função da crise é de orquestrar, administrar e racionalizar o sistema.

O geógrafo nota que os mecanismos de criação de capital, denominados por Karl Marx como acumulação primitiva, são (re)criados e (re)produzidos internamente pelo modo capitalista de produção. “Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias”, afirma Harvey (2014a, p.121).

O capitalismo sempre precisa de um fundo ativo fora de si. Se os ativos – como a terra e as novas fontes de matérias-primas – não estiverem disponíveis, os capitalistas têm de produzi-los. Nos momentos de crise é acentuada a necessidade de incorporação de uma exterioridade. A unidade exterior-interior sintetiza que o que é exterior ao modo de produção capitalista é incorporado, (re)criado e (re)produzido sob as determinações da reprodução ampliada do capital. Exterioridades podem ser desde relações sociais não capitalistas e suas derivações, formações sociais, recursos naturais como a terra e até produtos indesejáveis das atividades urbano-industriais (a poluição, por exemplo).

No nosso caso, a produção de unidades de conservação pressupõe a incorporação de relações sociais não capitalistas e a existência de uma floresta socialmente e historicamente produzida. Lembremos de que os regimes de apropriação e uso remetem ao valor de uso, e não ao de troca. Como Harvey (Grifos nossos, *ibidem*, p.127) nos lembra, “<u>toda formação social, ou território</u>, que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por <u>amplas mudanças legais, institucionais e estruturais</u> do tipo descrito por Marx <u>sob a rubrica da acumulação primitiva</u>”. Esse processo de reafirmação dos termos do modo capitalista e da contínua produção de capitais feita com a acumulação primitiva foi chamado pelo geógrafo de “acumulação por espoliação” ou “acumulação por despossessão”.

Um dos momentos da acumulação primitiva é a separação entre sociedade e natureza e a privatização dos bens comuns para a criação da propriedade privada capitalista. Se notarmos, esses estatutos de acesso à terra e ao território que possuem

a componente ambiental têm o papel de aprofundar a separação sociedade e natureza. Ou seja, no momento que se reafirma legalmente a propriedade privada capitalista é que se torna possível a constituição de uma produção capitalista da natureza, assim como seus regimes de uso e apropriação da natureza passam a ser prescritos de acordo com o seu respectivo valor de troca. É a privatização das florestas social e historicamente produzidas pelas populações camponesas e originárias. A floresta torna-se estranha aos seus produtores.

Mas não podemos ignorar esse deslocamento. Por mais que exista uma produção global capitalista da natureza, abre-se caminho para a insurgência de movimentos sociais e para a necessidade de se gestarem projetos políticos que questionam radicalmente o modo capitalista de produção e que apontam para novos horizontes.

Os que adotarem o conceito de produção da natureza têm de estar cientes de que ele contém o devir. Dentro da tese elaborada por Neil Smith há a constituição do possível. O modo capitalista de produção produz um tipo de natureza. Imaginemos, portanto, como parte de um projeto revolucionário e de superação: que tipo de natureza queremos produzir? Essa foi a pergunta com a qual os seringueiros tiveram de lidar em meio à agitação política proporcionada pela questão agrária na Amazônia: que tipo de reforma agrária seria a “ideal” para os povos da floresta? Eles ampliaram a complexidade da luta ao anunciarem que não queriam terra, mas território. Introduziram no debate a existência de uma complexidade envolvendo a (re)produção social e suas práticas sociais no contexto amazônico, por meio da qual viabilizaram outros termos na relação entre sociedade e natureza que não tinham como referência a sociedade urbano-industrial.

Para pensarmos em outras políticas da natureza, Neil Smith sintetiza (1996, p.51):

> [...] a noção de "produção da natureza" tem a vantagem política de focalizar a política da natureza em torno da questão de como, e com quais fins, as naturezas alternativas podem ser produzidas. A tristeza do "fim da natureza", “a morte da natureza”, “a dominação da natureza”, e assim por diante, é abandonada por uma perspectiva que, na sua continuidade entre o presente e o futuro, torna plausível um futuro da natureza. A questão política passa a ser esta: como, por que meios sociais e por quais instituições sociais a produção da natureza é organizada? Como criar meios democráticos para produzir a natureza? Que tipo de natureza queremos? Estas são, no final, as questões centrais para um ambientalismo revolucionário[143].

[143] No original: “[...] the notion of the ‘production of nature’ has the political advantage in that it focuses the politics of nature around the question of how, and to what ends, alternative natures might be

Nos próximos três capítulos, por meio da pesquisa realizada na RESEX Chico Mendes, ícone da luta pela reforma agrária dos povos da floresta, realizaremos uma análise detalhada do processo geral de produção capitalista da natureza e os embates e contradições derivados desse processo num caso específico. Começamos o primeiro capítulo com uma tentativa de entender a natureza e a sua produção no movimento da totalidade-mundo. Nos próximos capítulos, perscrutaremos melhor os detalhes do cotidiano seringueiro. Como a constituição da produção capitalista da natureza ocorre na textura fina social? Quais são os sujeitos envolvidos nesse processo? Como territorialidades são produzidas e produzem a natureza? Como se articulam os níveis econômico, político e social, quais são seus embates e, por último, qual é a natureza que queremos produzir?

---

produced. The gloom of ‘the end of nature’. ‘the death of nature’, ‘the domination of nature’, and so forth, is relinquished for a perspective which, in its continuity between the present and the future, makes a future of nature plausible. The political question becomes this: how, by what social means and through what social institutions, is the production of nature to be organized? How are we to create democratic means for producing nature? What kind of nature do we want? These are, in the end, the central questions for a revolutionary environmentalism”. Tradução nossa.

2. DA PRODUÇÃO HISTÓRICA DA FLORESTA AMAZÔNICA ACREANA À LUTA POR NOVOS ESTATUTOS FUNDIÁRIOS DE ACESSO AO TERRITÓRIO: RESEX – A PROPOSTA DA REFORMA AGRÁRIA PARA OS SERINGUEIROS

A questão da terra no Brasil

Sentado em uma calçada em Xapuri, em um final de tarde típico do verão amazônico[144], quando a friagem[145] já começa a dar seus primeiros sinais de chegada e o sol se põe atrás da antiga e desativada fábrica de castanhas da CAEX, Seu Luiz Targino – cearense de Pacajus, 86 anos, um dos fundadores do STR de Xapuri – relembra o dia em que recebeu a notícia que seria expulso de sua colocação no Seringal Nazaré. O ano era 1983. Nesse momento, ele não teve dúvida: sua expulsão mostrava que a estrada de seringa onde ele trabalhava quase todos os dias, e que ele conhecia com a palma de sua mão, passava a ser do paulista e de seu jagunço, que vinha abordá-lo como se não tivesse nada a ver com isso:

> [...] agora a minha colocação, aquela que tinha encontrado no bruto, que a mulher cuidava do roçado para eu poder dar dois rodos na estrada de seringa não era mais minha, era do paulista. Quem trazia a notícia não era o paulista, era o jagunço. Aquela riqueza, a mata rica que fazia com que nós pudesse trabalhar na sombra ia para o chão. A floresta ia virar campo para gado. A floresta recortada pelos varadouros ia virar um chão quadrado, ia virar fazenda. Sem mata não tem seringueiro, sem seringueiro não tem mata. Sem seringueiro não tem seringueira, não tem castanheira, não tem aguano. A nossa luta do sindicato partiu desse entendimento. Nós queria a floresta para criar os nossos filhos.[146]

A história de Seu Targino não é a única. A Amazônia como um todo – especialmente pós-1964, depois da reafirmação de um pacto entre Estado e o capital – foi *lócus* de uma série de conflitos sociais que envolvem a questão da apropriação privada da terra e sua consequente transformação em equivalente de mercadoria.

---

[144] De acordo com Valverde (1989, p.23): “O regime regional de precipitações [na Amazônia] compreende uma longa estação chuvosa e uma curta estação seca. De acordo com a nomenclatura nordestina, o período chuvoso é chamado de inverno, e a estiagem, de verão, o que não coincide com as estações astronômicas”.

[145] As friagens são frentes frias formadas pela massa polar atlântica, que atravessam o Planalto Central brasileiro e vão em direção à Amazônia Ocidental (principalmente para o Acre). As friagens comumente ocorrem no verão amazônico, podendo promover a diminuição da temperatura (VALVERDE, 1989).

[146] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

Esse processo, nas áreas mais longínquas do Brasil, fez com que muitas famílias camponesas e indígenas fossem expropriadas.

As marcas da violência estão evidentes na brutalidade dos despejos, nos assassinatos de camponeses e indígenas, nas casas incendiadas, nas destruições dos roçados, nas derrubadas de matas e florestas e no emprego da violência institucional e privada. Dessa maneira é que se abria caminho para a efetivação de uma política econômica que, em grande parte, era financiada por capital estrangeiro, e que tinha como intuito a apropriação privada da terra e a possibilidade de auferir renda capitalizada a partir dela.

Apoiado pelo discurso de que a Amazônia era um grande “inferno verde inabitado”, o Estado se justificava perante a sociedade e o mercado dizendo que a região era a “última fronteira” a ser ocupada e desenvolvida economicamente; mas o argumento de que a floresta deveria ser humanizada ignorava a realidade local da Amazônia – vista como mais um terreno para projetos mineradores, energéticos e agropecuários, e também como alternativa de deslocamento populacional em “regiões-problema” (caso do Nordeste). Realizava-se, assim, uma reforma agrária nas áreas distantes dos conflitos por terra, mas uma reforma que conservava uma estrutura social e fundiária marcada pela desigualdade. Consequentemente, os diversos apossamentos camponeses e indígenas anteriores acabaram sendo invisibilizados e não reconhecidos pelo Estado, pelo mercado e por uma grande parcela da sociedade.

A importância da questão agrária na Amazônia só ganharia repercussão quando os projetos mineradores e agropecuários entrassem em conflito com os apossamentos camponeses e indígenas – a ponto de se tornar irrefutável a compreensão de que aquele “vazio” fosse, na verdade, habitado por pessoas. A notícia de que a terra havia um dono foi disseminada por membros do Estado e por jagunços, que inverteram a lógica histórica de ocupação do território: o invasor, em suas palavras, não era o forasteiro financiado pelo Estado, mas sim aquele que não portava um documento legitimando a posse da terra em questão. Nesse momento, a grilagem (a falsificação de títulos de propriedade, uma das formas por meio da qual se dá a concentração fundiária no Brasil) passa a ser financiada e institucionalizada pelos órgãos estatais.

Ao analisar os conflitos por terra no município de Conceição do Araguaia, no Pará, durante a ditadura militar, Ianni (1978) avalia que a tônica do conflito entre

seringueiros, camponeses e fazendeiros tem como um dos pontos de partida a instituição da propriedade privada da terra e a criação de um mercado para sua comercialização. Ao ser introduzida no circuito geral de valorização, a terra possibilita o ingresso de novos sujeitos sociais, que entrarão em conflito com as formas de uso e apropriação precedentes[147].

Octavio Ianni sintetiza:

> Em pouco tempo, também a terra passa a ser mercadoria, ganha preço; isto é, apropriada de modo privado e sob nenhuma outra forma. A terra passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca. É inserida nas relações capitalistas de produção como um elemento das condições de produção controladas pela empresa privada. Pouco a pouco, ou de súbito, conforme o caso, a terra deixa de ser apenas, ou principalmente, objeto e meio de produção de valores de uso. O poder estatal aparece, de forma cada vez mais ostensiva e permanente, como um poder maior destinado a favorecer e a acelerar o processo de privatização da terra, nos moldes exigidos pela empresa privada de grande porte, segundo a lógica da acumulação capitalista (IANNI, 1978, p.154).

Como observamos, o excerto nos adianta que o Estado possui um papel central na institucionalização dos meios legais de apropriação da terra. A institucionalização da propriedade privada e do mercado de terras teve início em 1850, com a criação da Lei de Terras. As áreas mais longínquas, no entanto, ficaram por mais de um século à margem do mercado. As populações camponesas e indígenas por muito tempo desconheciam o estatuto da propriedade privada da terra, bem como os seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos. Como Seu Luiz Targino recorda, "[...] morar em uma colocação, riscar o pau da seringueira, fazer a borracha e pagar a renda, para poder dar os rodos na estrada, era o que restava para o seringueiro ficar na terra"[148].

O sociólogo Octavio Ianni (1978, p.153) aponta que o processo de transformação da terra em mercadoria é o "[...] último ato da metamorfose da 'natureza' em sociedade". Essa passagem para o campesinato – composto pela variedade de regimes de uso e apropriação não capitalistas da natureza, da terra e do

---

[147] Não esgotaremos ainda essa questão, que nos parece central nesta tese. Martins (1986), ao realizar uma importante pesquisa na Amazônia Legal, entre as décadas de 1970 e 1980, conclui que um dos epicentros dos conflitos sociais naquela região são as contradições entre as formas de apropriação da terra. Para ele, a existência de dois sujeitos sociais é revelada a partir do momento em que surge o conflito entre duas formas de ocupação da terra: uma capitalista, e a outra, não capitalista. O sociólogo (*ibidem*, p.130-131) sintetiza: "A questão que está em disputa, portanto, é a questão entre duas formas de ocupação da terra: entre a propriedade e a posse, entre a propriedade capitalista, entre a comprada segundo as concepções dos 'paulistas', a forma 'paulista' de comprar a terra, de usar a terra, e uma outra forma, que é a forma que se encontra caracteristicamente na realidade do posseiro".

[148] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

território – era expressa no diagnóstico de “fim” da floresta amazônica e dos modos de reprodução social das famílias que a habitavam. O documento (uma espécie de metonímia da propriedade privada da terra) aparecia para a população local como algo estranho, desconhecido. É o que faz com que o homem e a terra virem estranhos um para o outro. E a instituição da propriedade privada, como sugere Lefebvre (1974), impõe uma série de práticas que não remetem em nada a uma maior humanização da área; pelo contrário, essas práticas são o que concretizam a sua desumanização e esvaziamento de sentido, mensurado pelo seu valor de troca.

Hébette e Marin (2004) indicam que, no período da ditadura (entre 1964 e 1985), a reforma agrária na Amazônia era realizada de modo autoritário ao longo das rodovias que levavam ao Norte do país. O modelo de ocupação territorial, gestado no seio do Conselho Nacional de Segurança, minava qualquer forma de participação popular. A integridade do território era assegurada pela doutrina de segurança nacional, e esta, por sua vez, era pautada pela afirmação de que era necessário “integrar para não entregar” (OLIVEIRA, 1987). Ademais, segundo Almeida (1992), qualquer disputa pela posse de terra era tratada como uma possível perturbação na ordem do país, o que automaticamente fazia do problema um assunto militar.

“Trazer os homens sem-terra para as terras sem homens” acabou se tornando um lema nacionalista para a Amazônia. A colonização, concebida como uma “ocupação ordenada” das rodovias amazônicas, ganhou prioridade em relação à política de reforma agrária – processo que Ianni (1979) chama de “contrarreforma agrária”, um antirreformismo que permitiu a reprodução continuada do capital:

> A forma pela qual o Estado foi levado a dar início e a desenvolver a colonização dirigida, oficial e particular, na região amazônica, repõe o problema da estrutura fundiária, tanto na Amazônia como no Nordeste, no Sul e em outras regiões. Simultaneamente repõe o problema da movimentação dos trabalhadores rurais das várias regiões, no âmbito da sociedade brasileira. [...] A colonização, como contrarreforma agrária, aparece como condição e consequência da forma pela qual o Estado foi levado a recriar a “fronteira amazônica”, para favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo na região (IANNI, 1979, p.7).

A suposta ameaça de disseminação de ideias comunistas pelos movimentos camponeses, principalmente os de origem nordestina, realçava as contradições da estrutura social e fundiária forjada durante a colonização[149]. As mudanças no espaço

[149] Não temos a intenção de nos aprofundarmos nesse tema, mas devemos frisar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) concebeu como uma de suas frentes de atuação a estrutura agrária brasileira. Em seu entendimento, a estrutura compreendia o latifúndio e o campesinato como resquícios de um feudalismo em terras brasileiras. O projeto modernizador, visto como via para uma sociedade

agrário seriam realizadas por meio da reforma agrária, e a tarefa dos militares era a de conservar a ordem política, econômica e social. Como Francisco de Oliveira (2008) adverte, o planejamento, longe de ser uma mera aplicação de técnicas, teve a função de desencadear mudanças conservadoras em localidades e regiões marcadas pelo conflito social:

> O padrão "planejado" não é, desse ponto de vista, senão uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito social, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos (*ibidem*, p.138-139).

De acordo com o geógrafo Manoel Correia de Andrade (1963), foi durante as Ligas Camponesas da década de 1950 que os camponeses paraibanos e pernambucos projetaram, pela primeira vez na história do campesinato, a questão da reforma agrária como um problema regional. A erosão de uma *pax agrariae nordestina* (OLIVEIRA, 2008), forjada pela oligarquia dos coronéis com o Estado, evidenciava as contradições das estruturas de acumulação capitalista e de distribuição desigual da riqueza socialmente produzida.

Os camponeses da zona da mata nordestina argumentavam que as cobranças abusivas dos foros[150], a expulsão das famílias dos engenhos e o excesso de sobretrabalho no cambão[151] não eram problemas restritos às ocupações, mas parte de um cenário maior, em que a questão agrária era estrutural e remetia a uma formação social, a um tipo de classe e, principalmente, a um tipo de propriedade, o latifúndio.

O surgimento de conflitos em áreas ocupadas por posseiros não era uma novidade. Pelo contrário: conforme aponta Martins (1986), após 1850 a história da propriedade privada da terra no Brasil será marcada por revoltas e ações de resistência na luta camponesa. Basta nos lembrarmos a presença de levantes camponeses entre os séculos XIX e o XX – como as revoltas da Cabanagem, no Pará;

---

socialista, idealizava a destruição do latifúndio e do campesinato por meio da reforma agrária. Não é à toa que os camponeses reunidos no Engenho da Galileia, na Paraíba, receberam a visita do PCB, com o objetivo de introduzir a pauta da reforma agrária. O golpe militar de 1964 também foi justificado pela "ameaça comunista" que rondava a América Latina naquele momento. A fim de manter a "ordem" – entendida como uma forma de conservar uma sociedade desigual – a via autoritária se institucionalizou no seio do Estado. Para aprofundar nessa discussão, recomendamos a leitura de Martins (1975, 1985, 1986) e Oliveira (2007).

[150] O "foro" é o nome atribuído ao pagamento da renda da terra, seja em produto ou em dinheiro, feito pelos camponeses para proprietários de terra como uma forma de concessão para que permaneça na terra. Essa terminologia é empregada com mais frequência no Nordeste.

[151] No Nordeste, a palavra "cambão" expressa o dia de trabalho que o camponês dá ao patrão, sem remuneração, mas como uma forma de concessão para que permaneça na terra.

de Canudos, na Bahia; do Contestado, no Paraná; e o Cangaço, no Nordeste. Martins (1979, p.32) enfatiza que o papel da Lei de Terras foi o de produzir uma inversão necessária nas relações de trabalho, que mudavam do escravo (africano) para o trabalhador livre: "Num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa"[152]. Assim, o trabalho passou a ser remunerado, mas a terra continuou nas mãos de poucos, e as insurgências camponesas foram reduzidas a movimentos de origem marginal ou messiânica. De fato, o que as Ligas Camponesas trouxeram de novo foi a clareza de que havia um sujeito político e uma classe social chamada campesinato[153].

Em um primeiro momento, a resistência camponesa no Nordeste será contra a cobrança da renda da terra, mas depois da atuação do PCB, a pauta da reforma agrária é introduzida e a luta passa a ser endereçada ao latifúndio (a propriedade privada da terra). Assim, o sentido da reforma agrária se radicaliza no seio do movimento camponês. Segundo Martins (1986, p.89):

> Já em 1960, para o Partido [PCB] a reforma agrária radical seria alcançada por etapas, através de reformas parciais. Para as Ligas, ao contrário, a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à *propriedade camponesa*, inclusive à estatização da propriedade (grifos do autor).

A ideia de que mudanças estruturais poderiam ser desencadeadas pelo ataque à propriedade privada da terra, e a partir da formação de uma consciência política (que via na concentração de terras a gênese da desigualdade social), era temida pelas classes dominantes – tanto no âmbito regional quanto no nacional, como Oliveira (2008) enfatiza.

---

[152] O final do regime de trabalho escravo africano impôs a restrição do acesso à terra como condição para a continuidade de uma sociedade desigual. Antes de 1850, a posse da terra era justificada através da posse de trabalhadores escravos. Com a promulgação da Lei da Terra, a posse passa ser justificada por intermédio da compra, sendo que a Lei de Terras teve um maior impacto no sudeste cafeeiro. Para um maior aprofundamento nessa discussão, recomendamos consultar Martins (1979).

[153] Nem todos os marxistas consideram o campesinato como uma classe social. Classe "incômoda" (SHANIN, 1983), durante muito tempo, ela foi vista, entre os marxistas, como uma classe pré-política, dando margem à interpretação de que suas lutas seriam conservadoras, por buscarem assegurar o direito à propriedade privada. Caminhamos na direção oposta – assim como Martins (1980, 1985, 1986), Shanin (1973, 1983) e Oliveira (2007), também concebemos o campesinato enquanto classe social, ou seja, como um sujeito social baseado em uma comunidade de interesses econômicos, formada por conflitos com outras classes, expressas em padrões típicos de cognição e conscientização política e capazes de ação política unida em nível nacional. Concebemos que o campesinato tem como centro a relação entre a família, o trabalho e a terra, portanto, enxergamos que a sua luta pela terra ou pelo território ao se constituir um dos centros da luta política desse sujeito social faz sentido na medida em que se asseguraria a unidade dessa tríade. Ou seja, a família e o trabalho poderia ter condições materiais para se reproduzir.

O processo migratório nordestino se apresenta como uma questão histórica no Brasil. De acordo com Wolff (1999) e Porto-Gonçalves (2003), foram atribuídas às qualidades naturais da região o papel de produtoras do êxodo populacional. Dentro do Estado, especialmente, e em uma parte da sociedade, forjou-se uma racionalidade determinista e naturalizadora pautada pelo entendimento de que o sol impiedoso da caatinga e a seca seriam os causadores da pobreza, somando-se ainda a crença de que o homem criado no chão seco não suportaria as condições climáticas de seu *habitat* natural. Restava para o sertanejo migrar para a Amazônia.

O livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha (2016), constitui um primoroso detalhamento da relação que se estabeleceu ao longo dos séculos entre a terra e o homem sertanejo. Fruto de sua visão hipernaturalista expressionista (HARDMAN, 2009), para o autor (CUNHA, 2016, p.115) “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, o que vale dizer que em sua concepção as condições climáticas adversas acabaram tornando o povo nordestino mais resistente.

Porém, o “povo forte” era fruto de uma sociedade desigual, em que a terra era mal distribuída. No interior do sertão baiano, os sermões de Antonio Conselheiro evidenciavam uma sociedade que era dividida entre ricos e pobres, sendo que o direito de permanecer na terra dependia desse registro social. Assim, o maior impedimento para a permanência destes na terra não era a seca, mas a propriedade privada da terra.

A Guerra Camponesa de Canudos (1896-1897) virou assunto do exército porque trazia à tona um dos fundamentos do modo capitalista de produção: a propriedade privada da terra. E o campesinato, fruto de uma contradição interna do capitalismo, contestava a continuidade desse estatuto. A luta pela reforma agrária ainda não havia sido desenhada no horizonte, uma vez que os camponeses pleiteavam apenas o direito de permanecer na terra sem que fossem forçados a migrar para outras áreas do Brasil.

Ao mesmo tempo, especialmente a partir de meados do século XIX, a Amazônia (tida como a última fronteira a ser ocupada) precisava de braços para uma atividade próspera: a extração da borracha, cuja promessa de fazer ricos seus extratores movia um expressivo contingente populacional. A luz de uma interpretação determinista, era relatado que os homens produto de uma paisagem ensolarada, árida e de vegetação dispersa e resistente aos longos períodos de estiagem, dirigiam-se para a Hileia (nome dado pelo Barão de Humboldt em 1872) para a floresta

amazônica. Com uma vasta paleta de verdes, a maioria notadamente escura e densa, a floresta era recortada por rios sempre cheios e alimentados por um intenso regime de chuvas.

Atribuiu-se à seca de 1877 (e não à estrutura agrária) a causa do deslocamento em massa para a Amazônia (TOCANTINS, 1979)[154]. Segundo Porto-Gonçalves (2001), estima-se que cerca de 300 a 500 mil nordestinos migraram para a floresta amazônica entre os anos de 1860 e 1912. Na passagem do livro *Os sertões*, Euclides da Cunha (2016) relata o inevitável destino de migrar:

> Quando as secas de 1879, 1880, 1889, 1890, 1900, 1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de mais populações adventícias de famintos assombrosos, devorados pelas febres e pelas bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia em libertá-los o quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria (CUNHA, 2016, p.165).

De acordo com Andrade (1963), com o fim da Guerra Civil norte-americana (que foi de 1861 a 1865) fez com que a produção agrícola algodoeira entrasse em crise no Nordeste. A produção de cana-de-açúcar também não prosperava mais, aprofundando, assim, a situação de pobreza. Esse cenário – conforme Oliveira (2008) aponta – levou ao aumento de um grande excedente populacional nas regiões do algodão e do açúcar, agravado ainda pela efetivação da Lei de Terras, que influenciaria decisivamente na vida cotidiana dos camponeses nordestinos (WOLFF, 1999). A maior parte dos homens que migrarão para a Amazônia nesse contexto é egressa dos sertões do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí e do Maranhão, que vão atrás do “ouro negro” – como ficara conhecido o leite da seringueira (*Hevea brasiliensis*) –, visto como uma oportunidade de melhorar suas condições materiais.

Durante o trabalho de campo, Demétrio, morador do Seringal Icuriã, em Assis Brasil, destrinchou um pouco melhor essa questão:

> [P]: De onde são seus pais?
> [Demétrio]: Tu, que já andou por esses seringais adentro, deve ter escutado muita história. O seringueiro é nordestino, alguns poucos são amazonenses. Meus pais nasceram no Rio Grande do Norte.
> [P]: Por que seus pais saíram do Rio Grande do Norte?
> [Demétrio]: Papai saiu porque não aguentava mais ser pobre. Na terrinha do meu pai, por ser o filho mais novo, não teve seu pedaço de terra. No ano de 1935, se não me falha a memória, saiu porque não tinha como pagar o foro ao dono da fazenda. Tinha ouvido que o BBA [Benedito Batista Araújo] tinha

[154] “Vão cortar seringa – *os brabos* – numa caravana migratória que era auxiliada nesse abandono da terra natal pela a incidência da seca, a famosa seca de 77” (TOCANTINS, 1979, p.151).

> ido para o Acre, e quando voltou para o Rio Grande do Norte, voltou Coronel de Patente. Papai pensou que podia melhorar de vida, aí decidiu vir morar no meio do mato no Acre.
> [P]: Como foi a chegada do seu pai no Acre?
> [Demétrio]: Isso é engraçado: ele contava que quando entrou no Gaiola [tipo de embarcação] sabia que ia para um rio Purus. Só sabia isso. Ah! Sabia que a seringueira trazia riqueza. Agora [...] ele era um bruto que só sabia plantar legume [plantar lavoura branca], e quando chegou, deram para ele uma cabrita [instrumento de corte da seringa] e disseram que ele ia trabalhar no mato. Papai não gostava de cortar seringa. Quando os filhos já eram grandinhos, colocou a meninada na estrada e foi com a mamãe trabalhar no legume [risos][155].

A possibilidade de tornar-se Coronel de Patente ou Coronel de Barranco, como era personificado o retorno do sertanejo à sua terra natal, vestido em um fino paletó de linho branco e usando um belo chapéu, habitava o imaginário daquele povo forte, que buscava uma vida melhor para a sua família[156].

A história de João Gabriel de Carvalho Mello, sertanejo de Uruburetama, no Ceará, é narrada por Leandro Tocantins (1979). Nas palavras do acreano (*ibidem*, p.148), o jovem cearense é "[...] um símbolo-padrão do imigrante nordestino, desprotegido de sorte, que acaba eleito da fortuna por obra e graça das selvas amazônicas".

Em 1854, João Gabriel decide abandonar sua terra após um impasse com o tio, que se recusara a lhe vender um novilho a prazo. Deixando a esposa e a filha recém-nascida, viaja para a Amazônia com a promessa de retornar em posse de uma fortuna com a qual possa comprar um rebanho. Fazendo boa parte do caminho a pé, chega a São Luís do Maranhão, onde embarca na terceira classe de um navio que vai em direção a Belém do Pará.

Aportando em Belém, conhece em uma casa aviadora o seu proprietário, o português Visconde de Santo Elias. Ao ganhar confiança, é incumbido de pilotar um navio-gaiola, embarcação que trafega cheia de mercadorias em direção ao Alto Amazonas. Voltando com a missão cumprida e trazendo as chamadas "pélas de

---

[155] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

[156] Assim como Tocantins (1979) relata a história dos nordestinos que voltavam a sua terra natal ricos devido à atividade gomífera, em campo, entre os anos de 2016 e 2017, pudemos mais de uma vez ouvir relatos semelhantes dos moradores da RESEX Chico Mendes. São netos e bisnetos de nordestinos, acreanos de nascença, que ainda hoje relatam as histórias ouvidas na infância. Como nos lembra Neves, moradora do Seringal Humaitá em Brasileia, "meu pai Chico Macaco, depois do serviço na borracha ou no roçado, ajuntava nóis, os quatro filhos, para contar histórias do seringal. Nóis ia dormir com essas histórias, nóis sonhava com o Nordeste" (entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016).

borracha”[157], recebe uma nova tarefa: explorar o rio Purus. A bordo do navio, conhece Manoel Urbano da Encarnação[158], que viajava como Prático de Embarcações. “Que sorte, encontrar-se com o homem que melhor conhecia o Purus!” (TOCANTINS, 1979, p.148).

Em uma parte do baixo curso do Purus, João Gabriel para nos seringais de responsabilidade de Visconde de Santo Elias, onde deixa as mercadorias e reabastece o navio-gaiola com as pélas de borracha. No último ponto de navegação, troca o navio-gaiola por um batelão, como são chamadas as barcas grandes, de fundo chato, usadas para o transporte de materiais que vêm da dragagem (que é, por sua vez, uma técnica de desassoreamento). Nesse ponto, sabe que deve continuar em direção ao alto curso.

> Dias de subida, até encontrar uma bela praia. Feito o reconhecimento da mata, a presença maciça de seringueiras foi o sinal de otimismo. Havia um grande lago, onde o verde monótono da floresta se quebrava docemente. O lugar rescendia bucolismo. Os índios Jamamadis receberam bem João Gabriel.
> É o primeiro estabelecimento do cearense de Uruburetema nessa escala que fará no Purus, até atingir o Acre, onde em breve aportaria (TOCANTINS, 1979, p.149).

Estabelecido o seringal que ganharia o nome de Tauariá, João Gabriel retorna a Belém quando o rio fica cheio. Com fortuna, regressa em 1876 à sua terra natal, no Ceará. A esposa e filha não mais o reconheciam: o sertanejo tinha ganhado de Dom Pedro II o título de Comendador.

Em 1878, o rio Purus e o Juruá passam a ser ocupados em caráter econômico permanente, mas os nordestinos que chegam não terão o mesmo destino de João Gabriel, responsável por fundar os primeiros seringais do Acre com o nome de Aquiri. João Gabriel conseguiu trazer para o Acre 1348 homens e 328 mulheres – ou, mais precisamente, 59 famílias para 1717 pessoas sem famílias (ESTEVES, 2010).

Os “brabos” (nome dado aos migrantes que chegavam no seringal), ao passo que venciam a difícil tarefa de sobreviver na floresta e produzir borracha,

---

[157] “Pélas de borracha” é como se chama o produto da borracha obtido através de uma técnica de defumação. Mais adiante, no item dois deste capítulo, explicaremos como era feito esse serviço.

[158] Manoel Urbano, Prático de Embarcações, será o responsável por explorar, ao longo da segunda metade do século XIX, a região do alto curso do rio Amazonas e do rio Purus. Filho de negro com indígena, é descrito pelos viajantes europeus como um homem sempre muito bem vestido e detentor de um grande conhecimento. Ele foi responsável por realizar contato com os indígenas e por estabelecer os regatões ao longo dos sinuosos rios amazônicos. No vale do Purus, na parte acreana, um município ganhará o seu nome em 1963. Para mais informações, recomendamos a leitura de Cardoso (2013), disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371176307_ARQUIVO_ARTIGOURBANOANPUH_3_.pdf> (último acesso em 24/04/2017).

transformavam-se em “mansos”. Aprendiam que para viver no seringal era necessário formular regras, cumprir prazos, estipular metas de produção, pagar dívidas e, sobretudo, conhecer os mistérios da Hileia. De acordo com Esteves (2010, p. 56):

> A condição para a constituição do sistema seringal possibilitou outras formas de vida, condicionadas pela abundância dos recursos naturais, em uma contraposição às secas causadoras da escassez do Nordeste. As novas relações incorporaram a aprendizagem de práticas complexas de sobrevivência, de trabalho e de tratos com animais para a construção de um saber que o transformaria em um trabalhador-extrator.

Fazendo um grande pulo no tempo histórico, ao retornarmos para a fala de Demétrio, quando ele chama seu pai de “bruto”, fica evidente que os saberes que este trazia do sertão nordestino, apesar de não serem irrelevantes, eram insuficientes para realizar a atividade do corte da seringa e morar na floresta. Nesse sentido é que podemos pensar na transformação em seringueiro como um processo composto por etapas.

A produção da borracha na Amazônia teve seus tempos áureos até 1912, depois ganha um pequeno fôlego proporcionado pela Segunda Guerra Mundial (1940-1945)[159]. A partir daí, entretanto, o destino da extração da borracha e dos donos das casas aviadoras de Belém e Manaus será a decadência.

Embora a procura pela borracha tenha diminuído, e o seu valor de mercado tenha acompanhado esse comportamento econômico, os seringueiros continuaram habitando os seringais, dando continuidade à reprodução das relações sociais não capitalistas. O que mudou nesse ínterim foi o conteúdo dessa reprodução e suas formas de se desenvolver socialmente.

Em um primeiro momento, o seringal foi o *lócus* do extremo controle. O espaço-tempo da produção era o espaço-tempo exclusivo da borracha, em que atividades como o roçado, a coleta de frutas e a caça eram proibidas, pois o patrão tratava de prover o que o seringueiro não conseguia produzir para si. Com o processo de decadência, no qual se destaca a falência das casas aviadoras, à medida que barracão vai se esvaziando o controle no seringal também vai diminuindo, e o espaço-tempo da produção da borracha e da quebra da castanha passa a ser dividido com a broca do roçado, com a caça e a colheita na floresta.

Para Almeida (1992, 2002), a decadência da atividade gomífera tem um papel decisivo na transformação dos seringueiros em camponeses da floresta. Esteves

---

[159] No caso do Acre, o período de decadência da atividade gomífera foi a partir de 1920.

(2010) enfatiza, ainda, que a abundância dos recursos naturais e a possibilidade de sua apropriação permitiram que uma outra forma de existência social se forjasse com a mescla os saberes do Nordeste e da floresta. Por fim, Porto-Gonçalves (2003) enxerga em tais mudanças o caminho para que o seringueiro desenvolvesse, para além do campesinato, outros regimes de uso e apropriação da floresta, que garantiriam a reprodução social das famílias e revelariam uma territorialidade específica.

Em suma, apreende-se que para esses autores o espaço do seringal – especialmente no contexto de decadência da atividade gomífera – permitiu a constituição de um campesinato e de uma forma específica de regime não capitalista de uso e apropriação da natureza e território, que garantiram a reprodução social daqueles que habitavam a floresta.

Marques (1994) nos indica que os conteúdos da reprodução social expressam uma dimensão material. A territorialidade e o uso da terra podem ser determinados por regras sociais, por direitos legais ou por normas culturais. Entretanto, em uma sociedade capitalista, os chamados direitos de propriedade podem explicitar lugares distintos sociais. “Os direitos de propriedade da terra no capitalismo transformam o espaço em mercadoria. A propriedade privada da terra contribui para a reificação das relações sociais, ocultando suas contradições e a estrutura que as sustenta” (*ibidem*, p.9).

A territorialidade tenta-se impor à medida que busca reforçar diferenças sociais institucionalizadas. Dessa forma, “a territorialidade interpõe-se às relações dos homens com o espaço e com outros homens” (*ibidem*, p.9). Ela é forjada a partir do uso e da apropriação do espaço – e por que não pensarmos, a partir do uso e apropriação da natureza? –, estes, por sua vez, determinados socialmente e derivados de relações sociais de produção capitalistas ou não capitalistas[160].

No caso da territorialidade capitalista, contraditoriamente, esta, ao se territorializar, pode integrar e reproduzir territorialidades não capitalistas. Isso acontece porque o desenvolvimento geográfico desigual pode produzir – e necessitar

[160] Apontamos que nesse ponto realizamos um diálogo com Marques (1994, 2000), ampliando suas formulações sobre território e territorialidade na “produção da natureza”, em Smith, e na “produção do espaço”, em Lefebvre. Essa escolha não é meramente arbitrária; pelo contrário, é fruto de uma reflexão coletiva feita em pesquisas do grupo Campo em Movimento, coordenado pela Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques.

– de frações de territórios não capitalistas, mas a discrepância entre territorialidades antagônicas muitas vezes acaba levando a conflitos locais.

> A territorialidade da sociedade capitalista é global, porém a nível das práticas sociais cotidianas os seus diferentes segmentos podem apresentar territorialidades conflitantes, recortando o território capitalista em unidades organizadas de forma diversa e contraditória (MARQUES, 1994, p.10).

Ianni (1978) assinala que a territorialidade capitalista possui uma métrica e uma lógica próprias, evidenciadas por populações que historicamente não fundamentaram seus regimes de uso e apropriação na propriedade capitalista da terra:

> Parece ter havido uma súbita metamorfose. A terra, que parecia larga, farta, sem fim, de súbito ganha outra fisionomia social. Ganha outra dimensão histórica. Antes, parecia um elemento secundário, ou mesmo irrelevante, pois que o principal era extrair drogas do sertão, a borracha, a castanha, o babaçu. A delimitação da "propriedade" era apenas um modo de defender as árvores, animais, aves, peixes, para a produção de autoconsumo dos produtores, ou para o comércio (IANNI, 1978, p.154).

Almeida (2006) é ainda mais enfático: para além do econômico, se atentarmos à dimensão cultural como um fator revelador das desigualdades produzidas pelas distintas territorialidades, veremos a diferença entre uma lógica de apropriação e reprodução social que seja baseada no valor de troca, e uma lógica de apropriação pautada no uso comum, por exemplo.

De fato, a dimensão cultural porta uma série de saberes e histórias que são passados de gerações para gerações, os quais – mesmo em movimento e mudança – garantem a continuidade de práticas sociais e territorialidades que põem os laços comunitários em evidência. Para o grupo social, a permanência desses laços é a garantia da produção e da continuidade de frações de território não capitalistas.

A sobreposição da propriedade privada capitalista aos apossamentos anteriores, não fundamentados nesse estatuto, em parte é compreendida por essas populações camponesas como um impedimento aos laços comunitários, à reprodução familiar e ao acesso aos recursos naturais. Ao cabo, é compreendida como um entrave ao desenvolvimento do grupo social e seu respectivo modo de vida.

No depoimento de Seu Luiz Targino (que está no início deste capítulo) está explicitada a diferença entre a territorialidade capitalista (a fazenda) e a não capitalista (o seringal): "Aquela riqueza, a mata rica que fazia com que nós pudesse trabalhar na sombra, ia para o chão. A floresta ia virar campo para gado. A floresta recortada pelos varadouros ia virar um chão quadrado, ia virar fazenda".

Seu Targino compreende o seringueiro, a sua família e a floresta como uma unidade, de forma que o seringueiro deixaria de ser seringueiro se não existisse a árvore que fornece o látex, e vice-versa. Ele vê, ainda, a propriedade privada capitalista (a fazenda) como a responsável por desmatar a floresta onde se situa a sua colocação.

É assim que a relação sociedade-natureza do seringueiro se diferencia da territorialidade capitalista: o usufruto da terra na sociedade-natureza não capitalista produz uma territorialidade muito específica[161].

O seringueiro não quer só receber um pedaço de "chão quadrado" para possibilitar a reprodução social da família. No final da fala de Seu Luiz Targino, constata-se que a luta dos seringueiros pelas RESEXs emerge da consciência de que a garantia de sua existência depende do reconhecimento de outras formas de uso e apropriação da natureza, da terra e do território.

A luta pela terra não é um problema recente. Na verdade, desde 1850 a resistência contra a imposição do estatuto da propriedade privada da terra vem caracterizando o campesinato e a questão agrária no Brasil. Por mais que o avanço do capitalismo seja um impeditivo para a reprodução do campesinato (por expulsar o trabalhador de sua terra e forçá-lo a migrar), a resistência camponesa persiste.

O que passa a ser novidade na Amazônia é o reconhecimento de que os apossamentos camponeses revelavam uma multiplicidade de noções de propriedade, que não remetiam necessariamente ao estatuto da propriedade privada capitalista.

O mais radical nessa postura é que mesmo beneficiados pela reforma agrária, os seringueiros identificavam interditos nas suas formas de reprodução e práticas sociais da maneira como ela eram executadas. Nessa perspectiva é que tentamos entender a questão agrária, a luta pela reforma agrária e por outros estatutos fundiários propostos pelos seringueiros, especialmente na Amazônia. A luta pela terra vai além da luta pela propriedade privada, porque ela busca assegurar a continuidade do povo que a ocupa e consagra uma forma específica de produzir a natureza.

Parafraseando Cunha e Almeida (2017), é "gente pequena" (socialmente invisibilizada) que, na passagem dos anos 1970 e 1980, com o avanço dos projetos

---

[161] Longe de ter uma postura essencialista, que identifica as populações que habitam as extensas áreas florestadas como "ecologistas", compreendemos (e esperamos desenvolver essa questão ao longo dos próximos capítulos) que a questão está centrada na institucionalização da propriedade privada capitalista e na separação necessária entre sociedade e natureza.

agropecuários na Amazônia, começa a evidenciar os limites e as contradições da política de regularização fundiária e da reforma agrária contidos no Estatuto da Terra de 1964 (ALMEIDA, 1995; ALMEIDA, 2006). No seio do movimento dos seringueiros e do movimento indígena, especialmente, discute-se a urgência de gestar e propor políticas públicas que extrapolem a resistência cotidiana.

Era necessário traçar novos caminhos para a reforma agrária. O movimento situava-se entre o fim da relação com o seringalista e a chegada do paulista[162], condição que forçava os seringueiros a pensarem em maneiras de superar tanto o passado (o seringal) quanto o presente (a fazenda). O único jeito de conquistar esse objetivo era produzindo mudanças profundas no Estado e na legislação, ou, como Rosa Roldán – ex-assessora do CNS – nos lembra:

> [...] para entender a política da RESEX tem que considerar que os seringueiros fizeram alianças com outros movimentos sociais e intelectuais. Teve muita reunião com porta fechada que só participava seringueiros. Só que o Conselho estava aberto a ouvir outras opiniões. Ninguém sabia muito para onde ir a proposta da RESEX, que órgão no Estado ia acolher. Sabia que como o avanço do gado era violento e rápido, não tinha muito tempo para esperar[163].

Além dos apoiadores tradicionais da luta pela reforma agrária (como os STRs), da ala progressista da Igreja e dos intelectuais, os ambientalistas também participam da criação da RESEX.

O reconhecimento de outros regimes de uso e apropriação da terra são vistos por eles como uma questão “ecológica” (MORÁN, 1981, 1989; DIEGUES, 2000, 2008; MARTÍNEZ-ALIER, 2015). Notava-se que nas grandes extensões de floresta havia populações que ocupavam e lutavam contra a sua derrubada. Em um contexto de crise ecológica, os seringueiros, ao ganharem a nomenclatura de “ecologistas”, acabam atraindo a atenção de um público maior, internacional inclusive, que reivindica a validação jurídica de outros estatutos fundiários.

Os seringueiros pleiteavam manter a “floresta em pé”. O que a sua luta reivindica, portanto, não é só a terra, mas também o território no qual ela está inserida, que até aquele momento não era visto pelo Estado nem pela legislação agrária como fundamental para a reprodução social das famílias camponesas.

---

[162] Na região amazônica era muito comum atribuir o nome de paulista ao fazendeiro-migrante que chegava. Entretanto, não eram somente paulistas, mas também sul rio-grandenses, paranaenses e mato-grossenses que aportavam na região.

[163] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

Para entendermos melhor a luta pelas RESEXs no seio da questão agrária e ambiental, e a sua concretização no âmbito jurídico-político, será preciso explicar como as relações sociais foram forjadas no interior da floresta. Neste caso específico, como foi configurado o espaço do seringal, qual a origem dos seringueiros e como a decadência da atividade gomífera acabou desencadeando uma produção social da floresta específica para reprodução social camponesa seringueira. Somam-se à essa discussão as contradições, as rupturas e continuidades que permitiram a formulação e a concretização da RESEX.

O intuito é delimitar quais foram as condições materiais que permitiram aos seringueiros – até então invisíveis – propor, de uma forma inédita, uma nova modalidade de reforma agrária e conservação ambiental, que beneficiaria os camponeses para além do contexto amazônico.

A produção histórica de uma floresta: tornar-se seringueiro na Amazônia Ocidental

A Amazônia, como Castro (2010) enfatiza, muito antes de ser uma região desenhada em um mapa, antes da delimitação de seus limites e fronteiras, já esteva presente no imaginário do colonizador. O mito de *El Dorado* percorrerá por séculos. A incessante busca de ouro e especiarias pelos europeus, que data da Antiguidade, ganha força e chega mesmo a tornar-se um álibi no sistema capitalista, cujas empreitadas coloniais levam à incorporação das terras nas Américas. Na busca de um “paraíso perdido”, portugueses, espanhóis, holandeses e franceses se dirigem aos altos cursos dos rios amazônicos.

Entretanto, para Castro (2010), esse imaginário pristino e selvagem é reatualizado nos dias atuais devido à necessidade de garantir mecanismos de acumulação e apropriação de terra. Dessa maneira, são deslegitimadas as ocupações pretéritas e a floresta passa a ter um outro valor de mercado, que aparece na promoção de uma vasta gama de serviços ambientais[164].

[164] A socióloga (CASTRO, 2010) é ainda mais enfática: a necessidade de uma construção social sobre a Amazônia é reatualizada com a função de deslegitimar as lutas pelo reconhecimento de posses e propriedades de grupos tradicionais. Em especial, a retórica ambiental vem reafirmando uma imagem

Moraes (2006) nos adverte que, sob o capitalismo, as ideologias geográficas cumprem a função de produzir leituras homogeneizadoras sobre o espaço, a fim de legitimar a "conquista" de um território. A Amazônia, em especial, encarnava o ideal de representação coletiva e naturalizadora como uma região vazia, que dependia da ação voraz (e violenta) do Estado para a incorporação de frações-territórios não capitalistas[165]:

> De mito fundador da Amazônia, primordial na conquista do continente sul-americano, o El Dorado embala os sonhos de riqueza, de apropriação de novos recursos da floresta e das águas, por conter uma promessa de riqueza monetária ainda não explorada. O mito do El Dorado e as representações sobre a ética civilizatória atravessam os séculos e ainda são a chave do entendimento das sociedades atuais e dos sonhos que mobilizaram seus atores. Assim é construída, no nível do imaginário, a relação do homem com a natureza, e, necessariamente, com os modelos utilizados para sua transformação em mercadorias. Dessa forma se confunde com o avanço sobre os limites e fronteiras do humano, enquanto estrutura ideológica e instrumento de poder que visa consolidar interesses econômicos, políticos e sociais dominantes (CASTRO, 2010, p.106).

Como notamos, trata-se de uma invenção da Amazônia pelo olhar ocidental e capitalista, da produção de uma cartografia que desenha um território através da separação entre homem e natureza[166]. A partir da lógica da propriedade privada capitalista, os colonizadores internalizam a sua ocupação e legitimam suas formas de apropriação e uso.

Todavia, a apropriação do território não será pacífica. Antes da chegada dos colonizadores europeus havia uma ocupação indígena. A construção do "vazio" envolverá um etnocídio das populações pretéritas. A eliminação das ocupações anteriores também será a partir da construção imagética de uma floresta amazônica pristina, intocável, endêmica e primitiva (GONDIN, 1994; HARDMAN, 2009). Com o apagamento efetivo e ideológico de seus produtores se abre caminho para uma outra produção da natureza.

Indo na direção contrária ao senso comum de que a Amazônia seria inabitada, os relatos dos cronistas e viajantes que aportaram na Hileia entre os séculos XVI e XIX descrevem que as margens dos principais rios eram densamente povoadas. O primeiro documento de que se tem notícia sobre a empreitada colonial na floresta

---

prístina e intocada da floresta amazônica, legitimando a promoção de novas frentes de acumulação em torno da conservação ambiental. Ao longo desse capítulo, forneceremos mais elementos que contribuem para essa importante constatação.

[165] Para Moraes (2006), a formação territorial brasileira é legitimada desde o período colonial pela concepção de "território a ser conquistado". Essa ideia é atualizada, especialmente no século XX, com a imagem do "país em construção".

[166] Tomamos a ideia da produção de uma cartografia política de Moraes (2006, p.98-99).

amazônica é do ano de 1542, quando o frei dominicano Francisco de Orellena, então governador da Província de Quito, relata que dos altos cursos dos rios amazônicos até o estuário havia presença da ocupação humana (GONDIN, 1994; BOLLE, 2010). O intenso povoamento ao longo do Rio Amazonas e seus tributários nos indicam que a fartura de recursos como água, peixes, tartarugas, florestas ricas em frutas e caça propiciaram um ambiente favorável à aglutinação de pessoas (BUNKER, 1989; MORÁN, 1990).

De acordo com Denevan (1976 *apud* Bunker, 1989), foi possível estimar que na época pré-colombiana habitaram a Amazônia cerca de 6.8 milhões de pessoas. Pesquisas mais recentes como a de Slater (2002 *apud* Bolle, 2010) sugerem um número ainda maior, estimado em 15 milhões de pessoas. Issacson (1980 *apud* Bunker, 1989), a partir das imagens do Projeto RADAM, calculou que no auge da ocupação pré-colombiana as várzeas amazonenses chegaram a ter pelo menos 33 pessoas por quilômetro quadrado.

Embora recentes, as pesquisas arqueológicas das terras baixas da América do Sul têm apontado a presença humana na Amazônia há pelo menos 10 mil anos (NEVES, 1999, 2015). Fluxos intensos de populações indígenas e a presença de uma complexa hierarquia de cidades na Amazônia evidenciam uma história anterior à chegada dos colonizadores europeus (NEVES, 1999; BALÉE, 2015).

O mais intrigante é que pesquisas arqueológicas, de ecologia histórica e de etnobotânica vêm concluindo que, em poucos milhares de anos, a transformação de uma Amazônia com savanas em uma floresta ombrófila úmida pode ser atribuída à presença humana (MORÁN, 1990; BALÉE, 2015; ERICKON, 2016; NEVES, 2016; LEVIS *et al*., 2017).

Levantamentos florísticos em quadras localizadas dentro e fora dos sítios arqueológicos mostram que, além da alteração da fertilidade dos solos (de ácidos, com pouca matéria orgânica, à férteis e com muita matéria orgânica[167]), a diversidade biológica, especialmente a flora, destaca-se a importância do homem enquanto produtor da natureza. Balée (2015) defende que a presença dos grupos humanos influencia positivamente na biodiversidade. De acordo com o antropólogo (*ibidem*), o

[167] Os solos na Amazônia são caracterizados pela alta acidez e pela baixa fertilidade. Entretanto, os estudos em pedologia e arqueologia denominaram de Terra Preta de Índio (TPI) um tipo de solo com alta presença de matéria orgânica, baixo pH, e cor escura. O TPI é fruto do manejo indígena a partir da atividade agrícola, ainda hoje são utilizados nas áreas de roças. Para mais informações sobre os solos na Amazônia consultar VALVERDE (1989), MORÁN (1990) e ERICKSON (2016).

homem aumentou a variedade de espécies e criou ilhas de florestas antrópicas por meio da sucessão vegetal e da criação de banco de sementes, que permitiram a manutenção dessa biodiversidade.

Levis *et al*. (2017) – a partir de um estudo que envolveu pesquisadores e instituições brasileiras e norte-americanas – concluiu que a floresta amazônica aumentou sua diversidade florística em poucos milhares de anos, devido à domesticação de espécies vegetais por populações humanas. “Os seres humanos transformaram a floresta de muitas maneiras, através do cultivo de plantas (precedidas por derrubada e queimada), dispersão e propagação de sementes e *in situ*, com recursos úteis, como plantas domesticadas[168]” (*ibidem*, p.925).

A produção histórica da floresta amazônica está diretamente relacionada a uma forma específica de técnica agrícola. As pesquisas de Morán (1990) e Balée (2015) têm fornecido subsídios para compreender a relação entre a atividade da coivara e a seleção, o melhoramento genético e a distribuição de espécies vegetais. De acordo com Levis *et al*. (2017), há pelo menos 10 mil anos A. C. que o homem vem domesticando plantas, e na Amazônia, há registro de que atividades de seleção e domesticação de espécies vegetais ocorrem há pelo menos 8 mil anos A. C.

De leste a oeste há uma distribuição de espécies vegetais – por exemplo, as palmeiras (como o açaí – *Euterpe pecatoria*; a bacaba – *Oebocarpus mapora*; o tucumã – *Astrocaryum aculeatum;* e o uruari – *Attalea peraerata*), de mandioca (*Manihot esculenta)*, de castanheira (*Bertholletia excelsa*) e de frutas (como o ingá - *Inga ynga* e o cacau - *Theobroma cacao*), evidenciando um padrão sobreposto às áreas de sítios arqueológicos. O mais surpreendente é que o padrão de distribuição de certas espécies vegetais coincide com os solos de maior fertilidade, sendo que estas são frutos do manejo de populações indígenas (NEVES, 2016; LEVIS *et al*., 2017).

Autores como Erickson (2016) chegam a apontar que o manejo de espécies vegetais por populações indígenas na Amazônia se assemelharia com que atualmente conhecemos como agrofloresta. Para o pesquisador, a prática do cultivo de gêneros alimentícios esteve atrelada ao plantio de árvores, principalmente as frutíferas e as

[168] No original: “Humans transformed forest in many ways, through plant cultivation (preceded by cutting and burning), seed dispersal and propagation, and *in situ* tending of useful resources, such as domesticated plants”. Tradução nossa.

palmeiras[169]. Uma das razões apontadas para o consorciamento entre as duas práticas é que, além da alimentação diversificada, as árvores frutíferas atraem animais para a caça, o que facilitaria a obtenção de proteína animal.

O uso do fogo vem sendo mencionado como um agente fundamental na produção da floresta amazônica. A prática agrícola da coivara, também conhecida como a prática de corte-e-queima, é muito empregada principalmente nas áreas de terra firme na Amazônia e consiste na abertura de áreas pequenas (em torno de 2 hectares), que são desmatadas com a finalidade exclusiva de usar a terra para a agricultura e onde em seguida é realizada a sua queima controlada[170]. Segundo Morán (1990), essa prática agrícola proporciona um balanço quase homeostático nos estoques de nitrogênio no sistema, uma vez que a presença de troncos contribui para uma liberação gradual de nitrogênio, enquanto a matéria orgânica vai se decompondo. Em solos de baixa fertilidade, a prática da coivara garante uma quantidade estável de nitrogênio no solo por pelo menos três anos, que é o tempo médio para a sua utilização. Completo o ciclo, abrem-se novas áreas para o cultivo agrícola e as áreas "abandonadas" passam a entrar em um ciclo de regeneração denominado de capoeira.

De acordo com Morán (1981, 1990), quando uma área da floresta é queimada, muitas das sementes conseguem germinar, pois o fogo consegue quebrar o seu estágio de dormência. Dessa forma, garante-se o desenvolvimento de espécies que teriam uma maior dificuldade para crescer. "Quanto 'mais quente' for a queima e mais completa, melhores condições para o crescimento terão as plantas cultivadas" (MORÁN, 1990, p.208). Tanto a queima como a limpeza da área possibilitam a seleção de espécies vegetais e a troca daquela área florestada por uma nova[171].

Balée (2015), ao estudar os índios Ka'apor, notou que a abertura de pequenas clareiras na floresta – muito semelhantes ao processo de queda natural das árvores – permitiu o desenvolvimento de espécies que necessitavam de uma maior radiação

---

[169] Nos referimos a esse trecho: "In Amazonian, agriculture is typically combined with agroforestry. In initial cutting and burning to clear a field or garden, certain economic species are left to thrive while unwanted species are removed. In addition to basic food crops, useful fruit and palms are often transplanted to the clearing. As fields fall out of cultivation because weeds are forest regrowth, the plots continue to produce useful products, long after "abandonment" (ERICKSON, 2016, p. 212).

[170] São escavados aceiros ao longo da área desmatada com o objetivo de o fogo não avançar na área de floresta.

[171] Segundo Erickson (2016, p.203), as pesquisas vêm concluindo que o uso do fogo em práticas agrícolas foi – e ainda é – essencial para o desenvolvimento da biodiversidade da Amazônia: "Most scholars now agree that fire plays a key role in the creation and maintenance of Amazonian environments, in particular the savannas and dry deciduous forests that cover much of Amazonia".

solar. Sem essa intervenção o resultado não teria sido o mesmo, pois o desenvolvimento das espécies vegetais estaria comprometido devido à presença de árvores com copas altas. Os Ka'apor e suas ferramentas de aço são responsáveis por transformarem capoeirões antigos em florestas. O antropólogo alega que práticas como as dos Ka'apor possibilitaram a transformação (e por que não a produção?) da floresta.

Nos relatos dos viajantes, a abundância vegetal e animal da Amazônia é descrita com frequência como parte uma dádiva dada pela natureza. Entretanto, já se notava a associação de certas espécies vegetais com o consorciamento entre o cacau, a castanheira, a seringueira e algumas palmeiras. Os viajantes também notam que os indígenas promoviam diversos usos a partir do manejo das espécies vegetais e possuíam uma dieta rica e diversificada (HETCH, 2013).

Hetch (2013) vai ainda mais longe. Ao analisar as seringueiras (*Hevea brasiliensis*) e o caucho (*Castilla elastica*), árvores nas quais é possível fazer a extração de látex, percebeu que havia forte indícios de sua domesticação. Especialmente nas áreas dos altos cursos do Amazonas e de seus tributários à oeste, onde está o atual território acreano, que têm marcada influência do homem na produção das "florestas de *Hevea*" (*ibidem*).

Tanto cronistas viajantes, quanto pesquisadores, deram uma maior atenção à região de várzea na Amazônia. Apesar do hiato histórico entre eles, ambos concluem que a presença do colonizador tratou de esvaziar a floresta. O que as pesquisas arqueológicas atuais trazem de novo é que indicam que, além de as várzeas terem sido densamente habitadas, as áreas de terra firme também foram ocupadas e posteriormente esvaziadas pela empreitada colonial.

Esse é o caso do Vale do Rio Acre, nossa área de estudo. Os estudos de Neves (2016) em áreas de sítios arqueológicos denominados de geoglífos – datados do Holoceno superior – indicam a presença de populações indígenas em áreas que hoje conhecemos como a Bolívia, o Peru e o Brasil[172]. Esses sítios, localizados em terra firme, vêm fornecendo elementos para se avaliar a contribuição do homem na produção social da floresta amazônica.

Os estudos mais recentes na Amazônia, inclusive, vêm contribuindo para desmitificar os aparentes binômios entre terra firme e várzea, entre atividades

[172] Segundo Neves (2016), já foram identificados nessa região cerca de 500 sítios arqueológicos.

extrativistas e a agricultura, entre sociedades coletoras/nômades/caçadoras/pré-cerâmicas e sociedades agricultoras/sedentárias/ceramistas[173]. Nota-se que havia uma relação muito mais complexa entre as áreas de várzea e terra firme, o que também se verifica uma relação de complementariedade entre as atividades agrícolas e extrativistas (BUNKER, 1989; ERICKSNON, 2016). Acredita-se que as populações originárias da Amazônia também mesclavam atividade de pesca, coleta, caça e agricultura, apropriando-se dos espaços da floresta de acordo com as suas necessidades, passando seus saberes de gerações para gerações, produzindo suas próprias tecnologias num constante e inteligente método de tentativa e erro. Talvez a visão dicotômica que pressupõe oposição entre homem e natureza seja fruto de uma visão de mundo ocidental e capitalista:

> A Amazônia apresenta não somente áreas de floresta pluvial, como também florestas semidecíduas, florestas inundáveis, cerrados, campinas, campos e caatingas. Os cursos d'água são constituídos por rios, furos e igarapés possuindo águas de qualidade variável, algumas límpidas e outras barrentas. A sociedade contemporânea atua na Amazônia como se fosse homogênea (MORÁN, 1990, p.24).

O fato é que a ideia de uma floresta amazônica homogênea e intocada se mostra errônea. Assim como há uma multiplicidade de formas de ocupação humana, também há uma diversidade de espécies vegetais e, conforme Morán (1990, p.24) assinala, "a heterogeneidade das populações que têm habitado a Amazônia reflete a diversidade do ambiente". O que o pesquisador propõe, nesse sentido, é um raciocínio inverso: a partir dos diferentes usos e apropriações da natureza é que a produção da Amazônia se tornou variada, e não o contrário.

Vamos caminhando para a compreensão – e esperamos fornecer ainda mais elementos que comprovem essa teoria – de que a produção social e histórica da

---

[173] Nos referimos à importante crítica de Neves (2016, p.49-50): "Até a década de 1980, os estudos com dados diretos acerca do manejo ambiental na Amazônia eram inexistentes, apesar da importância que a paisagem e o meio ambiente tinham para as hipóteses então discutidas. Até recentemente tais hipóteses tinham em comum a atenção voltada às áreas de várzeas, às margens dos grandes rios, e às populações ribeirinhas. Nesse cenário, as áreas de interflúvio e de terra firme são vistas como espécies de vazios demográficos, com ausência de populações sedentárias e grandes aldeias. Essa premissa científica e ideológica, de que fora os eixos dos grandes rios, os indígenas não teriam tecnologia suficiente para o desenvolvimento de práticas de cultivo que possibilitassem crescimento populacional e sedentarismo, é fruto de: (1) ausência de pesquisas e levantamentos intensivos nestas áreas, tratadas como vazios demográficos; (2) uma combinação entre determinismo ambiental e resquícios de um evolucionismo linear tipológico que criou dois trinômios opostos: de um lado, categorias como 'caçadores + coletores/nômades/pré-cerâmicos', de outro 'ceramistas/sedentários/agricultores'. As populações de áreas de terra firme, em que a fauna não é abundante e as condições não seriam favoráveis ao cultivo, somente conseguiriam alcançar um nível de agricultura incipiente".

natureza também é fruto da incorporação do trabalho social. Uma Amazônia sem a presença humana seria uma outra Amazônia. "Se fosse mesmo possível de alguma forma levar a sociedade de repente para fora da natureza – a própria natureza, literalmente – a natureza se tornaria muito rapidamente em algo bem diferente[174]" (SMITH, 1996, p.50).

Inclusive, as pesquisas arqueológicas mais recentes vêm apontando que a partir de 1491 houve uma diminuição no número de espécies. A justificativa dada é de que a diminuição demográfica dos indígenas, após a empreitada colonial, teria contribuído para esse cenário (ERICSKON, 2016).

De fato, a chegada do colonizador (há mais de 500 anos) engendrou uma outra produção da natureza (BUNKER, 1989; BUNKER, CICCANTELL, 2005). Para Bunker (1989), antes de os europeus aportarem havia uma relação entre sociedade e natureza complexa, que já foi profundamente alterada:

> Essas populações [indígenas] poderiam sustentar-se apenas por meio de relações finamente equilibradas e complexas com o meio ambiente natural e entre si. Eles foram, por conseguinte, extremamente vulneráveis às distorções e deslocamentos da penetração europeia, que trouxe novas doenças virulentas tais como gripe, varíola e sarampo e impôs as exigências do comércio mundial, com as suas demandas por uma exploração excessiva e, finalmente destrutiva de um intervalo estreito de recursos naturais e seu uso devastador do trabalho escravo (BUNKER, 1989, p.60)[175]

Quando os exploradores europeus do século XVI aportaram no Brasil, encontraram uma Amazônia de cores monótonas e de grandes cursos fluviais ocupada por diversas populações. Nos relatos é descrita uma região rica em alimentos, em trocas e em trânsitos humanos. Em 1645, a incursão de missionários iniciada pelo Padre Antonio Vieira a comando dos jesuítas inaugura a primeira fase de interiorização da ocupação por meio do sistema hídrico amazônico. As missões religiosas e militares dos séculos XVI e XVII trouxeram epidemias, fome e guerras, sendo que as populações das várzeas foram as mais atingidas. Estima-se que no primeiro século de contato com os europeus a população indígena diminuiu entre 50% e 95%. No século seguinte, com a administração pombalina, a Igreja perderia seu

---

[174] No original: “If it were even possible somehow to take society suddenly out of nature – nature itself, literally – nature would very quickly become something very different”.

[175] No original: “These populations could sustain themselves only through finely balance and complex relations with the natural environment and with each other. They were, therefore, enormously vulnerable to the distortions and dislocations of European penetration, which brought virulent new diseases such as influenza, smallpox, and measles and imposed the requirements of world trade, with its demands for excessive and ultimately destructive exploitation of a narrow range of natural resources and its devastating use of slave labor” Tradução nossa.

papel de controle sobre a população indígena e sua escravização. As demandas coloniais iriam promover profundas mudanças tanto na vocação agrícola – através do incentivo da plantação da cana-de-açúcar e da incorporação do trabalho escravo negro –, quanto na formação das primeiras cidades. Foi assim que as populações de terra firme foram impactadas pela diminuição demográfica (BUNKER, 1989; MORÁN, 1990, SCHIMINK; WOOD, 2012).

A necessidade econômica de garantir novos territórios fez com que a chegada dos europeus na Amazônia causasse mudanças nas relações sociais e na natureza. Percebemos que para uma melhor compreensão sobre a produção da natureza, é preciso entender como essas mudanças engendraram outras produções da natureza[176].

Bunker e Ciccantell (2005) vão ainda mais longe. Ao analisarem os diferentes ciclos econômicos na Amazônia nos últimos cinco séculos, a dupla percebe que as relações sociais produzidas são, em parte, fruto de processos biofisicoquímicos. De fato, a relação entre sociedade e natureza é uma via de mão dupla.

Em grande parte, os ciclos econômicos na Amazônia se constituíram a partir da busca por produtos primários. Certas condições características – alguns autores optam por chamar de “naturais” (como SANTOS, 1980; WEIRSTEIN, 1993; BUNKER, 1989; BUNKER; CICCANTELL; 2005) – que os colonizadores encontraram na Amazônia contribuíram para o engendramento de relações sociais de produção não capitalistas. Essa escolha foi determinada pela possibilidade de auferir maiores lucros, pela garantia do controle dos produtores, e pelo monopólio de mercado no infindável inferno verde.

No início do século XVII, os portugueses infiltraram-se gradualmente rumo ao oeste, em direção ao alto curso do rio Amazonas e de seus afluentes, em busca de cravo, salsaparrilha, cacau, canela, raízes aromáticas, palmáceas, madeiras nobres, peles de onça, óleo de peixe-boi e ovos de tartaruga. A busca pelas chamadas “drogas do sertão” fez com que a integração da Amazônia e o seu desenho, guiado pelo princípio do *uti possidetis*, fossem intensificados com a “ajuda” de indígenas

[176] Tomamos como referência o exercício de análise proposto por Lefebvre (1974, 1999), que se propõe a compreender a constituição do urbano a partir da produção do espaço. Para o filósofo, o espaço contém uma história, que só pode ser compreendida se analisarmos também a constituição das relações sociais.

escravizados e cristianizados que garantiam o fornecimento das mercadorias dispersas na Hileia[177].

A busca pelas drogas do sertão teve graves impactos ambientais e sociais, mas o português não possuía tecnologia autossuficiente para lidar com as hostilidades do novo território a ser incorporado; assim, a produção da natureza foi engendrada a partir da vontade voraz pela acumulação e possibilitada, em parte, pela incorporação de saberes e tecnologias indígenas presentes na construção, na agricultura, na pesca e na caça. O encontro entre o colono e o indígena também fez surgir um novo sujeito: o caboclo (BUNKER, CICCANTELL, 2005).

Novas mudanças foram impostas em meados de 1750, quando o então primeiro-ministro, Marquês de Pombal, dá início a uma etapa de adequação da Amazônia a partir das necessidades do domínio colonial de Portugal. No ano seguinte, o primeiro-ministro transfere o Estado do Grão-Pará e Maranhão para Belém, sob o comando de seu meio irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. O objetivo era facilitar a atuação e o monopólio da Companhia Geral Grão Pará e Maranhão. O Diretório Pombalino, como ficará conhecido, sancionará uma série de diretrizes a fim de modernizar a Amazônia.

Segundo Porto-Gonçalves (2005), as medidas modernizadoras executadas foram a doação de terras (sesmarias) a colonos e soldados que se comprometessem a cultivá-las; a introdução do trabalho escravo negro e da monocultura da cana-de-açúcar, do café, do algodão, do fumo e do arroz; e a implantação da pecuária nos campos de Rio Branco (atualmente Roraima) e do baixo Amazonas (caso das Ilhas do Marajó).

Uma mudança importante na distribuição da ocupação cabocla e indígena e das atividades agrícolas e extrativistas permitiu a (re)territorialização de comunidades ao longo dos cursos dos rios. “Ao longo das várzeas emerge um sistema, que combina extrativismo da floresta, a pesca e a agricultura, articulado, por meio dos regatões, com as vilas e cidades” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.82).

O fim do Diretório, em 1798, e o decreto que proibia a escravidão indígena, possibilitaram que a população outrora congregada em assentamentos se (re)territorializasse ao longo dos rios, igarapés e lagos da bacia do Amazonas.

---

[177] Embora muito valorizada no mercado, a busca por drogas do sertão apresentava o desafio de elas se encontrarem muito dispersas na floresta, o que requisitava um uso intensivo da mão-de-obra. Essa é a razão pela qual a escravidão indígena não se apresentava como uma irracionalidade econômica.

Diferentemente das populações indígenas pré-colombianas, que trabalhavam para garantir um excedente a ser trocado com outras aldeias, os jesuítas ensinaram os tapuios[178] a produzirem mercadorias que eram intermediadas pelos padres em trocas comerciais.

De certo modo, enxergarmos que esse período de diminuição do controle do Estado sobre o território, e de decadência de monoculturas como a da cana-de-açúcar, na Amazônia, contribuirão para a possibilidade de (re)territorialização de indígenas e de caboclos[179]. Como consequência, as territorialidades e as práticas sociais (expressões de uma produção não capitalista da natureza), serão manifestadas em regimes de uso e apropriação da natureza e do território não capitalista. Dessa forma, sociedade e natureza não se dividem e não se opõem, e a agricultura e o extrativismo são congregados na composição do espaço-tempo da reprodução social. Várzeas e terras firmes passam a ser novamente ocupadas, apropriadas e socialmente produzidas.

A formação do campesinato na Amazônia tem relação com o fim do Diretório Pombalino e com a intensificação da demanda urbana por gêneros alimentícios e produtos extrativistas. Por meio do trabalho livre e familiar, e de regimes de propriedade não capitalistas, teve início a produção de gêneros agrícolas (como a farinha de mandioca e a cana-de-açúcar) e a troca de produtos da natureza por produtos manufaturados. O surgimento dos regatões foi essencial para atar as duas pontas entre produtores e o mercado (HETCH, COCKBURN, 2013).

> Esses comerciantes [os regatões] do rio proviam a conexão vital entre os dispersos coletores de produtos florestais e os exportadores que entregariam esses bens a distantes mercados do mundo. Outros comerciantes situaram postos em locais estratégicos, nas junções dos rios ou em pequenos povoamentos, onde se tornaram parte de um sistema de crédito e intermediação (SCHMINK, WOOD, 2012, p.80-81).

Para Santos (1980) e para Porto-Gonçalves (2005), com o regatão passa a se formar um sistema de crédito que depois ganhará o nome de aviamento. Este sistema

---

[178] O termo tapuio originalmente significava escravo. Foi assim que o caboclo, posteriormente, veio a se referir aos índios destribalizados. Para mais informações sobre a escravidão e a incorporação do indígena, recomendamos consultar Ribeiro (2004) e Holanda (2013).

[179] Almeida (2006), observa que momentos de decadência da monocultura e menor presença do controle do Estado, especialmente na instituição da propriedade privada da terra, possibilitaram a reterritorialização camponesa e a formação de regimes de uso e apropriação da natureza e do território coletivo e comunitário como forma de manter a reprodução social do grupo e da família. O antropólogo olha para o fim da escravidão e da monocultura na Amazônia como uma possibilidade de os escravos africanos constituírem comunidades e se tornarem camponeses. Considerando suas particularidades, observamos que essa lógica pode ser desdobrada em outras localidades do Brasil e em outros períodos históricos.

permitirá “a expansão do domínio territorial português aos mais longínquos rincões da Amazônia” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.82). Segundo Martins:

> A produção comercial foi claramente conjugada à liberdade civil. Na verdade, com isso, surgiu uma forma peculiar de exploração da força de trabalho indígena, que progressivamente se transformaria no chamado *aviamento* e que ainda perdura. O meio de exploração se deslocou do *trabalhador* para o *produto do trabalho*. Se antes a escravidão indígena permitia subjugar o índio e forçá-lo ao trabalho, agora se desenvolviam mecanismos de controle da circulação do produto extraído, através do crédito e da dívida, que forçavam o índio a submeter o fruto do seu trabalho aos comerciantes e intermediários (Grifos do autor. MARTINS, 1986a, p.21-22).

Na Amazônia, aviar significava fornecer mercadoria à crédito. Devido à falta de circulação de moeda metálica nos rincões, a troca foi um jeito de estabelecer relações econômicas[180] nas quais o “aviador” fornecia ao extrator/camponês mercadorias à crédito, que previam o pagamento com produtos em espécie. Essa troca, entretanto, pressupunha valores desiguais e levava ao constante endividamento. O pagamento adiantado (na maioria das vezes, com preços fixados pelo aviador e distantes dos que são praticados no mercado) garantia que o aviador estabelecesse uma relação de monopólio com o produtor. Assim, os preços superiores aos praticados no mercado garantiam que a amortização da dívida não passasse de uma realidade distante, que mantinha o produtor sujeito ao dono do barracão.

Santos (1980) assinala que essa tradição do escambo amazônico se encontrará e se intensificará com os interesses e capitais estrangeiros devido à presença das árvores que jorravam leite, aos inúmeros usos do látex amazônico, e à demanda da jovem atividade industrial, que causaram mudanças profundas na economia regional.

> Sabemos que entre 1840 e 1850, quando a borracha começa a ter alguma expressão em termos regionais, não havia demanda desse produto no resto do Brasil. A procura era basicamente limitada aos Estados Unidos e Inglaterra. Pode-se então admitir que foram um ou mais agentes de origem norte-americana ou inglesa, ou de ambas as nacionalidades, que trouxeram o capital inicial capaz de dinamizar a então modestíssima produção de borracha (SANTOS, 1980, p.123-124).

Benchimol (1977), Tocantins (1979), Santos (1980), Weinstein (1993) apontam que os relatos sobre o látex na comunidade indígena estão associados à chegada do

---

[180] De acordo com Santos (1980, p.156): “Até meados do século XVIII não se usava moeda metálica no Pará; serviam de dinheiro os novelos de algodão e os produtos da terra. Somente em 1749 entrou em circulação a moeda sem caráter de mercadoria, na importância total de apenas de 55 contos de réis”.

colonizador, mas foram precisos séculos para o mercado olhar o *savoir-faire* do indígena e do caboclo amazônico na extração e nos usos que o leite possibilitava.

Nos relatos de La Condaime à Academia de Ciências de Paris, em 1736, as qualidades da matéria-prima são descritas com entusiasmo. Além de ser impermeável, a sua elasticidade é impressionante: os sapatos de borracha garantem a realização de percursos seguros mata adentro; as capas de chuva, cobertas pela *Hhevé,* permitem que o portador não se molhe; e as bolas e garrafas demonstram a versatilidade dos usos do leite.

A viagem dos bávaros Spix e Martius, entre os anos de 1817 e 1820, explicita a curiosidade que os estrangeiros sentiam em relação aos usos cotidianos da borracha. Eles relatam que na extração do látex "dedicavam-se fazendeiros isolados e, sobretudo, a gente mais pobre de diversas origens, por isso 'seringueiros'" (*apud* TOCANTINS, 1979, p.85). Os viajantes descrevem que a extração da seiva é realizada ao amanhecer, em árvores dispersas, próximas da região de Belém. O seringueiro, ao colher a seiva, transforma-a em bolas maciças feitas com a fumaça produzida pela queima lenta de cocos de palmeira de babaçu.

> As primeiras descrições da espécie vegetal e da seiva eram, desse modo, bem reais, sem deixar de ser românticas. A espontânea prodigalidade da árvore e as aplicações do látex atraíam, com forte encanto, o espírito dos homens de ciência e a imaginação popular. Se até o silvícola dera-lhe o nome de *Cau-chu*, que significa árvore que dá leite! (TOCANTINS, 1979, p.101).

No ano de 1820, os primeiros pares de sapatos de borracha foram exportados para os Estados Unidos. Vendidos à cinco dólares, eles rapidamente esgotaram no porto de Boston, sendo que no ano de 1823 foi divulgada em um jornal local a venda de mais de 25 mil pares. Entre 1836 e 1839, o Pará exportou 452.962 mil pares de sapato, além de borrachas cruas para os Estados Unidos e para a Europa (TOCANTINS, 1979, WEINSTEIN, 1993). Foi em 1839, todavia, que descobriram uma importante reação química entre a borracha e o enxofre: a vulcanização, processo descoberto por Charles Goodyear que revolucionou os usos dessa matéria-prima e ampliou o valor de mercado (bem como a versatilidade) do látex.

A indústria rapidamente incorpora a borracha – os seus usos, ela logo identifica, são múltiplos, já que ela serve para encapar fios, fazer correias nas máquinas e produzir pneus, que levarão à invenção da bicicleta e, depois, do automóvel. O problema com o aumento da demanda é que a única área do globo onde nascia a

árvore onde jorra o leite da borracha era a Amazônia, de forma que o aumento da produção dependia exclusivamente do "sangue"[181] das árvores.

A internalização dos seringais – nome atribuído às áreas de extração da seringa – seguirá o caminho das árvores. Entre elas, a que fornecia o melhor leite era a *Hevea brasiliensis*, cujo padrão de dispersão acompanhava o desenho sinuoso dos rios. Esse caminho estava sempre na direção dos altos cursos, onde aumentava a sua ocorrência e o látex era de melhor qualidade. Hoje essa área é conhecida como o estado do Acre (ALMEIDA, 1992; PORTO-GONÇALVES, 2003, 2005)[182].

Para garantir a empreitada comercial da extração do látex era preciso viabilizar uma estrutura econômica e de relações sociais de produção. Como apontamos em nosso texto, o escambo amazônico ia de encontro ao capital estrangeiro – em Belém e Manaus, por exemplo, as casas aviadoras passaram a receber capital que vinha principalmente da Inglaterra e dos Estados Unidos. Dessa forma, era garantido o pleno funcionamento do sistema de aviamento. Abastecidos de mercadoria e capital, os donos das casas aviadoras direcionavam trabalhadores migrantes em seus navios-gaiolas para as mais longínquas áreas. Além de a troca ser desigual e de ela ter um caráter monopolista, a relação entre os aviadores e os investidores estrangeiros também era dotada dessa qualidade:

> A dupla função de exportador-importador é dividida; o agente norte-americano ou inglês se especializa em apenas exportador: aos poucos, vai transferindo, até quase inteiro, aos tradicionais importadores portugueses a função de comprar em seus países e financiar os empresários da borracha e fornecedores locais. Acostumados à prática do aviamento – os portugueses decidem assumir o risco. Não só alguns dos importantes tradicionais, mas antigos "aviadores" ampliam seus negócios na Europa e na América. Enquanto isso, toda uma cadeia de fornecimento a crédito vai-se estruturando com base na velha tradição do aviamento (SANTOS, 1980, p.125).

Portanto, o que se observa é que o sistema de aviamento, e a (re)produção e (re)criação de relações sociais de produção não capitalistas, serão engendrados a partir da transferência de capital de origem industrial, metamorfoseado em capital mercantil. Devido à demanda internacional pela borracha - matéria-prima fundamental para a II Revolução Industrial - estrutura-se uma complexa cadeia aviadora que

---

[181] Em campo, muitos dos seringueiros utilizavam a expressão "sangrar" para o corte e a extração do látex da seringueira.

[182] "A descoberta de concentração de seringueiras, sobretudo da *Hevea brasiliensis* (muito mais produtiva do que aquelas encontradas nos baixos cursos e nas ilhas, *Hevea guianiensis* e *Hevea benthamiana*) acabou deslocando o centro geográfico da produção de borracha para os altos cursos do Tapajós e Xingu e, sobretudo, para a Amazônia Ocidental, nos altos cursos do Purus e Juruá" (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.84).

pressupõe a transferência de capital, o endividamento e que começa nos mercados centrais capitalistas e termina no seringueiro, situado no meio da Amazônia (MARTINS, 1979; SANTOS, 1980; BUNKER, 1989; ALMEIDA, 1992; WEINSTEIN, 1993).

A cadeia de aviamento (FIGURA1) garantia o monopólio da borracha ao prever uma relação de troca desigual entre produto e capital. A presença de uma série de níveis e hierarquias de transferência de capital e endividamento ocorre desde as casas aviadoras (que recebiam o capital estrangeiro), até os níveis intermediários (os regatões) e imediatos, o seringueiro.

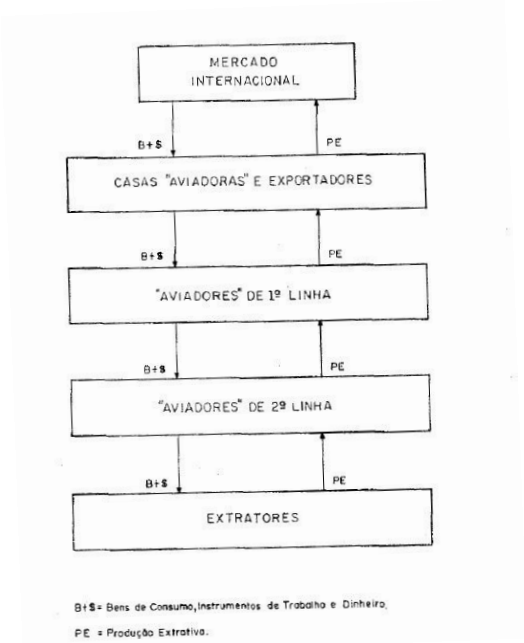


Figura 1: A cadeia do aviamento no século XIX. IN: SANTOS, 1980, p.160.

Em 1853, com a chegada da navegação a vapor na Amazônia (façanha do Visconde de Mauá, fundador da Companhia Nacional de Navegação e Comércio do Amazonas), acelerou-se o processo de internalização e a abertura de novos seringais. Comprimia-se o espaço-tempo das longas viagens de barco nas mais longínquas áreas, e se ampliava a possibilidade de circulação de pessoas e mercadorias. Os donos de casas aviadoras, para não ficarem dependentes da *Amazon Steam Navigation*, encomendavam seus navios-gaiolas nos estaleiros ingleses.

Esse cenário está cada vez mais próximo do que viria a ser o Acre. No ano de 1866, ocorreram as primeiras incursões de caráter comercial nos altos vales dos rios Purus e Juruá. Todavia, no ano de 1864, William Chandless já observava no Purus a presença de moradores de beira de barranco, a circulação de canoas, pescadores e

regatões que buscavam por drogas do sertão. No ano seguinte, o relatório de Silva Coutinho destaca a presença de 240 casas cobertas de palha no Purus. A população exercia atividades de extração de drogas do sertão e borracha, e alguns já requisitavam a posse dos seringais (TOCANTINS, 1979).

Era necessário varar a mata em busca das árvores, dentro da concepção de que seringal produtivo era aquele que tinha mais árvores para sangrar. Para garantir a propriedade dos seringais bastava estabelecer um tapiri às margens do rio, pois a posse pressupunha a existência de um proprietário. Os afluentes do Amazonas, do Purus e do Juruá indicavam uma floresta rica em *Hevea brasiliensis*, árvore produtiva e com o látex de melhor qualidade:

> Os vales do Purus e do Juruá foram os preferidos dos povoadores por serem facilmente navegáveis, servidos por vapores e por abrigarem uma grande reserva de seringa. Levas de flagelados nordestinos, principalmente de cearenses, aportavam em Belém e Manaus e eram recrutados por comerciantes, que os levavam para o interior da mata e os deixavam à margem dos rios navegáveis com mantimentos, armas e munições. Foram surgindo os seringais e, com eles, a propriedade da terra e as povoações (VALVERDE *et al.*, 1989, p.41).

O Rio Acre, dada a dificuldade para navegá-lo, é permanentemente ocupado a partir do ano de 1877 por João Gabriel de Carvalho e Mello. De acordo com Valverde *et al.* (1989), documentos do mesmo ano relatam que o rio Acre – afluente do rio Purus – exportava 500 mil quilos de borracha por ano. Com uma população que chegava a 10 mil pessoas (sem incluir os indígenas), o fluxo de 15 grandes vapores possibilitava a circulação de pessoas e mercadorias. A partir de 1889, a frente de expansão não cessou mais, e os rios Moa e Breu – afluentes do Juruá – também foram povoados por seringueiros.

Os seringais iam sendo ocupados nos tapiris à margem dos rios, e os barracões eram instalados. No final do século XIX, relata-se que já havia no Acre em torno de 300 a 400 seringais, quase todos brasileiros (VALVERDE *et al.*, 1989). No período-auge da borracha – até 1912 – a ocupação teve um caráter nômade. A busca do seringueiro, como escutamos mais de uma vez em campo, era pelas “colocações que eram boas de seringa!”. Assim, iam se abrindo as estradas na mata bruta, onde as colocações se formavam em torno da busca pela *Hevea*.

Tido como uma terra não descoberta, o Aquiri tem sua fronteira com o Peru e a Bolívia delimitada pelos seringueiros brasileiros (ALMEIDA, 1992). Os limites fixados pelo Tratado de Madrid, de 1750, e, posteriormente, pelo de Santo Idelfonso, em 1777, compreendiam que o território espanhol iniciava na fronteira dos rios Guaporé e

Mamoré e ia até o ponto médio do Madeira, a partir do qual uma linha Leste-Oeste era traçada até encontrar a margem oriental do Javari.

Entretanto, em 1886 o ministro boliviano residente no Rio de Janeiro - D. Juan Velarde – profere um discurso na Sociedade de Geografia que conta com o imperador Dom Pedro II como espectador, no qual ele reconhece a presença brasileira na área boliviana: “O Aquiri ainda não foi encontrado, porém em breve aí chegarão os infatigáveis *pioneers* que, com o nome de seringueiros, vão à procura do rico produto que negociam” (*apud* TOCANTINS, 1979, p.144).

Segundo Almeida (1992), a fronteira peruana também era ocupada por caucheiros bolivianos e peruanos, mas a extração do látex do caucho (*Castilla elastica*) implica que a árvore seja morta – o que faz com que o caucheiro seja mais nômade do que o seringueiro[183] (IMAGEM 2). Na região do Juruá, caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros disputavam o mesmo território.

Imagem 2: Processo de extração do caucho usado pelos peruanos. Nota-se que para a completa extração do látex a árvore é derrubada e morta. Dessa forma, diferente do seringueiro, o caucheiro é caracterizado pelo nomadismo. Data: 1913, região do Vale do Juruá (Acre), autor desconhecido. Fonte: Acervo Digital: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

As fronteiras podiam até ser incertas, mas os objetivos econômicos eram claros. Brasil, Bolívia e Peru estavam na corrida pela busca das árvores que jorravam leite. Entretanto, a empreitada brasileira estava à frente (mesmo que a Bolívia

[183] Vale a pena destacar que, mesmo nômade a atividade do caucheiro era necessária para o controle do território e das relações sociais que se territorializavam. Como enfatiza Ianni (1978, p.37): “É verdade que o extrativismo do caucho implicava no nomadismo dos caucheiros. Nem por isso, no entanto, as relações de produção fundadas na extração do caucho deixavam de exigir algum tipo de apropriação privada da terra; ou o controle da área”.

tentasse provocar interditos na apropriação das terras e na navegação dos brasileiros, como ocorreu no episódio da *Bovilian Syndicate*, em 1901[184]). Em janeiro de 1903, o gaúcho Plácido de Castro declara o Acre como Estado independente, e a cidade de Xapuri passa a ser a capital. Por meio da diplomacia, o Barão de Rio Branco rapidamente negocia um *modus vivendi* com o objetivo de regularizar a ocupação brasileira.

O Estado brasileiro faz à Bolívia a proposta de compra do que seria o Acre, mas a diplomacia boliviana a rejeita. É nesse contexto que é sugerida a troca de territórios na qual o Brasil receberia uma área de 2.295 km² entre os rios Madeira e Abunã, além de outras compensações complementares, por não haver equivalência entre os territórios permutados.

Em 17 de novembro de 1903, é firmado o Tratado de Petrópolis, no qual o Brasil incorpora um território de 152 mil km² e paga uma indenização de dois milhões de libras esterlinas à Bolívia, comprometendo-se a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Não satisfeito com o Tratado, o Peru reclama seus direitos ao território acreano e manda ocupar pontos no Vale do Juruá e no do Purus. O Barão de Rio Branco, mais uma vez, intervém na localidade e afirma o princípio do *uti possidetis,* conseguindo chegar a um ajuste de fronteiras com o Peru. Em 1909, estabelece-se que a fronteira entre o Brasil e o Peru começaria no rio Japurá, em frente à confluência do Apaporis e terminando na nascente do rio Javari, que vai até o rio Acre, em frente ao Iaverija, e segue o rio Madeira até chegar aos confins da Bolívia.

Território federal, o Acre foi organizado em três de departamentos. A Lei n°181 de 25 de fevereiro de 1904, a contragosto de Rio Branco, dividiu o território acreano no departamento do Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre. É ao largo do Rio Acre – também conhecido como o “rio da borracha” – que os nordestinos serão convocados a trabalhar na atividade gomífera devido à carência de mão-de-obra.

---

[184] A *Bolivian Syndicate* era uma empresa privada de capitais norte-americanos e ingleses. Ela agia com intenção mercantil e imperialista e recebia delegações de amplos poderes do governo boliviano. Ela podia conquistar um território pelo processo de ocupação, exploração e valorização, abrir vias de comunicação, construir portos, cidades, armar e manter força militar, cobrar taxas e impostos. A *Bolivian Syndicate* trazia para a América do Sul as chamadas Companhias de Carta (*chartered companies*) da África e da Oceania. Um dos grandes participantes da *Bolivian Syndicate* era a *United States Rubber Company*, que atendia a 25% do consumo de borracha dos Estados Unidos. Pelo tratado firmado entre a *Bolivian Syndicate* e o governo boliviano, este abdicaria de toda a soberania que pretendia ter sobre o território acreano. Neste ponto, o Estado brasileiro suspende suas relações com a Bolívia e vai à corte internacional para assegurar e delimitar suas fronteiras.

Como já expusemos, a estrutura agrária concentrada provocava os homens a buscarem melhores condições de vida na Amazônia. Ianni (1978), Santos (1980), Duarte (1987), Almeida (1992), Porto-Gonçalves (2003) e Esteves (2010) assinalam que o aviamento garantiu o controle dos extratores dispersos na mata e o monopólio de seus produtos. O custeio da viagem do nordestino até os seringais implicava que antes que se sonhasse em acumular dinheiro, era necessário amortizar uma dívida que, para a surpresa do seringueiro aumentava a cada período que precisava de alimento, bebida e artefatos adquiridos no barracão.

Durante o inverno, quando os rios amazônicos são mais navegáveis, os nordestinos aportavam nos navios-gaiolas rumo à montante. O rito de passagem que ocorria na sofrida e insalubre viagem na terceira classe dos navios – abarrotada de mercadorias, animais de carga, e de redes dos passageiros – já anunciava a transformação do "brabo" em "manso". Tendo o futuro incerto, homens nascidos de paisagens semiáridas buscavam melhores condições na floresta ombrófila úmida:

> Se a viagem decorria no meio de tantas agruras, a vida que os aguardava na floresta vinha diminuir a angústia da separação da família e do pedaço de terra nas sertanias do Nordeste. Quando se falava do seringueiro – talvez a figura mais profundamente marcada pelo destino, mais tipicamente moldada pelo meio-ambiente, que haja surgido no quadro social do País – a imagem fiel, refletida na crônica daqueles tempos, era a de um indivíduo, vindo de algum lugar do Nordeste ou do Norte, "disposto a sofrer, sem família, às ordens de um patrão, estacionado numa barraca isolada, no centro da floresta (TOCANTINS, 1971, p.156).
> O mundo aparente, longe de ser atrativo, também assustava: a imensidão das águas, as distâncias infinitas, as árvores exuberantes, a escuridão da noite. Essas condições exerciam um efeito de encantamento, que os tornavam prisioneiros da incerteza. As facilidades oferecidas pelo "ouro-negro" se atenuavam e o desejo de voltar ou de se libertar passava a fazer parte da sua bagagem (ESTEVES, 2010, p.54).

Parecia não haver volta da viagem ao Acre. Por mais que o cativo[185] imaginasse o seu retorno, o sonho ficava distante diante da difícil tarefa de amortização da dívida. O seringal se apresentaria para o nordestino como um novo mundo. Lições aprendidas aos poucos faziam com que ele se transformasse em seringueiro. A entrevista com Seu Elias, ex-morador do Seringal Nazaré, em Xapuri, exemplifica a questão:

---

[185] No primeiro ciclo da borracha, o seringueiro era apelidado de cativo, pois estava preso à dívida e ao seu patrão. O termo cativo também é utilizado em contraposição ao seringueiro liberto. Como veremos mais a frente, com a decadência da borracha e a falência das casas aviadoras, muitos dos patrões vão à falência e abandonam seus seringais. A partir desse momento, o seringueiro não tem mais dívida, não tem mais patrão – é livre. Para aprofundar essa discussão, recomendamos a consulta de Almeida (1992), Wolff (1999), Porto-Gonçalves (2003) e Esteves (2010).

> [...] o nordestino não chegava seringueiro no Acre, ele sabia plantar legume, sabia da criação, não sabia andar na mata, não sabia o que era a seringueira, não sabia o que era dar rodo na estrada, não sabia lidar com o inverno, não sabia fazer borracha, não sabia que o patrão roubava no caderno, não sabia de muita coisa. Foi um aprendizado, o seringueiro não tava pronto.[186]

Para um seringueiro, o "bruto" pode ter vários significados. Em campo, observamos que a adjetivação de "bruto" é muitas vezes atribuída a algo que não está pronto: algo que será modificado, produzido, transformado. O sujeito que produz ou transforma pode ser tanto o homem quanto um processo, mas notamos que há uma via de mão dupla entre o processo de humanização, tanto do homem quanto da natureza. Em alusão à mata bruta (a mata mais densa, escura, interna e fechada), os seringais, ou mesmo roçados e colocações, antes de serem ocupados, são chamados pelos seringueiros como áreas que estão "no bruto" (IMAGEM 3). Como nos lembra Ianni (1978, p.42): "No extrativismo da borracha, os homens mantinham relações móveis, incidentais, com a natureza. Mas tanto viviam dessas relações como modificavam a natureza, seja ao cortar e recortar as árvores, seja ao palmilhar e navegar as distâncias".

Imagem 3: Seringueiro realizando a extração do látex. Torna-se seringueiro implicava em adquirir diversos saberes da floresta. Seringal Guanabara, Vale do Rio Acre (Acre), foto tirada em 1913, autor desconhecido. Fonte: Acervo Digital: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

[186] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

A ordem do seringalista era que, em terra firme, abrisse uma pequena clareira para sediar o barracão, um pequeno campo de pastagens, uma área que servisse para o roçado e para implementar as barracas dos agregados. Os tapiris às margens do rio assinalavam a existência de um novo seringal, e o seu valor era medido pela quantidade de seringueiras, especialmente no momento do aumento da demanda por látex (quando o seringal "bom de seringa" se tornou o mais cobiçado[187]).

Conforme a estiagem se aproximava, um pouco antes do verão, o mateiro (caboclo amazônico, detentor do conhecimento da Hileia) saía em busca das seringueiras. Sempre que identificava a árvore, baseando-se na densidade da *Hevea brasiliensis* (uma conta que contemplava de 100 a 200 árvores), traçava um caminho estreito na mata, que ganhava o nome de "estrada de seringa". A mata bruta aos poucos ia se abrindo, ganhando o desenho do seringal – este, delineado pelo mateiro:

> [...] o "mateiro", o homem que conhece mata, sabe orientar-se no intrincado de caules, troncos, cipós, lianas, sob o céu permanentemente verde das copas. O "mateiro", como ninguém, "tira o rumo". Há nele, um instinto especial: "tem tino" para achar seringueira ao igarapé, do lago, ao igapó à terra firme. Vai e volta "pelo rumo", sem bússola. Devassa e desmistifica a floresta. Com uma espécie de faro. Suas artes permitem que a frente pioneira avance e mantenha a conquista (TOCANTINS, 1979, p.163).

Atrás do mateiro, havia um sujeito conhecido como toqueiro[188]. Este era responsável por realizar as "picadas" nas florestas, como era chamada a abertura da estrada com o auxílio de um facão ou de um machado. Assim, a estrada vira o caminho que o seringueiro percorre na mata para extrair e colher o leite, e o "varadouro" é o nome dado a esse caminho, quando ele liga as colocações entre si e leva até o barracão. Já a "varação" é o atalho que permite a redução da distância e do tempo de andança na mata, sendo que os "piques de castanha" são os caminhos abertos no período do extrativismo da castanheira[189].

No início do verão, entre maio e abril, o nordestino é "colocado" no centro da floresta. Uma soma de pelo menos três estradas de seringa, que tivessem em torno de 300 hectares, já configuravam uma "colocação". Com as estradas de seringa já roçadas – portanto limpas, abertas e prontas para a extração e colheita do látex – o

---

[187] "O tamanho era determinado pela quantidade de árvores existentes, assim como uma colocação" (ESTEVES, 2010, p.58).

[188] O nome "toqueiro" foi atribuído à pessoa responsável por realizar as aberturas na floresta, pois enquanto esperava o mateiro realizar a identificação das árvores, ele geralmente ficava sentado em um toco.

[189] Em relação aos usos e apropriação da natureza pelos seringueiros, iremos aprofundar essa questão no capítulo quatro.

nordestino, além da dívida da viagem até a Amazônia, recebia fiados uma faca de seringa (a cabrita), tigelinhas para recolher o leite, um rifle, munição, um terçado, dois ou três dólmãs de mescla, fósforos, querosene, farinha de mandioca, jabá (carne seca) e alimentos enlatados (IMAGEM 4).

Imagem 4: Seringueiro com seus instrumentos de trabalho para a extração do látex: balde, cabrita, jamaxim (cesto indígena de transporte, em nheengatu, yamaxi) e espingarda. Sem data e sem autor identificado. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

Ainda na posição de meeiro, "cortando seringa"[190] na colocação de um outro seringueiro, o "brabo" iniciava o ano com a perspectiva de amortizar a dívida com a aprendizagem da atividade gomífera. Nesta primeira fase da extração gomífera, até o auge de 1912, o seringueiro dedicava-se exclusivamente ao corte, à colheita e à produção da borracha. O espaço-tempo da atividade gomífera era o espaço-tempo da reprodução social no seringal. De acordo com Benchimol (1977), Santos (1980), Almeida (1992), Porto-Gonçalves (2003) e Esteves (2010), o cálculo da produção do seringal era determinado pelo número de árvores de seringa, com a quantidade de horas trabalhadas pelo seringueiro. A produção e o tamanho médio de uma colocação variavam na Amazônia: o Vale do Acre-Purus, por exemplo, localidade de grande produção, tinha em torno de 300 a 500 hectares, equivalendo a uma produção-limite de 1000 e 1500 kg/ano (SANTOS, 1980). Entretanto, Almeida (1992) estima que a produção individual de um seringueiro chegava em torno de 200 a 400 kg/ano no Vale do Juruá.

[190] É muito comum ouvirmos em campo a atividade de extração da borracha sendo chamada de "o corte da seringa".

Para suprir a demanda internacional, o regime de trabalho era intenso, assim como o controle sobre a produção e o seringueiro. Seu Elias, ao rememorar suas lembranças e histórias do seringal, descreve um pouco dessa rotina:

> [...] bom, eu sou véio, mais de 80 anos, mesmo que o seringal é grande, as histórias sobre eles varavam rápido e se contava de pai para filho. Vou te contar o que ouvia de meu pai. A vida era dura, quando falo que era dura, pra quem já sofreu muito, lutou em mais de um empate, é dura mesmo [...]. O nordestino era jogado na mata, sem ninguém, tinha que trabalhar muito, começava antes do Sol nascer, cortando a seringa, dava o primeiro rodo, e depois da merenda, uma farofa que comia, ia colher o leite, aí dava o segundo rodo. Com o leite colhido ia defumar a borracha naquela fumaça de cavaco. Aquilo estragava demais a visão. Terminava o serviço à noite. Dormia e no dia era tudo isso de novo. Não tinha tempo de trabalhar no roçado, e mesmo que quisesse abrir um, não tinha mulher e filhos para ajudar, não tinha tempo, e o patrão não permitia. Às vezes, no inverno, parava o corte para colher e quebrar castanha. Só que se a dívida era grande, ou que o patrão pedia, o seringueiro, na sua tigelinha colocava uma folha para a chuva não estragar o leite e ia cortar seringa[191].

No período áureo do ouro negro, um dia típico do verão amazônico começava entre três e cinco da manhã. O seringueiro, depois de tomar um café, saía de sua casa e ia fazendo cortes superficiais com a cabrita ou com o terçado em cerca de 100 a 200 árvores, num trajeto que vinha desde a boca da estrada de seringa. A bandeira definia as linhas básicas e o ângulo de sangria, orientando o corte que parte do extremo para o centro da árvore, caminho também percorrido pelo leite até a biqueira e a tigelinha.

O chamado “primeiro rodo” é o momento da sangria: feita em ziguezague, de árvore em árvore, o seringueiro realiza a incisão no tronco e coloca a tigelinha para as gotas de látex serem recolhidas. No término da estrada (que também é o seu começo, já próximo de casa), o seringueiro faz a sua merenda, que consiste em comer uma farofa de jabá e beber água. Recuperado, prepara-se para o segundo rodo. Conforme informações de campo, não se pode esperar muito para dar o “segundo rodo”, que é o momento da colheita do leite. É preciso ter cuidado, pois em dias muito quentes o leite pode coagular, o que acaba reduzindo a qualidade da borracha. O látex é colocado em um balde ou em um saco recoberto por borracha.

Ao retornar para casa, o seringueiro dirige-se para outra palhoça (o defumador ou tapiri), onde é realizada a defumação do látex (IMAGEM 5). Na região do Alto Acre, escutamos, durante o processo de apuração, que a defumação é feita de cavaco de

---

[191] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

palmeira ou de madeira. O serviço termina à noite e se repete no dia seguinte em outra estrada de seringa.

Imagem 5: Seringueiros no processo de defumação da borracha. Foto sem data e sem autoria identificada. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

Em média, trabalha-se durante os seis dias da semana alternando-se entre três e quatro estradas. Caluche, indígena nascido em Tarauacá (AC), começou a cortar seringa aos onze anos e até hoje mora no Seringal São Cristóvão, na Brasiléia, onde relata como é feita a confecção da péla, que varia em torno de 40 a 80 kg e possui duas qualidades:

> [...] o seringueiro já com o leite colhido, prepara o cavaco para defumar, em um pedaço de madeira roliça, preso, vai girando e colocando o leite, vai girando e colocando leite. A fumaça vai defumando e com o tempo a péla vai se formando. Parece uma “bolota”. Agora tem duas qualidades de borracha: se a borracha for defumada do começo até o fim, com um bom leite fresco, aquele que não fica muito tempo na tigela, a péla fica bonitinha, fica perfeita. Se o seringueiro demorar para colher o leite, ou deixar o leite para defumar no outro dia pela batida “fofa” que se faz na péla, nóis reconhece[192].

Defumada, a péla vai para o sol e ganha a coloração preta. A borracha de melhor qualidade (a Acre fina) vai para exportação; a de segunda (a entrefina) permanece no mercado nacional. Das sobras do látex que coagulam no balde e que às vezes escorrem no caule, faz-se o cernambi, também passível de comercialização, frequentemente utilizado como substituto do querosene por conta de suas propriedades inflamáveis – conforme assinala Neves, moradora do Seringal Humaitá, na Brasiléia:

> [P]: O que é o cernambi? Qual sua utilidade?

[192] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

> [Neves]: Hoje a gente nem mais usa, a vida no Seringal é outra. Nas épocas mais difíceis, quando o barracão não tinha querosene, ou o papai tava com muita dívida, a gente usava cernambi para alumiar a casa, para acender o fogo. Eu achei tão engraçado ontem, quando a gente estava andando nas estradas do papai e eu colhi o cernambi naquela seringueira onde achei uma tigelinha escondida. O cernambi é o leite que coagula por causa do tempo e do calor, que fica no fundo do balde ou na árvore[193].

As pélas costumam ser cortadas em cruz para evitar alterações no seu peso, após a adição de objetos como pedras e pedaços de pau. Esse procedimento é feito sem separar as partes, para que o seu âmago continue exposto (IMAGEM 6).

Imagem 6: Gerente e dono do seringal conferindo a pesagem de pélas de borracha. Fotos sem data e sem autoria identificada. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

Depois de muito esforço e de muitas caminhadas a pé nas estradas de seringa, ao que se soma ainda o tempo de deslocamento para sair do centro até a margem, o seringueiro se depara com uma outra matemática: “A balança do armazém registrava números por ele não identificados, pois não detinha o conhecimento necessário; era analfabeto” (ESTEVES, 2010, p.45).

Sob extremo controle, no auge da borracha amazônica, o seringueiro antes era proibido de constituir família, de brocar o roçado, de caçar e criar animais ou de possuir animais de carga. Ele dependia exclusivamente do armazém do barracão. Se precisasse de itens como farinha, munição, querosene, sal, açúcar e sabão, o noteiro registrava no caderno para que o comboeiro entregasse o pedido “no grosso”[194], isto

---

[193] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

[194] A expressão “no grosso” é utilizada até hoje para designar uma grande quantidade de mercadoria – principalmente para alimentos e sal – comprada de uma vez. Essa lógica de estocar surgiu devido à condição de isolamento e ao difícil acesso às colocações, em especial no período chuvoso. Para

é, quando ele visitava a colocação para buscar as pélas de borracha (IMAGEM 7). “A sua chegada [do comboieiro] era aguardada com grande ansiedade pelo homem do interior, pois eles eram conscientes da realidade: se não tivessem a produção de pélas, não receberiam o aviamento” (VALVERDE, 1989, p.53).

Imagem 7: Comboio de mulas transportando pélas de borracha. Sem data e sem autor identificado. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

Em outros casos, aproveitando os igarapés, o escoamento das pélas era realizado pelos rios cheios em direção à sede do seringal (IMAGEM 8).

Imagem 8: Homens transportando mercadorias pelo rio Acre. Sem data e sem autor identificado. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

O rumo das pélas era em direção aos baixos cursos dos tributários do Amazonas, até desembocar no Oceano Atlântico. As pélas transportadas pelos

---

garantir o consumo ao longo do ano de alimentos essenciais como o açúcar, café e enlatados, era necessário estocá-los.

navios-gaiolas iam para a Europa e para os Estados Unidos. No caminho inverso, rumo aos altos cursos, os navios-gaiolas traziam mais homens e mais mercadorias (IMAGEM 9).

Imagem 9: Vapor Zé Florêncio e Curuçá na praia. Embarque de passageiros e pélas de borrachas. Sem data e sem autor identificado. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

Quando a estiagem se aproximava, já com as castanhas colhidas e quebradas, o seringueiro percorria o varadouro até o armazém para fechar sua conta – ou, como se falava no seringal, "tirar o saldo". No momento em que o "guarda-livro" ia conferir o saldo, o seringueiro percebia que sua dívida era maior do que imaginava.

Com as regras do seringal já aprendidas, e com o conhecimento das violentas penalidades infligidas aos companheiros que vendiam as pélas para os marreteiros[195], o que restava para o seringueiro era esperar o verão chegar e roçar suas estradas para cortar, colher e produzir a borracha na esperança de quitar suas dívidas (ou, então, fugir sem quitá-las).

O seringal apresentava uma hierarquia expressa na separação entre a colocação e a sede do seringal. A aparente "harmonia" era mantida pelo sistema retroalimentado do aviamento e pelo uso da violência:

> Mas é somente penetrando na floresta, caminhando pelos varadouros e dormindo nas colocações que se percebe o espaço hierarquizado, a intensa jornada do trabalho à qual o seringueiro estava submetido e o silêncio rompido em diferentes momentos de confrontos, como na atividade de corte e embarque da borracha (ESTEVES, 2010, p.44).

Autores como Almeida (1992), Wolff (1999), Porto-Gonçalves (2003) e Esteves (2010) mostram que o uso excessivo da violência contra os seringueiros era

[195] Marreteiro é o nome atribuído ao regatão.

recorrente. A venda de borracha para marreteiros e os casos de fuga e roubo eram “solucionados” por meio da tortura e do assassinato de seringueiros. Percorrendo as colocações, perguntamos aos mais velhos como era a época do “tempo de patrão”; com frequência, a resposta envolvia relatos de tortura e morte de seringueiros que descumprissem as regras. Esses casos serviam como exemplo aos que pretendiam descumprir as ordens do patrão.

O uso da violência e a presença de uma “economia moral” (THOMPSON, 2016) – forjada pela dívida retroalimentada – tornavam possível o controle dos seringueiros dispersos na floresta e o monopólio de sua produção de borracha.

Sob o aspecto econômico, a manutenção do barracão (do qual o seringueiro dependia para viver) e a cobrança excessiva dos produtos adquiridos garantia o lucro da extração da borracha nas diversas escalas da cadeia do aviamento. “A imposição das mercadorias constituía uma forma de impossibilitar aos seringueiros a acumulação de saldos favoráveis em suas contas com o patrão, e deste com as casas aviadoras; gerando lucro ainda maior para os últimos” (WOLFF, 1999, p.69).

Relatos do Seringal Icuriã (hoje situado em Assis Brasil, às margens do rio Iaco) sugerem que o local da sede era também o lugar onde alguns nordestinos ficavam incumbidos de trabalhar no roçado, cuidar dos animais de transporte e lavar as roupas dos funcionários do barracão. Outros iam para o centro para cortar a seringa. Dessa forma, em um esquema simples de circulação de mercadorias (M-M), no qual o dinheiro em espécie era raro, tanto as pessoas situadas à margem quanto o grupo que realizava suas atividades no centro trocavam diversos produtos pela borracha. Podemos entender a margem como “a sede”, onde era efetuada a administração do seringal. Esse entendimento foi corroborado em campo, quando descobrimos que, assim como ocorria no centro, os nordestinos “da margem” que trabalhavam no roçado também tinham dívidas altas e por isso dependiam do barracão.

Seu João Doca, nascido em Bodó, no Rio Grande do Norte, e morador do “Icuriã da Margem”, relata a seguinte dinâmica entre margem e centro:

> [P]: Como funcionava a relação entre a margem e o centro?:
> [João Doca]: A margem é sempre o local onde fica o barracão, a sede do seringal, próximo ao rio, porque é como, naquela época que não tinha estrada, fazia o transporte da borracha e dos produtos, como o sal, o querosene. Aqui no Icuriã da Margem tem uma diferença como tu já deve ter percebido andando, que não tem nem castanheira e nem seringueira. Pois bem, onde estamos aqui, há muito tempo atrás, era onde tinha as casinha dos colonheiros, dos cabra encarregado em plantar os legumes e fazer a farinha, que servia para alimentar, os seringueiros, lá no centro, que é onde tem as colocações. O comboio ia com os legumes, levava para os

> seringueiros, e trazia a borracha. Os colonheiros levavam as borrachas para os gaiolas que subiam o Iaco. Naquela época, porque não tinha as estradas, a cidade mais perto, era Sena Madureira. No inverno, você tinha que ver, era uma correria de navios subindo e descendo[196].

Acompanhando a cadeia do aviamento (já detalhada no texto), percebemos que as hierarquias de dentro do seringal também se mantinham fora dele. O seringalista, que era financiado por casas aviadoras, morava fora do seringal, geralmente em Manaus, Belém ou no Rio de Janeiro. Depois dele, vinha um “gerente” que controlava o seringal e que era visto pelos seringueiros como o “patrão”.

De “brabo”, transformava-se em “manso” quando recebia uma colocação para “abrir”. Com a dívida a ser saldada e as técnicas a serem aprendidas, o sonho de voltar para casa parecia cada vez mais distante, até porque a vida no seringal implicava a ausência de mulher e a improbabilidade de constituir famílias, uma vez que a dieta era pobre (baseada em farinha de mandioca, alimentos em conserva e jabá), o trabalho era excessivo e a população local, suscetível a doenças como a malária e o beribéri. O seu cotidiano rapidamente se resumia em abrir a mata, percorrer grandes distâncias diariamente, riscar a madeira, colher o leite, fazer a péla e descobrir os traquejos da floresta.

Foi esse ritmo de exploração que tornou o Acre o maior produtor de borracha do Brasil, posto que o estado ocupou por boa parte do século XX (VALVERDE *et al.*, 1989).

A riqueza produzida pela exploração dos seringueiros acreanos foi transferida para a concretização do projeto urbanístico e segregacionista, sob o símbolo da *Bélle Époque,* no Rio de Janeiro, em Manaus e em Belém. As ruas pavimentadas, as grandes avenidas, a frenética circulação de pessoas e mercadorias, a iluminação pública, a implantação de linhas de bondes, os grandes teatros e a constituição de uma sociedade urbana baseada em uma estética europeia foram possibilitados por capitais gerados a partir da acumulação primitiva na Hileia (BUNKER, 1989, PORTO-GONÇALVES, 2003).

---

[196] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

A crise da borracha e a (re)criação do seringueiro: o camponês da floresta e sua produção da natureza

Segundo Almeida (1992), o auge da atividade gomífera na Amazônia foi em 1912, quando é registrada a produção histórica de 42 mil toneladas de borracha. Entretanto, no mesmo ano os seringais de cultivo das colônias holandesas e inglesas do Sudeste asiático – como na Malásia e Ceilão – iniciam a sua própria produção de borracha. Em 1896, o tráfico de sementes da *Hevea brasiliensis* para essa região, promovida pelo inglês Kew Gardens, acabou com a peculiaridade atribuída às árvores amazonenses.

Em 1915, a produção asiática atinge 100 mil toneladas, inundando o mercado europeu e norte-americano. O seringal de cultivo apresenta uma lógica de produção e controle do trabalho diferentes do contexto amazônico. Nos seringais asiáticos, as árvores são plantadas em fileiras, e cada hectare contém uma média de 200 a 400 seringueiras "sangradas" pelas mãos de um único trabalhador, que porta uma faca *jebong*[197]. É um cenário diferente do da Amazônia, onde cada seringueiro morava em uma colocação com no mínimo três estradas, em uma área de 300 hectares. O tempo de trabalho do seringueiro amazonense era maior, porque as árvores ficavam espalhadas pela floresta e eles também tinham de fazer dois rodos diários, que os asiáticos não precisavam fazer.

Além da distribuição das seringueiras, a dependência do regime de chuvas e o sistema de rios e seus afluentes fazia com que o tempo e o custo de circulação fossem maiores comparados ao que o asiático empregava em sua rotina diária (BUNKER, CICCANTELL, 2005). O sistema de aviamento se mantinha à custa de uma exploração grande dos seringueiros e dos altos preços da borracha. Os seringais de cultivo asiáticos passam a representar um avanço, pois a produção da natureza racionalizada e a compressão do tempo e do espaço foram responsáveis por fazer com que o preço da borracha diminuísse. "Economicamente falando, a borracha

[197] A faca *jebong* foi criada para a utilização nos seringais asiáticos e depois foi trazida para os seringais amazônicos. O seu benefício é produzir menos danos ao tronco da árvore, já que muitas seringueiras na Amazônia foram danificadas pelo corte de terçados.

extraída na Amazônia torna-se supérflua no mercado mundial de um dia para o outro[198]" (ALMEIDA, 1992, p.33).

Enquanto unidade de produção de borracha, o seringal na Amazônia passará por mudanças à medida que as casas aviadoras de Manaus e Belém, principalmente, forem recebendo cada vez menos capitais estrangeiros. Em um efeito dominó, a complexa cadeia do aviamento vai sofrer alterações das casas aviadoras até o chão da floresta.

Esse raciocínio pode ser ilustrado através de alguns números: no Acre, entre os anos de 1912 e 1932 (do auge ao pico da recessão), a produção caiu de 12 mil toneladas para 3 mil toneladas, e o preço pago pelas pélas passou de 26 mil réis para 4 mil réis (ALMEIDA, 1992).

A falência dos seringalistas fará com que muitos seringais sejam abandonados por seus proprietários, gerentes e até pelos próprios seringueiros. De acordo com Almeida *et al.* (2002, p.118), no Vale do Juruá:

> A crise do preço da borracha trouxe revolta, principalmente no início, quando os seringueiros não se conformavam facilmente com a queda do poder de troca de sua borracha por mercadorias. A expulsão de gerentes, o incêndio de barracões, suicídios, assassinatos de patrões, foram atos de revolta coletivos ou individuais que ocorreram naquele período crítico.

Entretanto, Barbara Weinstein (1993) aponta que no início da crise da borracha (1910-1920) houve um aumento populacional de 74.484 para 92.379 habitantes no Acre. A explicação vinha do boato de que as últimas áreas boas de seringa e castanha poderiam dar um fôlego à atividade gomífera em decadência. Destoando de outras localidades da Amazônia que tem o ano de 1912 como o auge e inicio da decadência da extração da seringa, o Acre tem o ano de 1920 como um marco do maior índice de produção de borracha.

No Vale do Rio Acre, a situação de crise não será diferente. O relato dos mais velhos sobre o momento da diminuição drástica da demanda por borracha inclui a percepção de que os navios-gaiolas, que indicavam a chegada de homens e mercadorias, iam rareando e diminuindo tal como acontecia com as mercadorias do armazém. Era o tempo de "barracão vazio", de "fazer luz com cernambi" no lugar do querosene, de "falta de sal" e da "entrada dos marreteiros"[199].

---

[198] No original: "Economically speaking, the rubber extracted in Amazonia became superfluous on the world market from one day to the next". Tradução nossa.

[199] Em campo, com recorrência apareceu nas entrevistas essas características do chamado "tempo em que patrão faliu".

Com a quebra da dependência do barracão, o “manso” teria que buscar seus produtos na floresta, brocar seus roçados e realizar trocas com o regatão. O uso e a apropriação do espaço do seringal mudavam conforme as relações sociais de produção não capitalista iam se (re)criando. A crise da borracha ajuda a forjar uma outra relação entre sociedade e natureza.

Almeida (1992, 2003), Wolff (1999), Porto-Gonçalves (2003) e Esteves (2010) relatam que o extrator de seringa passa a constituir parte do campesinato. O antropólogo Mauro Almeida (*ibidem*) também constata a presença deste novo personagem no interior do seringal: o camponês da floresta, cujo saber notório se divide entre os conhecimentos trazidos do Nordeste e da floresta[200]:

> O modo de vida desse grupo de camponeses da floresta diferenciava-se bastante daquele seguido pelos seringueiros que chegaram nos primeiros tempos de expansão do preço da borracha. Com a crise, aos poucos, a esperança de voltar para a terra nordestina com fortuna teve que ser abandonada pelos que ficaram. A constituição de famílias, a prática da agricultura e do fabrico da família; a caça e a pesca como verdadeiras instituições cotidianas; a criação de pequenos animais; a construção de técnicas adaptadas à floresta; o artesanato com cipós, palhas e outros materiais da mata; o conhecimento das ervas da região para curar doenças; as visitas e as festas; tudo isso fez parte, junto com o trabalho da extração do látex, desse modo de vida novo, que deu a possibilidade de continuar na região sem a “assistência” anteriormente oferecida pelos patrões em troca do cobiçado produto das *Héveas* (ALMEIDA, 2002, p.120-121).

A atividade da borracha será só uma parte da vida no seringal. Outras atividades novas (como a agricultura, a caça, a pesca, a criação de pequenos animais, a coleta da castanha, de plantas, cipós e frutas, além das festas com forró e/ou em homenagem aos santos) passarão a constituir o espaço-tempo do cotidiano das famílias seringueiras.

> O conhecimento da floresta passou a ser vital para as tarefas mais prosaicas e cotidianas, pois a escassez de mercadorias tornava úteis as frutas, as “enviras” (fibras de árvores usadas como corda), as diversas espécies de cipós, dos quais se faziam cestos, vassouras, cordas, entre outras coisas; pigmentos e óleos obtidos na mata (como o de copaíba) e cocos de diversas palmeiras (a andiroba, por exemplo, da qual se fazia o sabão) (ALMEIDA, 2002, p.120).

Mesmo com o etnocídio ocorrido com as diversas aldeias indígenas que ocupavam as regiões do Vale rio Acre, do Purus e do Juruá, na fase áurea da

---

[200] Almeida (1992) alega que a formação do campesinato da floresta no Acre não surgiu a partir dos caboclos pré-existentes (no Acre, o indígena é denominado de caboclo) e do abandono dos patrões. Para o antropólogo, é o ambiente forjado pela crise que permitirá a (re)criação dos seringueiros.

borracha[201], o seringueiro e o indígena conseguiram “se encontrar”. Foi graças a esse encontro que o seringueiro continuou seu aprendizado sobre os múltiplos usos da floresta, que lhe assomava cada vez mais como o espaço provedor de suas necessidades diárias e fonte de inesgotável fartura. As palavras de Maria de Souza, nascida e até hoje moradora do centro do Seringal Filipinas (hoje município de Epitaciolândia), expressam a importância da floresta:

> [...] a floresta não é um quintal para o seringueiro, é o lugar das ervas e das cascas para curar a doença do menino, da madeira e do cipó que se fazia a casa, que se fazia o paneiro para transportar a castanha, da caça, da borracha, de tudo um pouco, a floresta é a fartura, pra nóis nascido e criado no seringal o barracão era a prisão[202].

Como nos lembra Esteves (2010), era a condição de isolamento e as leis severas que faziam com que o seringueiro dependesse do barracão. Na fala de Maria e de outros seringueiros que viveram o “tempo do barracão” (e “do marreteiro”), que trocavam borracha e castanha por mercadorias, vemos que o próprio seringueiro reconhecia essa relação como desigual – note que a expressão usada por Maria é “prisão”[203]. Não é à toa que seringueiros sem patrão na região do Alto Acre vão se autodenominar “livres”: o processo de apropriação da floresta e a busca por mais autonomia passam a ser um contraponto à situação anterior e evidenciam uma consciência crítica por parte dos seringueiros.

Wolff (1999) aponta que a história sobre os seringais na Amazônia muitas vezes é narrada pelo gênero masculino. Nas primeiras décadas da constituição dos seringais, a narrativa hegemônica e as estatísticas evidenciavam uma discrepância entre a quantidade de homens e mulheres. Embora os documentos e a história oral provem que havia mulheres no corte da seringa, a atividade era uma atribuição majoritariamente masculina[204]. Houve o caso de migração de famílias nordestinas para a Amazônia, mas elas geralmente ficavam nos baixos cursos, em colônias agrícolas, e as casas aviadoras preferiam financiar a viagem do homem devido ao custo que o deslocamento de uma família inteira implicava. Os seringalistas

---

[201] O etnocídio dos indígenas ocorreu em uma fase conhecida como “correria”, majoritariamente na região do Alto do Juruá, entre os séculos XIX e XX. Muitas vezes utilizava-se a aldeia “inimiga” na missão de exterminar outra aldeia (ALMEIDA, 1992; WOLFF, 1999, PORTO-GONÇALVES, 2003).
[202] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[203] Mais de um relato faz menção à imagem de aprisionamento, tal como no depoimento de Maria. O termo “prisão” foi ouvido com frequência nas entrevistas de campo.
[204] No trabalho de Wolff (1999), é citado mais de um documento histórico em que aparece a terminologia “seringueiras”.

entendiam que a presença da família acarretaria a abertura de mais áreas para o plantio, o que diminuiria a dedicação ao corte, à colheita e à produção da péla.

> O seringal considerado do ponto de vista de empresa capitalista era um espaço masculino, por excelência, sobretudo nas colocações, embora nem tanto no barracão. O espaço doméstico, como um espaço da subjetividade era, quando existia, restrito às famílias dos seringalistas. A colocação era, na verdade, parte do espaço de produção posto que estava inserido num quadro de divisão técnica do trabalho (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.195).

No auge da corrida pelo ouro negro, a mulher – muitas vezes indígena e "roubada" de sua aldeia[205] – desempenhava atividades tidas como "domésticas": cozinhar, criar pequenos animais (galinha, pato, porco, etc.), limpar a caça, pescar e preparar as refeições, lavar as roupas e até a casa do "patrão". Na avaliação da historiadora Cristina Wolff (1999), mesmo que presente, a mulher era invisibilizada devido ao componente social e histórico que enxerga o trabalho feminino como algo "menor" ou "auxiliar", por não ser considerado nem "produtivo", nem "necessário" ou sequer "importante". Dessa mesma forma, a presença das crianças nos seringais também era vista de maneira negativa – a não ser quando a criança era filho ou filha do "patrão".

A decadência e o abrandamento das leis vigentes é que tornaram possível a constituição de famílias nos seringais. Logo, então, o varadouro que desembocava na pequena clareira aberta, onde antes existia uma casa simples, coberta por palha, com paredes e chão de paxiúba, não era mais habitada apenas pelo seringueiro, mas também por sua família.

Na tese de Almeida (1992), o espaço da colocação mudará de uma unidade produtiva da borracha para *unidade produtiva da família*, em que diferentes atividades como a borracha, a agricultura, a caça e a coleta da castanha, somadas a um regime de propriedade não capitalista, desenharão o território seringueiro.

> Para os seringueiros, no entanto, a colocação é mais que um conjunto de estradas de seringa. É um microcosmo social e natural, concebido como idealmente autônomo em produtos agrícolas – farinha, tabaco, milho, café, açúcar – e, em carne, em materiais de construção. E em oportunidade de trabalho para uma família ampliada em crescimento (ALMEIDA, 2012, p.131).

---

[205] Como aponta Wolff (1999), é muito comum ouvir história de mulheres que eram "roubadas" e tornavam-se esposas de seringueiros. Essa prática era constante na fase das "correrias". "Quem 'pegava' uma 'cabocla' na correria podia ficar com ela para si ou vendê-la para o patrão, que então revendia para um outro seringueiro. O preço variava, e podia ser o de uma espingarda, ou, segundo o Sr. João Cunha [...], quatrocentos quilos de borracha, o que equivalia à produção anual de um seringueiro médio" (WOLFF, 1999, p.164).

O que configurará o espaço da colocação será o seu uso. Os capitalistas ficarão confusos ao perceber a mudança no desenho da colocação, cuja métrica não faz referência a propriedade privada capitalista: “Mesmo que se quisesse desenhar um mapa da colocação com um traçado imaginário, esse mapa seria sempre enganoso, pois o tamanho das colocações muda com o tempo” (ALMEIDA *et al.*, 2002, p.132).

As estradas de seringa, apropriadas pelos chefes de família, fornecem o “desenho” e os limites da colocação. Entretanto, as “[...] seringueiras nascem, crescem e morrem; e as estradas lentamente também vão aumentando ou diminuindo de tamanho ou de rumo, conforme algumas árvores são abandonadas ou acrescentadas na trilha” (ALMEIDA, *et al.*, 2002, p.140). Estradas são abertas e abandonadas, e podem, depois de um certo período, serem reabertas, da mesma forma que as suas “pernas”[206] podem gerar novas estradas. Estradas de seringa também passam a ser doadas ao filho, que herda inclusive o posto de “chefe de família”, bem como o trabalho de administrar a colocação, em um ciclo que passa de pai para filho.

Em muitos relatos de campo, os mais velhos, ao narrarem sua história de vida, não raro se referiam aos seringais onde moraram como forma de datar os momentos mais importantes de suas respectivas trajetórias: “Nasci na colocação Limoeiro. Quando papai morreu e mamãe casou de novo, eu fui para a colocação Castanhal; quando casei com a Chica, fomos para a Confusão; e quinze anos depois, eu e a Chica voltamos para a Castanhal”[207], relata Demétrio. Esse ponto pareceu ser uma questão a se investigar, pois ela fornecia dados do *modus operandi* inerente ao tipo de regime de propriedade que precedeu a criação da RESEX Chico Mendes[208].

Mesmo com a presença de um patrão, observamos que o regime de propriedade no seringal não pressupunha uma necessidade de se manter fixo em uma colocação. O que garantia a permanência no seringal durante as décadas de crise era o uso do território e o pagamento da renda (em borracha e castanha), caso houvesse um patrão.

O desaparecimento do patrão no Alto Acre deu margem à compra de colocações pelos próprios seringueiros. Esse foi o caso de Seu Altenir, em Assis

---

[206] A “perna” equivale à metade de uma estrada – ou seja, “duas pernas” compõem uma estrada de seringa.
[207] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[208] Essa questão não se esgota neste capítulo. O capítulo quatro apresentará o conflito entre o regime de uso e apropriação vigente na legislação que criou a RESEX.

Brasil. O cearense de Massapé passou boa parte de sua vida morando no Seringal Icuriã, e comprou sua colocação com a renda obtida pela produção de borracha. Quando sua filha se casou, ele decidiu trabalhar na produção da borracha e conseguiu comprar uma outra colocação no Seringal Paraguaçu, a dez horas de distância percorrida a pé até a cidade. Nota-se, entretanto, que o processo de compra e venda fazia parte de um "acordo verbal", que não previa a sua formalização jurídica em um cartório.

No período de decadência da borracha, o arrendamento de seringais inteiros também se tornou uma realidade, na qual o arrendatário passava a ser o patrão dos seringueiros. Como exemplo dessa situação, temos a história de BBA, como foi apelidado o norte rio-grandense Benedito Batista Araújo. Ele apresenta uma trajetória similar à do cearense João Gabriel Teixeira.

BBA saiu do Rio Grande do Norte para o Acre com a promessa de voltar mais rico. No navio-gaiola em direção a Manaus foi incumbido da missão de prender o boi "valente" que havia se soltado da corda à qual estava atado. Vaqueiro de profissão, BBA cumpre a demanda. Na embarcação, o gerente do Seringal Icuriã, como "prêmio", promove BBA à função de lavador, na qual "só" terá o trabalho de lavar as roupas dos trabalhadores do barracão. Segundo João Doca, "BBA começa a guardar um pouco de sabão; depois de ajuntado, começa a trocar sabão por borracha com os seringueiros do centro"[209]. Para vender a borracha sem ser pego pelo gerente, BBA desembarca a mercadoria pelo Igarapé Xapuri, pois a produção do Icuriã seguia o Rio Iaco rumo à Sena Madureira. Com a crise da borracha da década de 1920, BBA consegue arrendar o Seringal São Francisco e, na década seguinte, arrenda também o Seringal Icuriã. Chega inclusive a retornar à sua terra natal para buscar parentes e amigos, com a promessa de que lá eles viverão melhor do que no sertão[210]. É assim que, de seringueiro, BBA passa a ser seringalista.

Porto-Gonçalves (2003) é quem destrincha a questão da itinerância sazonal: o geógrafo menciona que algumas cidades da região do Alto Acre recebiam, no verão, cerca de 600 habitantes, ao passo que no inverno essas mesmas cidades chegavam a ter 3 mil habitantes. Isso ocorria, pois, pessoas que moravam na cidade iam para as

---

[209] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

[210] Em Assis Brasil, muitos moradores locais descendem de nordestinos do Rio Grande do Norte e portam os sobrenomes "Batista" e "Araújo", por conta da empreitada de BBA.

colocações cortar “de meia”, e no inverno, alguns seringueiros também passavam uma temporada na cidade e voltavam às suas colocações um pouco antes do verão.

O critério para a mudança de seringal era ele ser “bom de seringa” ou “bom de castanha”. Era frequente a mudança de colocação, embora também o fosse a decisão de se manter no mesmo seringal, com o mesmo patrão. Essa escolha dependia da família, que às vezes também optava por se mudar quando a colocação era muito isolada (morar em uma área de difícil acesso significava um custo mais alto nas trocas com o marreteiro, ou representava o isolamento no período do inverno).

Mudar de seringal muitas vezes significava passar novamente pelo trabalho de abrir a clareira e as estradas para o corte da seringa. Em alguns casos, a família conseguia um pedaço de terra próximo a uma colocação já existente, como aconteceu com Demétrio, que mora até hoje com a esposa na colocação Castanhal: ele chegou a vender duas partes dela para outras famílias, alocadas nas colocações Castanhal II e Castanhal III, respectivamente.

Assim, a colocação logo vira sinônimo de casa, e uma casa que tem um nome[211]. Para o camponês, é sua unidade básica de uso e apropriação da natureza, de (re)produção da vida e de produção da natureza.

> Os moradores sentem-se na colocação inteira como se estivessem em casa; o espaço da residência vai da casa de moradia, onde passam uma parte do tempo, ao terreiro em torno e adentro a capoeira circundante para conduzir a vários caminhos no interior da floresta e ao longo dos igarapés (ALMEIDA, *et al.*, 2002, p.139).

Os varadouros e as varações, cada vez mais utilizados, cumprirão a função de ligar as colocações entre si e permitirão o transporte das mercadorias. Apesar dos dias e/ou horas de caminhada a pé, o isolamento passa a ser rompido.

Com a formação de famílias e o aumento populacional, as estradas de seringa e os igarapés servirão para delimitar as fronteiras entre a vizinhança. Porém, muitas estradas de seringa e piques de castanha são comumente sobrepostas, de forma que não se apresenta conflito entre as famílias. A apropriação e o uso da natureza passam a ser delimitados por regimes de propriedade não capitalista, que prescrevem que a colocação e suas estradas são de uso familiar, entretanto passíveis de serem compartilhados com mais pessoas. Os arranjos e as regras podem ser renovados com

[211] As colocações são “batizadas” desde o início da exploração da borracha, ganhando nomes como “Duas Voltas”, “Vai-Quem-Quer”, “Pega-Fogo”, “Limoeiro”, “Confusão”, “Veneza”, etc.

o passar do tempo, mudança que depende das pessoas e seus conflitos locais (MARCHESE, 2005).

O cotidiano composto pela articulação de diferentes espaço-tempos na colocação, como a agricultura e o extrativismo, fez com que a família cumprisse um papel fundamental para a (re)produção social:

> Na nova configuração social da região, as mulheres e crianças passaram a ter importância destacada, pois a diversificação das atividades necessárias à sobrevivência na floresta demandava o esforço de todos. Assim as relações de gênero, entre outras formas de relações sociais, sofreram grandes alterações em muitos de seus aspectos e adquirem grande relevância para a compreensão desta sociedade. A mudança das relações de gênero, de certa forma, garantiu a sustentabilidade do grupo de seringueiros na região do Alto Juruá (WOLFF, 1999, p.98).

Os ciclos da natureza, tanto da agricultura, quanto do extrativismo, são temporalmente divididos entre o verão e o inverno. Muitas vezes, os seus respectivos calendários podem se sobrepor. A presença da família, e a divisão do trabalho familiar, serão fundamentais para garantir a (re)produção social. Na floresta, o trabalho do pai, da mãe e de seus filhos se complementarão. Muitas vezes, uma atividade que demandasse “mais braços” exigia a ajuda de todos os membros da família.

Se antes o que dava “valor” ao seringal eram as estradas de seringa, a colocação, como uma totalidade, passa a ser vista como a “riqueza em si” para a família seringueira. O lugar do igarapé, os roçados brocados, a capoeira, as estradas de seringa, os piques de castanha, a área do quintal e a casa irão compor esse território.

Os espaço-tempos da colocação vão mudando, e a percepção seringueira sobre a natureza e seus ciclos leva à divisão familiar do trabalho. Na conta de Almeida (1992), antes um seringueiro passava a média de 180 dias de trabalho por ano na produção da borracha. Após a crise, passará em média 90 dias na atividade. A redução do tempo é atribuída à conciliação com outras atividades como a agricultura, a caça e a coleta.

O prenúncio do verão (entre maio e abril) é o momento do preparo para o corte da seringa, em que as estradas devem ser roçadas e a quebra do milho se aproxima. Quando a estiagem chega (no final de abril), os homens vão para as estradas no início da manhã, enquanto as mulheres ficam em casa com seus filhos. O trabalho da mulher é realizar as atividades domésticas (como cuidar dos filhos, realizar as refeições, preparar a caça, limpar a casa e lavar as roupas no igarapé).

Porém, se o “saldo” for grande, as mulheres e as crianças também vão para a estrada. Foi assim que muitas mulheres aprenderam a sangrar a seringueira. Em campo, ouvimos várias histórias de mulheres que se tonaram viúvas e/ou foram abandonadas por seus maridos e assumiram a frente da produção da borracha e da família. O que ocorria com regularidade era que, até se casarem, muitas mulheres cortavam seringa nas estradas da colocação de suas respectivas famílias; e depois de casadas, passavam a dedicar mais tempo a outras atividades (apesar de o corte não estar necessariamente fora delas).

“Aprender a riscar o pau” ou “acompanhar os pais na estrada fazia com que o “menino”[212] aprendesse o ofício; com onze, treze anos, esse menino já podia colher o leite, sendo que aos quinze anos o adolescente já estava “pronto” para cortar a seringa e fazer a borracha.

O ano agrícola começava no verão, momento em que os roçados eram abertos e a família era convocada a brocar e derrubar a mata. No auge da estiagem é realizada a queima, e no ciclo dos alimentos, a mandioca, o arroz, o milho e o feijão são os mais plantados[213].

Enquanto o pai dá seus dois rodos na estrada, a mãe e seus filhos trabalham dos roçados, realizam a sua limpeza, plantam, colhem e cuidam da pequena criação, que circunda o terreiro das casas.

A feitura da farinha é uma tarefa executada pela família como um todo, do início ao fim de seu preparo. A colheita da macaxeira começa no prenúncio da manhã; na parte da tarde, a raiz é descascada e ralada. Depois, o caldo vai para a prensa, onde é escorrido enquanto os fornos aquecidos são preparados para receber a massa. A torra deve ser executada com habilidade, e é esse procedimento final que lhe conferirá um gosto único[214].

Com uma dieta diversa (em comparação aos tempos áureos da borracha), a produção farta de farinha, o consumo de legumes e o preparo da caça levarão as famílias a dividirem a comida com os seus vizinhos, pautadas pelo princípio de que a dádiva deve ser compartilhada com seus pares. As visitas são sempre recebidas com um café – bebida que as famílias apreciam muito – enquanto as comadres e compadres comentam as novidades e conferem se está “tudo bem” nos arredores.

---

[212] O termo “menino” é um sinônimo para “criança”.
[213] A atividade do roçado será melhor detalhada no capítulo quatro.
[214] A produção da farinha será mais detalhada no capítulo quatro.

Nos períodos de “moléstia”, a notícia vara[215] rápido e os vizinhos fazem visitas, trazendo pedaços de caça conservada no sal, farinha e legumes. Se for preciso, cortam a seringa na estrada e cuidam dos roçados em um mutirão. Quando a doença se agrava, o enfermo é carregado em uma rede até o médico da cidade[216].

Nas primeiras chuvas (no prenúncio de novembro), as estradas passam a ser abandonadas, pois a água que cai no leite faz com que a borracha perca a qualidade. No final de dezembro, os piques são limpos e, como a tradição xapuriense prescreve, após o dia 20 de janeiro – data do festejo de São Sebastião – os ouriços de castanha são quebrados pelas famílias[217]. Quando a estiagem se aproxima, o varadouro vai secando e os marreteiros, com suas mulas, adentram as colocações, trazendo as mercadorias que serão trocadas pelas castanhas.

Nesse ínterim, o seringueiro à noite vai caçar o veado, a paca ou o queixada. Entre as caças, a carne de veado-roxo é considerada uma iguaria. No igarapé se realiza a pesca do surubim.

A floresta passa a ser o seu território, que o seringueiro conhece como a palma de sua mão. É nela que ele busca as enviras para tecer seus paneiros, a paxiúba para construir a sua casa, a lenha para o forno onde ele prepara o seu alimento diário. É lá que ele colhe a água de jatobá e o óleo de copaíba, para tratar as doenças.

Os “encantados” e as lendas da floresta se espalham pelo seringal, e conferem uma outra qualidade à natureza socialmente produzida. A “mãe da seringueira”, o “caboclinho da mata” e o “mapinguarí”[218] são alguns dos personagens que aparecem em seus relatos orais. Por exemplo, “o caboclinho da mata se manifesta apenas quando deve dar uma lição ao seringueiro desrespeitoso se, por exemplo, fere uma presa sem matá-la ou se procura mais carne do que o necessário ou, coisa insuportável, se vai caçar com cão” (MARCHESE, 2005, p.108-109).

O zelo e o cuidado passam a ser uma expressão da relação entre o seringueiro e a floresta. Aprende-se que a complexidade da vida – manifestada no ciclo de nascimento, no crescimento e na morte – implica um tempo que não pode ser acelerado. Plantar uma seringueira ou castanheira não é usufruir dela no aqui-e-

---

[215] O termo “varar” vem de “varação”, isto é, o “atalho” que diminui o tempo e a distância do caminho percorrido no varadouro.
[216] Ouvimos mais de um relato sobre pessoas doentes nos seringais que eram retiradas em redes para serem levadas a um médico.
[217] Detalharemos melhor a extração da castanha no capítulo quatro.
[218] Para um aprofundamento sobre os “encantados” no seringal acreano, recomendamos consultar Almeida *et. al.* (2002) e Marchese (2005).

agora, é investir no usufruto dos que ainda virá. Manter a floresta não é uma questão idealista, é a garantia de uma condição de vida digna para a (re)produção social das gerações futuras.

Em dias de festa (como casamentos e aniversários) toca o forró, trazido do Nordeste. A música faz com que os pés se movam, e os corpos dançantes de todas as idades ocupam os pequenos salões ou as casas dos anfitriões. Os jovens muitas vezes ficam ansiosos por esse momento, onde conhecem outras pessoas e sonham com as suas famílias futuras.

Não há escola no seringal: como ouvimos em campo, “quem tinha direito de saber ler e fazer conta era o filho do patrão”. O que o seringueiro sabia fazer era “riscar seu nome”, como eles chamam a sua abreviatura, e os serviços médicos também são restritos – apesar de alguns patrões às vezes trazerem um “doutor” para o seringal.

Nem todos os moradores do seringal conheciam a cidade que se formara nos períodos áureos da borracha. Ir para Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira e Rio Branco é um trajeto feito a pé, de batelão ou em uma mula. Nas memórias de Antônio Cunha, morador do Seringal São Francisco, em Assis Brasil, sua primeira ida à cidade continua recente:

> [Antônio Cunha]: Seringueiro quando ia para a cidade para vender seu legume, ou levar sua borracha era tratado como bicho. Pelo cheiro sabia que era seringueiro, na minha geração da prancha[219], aquele cheiro do leite da gameleira deixava um pixé [cheiro forte] que impregnava na gente. A roupa que a gente usava era muito simples, quando era menino tinha duas camisas e uma calça, o sapato era velho. A gente chegava e sabiam que era do seringal.
> [P]: Quantos anos você tinha quando foi para a cidade pela primeira vez?
> [Antônio Cunha]: Eu acho que tinha uns quinze anos. Fui com meu pai vender farinha. Eu lembro que pagaram tão pouco que era como se tivesse dado de graça.
> [P]: O que você achou quando visitou a cidade?
> [Antônio Cunha]: Tu imagina que sou bicho do mato, nascido e criado no seringal. Nunca tinha visto tanta gente junta, tanta casa e coisas juntas. Todo mundo avexado [apressado] e tudo amontoado. Não gostei da cidade.[220]

A fragmentação de parte do Seringal Paraguaçu deu origem ao embrião do que se tornaria a cidade de Assis Brasil, fronteira com o Peru. O início do contato com uma maior frequência com a vida urbana passava a ser rompido com o abrandamento das regras do seringal. A contagem das distâncias nessa época era realizada em dias, e o tempo da caminhada e do barco eram as unidades-padrão de medida (visto que o

---

[219] A prancha é um tipo de borracha produzida através da coagulação provocada pelo leite da gameleira. Essa outra tecnologia sucedeu a borracha defumada. Seu benefício foi a redução do tempo de produção. No capítulo 4 iremos detalhar a sua produção.
[220] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

burro foi um dos meios de transportes mais utilizados no Acre até 1953). “Daí surgem as primeiras estradas carroçáveis de terra batida, transitáveis apenas na estação da seca” (VALVERDE *et al.*, 1989, p.53).

A cidade passava a ser também um local de troca para a produção do seringal, especialmente a farinha de mandioca, o feijão e a borracha. A circulação do dinheiro passava a ser mais presente, embora ainda uma raridade. Em Xapuri, por exemplo, os seringueiros recebiam um “adiantamento” do patrão ou do marreteiro para irem à cidade na comemoração do dia de São Sebastião. Para muitas famílias, era a única vez do ano em que se via a cor do dinheiro. Aos poucos, na circulação simples de mercadoria (M-D-M), o “D” de “dinheiro” passa a integrar o sistema, principalmente para comprar ferramentas, tecidos e outros objetos na cidade.

O sistema do aviamento não é completamente rompido. A colocação não era autossuficiente, nem um território fechado. Mercadorias como o sal, as armas, as munições, instrumentos metálicos (para a extração da borracha e para a agricultura), tecidos e remédios eram obtidos a partir das trocas pela borracha e pela castanha. Esteves (2010) destaca em seu trabalho que muitos patrões criavam estratégias para dar continuidade ao vínculo de dependência:

> A autorização para o plantio estava em razão inversa ao preço da borracha e tornou-se uma atividade secundária, além do que, tal permissão funcionava, nitidamente, nos momentos de queda nos preços da borracha. Com o seringueiro produzindo uma agricultura de subsistência, mesmo que insuficiente para sua sobrevivência, o seringalista reduziu o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade. Para compensar, introduziu outras mercadorias, criando novos hábitos, como: perfumes, fazendas, bebidas, biscoitos, salgados e doces (goiabada e marmelada eram os mais procurados), medicamentos e, até refrigerantes como o guaraná, sem esquecer da cachaça (ESTEVES, 2010, p.104).

Almeida (2003, p.122) relata que os patrões também passaram a criar uma relação de compadrio e clientelismo “expressa em créditos para compras urgentes, auxílio em caso de doença, e festas nos dias de santo”.

É importante destacar que a atividade gomífera ganhou um fôlego no período da Segunda Guerra Mundial (1940-1945). O Estado, no lugar das casas aviadoras, passará a ser o principal financiador da atividade gomífera. Com a suspensão da produção gomífera asiática (devido ao bloqueio japonês), os Estados Unidos perdem temporariamente o fornecimento da matéria-prima. Roosevelt, então presidente dos EUA, assina com o Brasil os “Acordos de Washington” no ano de 1942.

O governo Vargas, através da transferência de mercadoria, consegue como contrapartida dos norte-americanos o financiamento para a Companhia Siderúrgica

Nacional (CSN) e para a Companhia Vale do Rio Doce. Dessa forma, garantia-se a nacionalização da produção de ferro (PORTO-GONÇALVES, 2003; HETCH, COCKBURN, 2010).

A partir da criação do Banco de Crédito da Borracha, a matéria-prima se torna um monopólio do Estado. O resultado foi a duplicação dos preços pagos pela goma. O governo brasileiro, objetivando o aumento imediato da produção, transporta 50 mil imigrantes para os seringais na Amazônia.

Os imigrantes, em sua maior parte nordestinos, ganham o nome de "soldados da borracha". O Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) nos logradouros públicos anexava cartazes com os seguintes dizeres "Cearense, o Brasil espera que cumpras com teu dever. Alista-te na SEMTA" (*apud* ALMEIDA *et. al.*, 2002, p.123). Como o Estado passou a ser o "aviador", as relações entre seringalistas e os novos seringueiros passou por mudanças. De acordo com Almeida *et. al.*:

> A forma de encaminhamento dos novos migrantes aos seringais obedecia a um contrato padrão que estabelecia uma série de direitos e deveres dos seringueiros em relação aos patrões, que agora eram chamados de "seringalistas". Esses regulamentos, que aparentemente pretendiam proteger os seringueiros com contratos de trabalho, de fato reintroduziram nos seringais restrições que haviam desaparecido ou estavam atenuadas. Assim, por exemplo, o contrato nas cadernetas reservava um único dia da semana para as atividades agrícolas dos seringueiros, exigindo uma semana de seis dias dedicados ao corte da seringa. Sob essas condições, apenas seringueiros com mulher ou filhos adultos podiam manter atividades agrícolas significativas (ALMEIDA *et. al.*, 2002, p.124).

Almeida (1992, 2002), Porto-Gonçalves (2003) e Esteves (2010) apontam que, durante esse momento da Batalha da Borracha, houve um aumento do controle da produção, que diminuiu a capacidade de autogestão das famílias. Os recém-chegados – agora com o nome de "arigós"[221] – estavam sob o controle do gerente. De acordo com Almeida *et. al.* (2002), como a borracha se torna um monopólio do Estado, toda a produção gomífera dos seringueiros era considerada pagamento de dívida. Essa é a primeira vez em que a venda de borracha aos marreteiros passa a ser considerada um crime.

Para conseguir financiamento, o patrão agora precisa assinar um documento que contém os termos e as clausuras a serem cumpridas. Esteves (2010), em sua

[221] O termo "arigó" é de origem controversa. Segundo Esteves (2010, p.115), existem duas possíveis origens: os soldados da borracha chegavam aos seringais em grupos vestindo uma farda que, para os seringueiros, se assemelhava a "uma revoada de pássaros"; ou talvez o termo "arigó" tenha vindo dos migrantes que desembarcavam em Manaus, e designava o seu mau comportamento.

pesquisa na região do Alto Acre, realizou entrevistas com patrões, com gerentes de bancos e teve acesso a alguns contratos. A pesquisadora notou mudanças no espaço do seringal. Porém, a hierarquia e a relação desigual entre seringalistas e seringueiros foram mantidas. “O Contrato-Padrão, que regulava sobre as relações entre patrões e seringueiros, apesar de introduzir benefícios sobre o processo de trabalho e medidas protecionistas para o trabalhador, não teve o desdobramento esperado” (*ibidem*, p.110).

Parte dos rendimentos dos patrões iam para os bancos, o que foi motivo de descontentamento para eles; mas ao mesmo tempo recebiam em investimentos e, com isso, tinham “maior liberdade” para comprar mercadorias e abastecer o seringal. O banco passou a controlar a produção através da legislação sobre as relações de trabalho, que contemplavam o arrendamento, a transferência de seringais e os dividendos oriundos da produção.

Os seringueiros foram afetados pela falta de informação. Esteves (2010) ressalta que seringueiros raramente tinham acesso ao Contrato-Padrão firmado entre patrões e o banco. A socióloga conta que, como estratégia, o patrão passou a se apropriar “[...] desse instrumento em benefício próprio, utilizando as cláusulas que lhe favoreciam para coibir o seringueiro” (*ibidem*, p.110).

Porém, o controle da produção e venda da borracha realizados pelo banco abriu um precedente para as famílias seringueiras exigirem controle sobre suas movimentações no barracão. Com isso, sua conta na caderneta se transformou em um talonário e os seringueiros passaram a exigir de seus patrões o pagamento em dinheiro e no ato de entrega da borracha, o que na prática não ocorria com frequência. Como a maior parte dos seringueiros não sabia ler, esse talonário servia como um documento que comprovava a produção gomífera e o direito de permanência na colocação.

Finda a Segunda Guerra Mundial, o aumento da produção foi irrisório. Em 1942, a produção gomífera registrou 16 mil toneladas, e cinco anos depois foram produzidas 24 mil e 600 toneladas de borracha. Para Almeida *et. al.* (2002, p.125), “[...] a real importância da Batalha da Borracha estava no reconhecimento dos interesses regionais dos patrões de seringais pelo governo federal”[222]. A Constituição de 1946

[222] Na avaliação de Ianni (1979a), é a partir do ano de 1942 que uma maior presença do Estado inaugura uma fase de promoção de políticas na região amazônica, calcadas na ideia de “desenvolvimento econômico”. Nas palavras do sociólogo (*ibidem*, p.58): “A partir de 1942, cresceu de

anexou que 3% do orçamento federal deveria ir para a Amazônia e, no ano seguinte, prorrogou o monopólio do Estado sobre o comércio da borracha. Em 1950, o controle governamental se estendeu sobre o comércio e o preço da borracha ao Banco de Crédito da Amazônia (DUARTE, 1986; ALMEIDA *et. al.*, 2002).

O custo para os patrões e arrendatários dos seringais será a realização de uma "hipoteca" da propriedade como condição do empréstimo. Entretanto, grande parte das terras acreanas não eram tituladas (alguns títulos se encontravam inclusive nos cartórios do estado do Amazonas e na Bolívia), e a garantia do financiamento bancário, do crédito oficial, estava na lei do monopólio estatal da borracha. Este era o instrumento jurídico que servia de garantia a todas as operações de financiamento das atividades da produção gomífera. Com o endividamento crescente, os patrões tiveram hipotecados seus seringais, o que nos anos seguintes iria facilitar a compra das terras a preços irrisórios pelos "paulistas" (DUARTE, 1986; VALVERDE *et al.*, 1989; PORTO-GONÇALVES, 2003).

Mesmo com o financiamento dos seringais pelo Estado, o cotidiano das famílias no seringal será de articulação entre as práticas agrícolas, a extração da borracha, da castanha, a coleta na floresta e a caça de animais. A produção da borracha garantirá o acesso às mercadorias que a família não consegue produzir, ou garante o pagamento da renda pela utilização das estradas.

No período do Pós-Guerra, foram desenvolvidas várias políticas para a criação de seringais de cultivo na Amazônia. Ora, se a produção racionalizada havia obtido êxito na Ásia, por que esse feito não poderia se repetir aqui? Assim, na década de 1920 é instalada a Fordlândia no Vale do Tapajós, em Santarém. A empreitada fracassou – como os caboclos bem alertaram, pois sabiam que a *Hevea brasiliensis* deveria ser combinada com outras espécies para conter a ação da praga *Microcyclus ulei* (HETCH, COCKBURN, 2010).

Com a esperança de superar essa experiência malfadada, em 1972 é lançado o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR). Como o hiato entre a produção de borracha sintética e natural aumentava com o passar das

---

modo mais ou menos ininterrupto a presença do poder estatal nos problemas da Amazônia. Além dos desenvolvimentos e rearranjos das organizações administrativas dos governos dos estados, territórios e municípios, o Estado tem sido cada vez mais presente e ativo na região. Problemas econômicos, em geral, e financeiros, em particular, provocaram a participação crescente do poder estatal na criação de órgãos, adoções de diretrizes e implementação de decisões".

décadas, e a indústria - em especial a de pneumáticos - aumentava o seu descontentamento, o Estado decidiu intervir na situação.

Gerenciado pela Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA) com os recursos provenientes da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (TORM) – que previa a cobrança de 5% *ad valorem* para borrachas não produzidas no Brasil – e com assistência técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o PROBOR definiu duas frentes de ação com o objetivo de aumentar a produção de borracha natural: o incentivo à implantação de seringais de cultivo, e o investimento na recuperação de seringais nativos da Amazônia.

A EMBRAPA (1977) diagnostica que, na década de 1970, 80% da borracha natural brasileira era proveniente dos seringais nativos da Amazônia. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1974, o Acre era o maior produtor desta borracha, sendo que no estado do Acre a extração vegetal era a atividade econômica mais difundida e a maior fonte de renda local.

A decadência da atividade gomífera atingia especialmente a família seringueira. Entretanto, as três etapas do PROBOR (1972, 1977 e 1982) privilegiaram o seringalista, nomeado nos documentos oficiais como “empresário”, e seu seringal, descrito como uma “empresa” (EMBRAPA, 1977). Dessa forma, as famílias seringueiras não eram priorizadas; muito pelo contrário, eram *invisibilizadas* nos documentos públicos. O documento produzido pela EMBRAPA, intitulado “A borracha acreana: PROBOR II” (1977), em vez de dar voz ao seringalista, refere-se a ele evocando o *known how* do “homem simples” cuja utilidade está restrita à atividade gomífera:

> O seringalista acreano tem sido um grande ausente no grande palco sobre as decisões a borracha e sobre a legitimidade das terras que sempre ocupou. A classe tem se sentido desprestigiada, pois nas grandes e importantes decisões para a região não tem sido ouvida. Nesta oportunidade que se lança o II PROBOR no Acre, apresentamos o depoimento de alguns seringalistas tradicionais de Rio Branco. São pessoas de larga experiência pela vivencia que tiveram em decênios de trabalho ferrenho na exploração da seringueira e já contribuíram com centenas de toneladas de borracha para o Brasil. Não alimentam mais esperanças na reativação do seringal nativo dentro dessa atual estrutura. Mas ainda acham possível o reaparecimento do velho seringal e o aumento da produção acreana de borracha. Por esta razão, e de muita importância para as autoridades responsáveis pelo problema da borracha a meditação sobre as palavras reais e sinceras do homem simples que é o Seringalista” (EMBRAPA, 1977, p.8).

Almeida (1992) enfatiza que quem mais se dedicava à atividade gomífera era família seringueira, mas ela só foi incluída no PROBOR em sua última etapa, num segmento com investimento ínfimo.

Por meio de financiamentos do Banco do Brasil e do BASA, seringueiras foram clonadas, mas esse processo bioquímico não foi a regra. Como Duarte (1986) aponta em seu trabalho, os seringalistas preferiam usar o dinheiro na compra de novas terras. Assim, o programa foi um fracasso, como Almeida (1993) também argumenta, e o seringalista (tanto no período do auge da atividade gomífera, quanto em sua decadência) nunca investiu seus recursos na plantação de seringueiras ou na revitalização dos seringais[223].

Valverde *et al.* (1989), em uma pesquisa de fôlego realizada pelo IBGE, vai ao encontro das conclusões de Almeida (1992) e diz que o investimento deveria ter sido na família seringueira para que a política tivesse sucesso.

Em 1987, o PROBOR foi encerrado e a atividade gomífera perdeu para uma outra produção. A transferência dos investimentos estatais da borracha para a agropecuária provocará profundas mudanças no território amazônico. Nesse momento, a mata passa a ser derrubada e as famílias são expulsas de suas colocações para a territorialização da propriedade privada: o latifúndio.

Da luta pela terra à luta por território: a reforma agrária para o seringueiro

Com o golpe militar, fruto de um pacto entre capitalistas e militares, ocorrido em primeiro de abril de 1964, serão engendradas mudanças profundas no território brasileiro. Um projeto de desenvolvimento econômico será formulado especialmente para a Amazônia. O modelo dependente de transferência de capitais será mantido; o que muda são os setores que receberão os investimentos, bem como a forma de apropriação privada das terras devolutas, a partir da incorporação de novos sujeitos sociais (IANNI, 1979b).

---

[223] "However, a basic flaw in the policy lay in the fact that it was based on the Amazonian patron-trader class. No patron had ever invested his own resources in rubber tree cultivation, neither during the boom years nor in the period of decline that followed, and much less during the post-war. Rubber tappers, who now operated their holdings through a combination on extraction, agriculture and collecting, were largely ignored" (ALMEIDA, 1993, p.53).

A extração da borracha – baseada nas relações forjadas pelo sistema de aviamento – e sua estrutura fundiária serão apontadas como obsoletas pelo Estado e pelos agentes econômicos. A partir de uma leitura dualista, que separa o mundo entre o arcaico e o moderno, os militares enunciarão para o Brasil que as mudanças na Amazônia vêm para modernizá-la e desenvolvê-la.

O discurso modernizador apontava que as relações sociais de produção e os regimes de propriedade não capitalistas deveriam ser superados. Entretanto, a estrutura fundiária concentrada (representada pelo latifúndio) não será atacada pelas políticas - ao contrário, reforçava-se a lógica histórica patrimonialista.

Para garantir a acumulação capitalista na Amazônia, uma estrutura burocrática dentro do Estado deveria ser alterada em prol de um segmento de classe. Segundo Ianni (1979b, p.24-25), "[...] a ditadura, 'modernizou' ou 'aprimorou' as instituições e as 'estruturas' econômicas e políticas do Brasil, de modo a garantir altos índices de acumulação de capital".

De acordo com Oliveira (2013), esse *ethos* ou vocação planejadora do Estado brasileiro não é algo restrito ao período militar. Desde o Estado Novo (1930-1945) já se assistia a uma concentração de energias na produção de órgãos e políticas de desenvolvimento econômico. O que se presencia na ditadura militar, para Ianni (1979c), é a expressão máxima e autoritária da forma planejadora, que centraliza no Estado o papel de organizar, distribuir e executar políticas públicas.

Mas antes de executar as políticas públicas, era necessário organizar as finanças estatais. Como já vimos, em 1942 é criado o Banco de Crédito da Borracha S.A., fruto da transferência de capitais norte-americanos na Batalha da Borracha. Em 1950, o Banco de Crédito da Borracha S.A. passa a se chamar Banco de Crédito da Amazônia S.A., ampliando as suas linhas de atuação para outros segmentos produtivos.

Em 1953, cria-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cuja finalidade era de definir objetivos e meios para atuar no planejamento na região amazônica. Com vistas à execução do Plano de Valorização Econômico, é elaborado um amplo espectro de políticas, que vão desde investimentos industriais na agricultura e na mineração até a criação de um plano viário e de um modelo de ocupação das terras.

Em 1960, é inaugurada a rodovia Belém-Brasília, que causa um enorme impacto no cotidiano dos indígenas e camponeses que ocupavam as áreas de várzea e terra firme da Amazônia Oriental.

No mesmo ano do golpe militar, é formulado o Estatuto da Terra[224]. Como já expusemos em nosso texto, a desigual distribuição fundiária, aprofundada pela criação da propriedade privada capitalista da terra, está relacionada ao conflito entre os regimes de propriedade capitalista e não capitalista. Com os ecos das insurgências camponesas e a luta pela reforma agrária na zona da mata nordestina, segundo Martins (1980, 1985, 1986b), o Estatuto surge, supostamente, para definir, caracterizar e solucionar os problemas decorrentes da concentrada estrutura fundiária.

A questão agrária passaria a ser olhada pelo Estado como um problema a ser resolvido: argumenta-se que toda propriedade da terra deve cumprir sua função social, caso for comprovado que a terra é improdutiva e que o seu uso não é para fins sociais deve culminar na desapropriação. Contudo, o tópico sobre a reforma agrária presente no Estatuto da Terra é ofuscado pelo princípio da propriedade privada da terra. De acordo com Martins (1985, p.71-72), “o Estatuto não preconiza a desapropriação por interesse social, a não ser em caso de tensão social, sobretudo tensão social grave. O Estatuto preconiza como solução para o campo a criação da empresa”.

O Estatuto da Terra define quatro modalidades de estabelecimentos rurais: o minifúndio, a empresa, o latifúndio por exploração e o latifúndio por dimensão. Nas leituras de Martins (1980, 1985, 1986b) e Ianni (1979a, 1979b, 1979c), será a empresa a modalidade fundiária beneficiada em detrimento do de outros tipos de propriedade. Os dois sociólogos (MARTINS, 1980; IANNI, 1979c) revelam que tanto a política fundiária, quanto a creditícia favoreceriam o desenvolvimento da industrialização da agricultura em grandes porções de terra. Vale ressaltar que embora a lei apresente os seus avanços, o estatuto da propriedade privada da terra não é ameaçado, pois os latifúndios (por exploração e por dimensão) não serão condenados à fragmentação.

A política de colonização irá se sobrepor à de reforma agrária, como já expressamos antes. “O Estatuto reserva uma região do país, as chamadas zonas pioneiras, para acomodar os produtores das áreas de tensão que devessem ser

[224]Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. IN: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> (último acesso em 11/06/2017).

removidos devido aos conflitos" (MARTINS, 1985, p.72). Em vez de se realizar a reforma agrária nas áreas de conflito, a Amazônia é eleita como a região para acomodar as famílias expulsas pelo processo de concentração fundiária, principalmente no Centro-Sul.

Em 1966, a SPVEA é substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e o Banco de Crédito da Amazônia S.A é substituído pelo Banco da Amazônia S. A. (BASA). Dessa forma, o governo federal proporciona um maior dinamismo para os empreendimentos nos setores agrícolas, pecuários, industriais e mineradores. Além da coordenação e da supervisão dos programas para a Amazônia, é criado um conjunto de incentivos fiscais e financeiros para a atração de investidores nacionais e estrangeiros.

A opção pela empresa rural é reafirmada com a criação da SUDAM e da estrutura financeira e creditícia que a ampara. Outras formas de ocupação e outros regimes de propriedade não eram reconhecidos, e muito menos se previa o seu reconhecimento e a sua regularização. Em detrimento da ocupação pretérita, a lógica e os regimes de uso e apropriação da natureza previstos na ditadura militar – como os projetos de colonização realizados por empresas ou pelo Estado – serão chamados de "ocupação racional e ordenada".

Nas mesas dos planejadores, a Amazônia era representada como um mapa em branco, no qual se dispunham projetos mineradores, agropecuários, industriais e onde eram traçadas rodovias (AB'SABER, 1992, 2004):

> Por dezenas de anos, a partir da década de 60, a Amazônia foi apresentada ao mundo ocidental como uma região uniforme e monótona, desprovida de diversidade fisiográfica e ecológica. Um espaço, enfim, sem gente, sem história, passível de qualquer manipulação por meio de planejamentos feitos a distância, ou impunemente sujeito a propostas de obras faraônicas, vinculadas a um falso conceito de desenvolvimento (AB'SABER, 1992, p.50).

"Para o governo limpar esses seringais, a forma mais fácil foi ignorar seu morador; a saída mais fácil, para a qual não tinha dor de cabeça, era dizer que no mato ninguém morava[225]", enfatiza o seringueiro Antonio Jacinto, morador até hoje do Seringal São Francisco, em Assis Brasil.

O consenso entre os pesquisadores Ianni (1978, 1979a, 1979b, 1979c), Martins (1980, 1985, 1986b), Valverde *et al.* (1989), Oliveira (1989) e Ab'Saber (1992, 2004) é de que a imagem da Amazônia inabitada e com uma paisagem homogênea

[225] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

facilitou a execução das políticas públicas, dispensando a necessidade de elaborar uma justificativa melhor para a sociedade. Na prática, para esses autores (*ibidem*), a sobreposição de rodovias, hidroelétricas, projetos de mineração e a propriedade privada da terra puseram em xeque a questão da reforma agrária.

A questão agrária (que, nos discursos políticos dos militares, estava localizada no Nordeste) passa a ser tópico também nessa região "vazia". Para Ianni, é principalmente em 1964 que a luta pela terra começa a ganhar força na Amazônia (1979c, p. 134-135):

> Desde o primeiro momento, as políticas governamentais adotadas para a Amazônia provocaram a generalização da luta pela terra. A geopolítica e o desenvolvimento extensivo do capitalismo na região recolocaram o problema da ocupação, colonização e integração de terras devolutas, tribais. De fato, havia terras desocupadas. Mas já eram muitas as terras-do-sem-fim ocupadas por comunidades indígenas e núcleos caboclos amazônicos. Desde os tempos das "drogas-do-sertão" e do "ciclo-da-borracha", foram muitos os núcleos de caboclos, seringueiros, roceiros, criadores e coletores que se mesclaram e confundiram com os membros de comunidades indígenas. Em 1964, portanto, a Amazônia não era um mapa em branco.

Em 16 de junho de 1970, por meio do decreto-lei n°1.106, o governo militar cria o Programa de Integração Nacional (PIN). Dando continuidade ao plano rodoviário dos anos 1950, o programa previa o traçado de diversas rodovias em direção à Amazônia Legal. No mesmo ano é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com os objetivos de execução da reforma agrária e de projetos de colonização, e no ano seguinte (1971) é criado o Programa de Redistribuição de Terras e Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), que planejava o assentamento de famílias provindas de outras regiões ao longo das rodovias.

Uma frente de expansão constituída por famílias camponesas, expropriadas de suas regiões de origem, direciona-se para a Amazônia conforme as rodovias são traçadas no chão da floresta. Com o objetivo de acessar a terra, e, assim, garantir as condições mínimas para a (re)produção familiar, um contingente populacional ocupa principalmente as áreas de terra firme. O camponês posseiro se transforma em camponês migrante, garantindo que as regiões originárias das famílias camponesas continuem com uma estrutura fundiária concentrada (MARTINS, 1986).

As rodovias Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e Manaus-Caracaraí, junto com a Belém-Brasília, recortariam a região e facilitariam o processo de apropriação das terras por empresários e industriais. A fala de Osmarino

Amâncio Rodrigues, ex-presidente do STR de Brasiléia e ex-secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), expressa essa questão:

> [...] a abertura das rodovias na Amazônia foi uma das maiores desgraças para o povo que morava nesses rincões. Um seringueiro que só conhecia o varadouro e o rio para se transportar, percebeu que com a abertura das estradas vinha junto a grilagem, a violência, o latifúndio e o boi. Era fácil traçar uma linha reta e tombar a floresta, porque para o governo ninguém morava no Acre[226].

No ano de 1968, a BR-364 chegava à cidade de Rio Branco, ainda um embrião do Seringal Nova Empresa. Até aquele momento, o único jeito de aportar no estado era pela sua trama de rios. O aparente isolamento passa ser superado com a chegada dos primeiros caminhões, que trazem mercadorias e pessoas do Centro-Sul do Brasil (Valverde *et al.*, 1989).

O governador do Acre, Wanderley Dantas (1970-1974), convidava os empresários com anúncios no jornal "a plantar no Acre e exportar para o Pacífico" (CUNHA; ALMEIDA, 2017, p.274). As "porteiras do Acre" (DUARTE, 1986, p.55) foram abertas aos interessados em comprar terra e plantar pasto, apesar de não terem a obrigatoriedade de criar gado. Segundo Osmarino Amâncio Rodrigues:

> Depois do Dantinha [apelido do ex-governador Wanderley Dantas], a vida no seringal nunca mais será a mesma. O seringueiro se deu conta de que existia uma das disputas mais importantes no capitalismo: a terra. Ele foi percebendo que a disputa pela terra, para o paulista, tinha um objetivo bem diferente do que se conhecia. Para nóis, seringueiros, para que serve a terra? Para dar alimento e moradia para a família. Para que serve a terra para o paulista? Para especular, ganhar dinheiro. Tanto é isso, que quem foi bem sabido comprou terras a "preço de banana" na Brasiléia e vendeu depois por uma fortuna. Plantar pasto é o maior engodo que fui aprender, é para ficar na estatística do INCRA que a terra é produtiva. A questão que fica é: dá para alimentar uma família com capim?[227]

De acordo com Duarte (1986) e Valverde *et al.* (1989), que analisaram os relatórios da SUDAM, do BASA e do Banco do Brasil, o Acre, jovem estado da federação[228], foi o local que menos recebeu investimentos e o que menos teve projetos oficiais na Amazônia Legal. Ambos os autores (*ibidem*) explicam que era preciso comprovar a propriedade da terra para obter isenção fiscal e crédito no Estado – exigência quase impossível no caso das terras acreanas, pois os poucos títulos que havia encontravam-se em cartórios amazonenses e bolivianos[229]. Em compensação,

---

[226] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[227] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[228] Até 1961, o Acre era território federal.
[229] "[...] deve-se somar, para aumentar a complexidade do problema jurídico-fundiário acreano, o fato de haverem as terras do atual Estado do Acre pertencido sucessivamente à Bolívia, ao Amazonas, e

o estado do Pará foi o que mais concentrou capitais e projetos agropecuários e mineradores. Entretanto, apesar de o Acre estar em uma condição ofuscada, criou-se na Amazônia como um todo um ambiente propício para a expansão da chamada "frente pioneira" (DUARTE, 1986; VALVERDE *et al*., 1989).

Em 1972, para acelerar o processo de regularização fundiária, o governador Wanderley Dantas assina um convênio com o INCRA. Boa parte das terras acreanas estão na faixa de fronteira e nos domínios das rodovias federais, o que obriga o governo federal a se encarregar do reconhecimento, da discriminação das terras devolutas e da sua regularização fundiária. A opção, expressa com clareza no convênio, seria pelo incentivo da ocupação dessas áreas com fazendas e projetos de colonização, como o advogado fundiário Francisco Costa do Nascimento[230] (na época funcionário do INCRA-Acre) explica:

> [...] a questão fundiária no Acre tinha uma peculiar problemática: como se sabe, grande parte do estado nos anos 1970 era seringal. O seringal tem uma lógica própria; ou melhor, uma medida própria, pois quando vamos buscar nos cartórios os poucos documentos de propriedade do seringal, aparecem expressos o número de colocações e estradas pelos quais o seu valor era definido. Pois bem: quando começamos o trabalho de reconhecimento e regularização fundiária, o seringal estava se transformando em fazenda ou em cidade. A medida era outra, o valor da propriedade era pelo seu tamanho, fosse em hectares ou em metros quadrados. Os que chegavam e compravam o seringal, com a derrubada da floresta, a limpeza do terreno e a plantação de pasto, mudavam a medida da propriedade ao buscarem os cartórios para fazer o seu registro. Isso mostra que a questão fundiária estava mudando. O papel do INCRA, naquele momento, era focar em dois tipos de ocupação da terra: a fazenda e a colônia, de modo que o seringal e quem morava dentro dele - o seringueiro e a sua colocação - não eram contemplados por esse convênio. O governador Wanderley Dantas queria deixar o caminho facilitado para um tipo de política econômica (o boi), e para um tipo de propriedade (o latifúndio)[231].

A transformação da terra em propriedade capitalista privada implicava a conversão do seringal em fazenda, o que propiciava um ganho de terra ainda maior. Como mostra a equipe do IBGE (Valverde *et al*., 1989) e o advogado Francisco Costa do Nascimento, o "esticamento" era muito comum, processo que ocorria quando o seringal era adquirido sem que se soubesse a delimitação exata de sua área, mas

---

ao Estado Independente do Acre (conforme fora declarado o Território no período pós-revolucionário). Assim, existem títulos de propriedade outorgados pela Bolívia, pelo governo de Plácido de Castro, e cerca de 2.000 títulos expedidos pelo Estado do Amazonas" (VALVERDE *et al*., 1989, p.130).

[230] Francisco Costa do Nascimento, paulista de origem, atuou por quase 40 anos como advogado no INCRA-Acre. Ele atualmente trabalha no INTERACRE, na parte de regularização fundiária. No estado do Acre, é reconhecido pelo seu vasto conhecimento sobre a questão agrária e fundiária, razão pela qual hoje defende a execução de cadeias dominiais de antigos seringais, na divisa do Acre com o estado do Amazonas.

[231] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

ainda assim ele era registrado no cartório com uma área muito maior, para que o dono conseguisse anexar áreas adjacentes. “Com a conveniência de cartórios, essas áreas passam a figurar no Livro de Registro das Propriedades Imóveis, embora, em regra, os compradores não disponham de provas de real validade do título de propriedade” (VALVERDE, *et. al.*, 1989, p.130).

Talvez a possibilidade de auferir uma renda diferencial animasse mais os capitalistas que grilavam as terras devolutas ao longo dos trechos mais antigos das rodovias na Amazônia Legal. Mas como mostrou o estudo do IBGE (1989) comandado pelo geógrafo Orlando Valverde, os dados cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do IBGE apontavam que, entre os anos de 1969 a 1977, cerca de 80% das terras acreanas haviam sido vendidas a investidores de outras regiões. Isso significa que a BR-364 e a BR-317, mesmo em construção, já incentivavam a grilagem e a especulação nas terras acreanas. Essa hipótese se comprova no trabalho de Duarte (1986): o historiador menciona que entre os anos de 1970 e 1977 houve uma valorização do preço das terras acreanas estimada em torno de 2000%.

Os seringalistas, com reduzidos financiamentos do BASA, dificuldades de manter o sistema de aviamento e devendo para os bancos, decidem vender os seringais como alternativa para sair da crise. De 1970 a 1974, foram vendidos seringais que somavam 4.290.930 hectares – cerca de 30% da área total do estado do Acre – a 284 empresários e proprietários de terra. Aproximadamente 32% dessa área foi adquirida por apenas quatro proprietários (DUARTE, 1986).

Por mais que o Estatuto da Terra alegasse que a empresa rural seria a prioridade, na prática o que se constatou foi o incentivo oficializado da especulação, da grilagem e da apropriação privada das terras devolutas. Na Amazônia e no estado do Acre se observou o processo de concentração fundiária e a consolidação do latifúndio. Empresários, industriais e banqueiros do Centro-Sul eram convidados a comprar as fartas e férteis terras da Amazônia a preços ínfimos. A terra, para os empresários, seria uma espécie de “reserva de valor”.

“Até 1971 a terra valia muito pouco no Acre” (VALVERDE *et al.* 1989, p.130), afirma a equipe do IBGE responsável pelo primeiro grande estudo sobre a ocupação do estado. No ano de 1968, os primeiros técnicos da instituição dirigiam-se às terras acreanas quando identificaram, ao longo do primeiro trecho da BR 364, sinais das

primeiras derrubadas para a formação de pastagens. Nesse mesmo ano, o primeiro lote de gado Nelore proveniente do Pará aportava nas margens do rio Purus.

Os primeiros peões – do Sul do Mato Grosso e do Sudoeste do Paraná – chegavam de ônibus pela estrada de terra batida no período do verão, e os técnicos (VALVERDE *et al.*, 1989) reportavam que grande parte não possuía nenhum documento (sabiam apenas que seriam encarregados de derrubar a mata e ajudar a plantar o pasto).

O contrato firmado entre o gato e o peão era de que a floresta fosse derrubada para plantar capim. Enquanto era esperado o crescimento do pasto, era permitida a plantação de uma roça (arroz, feijão, milho, mandioca). Numa condição de exploração e insegurança – causada pela relação de aviamento –, o peão seguia para uma outra área conforme as tarefas eram cumpridas. No ano de 1976, segundo a Delegacia do Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), havia nas terras acreanas cerca de dois mil peões (VALVERDE, *et al*. 1989).

Em 1975, os técnicos do IBGE (VALVERDE *et al.*, 1989) descreveram que o desmatamento e a presença das fazendas tornavam-se mais comuns ao longo das BRs 364 e 317 a cada dia que passava. E os geógrafos se perguntavam: que fim teve a mata bruta?

> Em 1968, pois, era o seringueiro também um lavrador. Seu interesse pelo seringal estava no fato de que nele trabalhava três dias por semana, que lhe permitiam adquirir no mercado, produtos essenciais que ele próprio não podia produzir. Eventualmente trabalhava na lavoura, como empregado, com o mesmo objetivo. E teria outras atividades: caça, pesca, lavora de subsistência, coleta de frutos, que lhe assegurariam a sobrevivência. Em 1975, ele abandona, maciçamente, o seringal (VALVERDE, *et. al.* 1989, p.198).

Em campo, constatamos que o processo de esfacelamento das relações sociais de produção no seringal foi muito anterior à chegada da BR e do latifúndio. Para as famílias entrevistadas, o processo se inicia quando se percebe que o patrão não consegue mais suprir o barracão com as mercadorias, e que a compra da borracha já não é garantida como ocorrera nas décadas anteriores. Para os seringueiros do Alto Acre e do Purus, antes da notícia de que o seringal havia sido vendido para o paulista, já apareciam sinais de que a relação patrão-seringueiro havia se desgastado.

Ouvimos dos entrevistados que, entre as décadas de 1960 e 1970, além dos barracões vazios, situações extremas como o próprio patrão se recusar a comprar borracha já tinham ocorrido, de forma que nem o proprietário do seringal parecia

“protegê-los” da insegurança. Esse período é marcado pela entrada de um grande número de marreteiros e pela venda do legume, da farinha de mandioca e da borracha nas cidades.

Não se sabia o motivo por que o patrão vinha perdendo o investimento para garantir o sistema de aviamento. Não se sabia que os patrões não pagavam os preços da borracha estipulados pelo Estado. Não se sabia que os patrões, ao receberem o investimento do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR), haviam optado por comprar terras em outras regiões, ou por direcionar o dinheiro para outros gastos. Não se sabia que os patrões tinham dívidas, nem que o seringal era a garantia do “finanço[232]”.

Os seringueiros dependiam cada vez mais do marreteiro. Em muitas entrevistas, ouvimos falar sobre a cobrança abusiva dos regatões e sobre a perda do valor da borracha no mercado, onde ela já não despertava tanta procura. Os seringueiros iam à cidade em busca de lugares que pudessem se interessar pela borracha e não encontravam quem a quisesse comprar. Alguns entrevistados contam que a vontade era de deixar o produto na cidade e voltar para casa sem a borracha mesmo. Os seringueiros eram tomados por uma grande sensação de impotência, pois dedicavam-se muito à confecção da péla e da prancha e ainda assim tinham dificuldade de escoar seus produtos. Muitos alegavam estar numa “situação sem volta”. O que dava para fazer para obter as mercadorias industrializadas era trocar com o marreteiro o “legume” e a farinha de mandioca, ou vender esses itens na cidade (pequenos centros urbanos como Rio Branco, Xapuri, Brasileia, Assis Brasil e Sena Madureira precisavam do abastecimento de gêneros alimentícios).

Nesse momento, a saída pela reforma agrária ainda não tinha sido desenhada no horizonte de resistência. Para garantir tanto o fornecimento de mercadorias quanto a compra da borracha, diversas estratégias em distintos níveis de organização foram traçadas. Alguns compadres se juntavam para levar à cidade o legume e a borracha, com o intuito de formar um comboio para fazer um negócio melhor do que o proposto pelo marreteiro. Temos que ressaltar que o escoamento pelo varadouro – especialmente no período mais chuvoso – era trabalhoso, já que não havia muitos animais de carga e o trajeto até a cidade podia levar até dias. Por isso, os percalços eram atenuados quando eles se deslocavam em grupo.

---

[232] Os seringueiros se referem ao financiamento bancário como “finanço”.

As desobrigas[233] realizadas até os anos 1960 no Acre eram tradicionalmente financiadas pelos patrões. Segundo Porto-Gonçalves (2003, p.409):

> Era ali que o padre reunia os seringueiros, sob as vistas do patrão, onde rezava as missas, casava, batizava e fazia todos os demais sacramentos. Era na casa do patrão que ele dormia e comia e era no batelão, na gaiola ou no *vaticano* de algum comerciante de alguma casa aviadora ou de algum seringalista-comerciante que subia e depois descia os rios para as desobrigas (Grifos do autor).

Porém, especialmente a partir dos anos 1970, a prelazia do Vale do Rio Acre e do Purus passa por profundas mudanças. A adoção da Teologia da Libertação como uma linha de trabalho e a vinda dos padres e missionários a comando de Dom Moacyr Grechi[234] configura um plano de ação direcionado aos segmentos da sociedade mais desassistidos, como os indígenas e os seringueiros. “A escolha dos pobres atravessa como uma linha vermelha todo o nosso Plano da Pastoral, e isso é certo e bom. Não há como arredar o pé dessa decisão. Ela é a resposta viva da nossa Igreja ao apelo de Deus, escrito nos sinais dos tempos”[235], afirma Dom Moacyr, no ano de 1977.

A partir de meados dos anos 1960, as desobrigas do padre italiano Paolino Baldassari[236], de Sena Madureira, pelos vales do Acre e do Purus, vão evidenciando o estado de completo abandono das famílias. A escolha do rumo de seu pequeno batelão era atender os indígenas e seringueiros dos rios Iaco, Acre, Caetés, Macauá, Chandless e do Purus. Além de realizar missas, batizados e casamentos, o padre também traz remédios e realiza consultas médicas.

Em uma de suas muitas desobrigas no rio Iaco, o padre, junto com duas missionárias italianas (Inez e Silvia, uma enfermeira, e a outra professora), adentram diversos seringais e percebem que os barracões estão vazios e/ou marcados pela epidemia de doenças como a lepra.

O estado de crise no Seringal Icuriã chama a atenção das missionárias nos anos 1970: o patrão BBA havia falecido em 1965, no porto do Icuriã, ao retornar de Sena Madureira. Quando Padre Paolino e as missionárias retornam, pouco tempo

---

[233] Incursão da igreja católica em regiões de difícil acesso, por meio das quais a catequese e os sacramentos são oferecidos aos pagãos.

[234] Em 1972, o Dom Moacyr Grechi foi escolhido para ser bispo da diocese de Rio Branco pelo Papa Paulo VI. Anos depois, torna-se o presidente da Comissão Pastoral da Terra. Dom Moacyr atualmente mora em Porto Velho e às terças e quintas-feiras atende seus fiéis na Catedral Sagrado Coração de Jesus. Em agosto de 2016, tivemos a oportunidade de visitá-lo e realizamos uma entrevista informal e não gravada, registrada apenas na caderneta de campo.

[235] IN< http://www.diocesederiobranco.org.br/home/wp-content/uploads/2017/05/24.-Outros-Planos-de-Pastoral.pdf> (último acesso em 29/06/2017).

[236] Padre Paolino, italiano, chegou ao estado do Acre no ano de 1963 e se instalou na pequena Sena Madureira. Faleceu aos 90 anos em 2016.

depois, encontram o seringal sem patrão, com dívidas, o barracão com algumas barras de sabão e poucas caixas de fósforo, além de um batelão inutilizado às margens do rio Iaco.

As famílias da margem do Icuriã – responsáveis pela produção da roça – relatam que as famílias do centro – responsáveis pela produção da borracha – passam as piores privações. Além disso, contam que o Seringal Brasil, localizado à montante e na margem direita do rio Iaco, fora vendido e passaria a se chamar Fazenda Brasil. E por último, alertam que os Manchineri e os Jaminawa passam fome e são ameaçados pelos madeireiros que estão próximos ao Igarapé Fundão, que é uma referência à fronteira entre Brasil e Peru.

As missionárias e os padres percorrem os varadouros e notam mudanças que acontecem nos seringais e nas aldeias indígenas enquanto navegam os rios do Acre. Dom Moacyr Grechi conta que havia duas grandes estratégias de atuação da Igreja no Acre: uma buscava reforçar as formas de ajuda mútua já presentes nos seringais, como a superação do sistema de aviamento e a presença do marreteiro; na outra estratégia, que depende das CEB's e ocorre por intermédio do "Catecismo da Terra" e do "Catecismo da Ação Política", são introduzidos e trabalhados tópicos como a alfabetização, o Estatuto da Terra, a reforma agrária, a formação de uma consciência política e a organização dos STRs.

Em 1979, em uma entrevista realizada pelo jornal "O Varadouro", o Padre Paolino expressa que o papel da Igreja seria incentivar a união e a organização dos seringueiros, como forma de superação da desigualdade e da opressão:

> Os seringueiros acreanos precisam tomar consciência de sua situação, devem ser unidos; é preciso muita união para que os seringueiros acreanos possam sair da opressão e da miséria em que se encontram [...]. É preciso que todos os seringueiros se unam em torno dos sindicatos rurais, nas comunidades eclesiais de base. Os seringueiros precisam gritar bem alto e todos juntos, para que as leis sejam cumpridas, as leis que estão no Estatuto da Terra (O VARADOURO, 1979, p.13).

Quando as missionárias Inez e Silvia voltam para Sena Madureira, decidem propor ao Padre Paolino que seja criada uma cooperativa de compra e consumo no Seringal Icuriã. Elas notam que a dinâmica entre as famílias do centro e da margem é extremamente organizada, e que a realização de adjuntos (mutirões) como a abertura de ramais e varadouros, broca de roçados e limpeza dos campos fazem parte do cotidiano daquele povo simples. Em Sena Madureira, as famílias poderiam vender seus produtos e comprar as mercadorias para suprir o barracão e, assim, não

dependeriam mais de marreteiros. O italiano pede às mulheres que tenham paciência, pois em breve deve abordar a questão em um encontro com Dom Moacyr, que ocorrerá na cidade de Rio Branco.

Poucos meses depois, quando o rio Iaco volta a encher, as missionárias retornam ao Icuriã na companhia do contador italiano Giacomo. Elas trazem a notícia que Dom Moacyr decidiu emprestar o dinheiro para a formação da cooperativa, e as irmãs decidem morar no seringal por quase três anos com o objetivo de organizar a produção (além de evangelizar, alfabetizar e tratar os colonheiros e os seringueiros). Sua presença será de suma importância: as falas no Icuriã levantam menções carinhosas aos trabalhos de Silvia e Inez. Segundo Manoel, morador do Icuriã, "se não fossem as italianas, nóis não vivíamos aqui mais!"[237].

No verão de 1978, com o batelão reformado, os compadres e as missionárias dão continuidade ao ciclo da borracha, do feijão, do arroz e da farinha de mandioca, que segue para Sena Madureira. Eles vendem seus produtos na cidade para comprar a mercadoria que enche o barracão, e ao retornar para o Icuriã com a borracha vendida conseguem devolver o dinheiro emprestado pela Igreja.

Devido às altas inflações, o contador italiano propõe uma conversão que possibilite uma troca mais justa entre a borracha produzida no centro pelos produtos da margem. O barracão transforma-se em cantina; lá, as trocas entre as mercadorias e a borracha não visam o enriquecimento de um terceiro. "A cantina da cooperativa era bem diferente do barracão do patrão! O que eu precisasse era anotado certinho, e eu pagava bem menos que o marreteiro cobrava de nóis! Foi bom o tempo da cooperativa!"[238], lembra Seu João Doca, um dos moradores mais antigos do Icuriã da margem.

A dinâmica entre o centro e a margem se manteve como na época do "patrão", porém os seringueiros e colonheiros passaram a estar à frente da administração do seringal. As italianas, ao lado de Giacomo, fizeram uma série de encontros para explicar aos moradores quais eram os fundamentos de uma cooperativa. Segundo Pajoca, primeiro presidente da cooperativa, foi-lhes explicado que práticas de ajuda mútua como os adjuntos eram benéficas para superar as rivalidades entre os seringueiros e os colonheiros e fortalecer a sua união.

---

[237] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[238] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

Manoel, até hoje morador do Icuriã da margem, foi responsável pelo comboio que recolhia as pélas, as pranchas, e que trazia as mercadorias para as famílias do centro. Segundo ele, no total 82 famílias eram cooperadas, sendo que o seu comboio fazia quatro linhas de três seringais (Guanabara, Icuriã e o São Francisco).

Os colonheiros – camponeses e moradores da margem – podiam retirar as mercadorias do barracão a cada quinze dias. Devido à distância do barracão, os seringueiros – moradores do centro – podiam a cada trinta dias receber a sua "feira". O início do ano, que marcava o auge do inverno, era o momento de fechar a conta. Nesse período, o barracão estava com os produtos dos colonheiros e dos seringueiros prontos para serem levados para Sena Madureira. Na volta do batelão da cidade, realizava-se a contabilidade e as famílias começavam a buscar suas mercadorias na margem, ou esperavam os primeiros comboios em direção ao centro virem às colocações.

Pajoca relatou que uma vez ao mês havia reuniões da cooperativa do Icuriã. Entre as pautas, estavam as prestações de conta, a realização dos adjuntos, as festividades, o uso do barco, o cuidado com os animais do comboio, a manutenção de varadouros e do ramal da Primavera (que havia sido feito na enxada pelos cooperados).

A preocupação das missionárias não se encerrou na formação da cooperativa do Icuriã. Buscando uma melhoria nutricional na dieta das famílias, Inez e Silvia introduziram novas práticas agrícolas como as hortas: aos sábados de manhã, realizavam rodas de conversas com as mulheres sobre a saúde sexual feminina, abordando tópicos como métodos contraceptivos e partos caseiros. Elas também combateram a grande incidência do alcoolismo no Seringal Icuriã.

Silvia, Inez e o padre Paolino fundaram a primeira escola no Icuriã. O intuito era tornar os moradores do seringal mais autônomos, a partir do momento em que aprendessem a ler e a fazer contas. Segundo Padre Paolino:

> Além de acabar com o analfabetismo, as escolas dão uma consciência crítica aos seringueiros para reclamarem seus direitos. Sabendo ler, eles puderam ler o "Catecismo da Saúde", o "Catecismo da Terra" e o "Catecismo da Política" feitos pela nossa prelazia (do Acre e Purus); puderam ler o Estatuto da Terra que diz que eles não podem ser expulsos, saber enfrentar os "paulistas". Portanto, através das escolas nossa intenção não era dar apenas uma orientação didática ou religiosa, mas uma orientação de libertação (O VARADOURO, 1979, p.13).

Os tempos já eram outros: o desgaste das relações sociais de produção e de poder dava pistas de que mudanças dentro do seringal estavam por vir. A BR 317,

que saía de Rio Branco e atingiria Assis Brasil, não chegou a afetar o Seringal Icuriã. Os seringueiros e os colonheiros não se depararam com o conflito direto derivado da constituição da propriedade capitalista privada da terra. Entretanto, em suas entrevistas, revelaram que as notícias chegavam rápido dos compadres e comadres que moravam em outros seringais e que estavam sendo expulsos de suas colocações. Como nos revelou Boneca, esposa de João Doca:

> [...] para nóis do Icuriã era esperado que íamos sair de nossas casas. Os companheiros do Seringal Guanabara já tinham sido avisados que a terra não era deles, era do Perigoso. Eu tinha medo de receber essa notícia, como que ia criar os meus filhos sem uma terra para plantar?[239].

Para abrir espaço para a constituição do latifúndio ao longo da BR 317, além dos investimentos, da regularização fundiária e do convite à compra barata da terra, era necessário "limpar" ou "clarear" a área. Os primeiros anos da década de 1970, especialmente nas cidades de Rio Branco, Brasiléia e Xapuri, foram marcados pela expulsão das famílias de suas colocações. O processo civilizatório na fronteira provocou a caminhada de famílias seringueiras em direção às periferias das cidades e aos seringais da Bolívia. Na entrevista com Dercy Teles, ex-presidente do STR de Xapuri, é relatado o impacto do projeto na década de 1970 para Xapuri:

> [...] tu imagina a sensação da família do seringueiro quando ele percebe a abertura de uma rodovia e o estrago que vem junto. A abertura da BR era muito maior do que se sonhava. Junto com ela veio as grandes fazendas, um projeto de desenvolvimento econômico que colocava que a terra era a riqueza. E que, para ter essa riqueza, precisava de duas coisas: o dinheiro e o documento. De cara estava expresso que o seringueiro não era o beneficiário. Um seringueiro, naquela época, nem sabia o que era dinheiro, não sabia o que era um banco, não tinha noção do que era política, governo. A gente vivia em um outro mundo que tinha suas regras, seus códigos, seus costumes: o seringal. Nossos valores eram outros, alimentar a família, morar na sua colocação, coletar a castanha, colher o leite era a nossa vida. De um dia para o outro, a mata era derrubada, a família era expulsa e a chegada na cidade era cruel, descobria que lá se tem que pagar para consumir tudo, que não se produz o que se come[240].

Especialmente nos anos do governo de Wanderley Dantas, os impactos do incentivo à apropriação privada da terra e à sua regularização fundiária foram dramáticos. A transformação do seringal em latifúndio mudava a forma de uso e apropriação da terra, do território e da natureza, alterando profundamente a relação entre sociedade e natureza. Além desse ponto, mudava a função da terra, esta seria concebia enquanto uma "reserva de valor".

---

[239] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[240] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

A imposição de uma territorialidade capitalista sobre a territorialidade pretérita e não capitalista pode ser observada no croqui do seringal Nova Empresa, na cidade de Rio Branco (FIGURA 3), e depois no seu loteamento realizado pelo INCRA (FIGURA 4). Nota-se que o processo de fragmentação – provocado pela criação da propriedade privada capitalista – ocorre em um primeiro momento, e que posteriormente os menores pedaços de terra serão concentrados a partir da venda ou da expulsão das famílias. O convênio entre o INCRA e o governo do estado do Acre (para a cidade de Rio Branco) pretendia o assentamento dos seringueiros expulsos de suas colocações em pequenos lotes de terra.

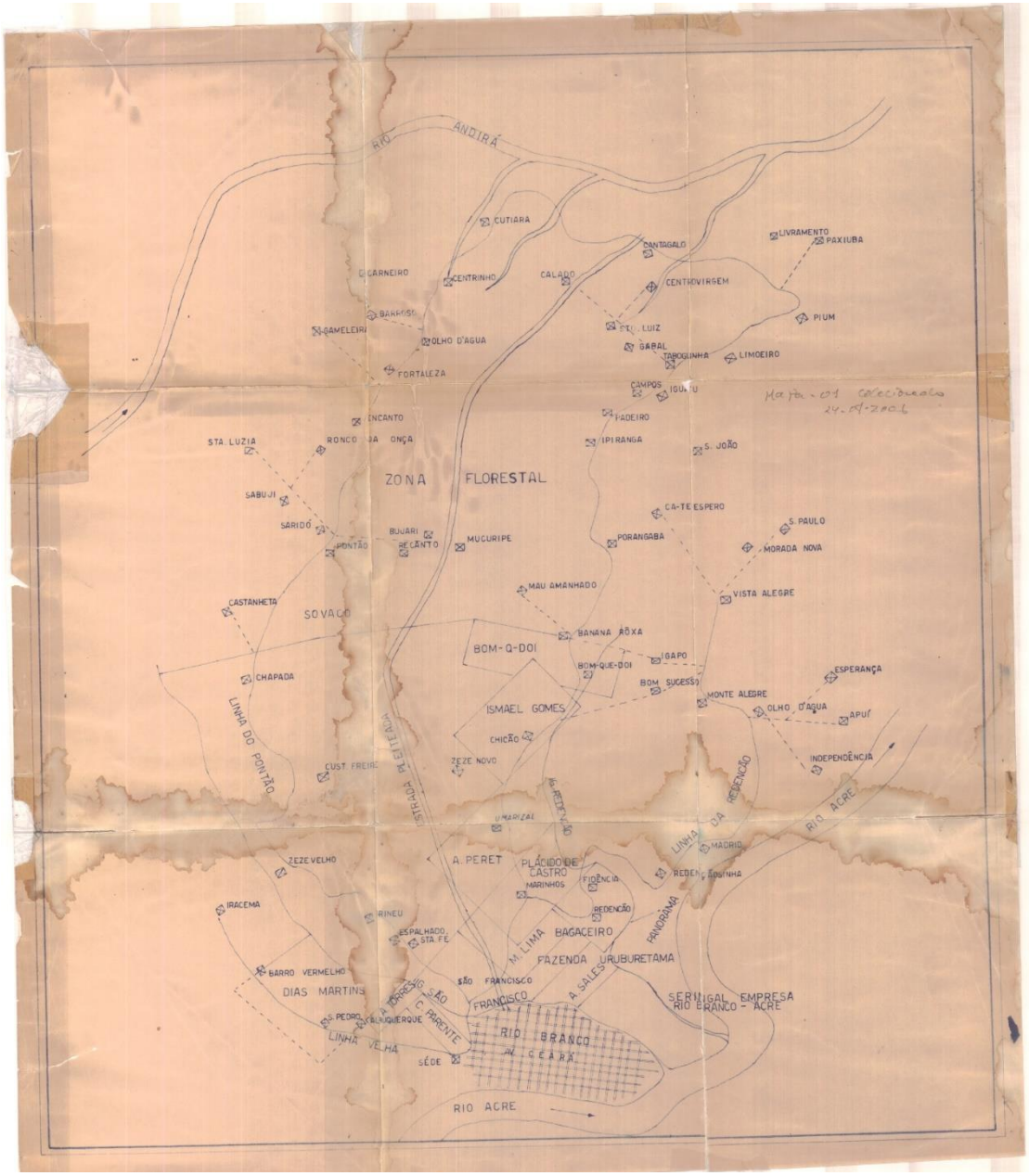


Figura 2: Croqui do Seringal Nova Empresa. Sem data. Fonte: Arquivo INCRA-Acre.

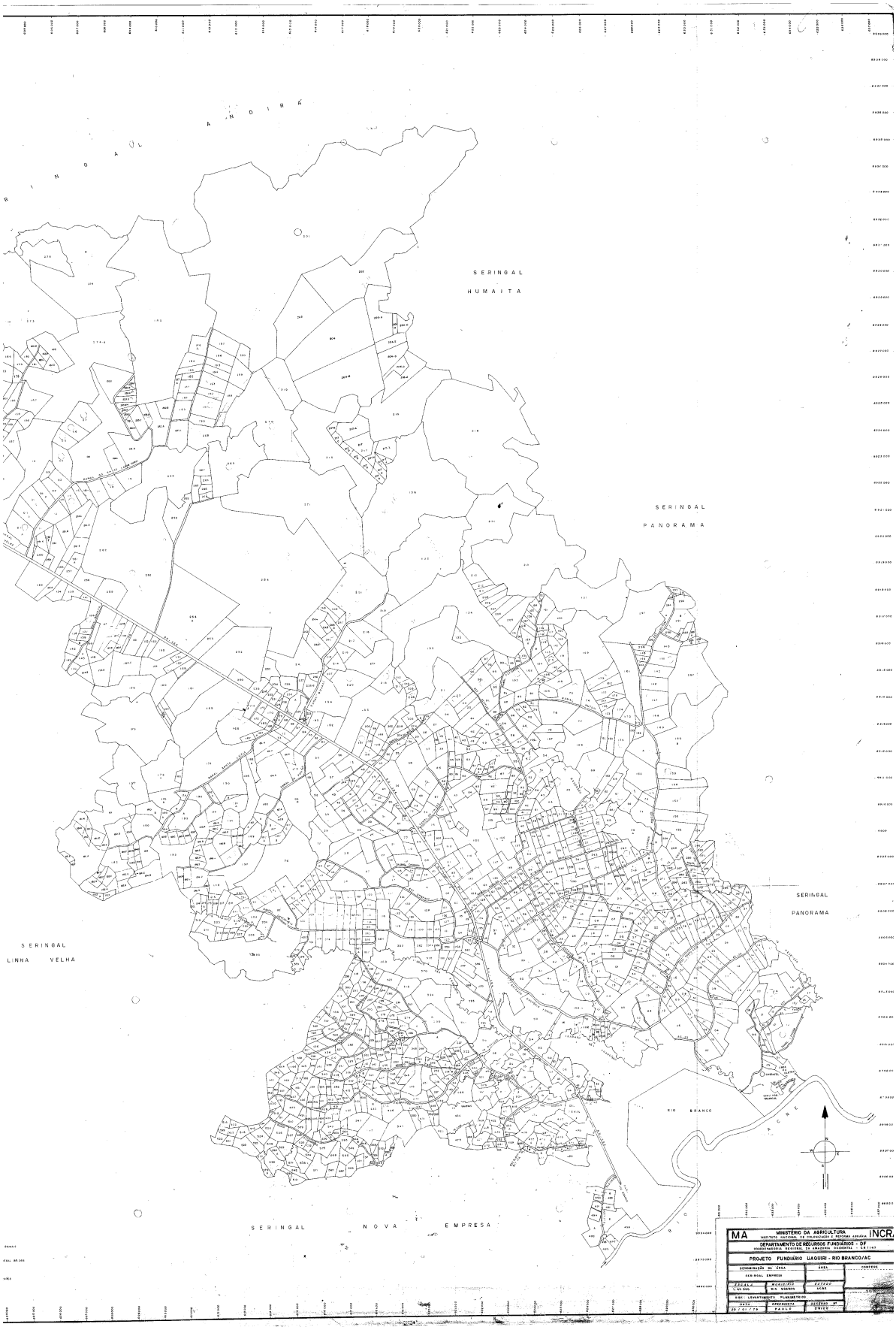


Figura 3: Loteamento do Seringal Nova Empresa realizado pelo INCRA. Ano 1979. Fonte: Arquivo INCRA-Acre.

Os dados cadastrais do IBGE e do INCRA classificavam os seringueiros como ocupantes, e os seringalistas como proprietários[241]; a colocação não era reconhecida como uma modalidade fundiária. Essa classificação escondia o fato de que os seringueiros – mesmo sem a posse do documento – deveriam ser identificados como os donos de suas colocações. “De fato, os seringais mudaram de donos, mas não em direção aos ‘paulistas’ nem, tampouco, a partir dos anos 70. Na verdade, os seringais já vinham mudando de donos desde muito, mas em direção aos... seringueiros autônomos!” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.327-328).

O avanço da violência e da expulsão das famílias seringueiras não será aceito de forma passiva. Em muitas entrevistas realizadas com as famílias que moravam nos Seringais Filipinas, Nazaré e Floresta, foi dito que era difícil aceitar a saída de forma passiva, pois as famílias já viviam há décadas nas colocações. Mesmo sem o documento, eles pensavam, a terra lhes pertencia.

Nos primeiros anos da década de 1970, os grileiros comportam-se como os donos da situação e encontram pouca resistência devido à falta de organização dos seringueiros. Nesse momento, a questão em torno da posse da terra, como Martins (1980) alerta, era posta no território brasileiro como um todo. A organização camponesa e a luta pelo cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964) eram urgentes.

Em 1975, a primeira delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) se instala no Acre para sanar os conflitos causados pelo avanço do latifúndio. As discussões entre seringueiros e fazendeiros passam a se tornar públicas. Na segunda quinzena de novembro do mesmo ano, na Brasiléia, uma comissão da Contag convoca uma reunião com a Igreja para organizar sindicalmente os seringueiros do Alto Acre.

No salão paroquial é realizado um curso sobre o sindicalismo, onde é abordada a importância da formação do STR como forma de resistência ao que vinha acontecendo. Ao final das reuniões do curso, em 21 de dezembro de 1975 é fundado o STR de Brasiléia.

À frente do STR Brasiléia é escolhido o seringueiro Wilson Pinheiro. Segundo relatos de campo, ele era um homem muito forte, corajoso e atencioso. Para se

[241] Devemos lembrar a situação que antecede a chegada dos paulistas: juridicamente, os seringalistas tinham a posse (e não o domínio) dos seringais. Não havia a necessidade de possuir um documento, nem registro no cartório que comprovasse a propriedade da terra.

aproximar das famílias seringueiras e para tomar conhecimento de suas realidades, o seringueiro saía com a roupa do corpo e rumava em direção às colocações. Ao buscar alimento e abrigo na casa das famílias, tomava contato com os conflitos por terra e divulgava a existência da STR de Brasileia como uma forma de luta.

A Igreja e os seringueiros vinham se deparando com a dificuldade de resistir na terra. Após o governo de Wanderley Dantas, no mandato de Geraldo Mesquita (1974-1979), foi aplicada como forma de resolução do conflito entre seringueiros e fazendeiros a desapropriação de parte dos seringais, e prescrita a utilização de certas terras como áreas de colonização para as famílias expropriadas.

Desde o ano de 1971, estudava-se que áreas no estado poderiam sediar os chamados Programas de Assentamentos Dirigidos (PADs), que serviriam para atender as levas de camponeses migrantes de outras partes do país. Em 1979, no município de Senador Guiomard, região do Baixo Acre, é inaugurado o PAD Pedro Peixoto, sob gestão do INCRA. O projeto recebeu quase quatro mil famílias camponesas expropriadas, principalmente do Sul do país. O próprio PAD Pedro Peixoto assentou famílias do Paraná atingidas pela hidroelétrica de Itaipu. A imprensa paranaense noticiava que cada colono que fosse ao Acre receberia 100 hectares de terra, pagos em até 15 anos, com 6 anos de carência. Nos anos seguintes, também foram inaugurados os PADs Boa Esperança, Humaitá, Quixadá e Santa Luzia, em diversas regiões do estado.

Na época, o que se tinha à mão como instrumento jurídico era o Estatuto da Terra. A orientação da Contag e da Igreja ao STR da Brasileia era o cumprimento da Lei 4504, que assegurava a posse da terra desde que comprovada a permanência nela por mais de um ano e um dia; além das provas testemunhais, recomendou-se o plantio de roçados, fruteiras e outros bens de raiz. Contudo, as seringueiras e suas estradas, e as castanheiras e seus piques não entravam na conta –apenas o barraco de moradia era avaliado como uma benfeitoria.

Também era recomendado que o seringueiro não pagasse a renda pela utilização das estradas de seringa, pois o pagamento configuraria no reconhecimento jurídico de que ele era arrendatário. Nesse período, a família seringueira era reconhecida como posseira, fato que não permitia evidenciar a diferença qualitativa desse segmento do campesinato.

Muitas famílias, ao serem expulsas de suas colocações e reconhecidas como posseiras, eram recompensadas pelo INCRA com o pagamento das benfeitorias ou

recebiam um lote cuja área variava entre 30 a 50 hectares. Esse foi o caso de Seu Antonio Machadinho, expulso de sua colocação no Seringal Nazaré, em Xapuri, pelo recém-chegado frigorífico Bordon. Como “recompensa” pela perda de sua colocação, o camponês recebeu um lote desmatado de 50 hectares.

Em Brasileia houve mais de uma experiência de assentamento realizado pelo INCRA, com famílias expulsas dos seringais. Neste município, os seringais Quixadá, Belmonte e São João, totalizando 54.112 hectares, foram desapropriados para implantar o PAD Quixadá, com o objetivo de reduzir a taxa de emigração das famílias para a Bolívia.

Entrava o desafio de lidar com a realidade da colônia: os lotes que recebiam possuíam no máximo 50 hectares de terra desmatada, uma área muito menor que a da colocação, que tinha no mínimo de 300 hectares de floresta socialmente produzida. A pior parte, os seringueiros relatam, era o *estranhamento* da nova realidade – lembremos que a família seringueira possui uma rotina, que é dividida entre diversas atividades agroextrativistas. Ao se tornarem colonheiros[242] (nome atribuído ao camponês do Centro-Sul, assentado nos projetos de colonização e que tinha como atividade principal a agricultura), os camponeses da floresta tinham que aprender a lidar com uma situação até então desconhecida.

O primeiro ano era sempre o mais difícil, pois o seringueiro, acostumado a trabalhar na sombra, teria de aprender a trabalhar sob o sol quente. Seu Machadinho nos contou que, em seu primeiro ano, fez um cálculo errado que o levou a perder boa parte do alimento produzido em sua roça, de modo que sua família chegou a passar fome naquele período. Não esqueçamos que a dieta seringueira, além do roçado, precisava da floresta, pois a proteína animal muitas vezes advinha da caça, assim como as frutas (como a castanha e o ingá).

Padeiro, ex-morador do Seringal Porvir, em Brasiléia, e atualmente assentado no PDS Floresta, este em Xapuri, explicou que a saída da colocação para a cidade implicava conhecer um novo mundo. Antes, sua família conseguia suprir grande parte

---

[242] Em relação a definição de “colonheiro”, em campo, encontramos três. Uma que é da época do auge do ciclo da borracha, uma parcela dos camponeses migrantes do Nordeste que trabalhavam no seringal com a lavoura branca, e não cortavam a seringa. Outra que é mais recente e, que se remete ao camponês migrante do Centro-Sul, o qual trabalha com a lavoura branca e a criação de animais e mora na “colônia” que é um outro tipo de propriedade da terra – modelo dos projetos de colonização da ditadura militar. Nos dias atuais, como veremos no capítulo quatro, o colonheiro pode ser o seringueiro que foi expulso de sua colocação e que migrou para uma “colônia” – um tipo de propriedade da terra que se assemelha o modelo dos projetos de colonização podendo morar nesses projetos ou em terras que ainda não ocorreu a regularização fundiária.

das necessidades materiais, e o que não produzia, conseguia trocar a borracha e a castanha com o patrão ou com o marreteiro. Ao chegar na periferia de Rio Branco, portando apenas a roupa do corpo, Padeiro descobriu que precisava comprar tudo: que precisava de dinheiro, que o tempo ali tinha um ritmo muito mais rápido do que o de sua vida na colocação. A perda da autonomia sobre o seu próprio espaço-tempo afligia as famílias, para as quais a cidade representava a "escassez", em oposição à "fartura" da floresta. Padeiro e seu pai conseguiram um emprego como pedreiros e, alguns anos depois, conseguiram comprar uma pequena colônia em Xapuri, que nos anos 2000 foi regularizada pelo INCRA.

O seringal, além de apresentar uma lógica específica de uso e apropriação da natureza, que garantia a (re)produção da família, tinha um equilíbrio ecológico importante para a reprodução da vida animal e vegetal. Mauro Almeida (1995, p.157) aponta os impactos decorrentes da fragmentação do território do seringueiro:

> Quando um seringal era retalhado em lotes individuais, bastava que um entre os 60 a 90 titulares decidisse vender sua parcela para que todo o equilíbrio delicado de todo o seringal fosse abalado. A vizinhança do vendedor era arruinada porque o comprador imediatamente derrubava o lote comprado, tornando a área imprestável para a caça, e afetando as estradas de seringa da vizinhança. Os vizinhos vendiam também, e o efeito dominó terminava por entregar todo o seringal nas mãos do fazendeiro-comprador.

Ao aceitarem os lotes, a resistência das famílias, que não queriam sair de suas colocações, era enfraquecida. Muitas famílias seringueiras não resistiam às adversidades da vida na colônia e, como consequência, abandonavam os seus lotes, que rapidamente eram revendidos e reconcentrados nas mãos dos fazendeiros. Além da concentração fundiária, havia uma maior pressão sobre as famílias que resistiam a cada colônia vendida para uma fazenda.

Como uma primeira estratégia de enfrentamento corpo a corpo, o STR de Brasileia decidiu organizar um "empate"[243]. Quando Chico Mendes – na época, tesoureiro do STR de Brasileia – recebe, no dia 10 de março de 1976, os seringueiros do Seringal Carmem, eles relatam a existência de mais de cem peões que haviam dado início à derrubada da mata na sede do seringal, e que ameaçavam a destruição das colocações. Temendo a morosidade da justiça, um grupo de 60 seringueiros armados decide ocupar o seringal e cercar os peões durante três dias. O exército e a

[243] Empate era o momento quando as famílias seringueiras iam para as colocações que seriam desmatadas pelos peões e seus moradores iriam ser expulsos e se alinhavam para impedir o avanço do desmatamento. Situação de extrema violência, os seringueiros resistiam contra os ataques dos jagunços, e muitas vezes, conseguiram manter a "floresta em pé".

polícia são mobilizados; como solução, o fazendeiro acaba não tendo outra opção além de sentar à mesa com os seringueiros para negociar uma ação em outros termos. Segundo Chico Mendes (*apud* PAULA; SILVA, 2006, p. 39):

> Nós não tínhamos ainda um rumo definido, a saída foi aceitar um acordo e garantir pelo menos um lote de terra. Em troca de suas colocações os seringueiros receberam alguns pedaços de terra. Não foi um bom negócio. Seringueiros transformados em agricultores da noite para o dia não deu certo. Pouco tempo depois venderam ou abandonaram os lotes e muitos deles foram cortar seringa na Bolívia.
> Apesar da derrota, a partir daí foram dados os primeiros passos na definição de uma estratégia de luta mais abrangente. O movimento foi se generalizando e alcançando toda a região do Vale do Acre. Tratava-se agora de impedir o desmatamento, de defender as colocações. O empate estava consagrado como forma de luta.

A ideia era que se formassem mais sindicados nos municípios acreanos. Contrariando a postura da Igreja do Vale do Acre, a presença do padre José Carneiro de Lima, na paróquia xapuriense, exercia uma forte oposição à organização sindical. No ano de 1977, Dom Moacyr decide intervir e ordena aos padres Otávio Destro e Cláudio Avalone a missão de difundir e implementar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e apoiar a criação do STR de Xapuri. Assim, nesse mesmo ano é realizado o curso de formação sindical no salão paroquial, e quando ele chega ao fim é criado um sindicato.

O conflito entre seringueiros e fazendeiros ia adquirindo outro tom. O ano de 1979 é especialmente importante, pois é quando Wilson Pinheiro viaja para a reunião da Contag em Brasília e descobre que os seringalistas mentiam em relação ao preço estipulado pela borracha. Nota-se que, além da questão da permanência das famílias nas colocações, é necessário reivindicar e negociar preços justos para a produção gomífera.

No mesmo ano, Wilson Pinheiro ruma com 300 seringueiros à cidade de Boca do Acre, no Amazonas. Nesse empate, conseguem frear a atuação de pistoleiros nos seringais da região, de quem recolhem o armamento e entregam ao exército em Rio Branco. Os fazendeiros no Acre começam a se incomodar com a resistência seringueira e, no ano seguinte, no dia 21 de julho de 1980, por volta de sete e meia da manhã, um pistoleiro assassina Wilson Pinheiro no STR da Brasiléia.

Segundo entrevistados, no mês de julho do mesmo ano, os fazendeiros da região do Alto Acre haviam se reunido secretamente para articular a morte do líder sindicalista. Durante sete dias, os seringueiros esperaram a ação da justiça, mas era de se esperar que o delegado do caso não aprofundasse a investigação (era o período

da ditadura). Assim, sete dias após a morte de Wilson Pinheiro, um grupo de seringueiros realiza uma emboscada com um dos fazendeiros mandantes do crime e acabam fuzilando-o.

Como resposta à morte do fazendeiro, a organização sindical da Brasileia é reprimida e precisa recuar em suas ações. Porém, na cidade vizinha, em Xapuri, o sindicato que acabara de ser criado ganhava força. Segundo Chico Mendes (*apud* Grzybowski, 1989), o STR de Xapuri acumulava a experiência de organização da Brasileia e, a partir de seus erros, gestava novas estratégias de resistência:

> Após o assassinato de Wilson Pinheiro, esse movimento passou a ser liderado a partir de Xapuri, só que com uma preocupação bem presente. O movimento deveria passar por uma discussão muito maior e uma preparação muito maior para não se repetir o que aconteceu em Brasiléia. Quando mataram Wilson, como ele centralizava todo o poder, toda a resistência em suas mãos, houve uma recuada. Aqui em Xapuri a gente se propôs a fortalecer mais as bases, para que o movimento tivesse uma sustentação maior (MENDES, C. *apud* Grzybowski, 1989, p.21).

Tanto na entrevista de Dercy Teles quanto na de Osmarino Amâncio, ouvimos que o movimento dos seringueiros estava descontente com a atuação da Contag. A instituição dizia que os seringueiros deveriam aceitar os acordos que assegurassem a posse e a benfeitoria, não importando que o resultado das negociações fosse um lote desmatado, no qual não era possível a (re)produção da família seringueira.

Os STRs e a Igreja apresentavam uma postura mais combativa em relação à Contag. Além disso, desde as eleições municipais de 1977, os seringueiros passaram a ocupar vagas nas assembleias legislativas (não podemos deixar de lembrar que, nesse ano, Chico Mendes, pela sigla do MDB, assume uma vaga como vereador pelo município de Xapuri). Com a abertura democrática, em 1980, funda-se uma sede do PT no Acre, que acolhe candidaturas de seringueiros – entre elas, a de Chico Mendes. É assim que a questão da luta e da resistência seringueira passa a estar presente na esfera pública.

De acordo com Manoel Estébio, ex-seminarista e militante do movimento de Educação Popular no Acre e no Amazonas, desde o início dos anos 1980 já se apontava para uma questão fundamental: a luta teria de formular uma política diferenciada do que se propunha no Estatuto da Terra – o módulo rural para Amazônia de 100 ha, desmatado, não contemplava as especificidades desse campesinato da floresta.

Aos poucos, o movimento vinha percebendo que as necessidades de (re)produção das famílias seringueiras não eram supridas pelo acesso à propriedade

privada da terra. Depois das experiências de assentamento das famílias seringueiras que haviam sido expulsas de suas colocações, torna-se mais claro que tanto o seringal quanto a fazenda deveriam ser superados como formas de apropriação e uso da terra. Como ainda faltava maturidade para exigir um outro estatuto fundiário no seio da questão agrária, foi necessário realizar uma caminhada até a proposição da Reserva Extrativista.

Diferente do que se encontrava nos Vales do Acre e do Purus, entre as décadas de 1970 e 1980, o Vale do Juruá – outra região importante de produção gomífera – apresentava dificuldades para organizar o movimento. Entre os motivos, destaca-se em primeiro lugar a presença dos padres alemães, que tinham uma orientação conservadora e não apoiavam a organização dos seringueiros em torno de sindicatos. Outra razão era a decadência dos seringalistas: diferente da situação do Vale do Acre e Purus, os patrões continuavam no comando de seus seringais, mas haviam aumentado o valor da renda pela utilização das estradas de seringa. No Juruá, a luta dos seringueiros cativos[244] por um outro estatuto fundiário será derivada da luta contra os abusos dos patrões – contra a violência que eles praticavam e a alta cobrança da renda da terra.

De Xapuri para o mundo: um amadurecimento da luta pela Reserva Extrativista

Xapuri, a pequena cidade dos tempos áureos da borracha, possuirá uma centralidade na organização da resistência seringueira – não só na região do Alto Acre, mas na Amazônia e no mundo. Enquanto pesquisadores e militantes de diferentes movimentos sociais tinham a pequena cidade somente como local de contato com o movimento dos seringueiros, as alianças começam a se tornar possíveis. Seu Luiz Targino, ex-presidente do STR de Xapuri, comenta:

> O sindicato em Xapuri era muito aberto a quem quisesse construir! Não significa que seringueiro é bicho do mato, que nóis não queria saber o que

[244] Após a decadência do patrão, no Acre formulou-se duas denominações de seringueiros: o cativo, que era aquele que ainda vivia em um seringal que havia um “patrão” (geralmente era uma pessoa que arrendava de um outro terceiro); e o liberto, que era aquele que morava no seringal e produzia a borracha, mas não tinha um patrão. Na região do Vale do Juruá concentrava boa parte dos seringueiros cativos, em comparação as regiões do Vale do Acre e do Purus. Nesse sentido, a resistência camponesa foi diferente no estado. Os cativos lutavam contra os abusos do patrão como a cobrança da renda da terra e a violência, já os libertos resistiam ao avanço das fazendas.

> acontecia no mundo fora do seringal! Nesse tempo, no Brasil inteiro tinha luta por causa da desigualdade. Junto com os companheiros fomos para São Paulo conhecer o movimento do ABC, a CUT [Central Única dos Trabalhadores]. Fomos, também, para Brasília e Belém. Aqui, em Xapuri, recebemos o pessoal de muitas partes do Brasil e até do mundo. Nóis era pequeno, só que a nossa luta chamava a atenção[245].

O prenúncio da década de 1980 foi muito importante para a consolidação do STR de Xapuri. Luiz Damião, até então o seu presidente, é afastado sob a acusação de suborno, má utilização dos recursos do sindicato e adoção de uma postura omissa frente ao avanço do latifúndio e do desmatamento. Sua atuação sindical estava alinhada às prescrições da Contag – o que, segundo Dercy Teles, era motivo de descontentamento no movimento.

Em seu lugar, com apenas dezenove anos de idade, assume a filha de seringueiro (e até hoje moradora da colocação Pimenteira), Dercy Teles, que comenta: “Além de ser uma filha de seringueiro, era mulher. Além de lutar contra os fazendeiros, contra o latifúndio, eu tinha que lutar contra o machismo dentro e fora do sindicato”[246]. Sua gestão é conturbada e causa discordâncias dentro do movimento também.

Por mais que houvesse percalços gerados pelas atitudes machistas, Dercy alega que o maior problema era o avanço violento da expropriação dos seringueiros. O avanço do Grupo Bordon – sob o comando de Geraldo Moacir Bordon – expulsava diversas famílias de suas colocações. No início dos anos 1980, a fazenda já somava 46.149 hectares, e milhares de castanheiras e de seringueiras tinham sido derrubadas (DUARTE, 1986).

Ao descermos na rodoviária em Xapuri, à direita é possível observar a proximidade física entre a Igreja e o STR. As duas edificações estão literalmente uma ao lado da outra, o que mostra que a aliança entre a Igreja e o Sindicato era crucial para o fortalecimento do trabalho de base. Assim, os encontros dominicais, realizados nos seringais, tornar-se-ão parte do cotidiano das famílias. No ano de 1979, a Igreja acreana reforça a formação dos monitores para a atuação das CEBs: a difusão da Teologia da Libertação e dos direitos, como o Estatuto da Terra e a reforma agrária, serão intensificados.

A cada dia que passa, a Igreja e o STR buscam a construção de um canal de comunicação com o Estado por intermédio do trabalho de conscientização da luta por

---

[245] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[246] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

direitos dentro e fora dos seringais. Desde 1971, os movimentos de Educação Popular apresentavam experiências positivas nas periferias de São Paulo (SADER, 1995). Em consonância, em Xapuri, a Igreja decide se empenhar na consolidação de projetos de alfabetização – com matriz freiriana – como uma estratégia de fortalecimento da luta dentro e fora do seringal.

O projeto de alfabetização e de Educação Popular começa a dar seus primeiros passos em 1979. E, no ano de 1982, ganha o nome de Projeto Seringueiro, após o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) em conjunto com o Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia (Cedop) – posteriormente Centro de Trabalho Amazônico (CTA) –, e via Mary Allegretti[247], conseguir financiamento pela Oxfam. Esse é o primeiro financiamento externo que o movimento recebe; até aquele momento, só a Igreja havia fornecido recursos. Algo estava mudando: uma ponte de apoio internacional começava a ser construída.

Entendia-se que resgatar e positivar a realidade cotidiana dentro do seringal – suas práticas e saberes envolvidos – significava explicar as contradições presentes no mundo que envolvia as famílias seringueiras. “Foi exatamente a partir deste processo de preparação da educação, de alfabetização popular para o seringueiro, que o trabalho de consciência começou a se fortalecer muito mais”, relata Chico Mendes *(apud* Grzybowski, 1989, p.45), no ano de 1988.

Esse fato foi reforçado em campo pelo seringueiro Elias, membro do STR de Xapuri e ex-morador do seringal Dois Irmãos:

> Na época do patrão, quando seringueiro ia para cidade, nóis era maltratado. Com roupa rota, um sapato muito antigo e desgastado, já sabia que nóis morava no seringal. A gente não sabia nem ler, nem escrever, mal riscava meu nome. Com a atuação da Igreja com o Sindicato a nossa autoestima foi melhorando. A felicidade era ver o povo aprendendo a ler! Que alegria! Eu passei a ter orgulho de ser seringueiro![248]

A cartilha Poronga[249] (o material didático elaborado para o projeto) resgatava os saberes e o cotidiano dos seringueiros como meio para a alfabetização. A ideia é

---

[247] Mary Allegretti desembarca no final dos anos 1970 no Vale do Alto Acre, com o objetivo de realizar sua pesquisa de mestrado em antropologia pela UNB. Ao entrar em contato com o cotidiano das famílias nos seringais, e com o conflito provocado pelo avanço do latifúndio, decide apoiar a organização da luta seringueira. Em junho de 1979, sua presença no Acre é noticiada no Jornal “O Varadouro”. Realiza a ponte do movimento seringueiro com futuros aliados internacionais e através de seu trabalho consegue o primeiro financiamento internacional para um projeto em benefício dos seringueiros.

[248] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

[249] A poronga é uma espécie de lampião que o seringueiro colocava em sua cabeça. A função do instrumento, utilizado especialmente nas madrugadas quando ocorre o corte da seringa, é de clarear o ambiente. De forma metafórica, escolheu-se denominar a cartilha de Poronga, pois a alfabetização era

que a alfabetização e a introdução de contas elementares auxiliariam na busca da autonomia seringueira e na sua permanência na colocação.

Dercy Teles formou-se pelo Projeto Seringueiro e, posteriormente à sua saída do STR de Xapuri, foi militar ao lado de Manoel Estébio no movimento de Educação Popular em Carauari (Amazonas). Ela frisou que importantes lideranças do movimento dos seringueiros foram formadas pelo Projeto Seringueiro. Na sua avaliação, ao se positivar a realidade e os saberes do seringueiro, foi possível compreender as contradições do capitalismo: "O que se tinha mais de subversivo naquela época era um seringueiro saber ler e escrever; assim, ninguém mais o enganava. O movimento avançou quando a questão da formação política se tornou uma das linhas mestras"[250], frisa a sindicalista.

Em 1982, quando Chico Mendes assume o STR de Xapuri, a situação da Bordon só se aprofundava. Até aquele momento, os conflitos nos seringais Floresta e Nazaré tinham sido resolvidos a partir do assentamento das famílias em lotes de 50 hectares.

A primeira estratégia para frear a derrubada da floresta foi o "empate". Entretanto, este era diferente das experiências de Brasileia, que foram marcadas por uma extrema violência dos jagunços e da polícia. O empate era caracterizado pela violência, porém as experiências em Xapuri, principalmente a comando de Chico Mendes, vão adquirir um outro tom quando as mulheres e crianças iam na linha de frente e os homens iam atrás depois, portando seus terçados e espingardas. O objetivo era impedir a derrubada da floresta pelos peões. Como Osmarino Amâncio Rodrigues explicou:

> A mata era rapidamente derrubada. Antes de a gente pensar na saída pela reforma agrária, a gente segurava o avanço do desmatamento pelo empate, ficava no 0x0, fazendeiro não plantava pasto e seringueiro não tinha suas castanheiras e seringueiras derrubadas[251].

A omissão do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) fez com que a Bordon conseguisse as permissões de derrubadas, e mesmo enquanto a floresta era desmatada sem a permissão, o órgão não executava as devidas autuações.

> O problema era que os "empates", por volta de 1985, tinham passado à defensiva, ou seja, não conseguiam responder à escalada das queimadas e da violência. Por esta razão Chico Mendes começou a buscar apoio e aliados

---

vista como uma das formas de esclarecimento sobre o mundo e suas relações sociais para os camponeses da floresta.

[250] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

[251] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

> externos, recorrendo cada vez mais a táticas gandhianas de ação direta com alta visibilidade (ALMEIDA, 2004).

O movimento seringueiro passou a compreender que, para se manter seringueiro, deveria lutar contra a derrubada da floresta socialmente produzida. Aos analisarmos a produção da imprensa local (a Folha do Acre, por exemplo) no período de 1984 a 1986, além de cartas do STR de Xapuri, notamos que uma das estratégias políticas que o movimento adota para obter mais apoiadores são as denúncias das derrubadas da floresta e da omissão e conivência do órgão responsável – o IBDF.

Na carta de 5 de dezembro de 1984, assinada por Chico Mendes, é expresso que o IBDF apresenta uma postura contraditória no controle do desmatamento e que o órgão se mostra conivente com o desflorestamento provocado pelo latifúndio, criminalizando a derrubada de pequenas áreas para a formação de roça:

> Nesta área [Fazenda Santa Fé], nos últimos anos, também já foram destruídas mais de 20.000 árvores de castanheira e seringueiras, com mais de 40.000 madeiras de lei. O IBDF assiste toda essa destruição sem tomar providência, porém quando o posseiro desmata meio hectare de terra para o plantio de arroz e milho é imediatamente ameaçado e humilhado por agentes armados de metralhadoras.

No mesmo ano, Chico Mendes, em uma entrevista à Folha do Acre, expõe a seguinte questão: “Quando derrubarem todas as seringueiras e castanheiras, o que vai ser de nós?” [252]. Notamos que a crítica e a denúncia das derrubadas da floresta estão atreladas às consequências que a família seringueira sofre. O movimento seringueiro tinha clareza de que era a luta pela floresta “em pé” que garantiria as condições de (re)produção social do seringueiro.

Simpatizantes à luta passam a perceber que a resistência seringueira denunciava o desmatamento. De uma escala local, o movimento – com destaque para a figura de Chico Mendes – salta para uma escala global de projeção. O contexto de “crise ecológica” contribuía para a percepção de que todos seriam, de alguma forma, atingidos pelo descaso com a região. As imagens produzidas por Adrian Cowell da derrubada da floresta amazônica circulavam mundo afora, e o movimento ecologista, as ONGs ambientais, professores universitários e jornalistas passam a enxergar os seringueiros como possíveis “guardiões da floresta” (HETCH, COCKBURN, 2010).

O seringueiro Osmarino Amâncio diz ter ouvido pela primeira vez a palavra “ecologista” quando um grupo de ambientalistas veio explicar que a proteção da

---

[252] Edição do jornal Folha do Acre de 05/08/1984, entrevista realizada com Chico Mendes e Raimundo de Barros, intitulada “Não vamos morrer como sapo debaixo do pé de boi”.

Amazônia era importante para conter o derretimento das calotas da zona ártica. “Nóis que morava na mata, na Amazônia, o que a gente tinha a ver com o derretimento da calota polar no polo Norte? Falaram para a gente que éramos ecologistas”[253].

Seriam as populações da floresta os verdadeiros ecologistas? Nesse ínterim, uma produção científica a par das práticas sociais de camponeses e indígenas constatava que a forma de coexistência entre sociedade e natureza desenvolvida por eles poderia ser uma estratégia para a conservação ambiental. Contrariando a visão de natureza externa, cuja conservação exigiria que ela permanecesse “intocada”, a floresta amazônica – os cientistas afirmavam – só se mantinha “em pé” porque era habitada (DIEGUES, 2008a).

Em diferentes regiões pelo Brasil, ficavam evidente os conflitos derivados da territorialização da propriedade capitalista da terra. A resistência camponesa, como Martins (1980, 1985c) evidencia, passa a mostrar que existe uma diferença fundamental na qualidade da apropriação e do uso da terra. O sociólogo (*ibidem*) alega que a terra, para a família camponesa, seria concebida como uma “terra de trabalho”, ao passo que na visão do capitalista, seria apenas uma “terra de negócio. A “terra de trabalho” visa garantir a (re)produção familiar e prevê autogestão do espaço e do tempo de trabalho pela família camponesa. Já a “terra de negócio”, de modo geral, visa o ganho patrimonialista e a garantia de se auferir a renda da terra.

No Brasil, já no final da ditadura militar, o movimento camponês ganha maturidade na formulação de pautas políticas, ao evidenciar que a sua reinvindicação por terra não se igualaria à reivindicação (nem aos métodos perpetrados) pela apropriação privada capitalista:

> A negação moral do valor de mercado representa concretamente a rejeição da forma dominante e institucionalizada de propriedade, aquela que pode ser reconhecida pelo Estado, pela justiça. Representa a elaboração de uma concepção alternativa de propriedade e de direito de propriedade. Esse direito é essencialmente o direito de trabalhar, de ter a terra para nela trabalhar e não direito à propriedade no sentido legal e dominante. É, portanto, um direito organizado em cima da concepção do *ser* e não da concepção do *ter* (Grifos do autor, MARTINS, 1985c, p.100).

As comissões direcionadas para a resoluções de conflitos agrários nas áreas de fronteira na Amazônia se mostravam um fiasco. A Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) e a Coordenadoria Especial do Acre revelavam a face do direito agrário fundamentado na

[253] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

propriedade privada capitalista. Em 1985, no primeiro governo civil pós-ditadura militar é criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). A reforma agrária mostrava-se um assunto de extrema urgência, e discutia-se que era uma obrigação do Estado executar um plano de ações para dar vazão aos conflitos que envolviam os camponeses (ALMEIDA, 1991).

Em maio de 1985, em Brasília, é realizado o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Para Almeida (1991, p.274):

> [...] sinalizava-se para os movimentos camponeses e para os grupos indígenas que uma parte essencial das obrigações do Estado, na chamada Nova República, consistiria na resolução dos antagonismos na área rural através, sobretudo, de modificações na estrutura agrária. Os pronunciamentos oficiais passaram a falar no período ditatorial, apresentando uma nova hierarquização dos instrumentos com ênfase na desapropriação por interesse social em detrimento da colonização, da tributação e das aquisições com recursos do PROTERRA.

Em Brasília, além da ampla discussão sobre a pauta da reforma agrária e suas estratégias de execução, os seringueiros chamam a atenção para a qualidade da reforma agrária.

> [Na] ocasião, os seringueiros viram aprovada sua proposta de que a reforma agrária deveria respeitar os contextos socioculturais específicos de cada região, e a questão do usufruto comum dos recursos naturais foi abertamente posta pelos delegados ali reunidos (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.552).

Nos anos seguintes, outras parcelas do campesinato participarão do debate acerca dos diferentes regimes de uso e apropriação da natureza. Na Assembleia Constituinte de 1988, o campesinato brasileiro se mostrará múltiplo, e para atender a pauta histórica da reforma agrária será preciso reformular os estatutos fundiários fundamentados na lógica da propriedade privada capitalista (ALMEIDA, 2006).

Em outubro de 1985, também em Brasília, é sediado o I Encontro Nacional dos Seringueiros. Fruto de uma ampla discussão entre seringueiros de diferentes partes da Amazônia, apoiadores – especialmente internacionais – e membros do Estado, é apresentado um primeiro desenho da proposta de uma Reserva Extrativista. Dois pontos são enunciados: 1) seriam mantidas as dimensões da colocação (área de 300 a 600 ha), como unidade mínima para a reforma agrária; 2) as colocações não seriam divididas em lotes.

Segundo Cunha e Almeida (2017, p.282), a delegação de Rondônia introduziu no documento final que “as terras de seringueiros deveriam ter a mesma proteção das reservas indígenas”. Os seringueiros defenderem a RESEX, como forma alternativa

ao desenho dos planos de colonização e ao parcelamento da terra em lotes, evidenciando que o campesinato brasileiro possui uma multiplicidade de regimes de uso e apropriação da natureza, do território e da terra que não são enunciados nem contemplados pelo Estatuto da Terra (ALMEIDA, 1995).

Nesse mesmo encontro, seringueiros de diversas partes da Amazônia criam um outro movimento social: o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Em alusão ao Conselho Nacional da Borracha – composto pelos seringalistas – percebe-se que era necessário dar uma maior visibilidade à luta em um contexto nacional e internacional, afinal, seringueiros de Rondônia, do Amazonas, do Amapá, do Pará e do Acre partilhavam uma série de dificuldades.

No final do ano de 1985, é lançado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Oficialmente, o Estado criava um plano de ação para a resolução de conflitos fundiários, visando o assentamento das famílias camponesas. Esse também é o ano em que os latifundiários criam a União Democrática Rural (UDR), em resposta à organização camponesa e ao posicionamento do Estado.

O movimento seringueiro preocupava-se muito com a questão do estatuto fundiário. Notava-se que o acesso à propriedade privada da terra – que tem como pressuposto a separação entre sociedade e natureza – não garantia a (re)produção seringueira.

Os apoiadores do movimento apontavam que um dos caminhos para ratificar a proposta das RESEX seria pela propriedade condominial por cooperativas, prevista pelo Estatuto da Terra e reforçada no I Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). De acordo com Mauro Almeida (1995) – na época, assessor do CNS –, o Encontro em Brasiléia em 1986 foi crucial para elucidar que tipo de estatuto fundiário seria contemplado nas RESEX.

Era necessário garantir não só a área de moradia e roçado da família seringueira, mas também as zonas de uso comum, como as áreas de pesca, caça e extrativismo – ou seja, o território deveria ser assegurado em sua totalidade, pois o problema da propriedade condominial era a possibilidade de uma reprivatização futura pelos latifundiários. A reserva indígena – posteriormente transformada em terra indígena – foi apresentada como exemplo aos seringueiros presentes no encontro:

> Uma antropóloga com experiência na Funai explicou a situação jurídica das terras indígenas e outras alternativas fundiárias. Líderes seringueiros socialistas inclinavam-se para o sistema das terras indígenas, pois era o único que impedia por completo qualquer possibilidade de reprivatização da floresta pela venda da terra. Assim, após deliberar a portas fechadas, sem

> interferência da assessoria, o Conselho optou pela solução de "propriedade da União" e "usufruto (coletivo) exclusivo da terra" (CUNHA, ALMEIDA, 2017, p.282).

O movimento adota uma postura radical: ele nega a propriedade privada da terra e, ao optar pela propriedade da União e pelo seu usufruto, coloca a questão do uso em primeiro plano, evidenciando que a luta é pela garantia de uma unidade entre sociedade-natureza que se quebra com a acumulação primitiva. É negada a lógica patrimonialista dos latifundiários brasileiros. "A Reserva Extrativista é, assim, uma invenção no campo do direito que expressa essa territorialidade construída no terreno movediço da história com/contra diferentes protagonistas" (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.555-556).

Osmarino Amâncio Rodrigues, conhecido como um seringueiro que tem uma posição radical, explica o porquê dessa decisão:

> O que para mim sobrou de mais positivo das longas reuniões que o Conselho tinha com sua rede de apoiadores foi a troca de experiências. Fomos notando que para termos coerência na luta não poderíamos aceitar ter a propriedade privada da terra: a gente não podia separar o seringueiro de seu território. A gente tinha que barrar o latifúndio, a RESEX tinha que ser um enclave.[254]

Nesse mesmo encontro em Brasiléia é realizada uma fala expositiva de Mauro Almeida, a qual mostrava que a borracha nativa vinha perdendo espaço no mercado há décadas. Conta-se que houve um grande silêncio depois de ele mostrar um quadro específico que, segundo o antropólogo (2004, p.44), "era um quadro cruel mas necessário para elucidar aquilo que os políticos e as autoridades tinham em mente quando olhavam surpresos e embaraçados para os seringueiros, mas que não ousavam dizer com clareza".

Na ocasião, quem quebrou o silêncio foi o seringueiro Osmarino Amâncio Rodrigues:

> Direcionando-se aos "assessores" – como eram chamados antropólogos, advogados e historiados presentes na reunião – ele [Osmarino Amâncio] disse: "Eu gosto de perguntar o significado de palavras que não conheço. Ouvi falar em ecologia. O que é ecologia?". Ele sabia onde queria chegar. E continuou depois da resposta: "Se não querem nossa borracha, podemos oferecer essa ecologia. Isso nós sempre fizemos" (ALMEIDA, 2004, p.44).

O mundo passa a olhar com outros olhos os camponeses da floresta. Em sua intervenção, Osmarino sensivelmente percebe que os tempos estão mudando. O que os seringueiros ainda não tinham claro era que suas práticas, ao serem reconhecidas

---

[254] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

como fundamentais para a manutenção da Amazônia, indicavam que a floresta socialmente produzida também estava adquirindo um outro estatuto econômico.

No ano de 1986, Antonio Edgard – até hoje morador do Seringal Nazaré – recebe o comunicado do jagunço da Bordon, avisando que sua colocação teria de ser "limpa" pois o IBDF havia autorizado o seu desmatamento. Essa é a primeira vez em que civis acabam se somando à luta dos seringueiros pelo território.

Gomercindo Rodrigues, jovem agrônomo de Bonito (Mato Grosso), conta que Mauro Almeida, Binho Marques[255] (professor acreano sindicalizado) e Marina Silva[256] (filha de seringueiros e professora sindicalizada) vão à Xapuri fortalecerem o empate que impede a expulsão dos seringueiros, entre eles Antonio Edgard[257]. Durante três dias de empate, mais de cem seringueiros marcharam pelas coivaras com o objetivo de retirar os peões da Fazenda Bordon.

Depois de serem obrigados a retornar para Xapuri, o mesmo grupo de apoiadores mais um fotógrafo ocupam a sede do IBDF em Rio Branco. A ideia de Chico Mendes era obter visibilidade nacional e aumentar a rede de apoiadores:

> O ano de 1986 foi muito pior para a empresa [Fazenda Bordon]. Agora a gente estava mais organizada. Contávamos com o apoio dos movimentos de defesa do meio ambiente, personalidades nacionais, estudantes, partidos políticos. Isso de certo modo assegurava a divulgação na imprensa. Não era ainda muito forte, mas já era diferente. A Bordon, com a cumplicidade do IBDF conseguiu do órgão autorização para desmatar mil hectares. Os seringueiros empataram o desmate. Muita gente foi mobilizada e a resistência foi pra valer. Mesmo com o apoio do Governo e a presença da polícia só conseguiram desmatar 300 hectares. Essa derrota levou a empresa a desinteressar-se pelo empreendimento, e se mandou de Xapuri (MENDES, C. *apud* PAULA; SILVA, 2006, p. 41).

O apoio internacional de Steve Schwartzman – integrante da Environment Defense Fund (EDF) –, de Tony Gross, da Oxfam, e da brasileira Mary Allegretti acaba levando Chico Mendes para fora do Brasil. Além de atacar o Estado brasileiro e o governo do Acre como patrocinadores dos latifundiários e dos grandes projetos, o movimento descobre que o investimento da BR-364 advinha de fonte externa: são o BID e o BIRD os seus principais financiadores.

Em 22 de setembro de 1987, Chico Mendes comparece à primeira audiência com os diretores do BID sem ser convidado. A instituição (assim como o BIRD) tinha

---

[255] Entre 2006 e 2010, Binho Marques foi governador do Estado do Acre pelo PT.

[256] Marina Silva também foi vereadora (1989-1991), deputada estadual (1991-1995), senadora (1995-2003/ 2008-2011) e ministra do Meio Ambiente (2003-2008) pelo PT.

[257] No verão de 2016, visitamos Antonio Edgard e averiguamos que mesmo às margens da RESEX Chico Mendes, sua colocação se mantém intacta.

iniciado um novo segmento de crédito para projetos de conservação ambiental, aparentando uma maior permeabilidade às pautas ambientais (HOTCHSETTLER; KECK, 2007).

De acordo com Rosa Roldán (ex-assessora do CNS), Chico Mendes, com uma postura diplomática – uma de suas melhores qualidades –, alerta os diretores sobre os impactos negativos que os projetos de desenvolvimento econômico financiados pelo BID tinham para as famílias e para a Amazônia.

A preocupação era com a derrubada da floresta e o massacre aos indígenas que ocorria em Rondônia – ninguém queria que esses feitos se repetissem no Acre. Assim, Chico Mendes, diante da Comissão de Operação e Verbas, reitera sua denúncia no senado americano.

Invertia-se a lógica da denúncia: era a periferia do Sistema-Mundo capitalista que se posicionava frente ao modelo de desenvolvimento imposto pelo centro. O resultado foi a suspensão dos empréstimos ao Estado brasileiro pelo não cumprimento das cláusulas do contrato.

No Brasil, a repercussão foi negativa. Chico passaria a sofrer ameaças de morte, ao passo que a UDR mirava o então presidente do CNS. Ele passa a ser protegido por uma guarda composta por seringueiros.

A luta em movimento impunha aos seringueiros que encarassem a construção da proposta da RESEX como uma alternativa aos seus percalços cotidianos. Além da garantia a permanência em suas colocações, no projeto das RESEXs também era problematizado a questão da permanência no território. Nesse sentido, as experiências das cooperativas fundadas com o apoio da Igreja tratavam de encaminhar algumas possíveis soluções para a produção agrícola e a renda familiar. Nas palavras de Chico Mendes (*apud* Grzybowski, 1989, p.40):

> A cooperativa é uma iniciativa, pode-se dizer, do próprio Conselho Nacional dos Seringueiros. A cooperativa surge da proposta da criação da reserva extrativista. Nós entendemos que na Reserva Extrativista uma das tarefas é de se tentar resolver o problema econômico dos seringueiros.

A questão do movimento era a superação tanto da fazenda quanto do seringal. O extrativismo – via sistema de aviamento – mostrava-se impraticável. Enágio e Pedro Teles, fundadores da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), propuseram que a questão agrícola se somasse à discussão das RESEX, já que o modelo de reforma agrária do seringueiro também deveria ser um modelo de desenvolvimento

econômico. O sentido do extrativismo (sobretudo o da castanha e da borracha) precisava ser redefinido.

Contratado pelo CTA, Gomercindo Rodrigues elabora um estudo sobre a viabilidade econômica dos produtos da floresta feitos via extrativismo. Mary Allegretti é uma das responsáveis por rapidamente perceber que a questão ambiental poderia ser atrelada ao movimento. Para a antropóloga (1994), uma vez que o olhar sobre a Amazônia estava mudando, o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental poderiam caminhar em conjunto:

> A grande modificação introduzida nas análises sobre a Amazônia após as críticas ao desmatamento foi a percepção de que, ali, a natureza oferece ao homem uma infinidade de alternativas, todas elas presentes nos ecossistemas típicos das florestas tropicais: *a diversidade biológica*. Ou seja, no caso da Amazônia, a natureza em si, em sua potencialidade e especificidade, passa a ter valor econômico para o homem. E a natureza não pode ser vista, nesse caso, senão como componente central do desenvolvimento (Grifos da autora. ALLEGRETTI, 1994, p.18).

No ano de 1988, através do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), sob comando de Allegretti, é realizado o seminário “O desenvolvimento da Amazônia e a questão ambiental”. Nas discussões é exposto um atrelamento entre as práticas agroextrativistas, realizadas pelos seringueiros como uma forma alternativa à utilização em voga dos recursos naturais.

Com financiamentos da Christian Aid e da Fundação Ford, a CAEX é fundada por 34 seringueiros em uma assembleia realizada em 30 de junho de 1988 (MICHELOTTI, 2000). Além de a cooperativa ser de compra e consumo, havia uma cantina na qual os seringueiros poderiam trocar sua produção por mercadoria e era prevista a agregação de valor aos produtos agroextrativistas. Com isso, a CAEX garantiria o beneficiamento, a industrialização e a comercialização dos produtos agroextrativistas, bem como a sua respectiva assistência técnico-profissional.

O INCRA também acolheu a proposta das RESEX em um primeiro momento. Para o CNS, a pauta da reforma agrária seringueira se aproximava muito mais da questão agrária do que da questão ambiental. Além desse ponto, como Diegues (2008a) enfatiza, a legislação ambiental brasileira não oferecia alternativa para a inclusão de populações nas unidades de conservação.

Em 30 de abril de 1987, é criado um Grupo de Trabalho (GT) no INCRA com assessoria do IEA e do CNS. O objetivo era institucionalizar o que havia sido desenhado no I Encontro Nacional dos Seringueiros e aplicar a portaria INCRA/P/n°627, de 30 de julho de 1987, que cria a modalidade Projeto de

Assentamento Extrativista (PAE). Importante frisar que, posteriormente, serão concretizados cinco PAEs no Acre: Porto Dias, Riozinho, Cachoeira, Santa Quitéria e São Luiz do Remanso.

Diferente de outras modalidades de assentamentos, o PAE respeitaria a colocação como unidade fundiária, e não haveria a emissão de títulos de propriedade. Pela primeira vez, criava-se a possibilidade de os camponeses da floresta serem contemplados por regimes próprios de propriedade, uso e apropriação da natureza. Mas alguns empecilhos tinham de ser vencidos: a necessidade de desapropriação prévia à criação e a limitação do instrumento jurídico utilizado. Segundo Cunha (2010, p.88):

> Na prática, os PAEs só seriam criados onde a terra já estivesse regularizada e a posse já fosse da União, o que praticamente excluía as áreas onde os conflitos eram maiores uma vez que estes aconteciam porque os "novos proprietários" da terra estavam querendo tomar posse da propriedade adquirida.

O desenho final da proposta da RESEX pelo CNS, além de respeitar a lógica de apropriação e uso da natureza, por meio do reconhecimento da colocação, propunha que a propriedade fosse da União e as famílias, suas usufrutuárias; a adoção da autogestão garantiria uma relação horizontal entre os seringueiros e o Estado.

O INCRA é extinto no ano de 1987 (Decreto n°2.363 de 21/10/1987), e é reestabelecido em 1989. Esse quadro de instabilidade reflete a existência de forças contrárias à resolução da questão agrária e à realização da justiça social; enquanto isso, um grupo sensível no Ibama passa a estudar o acolhimento da RESEX, o que facilitaria a desapropriação, uma vez que a arrecadação de grandes extensões de terras para áreas de conservação era possível.

O ano de 1988 será o último de Chico Mendes. Esse ano será marcado por uma importante circulação nacional e internacional do líder. A aliança entre seringueiros e indígenas, concretizada pela Aliança dos Povos da Floresta, engrossa a rede de apoio nacional e internacional.

O problema era que as denúncias de Chico Mendes incomodavam gente poderosa, como era o caso dos latifundiários. O seringal Cachoeira – território onde Chico um dia cortara seringa, onde parte de sua família ainda estava alocada – seria desmatado pelo suposto novo dono, o paranaense Darli Alves.

Nesse momento, Chico decide aceitar a proteção da Polícia Federal, abandonando sua guarda composta por seringueiros. O clima de tensão em Xapuri, segundo Elias, era muito grande.

Pouco antes de morrer, no final de novembro de 1988, Chico viaja para o Rio de Janeiro para realizar uma palestra na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e se hospeda na casa de Rosa Roldán (na época, membro do comitê de apoio aos seringueiros). Mesmo aconselhado por amigos de que o momento é arriscado para voltar para Xapuri, o presidente do CNS decide embarcar no voo. Rosa Roldán sabia que não veria mais Chico Mendes: "Nas suas últimas palestras, ele vinha falando que daquele ano ele não passava"[258].

Duas semanas depois, no dia 15 de dezembro, Rosa liga para a cidade de Chico para felicitá-lo pelo seu aniversário. Na data, o líder completava 44 anos, em uma semana na qual as famílias seringueiras já haviam comemorado a chegada da primeira Toyota na CAEX. Graças à Fundação Ford, agora os cooperados tinham um veículo para fazer o escoamento e o transporte da produção.

Na época menino, Manoel Targino – hoje presidente da COOPERACRE e filho de Luiz Targino – lembra que as crianças ficaram tão felizes que entraram na traseira de uma caminhonete para brincar, e Chico Mendes decidiu levá-las para passear na cidade. Era como se os ventos indicassem a chegada de um outro tempo.

Porém, no dia 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes é brutalmente assassinado. Para Rosa Roldán, "a morte de Chico não é só o produto da ação criminosa de Darli e seus dois filhos, é produto da UDR. Eles sabiam que a RESEX frearia o avanço da grilagem de terras, da derrubada da floresta e da especulação"[259]. Esse fato tem repercussão internacional: no dia 23 de dezembro, a imprensa de fora notícia que um "grande *ambientalista"* havia sido assassinado; nacionalmente, divulga-se que um "grande *sindicalista"* perdera a vida (HOCHSTETLER; KECK, 2007). Nesse momento, a pressão interna e externa pela institucionalização da RESEX aumenta consideravelmente (IMAGEM 9).

[258] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[259] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

Imagem 9: Xapuri em 24 de dezembro de 1988. Autor: não identificado. Fonte: Arquivo CPT-Acre.

É assim que a pequena Xapuri ganha projeção internacional no dia 26 de dezembro, quando membros da imprensa, políticos e civis vão ao enterro de Chico Mendes e a discussão pela institucionalização das RESEX ganha fôlego.

O impacto da morte de Chico Mendes faz com que a pressão mundial se torne insustentável para o estado brasileiro. Um pouco antes da morte do líder seringueiro, o então presidente do IBAMA, Fernando César Mesquita, cria (a partir da sugestão de Mary Allegretti) um Grupo de Trabalho (GT) para estudar a proposta da RESEX. Porém, atritos iniciais entre o Estado e as lideranças seringueiras fizeram com que o GT fosse dissolvido. Entretanto, após a morte de Chico Mendes, o GT (com uma nova composição[260]) é restabelecido e as negociações são avançadas em um ritmo inesperado pelo CNS.

Fruto da luta social no campo e na cidade, a carta magna assinada no ano de 1988 reconhece no artigo 225 que o Estado tem o dever de "[...] definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei" (BRASIL, 1988). A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.3938/1981) é modificada e cita as RESEX por escrito: "A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas" (BRASIL, 1989).

[260] O GT era composto por representantes de diferentes entidades e organizações.

No final de 1989, Lula (candidato do PT) perde a corrida presidencial para Fernando Collor de Mello (candidato pelo Partido da Reconstrução Nacional). O CNS fica apreensivo: sabe-se que a pauta da reforma agrária não é uma prioridade para o presidente recém-eleito.

O GT, em janeiro de 1990, conclui seu trabalho. São entregues dois produtos fruto de exaustivas e intensas reuniões: uma definição legal da RESEX (a qual será convertida em decreto presidencial); e um ato de criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá[261].

No dia 23 de janeiro de 1990, José Sarney assina o decreto n°98.897[262]. No decreto, além de criar a figura jurídica da "Reserva Extrativista", também é mencionada a Reserva Extrativista do Alto do Juruá, no Acre. Em 12 de março do mesmo ano, três dias antes de acabar o mandato do primeiro presidente civil, é criada a Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre), a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá) e a Reserva Extrativista Rio Ouro Preto (Rondônia), pela assinatura do decreto n° 99.144.

Para ser acolhida pelo Ibama, a RESEX passa a contemplar a reforma agrária e a conservação ambiental. Diversas consequências fizeram com que a questão ambiental fosse inserida na luta pela floresta "em pé", e a produção da natureza, por meio da política da conservação ambiental, ganha força com a guinada neoliberal (sobretudo nos anos 1990, tanto na escala global, quanto na escala local).

Não podemos deixar de enfatizar que o reconhecimento da RESEX não beneficiará apenas as famílias seringueiras. Camponeses de diferentes regiões brasileiras e do mundo vão garantir sua permanência no território por meio dessa modalidade de reforma agrária e conservação ambiental.

Nos dois próximos capítulos, analisaremos como a segunda natureza irá criar condições para a produção de uma primeira natureza. Trata-se do processo de institucionalização e concretização da RESEX Chico Mendes, e suas derivadas contradições.

---

[261] É importante ressaltar que o primeiro desenho de proposta de Reserva Extrativista foi a então denominada Reserva Extrativista do Vale do Rio Tejo (localizada no Vale do Juruá no Acre, e que abrangeria o Seringal Restauração – propriedade da família Cameli) que depois será denominada da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Os estudos coordenados pelo antropólogo Mauro William Barbosa de Almeida e com trabalhos de Antonio Macedo e Chico Ginú (importantes lideranças locais) deram o ponto de partida para uma nova proposta de reforma agrária viável que podesse sair do papel.

[262] Lei n° 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm > (último acesso em 02/12/2017).

3. A PRODUÇÃO CAPITALISTA DA NATUREZA: OS CAMINHOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E DA CONCRETIZAÇÃO DA RESEX CHICO MENDES (1990-2017)

A concretização de uma proposta no seio do Estado

A conquista da reforma agrária seringueira pode ser considerada como um dos grandes triunfos dos movimentos sociais que emergiriam no contexto da redemocratização. É inegável que, dentro do campo do direito, a proposta da Reserva Extrativista – como uma modalidade que congrega a reforma agrária e a conservação ambiental – se caracteriza como uma invenção. A assinatura do Decreto n° 98.897, no dia 30 de janeiro de 1990, por José Sarney, abriu a possibilidade de que não só as famílias seringueiras, mas uma série de populações camponesas assegurassem o direito ao território.

A proposta das Reservas Extrativistas, como pontua West (2006), não se restringe ao território brasileiro – ela se torna uma referência mundial. E, dessa maneira, passa a ser adotada em outras localidades.

A implantação de áreas destinadas para a preservação ambiental, assentadas na lógica da propriedade privada capitalista, era majoritariamente caracterizada pelo conflito e pela desterritorialização de populações camponesas e originárias. Até meados da década de 1970, o avanço de um mundo urbano-industrial expropriava as populações que habitavam as grandes áreas florestadas para permitir a “conservação” dos mecanismos de acumulação capitalista.

A reivindicação pelo direito de permanecer no território passava por assegurar um modo de vida que era produto e produtor de uma floresta “em pé”. Alguns cientistas começaram a classificar como “ecológicas” as práticas sociais dessas populações. Como mostra Arnt e Schwartzman (1992), a conexão entre antropólogos, indígenas e camponeses na Amazônia possibilitou a construção de certas tramas políticas que projetaram as causas sociais como ambientais. Essa aliança entre ambientalistas e seringueiros é trazida pelo ex-presidente do STR de Brasileia, Osmarino Amâncio:

> As pessoas chegavam lá falando que nós éramos ambientalistas, que nós éramos ecologistas. E a gente nem sabia que diabo era isso na época. A gente até pensava que era sobremesa, mas fomos procurar descobrir o que é que era. Aí, a gente viu que dava uma coisa importante, porque eles

> estavam preocupados com a queda da floresta, uma preocupação com a atmosfera, porque ia aumentar o tal do efeito estufa. E a gente não sabia o que era isso, não sabia que tinha uma camada de gelo acumulada não sei onde e que, se ela se dissolve, o mar aí [ia] subir não sei quantos metros, e aí as cidades na beira-mar iam ficar debaixo da água. Não sabíamos que tinha uma tal de camada de ozônio no espaço e que, se os raios baterem na pele das pessoas, dá câncer de pele. Então, começaram a fazer uma série de explicações, afirmando que nós éramos os principais do meio ambiente, éramos os principais ecologistas. E nós falamos:
> "Mas nós não queremos defender só 'meio', nós queremos defender o ambiente inteiro..."
> E aí vieram todas essas discussões, vai discurso pra lá, discurso pra cá, e percebemos que dava pra gente fazer uma aliança com esse pessoal, porque eles estavam preocupados com essas coisas (AMÂNCIO, 2004, p.307).

A proposta de criar Parques Nacionais como reservas de um mundo pristino e anterior à vida humana, até certo ponto cumpriu seu papel na constante acumulação primitiva de capital. Entretanto, havia um desgaste que se prolongava desde os anos 1980 e não podia mais ser ignorado. A crise econômica dos anos 1970 exigia a constituição de novas fronteiras e novos mercados. Vimos, nos primeiros capítulos, que o modelo econômico adotado na Amazônia (fruto da transferência de capitais estrangeiros) se caracterizou pela violenta apropriação privada das terras, pelo avanço do desmatamento e da extração madeireira ilegal, pela constituição de uma agricultura moderna e pelos grandes projetos energéticos e de extrativismo mineral.

Até aquele momento, no auge do governo militar, a "floresta em pé" não aparentava como uma oportunidade, conquanto, em 1983 os movimentos ecologistas norte-americanos começaram uma campanha sobre os impactos socioambientais na Amazônia financiados pelas instituições internacionais. Um dos focos de críticas eram o projeto Polonoroeste, que previa a construção da rodovia que ligaria Porto Velho a Rio Branco. Segundo Arnt e Schwartzman:

> Desde 1979, ecólogos do Banco (BID) advertiam, sucessivamente, sobre suas consequências desastrosas. O Banco ignorou os avisos e marginalizou a crítica interna. O empréstimo foi assinado em 15 de dezembro de 1981 e a BR-364 pavimentada foi inaugurada em 13 de setembro de 1984. No dia 19 do mês, ambientalistas americanos e brasileiros expunham, no congresso dos Estados Unidos, os resultados da política do Banco Mundial (ARNT, SCHWARTZAN, 1992, p.111).

No ano de 1984, nas reuniões do Banco Mundial em que foram discutidos os conflitos provocados pelo Polonoroeste, foram expostas as imagens do filme *A década de destruição*, dirigido por Adrian Cowell, que abordava as consequências nefastas da transferência de capitais dos países centrais capitalistas para o desenvolvimento da Amazônia. Na ocasião, também houve o pronunciamento do ambientalista brasileiro José Lutzenberger.

Em meio a negociações e denúncias, a ideia era que fossem cessados os investimentos no projeto. Entretanto, não se previa a total interrupção do modelo de transferências de capitais para o desenvolvimento da Amazônia. Nesse sentido, a fala de Adrian Cowell é paradigmática: “O problema dos bancos multilaterais [...] ‘não é cortar crédito a maus projetos, mas encontrar mais projetos para financiar’” (*apud* ARNT, SCHWARTZAN, 1992, p.111).

Entre os anos de 1986 e 1988, o intercâmbio entre os ambientalistas brasileiros e norte-americanos foi intenso. Em especial, as reuniões do BID e do Banco Mundial, em Washington, passaram a contar com a presença de brasileiros, entre eles a antropóloga Mary Allegretti (responsável pela ponte entre os seringueiros e os apoiadores internacionais), Ailton Krenak e Chico Mendes.

Já no ano de 1985, o Congresso norte-americano exige que os diretores do Banco Mundial estabeleçam uma equipe de planejadores ambientais que conte com a participação das ONG e dos ministérios da Saúde e do Meio Ambiente dos estados que receberiam os empréstimos. Exigia-se que, no processo da avaliação dos projetos, a variável ambiental (expressa na projeção de impactos) fosse contemplada[263]. Dois anos depois, o então presidente do Banco, Barber Conable, admitiu os erros cometidos e anunciou que a instituição iria passar por uma “reforma ambiental”. Em junho de 1987, o Banco Mundial passou por uma reestruturação, em que foram criados o Departamento de Meio Ambiente e quatro Divisões Ambientais para cada região operacional – entre elas, havia uma para a América Latina.

Em um contexto em que a floresta “em pé” se tornava uma raridade, configurou-se como estratégia de acumulação o direcionamento de capitais para a constituição de novos negócios em torno da natureza. Em um primeiro momento, essa estratégia envolveu a constituição de Parques Nacionais e, um pouco mais adiante, também outras modalidades de unidades de conservação ambiental que pressupunham a permanência de populações originárias e camponesas.

Nesse ínterim, como mostram Diegues (2008a; 2008b), Arnt e Schwartzman (1992), o Banco Mundial começa a emitir as primeiras recomendações para a demarcação de terras indígenas e a criação de unidades de conservação na Amazônia. Vale a pena destacar que em meio às reuniões para a elaboração do Relatório Brundtland, em uma audiência pública realizada em São Paulo, no ano de

[263] No caso brasileiro, o relatório de impacto ambiental obrigatório é o RIMA.

1985, Jaime Araújo[264] (como representante do CNS) salientou a relevância dos seringueiros e de suas práticas para a conservação ambiental. Dois anos depois, quando é lançado o documento – que cunha o conceito de "desenvolvimento sustentável" – é incluída a exposição de Araújo (DELGADO, 2006).

Em uma escala internacional, a guinada neoliberal acontecia a passos largos. As ONGs ambientais já vinham surgindo desde a década de 1960, a maioria nos Estados Unidos, mas foi a partir da década de 1980 que se estabeleceram nos países do Sul os primeiros escritórios de organizações conservacionistas transnacionais como a WWF, a TNC, a CI e a WCS (DIEGUES, 2008a), por meio de investimentos da USAID[265] e do Banco Mundial. Em um primeiro momento, essas organizações, guiadas pelo preservacionismo, irão incentivar a criação de áreas de conservação sem as populações locais, como afirma Diegues:

> A prioridade delas [das ONGs] tinha-se voltado para a proteção das espécies e ecossistemas ameaçados de extinção mediante a implantação de unidade de conservação das quais as populações tradicionais tinham de ser retiradas em favor da chamada "vida selvagem" (*wilderness*). Muitas dessas organizações nem sequer criticavam o "aquecimento global" por tratar-se, segundo elas, de uma questão política que nada tinha a ver com a conservação do mundo natural (DIEGUES, 2008a, p.161).

Alinhada com o discurso dos Estados e das instituições financeiras dos países capitalistas centrais, a WWF sai na frente de outras ONGs ao ser a pioneira a incentivar a criação de áreas destinadas à conservação ambiental como uma estratégia de permanência de populações indígenas[266]. Como mostra Alcorn (2005), uma das então diretoras da WWF, em meados dos anos 1980 a organização inicia a construção de novas metodologias e modelos para a gestão de territórios e seus habitantes.

A associação entre o desenvolvimento e a conservação ambiental, expressos no conceito de sustentabilidade, "legitimará" as propostas de projetos na região amazônica. Em um contexto de consolidação da hegemonia neoliberal, o Estado vai

---

[264] Jaime Araújo foi também membro do Sindicato de Novo Aripuanã (Amazonas) e lutava pela permanência das famílias seringueiras em seus territórios por meio da luta das RESEXs.

[265] Segundo Camely (2009, p.84): "A USAID possui um programa específico para a conservação ambiental intitulado Global Conservation Program (GCP) que consiste em uma parceria dela com seis das mais importantes ONGs da conservação: World Wildlife Fund (WWF), Conservation International (CI), The Nature Conservance Strategy (WCS) e Enterprise Works/VITA. Segundo o programa, a biodiversidade da Terra está ameaçada devido às altas taxas de perda nas florestas tropicais, recifes de corais, pradarias e áreas produtivas do mar aberto. Para barrar esta ameaça o GCP 'é um programa para salvar globalmente a biodiversidade'. Para tanto o GCP atua justamente com as ONGs desde as savanas da África, as florestas tropicais da Amazônia, aos mais diversos recifes de corais da Ásia".

[266] Notamos que a ONG estava completamente alinhada as novas prescrições do Banco Mundial ao determinar a demarcação de terras indígenas pelos estados do Sul.

dar lugar para as ONGs executarem políticas públicas que visem o combate à desigualdade social e que contemplem aspectos como a educação, a saúde e a organização da produção. Camely (2009, p.160-161) assevera:

> Estas reais necessidades decorrentes da pobreza e miséria das massas camponesas, aliadas à crise ambiental, criaram condições excepcionais para esta intervenção (legitimada) ao mesmo tempo em que as ONGs na região não têm como princípio, e nem preocupação, a legitimidade. Estas ONGs reuniam-se em um dia com seringueiros que lutavam contra fazendeiros, no outro, com governador do Estado, profundamente interessado nos benefícios da causa ambiental (recursos) e, no outro dia, com as entidades nacionais do governo federal que convertem a pauta das ONGs ambientalistas em política governamental.

West (2006) nos mostra que a WWF, a USAID e o Banco Mundial, ao se inspirarem no modelo das Reservas Extrativistas, criam em 1992 uma modalidade de conservação ambiental intitulada *Integrated Conservation and Development Project* (ICDP). Concebia-se que essa nova forma de proteção ambiental poderia ajudar a conservar os processos biofisicoquímicos locais ao incluir as populações originárias através de políticas de empoderamento e geração de renda. Entretanto, a antropóloga (*ibidem*) explica que as práticas de gestão "horizontalizadas", intituladas CBC (*Community Based Conservation*), encobertavam os verdadeiros objetivos dessa organização:

> Esses projetos [de conservação ambiental] tinham em sua base a mudança das ações e práticas das pessoas locais para atingir o objetivo final da conservação. Foi a partir da integração dos povos locais em sistemas de produção baseados em mercadorias como uma estratégia para a conservação da diversidade biológica. As práticas locais de subsistência histórica foram reduzidas ou foram restringidas para que as pessoas locais, que por meio dessas práticas constituíssem uma ameaça para a biodiversidade, pudessem se envolver em práticas econômicas e de subsistência sancionadas por biólogos de conservação e profissionais de desenvolvimento como ambientalmente apropriados. Em vez de uma linguagem usada em modelos anteriores de conservação, a retórica de conservação agora incorporou os discursos de desenvolvimento como o método central para alcançar a conservação da biodiversidade globalmente[267] (WEST, 2006, p.35).

Dessa forma, como enfatizam West (2006), Diegues (2008a) e Lewis (2016), foi criado um vasto portfólio de projetos de desenvolvimento sustentável em torno das

---

[267] No original: "These projects were at their base about changing the actions and practices of local people in order to meet the end goal of conservation. They were about the integration of local peoples into commodity-based systems of production as a strategy for conservation of biological diversity. Local historic subsistence practices were curtailed or were to be curtailed so that local people, who through these practices were a threat to biodiversity, could engage in economic and subsistence practices sanctioned by conservation biologists and development practitioners as environmentally appropriate. In lieu of a language used in previous models for conservation, the conservation rhetoric now incorporated development discourses as the central method for achieving biodiversity conservation globally". Tradução nossa.

populações locais, baseados na captura de suas práticas ancestrais (isto é, daquelas que ajudaram a conservar o meio ambiente). Aos poucos, a floresta socialmente produzida foi adquirindo novos significados econômicos. Os capitais excedentes passavam a migrar para uma nova fronteira, e um dos primeiros investidores nesse tipo de projeto foi a Fundação norte-americana Gordon and Betty Moore.

O Estado brasileiro também passou por mudanças nesse período, pois "a pressão externa deflagrou um apressado processo de aparelhamento ambiental institucional" (ARNT, SCHWARTZAN, 1992, p.117). No ano de 1973, em reação às pressões da Conferência de Estocolmo (I CNUMAD), o Brasil cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. Já em 1981, é criada a Política Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)[268], que previa uma série de instrumentos e estratégias em torno da conservação ambiental. Nessa mesma política é instituído o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o qual possui a finalidade de recomendar e discutir políticas ambientais (HOCHTSTETLER; KECK, 2007).

Em uma escala global, iniciava-se a colonização da natureza como uma nova fronteira econômica. Nesse sentido é que diferentes escalas começaram a se articular, porém não havia uma ideia precisa das consequências desse processo. Se voltarmos para a década de 1980 e olharmos para as alianças políticas estabelecidas pelos movimentos indígenas e seringueiros, fica evidente que não estavam claros quais eram os reais interesses dos apoiadores externos. Afinal, por que as instituições financeiras e as ONGs apoiavam a resistência da floresta – os seus guardiões, aqueles que a ocupavam? De acordo com Rosa Roldán (uma de nossas entrevistadas, ex-assessora do CNS), essa conduta – produto da aproximação de diferentes apoiadores, especialmente os ambientalistas – faz parte de uma inteligência política de algumas lideranças seringueiras, que ajustaram os seus discursos perante diferentes plateias[269].

---

[268] Lei N° 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/port/conama//legiabre.cfm?codlegi=313> (último acesso em: 08/09/2017).

[269] Rosa Roldán, poucos meses antes do assassinato de Chico Mendes, recebe o convite do mesmo para ser assessora do CNS. Ela aceita a proposta após a morte do líder, e em 1989 se muda para Rio Branco para trabalhar como intérprete. Nos primeiros anos da década de 1990, acompanha as lideranças do CNS em atividades internacionais. Em nossa entrevista, Rosa comentou um episódio de uma viagem à Europa com Osmarino Amâncio: naquele momento, ele havia feito palestras na Suécia e na Espanha e a assessora notara que em cada país a liderança havia mudado o foco de sua exposição. Se na Suécia Osmarino havia enfatizado a temática ambiental, na Espanha, a temática foi social e agrária. Inquieta, Rosa questiona a liderança, e Osmarino responde que mudou a abordagem

Em relação à construção das agendas de Chico Mendes nas viagens ao exterior, entre os anos de 1987 e 1988, Carlos Walter Porto-Gonçalves (na época assessor do CNS) nos relatou de que havia uma preocupação em dividir o tempo de forma equilibrada do líder seringueiro entre reuniões sindicais e ambientais. Dessa forma, objetivava-se que não fosse olvidado de que a luta seringueira, antes de ser ambiental, era também sindical.

Podemos conceber a formação do CNS como uma das primeiras experiências de movimentos sociais no Brasil próximas dos interesses internacionais. A partir de 1985 – data de formação do CNS – o apoio e o investimento de organizações externas como a OXFAM, a Fundação McArthur e o Environmental Fund (EDF) se tornaram possíveis.

No ano seguinte, Mary Allegretti funda em Curitiba o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA). A ideia da ONG era gestar propostas legais para conciliar a manutenção das populações e a conservação ambiental. Congregando pesquisadores de diversas áreas e com financiamento externo, na sede do IEA foram executados uma série de estudos, reuniões e seminários que objetivavam realizar a construção legal da proposta e a seleção das futuras áreas das Reservas Extrativistas.

É importante ressaltar que nesse mesmo ano, em 1986, a antropóloga Mary Allegretti produz – ao lado de Steve Schwartzman (EDF) e com o apoio da WWF – o primeiro estudo a abordar os aspectos econômicos, legais, sociais, ambientais e financeiros da proposta das Reservas Extrativistas. Em 1987, o EDF envia o documento para o Departamento do Tesouro, que o submete para o Banco Mundial e ao BID. De acordo com uma das autoras do relatório, “Pela primeira vez o Banco Mundial reconhecia uma proposta oriunda de um movimento social e elaborada por antropólogos independentes como uma alternativa ao modelo tradicional de financiamento adotado até então” (ALLEGRETTI, 2002, p.576).

Como pudemos ver no capítulo anterior, a pressão sobre as famílias seringueiras era grande. Na época, a aliança internacional mostrou-se importante para a realização de uma pressão frente ao Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, o contexto da “Nova República” e da Assembleia Constituinte abria brechas para a luta por direitos que foram ignorados ao longo da ditadura militar – entre eles, o direito à terra, expresso pela reivindicação pela reforma agrária.

---

porque os nórdicos achavam que ele era “ecologista”, e ele sabia que nos países do Sul os tópicos progressistas eram os que mais interessavam.

A Reserva Extrativista, ainda como uma proposta, seria institucionalizada no INCRA e integrada às políticas de reforma agrária. No entanto, o cenário de reestruturação do Estado brasileiro, ao longo do mandato de José Sarney (1985-1990), inviabiliza o projeto do CNS ao extinguir o órgão no ano de 1987.

O ano de 1988 é marcado pelos maiores índices de queimadas na Amazônia, e exatamente uma semana após a assinatura da Constituição o presidente Sarney anuncia o Programa Nossa Natureza, que visava formular uma nova política ambiental. Em meio à reforma institucional do Estado é decretado a criação do IBAMA. Segundo Osmarino Amâncio, Mary Allegretti vinha há um certo tempo fomentando a ideia de que a proposta da Reserva Extrativista tinha que se alinhar às políticas ambientais para ser acolhida e institucionalizada. Esse debate foi acalorado nas reuniões do CNS, pois havia lideranças (como Osmarino) cuja leitura radical situava a luta seringueira no seio da questão agrária.

Esse movimento de sobreposição da questão ambiental à agrária não ocorre somente com os seringueiros, mas acompanha a construção de uma imagem da Amazônia como paraíso da conservação ambiental. Em seu trabalho, Pressler (2010) mostra que, no final da década de 1980, a imagem de uma Amazônia modernizada pela construção dos grandes projetos e eixos rodoviários foi ressignificada como um “santuário ecológico” ameaçado pelas grandes queimadas.

Iniciando o processo de incorporação das prescrições do Consenso de Washington em meio à Nova República, apontava-se para a necessidade de o Brasil renegociar a sua dívida externa. O projeto modernizador dos militares havia sido sustentado e apoiado através da transferência de capitais de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial e o BID (IANNI, 1979c). Estas passavam pela reestruturação neoliberal e exigiam que os países credores também incorporassem as novas prescrições. A existência de uma grande dívida externa e a necessidade da cobrança fizeram com que novos mecanismos de subordinação surgissem.

O mecanismo da troca de dívidas por natureza (mais comumente conhecido como *debt-for-nature*) fez com que as grandes áreas florestadas fossem incorporadas no circuito financeiro. Esse seria um dos primeiros passos da constituição de uma via ambiental que iria reforçar os conteúdos do desenvolvimento geográfico desigual. Para Katz (1999, p.50):

> No entanto, essas políticas e práticas visam um novo regime de exploração imperialista, camuflado como ambientalismo. Há muito dinheiro a ser feito de

> natureza "preservada", e as relações ecológicas políticas transnacionais atuais em geral garantem que os lucros eventuais fluam para o norte[270].

Vale a pena mencionar que esse mecanismo foi aprofundado por Thomas Lovejoy da WWF, que organizou uma reunião em conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o escritório da ONU no Chile para incorporar a estratégia dos futuros projetos ambientais nos países latino-americanos. Segundo Hecht e Cockburn (2010), já no Programa Nossa Natureza o mecanismo de troca de dívida por natureza passaria a ser incorporado pelo Estado brasileiro – cujas contas deveriam se adequar a uma política de austeridade, enquanto sua gestão incluiria as novas fórmulas das parcerias público-privada.

O objetivo do Programa Nossa Natureza era, em um prazo de 120 dias, propor meios para uma nova Política Nacional de Meio Ambiente que ampliasse "o universo das atribuições para englobar questões relacionadas ao uso do solo e dos recursos naturais" (MELO, 2006, p.66). Em meio a mais de cinquenta propostas, havia a indicação de que fossem criados três parques nacionais e um Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE).

Nesse contexto de ressignificação das florestas é que se faz necessário legislar e governar sobre os corpos e os territórios da conservação ambiental[271], como aponta Becker (2005, p.247-248):

> [...] a natureza é valorizada como capital de realização atual ou futura e como fonte de poder para a ciência contemporânea. Assim, estamos no limiar de uma grande transformação: novos espaços de experiência e horizontes de expectativas se abrem para a realização do capital natural com base nos avanços da biologia molecular e da biotecnologia. No entanto, os estoques de natureza estão localizados em territórios de Estados ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente, e a apropriação da decisão sobre os usos de territórios e ambientes como reservas de valor, isto é, sem uso produtivo e imediato, torna-se uma forma de controlar o capital para o futuro.

É em meio a esse contexto (global e local) que as Reservas Extrativistas são aprovadas como uma política de conservação ambiental e reforma agrária, e com o passar do tempo a questão ambiental vai paulatinamente se sobrepondo à agrária. Os camponeses, na posição de "guardiões da floresta", têm então o compromisso

---

[270] No original: "Yet these policies and practices betoken a whole new regime of imperial exploitation camouflaged as environmentalism. There is big money to be made from "preserving" nature, and the current transnational political ecological relations by and large ensure that the eventual profits will flow north". Tradução nossa.

[271] As reflexões acerca da biopolítica e da governamentalidade elaboradas por Michel Foucault (2016) podem contribuir para esse debate.

mundial de mitigar o colapso ecológico e econômico. Nesse sentido, para Porto-Gonçalves (2003, p.578):

> A Territorialidade Seringueira, ao ser consagrada como Reserva Extrativista, se inscreve, assim, como parte do Estado num momento em que este vem sendo, por todo lado, alvo de duras críticas, sobretudo aquelas vindas do *front* liberal, que muito tem se beneficiado, quando não instrumentalizado, o argumento ambientalista.

No Decreto N° 98.897 de 30 de janeiro de 1990 a Reserva Extrativista é definida como "espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista". O documento estabelece, ainda, que elas seriam criadas "em espaços considerados de interesse ecológico e social".

É no artigo 4° que é esclarecida a forma de posse: "A exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso". Além disso, como condição para ser contemplado pelo direito da posse seria necessária a formulação de um Plano de Utilização aprovado pelo IBAMA. Seria este órgão o responsável por "supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato [de concessão de uso]". Em caso de danos ao meio ambiente comprovados ou do não cumprimento do Plano de Utilização, pode-se revogar ou transferir a concessão de uso.

Cunha (2010) faz importantes pontuações acerca do Decreto em sua tese de doutorado. A técnica do IBAMA enfatiza que com a RESEX, como uma modalidade de unidade de conservação, seria mais fácil a questão da desapropriação das terras e do pagamento da indenização do que as leis de reforma agrária. Em relação ao direito de propriedade, ela indica que a Reserva Extrativista "constituiu na única categoria que permitia o uso exclusivo dos recursos naturais pelas populações residentes, sem lhes conferir a propriedade da terra" (CUNHA, 2010, p.108).

Entretanto, a inclusão do Decreto-lei n°271 de 1967 como forma de amparo legal ao instrumento de concessão de uso produziu mudanças no projeto inicial do CNS. A pesquisadora (CUNHA, 2010) cita o sétimo artigo como fundamental nessa manobra:

> Artigo 7° É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas (BRASIL, 1967 *apud* CUNHA, 2010, p.109-110)

Segundo Claudia Cunha (2010, p.110), “com este artifício [Artigo 7°], resolveu-se a questão da titularidade e uso da terra, ao tempo em que se imputou ao seringueiro a responsabilidade para com a área ocupada”. Se o contrato for quebrado, deve ser feita a rescisão ou a transferência da concessão. Há uma questão de *autonomia* na formulação legal que é posta por Camely (2009, p.217):

> [...] a criação da Reserva Extrativista não garante aos seringueiros a propriedade da terra e submete a população camponesa da reserva à tutela do Estado, pois sua forma de viver e produzir está regulada pelas regras ambientais impostas, além de estarem submetidos a normas estranhas ao seu modo de vida e de produção.

E, mais adiante, a economista pondera:

> [...] estas áreas são passíveis de serem transformadas em outros usos dependendo dos interesses de mineradoras, hidroelétricas, madeireiras, grandes pecuaristas, monocultura da soja e cana para biodiesel, etc. Conforme forem os ciclos de expansão e de uso dos grandes grupos monopolistas aos quais o Estado serve, em detrimento dos interesses do povo e da grande massa de camponeses (CAMELY, 2009, p.240)[272].

Temos que levar em consideração que o Estado que acolhe a proposta das Reservas Extrativistas é caracterizado por ser regido por um direito positivo e por ter uma aliança histórica com a classe capitalista. Não deixa de ser uma vitória da classe camponesa inserir legalmente uma pauta importante, porém não podemos deixar de atentar aos interesses próprios do Estado nessa conquista.

Outra questão destacada por Cunha (2010) é a da autogestão não ter sido incorporada no decreto. Esse ponto era um dos grandes diferenciais na proposta do CNS em relação a outros movimentos sociais. O autogoverno era compreendido como uma liberdade na tomada de decisões dentro do território da Reserva Extrativista. Entretanto, se nos atentarmos à forma liberal do Estado, principalmente em um contexto de guinada neoliberal, veremos que o princípio da liberdade passava por uma outra chave: a econômica. A necessidade de governar os corpos e os seus territórios fez com que a gestão, em um primeiro momento, fosse compartilhada com o IBAMA – ou seja, o Estado.

---

[272] Cerca de oito anos depois do trabalho de Camely (2009), em 2017, presenciamos a tramitação do pedido do Presidente Michel Temer para revogação do RENCA (Reserva Nacional do Cobre e Associados) – onde habitam populações camponesas e indígenas – para destinar a área à atividade mineradora, contemplando assim os interesses privados. Esse tipo de manobra nos mostra a fragilidade das políticas públicas de caráter ambiental, em especial das que envolvem o mercado de terras. Para mais informações, recomendados consultar < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/25/politica/1506372008_097256.html> (último acesso em: 09/11/2017).

Seria o Plano de Utilização que congregaria o direito positivo do Estado com as formas de direito consuetudinário das famílias camponesas da floresta. Temos que ressaltar que o processo de concretização da RESEX era realizado aos poucos, e que quando novos percalços e contradições surgiam é que a política avançava e ia ganhando forma.

Esse processo é bem detalhado por Mauro Almeida e Mariana Pantoja (2004). Na época, Antonio Macedo (CNS), uma das lideranças da Reserva Extrativista do Alto do Juruá (REAJ), haviam pedido a Almeida (então assessor do CNS) para elaborar o Cadastro dos Moradores e o Plano de Utilização. Segundo os antropólogos (ALMEIDA, PANTOJA, 2004, p.29-30):

> A ideia por trás do Plano de Utilização era simples na aparência: registrar com base no costume (1) um conjunto de regras de manejo regrando o uso técnico das estradas de seringa, a extensão dos roçados na floresta, a extração das madeiras e palmeiras, e os limites à caça e pesca; (2) um corpo de regras que especificavam *quem tem direitos* e *obrigações*, e as *penalidades a eles associadas*, bem como as regras de entrada e saída no coletivo da reserva (Grifos dos autores).

Porém, em meio a esse processo, a contradição veio à tona quando o IBAMA decidiu realizar alterações no Plano de Utilização elaborado pelos camponeses da REAJ. No ano de 1991, a primeira versão do documento aprovada em uma assembleia ficou conhecida como “Lei da Reserva” e foi difundida oralmente, e a versão oficial aprovada pelo IBAMA só foi distribuída em folhetos pelo órgão no ano de 1995[273] (ALMEIDA, PANTOJA, 2004).

A primeira Reserva Extrativista tinha sido a do Alto do Juruá, sendo que sua criação foi assinada no dia 23 de janeiro de 1990. Exatamente na última semana do mandato de José Sarney, no dia 12 de março de 1990, outras três Unidades de Conservação são aprovadas: a RESEX Chico Mendes, a do Rio Cajari (no Amapá) e a do Rio Ouro Preto (em Rondônia).

Segundo Rosa Roldán, foi na mesa do escritório do CNS que os limites das fronteiras da RESEX Chico Mendes foram traçados no mapa. Osmarino Amâncio nos contou que a ideia era abranger o maior número de seringais a fim de controlar o avanço do latifúndio. Cumprindo a função de ser um entrave à apropriação privada capitalista, a Reserva contém uma área de quase um milhão de hectares. Os seus

[273] Na época, o órgão omitiu a discussão em torno dos tipos de cachorros utilizados para a caça.

limites foram grafados pelos piqueiros (camponeses florestais) e eles foram acompanhados pelo Exército, que ia colocando os travessões[274].

Durante o mandato de Fernando Collor de Melo (1990-1992), a apreensão do CNS era de que não havia um movimento concreto do Estado nos primeiros dois anos do decreto. Isso aparece nos documentos elaborados no III Encontro Nacional dos Seringueiros (ENS), em Rio Branco, em 1992. Sabia-se que o Estado brasileiro negociava com o G7 a obtenção de recursos para as políticas ambientais na Amazônia, porém a participação seringueira era muito menor em comparação com o IBAMA e com o recém-formado Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Seria em meio à ECO 92 que as políticas de gestão e financiamento das Reservas Extrativistas ganhariam outros contornos.

No início do ano de 1992 foi publicado o "Programa Emergencial para o Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais das Reservas Extrativistas". De acordo com Cunha (2010), o documento foi organizado pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM) em conjunto com o IBAMA, e a implantação do programa consistiria na criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) e de uma gama de projetos em caráter emergencial para serem aplicados nas quatro primeiras RESEXs.

Cunha (2010), ao analisar o relatório de criação do CNPT, observa que a gramática do Estado está em consonância com a escala global. A adoção do termo "desenvolvimento sustentável" na linguagem governamental antecipa os tópicos tratados na ECO 92.

O CNPT e o seu regimento interno foram oficialmente criados pela Portaria 22-N em 10 de fevereiro de 1992. O órgão atuaria como um intermediário na relação entre as populações e o Estado. Na avaliação de Cunha (2010, p.160):

> O CNPT apresenta-se como síntese de um processo de inserção dos extrativistas no Estado brasileiro, sua institucionalização no aparelho estatal, fazendo com que pudessem emergir novas contradições desse processo, e, por isso, tensões e oportunidades de transformação.

[274] Em uma festa de quinze anos nos Seringal Rubicón conhecemos José Marcos, maranhense de origem que ao migrar para o Acre passou boa parte de sua vida morando em seringais e trabalhando como piqueiro. Durante a conversa, contou como o seu trabalho contribuiu para a demarcação das fronteiras da RESEX Chico Mendes. Conhecia muito bem os seringais de Brasileia. Embora tenha contribuído para o traçado dos limites da Unidade de Conservação, não foi contemplado pela "reforma agrária seringueira" e até hoje é meeiro.

A chefia do órgão se localizaria em Brasília e as representações regionais do CNPT estariam nos estados onde se localizavam as RESEX já criadas ou em vias de criação. Foram estabelecidos escritórios no Acre, Amapá, Rondônia, Santa Catarina, Maranhão e Pará[275]. Em sua estrutura de gestão, havia um Conselho Consultivo composto por representantes de instituições não-governamentais e líderes camponeses. Com o conselho "[...] seriam discutidas as questões sobre as RESEX, como a aprovação de projetos e sua execução, os seringueiros tentavam inserir no Estado a democratização das decisões, escapando da burocracia" (CUNHA, 2010, p.162). Todavia, o Conselho cumpriu uma função muito mais simbólica do que prática, sendo caracterizado pela pouca influência nas tomadas de decisões.

Havia técnicos comprometidos no CNPT que buscavam um diálogo com os camponeses, mas o *modus operandi* do Estado impedia a existência de uma gestão horizontalizada. Até a assinatura do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC), a administração das Reservas Extrativistas seria feita pela da cogestão entre camponeses e CNPT. O chefe do CNPT local com seus técnicos coordenaria a escala maior de decisão em conjunto com a associação de moradores. Caberia ao IBAMA realizar a fiscalização das Unidades de Conservação – fato que irá fazer com que o trabalho do órgão seja concebido pelos habitantes das RESEX como equivalente ou similar ao da Polícia.

A concretização das Reservas Extrativistas carecia de investimentos porque a política tinha uma série de demandas; entre elas, a organização da produção agroextrativista, a educação e a saúde eram prioritárias. Como já era antecipado nas reuniões do IEA, os recursos seriam obtidos por meio de projetos de cooperação internacionais, por convênios com ONGs ou por bancos de desenvolvimento (ALLEGRETTI, 2002). Era essa a tendência mundial, e o caso brasileiro não tinha por que fugir da regra.

No início dos anos 1990, segundo Murrieta e Rueda (1995), o CNS contava com uma série de recursos e convênios firmados com parceiros internacionais e nacionais. Toda essa estrutura seria transposta para a implementação de projetos nas Reservas Extrativistas. De acordo com os autores (MURRIETA, RUEDA, 1995, p.15):

> A atuação do CNS na consolidação da organização social tem sido decisiva em função do prestígio e da força que ele conquistou em nível nacional e

[275] No dia 20 de maio de 1992, foram criadas as RESEXs: de Pirajubaé (SC); Extremos Norte do Estado do Tocantins (TO); Quilombo do Flexal, Mata Grande e Ciriáco (MA).

> internacional. Com apoio do CNS, por exemplo, as associações das Reservas Extrativistas já assinaram convênios para apoiar suas atividades com:
>
> - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
> - Fundação Gaia
> - Fundação McArtthur
> - Health Unlimited
> - Universidade de São Paulo e de Campinas – USP – UNICAMP
> - BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
> - Embaixada da Suiça
> - IDRC – Canadá
> - OXFAM
> - Miserior
> - Fundação Konrad Adnawer
> - World Wildlife Fund (WWF)
> - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA
> - Embaixada da Áustria.

Apesar de todas as parcerias citadas, os grandes investidores que garantiram a concretização das Reservas Extrativistas foram o G7 e a Comissão Europeia. O Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) começou a ser negociado em 1991, para que ele fosse lançado na ECO 92. A ideia do Programa e da formação de um fundo de investimentos partiu do governo da Alemanha, ficando a cargo do Banco Mundial a tomada das principais decisões em relação à distribuição dos capitais. Os parâmetros para o Programa seriam decididos pelo governo brasileiro. Após a criação do Rain Forest Trust Fund (RFT), em 13 de março de 1992, o BIRD ficou responsável pela sua administração (MELO, 2006).

O desenho final do Projeto foi aprovado no dia 16 de novembro de 1994, quando foi firmado entre o Brasil e o BIRD o acordo de doações do RFT e da Comissão da Comunidade Europeia. O Banco Mundial se tornou o administrador dos fundos e o governo brasileiro nomeou o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como responsável pela Coordenação do PPG7, tendo como instância de execução o IBAMA.

> O PPG7 caracterizou-se como um programa de um grande vulto, pois além de destinar àquela época um elevado volume de recursos voltados unicamente à conservação da floresta (ainda que o montante comprometido tenha ficado muito aquém das primeiras cifras), propôs-se atingir objetivos importantes, como a redução da produção de gases de efeito estufa, do desmatamento, e, especialmente, o fortalecimento da cooperação internacional em matéria de meio ambiente (MELO, 2006, p.112).

Em suas inúmeras propostas e projetos, o PPG7, ao longo de mais de dez anos de existência[276], caracterizou-se pelo papel de reposição dos elementos de uma relação desigual entre países centrais e não-centrais capitalistas. Dessa forma, o

[276] O PPG7 foi oficialmente encerrado em 2009.

PPG7 contribuiu para a configuração de uma geopolítica da Amazônia em torno das questões ambientais.

É importante destacar que até a ECO 92 houve um aumento exponencial do número de ONGs, que a partir da operacionalização do PPG7, em 1994, passariam a incorporar atribuições que, em tese, pertenciam ao Estado.

Entre uma série de atividades que compunham o PPG7[277] estava o Projeto RESEX, que destinaria capitais para a implantação das quatro primeiras Reservas Extrativistas – entre elas, a Chico Mendes. O Projeto RESEX teve como objetivo:

> [...] testar em quatro reservas extrativistas da Amazônia brasileira modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais na administração dos recursos naturais renováveis das florestas tropicais, por meio da cogestão entre governo e sociedade (IBAMA, 2000, p,77 *apud* CUNHA, 2010, p.171).

A questão que estava em jogo (segundo Celso Custódio, morador do Seringal Rubicón na RESEX Chico Mendes e ex-membro do Projeto RESEX) era mostrar que as Reservas Extrativistas tinham uma viabilidade econômica. “Valia a pena manter a floresta em pé, tanto do ponto vista econômico quanto do social”[278], Osmarino Amâncio explica.

No livro encomendado pela União Mundial para a Conservação (UICN) intitulado *Reservas Extrativistas* (1995), os técnicos do CNPT Julio Ruiz Murrieta e Rafael Pizón Rueda (na época era o chefe do órgão) também trazem essa questão. Como representantes dos interesses do Estado, eles propõem que o papel dos agentes externos (como os pesquisadores, as ONGs e o Estado) seria o de viabilizar os meios para o desenvolvimento econômico das atividades agroextrativistas. Para tanto, seria necessário introduzir mudanças nas práticas e na organização social das famílias camponesas. De acordo com Murrieta e Rueda (1995, p.25):

> [...] para que a sustentabilidade possa ser reproduzida no extrativismo moderno é necessário potencializar a economia extrativista sem que esta desestruture naquilo que tem de mais fundamental: o respeito à capacidade de suporte e de regeneração dos recursos explorados.
> [...]
> Dentro da fase preparatória do Programa Piloto das Florestas Tropicais do Brasil, apoiado pelo Banco Mundial e pela Comissão da União Europeia,

---

[277] A primeira fase do PPG7 incluiria o “[...] Zoneamento Ecológico-Econômico; Monitoramento e Vigilância; Fiscalização e Controle; Fortalecimento Institucional de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente; Implantação e Operação de Parques e Reservas Extrativistas e Reservas Indígenas; Pesquisas Orientadas ao Desenvolvimento Sustentável e Estabelecimento de Centros de Excelência Científica; Manejo de Recursos Naturais; Reabilitação de Áreas Degradadas; Educação Ambiental; e Projetos Demonstrativos” (BRASIL, 1992 *apud* CUNHA, 2010, p.168),

[278] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

> diversas entidades não governamentais, consultores e instituições governamentais, dentre as quais o IBAMA, tem desenvolvido diversos estudos visando estabelecer as diretrizes de um programa de desenvolvimento sustentável para as Reservas Extrativistas.

O Projeto RESEX foi organizado em cinco componentes básicos: a efetivação das Reservas Extrativistas; a organização comunitária; a melhoria de atividades produtivas; o gerenciamento e avaliação do Projeto; e o gerenciamento ambiental (MURRIETA, RUEDA, 1995). Ao longo do processo de implantação do Projeto e com a relação cotidiana entre os agentes externos e os futuros moradores das Unidades de Conservação é que se foram, paulatinamente, incorporando novas demandas, regras, práticas que iriam dando outros contornos para a "reforma agrária seringueira".

Umas das questões que Cunha (2010) enfatiza em seu trabalho – justamente por ter feito parte do processo[279] – foi como os investidores externos iam incorporando suas demandas através da implementação de novos instrumentos de gestão, criando, dessa forma, caminhos para a institucionalização de uma floresta socialmente produzida:

> Ora, na prática, quando um financiador condiciona o empréstimo a alguns princípios atendidos, ele está definindo a forma de organização do contratante, uma vez que o empréstimo somente será concedido mediante o atendimento de "condicionantes". Assim, o Banco (administrador), em última instância, precisaria aprovar os instrumentos de gestão que estavam sendo implementados nas Resex (CUNHA, 2010, p,172).

Foi durante os primeiros anos do Projeto RESEX que os camponeses da floresta descobriram que os seringais do Vale do Alto Acre iriam se transformar na Reserva Extrativista Chico Mendes. De acordo com Seu Altenir, morador do Seringal Paraguaçu, em Assis Brasil, no final do inverno de 1992 foi convocada uma grande reunião pelo STR de Assis Brasil que contou com a presença de Raimundão de Barros (primo de Chico Mendes e uma das principais lideranças do Movimento dos Seringueiros) e de técnicos do IBAMA e que tinha como objetivo explicar o que era uma Reserva Extrativista. Em um primeiro momento, o cearense de Massapé se disse contra a proposta pois não queria que o Estado fosse dono de sua terra. Conforme a exposição avançava, Raimundão dizia que a RESEX era fruto de uma luta que envolveu a morte de muitos companheiros seringueiros, e que seriam as famílias

[279] Claudia Cunha trabalhou durante dez anos como técnica do IBAMA/CNPT na RESEX Chico Mendes.

camponesas as principais beneficiadas. “Raimundão falava para gente ficar tranquilo, que a Reserva foi criada para ser de nossos filhos e netos”[280], Seu Altenir relembra.

No final de 1992, Dercy Teles voltou com Manoel Estébio de Carauari (AM) para Xapuri. A ex-presidenta do STR havia decidido se engajar nos trabalhos de concretização da RESEX Chico Mendes, região onde nascera. No ano de 1993, os Sindicatos do Vale do Alto Acre[281] e o CNS ficaram responsáveis por realizar o primeiro cadastro dos futuros moradores da Unidade de Conservação, e ao mesmo tempo em que o levantamento dos moradores era feito, saíam os primeiros estudos acerca da produção agroextrativista, realizados em parceria com a CAEX.

No primeiro cadastro de moradores da RESEX Chico Mendes foi levantado que havia 1.838 famílias, totalizando 12.017 habitantes, sendo que a maioria da população era composta por jovens entre 9 e 17 anos. Naquele momento, em quase um milhão de hectares existiam 1.144 colocações em atividade e 39 inativas, a densidade demográfica era de 1,2 habitantes por km². Cada colocação tinha em média 672 hectares, e cada estrada de seringa, contendo cerca de 100 a 150 seringueiras, tinha mais ou menos 100 hectares. Estimava-se que a produção anual de borracha era em torno de 2,1 mil toneladas, e que a produção da castanha (o segundo produto extrativista com maior expressão na renda familiar) tinha uma produção média de 340 mil latas, ou seja, 3740 toneladas. No final do estudo é concluído que:

> As atividades desenvolvidas, como o corte da seringa e a coleta da castanha, são responsáveis pela manutenção dos seringueiros e pela integração dessa população ao mercado nacional e internacional [...]. As principais atividades na área da reserva são o extrativismo que contribuem com 62% da receita, a agricultura que contribui com 29% da receita e a agropecuária com apenas 9%. Na Reserva Chico Mendes o extrativismo atinge um índice de 70% quando comparado a outras reservas (CNS, 1992 *apud* MURRIETA, RUEDA, 1995, p.72).

Como veremos no próximo capítulo, haverá uma série de discussões que problematizarão o lugar das práticas agroextrativistas na produção da conservação da natureza. A questão é que desde o início dos anos 1990 os subsídios à produção gomífera tinham sido cortados; visando contornar essa situação, as cooperativas de seringueiros e colonheiros, financiadas por ONGs e projetos de cooperação internacional, implantaram uma série de estratégias que objetivaram modernizar todas as etapas da produção até a sua comercialização, com o intuito de garantir novos mercados consumidores.

---

[280] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[281] Na época eram os STRs de Assis Brasil, Sena Madureira, Xapuri e Brasiléia.

Ficou a cargo do CNPT, como o principal representante do Estado na RESEX Chico Mendes, dar encaminhamentos às formas de gestão, organização social e controle do Projeto RESEX, que incentivou a criação das associações com o intuito de que elas fossem os principais interlocutores com o IBAMA. Até aquele momento, as instâncias de representação dos camponeses eram os STRs (em nível local) e o CNS (em nível nacional).

Um pouco antes da formação da REAJ foi criada a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo, em 1989, para superar a cadeia de aviamento imposta pelos patrões (ALMEIDA, 1992). Entretanto, no Vale do Alto Acre, esse papel seria cumprido por cooperativas como a CAEX e a CAPEB, por exemplo.

A partir do cumprimento de determinações externas, em meio ao processo de implementação da RESEX Chico Mendes, é que foram criadas novas figuras jurídicas[282]. No ano de 1994, numa reunião em Assis Brasil, foram fundadas a Associação de Moradores e Produtores da RESEX Chico Mendes de Xapuri (AMOREX), a Associação de Moradores e Produtores de Brasileia (AMOPREB) e Associação de Moradores e Produtores de Assis Brasil (AMOPREAB).

Aos poucos as associações iam tomando o lugar dos STRs. As novas formas de organização passariam a ser os principais interlocutores com o Estado, as ONGs e o mercado. Esse ponto é expresso pelos técnicos do CNPT:

> Está ficando claro para todos que o Sindicato cumpre uma missão política, de defesa da classe (extrativista) e de educação quanto aos direitos do cidadão livre. A associação cuida mais dos aspectos de melhoria da produção e comercialização, como condições para melhorar o nível de vida (MURRIERTA, RUEDA, 1995, p.16).

Não podemos ignorar que foi justamente no processo de reestruturação do Estado e da economia que os sindicatos foram enfraquecendo. O que acontecia no Vale do Alto Acre era reflexo de um movimento mundial: o de desmobilização das formas tradicionais de luta social (HARVEY, 1996, 2015). Esse processo, como veremos ao longo de nosso texto, foi estratégico para a cooptação de antigas lideranças e para minimizar as chances de revolta frente aos interesses privados do capital.

> Desvinculando o econômico do político, os seringueiros cediam à abstrata dissociação característica do capitalismo-neoliberalismo. Uma nova interlocução era criada e com ela um novo significado de relação com o Estado. Enquanto o sindicato, na década de 1970, se impôs como interlocutor

[282] Segundo Dercy Teles, muitos dos projetos firmados entre as ONGs e as cooperações internacionais exigiam a figura jurídica da Associação para a execução das atividades.

> a ser considerado, nesse momento, era o Estado que definia com quais interlocutores dialogaria (CUNHA, 2010, p.180).

Dercy Teles havia se formado politicamente no Projeto Seringueiro no início dos anos 1980. Para a liderança, é por meio da educação que é possível a formação de uma consciência de classe. Na avaliação de Dercy, a partir do momento que o Sindicato e as CEBs foram perdendo espaço no campo de lutas sociais, o projeto político que havia sido desenhado para as RESEXs (o qual contemplaria a educação, a saúde e a produção) foi sendo aos poucos esquecido. O grande problema da desmobilização das lutas sociais foi a interrupção da formação de quadros políticos. Nos últimos vinte anos, as lideranças históricas vêm envelhecendo e não se formou novos quadros que assumam os espaços políticos, com pautas concretas, que reivindiquem a justiça social.

Com parcos recursos financeiros advindos do PPG7, a técnica do IBAMA, Claudia Cunha (2010), comenta que a tecnocracia também se desdobrava para distribuir os investimentos em diversas frentes da RESEX Chico Mendes. Os projetos de conservação ambiental estavam à frente das questões relacionadas à infraestrutura, habitação, saúde e educação.

O Plano de Utilização e o de Desenvolvimento foram as principais discussões nos primeiros anos da RESEX Chico Mendes. Por meio da construção desses documentos é que poderia ocorrer a cogestão entre CNPT/IBAMA e as associações de moradores.

Foi em 1994 que ocorreu uma série de reuniões para a redação do Plano de Utilização, documento que daria o “tom” para o controle das atividades na RESEX Chico Mendes. Presente nas reuniões, Dercy Teles nos contou que essa primeira experiência teve mais diálogo entre os diferentes setores da Unidade de Conservação do que ocorreria em experiências futuras[283]. Embora estivessem em vias de captura, ainda eram presentes as formas de debate mais horizontalizadas. Segundo os documentos oficiais, o Plano de Utilização “[...] é o instrumento administrativo para provar que a utilização dos recursos naturais será autossustentável, não prejudicará o meio ambiente e respeitará a legislação ambiental vigente” (MURRIETA, RUEDA, 1995, p,40).

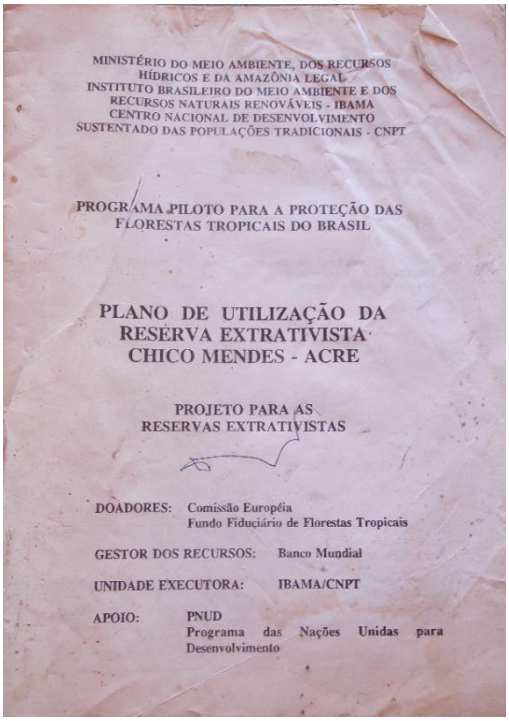
> Um pressuposto do Plano de Utilização era a existência da Concessão de Uso, conferindo à Associação direitos de posse sobre a Reserva. Esta

[283] Ao longo de nossa pesquisa notamos que as estruturas de gestão foram centralizadas até passagem da gestão do IBAMA/CNPT para o ICMBio.

> deveria, por sua vez, emitir Licenças de Utilização aos moradores cadastrados. Dessa forma, o Plano de Utilização dava corpo à ideia de que um direito agrário coletivo (o direito ao usufruto da floresta) tinha como contrapartida um dever também coletivo (o de conservar os recursos da floresta). A entidade coletiva seria responsável pela adesão de seus membros ao acordo. A quebra desse compromisso por parte dos seringueiros resultaria na perda de direitos individuais, assim como a quebra do compromisso de conservação por parte da Associação resultaria na interrupção da concessão. Sob esse regime, a fiscalização deveria caber à própria Associação, convertida de certo modo em concessionária de um bem coletivo. Por isso o Plano de Utilização dizia: "Todo morador é um fiscal da sua colocação e das outras colocações" (ALMEIDA *et. al*., 2002, p.145).

No momento da assinatura do decreto que criou as Reservas Extrativistas não havia sido previsto que seriam as associações de moradores que teriam o direito de concessão de uso. Foi ao longo do processo de implementação que se optou por essa decisão. Esse dado é relevante, pois a partir desta manobra é que gestão do território foi verticalizada. Foi por volta de 2002 e 2003, quando o INCRA terminou de cadastrar os moradores, que as associações ganharam os títulos de concessão de uso.

Os debates em torno da construção do Plano de Utilização foram acalorados, pois camponeses da florestas e tecnocratas possuíam visões divergentes sobre a natureza. Era presente na posição dos técnicos do IBAMA/CNPT e das ONGs a concepção de que as práticas agroextrativistas seriam danosas à conservação ambiental, e que precisaria que fossem alteradas. A aprovação da redação final do



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS - CNPT

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL

PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES - ACRE

PROJETO PARA AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

DOADORES: Comissão Européia
Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais

GESTOR DOS RECURSOS: Banco Mundial

UNIDADE EXECUTORA: IBAMA/CNPT

APOIO: PNUD
Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

Imagem 10: Ao longo dos anos de 1995 e 1996, foram distribuídos para os moradores da RESEX Chico Mendes versões impressas do Plano de Utilização.

documento ocorreu no ano de 1995, e neste mesmo ano os moradores receberam uma versão impressa do documento (IMAGEM 10).

Foram nas reuniões de formulação do Plano de Utilização da REAJ, no ano de 1993, que se aventou a possibilidade de criar “fiscais colaboradores” – que seriam os próprios moradores da Unidade de Conservação. Essa ideia também é adotada no Plano de Utilização da RESEX Chico Mendes e é expressa no Artigo 27:

> Cada seringueiro é um fiscal de sua colocação e das outras colocações, cabendo a ele não só zelar por sua colocação, como também observar para que as normas deste “Plano de Utilização” sejam cumpridas pelo conjunto de moradores.

A proposta era que os fiscais colaboradores passassem por um treinamento com base na Resolução do CONAMA N°003, de 16 de março de 1988, a qual “dá poderes às entidades civis com finalidade ambiental, de, pelo sistema de mutirão, participar da fiscalização de Unidades de Conservação, lavrando autos de contestação circunstanciados, cujo modelo [seria] fornecido pelo IBAMA”[284].

Com o passar dos anos, alguns moradores passaram por treinamentos para atuar na base realizando as fiscalizações. Esse foi o caso de Coco, morador do Seringal Humaitá, em Brasileia. No ano de 1999 ele passou por um curso realizado

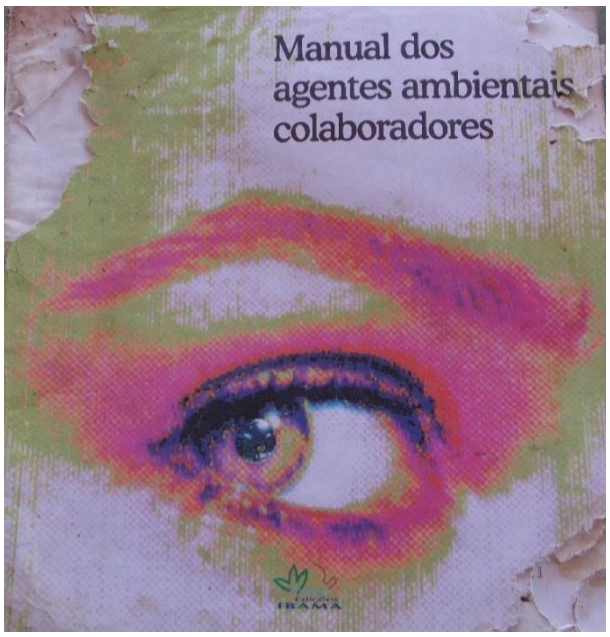


Imagem11: Manual dos agentes ambientais colaboradores. Esse material didático era utilizado nos cursos de formações dos fiscais colaboradores da RESEX Chico Mendes no final dos anos 1990.

[284] I versão do Plano de Utilização da RESEX Chico Mendes, aprovado em 1995.

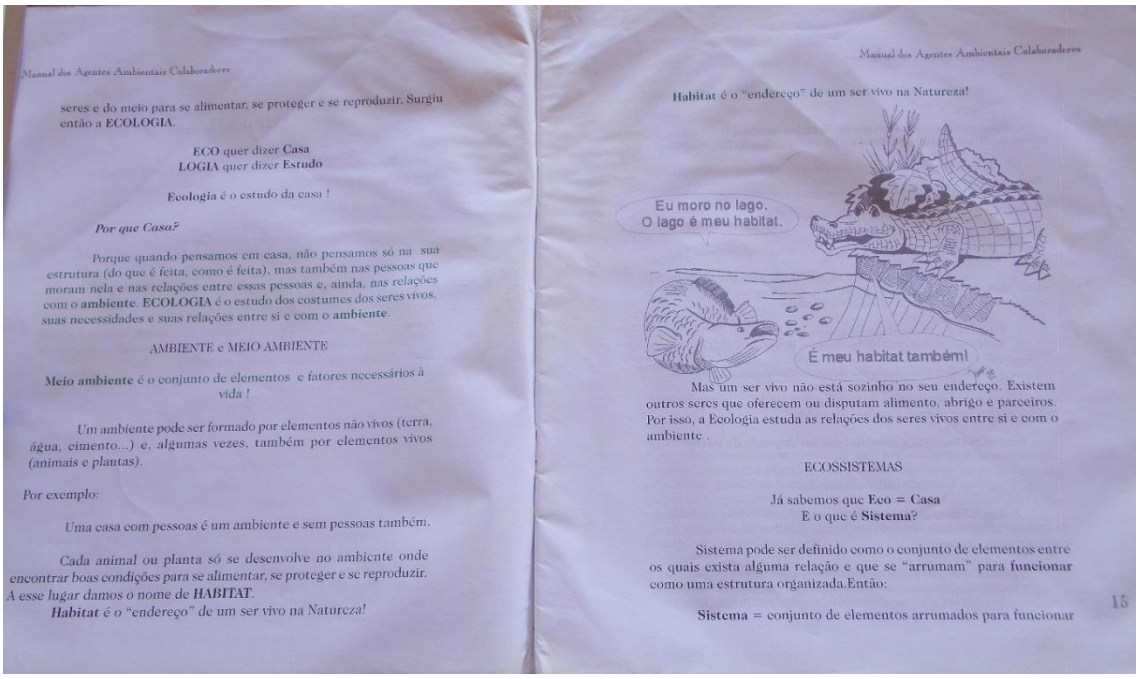
pelo Departamento de Fiscalização (DEFIS) do IBAMA. Em campo, o camponês nos mostrou o material didático que foi fornecido na época (IMAGEM 11).

Logo na apresentação do “Manual dos agentes ambientais colaboradores” (1999) pode-se ler que a metodologia do curso foi criada a partir do Projeto IARA (Administração dos Recursos Pesqueiros da Região do Médio Amazonas), executado pelo IBAMA em conjunto com a Consultora Alemã (GOPA) e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

Em vez de serem resgatados os saberes tradicionais, é o conhecimento positivo e racionalista – que concebe a natureza enquanto universal e externa[285] – a base deste material, que vem dividido em seis seções: noções básicas de ecologia e meio ambiente; noções de fauna e flora; educação ambiental, cidadania, organização; ordenamento pesqueiro; legislação ambiental e ação fiscalizatória.

Ora, devemos lembrar que o ponto de partida do Plano de Utilização deveria ser os conhecimentos e normas que já vigoravam entre as famílias camponesas da floresta, e não os princípios de um direito que tem como base a propriedade privada ou de uma ciência que negava a unidade entre a sociedade e a natureza.

No material são introduzidos conceitos abstratos como cadeia alimentar, meio ambiente, ecossistema e ecologia. Por exemplo (IMAGEM 12):



Manual dos Agentes Ambientais Colaboradores

seres e do meio para se alimentar, se proteger e se reproduzir. Surgiu então a **ECOLOGIA**.

ECO quer dizer **Casa**
LOGIA quer dizer **Estudo**

Ecologia é o estudo da casa !

Por que Casa?

Porque quando pensamos em casa, não pensamos só na sua estrutura (do que é feita, como é feita), mas também nas pessoas que moram nela e nas relações entre essas pessoas e, ainda, nas relações com o **ambiente**. **ECOLOGIA** é o estudo dos costumes dos seres vivos, suas necessidades e suas relações entre si e com o **ambiente**.

AMBIENTE e MEIO AMBIENTE

Meio ambiente é o conjunto de elementos e fatores necessários à vida !

Um ambiente pode ser formado por elementos não vivos (terra, água, cimento...) e, algumas vezes, também por elementos vivos (animais e plantas).

Por exemplo:

Uma casa com pessoas é um ambiente e sem pessoas também.

Cada animal ou planta só se desenvolve no ambiente onde encontrar boas condições para se alimentar, se proteger e se reproduzir. A esse lugar damos o nome de ***HABITAT****.*

Habitat *é o “endereço” de um ser vivo na Natureza!*

Manual dos Agentes Ambientais Colaboradores

Habitat é o “endereço” de um ser vivo na Natureza!

Mas um ser vivo não está sozinho no seu endereço. Existem outros seres que oferecem ou disputam alimento, abrigo e parceiros. Por isso, a Ecologia estuda as relações dos seres vivos entre si e com o ambiente .

ECOSSISTEMAS

Já sabemos que **Eco = Casa**
E o que é **Sistema**?

Sistema pode ser definido como o conjunto de elementos entre os quais exista alguma relação e que se “arrumam” para **funcionar** como uma estrutura organizada.Então:

Sistema = conjunto de elementos arrumados para funcionar

15

Imagem 12: Exemplo do “Manual dos agentes ambientais colaboradores” (1999). Nessa parte são apresentados alguns conceitos de ecologia.

[285] Ver capítulo um.

Devemos lembrar que a matriz racionalista de pensamento que forjou esses conceitos tem como pressuposto a negação do conteúdo social como um produtor da natureza. Portanto, torna-se difícil o estabelecimento do diálogo entre diferentes epistemologias existentes entre os povos da floresta.

O saldo da atuação dos fiscais colaboradores foi a desarticulação dos laços sociais. Devido às inconsistências resultantes da superposição de diferentes sistemas de normas que vigoravam na RESEX Chico Mendes (que eram regidos pelos saberes tradicionais e pelo direito positivo), surgiram muitos conflitos entre vizinhos e familiares. Alguns fiscais acabaram abusando da autoridade que lhes foi conferida e utilizaram a sua posição para coagir e oprimir seus pares[286]. Atualmente, na Unidade de Conservação não há mais fiscais colaboradores, entretanto os que um dia exerceram essa função ainda são hostilizados por outros moradores.

Com a ideia de ser uma proposta "piloto", o que fosse construído e decidido no processo de implementação das Unidades de Conservação do Projeto RESEX acabaria se tornando modelo para as próximas Reservas Extrativistas que fossem demarcadas e institucionalizadas. Nesse sentido, para organizar a gestão e a produção era prevista a implementação de espaços pedagógicos como cursos, oficinas e dinâmicas.

> A implementação do Projeto RESEX cumpriu um importante papel pedagógico, através das associações e técnicos a elas vinculados, no convencimento da população das RESEX sobre a importância de voltar-se às suas necessidades imediatas e locais, em detrimento de uma visão coletiva e de longo prazo. Assim, dissociando o econômico do político, negava-se o Movimento Seringueiro em sua capacidade de articulação e ampliação da luta contra subalternização e subordinação da classe trabalhadora em nome de uma redução limitada a interesses imediatos (CUNHA, 2010, p.181).

Era exigido que os camponeses da floresta se modernizassem. Cunha (2010), ao analisar os documentos do CNPT, nota uma clara valorização da técnica, da eficiência e da profissionalização. A ideia era que os camponeses adquirissem as "boas formas de manejo" para assegurar a redução das pressões provocadas aos recursos naturais. Os contornos que a RESEX Chico Mendes ia ganhando ao longo e depois do Projeto RESEX evidenciam a presença de um hiato entre dois projetos distintos para a reforma agrária seringueira.

Concomitante ao que ocorria no nível da vida cotidiana das famílias camponesas da floresta, o CNS passava por mudanças. A ocorrência de alianças com

---

[286] Em alguma medida, essa situação possui algumas semelhanças com a presença dos guardas-parque na Estação Ecológica da Jureia, no estado de São Paulo (DIEGUES, 2008a).

diversas entidades e a presença de investimentos estrangeiros fizeram com que uma parte das lideranças começassem a alinhar seus discursos com os interesses em torno da produção capitalista da natureza.

A mudança dos discursos pela constituição de um outro *front* de luta, que era o das grandes rodadas de negociações e das alianças estratégicas, é rapidamente captada por Benedita Esteves (2010) em seu papel como assessora do CNS. A acreana (ESTEVES, 2010, p.172) assevera:

> As "novas" lideranças substituíram as relações baseadas na solidariedade, na fidelidade à causa política, por outras formas definidas nas negociações de interesse econômicos, onde a preocupação com a melhoria associou-se à preservação dos recursos naturais.

No início dos 1990, Osmarino Amâncio ocupava o cargo de secretário do CNS. Ele nos explicou que os seringueiros que decidiram compor as direções dos STRs, das cooperativas e do CNS tiveram que sair de suas colocações para assumir os compromissos da luta e da resistência que ocorriam na cidade[287]. A grande questão, segundo a liderança, é que era necessário estar próximo das bases sociais para a formulação de pautas concretas. Entretanto, uma parte dos membros do CNS assumiam posições autoritárias e davam prioridade aos interesses dos investidores externos e do Estado.

Aos poucos o CNS ia adquirindo uma postura mais conciliatória do que contestatória. Entre os anos de 1995 e 1999, devido às demandas burocráticas do Projeto RESEX, o CNS muda a sua sede para Brasília e passa a dividir o espaço físico com o GTA.

Dez anos depois do I ENS, no ano de 1995, ocorre o IV ENS. De acordo com Cunha (2010), o estabelecimento da pauta sobre a exploração madeireira na Reserva Extrativista atua como um divisor de águas entre as lideranças e a base presentes no Encontro. Essa ideia do manejo múltiplo dos recursos naturais, como veremos mais adiante, nasce na Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), quando Jorge Viana (o futuro governador do estado) era um dos engenheiros florestais que estudava a extração madeireira em áreas destinadas para a conservação ambiental.

---

[287] Esse aspecto é muito bem captado por Esteves (2010, p.182): "As lideranças, pelo conhecimento que adquiriram e pelas demandas da entidade, passaram a se dedicar, exclusivamente, às atividades do cotidiano da instituição. Profissionalizaram-se adquirindo outra linguagem: pelo poder das informações; pelo conhecimento técnico adquirido; pelos contatos e convivência com técnicos e assessores; pelo exercício de negociações junto a agências de financiamento; pela participação regular em congressos, seminários e palestras".

Com as divergências acirradas, lideranças e assessores foram deixando o CNS. Nas palavras de Osmarino Amâncio (2004, p.316), “o Conselho Nacional dos Seringueiros se descaracterizou. Não é mais um movimento, virou uma ONG, tirou a estrutura do Acre e levou para Brasília”.

No V ENS, que ocorreu no ano de 1998, o CNS mostra-se claramente alinhado com a lógica neoliberal. A partir da leitura das atas do Encontro, Camely (2009) e Cunha (2010) apontam que o movimento assume uma postura conformista com as exigências do mercado. “Não se tratava mais de lutar contra o mercado, contra um modelo de desenvolvimento que os excluía, e sim de se adaptar a esse mercado e assim ser incluído (subordinadamente) nele” (CUNHA, 2010, p.232). Em vez de assumir uma postura combativa para que os direitos sociais fossem contemplados, no documento final do V ENS é estabelecido como o principal ponto de luta do CNS “defender a floresta, os rios, a terra e os seres vivos” (CNS, 1998 *apud* CUNHA, 2010, p.233).

Depois de mais de dez anos de negociações, no dia 19 de julho de 2000, é assinado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)[288]. A Reserva Extrativista e outras modalidades como a Floresta Nacional, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e a Área de Proteção Ambiental (APA) são integradas ao conjunto de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

A demora da tramitação do SNUC, segundo Bernini (2015), é devido a divergências entre os que possuíam uma visão preservacionista e os que possuíam uma visão conservacionista. Mesmo após a assinatura do Decreto das Reservas Extrativistas, ainda não era consensual a permanência de populações em Unidades de Conservação.

Em termos gerais, o SNUC poderia apresentar ganhos em relação à participação das comunidades nas Unidades de Conservação, entretanto a Lei não apresenta nenhuma ameaça para a reposição das condições e das contradições da produção capitalista da natureza.

> Ainda que a lei do SNUC represente um ganho em relação à participação das comunidades na gestão das UC’s, ela mantém uma visão utilitarista da natureza, condicionando o direito ao território das comunidades camponesas tradicionais à conservação dos recursos naturais. Conservação esta que se define a partir dos desígnios da sociedade moderna e que, como vimos, é intrinsicamente contraditória, já que não faz críticas às bases que fundamentam o modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada

[288] Lei n°9.985, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> (último acesso em: 11/09/2017).

> e o valor de troca. Ao contrário, a conservação termina por ser mais uma outra forma de criar mercados para dar vazão aos ativos “sobrantes” do sistema capitalista (BERNINI, 2015, p.87).

Em relação às Unidades de Conservação de Uso Sustentável, podemos notar que são tratadas no SNUC com uma visão racionalista, que obriga a formulação de um Plano de Manejo como uma forma de garantir a permanência de comunidades camponesas e indígenas nessas áreas. Além do mais, foi em meio a esse contexto que os novos mecanismos de valorização de práticas e saberes tradicionais iam se concretizando, ganhando novos contornos financeirizados, a partir do Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) e dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

No SNUC, a Reserva Extrativista é definida como:

> [...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complemetarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Na Lei não são alterados os aspectos sobre a concessão de uso aos moradores, a desapropriação de áreas particulares e a proteção ao modo de vida. Porém, são incluídos dois pontos fundamentais: a formação de um Conselho Deliberativo e a obrigatoriedade do Plano de Manejo, como podemos ler respectivamente nos artigos dois e cinco:

> 2° A Reserva será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.
> [...]
> 5° O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

No SNUC, na parte que é tratada a Reserva Extrativista, são desconsiderados os aspectos contidos na proposta inicial, como a autogestão e o Plano de Utilização – duas modelos administrativos próximos da experiência de seus moradores. Vimos ao longo de nosso texto que os caminhos da “reforma agrária seringueira” não fugiram às contradições presentes no Estado. Portanto, não seria uma surpresa que a principal legislação que regula as Unidades de Conservação reiterasse os termos de uma produção capitalista da natureza.

A partir da Lei, seria do IBAMA, órgão gestor, a responsabilidade da administração da RESEX, o que reforçaria a ideia de um “chefe da Unidade de Conservação”. E ao tornar obrigatória a existência de um Conselho Deliberativo,

atribuía a função de gestão da Unidade a um seleto grupo, o qual não necessariamente representaria a vontade de seus habitantes. Notamos que o SNUC, ao invés de descentralizar e horizontalizar as decisões das Unidades de Conservação, centraliza e verticaliza a gestão.

Iremos ver com uma maior clareza as consequências do SNUC na vida cotidiana dos camponeses da floresta no último capítulo. Podemos adiantar que a decisão de negar o espaço da gestão como um espaço comum é percebida pelos moradores da RESEX Chico Mendes a partir das escolhas das políticas públicas, dos projetos implantados e da realização de punições pelo ICMBio. Ouvimos com frequência em campo que se os "que decidem pelos seringueiros soubessem o que é viver na Reserva, não fariam certas escolhas".

Vale ressaltar a ponderação de Cunha (2010), que nos lembra que na mesma época em que estava sendo discutida a redação final da Lei, o CNS estava em um processo de desmobilização que se resultou numa atitude conciliadora[289]. A falta de resistência política também será observada na RESEX Chico Mendes. Desde o início dos anos 1990, importantes quadros do movimento passaram a assumir cargos públicos em diferentes esferas. Em meio a esse contexto, iam assimilando a gramática do governo do estado do Acre, o qual se aproveitou do discurso da importância de lutar pela floresta "em pé" para realizar grandes negócios.

No dia 22 de maio de 2003, por meio da Portaria do IBAMA n°28, é institucionalizado o Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes. Notamos que há um maior número de instituições externas do que entidades de classe para representar as famílias camponesas. Como Dercy Teles sempre enfatiza, "o Conselho não é paritário". E, acrescentamos, mesmo que existam entidades de classe – como os STR, as associações de moradores e as cooperativas – veremos mais adiante que o governo do estado acabou cooptando as mesmas. Na Portaria foi decidido que o chefe do Conselho também seria o chefe do CNPT no Acre.

Entre os anos de 2004 e 2005, foram divulgados os primeiros estudos para a elaboração do Plano de Manejo. Como pudemos ler nas atas do Conselho, a

---

[289] Essa constatação é registrada em uma entrevista feita por Claudia Cunha (2010, p.253) na fala de uma liderança do CNS do Pará: "Nós tivemos muita falha no SNUC. Nós do CNS. Por ser uma discussão muito cansativa e demorada, nós acabamos que participamos uma e outra, e nós não nos mobilizamos muito. E o SNUC foi aprovado com algumas coisas que nos prejudicou. Por exemplo, eles praticamente igualaram proteção integral e uso sustentável [...] Para isso eles criaram o chefe. Chefe de proteção integral, e chefe de uso sustentável. E imbuíram o chefe de um poder, que é um poder fictício".

expectativa pelo documento era grande entre os anos de 2005 e 2006, pois a RESEX Chico Mendes seria a primeira a ter um Plano de Manejo formulado que serviria de exemplo para as demais.

Ao lermos as atas, vemos que o cenário de finalização da Fase II do Projeto RESEX exigia a aprovação do Plano de Manejo. Na época falava-se que o investimento do PPG7 conseguiria ser estendido por mais dois anos, na condição de que o documento fosse aprovado.

Em meio à redação do Plano de Manejo é feita uma pequena alteração no Plano de Utilização. Entretanto, o que queremos enfatizar desse processo é que o Conselho Deliberativo – justamente por decidir pela aprovação do documento – torna-se o *lócus* da decisão dos caminhos da RESEX Chico Mendes.

Convida-se Ana Euler, representante da WWF, para realizar a explanação sobre a implantação de um "roteiro metodológico" para a construção do Plano de Manejo. Como já frisamos em nosso texto, foi essa ONG que desde os anos 1980 veio criando metodologias de gestão em áreas destinadas à conservação ambiental. Indo totalmente na contramão do projeto inicial da Reserva Extrativista, que previa a valorização de seus habitantes e de seus regimes de normas e regras, um agente externo alinhado com os interesses dos grandes investidores introduz um roteiro de construção do documento central para os caminhos futuros dos camponeses da floresta.

Apartados da resistência e dos moradores da RESEX Chico Mendes e munidos com os resultados preliminares do Plano de Manejo (que apontava para uma redução do extrativismo da seringa e para o aumento da agricultura e da pecuária[290]) é que surgiram as seguintes "soluções" para a conservação ambiental e a geração de renda: o manejo madeireiro, o projeto de manejo do óleo da Copaíba da WWF, o manejo do sangue de dragão (*Croton sp*) e da semente e água do jatobá (*Hymanea*). Foi aí também que se pensou em uma parceria para realizar o etnozoneamento entre a empresa de cosméticos Natura, a Universidade Federal do Acre (UFAC) e os camponeses da floresta.

Interesses do Estado, das ONGs e do mercado serão trazidos ao Conselho para serem aprovados sem a resistência dos seringueiros, como nos frisou Dercy Teles – que durante quatro anos fez parte como representante do STR de Xapuri. A

[290] Iremos detalhar e discutir essa questão no capitulo quatro.

liderança nos contou que as reuniões são extremamente burocráticas, formais e que não há espaço para a discussão. Ela nos relatou que muito das discussões eram combinadas antes das reuniões, e que os membros do Conselho não representavam nenhuma oposição ao Estado.

Para finalizar esse item é importante registrar que a Unidade de Conservação da RESEX Chico Mendes passou a receber investimentos do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que tinha como objetivo expandir, consolidar e manter uma parte do SNUC. O ARPA é gerenciado pela WWF em conjunto com o MMA e os governos estaduais e municipais da Amazônia. Os recursos do Programa são advindos do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), Banco Mundial, KfW, GTZ, WWF-Brasil e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

Diferente de outras Reservas Extrativistas, a RESEX Chico Mendes possui uma grande presença do governo do estado do Acre. Uma série de secretarias e projetos objetivam a produção capitalista da natureza nessa Unidade de Conservação. É sobre essa problemática – a presença do Governo da Floresta – que vamos falar a seguir.

O Governo da Floresta e a RESEX Chico Mendes

Sem ser previsto que os pequenos sujeitos sociais poderiam provocar mudanças profundas na história recente da região amazônica, a trajetória de luta de seringueiros e indígenas nos fornecem elementos para compreender como que foram traçados os caminhos tortuosos nos quais esses sujeitos sociais percorreram. O processo de ressignificação econômica da floresta está intimamente relacionado com o papel dessas legítimas lutas sociais. Entretanto, percebemos no decorrer da pesquisa que os camponeses da floresta não estavam a par das mudanças que ocorriam em um nível global, nem que elas apontavam para um colapso ecológico. Não se tinha conhecimento de que o próprio modo capitalista de produção, que produzia a destruição da natureza, buscava conciliar a ecologia com a economia. Como pontua Carneiro e Almeida (2017, p.284), “[...] os seringueiros não sabiam que estavam conservando a biodiversidade. Pensavam que estavam produzindo borracha, e não a biodiversidade”.

Até certo ponto, a presença humana na floresta amazônica foi concebida como algo indesejável, mas nas últimas três décadas a apropriação da floresta passou a ser uma estratégia de acumulação. Inclusive, as informações conseguidas graças ao mapeamento do território se tornaram estratégicas na disputa pelas grandes áreas florestadas – agora, concebidas como reservas de valor.

A história dos seringueiros acreanos transborda as fronteiras da RESEX Chico Mendes. A trajetória e os caminhos políticos dessa luta nos trazem importantes elementos para a compreensão do papel da Amazônia em um contexto de uma economia mundializada e financeirizada. Nesse sentido, compreender os diferentes níveis do Estado é fundamental para entendermos os elementos da produção capitalista da natureza.

A posse de Jorge Viana (PT) para o mandato de governador do estado do Acre, em 1999, irá provocar importantes alterações no território e na vida cotidiana da RESEX Chico Mendes. O chamado "Governo da Floresta" irá se apropriar de elementos da história recente – entre eles, a luta dos seringueiros e indígenas – para a reconfiguração de suas políticas. Entretanto, a constituição do Acre como um estado de "vanguarda" na Amazônia Legal envolverá uma história que antecede a chegada do PT ao governo do estado.

Já apontamos no capítulo dois que o PT tem a sua seção criada no Acre logo no início da década de 1980, no contexto de redemocratização, quando foi permitida a emergência de novos sujeitos sociais e novas formas de luta (SADER, 1995). Vimos que o avanço do latifúndio na Amazônia provocava a desterritorialização das famílias camponesas e a derrubada da floresta, e que havia a necessidade da ocupação dos espaços políticos como as prefeituras, as câmaras dos vereados, dos deputados e os sindicatos como uma forma de resistência.

Será no ano de 1982 que o PT do Acre concorrerá pela primeira vez às eleições estaduais. Naquele momento, o partido era apresentado como a saída para os problemas sociais rurais e urbanos enfrentados por camponeses, indígenas e trabalhadores. Nessa eleição nenhum candidato do partido é eleito. Inclusive, uma das candidaturas para deputado estadual era a de Chico Mendes. Entretanto, como mostra Morais (2008), a experiência de 1982 apresentou uma grande validade para as eleições que ocorreriam no ano de 1988.

No final dos anos 1980, quando a luta seringueira começava a ganhar o mundo, é que foram produzidas as primeiras mudanças no discurso e nas políticas do governo

do estado do Acre. Em reação às críticas ao avanço do desmatamento, o governador Flaviano de Mello (1986-1990) inicia uma pequena virada em direção a uma possível conciliação entre economia e ecologia. Em 1987, é criada a Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC) a partir do investimento do The International Tropical Timber Organization (ITTO).

O objetivo da FUNTAC era produzir uma série de estudos e projetos que viabilizassem o uso racional dos recursos naturais – principalmente da madeira[291]. Um dos engenheiros florestais que compunha o órgão era Jorge Viana, que havia se graduado na Universidade de Brasília (UNB) e voltara para o Acre para trabalhar no Laboratório de Madeiras Tropicais (Latemac) no ano de 1985.

O jovem grupo de engenheiros que compunha a FUNTAC tinha se aproximado de Chico Mendes. A ideia era que fossem produzidos os primeiros estudos que viabilizassem a implantação da Usina de Castanha da CAEX. Porém, o líder seringueiro apresentava certas dúvidas sobre a aproximação do governo do estado, como podemos ler no seguinte excerto:

> Bom, existe um relacionamento bom com a FUNTAC que é um órgão do governo. A FUNTAC é dirigida por um grupo de pessoas que, até o momento, têm tido um relacionamento razoável [...]. Entretanto, apesar desse bom relacionamento que temos com a FUNTAC, que é um órgão do governo, nós não temos mais confiança no governo. Não dá para confiar num governador que se diz defensor da floresta e que manda a polícia garantir desmatamento. [...] Mas um governo que dá um discurso no Japão, que dá um discurso no Rio de Janeiro, em defesa da floresta, mas aqui manda a polícia garantir o desmatamento, não dá para confiar (MENDES, C. *apud* Grzybowski, 1989, p.32-33).

Na época, para o governo do estado do Acre começar a primeira experiência de manejo “racional” da madeira, havia recorrido aos japoneses (do ITTO) para angariar os recursos. É interessante notar que Chico Mendes percebia a contradição entre o discurso que o Estado fazia para fora do Acre e o que ocorria de fato no cotidiano dos camponeses da floresta. Fato esse que se configurará, vinte anos depois, em uma das marcas do “Governo da Floresta”.

Ao mesmo tempo que o PT ia se configurando e ganhando espaço no Acre, surgia a formação das primeiras ONGs. Em 1983, a partir do Projeto Seringueiro, constitui-se o CTA via investimentos da OXFAM e do EDF. Esta ONG será fundamental para a formação de lideranças no movimento e de outros projetos na área da educação e da produção agroextrativista. Um pouco antes da morte de Chico

---

[291] Falaremos mais sobre o papel da FUNTAC no capitulo quatro.

Mendes, em setembro de 1988, é fundada a ONG SOS Amazônia, fruto de uma "mobilização de profissionais da UFAC, funcionários públicos e de representantes de movimentos sociais, que se alinharam para denunciar, conscientizar e mobilizar a sociedade frente às crescentes agressões sofridas pela Floresta Amazônica" (CAMELY, 2009, p.189-190). E, ano de 1990, é fundada a ONG Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais (PESACRE) a partir de quase um milhão de dólares doados pela USAID[292]. A instituição era fruto de um convênio firmado, em 1986, pela UFAC com a Universidade da Florida. Ainda no prenúncio do desenvolvimento das técnicas de manejo, o objetivo das pesquisas com seringueiros e colonos era produzir diagnósticos sociais, econômicos e ecológicos para a proposição de soluções. O diferencial das pesquisas realizadas, segundo Schmink (1992), seria a introdução da chamada "Pesquisa Participativa".

Logo no início dos anos 1990, os integrantes das primeiras ONGs acreanas – mas que tinham desde as suas fundações a presença de instituições internacionais via a transferência de capitais – começaram a ocupar cargos no Estado em projetos que objetivavam produzir alternativas "sustentáveis" para a produção agroextrativista, como nos mostra a pesquisadora norte-americana Marianne Schmink[293] (1992, p.293-294):

> Os membros do grupo PESACRE também começaram a integrar nos programas de sua própria organização os objetivos e a filosofia dos projetos de trabalho com produtores rurais com baixos recursos. No final de 1989, os membros do grupo ocuparam cargos como presidente do Centro dos Trabalho da Amazônia (CTA - uma ONG chave que apoia o movimento dos seringueiros) e como presidente do departamento de ciências agrárias da UFAC. Outros foram nomeados posteriormente para cargos responsáveis em escritórios locais de organizações nacionais, regionais e estaduais, incluindo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Brasileiro de Pesquisa Agrária (EMBRAPA), Instituto Ambiental do Acre (IMAC) e Instituto Nacional para Pesquisa Amazônica (INPA). Em 1990, o coordenador de projetos da UFAC, Mâncio Lima Cordeiro, foi nomeado Secretário de Desenvolvimento Agrário do estado do Acre[294].

---

[292] "In 1990, PESACRE was consolidated as an independent nongovernmental organization dedicated to research, training, and dissemination of information related to sustainable development practices for small-scale producers in Acre. In partnership with University of Florida, the group was awarded a three-year grant nearly $ 1 million from United States Agency for International Development to support research, extension, and training activities in agroforestry and natural resources management. These funds permit the group to consolidate its role in facilitating interinstitutional cooperation to address the complex problems facing the state of Acre" (SCHMINK, 1992, p.293).

[293] Vale ressaltar que a mesma esteve envolvida na fundação do PESACRE e no convênio entre a UFAC e a Universidade da Florida.

[294] No original: "PESACRE group members also began to integrate the goals and philosophy of the project's work with low-resources producers into their own organization's programs. By the end of 1989, group members had taken positions as president of Workers' Center (CTA – a key NGO supporting the rubber tappers' movement) and as chairman of agrarian sciences department at the UFAC. Others later were named to responsible positions in local offices of national, regional, and state organizations

Percebe-se que no pequeno estado da Amazônia Legal, no Acre, já no final dos anos 1980, ia se constituindo um “novo” modelo de desenvolvimento que teria a sua maior expressão territorial com o PPG7 – o qual, sob o signo do desenvolvimento sustentável, iria redefinir o papel da floresta amazônica nas dinâmicas de acumulação capitalista por meio da presença de novos sujeitos sociais, como instituições financeiras e as ONGs.

No ano de 1988 ocorre a primeira virada petista no Acre: Marina Silva (uma jovem professora e filha de seringueiros) torna-se a vereadora mais votada da cidade de Rio Branco (MORAIS, 2008). Dois anos depois, é fundada a Frente Popular (fruto da aliança entre o PT, PCB, PC do B, PDT, PPS PSB e o PV, com a coligação da Renovação Democrática do Acre – PL, PTB, PDC, PTR e PRN). No ano de 1990, Jorge Viana (PT) se candidata para o governo do estado e Marina Silva (PT) se candidata para a câmara estadual. O primeiro perde e a segunda é eleita deputada estadual (na época, o seu suplente foi Osmarino Amâncio Rodrigues).

A construção da plataforma eleitoral do PT e da proposta para o governo do estado partia de dois eixos: um era a fragilidade do modelo de desenvolvimento econômico em voga (herança da ditadura militar) e a crise do extrativismo, e o outro eixo era o “acreanismo”, que era a insatisfação da população acreana diante ao modelo administrativo (MORAIS, 2008).

Portanto, a Frente Popular busca na história acreana três grandes marcos históricos para a construção de sua identidade: a Revolução Acreana (1889-1903), o Movimento dos Autonomistas (1957-1962) e a luta dos seringueiros e indígenas entre as décadas de 1970 e 1980. Os dois primeiros eventos históricos são relativos à formação territorial do Acre, e o terceiro evento está relacionado à resistência dos movimentos socioterritoriais e à conquista de políticas que visavam reestruturar o espaço agrário (MORAIS, 2008).

Os dois primeiros anos da década de 1990 foram caracterizados por um intenso trabalho de base. O resultado concreto dos esforços da Igreja, das ONGs e dos movimentos sociais foi a eleição de Jorge Viana para a prefeitura de Rio Branco no ano de 1992. Em 1994, mais vitórias são conquistadas pelo PT acreano: a eleição de

---

including Institute for Technical Assistance and Rural Extension (EMATER), Brazilian Institute for Agrarian Research (EMBRAPA), Environmental Institute of Acre (IMAC), and National Institute for Amazonian Research (INPA). In 1990, UFAC project coordinator Mâncio Lima Cordeiro was named Secretary Agrarian Development of state Acre”. Tradução nossa.

Marina Silva para o senado e a eleição de Julio Barbosa de Aquino (líder seringueiro e, na época, presidente do CNS) para a prefeitura de Xapuri. Raimundo de Barros (líder seringueiro e primo de Chico Mendes) também tenta uma candidatura na câmara municipal da mesma cidade.

Para ganhar a eleição no ano de 1998, Jorge Viana teve que viajar para as mais distantes localidades. Quando estávamos às margens do Iaco, no Seringal Icuriã, nos foi relatado que em meados dos anos 1990 o local era muito povoado, mas ainda não havia nenhuma escola. Naquela época, o futuro governador se deslocou para lá e uma das mães que viviam ali pediu que fosse construída uma escola. Anos depois, a promessa é cumprida e os meninos começam a estudar no período da noite, à luz de lampiões[295]. Sem romantizar a história (pois entendemos o direito à educação como parte da justiça social), esse fato nos chamou a atenção para a representação da imagem pública de Jorge Viana, que passou a ser visto como um político próximo das classes sociais menos assistidas.

Para Morais (2008), foi na década de 1990 que emergiu o "conflito" entre dois diferentes modelos de desenvolvimento: um que supostamente remetia ao passado, e outro que visava o futuro:

> Foi a partir desse momento [as eleições de 1992] que teve início um processo de disputa entre dois projetos no Acre. Um que insistia no modelo de ocupação predatória e outro que sinalizava para uma ocupação que precisava acontecer de forma controlada e sustentável (MORAIS, 2008, p.167).

É importante lembrar que em um contexto regional, as mudanças em direção ao "desenvolvimento sustentável" já tinham iniciado. Pós-ECO 92, o PPG7 estava em vias de consolidação, e a produção do primeiro ZEE em escala regional daria as diretrizes para as mais diversas políticas. Além disso, em meados dos anos 1990, o Amapá implantava o primeiro Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. O então governador do estado, João Capiberibe (PSB), convidou Mary Allegretti para ser uma de suas assessoras na construção do documento que tinha se inspirado na Agenda 21 (ALLEGRETTI, 2002).

Em sua tese de doutorado, Castelo (2014) nos lembra que para Jorge Viana ganhar a eleição para o governo do estado foi preciso fazer uma coalização com doze

---

[295] Foi muito importante a abertura desta escola no Seringal Icuriã. Suas aulas eram ministradas no período da noite porque mães e filhos trabalhavam na roça durante o dia. Hoje a escola encontra-se fechada devido à migração das famílias para o centro do Seringal Icuriã e para a cidade de Assis Brasil.

partidos. Uma dessas alianças foi com o PSDB, que na época era oposição ao PT em nível federal.

Com o lema da campanha “A vida vai melhorar”, antes de saber do resultado da eleição, Jorge Viana viaja junto com Marina Silva e o cineasta Adrian Cowell para Washington (IMAGEM 13) e dá início às negociações para um futuro empréstimo para a constituição do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA).

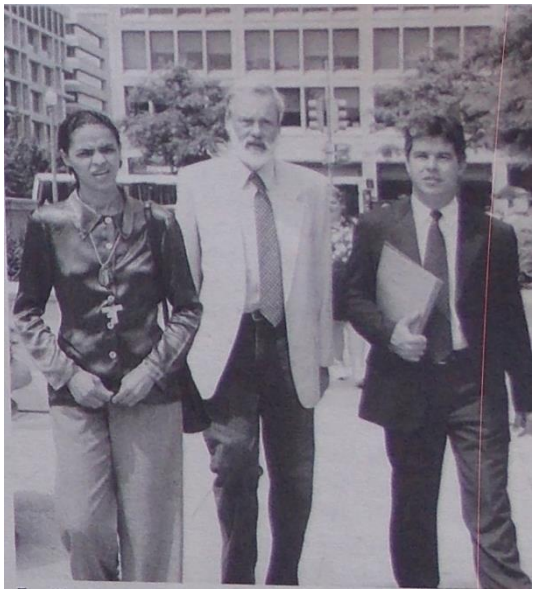


Imagem 13: Marina Silva, Adrian Cowell e Jorge Viana em Washington, em julho de 1998. IN: Revista da Marina - publicação do gabinete da Senadora, agosto/2001, p.43.

Em 2001, a Assembleia Legislativa do Estado aprova a Lei 1.420[296], que autorizava o “Governo da Floresta” a contratar empréstimos com o BID para a realização do PDSA. No mesmo ano, o estado do Acre consegue a dotação de U$ 64,8 milhões para a constituição do Programa, que tinha previsão para iniciar sua primeira fase no ano de 2002 e terminar até 2010.

Pautando-se no PPG7 como modelo, a proposta do PDSA estava em consonância com as exigências dos grandes bancos multilaterais. O Acre passava a tomar para si a imagem de que seria o estado de “vanguarda” na incorporação do desenvolvimento sustentável como a espinha dorsal de suas políticas públicas.

Entretanto, vale destacar que desde o início da tomada de poder do PT em nível estadual foi necessário ressignificar a figura de Chico Mendes como “o primeiro grande ambientalista do Acre”. Inclusive, explorava-se essa imagem atrelada à de

[296] Lei N.1.420, de 18 de dezembro de 2001, disponível em: < http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1420.pdf > (último acesso em: 12/09/2017).

Jorge Viana como se ambos tivessem cultivado uma estreita amizade[297]. Em meio aos dois mandatos de Jorge Viana (1999-2006) foram criados dois slogans que buscariam sintetizar a essência das políticas: “Governo da Floresta” e “florestania”.

> “Governo da Floresta” foi o slogan da administração do engenheiro florestal Jorge Viana no executivo estadual acreano, no período de 1999 e 2006. Termo ambíguo, pois de um lado tenta-se associar ao governo dos povos da floresta, inspirado no movimento social de índios e seringueiros; e, por outro lado o que se tem concretizado é um governo que explora a floresta, um governo dos negócios sustentáveis, onde na realidade os maiores beneficiados não são os povos da floresta e sim aqueles que sempre se beneficiaram das políticas públicas estaduais. Já “florestania” é o termo que traduziria “a experiência de sustentabilidade do Acre”. O neologismo adotado pelo governo indicava a “prioridade” dele levar cidadania às populações florestais, o qual buscaria “o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente (MORAIS, 2008, p.179-180).

A luta indígena, camponesa e seringueira realizou mudanças profundas no território acreano, que hoje possui um mosaico com 43 áreas de conservação ambiental (27 Terras Indígenas, 14 Unidades de Conservação e dois Projetos Agroextrativistas)[298] (ACRE EM NÚMEROS, 2013). Tal cenário possibilitou a concretização do I PDSA a partir do tratamento da floresta como o maior ativo econômico do estado do Acre[299] (MAPA 5).

O processo de implantação do PDSA envolveu duas grandes etapas de realização do ZEE (uma em 2002, e outra em 2007) [300], com os mapas elaborados foi possível selecionar as áreas de interesse para os “novos negócios sustentáveis”. Uma das condições impostas pelo BID nas negociações do PDSA era a criação e a ampliação das Unidades de Conservação, bem como o aumento da exploração madeireira. No mesmo ano, em 2001, é aprovada uma lei que autorizava o pedido

---

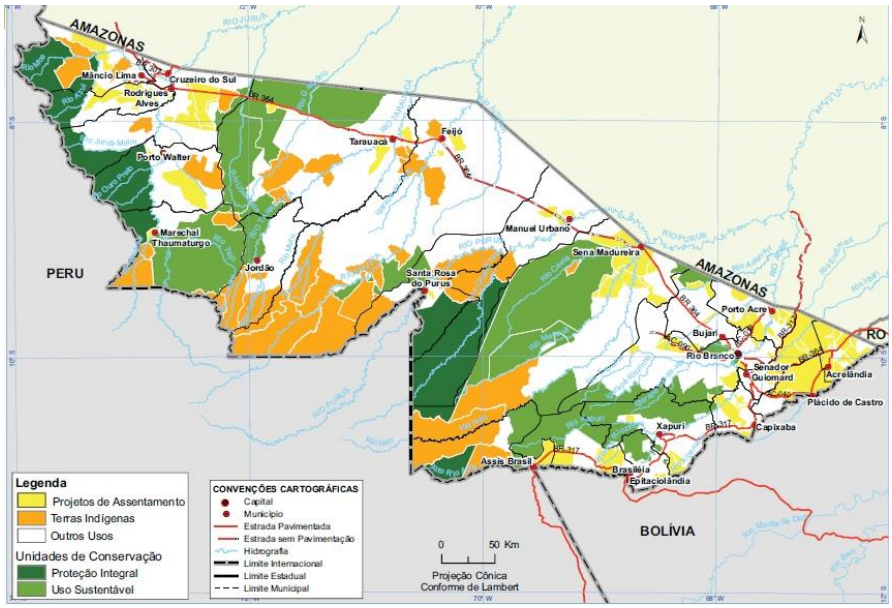
[297] Em Rio Branco, no período de abri de 2016, realizamos uma visita ao gabinete do senador Jorge Viana. Seus assessores nos fornecerem o material publicitário, entre eles uma revista intitulada “Acreanidade: o tempero e a força dos povos da floresta”. Boa parte do material explora a existência de uma possível amizade entre o político e Chico Mendes. O documento dá margem para a interpretação de que as propostas de Chico Mendes ainda estão em consonância com as atuais políticas do “Governo da Floresta”.

[298] De acordo com o ZEE parte II (2008) o Estado do Acre possuía aproximadamente 88% de seu ativo florestal original conservado, sendo que 48% do território se encontra sob a forma de áreas naturais protegidas, tais como Terras Indígenas e Unidades de Conservação em diferentes modalidades. Cerca de 12% da extensão do estado estão ocupados com assentamentos (80% do número de propriedades) e 23% com outros imóveis rurais (posses e propriedades). Cerca de 45% são áreas naturais protegidas assim distribuídas: 22% Unidades de Conservação de Proteção Integral, 33% Terras Indígenas e 45% Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

[299] Retiramos essa ideia da revista intitulada “Acreanidade: o tempero e a força dos povos da floresta” da seguinte manchete “Engenharia da floresta: a floresta é o nosso maior ativo econômico”.

[300] Com a instituição do ZEE, o Acre ficou dividido em quatro zonas de intervenção: Zona 1: consolidação de sistemas de produção sustentáveis; Zona 2: uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental; Zona 3: áreas prioritárias para o ordenamento territorial; e Zona 4: cidades do Acre.

para o empréstimo para o BID e a Lei n° 1.426,[301] que instituía o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEAP) e regulamentava as concessões florestais para a exploração madeireira privada e/ou pública. Na ocasião também foram criados o Fundo Estadual de Florestas (FEF) e o Conselho Florestal Estadual (CFE).



Mapa 5: Localização das unidades de conservação, terras indígenas e projetos de assentamento no estado do Acre. Fonte: Acre (2011).

À frente das decisões do governo federal, foi somente em 2006 que a então ministra do MMA, Marina Silva, assina a Lei de Gestão das Florestas Públicas[302], que visa a produção sustentável em serviços florestais e o manejo de produtos madeireiros e não madeiros. Nessa lei é permitida a concessão por até quarenta anos para que empresas privadas explorem os recursos das áreas.

Na época em que o Governo da Floresta iniciava seus projetos, as discussões sobre as mudanças climáticas estavam no início; portanto, a lógica da mitigação (a incorporação das externalidades e a compensação das emissões de gases de efeito estufa) ainda não tinha sido incorporada nas políticas públicas e no desenho do PDSA.

Nesse ínterim, Jorge Viana e Marina Silva retornam a Washington para reuniões com os diretores do BID e com as ONGs transnacionais e dão mais esclarecimentos sobre o Programa. Vale mencionar que no ano de 2001 a WWF instala o seu primeiro escritório em Rio Branco, visando o estabelecimento de projetos nas Unidades de Conservação (e que entre elas, estava a RESEX Chico Mendes). A

---

[301] Lei N° 1.426, de 27 de dezembro de 2001, disponível em < http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1426.pdf> (último acesso em: 12/09/2017).

[302] Lei N° 11.284, de 2 de março de 2006, disponível em < http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=485> (último acesso em: 12/09/2017).

aliança entre as ONGs nacionais e internacionais com o governo do estado do Acre será estratégica, como nos indica Camely (2009), cuja pesquisa de doutorado detalha como essas organizações passam cumprir um importante papel na concretização das políticas públicas ao executarem projetos de sociais e ambientais.

A exploração da "floresta em pé" ganha centralidade nas políticas públicas em contraposição à outra atividade historicamente consagrada no Acre: a pecuária. Todavia, não significa que os investimentos no avanço da pecuária e do latifúndio tenham acabado naquele momento. Silva (2012) explica que as duas políticas – a da floresta e a do boi – serão contempladas pelo governo do estado, o que acontece é que a primeira será constantemente publicizada em detrimento da segunda. Com o nome de "boi ecológico", proposta que nasceu na EMBRAPA Acre, a produção pecuária passa a integrar o grande portfólio das políticas sustentáveis[303].

O setor florestal e o manejo de madeireiros e não madeireiros ganharão uma grande atenção. Apoiando-se em diferentes estudos que situam a indústria agroflorestal como uma atividade fundamental para o crescimento econômico, o Governo da Floresta adota como estratégia localizar o estado nos mercados nacional e internacional através de seus produtos e serviços florestais, além de modernizar e diversificar as práticas agroextrativistas e certificar os seus produtos como *fair trade* (ACRE, 2002; SILVA, 2011, RÊGO, 2015).

Em relação à produção extrativista, que até então estava em decadência devido ao fim dos subsídios federais para a produção gomífera, o governo do estado elegeu como produtos prioritários a madeira, a borracha e a castanha.

Para fundamentar sua aposta nos produtos extrativistas e na adoção de práticas que visavam a modernização e a reestruturação das diferentes etapas da produção até chegar ao consumidor, a estratégia do Governo da Floresta foi se apoiar nos pressupostos da exploração racional e sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, previa-se que as diversas secretarias do estado e as ONGs iriam trabalhar em conjunto com as populações camponesas e indígenas na incorporação de novas tecnologias e práticas "sustentáveis".

---

[303] "Embora o Governo da Frente Popular colocasse como objetivo principal promover a exploração racional e sustentável dos recursos naturais do Acre e desenvolver a economia com base florestal, também inclui no seu plano de governo medidas que viriam dar apoio ao setor pecuário do estado" (SILVA, 2012, p.171).

Como veremos de forma mais detalhada no próximo capítulo, temos que situar o debate do lugar das práticas agroextrativistas junto com a constituição das Reservas Extrativistas. Nessa lógica, o governo do estado, para legitimar suas políticas para a produção camponesa da floresta, contará com a colaboração de intelectuais que farão parte da construção de seus projetos.

José Fernandes Rêgo, professor do departamento de ciências agronômicas da UFAC, ficará conhecido por ter elaborado o conceito de "neoextrativismo". De acordo com o mesmo:

> A revolução tecnológica [...] vem apontando novas opções de uso e valorização econômica para os recursos biológicos das florestas tropicais úmidas. Isso torna necessário repensar o desenvolvimento da região [...]. O modelo precisa ser coerente com as peculiaridades naturais daquele ambiente e com as aspirações e exigências culturais de seu povo, e deve expressar as novas relações de forças sociais. Esses pressupostos permitem pensar que o neoextrativismo, organizado na forma da produção familiar, seja estrutura econômica adequada ao desenvolvimento da Amazônia Ocidental (RÊGO, 2015, p.160.

Segundo Rêgo (*ibidem*), o termo refere-se ao extrativismo que foi combinado com o desenvolvimento de novas tecnologias e com beneficiamento local objetivando a agregação de valor. O "neoextrativismo" tratar-se-ia de um conceito que abrange todo o uso econômico dos recursos naturais e que promoveria a "conservação ambiental". Somando-se às atividades extrativistas, em seu modelo é prevista a adoção de técnicas de cultivo e a criação de animais nas propriedades camponesas.

Para o Governo da Floresta, as ideias de Rêgo viabilizariam uma saída econômica do estado de estagnação em que os camponeses viviam nas últimas duas décadas. Sua ideia inicial era investir na industrialização de matérias-primas extraídas da floresta e dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) que seriam implantados no território acreano – em especial, nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável. O objetivo final da consolidação dessas estratégias seria o desenvolvimento das cadeias-produtivas[304].

Adiantando as reflexões que traremos no último capítulo, para além de retornos concretos na melhoria do bem-estar da família camponesa, essas políticas de promoção do manejo múltiplo de madeireiros e não-madeireiros servirão muito mais de *álibis* para a construção da imagem de um estado que conseguiu encontrar uma "fórmula" para conciliar a economia com a ecologia. Dessa forma, abre-se um caminho

[304] O desenvolvimento das cadeias produtivas é uma das principais políticas do atual governador do estado do Acre – Tião Viana (PT), irmão de Jorge Viana.

“legítimo” para os investidores nacionais e estrangeiros (como o BNDES, o Banco Mundial, o BID, a Kwf e a GIZ) direcionarem seus capitais ociosos. Corroborando com nossas ponderações trazemos a reflexão de Silva (2011, p.311):

> Do ponto de vista conceptivo, no universo do simbolismo construído para legitimar as práticas de políticas para o território florestal, este se constitui num signo fundamental. Na luta dos trabalhadores da floresta, para viabilizar sua permanência em seu território vivencial, o discurso do “neoextrativismo” encontra sustentação local e assegura base para experimentos e proposições presentes no ideário do desenvolvimento proposto pelo “Governo da Floresta”. Na realidade, sob este signo, se firmam as bases de uma viabilidade, pelo menos econômica e ecológica, às vezes com possíveis retornos para a sociedade em que estava inserida no processo produtivo e de circulação. Este signo dá uma legitimidade histórica e geográfica à retomada da floresta em si como fonte de recursos, respondendo às necessidades locais de trabalhadores florestais que inserem suas aspirações no contexto global ao tratá-los como parte do “grande projeto de desenvolvimento sustentável”. Então pelo discurso do significado desse signo, é imposto, aos camponeses e à sociedade em geral, o ideário do “desenvolvimento sustentável”.

O Estado, junto com os seus tecnocratas, com as ONGs, com as instituições financeiras e pesquisadores, passa a criar uma identidade para os produtores da floresta. Concebe-se que, ao incentivar a produção agroextrativista, mediante a incorporação de novas práticas e direcionando seus produtos para novos mercados, garantia-se a proteção ao meio ambiente. Vale mencionar que a mudança na produção agroextrativista, especialmente a camponesa, envolveu a produção de diagnósticos científicos que indicavam que essas práticas tradicionais estavam associadas ao aumento do desmatamento no Acre – ignorando o fato de que a agricultura capitalista, a exploração ilegal madeireira e a grilagem de terras são as suas principais causas.

O primeiro incentivo à produção extrativista foi logo no primeiro ano do governo de Jorge Viana. Em 1998, é assinada a “Lei Chico Mendes”[305], que autorizava a subvenção econômica para a borracha natural no valor de até R$ 0,40 para por quilo. Na época, era anunciado que o tempo da produção farta do leite iria voltar. Após alguns projetos que não tiverem continuidade – entre eles, o “pneu Xapuri” da Pirelli – é inaugurada a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (NATEX), em 2007, pelo então governador do estado Binho Marques (PT). A ideia do projeto era que as

[305] Lei N° 1277, de 13 de janeiro de 1999, disponível em: < http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1277.pdf> (último acesso em: 12/09/2017).

famílias camponesas de Xapuri (em especial, da RESEX Chico Mendes) roçassem suas estradas e voltassem a extrair o látex de suas seringueiras[306].

Em relação à compra e ao beneficiamento da produção, o Governo da Floresta também promoveu massivos investimentos. Vimos no capítulo anterior que junto com a construção da proposta das Reservas Extrativistas havia a formação das cooperativas. A ideia era que "a reforma agrária seringueira" também abrangesse a produção, a comercialização e o beneficiamento dos produtos agroextrativistas, visto que não existia mais a figura do patrão. No final dos anos 1980, foram fundadas a CAEX, a CAPEB, a Cooperativa do Icuriã e a da Primavera com o objetivo de fortalecer a produção camponesa. Uma das principais características dessas organizações era o grau de horizontalidade na gestão e a política do preço justo.

A CAEX, por exemplo, logo no início de sua fundação recebeu investimentos estrangeiros. Entretanto, essas cooperativas não eram tão atreladas ao governo. Em 2001, é fundada a COOPERACRE, uma central de cooperativas[307] que nasce com os investimentos do BID e do BNDES angariados pelo governo do estado. Diferenciando-se das primeiras cooperativas formadas por colonheiros e seringueiros, a COOPERACRE possui uma gestão centralizada e distante de seus cooperados. O governo do estado do Acre investiu na compra de equipamentos modernos e na construção de plantas industriais para a central de cooperativas. Hoje essa é uma das maiores compradoras de castanha, látex, óleo de copaíba e frutas do Acre.

Em 2005, o Governo da Floresta financia a formação da Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (COOPERFLORESTA) e dá seus primeiros passos em direção ao manejo comunitário madeireiro. Além disso, viabiliza todos os trâmites para que a certificadora FSC dê o seu selo na produção madeireira dos camponeses da floresta. Nesse mesmo ano, o prefeito de Xapuri, Julio Barbosa de Aquino, inicia a construção de uma Fábrica de Pisos e de um polo moveleiro que usaria as madeiras extraídas do PAE Cachoeira e da RESEX Chico Mendes.

Como veremos no próximo capítulo, a centralização dos investimentos nas "cooperativas do governo" – como os moradores da RESEX Chico Mendes chamam – será a falência de um projeto popular: as cooperativas que nasceram dentro do movimento dos seringueiros. O que desencadeia o fechamento das portas da CAEX, CAPEB e das Cooperativas do Icuriã e da Primavera. Porém, concomitantemente à

[306] A questão da borracha será retomada com mais detalhes no capítulo quatro.
[307] A COOPERACRE congrega 25 cooperativas e associações.

diminuição da produção agroextrativista (sobretudo a borracha), serão abertas novas formas para subjugar os produtores da floresta.

Dessa forma, o Governo da Floresta ia dando seus passos em direção às famílias camponesas e propunha “soluções” para os problemas que elas enfrentavam. A RESEX Chico Mendes receberá uma grande atenção do estado nesse contexto, e no capítulo quatro discutiremos com uma maior profundidade e detalhe quais serão os efeitos de uma série de políticas na vida cotidiana das famílias. Adiantamos que muitos dos projetos possuem sua versão “piloto” na Unidade de Conservação – em especial, no município de Xapuri. A escolha não é arbitrária: lembremos que a cidade foi o local de nascimento e luta de Chico Mendes, e que (como já expusemos) a imagem do Governo da Floresta está atrelada à história do seringueiro.

É importante mencionar que o governo do estado do Acre passa a ter uma maior presença na RESEX Chico Mendes a partir do momento em que o Conselho Consultivo é formado, em 2005. Neste espaço, haverá a presença de diversos sujeitos sociais alinhados aos planos do Governo da Floresta, seja por serem representantes das secretarias como a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Secretaria Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal (SEATER) e a Secretaria Extensão Agroflorestal e Produção Florestal (SEAPROF), seja por estarem ligados às prefeituras (cuja maioria integrava a Frente Popular) ou por dependerem dos massivos investimentos do estado (como a COOPERACRE). Esse cenário possibilitou que as pautas do manejo madeireiro e não-madeireiro tivessem muito pouca oposição. Pelo contrário: “todos falavam a mesma língua, pois tinham objetivos muito semelhantes”[308], como afirma Dercy Teles.

Ao mesmo tempo que se formava o Conselho Consultivo, o Projeto RESEX, em sua fase II, estava terminando. Ao lermos as atas do Conselho percebemos que o IBAMA/CNPT tratava o cenário como incerto. Naquele momento, não se tinha certeza se haveria o mínimo de recursos para tocar os projetos que estavam em andamento. Além desse ponto, o Plano de Manejo estava em vias de elaboração, os estudos apontavam para as consequências da crise da borracha e as famílias aumentavam a criação de animais e as práticas agrícolas. Em meio a esses diagnósticos e à redação do Plano, o governo do estado passa a intensificar a sua presença na Unidade de

[308] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2017.

Conservação como um de seus investidores e propositores de soluções, políticas e projetos.

Para que as famílias camponesas da floresta fossem convencidas do novo projeto para a RESEX Chico Mendes, torna-se estratégica a cooptação de antigas lideranças do movimento dos seringueiros e de setores da Igreja. Silva (2006), Morais (2008), Camely (2009) e Castelo (2014) nos mostram que parte das lideranças e de seus parentes passam a ocupar posições nas secretarias, nas prefeituras e na assembleia legislativa.

> A partir desse ano [1999, quando a Frente Popular assume o Governo Estadual], há um universo social e político muito amplo que é tutelado pelo Estado na vigência do "Governo da Floresta". Isto ocorre em relativa consonância com setores dos movimentos sociais organizados, sejam sindicatos ou organizações coletivas e comunitárias (do *campo*, da *floresta* ou da *cidade*). Muitas práticas se justificam, pois como várias lideranças dos movimentos sociais (do *campo*, da *cidade* ou da *floresta*) assumem cargos da Administração Estadual, há diminuição do poder de embate. Então, da condição de contestadores, passam a ser difusores de um Projeto de "Desenvolvimento Sustentável", que não tem raízes locais, tampouco expressam propósitos de transformação (SILVA, 2005), pois está enraizado em princípios neoliberais de mercado, embora se proponha outra base de matrizes produtivas e tecnológicas para a região (Grifos do autor. SILVA, 2006, p.173-174).

De certa maneira, a experiência acreana antecipa o que ocorrerá no nível federal com a ascensão de Lula à presidência da república. A convergência de diferentes forças sociais, que um dia foram antagonistas, dão coesão a um projeto político que enfrentará muito pouca resistência dos tradicionais movimentos sociais. A contestação dá lugar ao consentimento, de acordo com Oliveira (2015, p.27)[309]:

> Nos termos de Marx e Engels, da equação "força + consentimento" que forma a hegemonia e desaparece o elemento "força". E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicite-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a "direção moral" não questione a forma da exploração capitalista.

Uma das questões que buscamos em campo foi como que um vasto portfólio de políticas públicas e a presença de diferentes sujeitos sociais (como o Estado, as ONGs e os agentes do mercado) encontram-se no nível da vida imediata com os produtores da floresta. Na tentativa de superar a dialética entre aparência e essência, quais seriam as contradições que emergem desse processo? Será que em meio a

[309] Iremos explorar a produção do consentimento e as suas contradições no próximo capítulo.

uma produção capitalista da natureza surgiriam contestações, críticas e práticas sociais que podem ser concebidas como práxis?

Para finalizarmos esse item, mencionamos que ao longo de quase vinte anos do Governo da Floresta as determinações de uma segunda natureza foram se intensificando na produção de uma primeira natureza.

Desde o grande incêndio de 2006 (que aconteceu em boa parte do território acreano) o controle dos índices de desmatamento foi se intensificando, medida que está a par das grandes rodadas em torno das mudanças climáticas que o mundo presenciou nos últimos anos.

Contemplando essas demandas, a partir de 2007 passa a ser elaborado o Plano de Valorização dos Ativos Ambientais Florestais. Esse seria o primeiro passo para que o Acre iniciasse a implantação dos Projetos de REDD+. Para que isso ocorresse, o governo do estado vem focando em uma série de políticas, entre elas a da regularização fundiária. Existem locais no Acre que ainda não foram regularizados. O governo do estado, aliás, vem direcionando sua atenção às áreas onde estão alojadas famílias que não possuem o título de propriedade da terra mas que nela residem desde a época da produção da borracha. Estas localidades, devido às práticas de seus habitantes, são caracterizadas pelo estado do Acre como de "conservação ambiental".

Entretanto, valendo-se de estudos que indicam que o aumento do desmatamento da Amazônia tem como uma de suas principais causas a lavoura branca e a pequena criação de gado por famílias camponesas, os "supostos donos" dessas terras viram a venda dos créditos de carbono como uma oportunidade para reivindicar seus direitos de propriedade assim poder participar dos novos negócios ambientais[310].

Mais uma vez, querendo estar à frente dos outros estados da Amazônia Legal, o Acre formula o Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais (SISA) no ano de 2010[311]. Segundo a Lei, o SISA seria um:

---

[310] As mais recentes denúncias ocorreram na Rio+20, na Cúpula dos Povos, com a divulgação do "Dossiê Acre" pelo CIMI, disponível em: < http://www.cimi.org.br/pub/Rio20/Dossie-ACRE.pdf > (último acesso em: 12/09/2017). E com o relatório "Economia Verde, Povos da Floresta e Territórios: violações de direitos no estado do Acre" pela Plataforma DHESCA, no ano de 2015, disponível em: < http://www.plataformadh.org.br/files/2015/08/economia_verde_relatorio.pdf > (último acesso em: 12/09/2017).

[311] Lei N° 2.308, de 22 de outubro de 2010, disponível em: < http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2308.pdf> último acesso em 13/09/2017.

> [...] um conjunto de princípios, diretrizes, instituições e instrumentos capazes de proporcionar uma adequada estrutura para o desenvolvimento de um inovador setor econômico do Século XXI: a valorização econômica da preservação do meio ambiente por meio do incentivo a serviços ecossistêmicos (ACRE, 2011, p.2).

Assumindo um protagonismo mundial, como pudemos ver em campo quando fomos acompanhar as atividades da Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP-20) – que ocorreu em Lima, no Peru, em dezembro de 2014 –, o Governo do Acre afirma que o SISA cumprirá um papel-chave na consolidação de novos usos econômicos para as suas florestas. Nessa perspectiva, o SISA constitui um grande guarda-chuva que dará suporte a uma série de serviços ambientais oferecidos para o mercado[312].

Em sua Lei, são considerados serviços e produtos ecossistêmicos:

> I - o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; II - a conservação da beleza cênica natural; III - a conservação da sociobiodiversidade; IV - a conservação das águas e dos serviços hídricos; V - a regulação do clima; VI - a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; e VII - a conservação e o melhoramento do solo.

A partir de 2010, todas as políticas que envolvem a conservação ambiental passaram a ser subordinadas a esse Sistema. Inclusive, é preciso destacar, que no ano seguinte, Tião Viana (PT) inicia as negociações com o BID para a implantação do II PDSA. Este Programa estaria legalmente subordinado ao SISA, que se consagra nos dias de hoje pela segurança de sua validade legal, como pudemos ouvir em Lima, no “Seminário Programa REDD for Early Movers (Kwf) no estado do Acre”, que ocorreu no dia 9 de dezembro de 2014.

No caso das famílias da RESEX Chico Mendes, o impacto inicial do SISA será visto na implantação de três políticas: o Bolsa Verde, o Plano de Manejo Comunitário Madeireiro e o Programa Florestas Plantadas. Além da presença da COOPERACRE e da NATEX na compra da produção agroextrativista.

---

[312] Foram anos de discussões para chegar à formulação final do SISA. Segundo o governo do estado do Acre: “Tal proposta é fruto de um trabalho das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e a de Florestas, com apoio da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, em conjunto com instituições brasileiras e internacionais, a exemplo do WWF, IPAM, IUCN, Amigos da Terra, GTZ, KfW, CPWH, EDF, FGV, Forest Trends, The Woods Hole Researh Center, GeoConsult, BioFílica, UFMG, Embrapa e os diversos setores da sociedade representados pelos Conselhos Estaduais da área, dentre outros parceiros que muito têm contribuído para a consolidação do modelo” (ACRE, 2011, p.3).

Já para as famílias que foram integradas ao Projetos de REDD+ Purus, Valparaíso e Russas[313] a partir da assinatura de uma lista de presença em uma reunião em que o mesmo foi apresentado[314], há mais dúvidas do que certezas. Não se sabe se elas poderão ficar em seus territórios ocupados há pelo menos cem anos, nem se elas terão liberdade para continuar com suas práticas agroextrativistas e a com a criação de animais – visto que estas são apontadas como as principais causas do desmatamento na Amazônia.

Em janeiro de 2014, visitamos algumas famílias do Projeto REDD+ Valparaíso. Ao chegarmos ao antigo seringal, vimos uma placa com os dizeres “Proteger para desenvolver: Projeto ambiental área monitorada constantemente. Proibido caça e pesca comercial. Proibido construções e desmatamento” (FOTOGRAFIA 1).

Fotografia 1: Local do Projeto REDD+ Valparaíso. Fotografia tirada por P. C. R. Perez em janeiro de 2014.

O SISA é mais um passo em direção à produção capitalista da natureza. Em muitas de nossas conversas, Osmarino Amâncio enfatizou que os ideais da luta dos Povos da Floresta não podem se perder no atual contexto da Amazônia (globalizada, dividida entre os investimentos externos e a ganância daqueles que exploram seus

[313] Os três projetos têm como seus proponentes as empresas com sede nos EUA: CarboCo, LLC e Carbon Securities. O Projeto REDD+ Purus é localizado no município de Manoel Urbano (no Vale do Rio Purus), e os Projetos Russas e Valparaíso estão localizados no município de Cruzeiro do Sul (no Vale do Rio Juruá).

[314] Quando fomos acompanhadas pelo agente da CPT de Cruzeiro do Sul, Ruberval, as famílias que entrevistamos no Seringal Valparaíso afirmaram que o único documento que assinaram foi a lista de presença da reunião que apresentou o Projeto de REDD+ Valparaíso.

recursos). Liderança que nos últimos vinte anos é um dos maiores críticos ao discurso "florestânico", Osmarino acredita que ainda existem muitas resistências silenciosas no seringal. Para nós, ficou como um dos objetivos do trabalho de campo com as famílias da RESEX Chico Mendes encontrar as tensões cotidianas produzidas pelas políticas públicas e buscar nos *encontros* e *desencontros* identificados aonde que estariam as contradições da produção capitalista da natureza.

Violentos anos de transição: do IBAMA ao ICMBio

A ideia de criar um órgão para gerir as Unidades de Conservação na esfera federal é muito anterior ao surgimento do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). Ela data de 2002, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso, em plena Rio+10, deu aval a Paulo Nogueira Neto[315] para que ele aprofundasse a sua proposta de criação do Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação (IBUC). De acordo com Ferreira (2012), havia uma pressão externa para que as Unidades de Conservação gerassem uma maior receita, e para isso seria necessário fundar um órgão específico para cuidar da manutenção, fiscalização e implantação de projetos nessas áreas.

No ano de 2007, quem estava à frente do Ministério do Meio Ambiente (MMA) era acreana Marina Silva. Após uma série de denúncias sobre o processo de licenciamento ambiental das usinas hidroelétricas na Amazônia, obras previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Medida Provisória 366[316] é enviada às pressas para a Câmara dos Deputados para que seja feita uma ementa necessária para a criação do ICMBio.

Para justificar a Medida Provisória[317], a então ministra argumenta que a criação do ICMBio será benéfica para o IBAMA, principalmente porque o órgão teria uma redução de suas atribuições:

> 2. A criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que propomos a Vossa Excelência, tem como objetivo básico promover maior

[315] O cientista ambiental foi, por um longo período, responsável pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).
[316] MP 366, de 26 de abril de 2007, disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/mpv/366impressao.htm > (último acesso em: 13/09/2017).
[317] Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Exm/EMI-23-MMA-MP.htm > (último acesso em: 13/09/2017).

> eficiência e eficácia na execução de ações da política nacional de unidades de conservação da natureza e proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União, bem como na execução das políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União. Ademais, caberá ao Instituto Chico Mendes fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, de acordo com as diretrizes proferidas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Vale ressaltar que um pouco antes da criação do ICMBio, em 7 de fevereiro de 2007, foi assinado o Decreto N° 6.040[318], que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. O decreto está de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece os direitos sociais e territoriais das populações originárias e camponesas.

Entre as justificativas levantadas por Marina Silva para a criação do ICMBio está o beneficiamento das populações tradicionais que viviam e ocupavam as Unidades de Conservação. Como podemos ler a seguir:

> 6. A necessidade de consolidar a atuação governamental na execução da política nacional de unidades de conservação da natureza, na execução de políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União, além do fomento à execução de programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade demonstram a urgência e relevância da edição da presente medida provisória, viabilizando assim a imediata criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, possibilitando maior eficiência na execução das políticas ambientais.

Levando o nome de uma das maiores lideranças camponesas e da Amazônia, a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade é oficializada no dia 28 de agosto de 2007, por meio da Lei N° 11.516[319]. Logo no primeiro artigo são atribuídas as finalidades do órgão:

> Fica criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:
> I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição,

---

[318] Decreto N° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm > (último acesso em: 19/09/2017).

[319] Lei N° 11. 516, de 28 de agosto de 2007, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm > (último acesso em: 19/09/2017).

> implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;
> II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;
> III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;
> IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e
> V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.

Até a criação do ICMBio, como já vimos, quem estava a cargo da gestão da RESEX Chico Mendes era o IBAMA/CNPT. A partir de 2008, o órgão começa a fazer mudanças administrativas para que o ICMBio assuma o seu comando até 2010.

Ficou a cargo da WWF auxiliar o processo de transição do IBAMA para o ICMBio nas Unidades de Conservação do Acre. Segundo coordenador da ONG, Moacyr Araújo, a transição seria conduzida com base em recursos do Projeto Cabeceiras[320] e da organização das diferentes esferas de decisão e representação da RESEX Chico Mendes. O primeiro trabalho realizado pela organização é a reestruturação do Conselho Deliberativo.

O mais interessante é que a WWF até hoje não é um membro oficial desse espaço decisório, embora seja um dos seus coordenadores[321].

A V reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes – que ocorreu em Xapuri, entre os dias 30 e 31 de outubro de 2008 – foi organizada pelo IBAMA em parceria com a WWF. Esse encontro é tido como um dos mais importantes pela relevância das discussões sobre a Unidade de Conservação.

Além da presença dos dezessete conselheiros[322] do IBAMA e da WWF-Brasil, o evento também contou com representantes do INCRA, da Polícia Federal, da

---

[320] Projeto da WWF é financiado pela Fundação Betty e Gordon Moore, e tem como objetivo proteger as cabeceiras dos rios da Bacia Amazônica por meio da consolidação de Unidades de Conservação no Brasil, Peru e Bolívia.

[321] Na entrevista que realizamos com Moacyr Araújo, nos foi relatado que a WWF recebeu mais de uma vez o convite para integrar ao Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes, entretanto, a ONG não expressou interesse em integrar esse quadro oficialmente.

[322] STR de Brasiléia; STR de Xapuri; STR de Assis Brasil; UFAC; EMBRAPA; CNS; Prefeitura de Xapuri; Prefeitura de Brasileia; Prefeitura de Assis Brasil; Prefeitura de Epitaciolândia; Prefeitura de Sena Madureira; AMOPREX; AMOPREAB; AMOPREB; Associação de Moradores e Produtores de Vila Nova; Associação de Moradores e Produtores Rurais Unidos dos Seringais Tabatinga, Nova Olinda e Canamari; CAEX.

COOPERFLORESTA, do PAE Cachoeira e do PAE Equador, além da Associação dos Seringueiros e Produtores Rurais Desprezados do Vai-Se-Ver[323].

Entre os temas discutidos ao longo dos dois dias de reunião, destacamos: a eleição da nova diretoria do Conselho; a avaliação da composição do Conselho, do formato e da formalização das decisões; a reconfiguração da estrutura de gestão; a apresentação das pesquisas realizadas pela Natura; as concepções e diretrizes para o Plano de Manejo Florestal Madeireiro e o Plano de Ação de Reordenamento e Regularização Fundiária. Este último tema foi o mais debatido, ao longo do processo de decadência da atividade gomífera, fruto do fim dos incentivos governamentais, a composição das atividades agroextrativistas mudará nas colocações – um dos principais efeitos foi o aumento da atividade da pecuária. Além disso, mesmo que o cadastro de moradores tenha ocorrido, assim como a emissão da concessão de uso para as associações, a problemática da regularização fundiária persistia. Segundo Sebastião da Silva Santos (IBAMA), que na época era gestor da RESEX Chico Mendes, "cerca de 75% dos moradores da RESEX Chico Mendes estão dentro da legalidade e 25% estão irregulares, e que problemas como a pecuarização tem cura".

Somando-se a essa fala, o então superintendente do IBAMA-Acre, Anselmo Forneck, acrescenta:

> Nesta reunião temos duas situações de extrema necessidade para a RESEX e consequentemente elas vão se estender, pois pessoas de várias áreas do Brasil [estão] olhando para nós, são o reordenamento territorial dentro do espaço da reserva e a questão do plano de manejo. [...] A questão do plano de manejo embora seja permitida a lei de uso, ela é uma renda complementar para as comunidades. [...] E, a questão do território, nós sabemos que no ato da criação da RESEX ficaram incorporadas muitas unidades, várias fazendas, áreas de pastagens que permanecem um problema até hoje. Estive numa reunião em Brasília com o ministro do meio ambiente [Celso Ming] e ele é muito categórico e radical em relação as reservas de forma em que nós concordamos, mas não podemos esquecer dos princípios que nos levaram a criar as reservas extrativistas e dos princípios que regem a RESEX e os princípios da nossa vida que nós temos a propor para a nossas gerações em relação ao equilíbrio socioeconômico e ambiental da RESEX, e de nosso estado do nosso país, do nosso planeta, que a partir do nosso mundo da nossa educação nós possamos interferir para mais ou para menos para a alteração climática planetária também, não é só em uma grande indústria de São Paulo, dos EUA ou da China que ajudam a alterar o clima planetário, é também a prática de cada um de nós no dia a dia que interfere. Se cada um fizer uma parte fará uma grande diferença, que possamos ter uma reunião de melhor aproveitamento possível, e daqui saírem as decisões mais consistentes de forma conciliada a reunião do conselho deliberativo, embora seja um espaço de embate e discussões não, necessariamente, precisamos ter as mesmas ideias para que a gente consiga conceituar dentro da

[323] Com o objetivo de inserir uma nova dinâmica no Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes são convidadas outras lideranças de outras modalidades de assentamento. Essa metodologia de troca de experiência mediada é prática recorrente da WWF.

> diversidade. Eu acredito que essa é a riqueza do conselho deliberativo, e com responsabilidade podemos estar definindo as políticas para o futuro da RESEX (*sic.*).

No Plano de Manejo (publicado em 2006) podemos ver quais são as principais implicações dessa fala: a alteração das atividades agroextrativistas, o crescimento populacional das famílias e a madeira como uma alternativa frente à decadência da borracha. Nesse sentindo, antes da entrada do ICMBio já estava claro que as principais ações de seus tecnocratas seriam o reordenamento territorial, a regularização fundiária e a implantação do Plano de Manejo Madeireiro.

Anselmo Forneck buscou evocar uma essência ecológica das Reservas Extrativistas para justificar as ações futuras naquela Unidade de Conservação. Em sua concepção, a função ambiental se sobrepõe à social – ou seja, à luta pela reforma agrária. Como já vimos ao longo desse capítulo, o processo de ressignificação econômica da floresta fez com que as áreas de conservação passassem a servir como estratégia de acumulação. É por isso que o superintendente do IBAMA situa o papel da RESEX Chico Mendes em um contexto de crise ecológica; uma crise que, ao longo dos últimos quarentas anos, vem consolidando a lógica de que existe uma socialização das perdas, porém a solução se dará por meio da individualização dos lucros. Em outras palavras, todos nós sofreremos com os efeitos ambientais causados pela consolidação de uma sociedade urbano-industrial, porém as perdas (os resíduos indesejáveis/as externalidades) serão motivos de lucro.

Em reação à posição do IBAMA e da WWF frente aos problemas da RESEX Chico Mendes, a questão do extrativismo e da falta de políticas concretas é levantada pelos conselheiros representantes dos moradores da RESEX Chico Mendes como uma situação urgente, que deve ser resolvida pelos agentes governamentais. Os demais membros do conselho respondem a essa demanda dizendo que as medidas devem ser voltadas para o combate à pecuarização. Só uma parte dos conselheiros concorda com essa resposta; muitos parecem desconfiar das soluções propostas, entre elas as parcerias com a WWF e a Natura, ou a própria criação do Plano de Manejo Madeireiro. O convênio firmado com a Natura é um dos principais alvos de crítica: os conselheiros representantes dos moradores acreditavam que ele podia causar o aumento dos casos de biopirataria na Amazônia.

A questão do manejo madeireiro, como veremos com uma maior atenção no próximo capítulo, é apoiada pela AMOPREX e pelo CNS. Na reunião, o STR de Xapuri

se apresentou como opositor à extração da madeira nas colocações. Na RESEX Chico Mendes, a passagem da gestão do IBAMA/CNPT para o ICMBio foi caracterizada por uma extrema violência em relação aos direitos conquistados pelos camponeses da floresta.

A necessidade de regularização fundiária (principalmente nas chamadas "zonas de amortecimento") e o reordenamento territorial da RESEX Chico Mendes são exemplos de que não houve um consenso entre os conselheiros. O dissenso foi gerado devido ao tratamento que as diferentes partes do Conselho trataram as duas questões. A questão da terra e a sua permanência são pontos tratados a partir visão "preservacionista" do IBAMA, e que se mantém mesmo quando a entidade se transforma no ICMBio; já outros representantes dos moradores da RESEX buscam por situar essas questões no âmbito da questão agrária. Na reunião, o tratamento da Reserva Extrativista como uma política fundiária era evitado ao máximo e os critérios ecológicos formalizados no Plano de Utilização e no de Manejo eram reforçados.

Mal sabiam as famílias da RESEX Chico Mendes que essas questões discutidas viriam à tona poucas semanas depois da reunião com o Conselho Gestor, com a instauração da Operação RESEX Legal – uma ação fiscalizatória que começou com uma denúncia junto ao Ministério Público Federal e algumas organizações de trabalhadores.

Na época, o STR de Xapuri atribuiu a denúncia à AMOPREX, ao CNS e ao STR de Brasiléia. A partir dela foram abertos dois inquéritos na Polícia Federal o IPL N° 030/2008 e IPL N° 043/2007, que investigariam a "ocorrência de desmatamentos, [a] ocupação irregular de terra e [a] criação de bovinos na Reserva Extrativista Chico Mendes, além da não atuação do IBAMA na fiscalização da referida RESEX" (*apud* ICMBIO, 2011, p. 8). Na versão do ICMBio (2011, p.9), a Operação RESEX Legal, que foi realizada em 2008, fez parte do plano de averiguar as denúncias e as irregularidades no uso e na ocupação da área. Como forma de solucionar a situação, o IBAMA – e, depois, o ICMBio - propuseram um Plano de Reorganização da Estrutura de Gestão, Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária.

Na época da Operação RESEX Legal, os Seringais Nova Esperança, Porvir, Rubicón e Santa Fé sofreram diversas ações fiscalizatórias do IBAMA em conjunto com a Polícia Federal. De acordo com Camely (2009), na época de sua pesquisa, foram levantados o valor das multas e estas variaram de R$ 9.000,00 até

R$70.000,00. Além das autuações, existiam famílias que poderiam ser retiradas da RESEX Chico Mendes.

> Segundo informações do IBAMA foram notificadas por irregularidades 37 seringueiros e agricultores da RESEX e, destes, vários receberam multas e responderão a processo por crime ambiental. Segundo o IBAMA esta ação visava regularizar a situação de pecuarização na reserva extrativista e a utilização ilegal de áreas por posseiros. Disto resultou um levantamento onde o IBAMA considerava que 25% das famílias da Reserva estavam em situação irregular, o que poderia acarretar na retirada de mais de 300 famílias desta área (CAMELY, 2009, p.230).

Na época, Dercy Teles era a presidenta do STR de Xapuri, e esta entidade foi a única a reagir em favor das famílias. Segundo a liderança, a questão que estava por detrás da Operação RESEX Legal era a questão agrária, e não a ambiental. Em sua explicação, Dercy nos relatou que nos anos em que esteve à frente do Sindicato acolheu inúmeras famílias que eram autuadas por infrações ambientais respaldadas no Plano de Utilização:

> A única forma da remoção da concessão de uso é o não cumprimento do Plano, que, infelizmente, ele foi transformado no inimigo do trabalhador. Eu entendo que é difícil, principalmente em nossos dias, assumir os direitos sociais conquistados pelos seringueiros, entre eles o da reforma agrária. Basta andar pela zonal rural de Xapuri, tem muito conflito por terra, tem muito posseiro sendo expulso. E, sabendo desse cenário a "Operação Reserva Legal" veio para tirar as famílias de suas terras pelo o argumento que estavam desmatando a floresta. O trabalhador quer um pedaço de terra para plantar e criar seus animais. Se o gado é um problema ambiental, a culpa está nos últimos trintas anos que a produção extrativista não foi a prioridade dos governos. Para mim, a questão da terra não foi resolvida, porque não basta ter a terra, têm que ser dadas as condições para produzir e viver nela. Pela situação de Xapuri, eu não posso avaliar que o atual governo respeita o seringueiro. Quando tinha a ANATEX, o governo não pagava em dia o subsidio, e hoje [julho de 2016], a fábrica não comprou o leite das famílias da RESEX[324].

As ações do IBAMA/ICMBio têm como uma de suas principais características a violência. Os agentes, quando fazem a vistoria nas colocações, costumam ser acompanhados pela Polícia Federal, que já chega com as armas de fogo prontas e à mostra, como uma forma de silenciar a reação das famílias camponesas. Quando o órgão vai averiguar uma denúncia, em geral, os moradores da RESEX Chico Mendes são *a priori* tratados como "criminosos" / "culpados" (FOTOGRAFIAS 2 e 3).

[324] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

Fotografia 2: Operação do ICMBio com a Polícia Federal no ramal Torre dos Grilos, da RESEX Chico Mendes. Foto tirada pelo STR de Xapuri em 2011.

Fotografia 3: Na operação do ramal Torre dos Grilos foram destruídos os fornos de carvão das famílias da RESEX Chico Mendes. Foto tirada por STR de Xapuri em 2011.

Após a Operação RESEX Legal, em 13 de dezembro de 2008, foi realizada uma reunião convocada pelo STR de Xapuri com membros do Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes[325]. Segundo Camely (2009), os problemas enfrentados pelos camponeses da floresta foram expostos em contraposição às multas aplicadas pelo IBAMA. Uma das principais questões levantadas pelo STR de Xapuri foi a validade do Plano de Utilização, pois se entendia que no momento do seu processo de revisão não houve ampla participação dos moradores da Unidade de Conservação. A posição tirada pelo Sindicato sobre as consequências da ação do IBAMA foram:

> 1) Entendia que o problema da pecuarização da Resex Chico Mendes era consequência da falta de alternativas de geração de renda para os extrativistas; 2) as multas inviabilizavam a vida das famílias; 3) a retirada das famílias da Reserva agravaria o problema agrário na região; 4) o STR de Xapuri não assinou em 2005 o documento encaminhado ao Ministério Público requerendo a operação que o IBAMA realizou; 5) a situação das famílias da Reserva é de grande dificuldade devido à falta de políticas que garantam preços, escoamento e mercado aos produtos extrativistas. Além disso a população da Resex não tem aceso aos serviços de educação e saúde (CAMELY, 2009, p.231).

Com o objetivo de tornar público os conflitos e as consequências da Operação RESEX Legal, o STR de Xapuri convocou uma audiência pública com representantes do IBAMA e os camponeses da RESEX Chico Mendes. Camely (2009) estava

[325] De acordo com Camely (2009), estavam presentes: a AMOPREX (Francisco Bezerra Neris, Renato Ferreira), FETACRE (Raimundo de Barros), CAEX (Iris de Carvalho), COOPERFLORESTA (Dionísio Barbosa de Aquino), CNS (Júlio Barbosa de Aquino) e Escola da Floresta (Reginaldo da Silva Souza).

presente na reunião, que ocorreu no dia 17 de dezembro de 2008. Segundo a economista, era visível o grau de desmobilização da categoria e perceptível que havia uma polarização entre os representantes dos camponeses. O posicionamento do CNS, da AMOPREX, da FETACRE, do STR de Brasiléia e da CAEX era a favor das ações do IBAMA e contrariava o do STR de Xapuri.

Em reação ao consenso entre o IBAMA e algumas categorias de representação sociais, o STR de Xapuri lançou no mesmo dia uma nota de repúdio à Operação RESEX Legal.

A carta reitera as posições do Sindicato na reunião do dia 13 de dezembro e resgata a importância da luta pela reforma agrária, além de reiterar que a conquista da RESEX Chico Mendes é fruto da resistência e da morte de muitos companheiros. No final do texto, a política ambiental é descrita como um dos mais novos inimigos dos camponeses - como podemos verificar neste trecho:

> Se ontem lutamos contra o latifúndio, inimigo declarado, parece que a política governamental tornou-se auxiliar dos interesses do latifúndio, que sempre tentou ignorar os que vivem da terra com trabalho. Hoje temos na política de criminalização dos pequenos produtores um novo impedimento para a garantia de atividades que permita aos seringueiros uma vida digna.

Desde que o ICMBio assumiu a gestão da RESEX Chico Mendes os conflitos com os camponeses da floresta aumentaram. Notamos que a maioria de seus analistas ambientais são de origem urbana e não têm formação adequada[326] para atender às demandas dos seringueiros nem entender o seu olhar sobre a natureza. Assim, o hiato entre os técnicos e a população local foi aprofundado. Uma parte dos tecnocratas que trabalham na RESEX Chico Mendes é caracterizada por ter uma visão “preservacionista”, que nega a permanência das famílias nas áreas destinadas à conservação ambiental, levando ao aumento de multas e de constrangimentos causados à população camponesa.

Desde a sua formação, a unidade ICMBio no Acre se caracterizou pela falta de funcionários e recursos. Logo, em 2011, analistas ambientais da Unidade de Conservação enviaram uma carta à chefia (em Brasília) pedindo a contratação de mais analistas ambientais. O máximo que eles conseguiram foi a contratação de uma agente, que aceitou ser transferida de Unidade de Conservação situada no estado do Amazonas.

---

[326] Entrevistamos um ex-analista ambiental do ICMBio que trabalhou por cinco anos na RESEX Chico Mendes. Ele era nascido em São Paulo e graduado em administração.

Sem nenhuma justificativa ou formalização, o CNPT foi praticamente extinto no processo de reconfiguração do IBAMA e criação do ICMBio. Hoje, em Rio Branco, encontramos somente uma analista ambiental trabalhando na divisão do ICMBio. No ano de 2016, Rosenil desenvolvia um único projeto – o de manejo sustentável dos tracajás na RESEX Cazumbá-Iracema.

Entre os anos de 2016 e 2017, o ICMBio já estava em vias de dissolução. No verão de 2016 a então gestora da RESEX Chico Mendes havia pedido sua exoneração e era na base avançada (em Rio Branco) que estavam os poucos analistas que haviam restado da Unidade de Conservação (totalizando três). As bases de Xapuri e de Assis Brasil tinham sido fechadas naquele ano, sobrando a base de Brasiléia com um único analista. “Como gerir uma Unidade de Conservação de quase um milhão de hectares com quatro analistas?”, questionaram os tecnocratas do ICMBio.

Visitamos mais de uma vez as bases do órgão e percebemos que, atualmente, o ICMBio cumpre somente as funções administrativas e de fiscalização na RESEX Chico Mendes. Muitos dos conflitos entre os tecnocratas e os camponeses da floresta partem da alegação de que o órgão desconhece e/ou ignora o cotidiano da Unidade de Conservação. Entretanto, esse diagnóstico não se aplica somente à nossa área de pesquisa. Para Almeida e Rezende (2013, p.188-189), essa questão é a marca do órgão:

> De fato, o ICMBio, apesar do seu nome que evoca a figura de Chico Mendes, o defensor histórico de territórios tradicionais geridos por seringueiros e outras comunidades tradicionais, tornou-se um órgão de administração de unidades de conservação ambiental distanciado de povos e comunidades tradicionais.

Em 2011, no relatório produzido para as soluções em torno da reordenação territorial e da regularização fundiária, o ICMBio propõe que uma solução possível poderia ser a realização de um convênio com o governo do estado do Acre:

> O sucesso da política florestal estadual depende muito do sucesso da RESEX Chico Mendes. Sua criação foi o resultado de muita luta, que no decorrer dos anos, mudou a história política do Acre.
> No entanto a deficiência na alocação de recursos humanos e financeiros da gestão do IBAMA até 2007 e do ICMBio a partir de 2007 e a ausência de formas de monitoramento e controle continuado na área da RESEX causaram diversos problemas no uso e ocupação das áreas da reserva que estariam mais vulneráveis. A venda de lotes e colocações tem ocorrência constante, o fracionamento de colocações também e o desmatamento para a implantação de pastagens continua ocorrendo em diversas partes da RESEX.
> A gestão compartilhada com o Governo do Estado do Acre é uma alternativa proposta para a Reserva Extrativista Chico Mendes para aumentar a capilaridade, a fiscalização, o monitoramento e a inserção das políticas públicas na RESEX.

> Os termos e obrigações das partes seriam definidos de comum acordo, mas certamente a soma dos esforços poderia sanear diversas deficiências crônicas que afligem as unidades de conservação da Amazônia, em especial a falta de recursos humanos suficientes para a gestão de imensas áreas, invariavelmente com conflitos na ocupação e problemas sérios de desmatamento e extração de madeira.
> Desta forma, visualiza-se um cenário favorável, atualmente com alicerces estáveis para integrar diferentes aspectos e consolidar os instrumentos de gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes. Atualmente o governo do estado tem sido um parceiro importante em todas as tomadas de decisão consensuadas para a unidade (ICMBIO, 2011, p.44).

Feita a proposta de parceria entre o ICMBio e o governo do estado do Acre, em 15 de dezembro de 2012 o termo de reciprocidade que legitima o acordo é assinado pelas partes. Esse documento foi publicado no Diário Oficial da União no dia 20 de março de 2013 e o acordo foi renovado em 2016[327].

Logo na primeira cláusula do Termo é exposto que as Unidades de Conservação geridas pelo ICMBio serão adequadas ao Sistema Estadual de Áreas Protegidas (SEAP), ao SISA e à Política de Valorização do Ativo Florestal do Acre. Mais adiante, está escrito que órgãos do estado como a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (SEDENS), Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC), o Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Secretaria de Estado Lazer e Turismo (SETUL) e a Secretaria Extensão Agroflorestal e Produção Familiar devem desenvolver projetos e cooperar com a gestão das áreas protegidas.

Em um contexto anterior à assinatura da cooperação, o Governo da Floresta já era presente na RESEX Chico Mendes. Porém, após 2013 assistimos ao crescimento da atenção dedicada pelo governo do estado do Acre às Unidades de Conservação geridas em âmbito federal (as últimas duas indicações para a chefia da gestão da RESEX Chico Mendes, aliás, vieram do gabinete do governador do Acre, Tião Viana[328]).

Nesse mesmo momento, a WWF vinha realizando uma série de atividades com o objetivo de reestruturar as diferentes esferas de gestão e decisão da RESEX Chico Mendes. Entre as ações da ONG, destacam-se a formação dos Núcleos de Base (a menor instância de decisão), o contato com associações de moradores (instância intermediária) e a criação de um Conselho Deliberativo (a maior instância de decisão).

---

[327] Acordo de Cooperação Técnica N°2/2016, de 8 de maio de 2016.
[328] No ano de 2013, é nomeada Silvana Maria Lessa (SEMA) ao cargo de gestão da RESEX Chico Mendes. E, em 2017, é nomeada Fátima Cristina da Silva (CNS). Ambas foram indicadas pelo governo do estado do Acre.

Logo no início deste capítulo, argumentamos que algumas iniciativas que consagraram a WWF em relação às outras ONGs transnacionais foram as “metodologias de participação” e os “instrumentos de gestão democrática” nas áreas destinadas à conservação ambiental onde havia a presença de populações.

Sem fugir à regra, a WWF promoveu - entre os anos de 2009 e 2010, com os membros das associações de moradores - as suas tradicionais dinâmicas para introduzir os pressupostos dos Núcleos de Base, as suas atribuições e a leitura do Plano de Utilização. Além disso, auxiliou na criação de mais duas associações: a Associação de Moradores de Sena Madureira (AMOPRESEMA) e a Associação de Moradores de Capixaba e Rio Branco (AMOPRECARB).

Esse trabalho foi sintetizado no final de 2010 em um relatório intitulado “Relatório Técnico Final de Revisão e Fortalecimento da Estrutura de Gestão Participativa da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre”. Ao lermos o material, notamos que a WWF se vale de práticas pedagógicas horizontais que se assemelham às antigas práticas da Educação Popular; o seu objetivo, contudo, não é a autonomia de seus participantes. Pelo contrário: a estrutura de gestão da RESEX depende da existência de hierarquias, sendo que a maior instância deliberativa é o Conselho.

Outra questão que nos inquietou é a preocupação com as novas lideranças e como a ONG se dispõe a ser o porta-voz e mediador desse processo. Essa mesma estratégia irá aparecer no ano de 2013, quando a WWF realizará oficinas de capacitação dos conselheiros”. Por fim, notamos que a ONG possui um papel pedagógico nas esferas de decisão da RESEX Chico Mendes, e o efeito deste processo é sentido quando lemos as atas do Conselho Deliberativo, que passa a ser o lugar do consenso, e não do debate e da proposta. No dia 13 de fevereiro de 2014, por meio da Portaria N°13, é oficializada a nova composição do Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes.

Delineadas essas questões, fomos percebendo que aos poucos o projeto da “reforma agrária seringueira” foi se modificando. Conforme aumentavam as preocupações ecológicas nos diferentes níveis do Estado e do mercado, eram propostas soluções que tratavam de enquadrar as Unidades de Conservação como uma nova fronteira econômica a ser colonizada. Para que isso acontecesse, a ONG precisava do silenciamento e da concordância dos seringueiros – mas não podemos deixar de notar que houve (e até hoje continuam surgindo) lugares de resistência no seringal.

Com isso, a questão que fica é: quais serão as consequências e as contradições da inserção da RESEX Chico Mendes nas determinações de uma produção capitalista da natureza? Para responder a essa questão, acompanhamos o cotidiano das famílias da RESEX Chico Mendes por cerca de quatro meses e descrevemos essa experiência no capítulo seguinte, que também será o último.

4. A PRODUÇÃO SOCIAL DA FLORESTA “EM PÉ”: RESEX CHICO MENDES ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2017

O lugar das práticas agroextrativistas

Nota-se que a luta camponesa e indígena levou a mudanças profundas no território acreano. Diagnósticos precipitados – como o que foi realizado por Octávio Ianni no livro *A Luta pela Terra* (publicado em 1979), e por Élio Garcia Duarte no livro *Conflitos Pela Terra no Acre* (publicado em 1986) – previram que os seringais de Conceição do Araguaia (PA) e Xapuri (AC) seriam transformados em latifúndios, e que seus ocupantes seringueiros, ao serem expulsos, só teriam sua força de trabalho para oferecer no mercado. Contudo, as décadas de 1980 e 1990 mostraram uma importante virada do movimento camponês e indígena – não só amazônico, mas sobretudo nessa região.

O olhar desatento pode assumir que a territorialização do latifúndio atingiu o seu objetivo. As paisagens ao longo da BR 317, que liga Rio Branco a Assis Brasil, contêm essa história recente: são castanheiras solitárias, cercadas apenas pelo pasto e pelos bois que dele se alimentam.

Entretanto, se mudarmos nosso referencial e observarmos esse cenário obliquamente, como se analisássemos uma imagem de satélite, notaremos um desmatamento contínuo ao longo da Estrada do Pacífico (a BR 317), fruto das áreas das grandes pastagens; ao lado, veremos também um outro padrão de desmatamento, conhecido como “espinhadela de peixe” (AB’SABER,1992), provocado por projetos de assentamento de colonização. Destoando do mosaico de desmatamento, encontramos uma grande mancha verde de quase um milhão de hectares, conhecida como RESEX Chico Mendes.

O mapeamento do uso do solo é revelador: percebemos que suas diversas formas de uso e apropriação do território revelam diferentes qualidades da relação sociedade-natureza. O desenvolvimento agroextrativista e familiar na Reserva Extrativista depende de uma complexa dinâmica de coprodução ecológica sem o qual não há natureza nem reprodução social. Para os moradores da RESEX Chico Mendes, é preciso "zelar" por essa organicidade.

> A nova reforma agrária [a Reserva Extrativista] passa a incluir a noção de reordenação do uso do território entendido não apenas como objeto de trabalho agrícola, mas também como espaço de reprodução da natureza – reprodução dos solos, de águas, de espécies vegetais e animais que compõem a paisagem habitada (ALMEIDA, 1995, p.159).

No Brasil, a reforma agrária tem sido reivindicada como necessária para a manutenção do campesinato, tido até hoje como uma "classe incômoda". O movimento seringueiro lutou por um modelo de reforma agrária que reconhecesse as práticas agroextrativistas do campesinato e seus regimes de uso e apropriação, e que tivesse como pressuposto a missão de manter a floresta "em pé". "Terra batida, sem floresta, não tem razão para o homem continuar seringueiro"[329], como nos lembra Celso Custódio, até hoje morador do Seringal Rubicón, em Epitaciolândia.

> Ao defender a permanência em pé dos seringais nativos no meio das florestas, eles [os seringueiros] estavam colaborando para a permanência da biodiversidade regional em seu próprio espaço de desenvolvimento biológico. Talvez tenha sido esse o maior e mais bem-sucedido movimento popular ocorrido no Brasil, no fim do presente século [século XX]. Por intuição e na luta pela sobrevivência física e cultural, os sofridos seringueiros do Acre chegaram a um novo conceito de espaço reservado, que se integra à linha mais conveniente para a Amazônia – uma noção perfeitamente de acordo com as noções de desenvolvimento autossustentado (AB'SABER, 1992, p.7).

O movimento dos seringueiros defendia o fim dos seringais – principalmente como uma forma de estatuto fundiário – entretanto, seu modo de vida estava atrelado às colocações. De acordo com Mauro Almeida (2012, p.124), no debate sobre a reforma agrária seringueira se questionava: "[...] como poderão os seringueiros substituir o sistema patronal e reorganizar coletivamente a vida na floresta ao manter o sistema das colocações?".

Destoando do modelo clássico de um assentamento (que teria, dentro do padrão amazonense, lotes com uma área de 100 hectares), a unidade mínima familiar de ocupação do solo para a Reserva Extrativista é a colocação. Um dos fatores diferenciais para essa conquista foi a entendimento de que a unidade básica dos seringais era a colocação, uma vez que nele se baseava um modo de vida que desempenhava um papel chave para a manutenção da dinâmica ecológica da área. Esse entendimento também sensibilizou os aliados não-seringueiros:

> Coloca-se para os trabalhadores da mata, portanto, uma tarefa revolucionária e difícil: destruir o sistema anacrônico dos seringais e desenvolver o sistema de colocações. Abolir as relações sociais de patronagem elevando a um novo patamar o manejo agroextrativista autossustentado criado pelos seringueiros (ALMEIDA, 2012, p.126).

---

[329] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

A demanda por borracha nativa vinha diminuindo desde o século XX, e os seringueiros sabiam disso e haviam se adaptado a essa mudança com o passar do tempo. Se antes haviam sido exclusivamente trabalhadores extrativistas, responsáveis pela produção da borracha, com quase um século de morada na floresta, suas práticas agroextrativistas foram se ampliando muito, a ponto de constituir uma forma específica de produção da natureza.

Sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990, diferentes estudos passaram a redefinir e a recontextualizar o termo “extrativismo”. As pesquisas com seringueiros e populações indígenas na Amazônia mostraram que as suas práticas agroextrativistas são modelos de uso sustentável dos recursos renováveis em grandes áreas florestadas tropicais (EMPAIRE, 1994).

Uma das vitórias que os seringueiros e indígenas conquistaram foi a inversão do olhar sobre a relação sociedade e natureza, nas áreas destinadas à conservação ambiental:

> No final do decênio de 1980, a conexão ambientalista tornara-se inevitável. Em contraste com o modelo de Yellowstone, que procurava criar um ambiente norte-americano “intocado” sem população humana, reivindicava-se que as comunidades locais, que protegiam o ambiente no qual baseavam sua vida, não fossem vítimas e sim parceiros das preocupações ambientais (CUNHA, ALMEIDA, 2017, p.276).

Como já vimos, as Reservas Extrativistas são unidades de conservação de uso direto e sustentável legalmente asseguradas. O primeiro artigo de seu decreto[330] explicita: “As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”.

O reconhecimento de novos estatutos fundiários (que tinham como um de seus escopos a conservação ambiental) proporcionou, em um primeiro momento, um papel ativo pelo controle e pela gestão dos recursos naturais. Essa medida tinha como propósito a proteção e a manutenção da natureza socialmente produzida.

Para o movimento em torno dos seringueiros, tratava-se, principalmente, de reconhecer a sociobiodiversidade da Amazônia e assegurá-la por uma política fundiária e ambiental (DIEGUES, 2000). Para uma boa parcela do campesinato, não era possível separar a reprodução social da reprodução da natureza.

---

[330] Decreto n°98.897, 30 de Janeiro de 1990. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm> (último acesso: 05/10/2017).

Mais adiante é enunciado no decreto: “O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social”. Em outras palavras, isso significa que a manutenção dessas áreas de conservação ambiental não é de interesse único dos seus moradores e futuros moradores, mas da sociedade como um todo.

Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, ambos antropólogos, hoje questionam se “os povos tradicionais são mesmo conservacionistas” (CUNHA e ALMEIDA, 2017, p.278). Será que as terras indígenas e as reservas extrativistas são caminhos possíveis para a conservação ambiental?

Os antropólogos (*ibid, ibidem*) lembram que esse debate causa discórdia, já que a abordagem do tema não é consensual. Isso porque há cientistas que evocam o “mito do bom selvagem ecológico” (*ibidem*, p.278), que vê as práticas sociais - acima de tudo, as agroextrativistas - como “naturalmente” ou “culturalmente” conservacionistas.

Alguns pesquisadores notam a presença de pressupostos “lavoisieranos” nas cosmologias amazônicas. De acordo com Cunha e Almeida (2017, p.278), “essas sociedades têm uma ideologia de exploração limitada dos recursos naturais, em que os seres humanos são os mantenedores do equilíbrio do universo, que inclui tanto a natureza como a sobrenatureza”. Uma série de códigos e costumes internos – pautados especialmente no princípio da reciprocidade – regulam os regimes de uso e apropriação seringueiros, que diferem das práticas de acumulação e propriedade privada capitalistas.

Porém, um dos principais agrônomos da EMBRAPA Amazônia Oriental, Alfredo Homma (1994, 1995), traçou um panorama de inspiração neoclássica para a Amazônia e para as atividades extrativistas dos camponeses e indígenas.

De acordo com o agrônomo (HOMMA, 1994), apoiar as práticas extrativistas como via para a conservação ambiental é uma questão de desenvolvimento econômico da região. Homma (*ibidem*) discute principalmente a importância dos produtos extrativistas frente ao declínio da demanda pela borracha amazônica, causado pela domesticação das sementes de *Hevea brasiliensis* no sudeste asiático e pela descoberta da produção da borracha sintética.

O extrativismo, de acordo com Homma (*ibidem*), pertence a uma etapa da humanidade caracterizada pelo baixo padrão tecnológico e pela baixa demanda tecnológica. A superação desse *savoir faire* veio com o advento da domesticação de

plantas e animais, e também com a evolução das técnicas de agricultura. O que aconteceu é que, em grande parte do mundo, o extrativismo foi substituído por sistemas de uso da terra e de gestão dos recursos mais produtivos, de forma que os defensores das Reservas Extrativistas poderiam ser vistos como defensores de um "subdesenvolvimento sustentável" ou de um "culto à pobreza".

De acordo para Alfredo Homma, o desenvolvimento nos seringais está relacionado à pauperização e à especialização agrícola, e não às práticas extrativistas. "A economia extrativa carrega no seu próprio bojo a semente de sua autodestruição, tal qual a serpente mitológica que se autodevora engolindo sua própria cauda", afirma o pesquisador (HOMMA, 1994, p.38). Para o pesquisador, com ou sem Reserva Extrativista, estamos diante do inevitável esfacelamento da economia agroextrativista, cuja vitória frente ao capitalismo só implicaria a reposição da pobreza e da desigualdade social.

Se os produtos de origem extrativista estão perdendo sua rentabilidade, a execução de políticas de subsídio só prolongaria o "sofrimento" pela chegada de um inevitável fim, afirma Homma (1994,1995). Essa concepção está sob a influência da ideia da Tragédia dos Comuns (*Tragedy of Commons*), segundo a qual a intensificação do quadro de pauperização das famílias extrativistas provocaria o esgotamento dos recursos naturais. Homma defende que o último produto extrativista a ter destaque no mercado seria a madeira, pois após a derrubada da floresta as famílias migrariam para a cidade:

> Para transformar a biodiversidade em riqueza são necessários pesados investimentos e tecnologia, pois não adianta ser um almoxarifado de recursos genéticos. É preciso descobrir, analisar seus componentes, domesticar, efetuar plantios racionais, sintetizar em laboratórios, efetuar a produção em escala comercial, testar e assim por diante, o que dificilmente um país subdesenvolvido tem condições de arcar com esses investimentos (HOMMA, 1994, p. 46).

Ele propõe uma prática agrícola mais racionalista para o desenvolvimento econômico das famílias seringueiras. Como recomendação, por exemplo, coloca a necessidade de intensificar o plantio e a domesticação de espécies nativas que teriam demanda no mercado, bem como o aumento das atividades de roça e da criação de animais.

Mas Homma não foi o único a se posicionar sobre esse assunto. Em contraponto à sua defesa de que a reprodução das famílias é inerente à sua autodestruição, Mary Allegretti (1992, 1994) aponta que o extrativismo deve:

> [...] ser entendido como uma atividade paradigmática para o desenvolvimento sustentável, ao conceber os recursos naturais e ambientais como recursos produtivos, cuja conservação depende da reprodução da vida econômica e social (ALLEGRETTI, 1994, p,24-25).

Para a antropóloga (*ibidem*), há sim um novo nicho de mercado interessado nos produtos extrativistas. O acesso à produção resultante de práticas tradicionais de baixo impacto, e que permitem a conservação ambiental, proporcionariam a continuidade das práticas das famílias extrativistas.

Ora, nesse contexto de ressignificação do mercado, qual seria o valor dos produtos extrativistas? De acordo com Allegretti 1992, p. 150):

> O valor dos produtos que existem nessas áreas decorre não somente de seu potencial de mercado, de sua oferta em relação à demanda, mas do conjunto das funções desempenhadas na manutenção dos sistemas básicos de suporte para a vida humana (ALEGRETTI).

Os botânicos franceses Laure Empaire e Paul Lescure (2000, p.17) corroboram essa leitura. Para eles, há um valor simbólico que é adicionado aos produtos dos povos da floresta:

> O produto, outrora simples matéria-prima extraída da floresta, adquire uma nova dimensão, carrega-se de um valor simbólico referente tanto à floresta quanto a seus habitantes. Produtos da floresta e conhecimentos tradicionais dos povos da floresta encontram-se envolvidos numa mesma lógica comercial.

Nesse debate, Mauro Almeida (1994, 2002) chama a atenção para a necessidade de reconhecer o *savoir faire* dos camponeses da floresta no incremento das taxas de biodiversidade, e o banco genético que a floresta amazônica possui. O antropólogo (*ibidem*) enfatiza o fato de que a produção e a manutenção da floresta "em pé" não deveriam ser tratadas como antieconômicas.

Valendo-se do caso da Reserva Extrativista do Alto do Juruá (REAJ), Mauro Almeida conclui que as práticas ancestrais indígenas e o encontro dos saberes dos nordestinos fizeram com que a região adquirisse uma complexa e rica sociobiodiversidade:

> A gigantesca produtividade natural das florestas nas quais vivem os seringueiros e que, como Mary Allegretti escreveu, eles protegem, não é remunerada. Não há bolsa de futuros para essa biodiversidade; não há títulos para a floresta de máxima diversidade a serem entregues daqui a cem anos. Todas essas árvores e borboletas parecem supérfluas do ponto de vista do

> mercado. O paradoxo da situação está em que, apesar dessa ação do mercado, há uma demanda social pela diversidade biológica. Há assim um descompasso entre a demanda da sociedade e o movimento dos mercados (ALMEIDA, *et. al*., 2002, p.21-22).

De acordo com o antropólogo (ALMEIDA, 1994), os seringueiros, na condição de "guardiões da floresta", teriam que ser remunerados por seus serviços prestados assim como ocorre com os acadêmicos nos centros de pesquisa. Ele questiona: como se atribui valor às florestas tropicais?

> Nossa argumentação aponta para uma maneira adicional, na qual o valor dos fundos naturais (florestas e outros ecossistemas) seria obtido capitalizando-se o valor atribuído à informação extraída deles. Haveria tal cálculo, a análise de custo-benefício envolvida em substituir uma floresta nativa por um sistema artificial deveria incluir a perda do valor do fundo de florestas (o valor capitalizado de produtos potencialmente desenvolvidos no longo prazo, com base no registro do meio século anterior, digamos). Por outro lado, a análise de custo-benefício envolvido em manter um sistema de uso extrativista por populações tradicionais deveria incluir a remuneração dos serviços de conservação do fundo e geração de produtos tradicionais – invisíveis em decorrência do enorme desconhecimento da tecnodiversidade das populações florestais. É preciso, em outras palavras, por um lado qualificar as alternativas comumente apresentadas como mais eficientes, descontando do produto anual à perda do patrimônio de recursos; e, por outro lado, valorizar os usos predominantemente extrativistas da floresta, adicionando a eles os serviços de conservação de patrimônio e de pesquisa e desenvolvimento (ALMEIDA, 1994, p.264).

A intenção do antropólogo, que também é assessor do CNS, era reconhecer o papel dos seringueiros para a reprodução da natureza e garantir a sua permanência na floresta. Reconhecia ainda a necessidade de assegurar estratégias econômicas, sociais e políticas para que suas práticas não fossem erradicadas. Nessa compreensão, sociedade e natureza não se separavam.

Fala-se, no início dos anos 1990, em criar um banco de "desenvolvimento de populações tradicionais" que garantisse a participação ativa destas no gerenciamento de recursos, viabilizando direitos a longo prazo[331] (ALMEIDA, 1994).

Para construir os caminhos futuros, o CNS e seus assessores queriam tirar a discussão sobre a sustentabilidade das reservas extrativistas de um plano estritamente econômico:

> Trata-se de saber se [as reservas extrativistas] são institucionalmente viáveis sistemas de propriedade, administração e de planejamento de áreas de populações tradicionais, de baixa densidade demográfica, que empregam a coleta, a caça e a pesca (ALMEIDA, 1994, p.264-265).

---

[331] Atualmente, uma fórmula de rendimento pela manutenção dos ciclos biofísicos seriam os programas de REDD; entretanto, esse mecanismo já nasceu da lógica de mercado, constituindo-se em um benefício de grupos privados e instituições financeiras, em detrimento das populações camponesas e indígenas. Para um maior aprofundamento sobre a constituição do REDD na Amazônia Legal, recomendamos consultar Cornetta (2017).

A antropóloga Mary Allegretti (1992, 1994) não ignora que os seringueiros tenham forjado um modo de vida que pressupõe o uso múltiplo da floresta e a combinação das práticas agrícolas e extrativistas. Em suas palavras, o seringueiro "assegurou a manutenção da floresta para futura exploração" (ALLEGRETTI, 1992, p.154).

Nesse sentido, quando se menciona Reserva Extrativista, por mais que o adjetivo dê ênfase a uma das atividades que tinha seu lugar no contexto regional (a extração da borracha nativa), a ideia de uma *economia da floresta* que integra, com diferentes pesos, atividades agrícolas e pecuárias acabou ficando de escanteio.

A economia social forjada a partir da decadência do extrativismo da borracha na Amazônia se baseia numa produção agroextrativista familiar. Nota-se que, como se trata de uma economia de base camponesa, as necessidades familiares são as principais a serem suprimidas, e a quantidade da produção depende do tamanho da família e de braços disponíveis para trabalhar; só o excedente se destina ao mercado. Assim, o camponês da floresta, ainda que inserido no mercado, não se comporta como um *hommo economicus* neoclássico.

> A criação de uma Reserva Extrativista não significa sua imobilização, seja em termos econômicos ou sociais. Ao contrário, é um processo de intervenção planejada em uma realidade que apresenta a mais variada gama de problemas: são populações pobres, sem infraestrutura social, com pequena capacidade organizativa e altas demandas emergenciais. Não significa, portanto, que se pretende manter a base extrativista como se encontra no momento em que uma reserva é criada (ALLEGRETTI, 1992, p.156).

Os assessores do CNS tiveram um importante papel na produção de estudos e propostas para o futuro das famílias camponesas da floresta. Em 1991, em Rio Branco (AC), o CNS promoveu o seminário "Alternativas econômicas para as Reservas Extrativistas". No evento, como estratégia para a diversificação da produção, foi proposta a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) que permitiriam diferentes usos e proporcionariam uma redução do tempo despendido em outras atividades agrícolas. Os SAFs seriam implantados em áreas de capoeira, com o intuito de reduzir ainda mais os impactos ambientais e o desmatamento.

O agrônomo Paulo Kageyama (1991), que era professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), incentivou a implantação de SAFs, referindo-se a eles como "ilhas de produtividade", e sugeriu ainda a formação de um banco genético na RESEX Chico Mendes.

Para Kageyama (*ibidem*, p.2), as práticas agroextrativistas são caracterizadas por “um modelo moderado de uso da floresta, com um nível muito baixo de perturbação ambiental para o ecossistema, podendo ser uma alternativa interessante para o desenvolvimento da Amazônia”. Nesse trabalho, o autor (KAGEYAMA, *ibidem*) pontua que devido ao uso não intensivo da floresta e às técnicas de baixo impacto, as reservas extrativistas se tornaram espaços de conservação de recursos genéticos.

O agrônomo passa a integrar um grupo de teóricos que objetivavam desenvolver o conceito de “neoextrativismo”[332] e valorizar o potencial das práticas agroextrativistas no contexto de estratégias econômicas. Segundo Kageyama (*ibidem*, p.1):

> [...] para que seja alcançado o pleno desenvolvimento das Reservas Extrativistas, também é necessário que a produtividade da espécie em extração se eleve a níveis de competitividade de mercado, mantendo-se a estrutura da floresta natural.

A proposta das chamadas “ilhas de produtividade” – implantadas em áreas de capoeira – visa aprimorar o extrativismo, transformando-o em uma alternativa econômica viável. Elas são um modo de aumentar a produtividade nas reservas e, ao mesmo tempo, aproveitar a estrutura genética das espécies em extração. Na fala de Kageyama, as ilhas de produtividade seriam:

> [...] pequenas áreas (1 a 2 ha), com as culturas em extração, puras ou em consórcio, sob a forma de variedades melhoradas derivadas das populações locais, se constituiriam em uma continuação das populações naturais e poderiam influir no aumento da produtividade (KAGEYAMA, 1991, p.3).

Nos seringais da RESEX Chico Mendes no município de Xapuri, entre os anos de 1994 e 1999, houve a implantação de SAFs por meio de uma cooperação austríaca. Com o nome de Projeto Áustria e com o trabalho de lideranças como Dercy Teles, diversas famílias dos seringais Dois Irmãos, Sibéria e Albrácia foram incentivadas a destinar áreas de capoeira para os Sistemas Agroflorestais. Com recursos desse projeto, foi instalado um centro na região da Pimenteira onde ocorriam aulas, trocas de sementes crioulas e festejos.

---

[332] Segundo Kageyama *et al.* (2016, p. 369): “O extrativismo tem suas raízes em fatores econômicos relacionados ao imperativo de sobrevivência dos extrativistas; na medida em que não há mercado para certos produtos ou os preços não são compensadores, as famílias buscam novas alternativas econômicas que têm surgido mais no setor agropecuário daí a propriedade de classificar os extrativistas como agroextrativistas. Segundo Rego (1999), o sistema denominado pelo autor de neoextrativista supõe a construção de uma nova base técnica ou um desenvolvimento técnico por dentro do extrativismo, subordinado aos padrões e exigências socioculturais dos seringueiros”.

A grande questão de cunho econômico que se impunha no cotidiano das famílias era a possibilidade da recriação das formas de aviamento. Com a falência total dos patrões, os marreteiros (atravessadores) eram a “ponte” para o mercado. Além disso, somava-se a questão da queda da demanda de mercado para os produtos da floresta. Segundo Michelotti (2000, p.17), agrônomo e um dos integrantes do Projeto Áustria, a política da Reserva Extrativista teria que se associar às políticas de fundo econômico que “valorizassem suas atividades e a reprodução do seu modo de vida”.

Cooperativas como a CAEX e a CAPEB, junto aos STRS e às associações de moradores, realizariam o papel do marreteiro[333] - com a diferença de que agora a gestão seria horizontalizada, para que o pagamento da produção e a venda de produtos fossem realizados a preços justos.

Entre os anos de 1989 e 1990, comemorou-se o aumento do preço pago pela castanha e pela borracha na região do Alto Acre. A CAEX, por meio de investimento estrangeiro[334], conseguiu alcançar duas grandes metas:

> [...] a diversificação da produção nas colocações (espaço de funcionamento da unidade de produção), a médio prazo, para ampliar a renda das famílias, e a agregação de valor à produção extrativista, por meio de usinas de beneficiamento (MICHELOTTI, 2000, p.20).

Na usina de castanha da cidade de Xapuri e em algumas miniusinas na RESEX Chico Mendes, o produto era beneficiado e embalado com destino aos Estados Unidos. Naquele momento, previa-se que a introdução de novos produtos rotulados como “sustentáveis” daria um lugar no mercado às populações agroextrativistas.

Nesse debate, Mauro Almeida (1994, 2002, 2012) situa-se com um olhar muito prudente. O antropólogo aponta que era preciso evitar as mesmas estratégias agrícolas sustentáveis direcionadas aos colonos amazônicos. O ponto frisado diz respeito às práticas agroextrativistas e à reprodução social do campesinato da floresta, que se distinguiam das outras parcelas dessa classe social[335]. Afinal, no que

---

[333] Esteves (2010), aponta que a primeira diretoria da CAEX e os seus 34 cooperados pertenciam ao STR de Xapuri. Na construção do regimento da cooperativa chegou-se a cogitar que todos os membros deveriam também ser sindicalizados.

[334] Em 2014, foi decretada a falência da CAEX, depois de 26 anos de existência. A Fundação Ford, o IAF (Inter American Foundation) e a WWF foram seus principais investidores.

[335] Nos referimos a esse excerto (ALMEIDA, 1994, p.267): “De fato, estratégias agrícolas sustentáveis como base da geração de renda podem e devem aplicar-se aos pequenos produtores agrícolas (colonos amazônicos). Não há o que objetar a estratégias ecológicas para campesinatos não-florestais. Tais estratégias não precisam excluir estratégias apropriadas para campesinatos florestais nas Reservas Extrativistas amazônicas. As duas estratégias [cooperativas e SAFs] realizam funções distintas, e portanto não competem entre si. [...] O ponto crucial é que os programas agrícolas (como

investir: em práticas agropecuárias ou agroextrativistas? A densidade de ocupação do território deveria aumentar ou manter-se como estava?

> Coloca-se, pois, um dilema: estimular as tecnologias agropecuárias ou, em vez disso, encorajar as tecnologias extrativistas e conservacionistas; encorajar o aumento de pessoas no interior das reservas ou favorecer, por meio de políticas públicas adequadas, cenários de desenvolvimento que, em vez de insistirem na maximização produtivista (mais famílias por hectares, mais produto por hectares), enfatizem a qualidade tanto da vida dos moradores em baixas densidades como a da natureza em que vivem (mais qualidade de vida humana e natural por hectare)" (ALMEIDA, *et. al.*, 2002, p.21).

O antropólogo reage às críticas de fundamento neoclássico, pois para ele as estratégias técnicas e de produção deveriam considerar o contexto local. Diferente da unidade familiar de um projeto de colonização, o pesquisador parte do pressuposto de que a unidade de manejo na Reserva Extrativista é a colocação, que até aquele ponto era caracterizada pela baixa densidade demográfica e pela baixa produtividade por hectare (ALMEIDA, 1992, 1994, 1995, 2002, 2012).

> A unidade de uso de recursos da floresta não é o seringal, e sim a *colocação* e os grupos domésticos que a constituem. É na *colocação* que são tomadas as decisões relevantes sobre o volume e a variedade da produção, o nível de povoamento e conservação ambiental (Grifos do autor (*Ibid*, 2012, p.127).

Segundo o acreano (ALMEIDA, 1992, 1994, 1995, 2002, 2012), há de se considerar a lógica de apropriação do território e da natureza presente no sistema que foi forjado há mais de cem anos pelos camponeses da floresta. Sistema este pautado em uma observação rigorosa da natureza, de seus ciclos e movimentos, e pela existência de uma série de códigos que promoveram o controle ecológico (como, por exemplo, o cuidado com o corte da seringueira, o respeito à sazonalidade do látex e o combate à caça desenfreada).

Para além de aspectos econômicos, a colocação pode ser compreendida como um microcosmo social. Configurando-se na menor escala do seringal e, agora, da Reserva Extrativista, onde as decisões são tomadas de acordo com a família, que faz um balanço entre a produção agroextrativista e a sua necessidade de mercadorias importadas (ALMEIDA, 1992, 1994, 2002, 2012).

---

em Projetos de Colonização), idealmente mantendo a qualidade do solo e a produtividade por meio de manejo agroflorestal são adequados para absorver populações sem-terra e gerar produtos alimentares, enquanto nas Reservas Extrativistas é exatamente a baixa densidade demográfica e a baixa produtividade por hectare (de produtos comercializáveis no presente) que as tornam adequadas como unidades de conservação de fundos manejados por populações tradicionais".

Mauro Almeida explica que as atividades extrativistas até podem ter um impacto negativo sobre a natureza, mas reitera que a colocação restaura um tipo de equilíbrio dinâmico ecológico. Quando há qualquer indício de desequilíbrio (evidenciado pelo aumento de pragas ou pelos solos dos terreiros, que às vezes dão sinal de esgotamento), é tomada a decisão de reduzir as pressões sobre os recursos naturais (ALMEIDA, 2002, 2012).

A partir de sua densa pesquisa com os seringueiros do Vale do Juruá, de que forma Mauro Almeida (2002, p.19) define o extrativismo?

> O extrativismo dos seringueiros de hoje apoia-se antes de mais nada no uso múltiplo da floresta, com baixas densidades humanas e pouco impacto. Usa ao máximo a diversidade de ambientes naturais. Nas largas extensões das colocações, encontram-se, por exemplo, terrenos de várzea mas também áreas de terra firme. Na várzea há os solos inundáveis mas com periodicidade diferente (utilizados em várias lavouras que gostam de solos úmidos, como o tabaco, com ciclos de médio ou curto prazo), e há os barrancos e as praias, cujos vários níveis são utilizados para distintas lavouras de ciclo curto (como melancia, batata e milho). Em terra firme encontram-se diferentes ambientes de mata (ora com a presença abundante de bambuzais, ora de palmeiras, ora abertas, ora fechadas; com solos e topografias bem variados): essas diferenças são reconhecidas pelos seringueiros na demarcação de estradas de extração de látex e na escolha de terras para cultivo (ALMEIDA, *et. al*., 2002, p.19).

Como fonte de recursos para as Reservas Extrativistas, o pesquisador argumenta que o capital da biodiversidade tem que render juros, a fim de possibilitar uma acumulação de capitais para a amortização dos investimentos externos e dos subsídios (ALMEIDA, 1994).

Para a concretização da reforma agrária seringueira, seria preciso superar questões estritamente econômicas. Por ter estudado em profundidade o modo de vida do campesinato da floresta, Almeida (1994, 2002) parte do pressuposto de que a Reserva Extrativista deve congregar políticas econômicas, de desenvolvimento social e de conservação ambiental. Dever-se-ia “[...] entender a conservação como requisito para manter a produtividade ao longo do tempo” (ALMEIDA, *et. al.*, 2002, p.20), afirma o antropólogo.

Inicialmente, Mauro Almeida pontua que muitos viam as famílias seringueiras como uma “corporação homogênea”, guiada por uma ética “conservacionista” (*ibid*, 1994). Antes da institucionalização das Reservas Extrativistas – na época dos patrões – havia normas que estipulavam os regimes de uso e apropriação do território, além de regras e agentes com papel fiscalizador, como os mateiros, que mantinham o equilíbrio ecológico na colocação (ALMEIDA *et al.*, 2002).

Mesmo após a falência dos patrões, houve o desdobramento dessas regras costumeiras que garantiram um regime de uso e apropriação do território e da natureza (ALMEIDA, 1992; DIAS, 2004; MARCHESE, 2005).

Ao analisar a constituição das famílias nas colocações, o acreano (ALMEIDA, 1992,1994) nota que os grupos domésticos construídos pela relação de parentesco e compadrio têm um individualismo acentuado. O centro da decisão é a família. Entidades como associações, cooperativas e sindicatos, que se formaram ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990, não tinham conseguido criar um amplo sentido de "comunidade".

Depois de um século na floresta, formou-se um código entre grupos domésticos – ou como Almeida (1992, 1994) prefere definir, entre as "casas ampliadas"[336] ou "casas florestais".

Nas áreas florestais, grupos domésticos (ou um conjunto de casas) podem manter relações constantes, de acordo com as afinidades que compartilham entre si e com a liderança local, que cumpre a função de coordenar a produção. A composição das "casas ampliadas" é, principalmente, fruto das relações de parentesco[337]. Elas costumam agregar chefes de família, irmãos, filhos, maridos de filhas, esposas de filhos e irmãos de esposas e maridos. É na unidade doméstica que as diversas trocas entre trabalho, ajuda e produto se realizam, o que permite a reprodução do campesinato florestal (ALMEIDA, 1992, ALMEIDA *et al*, 2002).

> Tais coalizões de parentescos ou associados de parentes ou associados podem compartilhar áreas da floresta, criar gado em pastos comuns e cooperar em outras atividades econômicas. Tais blocos de casas, casas externas e parentelas florestais estão a todo momento envolvidos em conflitos com outras casas, com outras casas externas e com outras parentelas. O motivo desses conflitos pode ser o acesso aos recursos naturais: o direito de criar porcos e gados soltos na floresta, o direito a caçar com cães, o acesso a lagos piscosos (ALMEIDA, 1994, p.269)

É sugerido que as "casas florestais" e seus moradores podem estabelecer, ao mesmo tempo, relações de cooperação e de competição – sendo que a de competição pode comprometer o sentido do coletivo, que depende da reciprocidade e da cooperação (ALMEIDA, 1992, 1994).

---

[336] No conceito original: "Macro-house" (ALMEIDA, 1992, p.302).

[337] Mauro Almeida fala, aqui, sobretudo sobre as relações de parentesco, porém o espaço da cooperativa, do sindicato e da associação também podem exercer um papel semelhante. Como vimos em campo, nos espaços que estão fora das colocações, as relações de parentesco e de apadrinhamento possuem um papel importante nas alianças políticas e econômicas locais.

Para o antropólogo (ALMEIDA, 1994; CUNHA, ALMEIDA, 2017), os mecanismos tradicionais de uso e apropriação do território não seriam suficientes para a gestão dos recursos na Reserva Extrativista. Seria preciso que existisse alguma forma de regulação institucionalizada, a fim de contribuir para que se alcance maior equidade nas relações entre as famílias no interior da reserva[338]. Em suas palavras (ALMEIDA, 1994, p. 269):

> A existência de padrões culturais como os do "panema[339]" não é condição suficiente para que a população adote as normas conservacionistas quando existem estímulos econômicos para violá-las. São necessários instrumentos reguladores, tais como o Plano de Uso e Zoneamento, com vigência legal no interior das Reservas Extrativistas, estabelecidos através de processos democráticos e dotados de um mínimo consenso.

O decreto n°98.897[340], que regula a criação das Reservas Extrativistas, também aborda essa questão:

> "A exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão de real uso. [...] O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo Ibama e conterá cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão intervivos".

De acordo com Almeida *et. al.* (2002), no nível da vida imediata, se apresentará uma combinação *suis generis* de três formas de propriedade. Na escala da família, já havia um sistema de direitos que regulava os mecanismos de uso e apropriação da natureza. Porém, no momento da assinatura do decreto das RESEXs, foram anunciadas outras duas formas de propriedade: a concessão de uso destinada às associações de moradores, e a propriedade estatal, uma vez que as terras pertencem à União.

No processo de implantação da RESEX Chico Mendes, isso ocorreu após a realização do cadastro de moradores (entre os anos de 1992 e 1993), assim que as discussões para a construção do I Plano de Utilização (entre os anos de 1994 e 1995)

---

[338] Referimo-nos a esse trecho: "É necessário desenvolver instituições de poder local capazes de atuar com equidade, acima das redes parentesco, amizade e clientelismo internas, tanto para representar a coletividade junto à nação, como para, internamente, atuar de maneira equitativa na distribuição do acesso aos recursos naturais e aos investimentos feitos no interior da Reserva. É necessário, portanto, criar instituições, sem a ilusão de que tais instituições sejam desprovidas de conflitos" (ALMEIDA, 1994, p. 270).

[339] "Panema é um conceito de amplíssima circulação na Amazônia, assim como Caipora. Enquanto Caipora designa primariamente um ente, panema designa uma relação entre entes. Panema é um conceito muito geral, como o conceito de gravidade" (ALMEIDA, 2013, p.14)

[340] Decreto n°98.897, 30 de Janeiro de 1990. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm> (último acesso: 05/10/2017).

se iniciaram e deram pistas de que haveria uma combinação entre as leis ambientais e as normas regidas por relações de vizinhança e parentesco.

Segundo Mauro Almeida *et. al.* (2002), a ideia inicial do Plano de Utilização era, em parte, que se resgatassem e identificassem as leis e os costumes vigentes entre os camponeses da floresta. Mas, na prática, isso se apresentou mais difícil do que o esperado. Quando entrevistamos moradores da RESEX Chico Mendes e ex-funcionários do CNPT, foi relatada a emergência de conflitos derivados das diferentes concepções de natureza e práticas agroextrativistas existentes entre os sujeitos envolvidos no processo.

Dois anos após a assinatura do decreto das Reservas Extrativistas, é reconhecido o protagonismo dos moradores das unidades de conservação no IBAMA, através da criação do CNPT. Não era consensual a concepção de que a natureza era um produto social. Havia muitas dúvidas se a presença de famílias de origem seringueira na reserva poderia provocar danos à natureza. A ideia de uma natureza pristina persistia entre os técnicos do órgão.

Nos primeiros dois anos, a falta de diálogo entre o CNS e o IBAMA preocupou o movimento. A Reserva Extrativista teria que congregar políticas de cunho fundiário, de desenvolvimento social (como saúde e educação) e de conservação ambiental. Como resultado das discussões para a implementação da RESEX, é que se decide criar o CNPT.

Em seus anos de atuação dentro do IBAMA, o CNPT mostrou um quadro de técnicos mais sensíveis às lutas sociais e à permanência das famílias nas unidades de conservação. Inclusive, com frequência foi mencionado o fato de que os projetos seriam implantados nas reservas extrativistas por meio do CNPT, com recursos internacionais que pressupunham prescrições a serem cumpridas. Entretanto, havia o cuidado de avaliar ao lado das famílias envolvidas a relevância e a forma de execução das propostas.

Não podemos esquecer, como já apontamos em outros capítulos, que a proposta inicial desenhada pelo CNS previa a autogestão das famílias. Mesmo não tendo sido conquistada, até o ano de 2008, a gestão das Reservas Extrativistas ocorria por meio de uma parceria entre o CNPT e as associações de moradores[341]. A extinção desse órgão no processo de reformulação do IBAMA e de criação do ICMBio, sem

[341] Devemos lembrar que as concessões de uso às associações de moradores da RESEX Chico Mendes só foram feitas no início dos anos 2000.

nenhuma justificativa ou existência de um documento oficial, certamente configurou-se em uma grande perda de poder de decisão para as famílias camponesas na gestão de suas unidades de conservação.

Rafael Pizón Rueda (ex-chefe do CNPT) foi apontado com certa recorrência em nossas entrevistas com líderes e moradores da RESEX Chico Mendes. Pizón é lembrado por ter exercido um trabalho de mediador na Reserva, fato que se configurou em uma exceção em sua história, já que o quadro hegemônico de tecnocratas dos órgãos federais e do governo do estado do Acre caracterizou-se por entender a natureza como um ente externo à sociedade, o que também se estendia às políticas de conservação ambiental.

Ao nosso ver, o Estado e seus tecnocratas também formularam uma concepção sobre as práticas agroextrativistas. Ao discutirmos a construção do Plano de Utilização e do Plano de Manejo, observamos que a ideia de uma natureza externa e “intocada” persiste. Esse é um paradoxo tanto no campo científico quanto no das políticas públicas, pois já se reconhece a importância de manter as populações locais como estratégia para a conservação ambiental.

Como já pontuamos, principalmente após a criação do ICMBio e a formação do Conselho Gestor, as decisões para os caminhos da RESEX Chico Mendes passaram a ser cada vez mais centralizadas.

Devido à presença do governo do estado do Acre, com seu discurso sobre o desenvolvimento sustentável nos projetos e decisões nas unidades de conservação – como a RESEX Chico Mendes –, tem sido defendida uma ressignificação das florestas pautada em estatutos econômicos. Como viemos apontando em nosso texto, cada vez mais a produção de uma primeira natureza tem se subordinado às determinações de uma segunda natureza.

O governo do estado do Acre tem afirmado sua legitimidade entre as instituições financeiras, como podemos constatar pela iniciativa de se autodenominarem "o governo da floresta" e de tomarem para si a narrativa sobre a trajetória histórica dos movimentos acreanos indígena e seringueiro. Mesmo após a assinatura da Lei Chico Mendes, em 1999, que garantia subsídios pela compra de borracha nativa, não foi possível reverter a queda na demanda pela goma amazônica. Dessa maneira, o Estado passou a buscar alternativas para a produção agroextrativista.

Postula-se dentro do Estado que os projetos implementados na RESEX Chico Mendes derivem do encontro simultâneo entre tradição e modernidade. Seguindo a avaliação de Alfredo Homma (1994,1995), as práticas agroextrativistas são concebidas pelo Estado como obsoletas e potencialmente degradantes à natureza, de forma que seria necessário reformulá-las e racionalizá-las nos parâmetros do desenvolvimento sustentável.

Hoje, um dos principais pensadores do governo do estado do Acre é o engenheiro agrônomo José Fernandes do Rêgo (2015). O autor do conceito "neoextrativismo", parte do princípio que as atividades humanas são insustentáveis e caberia ao Estado e ao mercado racionalizar e optar por alternativas tecnológicas que minimizem os impactos socioambientais.

Como complemento às práticas agroextrativistas tradicionais, Rêgo (2015) sugere a adoção do manejo de recursos naturais madeireiros e não-madeireiros. Para o agrônomo (*ibid*, *ibidem*), empresários e comunidades locais podem se equiparar ecologicamente ao adotarem práticas de manejo integradas a cadeias produtivas. Nas palavras de Rêgo (2015, p.110):

> Na produção florestal, a racionalização dos recursos e produtos florestais, por meio do manejo sustentável, comunitário e empresarial, permitem, pelo incremento da rentabilidade, o crescimento do produto econômico e a conservação da floresta.

Com forte inspiração neoclássica, as populações camponesas são igualadas a uma lógica empresarial. Ou melhor, deve ser imediata a adoção dessa racionalidade para que a família camponesa proporcione um aumento nos índices de geração de renda. Camponeses, indígenas e empresários, com uma história comum ao legado ambientalista de Chico Mendes, passam a somar forças na produção de uma floresta "em pé":

> Os pressupostos, os princípios e valores, o legado econômico, social e político, enfim, o histórico e os sonhos de um povo apontam a direção e a trajetória que será feita no presente para alcançar o futuro.
> No Governo do Povo do Acre chega o momento da consolidação, do salto do desenvolvimento econômico por meio da construção de uma nova economia com sustentabilidade e diversificação.
> O caminho do desenvolvimento do Acre é aberto pelos sonhos e pelo ideário do seu povo, construído sobre a base da sua história e conduzido pelas lideranças que a escolha democrática lhe concedeu.
> A economia segue a trajetória da sua natureza rica e exuberante da sua cultura e modo de vida próprios, forjados na intimidade estreita com a floresta, rios e lagos, do seu conhecimento e das suas terras e paisagens generosas (RÊGO, 2015, p.111).

É muito comum, em documentos públicos e nas secretarias do governo do estado do Acre, as práticas agrícolas, a criação de gado pelas populações camponeses e a exploração ilegal madeireira serem apontadas como algumas das principais causas do desmatamento. Argumenta-se que, por falta de alternativa econômica, as famílias têm encontrado a extração da madeira ilegal e o gado como saída[342] para a pobreza. Essa é uma crítica infundada, pois quem denunciou o desmatamento devido ao avanço do latifúndio e da especulação fundiária foram as populações camponeses e indígenas, também responsáveis pela criação de políticas públicas de conservação ambiental na região.

Após o grande incêndio no Acre no ano de 2006, as autoridades buscaram meios de reduzir os impactos da queima e da derrubada da floresta amazônica. Em 2009, lançaram o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCD), que visa a redução do desmatamento em 80%, de forma contínua até 2020. Nesse mesmo ano também foi lançada a proposta de uma “Bolsa Verde”, que daria às famílias cem reais caso elas se comprometessem a não usar a prática histórica do fogo em seus roçados. O estado do Acre implementou a “lei do fogo zero”, proibindo a sua utilização com fins agropecuários.

A assinatura da lei n° 11.284 de 2 de março de 2006 (pela então ministra do MMA, Marina Silva) permitiu a gestão de florestas públicas para a produção sustentável voltada à exploração de produtos madeireiros, não-madeireiros e ao desempenho de serviços florestais, prevendo a concessão dessas áreas a grupos privados. Além da conservação ambiental, o Acre se autointitulou como “vanguarda” em relação a outros estados da Amazônia Legal na estratégia de redução da emissão de gases e na execução de projetos que viabilizassem créditos de carbono no mercado financeiro. O portfólio acreano de serviços ambientais encontra-se, desde de 2010, organizado por meio do SISA (lei estadual n°2.308/2010), como pudemos ver no capítulo anterior.

Para as famílias da RESEX Chico Mendes, foram apresentadas três estratégias como forma de diminuir as taxas de desmatamento, refrear o avanço da pecuária e garantir a geração de renda: a Bolsa Verde, o programa Florestas Plantadas e o manejo comunitário madeireiro florestal. O último tem sido alvo de crítica de alguns

[342] Esse apontamento consta inclusive na redação do Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes (2006, p.44): “As dificuldades existentes para o desenvolvimento das atividades extrativistas não-madeireiras têm motivado a busca de alternativas de maior rendimento pelo seringueiro, como o gado e a madeira”.

líderes do movimento dos seringueiros – já que a exploração da madeira para fins comerciais foi proibida em 1988, durante o processo de formulação das Reservas Extrativistas.

Todavia, como já observamos, ao longo do último século a família seringueira se recriou e fez com que a atividade do corte da seringa se articulasse com outros espaço-tempos na colocação. Para avaliarmos e compreendermos esse processo de reprodução das famílias camponesas e da natureza, não podemos cristalizar essa classe social no espaço-tempo. O que objetivamos é compreender: como ocorre a produção social da floresta "em pé" na atualidade, visto que a institucionalização da RESEX Chico Mendes incorporou novos sujeitos sociais, com outras visões de natureza, projetos e interesses.

Nos próximos itens, tomando como base sobretudo os dados levantados em trabalho de campo na RESEX Chico Mendes, buscaremos entender como a família camponesa hoje se recria e se reproduz no espaço da colocação. Depois, olharemos de que forma os projetos que visam a conservação ambiental são realizados no cotidiano, e quais são suas contradições e efeitos nas formas de uso e apropriação da natureza. Por último, buscaremos elementos para a pergunta levantada por Cunha e Almeida (2017, p.278): "os povos tradicionais são mesmo conservacionistas?".

A vida cotidiana na RESEX Chico Mendes

Para Lefebvre (1968), a análise do cotidiano pode ser uma forma de se aproximar e compreender melhor a sociedade no chamado capitalismo avançado:

> Em relação à filosofia, a vida cotidiana apresenta-se como não-filosófica, como mundo real em relação ao ideal (à ideia). Em face da vida cotidiana, a vida filosófica pretende ser superior e descobre-se como vida abstrata e ausente, distanciada, desligada. A filosofia tenta decifrar o enigma do real, mas o seu próprio diagnóstico não tem em conta a realidade. Quer realizar-se e essa realização escapa-lhe; precisa de se exceder como vida filosófica.
> [...]
> Permanece aberto um único caminho: descrever e analisar o cotidiano a partir da filosofia para mostrar a dualidade, a perda e a fecundidade, a miséria e a riqueza. E isso implica o projeto revolucionário de uma libertação que tiraria do cotidiano a atividade criadora inerente: a obra inacabada (LEFEBVRE, 1968, p.24-25).

Lefebvre (1968) a partir da leitura de Marx compreendeu que o mundo material não se reduzia à fabricação de “coisas”, mas também estava relacionado à produção do ser humano, que, por sua vez, está implicado em uma série de relações sociais.

> Finalmente [o conceito de produção] tomado a sua amplitude, o termo engloba a *reprodução*. Não apenas a reprodução biológica (relevante da demografia), mas a reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos e técnicas, bem como a reprodução das relações sociais que se mantêm inerentes a qualquer sociedade, mesmo que uma desestruturação a destrua (Grifos do autor, LEFEBVRE, 1968, p.46).

Tida como um objeto não filosófico, a vida imediata ganha um estatuto científico por meio da formulação dos conceitos de cotidiano e cotidianidade. Aos olhos de uma concepção dialética materialista, os movimentos repetitivos (cada vez mais fragmentados e alienados) – característicos de um modo de produção que dilacera a vida humana – podem também conter o espontâneo, os resíduos e as contradições sociais mais explosivas.

“Impossível compreender e aceitar o cotidiano desse modo, ‘vivendo-o’ passivamente, sem retroceder” afirma Lefebvre (*ibidem,* p.42), ao decidir que a análise do cotidiano deve implicar a elaboração de uma “crítica à vida cotidiana”. Da mesma forma, nos lembra Damiani (2008, p.61), a textura fina da sociedade abriga a possibilidade de crítica e de desnaturalização, pois “de algum modo, nesse nível da prática social, há uma neutralização do estado social crítico: que num dado momento, exibe-se e cobra uma decisão”.

Optar pela análise do cotidiano é buscar compreender no nível da vida imediata o encontro entre as esferas política, econômica e social. Somente neste nível é que seria possível a observação das contradições, e se deparar com o misterioso, o admirável e o terreno fecundo que o espírito do tempo revela.

A aproximação com os conteúdos da reprodução social e de uma forma de produção da natureza das famílias da RESEX Chico Mendes se desenvolveu por meio da observação de suas práticas cotidianas. Atos repetitivos, os mais ordinários, que compõem um espaço-tempo dividido entre a rua e a Reserva, o verão e o inverno, a margem e o centro, nos permitiram levantar e compreender os elementos da territorialização dos camponeses que, nos dias de hoje, já não vivem mais em um seringal[343].

---

[343] Quantas vezes, em trabalho de campo, prestamos atenção e participamos de práticas cotidianas como o preparo de uma refeição, a colheita de lenha, ou a busca da água no poço! Como nos lembra Martins (2017, p.10), a função atual do cientista social é “[...] o enigma da captura desse homem comum pelos mecanismos de estranhamento de uma cotidianidade que exacerba a mutilação de nosso

As famílias seringueiras agora se reproduzem em um território constituído a partir de uma série de regras, onde se encontram corpo a corpo com o Estado, com as ONGs e com o mercado. É nesse espaço que surgem as brechas do possível, onde são vislumbradas uma outra sociedade e uma outra produção da natureza.

Entre a rua e a Reserva

O nosso primeiro encontro com as famílias da RESEX Chico Mendes ocorreu na região de Brasileia, no final de maio de 2016. Foi logo no início da manhã, enquanto esperávamos o caminhão de linha que transporta as famílias camponesas aos seus assentamentos tutelados pelo INCRA e pelo ICMBio (no caso, a RESEX Chico Mendes).

Osmarino Amâncio Rodrigues, ex-presidente do STR de Brasileia e ex-secretário do CNS, havia marcado um ponto de encontro no centro da pequena cidade, que faz fronteira com a Bolívia. A ideia da liderança era selecionar uma família com a qual a pesquisadora ia morar em um primeiro momento, antes que ela fosse para outras casas na região. Osmarino nos acalmou explicando que “no seringal tudo é parente, compadre e comadre! Logo tu farás amizade e vai ser acolhida pelas famílias”.

Os passageiros notaram a presença de uma pessoa estranha naquele caminhão (a pesquisadora, no caso). Sem muitas cerimônias, um grupo de três adolescentes se aproximou e indagou: “Senhora, estás segura que estás esperando o caminhão para a linha 19?”. Respondemos que sim, estávamos seguras – “esperamos por Osmarino, que mora no Seringal Humaitá, na Colocação Pega Fogo”.

Nosso plano era morar na RESEX Chico Mendes por três meses no ano de 2016, e retornar em 2017 no período da quebra da castanha. Para acessarmos diferentes pontos da Reserva, em mais de um município, era necessário “por o pé no barro”. Também fazia parte do cronograma ir para as cidades de Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis, no Brasil, com o intuito de ver de perto um outro *lócus* de reprodução das famílias camponeses.

---

relacionamento com nossas possibilidades históricas e mutila a compreensão dos limites que cada momento histórico nos propõe”.

As meninas que iam embarcar no caminhão da Linha 19 decidiram ficar próximas da pesquisadora até Osmarino chegar. A primeira questão que surgiu em campo foi perguntar para o grupo onde elas moravam. As três irmãs eram do Seringal Venezuela, que hoje faz parte da RESEX. Confessaram que, pelo menos uma vez a cada três meses, vão para a rua[344] para "fazer a feira e visitar os avós" que moram na cidade.

Quando elas saem da colocação Califórnia, caminham pelo menos quatro horas até a de seu tio. No seringal São Cristóvão, esperam o caminhão na rua e fazem o mesmo caminho de volta.

A passagem até o nosso ponto de descida (que era a Colocação Torre dos Grilos, no Seringal Humaitá) custava R$45,00. O valor completo para chegar até o nosso último ponto, no Seringal São Cristóvão, seria um total R$ 100,00. Crianças não pagam.

As três irmãs gastam pelo menos R$300,00 para ir à cidade. Por isso, antes de decidir se elas vão ou não até o centro de Brasiléia, as meninas levam dois aspectos em consideração: se elas têm o dinheiro para se locomoverem até lá, e se há uma quantidade mínima de tarefas a serem desempenhadas na rua que compensem os custos implicados no transporte.

Muitas famílias tinham aproveitado o dia anterior para visitar a cidade boliviana de Cobija (capital da província de Pando), com o intuito de obter mercadorias como roupas, utensílios domésticos, materiais agrícolas, cordas, peças para a motocicleta e eletrônicos. Na cidade de Brasiléia, pode-se adquirir botijão de gás, combustível, sal, milho e ração para as criações e para os peixes. Também aproveitam para ir ao mercado dos Colonos (FOTOGRAFIA 4), onde compram principalmente alimentos (café, açúcar, bolachas, farinha de trigo) e bebidas industrializadas "em grosso" (ou seja, no atacado), assim como sabão e itens de higiene pessoal.

[344] "Rua" para os camponeses acreanos é sinônimo de cidade, área urbana.

Fotografia 4: Mercado Colonos, na Brasileia. Nota-se na a presença de mercadorias em "fardos". Foto retirada por P. C. R. Perez em 2017.

Tratamentos e consultas médicas são realizados na rua. O único serviço de saúde prestado na RESEX Chico Mendes é a visita regular dos agentes municipais de saúde. Estes realizam o acompanhamento das crianças por meio da medição do peso e entregam cloro líquido para ser utilizado na água. Nota-se que, nas pequenas cidades, o sistema público de saúde é muito precário. Até o ano de 2015, o estado do Acre foi contemplado pelo programa do governo federal Médicos Sem Fronteiras - sobre o qual as famílias parecem ter uma visão positiva, pois reiteram que o atendimento era mais atencioso e humanizado com os médicos cubanos.

O estado dos postos e hospitais públicos de Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri e Assis Brasil é caracterizado pela falta de profissionais de saúde e pela escassez de materiais e medicamentos, além de ter grandes filas para atendimentos urgentes e consultas médicas. Por isso, as famílias que conseguem juntar suas economias buscam tratamento na cidade de Rio Branco e em Cobija.

No banco elas têm acesso a programas sociais como o Bolsa Família[345], o Bolsa Verde[346], além das aposentadorias rurais. Alguns moradores com contas bancárias no Banco do Brasil e no BASA conseguem financiamentos para a produção agrícola e para a pequena criação de animais. Em órgãos como a Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), os camponeses podem submeter pequenos projetos agroextrativistas com os quais obtêm o "finanço" e a assessoria técnica.

As burocracias relativas à vida na RESEX também são resolvidas na cidade. Cada município possui sua sede da associação de moradores (AMOREX, AMOREB, AMOREAB) e de seus STRs (FOTOGRAFIA 5).

Fotografia 5: Assembleia geral do STTR de Brasiléia discute a inscrição das chapas para a eleição da gestão de 2016-2018, no salão paroquial da Igreja de Brasiléia. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

---

[345] O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Segundo as normas do programa, as famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R$ 85,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R$ 85,01 e R$ 170,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. Há duas modalidades de benefício, o que concedido às famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R$ 85,00 por pessoa). O auxílio é de R$ 85,00 mensais. E, o que é concedido para famílias pobres e extremamente pobres, que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 16 anos incompletos. O valor de cada benefício é de R$ 39,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R$ 195,00. A Lei N° 10.836 de 10 de janeiro de 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm> (último acesso em 07/12/2017).

[346] O Bolsa Verde é um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. Funciona como um incentivo às comunidades para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem. O programa concede R$300 reais, de três em três meses, para as famílias que sejam beneficiárias em áreas para a conservação ambiental, respeitando as regras de utilização dos recursos. O benefício será concedido por dois anos, podendo ser renovado. O Bolsa Verde - instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572 , de 28 de setembro de 2011. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm > (último acesso em 07/12/2017).

As assembleias gerais e votações ocorrem na rua. Com a exceção da AMOREAB, cujas atividades ocorrem dentro do Seringal Icuriã, na Colocação da Divisão (FOTOGRAFIA 6). Para nós foi uma surpresa descobrir que existia uma associação de moradores com sede na RESEX Chico Mendes. Segundo Ilmar, o primeiro presidente da Associação, a ideia era comprar uma colocação e fazer uma sede nela, mas como os seringais de Assis Brasil são considerados os de acesso mais difícil para a rua, acabaram ficando com essa opção. Assim, todo mês de novembro, quando começa o período das chuvas, ocorre a assembleia geral na colocação da Divisão.

Fotografia 6: Sede da AMOPREAB na colocação Divisão, Seringal Icuriã, em Assis Brasil. Quando a imagem foi tirada (no mês de agosto), a Associação estava substituindo a construção de madeira por uma de alvenaria. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Pudemos visitar as sedes dos STRS de Xapuri, Brasileia e Assis Brasil. Entre elas, a de Xapuri teve destaque, pois foi nessa que tivemos maior entrada e liberdade para acompanhar as atividades cotidianas. Dercy Teles, ex-presidente (e, na época, vice-presidente do STR), foi a liderança que mais nos acompanhou no decorrer do trabalho de campo.

O STR de Xapuri já não tem o mesmo protagonismo que tinha na década de 1980. Embora ainda seja considerado entre os STRs do Vale do Alto Acre aquele que possui a postura mais combativa, grande parte de suas atividades cotidianas está associada à regularização e ao acesso às aposentadorias rurais. Por isso, muitos sindicalizados vão ao espaço para quitar suas contribuições e organizar a documentação necessária para o pedido de aposentadoria. Em duas ocasiões,

presenciamos no STR de Xapuri reuniões relativas aos conflitos territoriais e à situação dos ramais nas áreas de assentamento do INCRA.

Nos últimos dois anos, a chamada fazenda Soberana (ex-propriedade do Grupo Bordon) vem reivindicando a propriedade das terras de famílias assentadas. No capítulo dois entrevistamos as famílias dos Seringais Floresta e Nazaré expulsas pelo grupo Bordon, em Xapuri. Uma parte dessas famílias foram assentadas em colônias de 50 hectares nos anos 1980. E, depois de trinta anos morando nessas terras, as famílias estão sendo ameaçadas pela Fazenda Soberana. Esse é o caso de nosso entrevistado, seu Antonio Machadinho. O ex-seringueiro mora na área que faz fronteira com a fazenda e está sofrendo um processo de remoção. O seringueiro Antonio Edgard, que teve sua colocação empatada em 1986, também vem sofrendo ameaças de expulsão por jagunços da fazenda. O STR de Xapuri tomou frente na organização política e jurídica das famílias camponesas. No ano de 2015 foi convocada uma audiência pública sobre a questão (FOTOGRAFIA 7) e, conforme constatamos, em julho de 2016 houve um julgamento com as duas famílias camponesas envolvidas no conflito.

Fotografia 7: Audiência pública organizada pelo STTR de Xapuri para a discussão do caso da fazenda Soberana no ano de 2015. Foto tirada por STTR de Xapuri.

Segundo Dercy Teles, a visibilização política só tem lugar na rua. Ela nos lembra que desde os anos 1970 o movimento vem entendendo a importância da cidade na organização e no enfrentamento político, pois foi nas décadas de 1970 e 1980 que a questão agrária se transformou em uma questão trabalhista. Para as famílias camponesas, a cidade é o *lócus* da resolução jurídica dos “tratos” malfadados com latifundiários.

A liderança se queixa do atual lugar do STR de Xapuri. Para Dercy, o sindicato foi perdendo espaço depois da criação da Reserva e da maneira como foram organizadas as esferas administrativas e de decisão (como o Conselho Gestor). Nos dias de hoje, o que sobrou para o sindicato é um papel burocrático de regularização da aposentadoria rural, o que remete a um esvaziamento de sua atuação política.

De forma muito crítica, Dercy aponta como um dos principais erros a interrupção dos movimentos de Educação Popular:

> O espaço do sindicato é político e de formação de consciência de classe. Ontem lutávamos contra o latifúndio, hoje lutamos contra as políticas da economia verde e da conservação ambiental, e também contra o latifúndio [...] as pautas e a formação da consciência só vêm por um lugar, é por meio da formação política. Foi o que ocorreu no Projeto Seringueiro, e que não teve continuidade após a criação da Reserva[347].

Avalia-se que as alianças tanto do CNS, como uma parte das principais lideranças da Igreja e do movimento em Xapuri (como Raimundo de Barros, Júlio Aquino e Nilson Mendes[348]) se alinharam com as demandas do PT estadual. Assim, a formação política das gerações mais novas foi colocada em segundo plano.

De acordo com Dercy, o enfraquecimento político do STR tem relação direta com a entrada de pautas ambientais no espaço da reforma agrária. Especialmente após a criação da RESEX Chico Mendes e depois da eleição da Frente Popular, lideranças históricas passaram a defender projetos como o manejo comunitário madeireiro e, mais recentemente, o REDD, como fonte de renda para as famílias camponesas da floresta.

Para Osmarino Amâncio Rodrigues e Dercy Teles, a chamada “economia verde”[349] tem a função de acobertar a questão agrária e os conflitos e direitos territoriais do campesinato[350]. Segundo essas lideranças, nos dias de hoje, as pautas ambientais, ao invés de garantirem o acesso e a permanência das famílias camponesas florestais em seu território, têm sido caracterizadas pela insegurança dos

---

[347] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

[348] Temos que lembrar que Raimundo de Barros e Nilson Mendes são primos de Chico Mendes. O primeiro mora na RESEX Chico Mendes, e o segundo, no PAE Chico Mendes em Xapuri. Júlio Aquino, também membro histórico do STR de Xapuri, chegou a ser prefeito, e Raimundo, vereador do município pelo PT.

[349] Os entrevistados utilizam essa denominação.

[350] Devido ao processo de formação política realizado pelas CEBs, lideranças como Dercy e Osmarino utilizam o conceito de camponês para se situarem na sociedade de classes.

estatutos fundiários e pela falta de apoio a práticas agroextrativistas que permitam a reprodução social[351].

Na associação de moradores, as famílias realizam o primeiro processo de cadastramento para serem reconhecidas como moradores da RESEX. Também ocorre nesse espaço a passagem formalizada das colocações para os herdeiros ou novos moradores, assim como a assinatura do termo de concordância do Bolsa Verde.

Pudemos passar mais tempo na AMOPREAB, devido ao convite de Di Araújo (atual presidente) – ele também foi o responsável por nos apresentar às famílias que moram nessa região de Assis Brasil. Ao ficarmos algumas manhãs e tardes na AMOPREAB, notamos uma maior frequência de moradores que buscavam a regularização de sua situação na Reserva e, em uma menor frequência, a busca do pagamento e pelos recibos de produção da Folha Defumada Líquida[352] (FDL).

Atualmente, o ICMBio só possui uma base avançada em Brasiléia. Devido à falta de funcionários, as bases de Xapuri e Assis Brasil foram fechadas. Ao visitarmos a base de Brasiléia, observamos que os atendimentos mais comuns são relativos à situação de moradores não cadastrados na Unidade de Conservação, e também dizem respeito a desentendimentos entre vizinhos e multas por descumprimentos do Plano de Utilização e de Manejo.

Entre os anos de 2016 e 2017, na base avançada do ICMBio de Brasileia, só existia um funcionário responsável pela RESEX Chico Mendes. Em decorrência desse quadro, muitos moradores que buscavam o órgão não conseguiam atendimento, tendo que retornar nos dias seguintes[353].

É na casa de parentes (em grande parte, camponeses desterritorializados) que os moradores da Reserva passam os dias na rua. O tempo de estadia pode variar de dias e semanas até anos. Pudemos acompanhar mães que haviam acabado de ter seus filhos e optavam por permanecer na cidade nos primeiros meses após a gestação. Também acompanhamos pessoas que, devido a tratamentos médicos longos, como no caso de câncer, decidiam ficar meses ausentes de sua colocação,

---

[351] Nesse ponto, ambas as lideranças são críticas à falta de política para os mercados e preços justos aos produtos agroextrativistas.

[352] O FDL é um tipo de borracha, mais adiante no texto iremos retomar seu processo de produção.

[353] Pudemos acompanhar o caso de Neves, moradora da RESEX Chico Mendes, na Brasiléia. Durante uma semana, todos os dias ela ia ao órgão no período da manhã para dar entrada no pedido de cadastramento; ela só conseguiu fazê-lo em sua quarta tentativa.

bem como o caso de famílias que passavam de dois a três dias em pequenos núcleos urbanos para obter benefícios sociais, fazer a feira e visitar seus parentes.

De certa maneira, em campo, fomos compreendendo alguns elementos para refletirmos acerca da constituição de um território camponês que extrapola a RESEX Chico Mendes. Mesmo que os camponeses estejam "fora da floresta" há a persistência de uma relação de uma unidade na diversidade, de certo modo rua e a RESEX se complementam. Ao mesmo tempo que na rua alguns elementos da sociabilidade camponesa são negados, outros são preservados. Com o término das relações de aviamento entre patrão e seringueiros, a rua também se tornou um *lócus* da reprodução social camponesa[354].

É muito comum jovens moradores da Reserva permanecerem na cidade por anos para darem continuidade aos seus estudos acadêmicos. Atualmente, a Universidade Federal do Acre (UFAC) e o Instituto Federal do Acre (IFAC) possuem *campi* nas cidades de Brasiléia e Xapuri. Também há faculdades privadas nos municípios do Alto Acre. Muitos desses jovens querem realizar o curso de medicina. Em Cobija, existem três faculdades, sendo uma delas pública e gratuita. Grande parte dos ex-moradores da Reserva que conseguiram se formar, atualmente mora em definitivo na rua.

Entre os que retornam para suas colocações, a maioria são jovens que obtêm o diploma em licenciatura e passam a ocupar cargos nas escolas estaduais e municipais que estão alocadas na RESEX. Em entrevistas com duas professoras e moradoras da Reserva, nos foi colocada a questão de que a formação de professores e alunos no espaço urbano frequentemente leva a conflitos identitários.

Não podemos deixar de notar que alguns festejos tradicionais, e outros mais recentes, também acontecem na "rua". A tradição xapuriense da comemoração do dia 21 de janeiro (dia de São Sebastião) modifica a dinâmica da pacata cidade há gerações. Caracterizados por outra estética, diferente das bases culturais forjadas no seringal, os rodeios e carnavais são as atividades que mais atraem os jovens no município de Brasiléia nos últimos quinze anos.

Os mais idosos, que precisam ir ao médico mais vezes, também migram de suas colocações para a cidade, de forma que elas acabam passando para as gerações mais novas.

---

[354] Não deixamos de pontuar que essa reflexão carece de mais estudo e pesquisa, entretanto julgamos necessária à sua menção.

O processo de acumulação primitiva, que ocorreu a partir da expropriação total dos seringueiros, possibilitou a constituição da rua. A fragmentação dos seringais, em razão da constituição da propriedade privada da terra, foi o embrião dos primeiros núcleos urbanos.

O colapso das relações sociais no seringal tem início com a falência dos patrões e, no momento de concretização da RESEX, começa a se pensar em como superar a relação entre patrão e seringueiro. Ao realizarmos nossa pesquisa na região do Vale do Alto Acre, notamos que no processo de constituição das cidades há permanências – ou, nas palavras de Lefebvre (1968, 1974), *resíduos* – que remetem a uma sociabilidade forjada no seringal.

As periferias de Rio Branco, Xapuri, Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasileia conservaram os princípios de reciprocidade, da ajuda e da hospitalidade, e eles são parte do que caracteriza as colocações.

Ora, essas relações sociais são produtos dos períodos de maior dificuldade em se garantir a reprodução social na colocação. Depois do ciclo da borracha, quando os patrões já não conseguiam assegurar o sistema de aviamento, as famílias tiveram que se recriar enquanto camponeses florestais. A troca de produtos, a partilha da caça e os adjuntos permitiram que elas atravessassem os momentos de crise econômica (ALMEIDA, 1992).

A chegada à cidade é descrita como um período de extrema dificuldade. Sem a possibilidade de plantar, descobre-se que “na cidade, tudo se compra” - inclusive o espaço. A repartição dos bens foi um dos fundamentos para a sobrevivência na urbe, como pontua Cardia (2010), sobre a constituição do bairro Cidade Nova, em Rio Branco.

Em campo, muitas vezes ouvimos a frase “aqui em casa é como no seringal: você é bem-vinda”. O seringal (ou, mais precisamente, as relações sociais que foram fortalecidas nos varadouros) é tido como uma experiência positiva em comparação ao espaço urbano, onde as relações sociais geralmente são mais frias e individualistas.

Não podemos deixar de citar o trabalho de Odette Seabra (2003). A pesquisadora, enquanto estudava os bairros de origem proletária em São Paulo, percebeu que as relações sociais nesse fragmento do espaço urbano são caracterizadas pelo confronto de práticas distintas (SEABRA, 2003, p.2):

> Este nível da prática social [o bairro], compreendido por relações de vizinhança, de compadrio e de parentela, inscrevendo-se no espaço, permitiu que se formasse um âmbito de relações de qualidade a partir de experiências

> vividas. É por isso que seria este o melhor nível, um lugar privilegiado para refletir sobre o embate entre as práticas que confrontam qualidade e quantidade; estas, que concebem, racionalizam, medem e exercitam a métrica do espaço e do tempo, fruto de concepções racionalizadoras, as quais iriam subverter irremediavelmente os modos de vida na modernidade. É no nível do vivido que se articulam os fios que ligam e que separam os indivíduos.

Como exemplo, temos o bairro Seis de Agosto (FOTOGRAFIA 8), situado às margens do Rio Acre, em Rio Branco. Ele é habitado por famílias de origem seringueira, expulsas de suas colocações nas décadas de 1970 e 1980.

À primeira vista notam-se casas simples, feitas de tábuas de madeira e telhado de fibra de vidro (FOTOGRAFIA 9). Porém, nos quintais situados na porção de trás das casas, assim como nas áreas de barranco, notamos pequenos roçados e hortas com temperos como a pimenta e a chicória (FOTOGRAFIA 10). Em geral, as mulheres consideradas “zelosas” são aquelas que possuem um terreiro bem cuidado e variado.

Fotografia 8: às margens do Rio Acre, o bairro Seis de Agosto, em Rio Branco. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2014.

Fotografia 9: Os barrancos do bairro Seis de Agosto são caracterizados por serem utilizados para se plantar macaxeira, ervas e temperos. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2014.

Fotografia 10: Vista traseira das casas do bairro Seis de Agosto, em Rio Branco. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2014.

Observamos que a vida cotidiana nos bairros de origem seringueira é caracterizada pelo trânsito entre as diversas casas, como também ocorria nas colocações. Muitas expressões têm origem no seringal, tal como a "varação", que designa um tipo de atalho percorrido na floresta. O andar na cidade é subvertido quando uma pessoa decide fazer uma "varação" (ou seja, quando ela adota um caminho que não obedece a uma lógica urbana condicionada), reduzindo o tempo de caminhada de um ponto até outro[355].

Quando os maridos vão trabalhar logo no prenúncio da manhã, as mulheres se juntam para realizar tarefas domésticas como lavar a roupa, limpar a casa e cozinhar. Nessa divisão sexual das tarefas, as comadres também reafirmam seus laços, trocam experiências individuais e ajudam umas às outras.

É muito comum encontrar uma garrafa térmica com café quente nas casas dos bairros periféricos. Na hora das refeições, quem chegar é convidado a se juntar e a servir-se da bebida. Quando a comadre mata o frango (criado no terreiro de casa), ou recolhe os ovos das galinhas, espera-se que o filho leve uma parte da carne para a casa – assim, mais uma vez, as relações familiares são fortalecidas.

Nos finais de semana, as ruas são ocupadas pelas brincadeiras das crianças, pela música e pela festa. A refeição de domingo, que é sempre farta, só faz sentido se for partilhada.

---

[355] Em nossa última estadia em Assis Brasil, em fevereiro de 2017, precisávamos sair da casa de Nete e ir até o STR. Para isso, tivemos que fazer uma "varação": saímos de casa a pé e atravessamos os quintais e ruas para atingirmos o nosso objetivo.

Os dias em que os parentes da Reserva chegam são sempre comemorados: as famílias camponesas trazem castanhas recém-colhidas e farinha de mandioca fresca, produzida em suas colocações. Os produtos da terra também são repartidos entre a vizinhança. Ser presenteado com um produto do “seringal” ou da “colônia” é visto como um gesto de respeito entre vizinhos.

Sentados em redes ou no chão da varanda da casa, os seringueiros contam suas histórias nas colocações com bom humor e rememoram o tempo em que todos eram camponeses da floresta. Mesmo que momentos difíceis tenham sido vividos, eles continuam medindo sua vida pela qualidade com que ela é vivida, pelo momento em que tinham mais autonomia e o dinheiro não era um problema tão grande[356].

Os compadres e comadres do seringal dão uma outra vida à casa que eles têm na rua ao resgatarem costumes da colocação, rompendo com o cotidiano do espaço urbano e fazendo aquilo que Damiani (2008) aponta como a união entre a teoria e a prática.

Ao identificarmos um fluxo dos moradores da RESEX Chico Mendes para rua, perguntamos se o contrário também ocorria com frequência; descobrimos que sim, que os parentes têm o costume de visitar as colocações no tempo livre – principalmente nas férias, finais de semana e festejos, embora também vão na época da castanha para trabalhar como meeiros[357]. Quando casamentos se dão na Reserva e um dos noivos é da cidade, as colocações também recebem visitas de pessoas que vêm de fora. No entanto, o mais comum é que as pessoas saiam de suas colocações para visitarem a cidade, e não o inverso.

A circulação de não moradores na RESEX Chico Mendes não é vista de forma positiva para o ICMBio. Nas entrevistas com alguns agentes de Brasiléia e Rio Branco, descobrimos que eles partilham a convicção de que uma Unidade de Conservação de uso sustentável está muito próxima da ideia de “natureza intocada”; assim, a migração para a Reserva deveria ser evitada ao máximo. Encaramos esse olhar como um contrassenso, pois (como veremos adiante) a colocação não é um espaço que cumpre apenas funções ecológicas. Pelo contrário: ela é um microcosmo social, fruto de casamentos e separações, de nascimentos e mortes, que sofreu mudanças em função

---

[356] “No caso das populações, o mercado e o dinheiro atravessam suas relações sociais não raro de modo desagregador, como uma anomalia. Provavelmente é por isso que no imaginário camponês, o dinheiro e a mercadoria tendem a aparecer como expressões maléficas, dotadas de um poder próprio, como um perigo, fora do controle das pessoas” (MARTINS, 2003, p.73).

[357] Retornaremos a esse ponto, mais adiante no texto.

de uma existência plenamente vivida nos últimos cem anos. Além disso, mesmo os que não foram expulsos de seu território – ou seja, os contemplados pela reforma agrária – também passaram a ter uma relação mais estreita com a cidade.

Apontamos no segundo capítulo para o esfacelamento de sistemas como o do aviamento, que é anterior à expulsão das famílias de suas colocações. O resultado foi que os camponeses da floresta passaram a precisar se direcionar à cidade para vender seus produtos (a borracha e os legumes), em troca de mercadorias que não produziam.

Até então, uma das funções do patrão era fornecer o querosene, o sal, o sabão, o fósforo, o linho e as ferramentas agrícolas. A sua falência fez com que as famílias passassem a lidar com o mercado de duas formas: em um primeiro momento, com o marreteiro, que trocava bens como a borracha e a castanha por mercadorias da cidade; já em um segundo momento, como reação uma à desigualdade na troca entre os produtos camponeses pelas mercadorias do marreteiro, as famílias desenvolveram mais de uma estratégia para escoar a sua produção na cidade. Esse é o momento em que surgem os comboios e as cooperativas.

A entrada dos primeiros automóveis nas colocações também ajudou a levar os camponeses para a rua. Os “toyoteiros” (em grande parte, marreteiros que dirigiam caminhonetes da Toyota) eram vistos com um certo estranhamento, pois a velocidade do carro, a quantidade de mercadoria que ele permitia transportar e a sua própria engenharia anunciavam um outro tempo (FOTOGRAFIA 11).

Para comportar as caminhonetes, os varadouros (caminhos estreitos, que eram adaptados para o transporte do comboio) foram sendo abertos e ampliados pelos próprios camponeses[358]. Antigos varadouros foram se transformando em ramais, e passaram a ser incorporadas outras formas de se locomover (FOTOGRAFIA 12).

Traçados os limites da RESEX Chico Mendes pelos piqueiros (moradores das colocações e responsáveis por abrir os diversos caminhos da floresta), os ramais passaram a ser desenhados em cima dos antigos varadouros. Conforme a rede elétrica adentrava nas estradas que iam em direção aos projetos de assentamento do

[358] Os primeiros ramais foram abertos antes mesmo de existir a RESEX Chico Mendes. O ramal da Primavera, no seringal Icuriã, foi aberto com a ajuda de quase cinquenta homens e mulheres que utilizaram enxadas e terçados para concluir a tarefa. Em meados dos anos 1980, com a formação da cooperativa do Icuriã, precisava-se facilitar e reduzir o tempo do transporte e circulação de pessoas e mercadorias.

INCRA, teve início o processo de eletrificação da Reserva. No ano de 2007, as colocações nos limites da RESEX e próximas aos ramais “já” possuíam luz elétrica[359].

Fotografia 11: Caminhonete da marca Toyota estacionada na frente da antiga cantina da Cooperativa do Icuriã, RESEX Chico Mendes. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 12: Caminhonete da marca Toyota no ramal da divisão, RESEX Chico Mendes. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Com a presença da eletricidade – conquistada por meio de geradores, placas solares e rede elétrica[360] – as famílias começaram a adquirir aparelhos de televisão, geladeiras e *freezers*. O rádio não é abandonado, porém a televisão e seus programas apresentaram para os seringueiros uma nova estética, cujos padrões de consumo os levaram a querer conhecer a vida na rua.

As mercadorias urbanas que os camponeses usam nem sempre são utilizadas da mesma forma que na cidade. Os *freezers* e geladeiras geralmente são usados para armazenar carne de caça e água[361], sendo que sucos industrializados e refrigerantes, curiosamente, são tomados em temperatura ambiente. Feijão, arroz e carne cozidos são guardados fora da geladeira.

---

[359] Não há um consenso sobre a ampliação da rede elétrica na RESEX Chico Mendes. O ICMBio aponta que, para ampliar a rede, é necessário aumentar a quantidade de ramais. Segundo entrevistas, esse aumento teria um impacto negativo sobre a vegetação local, contribuindo para o desmatamento. Hoje, uma das alternativas às placas solares são os geradores.

[360] Entre os anos de 2007 e 2010, houve um projeto do governo do estado do Acre de entrega de placas solares à RESEX Chico Mendes. Notamos em algumas casas visitadas em Xapuri que há placas solares sem sua devida utilização. Como justificativa, nos foi apontado que as placas e as baterias que armazenam energia precisam de manutenção, e que a entrega de placas previstas pelo governo do estado do Acre nunca ocorreu. Algumas famílias da Reserva que visitamos tinham juntado suas economias e comprado o kit de energia solar na Bolívia. Os geradores (alimentados com gasolina) com frequência também são comprados em Cobija.

[361] O hábito de salgar a carne de caça ainda é muito comum. Discutiremos a caça mais adiante em nosso texto.

Com a família reunida, os programas de televisão são assistidos após o jantar. No período da noite a casa é iluminada com uma única lâmpada, situada no centro do teto.

A transposição da medida dos quilos em borracha pela forma dinheiro[362] (uma outra maneira de cotejar a equivalência e o valor do produto) também anunciou uma mudança no universo seringueiro. Mesmo inseridos na esfera de circulação simples (M-D-M), para adquirir os produtos da rua eles precisaram passar a andar com dinheiro.

Como já dissemos, as relações de aviamento foram reconfiguradas nos últimos anos. O projeto inicial da reforma agrária seringueira havia posto a questão de que, para assegurar a permanência das famílias em suas colocações, também era preciso assumir uma política econômica.

Ocorreram longas discussões sobre as políticas de subsídio da borracha, mas em meio a esse processo foi proposta a formação das cooperativas de seringueiros e colonheiros. Entre os anos de 1980 e 1990, os camponeses criaram a CAEX (sede no município de Xapuri), a CAPEB (sede no município de Brasiléia) e as Cooperativas do Icuriã e da Primavera (sedes no seringal Icuriã em Assis Brasil).

Na RESEX Chico Mendes havia as miniusinas de borracha e castanha e cantinas das cooperativas. Além disso, havia uma usina de castanha em Xapuri que exportava para os Estados Unidos e a Europa.

As cooperativas tinham uma dinâmica similar ao sistema de aviamento, porém com preços mais justos na compra e venda dos produtos. Os cooperados tinham duas opções ao vender sua produção: trocá-lo por mercadorias ou receber o dinheiro. Por buscarem a prática do preço justo, em um curto período conseguiram aumentar o preço de mercado pago pela castanha, pela borracha e por outros produtos agropecuários[363].

---

[362] Devemos lembrar que a péla ou a prancha eram pesadas porque eram feitas de látex natural. Com uma péla de 40 quilos, o seringueiro podia “comprar” (uma operação de escambo) latas de óleo, querosene, sal, tecidos, ferramentas, etc.

[363] A CAPEB tinha um perfil de cooperados com uma composição maior de colonheiros do que de seringueiros. Esse fato é reflexo da estrutura agrária do município de Brasiléia, um dos que mais foram atingidos pelo avanço do latifúndio e por políticas de assentamento baseadas nos modelos dos projetos de colonização. Já a CAEX tinha mais cooperados seringueiros do que colonheiros, refletindo a história de resistência seringueira no município de Xapuri. Este, por sua vez, é o que abriga a maior porção da RESEX Chico Mendes. Já as Cooperativas do Icuriã e da Primavera apresentavam uma quantidade mais equitativa de colonheiros e seringueiros.

Então por que as cooperativas faliram? A competição com o mercado e as dificuldades de se aprender uma nova racionalidade econômica foram apontadas como as razões principais[364]. Um sistema de beneficiamento e manufatura obsoleto, e os altos custos produtivos são também apontados por Michelotti (2000) como os maiores problemas da CAEX no final dos anos 1990.

Devemos lembrar que o governo do estado, por meio de investimentos externos, fez a opção de apoiar a criação e o desenvolvimento da COOPERACRE (como apontamos no terceiro capítulo). Os capitais estrangeiros foram centralizados na esfera do Estado e passaram a ser direcionados para a "cooperativa do governo" – como ela é comumente denominada pelas famílias camponesas. Esse ponto de virada foi crucial para o início do enfraquecimento das cooperativas locais e menos atreladas à Frente Popular.

A COOPERACRE é caracterizada por um forte perfil empresarial e centralizador, diferente do projeto da CAEX e das Cooperativas da Primavera e do Icuriã, que adotaram os princípios de horizontalidade. Além disso, não oferece preços mais justos e lucros reduzidos característicos das antigas cooperativas, como pudemos constatar nas entrevistas realizadas com os presidentes da COOPERACRE e seus cooperados.

As cooperativas decretaram falência por conta do acúmulo de dívidas. A CAEX fechou suas portas no ano de 2014; a CAPEB, no ano de 2010; e as Cooperativas do Icuriã e da Primavera, em 2013 (FOTOGRAFIAS 13, 14, 15 e 16).

No ano de 2016, encontramos portas fechadas e prédios abandonados nos locais das cooperativas de seringueiros e colonheiros. O impacto da falência na economia da floresta foi grande e afetou também o cotidiano da família camponesa, pois com o fim das cantinas das cooperativas as famílias tiveram que ir para a rua mais vezes em busca de produtos que antes o patrão e o marreteiro eram responsáveis por comercializar, como é o caso do sal, do querosene e do sabão.

---

[364] Esse ponto é abordado por Da Silva (2011) em sua pesquisa de doutorado. O geógrafo estuda a formação de diferentes cooperativas decorrentes do processo de regularização fundiária no Acre, após a resistência e luta camponesa; e o seu processo de desenvolvimento no início dos anos 2000, antes da criação da COOPERACRE. Para um bom panorama da produção camponesa a sua organização, recomendamos a leitura de: DA SILVA, S. S., **Resistência Camponesa e Desenvolvimento Agrário: uma análise a partir da realidade amazônica acreana**. Rio Branco: Ed. UFAC, 2011.

Fotografia 13: Sede da CAEX no município de Xapuri. Devido a última grande cheia do Rio Acre em 2014, a antiga sede encontra-se muito deteriorada. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 14: Estrutura da antiga usina de castanha da CAEX. Atualmente é um estacionamento dos veículos da prefeitura de Xapuri. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 15: Antiga sede da CAPEB em Brasiléia. O prédio encontra-se abandonado. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 16: Sede da Cooperativa do Icuriã. O barracão na imagem funcionava a cantina e era onde as assembleias aconteciam. Hoje encontra-se abandonado. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Com o fim das cantinas, as pessoas passam a precisar de dinheiro para comprar produtos e pagar o transporte (que varia conforme as estações de seca e chuva). Além disso, elas precisam mensurar o quanto precisam trabalhar para juntar um montante que lhes permita ficar mais tempo em suas colocações (período que pode variar entre um mês e seis meses).

Embora tenha sido assinada em 1999 a Lei Chico Mendes", que garantiu a subvenção da produção gomífera, e tenhamos desde 2008 a presença da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (NATEX) responsável pela compra do látex fabricado pelas famílias da RESEX Chico Mendes, na região de Xapuri, ambas as

estratégias não foram suficientes para assegurar a absorção da produção advinda do corte da seringa.

Viajamos com a ideia de que encontraríamos a extração do látex como uma prática mais recorrente entre as famílias, ou de que pelo menos boa parte de seus rendimentos viriam dessa atividade. Ao chegarmos na parte da Brasileia, na RESEX Chico Mendes, descobrimos que as famílias não cortavam mais seringa desde 2010 – data que coincide com a falência da CAPEB. Na chegada em Xapuri, descobrimos que esse fenômeno não estava restrito à Brasileia: no ano de 2016, mesmo no auge do corte, os varadouros não tinham sido roçados porque a COOPERACRE anunciara que não haveria a compra do látex. Só em Assis do Brasil, quando já estávamos na última etapa do trabalho de campo, é que encontramos essa atividade realizada por poucas famílias.

No mesmo período em que a demanda pelo látex nativo diminuía, um outro produto extrativista ganhava mercado: a castanha do Brasil. Esse atualmente é o carro-chefe da COOPERACRE. Entretanto, como veremos mais adiante em nosso texto, não são todas as áreas da Reserva que apresentam castanheiras ou castanhais produtivos.

Justamente agora que as famílias têm maior necessidade de dinheiro para “fazer a feira”, além de adquirir outros produtos industrializados, a atividade da extração do látex encontra-se quase interrompida. Quais seriam os impactos desse cenário na economia camponesa e na unidade da família?

Colocadas essas questões, fixamos como um de nossos objetivos compreender qual seria o atual status da família camponesa da floresta. Que atividades continuam ou foram incorporadas no seu cotidiano? Que espaço tem a colocação nas suas vidas? Suas práticas agroextrativistas ainda asseguram o equilibro ecológico?

***

Os trajetos da rua até a RESEX Chico Mendes podem revelar diferentes conteúdos sobre a reprodução da floresta “em pé”.

Como já antecipamos em nosso texto, a primeira viagem rumo às colocações foi em Brasiléia. O caminhão da linha 19 chegou pontualmente às 6 da manhã,

momento em que os passageiros se enfileiraram, dispuseram suas mercadorias e pequenos animais (como pintos e galinhas) no bagageiro, ao lado de sacas de milho, ração para peixe, sal e galões de combustível. As crianças e idosos se acomodaram nos bancos e, nos espaços remanescentes, ficaram as mulheres, sobrando para os homens ir de pé apoiando as mãos no teto do caminhão.

Os caminhões de linha (FOTOGRAFIAS 17, 18 e 19) - da prefeitura e/ou particulares – entraram no cotidiano das famílias após a abertura dos ramais. O valor das passagens depende da época do ano e da quantidade de pessoas e mercadorias transportadas. Em época de seca os custos são menores, pois as condições do ramal geralmente estão melhores em comparação aos períodos de chuva, quando a circulação de caminhões e veículos sem tração podem até cessar por completo.

Fotografia 17: Caminhão da prefeitura de Brasiléia que faz o transporte dos camponeses dos assentamentos do INCRA e da RESEX Chico Mendes. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016

Fotografia 28: Caminhão da prefeitura de Brasiléia que faz a Linha 19. Os moradores da RESEX Chico Mendes estavam entrando no veículo para se direcionarem à "rua". Foto tirada por P. C. R Perez em 2016.

Fotografia 19: Caminhão particular na praça central em frente à rodoviária de Xapuri. O veículo foi fretado pelos moradores do Seringal Dois Irmãos da RESEX Chico Mendes. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2017.

Essa forma de transporte, no entanto, não é a única na Reserva. Dependendo da estação do ano, da localização das colocações e do tipo de relevo, mais de um tipo de transporte pode ser adotado. Esse ponto demonstra que a RESEX Chico Mendes não é um espaço homogêneo: a distribuição das colocações e mesmo o fluxo de circulação de pessoas e mercadorias ao longo do ano responderão às dinâmicas das estações, ao tipo de relevo, ao solo e à presença de ramais, varadouros e rios.

Esse aspecto prova que a lógica de produção do espaço e da natureza passou por mudanças após a criação da Reserva, da mesma forma que a organização das práticas agroextrativistas passou por alterações.

Existem colocações que se localizam ao longo dos barrancos do Rio Acre, Xapuri e Iaco. Já outras casas se encontram nas áreas de terra-firme, sendo que se tornou uma tendência o deslocamento das habitações da margem para o centro, pois assim elas estão mais próximas dos ramais, facilitando-se a saída para a rua[365].

Para acessarmos diferentes localidades, tanto em áreas de terra firme ou várzea, utilizamos mais de um tipo de transporte. Nas colocações situadas às margens do rio Xapuri (como os Seringais Filipinas e Nova Esperança, no município de Xapuri) e às margens do rio Iaco (o Seringal Icuriã), tivemos que utilizar um barco com um pequeno motor dos próprios moradores da RESEX Chico Mendes (FOTOGRAFIAS 20 e 21).

Fotografia 20: Barco as margens do rio Xapuri na área do Seringal Filipinas na RESEX Chico Mendes. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

[365] Voltamos mais adiante em nosso texto sobre o deslocamento das casas. Estas, devido ao tipo de agricultura praticada em boa parte da Amazônia, movimentam-se com o passar das décadas e das gerações.

Fotografia 21: Barco as margens do rio Iaco na área do Seringal Icuriã na RESEX Chico Mendes. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

As casas que estão localizadas às margens dos rios, em sua grande parte, até hoje são acessadas por barco. Portanto, a dinâmica do trajeto da Reserva para os núcleos urbanos depende essencialmente da cheia dos rios no período do inverno. No auge do verão os rios estão com os leitos baixos, e é difícil navegar mesmo com um barco de baixo calado, devido à presença de galhos e bancos de areia nos rios.

As famílias têm que se preparar para os meses de chuva, quando fica ainda mais difícil realizar suas atividades na rua. Por isso, elas se programam com antecedência, estocando alimentos e mercadorias em suas casas.

Hoje, com a formação dos ramais, algumas famílias conseguem alternar entre diferentes transportes, como foi o caso do Seringal Icuriã. No período de seca, as famílias vão para a cidade de Assis Brasil de moto ou caminhonete para fazer suas obrigações e compras. Já no período do inverno, viajam de barco por três dias até a cidade de Sena Madureira para “fazer a feira”, que significa comprar combustível, ir ao banco e realizar outros afazeres.

Conforme sejam utilizados barcos ou transporte terrestre – como motocicleta, caminhonetes, cavalo ou carro de boi –, mudam os custos, a quantidade de mercadorias transportada e o tempo de deslocamento.

A escolha pelo transporte dependerá de alguns fatores. A motocicleta, por exemplo, é utilizada para levar poucas pessoas (até duas) e uma baixa quantidade de mercadoria, mas compensa pela economia de combustível, rapidez e maior facilidade de locomoção em ramais e varadouros, mesmo em períodos chuvosos. Como não há postos médicos na RESEX Chico Mendes, muitas famílias emprestam a moto para se levar os que estão doentes para a rua.

Nos dias atuais é muito comum encontrarmos a motocicleta sendo adotada. Os moradores revelam que a “moto substituiu o cavalo e o burro”, porém notamos isso aconteceu apenas em alguns trechos. Sim, em muitos de nossos trajetos utilizamos a motocicleta para reduzir o tempo de locomoção e por não portarmos uma bagagem grande[366] (FOTOGRAFIAS 22 e 23), entretanto existem colocações que mesmo hoje só podem ser acessadas por cavalo – como foi o caso da saída do Seringal Humaitá até o Seringal Riozinho (FOTOGRAFIA 24). Nas áreas mais isoladas, grande parte do trajeto é feito pelo varadouro, porém devido ao tipo de solo (com mais argila, bastante comum na Reserva) o mais adequado é acessá-las montando o cavalo, usando o carro de boi ou indo a pé.

Fotografia 22: Casa de Neves, moradora do Seringal Humaitá, Colocação Torre dos Grilos, RESEX Chico Mendes. Muito comum encontrarmos a frente das residências a motocicleta estacionada. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 23: Balsa da prefeitura de Xapuri no Rio Xapuri. Para acessarmos os Seringais Sibéria, Albrácia, Floresta e o PDS Floresta utilizamos a motocicleta. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

[366] Nossa bagagem consistia em uma mochila de 40 litros e um cantil de 10 litros de gasolina. Muitos moradores da RESEX Chico Mendes possuem a motocicleta, porém o combustível é escasso.

Fotografia 24: Osmarino Amâncio Rodrigues em seu cavalo Felipão no varadouro. Para sairmos do Seringal Humaitá para o Seringal Riozinho fomos a cavalo, o caminho era muito íngreme e com "atoleiros" mesmo no período mais seco do ano. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

No caso da necessidade de transporte de um grande volume de mercadorias e pessoas, opta-se pelo barco ou pelo caminhão de linha. O barco é o transporte mais lento. Porém, quando há muita chuva, as caminhonetes e os caminhões de linha ficam impossibilitados de trafegar pelo risco de atolarem no caminho. No tempo da castanha, período de muita chuva, opta-se pela utilização do burro e do carro de boi para o transporte das pesadas sacas (FOTOGRAFIAS 25 e 25).

Fotografia 25: Morador da RESEX Chico Mendes no Seringal São Francisco na RESEX Chico Mendes. Nota-se que o carro de boi é utilizado para o transporte de uma carga com maior peso e quantidade. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 26: Quando estávamos no Seringal Riozinho boa parte de nossos trajetos utilizamos o carro de boi. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Antes da criação dos ramais que dão acesso a RESEX Chico Mendes, a unidade de tempo era contabilizada pelo trajeto realizado “de pés”. Atualmente, a marcação do tempo pelo uso do automóvel e da motocicleta passou a fazer parte do cotidiano. Hoje o tempo de trajeto é marcado por mais elementos: pode-se dizer que uma determinada área é cruzada em x período “de pés”, “a cavalo”, “com o carro de boi”, “de moto”, de “carro” e com o “barco”.

Porém, pés e automóveis não necessariamente realizam o mesmo percurso. O corpo se locomove com uma maior facilidade pelos varadouros, piques, varações, ramais em diferentes épocas do ano (FOTOGRAFIAS 27, 28 e 29).

Fotografia 27: Neves, na linha 19 na RESEX Chico Mendes. Andar no ramal não é uma boa opção nos dias de muito sol, nem nos de muita chuva. A opção pelo varadouro é a mais adequada. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 28: Vestindo uma bota sete léguas é possível acessar os lugares mais difíceis. Registramos no varadouro a presença de um "atoleiro" e, em cima, do "pranchão" (feito de madeira) para facilitar a passagem de pessoas e animais de carga. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 29: Neves foi quem chamou atenção para as diferentes formas e lógicas de locomoção na RESEX Chico Mendes. Quando a foto foi tirada, a intenção era mostrar a diferença entre um ramal e um varadouro. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

O passo dos camponeses da floresta que vestem a bota sete léguas[367] é rápido e de difícil acompanhamento para nós, citadinos. Os camponeses percebem rapidamente a marca das pegadas de onça no solo, frutos que estão no chão por terem sido parcialmente comidos pelos veados, os "grotiões" (grotões), a presença de uma nova toca do tatu, as árvores caídas por causa das chuvas, as rotas das formigas

[367] Bota sete léguas é a galocha, calçado mais adequado para andar nos caminhos do seringal. Ela é chamada de "sete léguas" porque até hoje o "corpo" é considerado a mais eficiente forma de locomoção.

tucandeiras e quando há flores na castanheira, anunciando a chegada de novos ouriços.

Nem todos os moradores andam pelo ramal: a sombra e a menor temperatura da mata é melhor para longas caminhadas, que podem durar de horas até dias. Os ramais são utilizados pelos caminhões, carros e motos, principalmente nos períodos mais secos, pois reduzem o tempo do transporte; em relação às motos, muitas vezes elas ajudam a acessar lugares mais difíceis como os varadouros.

Notamos que o caminho da rua até a RESEX Chico Mendes nos permite observar diferentes formas de uso e apropriação da terra na paisagem local.

A Linha 19 em Brasiléia situa-se no km 19 da estrada BR-317. Vimos, durante boa parte desse trajeto, casas camponesas e projetos do tipo de colonização. É justamente nesse ramal que está alocado o PAD Quixadá. Como já apontamos, essa forma de assentamento surgiu para as famílias seringueiras expulsas de suas colocações devido ao avanço do latifúndio nas décadas de 1970 e 1980. O ponto final dessa linha é na RESEX Chico Mendes.

Percorrer a Linha 19 nos ajudou a entender a dimensão da reforma agrária no espaço rural no Acre. Em sua parte inicial, moram famílias seringueiras expulsas de suas colocações e os colonos do Centro-Sul. Nos dias de hoje, muitos descendentes de seringueiros e colonos do Centro-Sul casaram-se e tiveram filhos, e passaram a conviver juntos após os conflitos dos anos 1970 e 1980. Um aspecto interessante é que muitos colonos relatam que chegaram a cortar seringa em sua chegada no Acre.

São chamadas de “colônias” e seus habitantes de “colonheiros”, as propriedades que os camponeses se dedicando exclusivamente às atividades agropecuárias e trabalhando no sol quente (FOTOGRAFIA 30). Nota-se que suas propriedades são menores que uma colocação, e boa parte se encontra desmatada. Há também uma grande extensão de áreas de pastagem e uma presença massiva do gado bovino, heranças do projeto de Wanderley Dantas.

Porém, quando nos aproximamos da RESEX Chico Mendes, notamos uma mudança drástica do uso do solo. A floresta encontra-se muito próxima da Linha 19, de modo que a mudança de temperatura e de umidade são facilmente percebidas (FOTOGRAFIA 31).

Fotografia 30: Linha 19 na parte da RESEX Chico Mendes. Nota-se à esquerda a presença de um pequeno campo e à direita a mata. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 31: Linha 19, PAD Quixadá (Brasiléia). Nota-se ao fundo a área de fronteira com a RESEX Chico Mendes. Fotografia retirada por P. C. R. Perez em 2016.

Hoje as casas na RESEX podem ser encontradas à beira do ramal. Porém, o campo que sedia a casa continua sendo menor do que as áreas de “colônia”. Nota-se que ao lado da clareira há a presença de “duas tarefas” de pasto com algumas cabeças de boi. Para os que chegam nas colocações, à primeira vista a presença dessas atividades pode nos indicar uma transformação na organização da produção na reserva. Quando iniciamos as visitas às colocações, percebemos que elas são chamadas com frequência de “colônias”, enquanto seus moradores se denominam de “colonheiros”, o que corrobora essa percepção. Esse é um aspecto delicado, que será discutido melhor no próximo item, sobre a dinâmica das práticas agroextrativistas e a territorialidade das colocações nos dias de hoje.

Entre o verão e inverno

Inicialmente, o calendário do extrativismo da borracha era baseado no ciclo das águas, traduzido em duas estações: o verão e o inverno. Os nordestinos que aportaram na Amazônia, em sua transformação de “brabos” para “mansos”, aprenderam que o leite retirado da *Hevea* reagia à presença ou à falta da água, e compreenderam que o ciclo de renovação do látex ocorria entre dois e três dias após

a sangria da árvore. Apropriar-se das dinâmicas biofísicas locais era uma forma de garantir a qualidade da produção.

> A imagem do seringueiro que coleta uma dádiva da natureza sem nela investir com seu trabalho prévio é uma ilusão. A extração do látex é capaz de perpetuar-se, mas essa extração sustentada depende de técnicas precisas e de cuidados constantes (ALMEIDA, et. Al., 2003, p.286).

As manhãs geladas de julho do ano de 2016 foram vividas na companhia de Mauro e Caluche; o primeiro, filho de nordestinos e nascido na Bolívia; e o segundo, filho de indígenas nascido em Tarauacá e adotado por uma família seringueira. Os dois foram criados cortando seringa. Durante a infância, brincavam de colher o leite depositado nas latas de conserva, depois aprenderam a manejar a faca usada para "riscar o pau" e, aos quinze anos de idade, já estavam prontos para cortar, colher o leite e defumar a péla.

Os hábeis seringueiros nos ensinaram que não era recomendado sangrar a seringueira em dias frios ou quando a árvore perdia suas folhas, no auge do verão. Segundo Mauro e Caluche, fazê-lo na circunstância errada pode comprometer a produtividade e a qualidade do látex.

Para explicar a técnica do corte, Mauro nos emprestou sua cabrita (faca de corte) e pediu para "riscarmos o pau". Em nossa primeira tentativa, seguimos as linhas da bandeira, porém não conseguimos "afundar" a faca o suficiente para que o leite escorresse. Na segunda árvore, repetimos o procedimento e conseguimos encontrar a medida para "sangrar" e coletar o látex (FOTOGRAFIA 32). Nesse processo, o diferencial é a mão, que ajuda a controlar a profundidade do corte.

Fotografia 32: Mauro e Caluche, ensinando diferentes técnicas de corte da seringa à pesquisadora. Fotografia tirada por Mauro, em 2016.

Na estrada de seringa, Mauro mostrou marcas de cortes de terçado e cabrita mal executadas, que se caracterizam por grumos em suas cicatrizes. “A extração, portanto, requer uma forma especial de ação sobre a natureza, que consiste primeiramente em agir com a prudência e o comedimento: não sangrar demais, não abusar dos recursos”, nos lembra Almeida *et. al.* (2003, p.286).

Nota-se que há um cuidado especial com as árvores seringueiras mesmo antes do ciclo de corte: a atividade não começa sem que as estradas estejam devidamente roçadas e os paus de ervas e cipós, limpos com pelo menos um mês de antecedência à extração do látex. Essa logística na produção muitas vezes é invisível para os que desconhecem o *savoir faire* do extrativismo do látex[368] (FOTOGRAFIA 33).

Fotografia 33: Mauro mostrando as diferentes técnicas de extração do látex. O bom manejo da seringueira era a garantia para uma boa produção para as futuras gerações. Fotografia tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Também há duas etapas distintas para a extração da seringa, que dependem do período do ano. Na primeira fase (entre os meses de abril e julho, quando é verão), temos o auge da sequidão e a queda das folhas das seringueiras. No mês de agosto há uma breve interrupção do corte, este retomado em outubro, quando começa o ciclo de inverno e as primeiras chuvas fazem com que cresçam novas folhas e frutos nas árvores. Essa fase dura até o mês de janeiro, quando interrompem esta atividade para se dedicarem à coleta e à quebra da castanha.

Como mostramos no capítulo dois, antes o seringueiro só fazia o trabalho de extração, sendo proibido de plantar, caçar ou coletar. Porém, quando os seringais malasianos quebraram o monopólio de mercado da borracha amazônica, seu

[368] Para Almeida *et. al.* (2002, p.286), as estradas de seringa são “[...] autênticas bem-feitorias, embora o trabalho dos seringueiros na formação e manutenção de estradas e das florestas em seu entorno, ao contrário da agricultura, não é reconhecido como tal”.

cotidiano sofreu uma profunda transformação: a falência dos patrões fez com que eles desenvolvessem e incorporassem técnicas agrícolas, a fim de garantir o seu sustento.

No passado, a colocação era baseada na dispersão das seringueiras, o que levou a um padrão de ocupação com menor densidade. Porém, essa unidade se transformou conforme a caça, os terreiros, os igarapés e áreas de roçado foram se agregando às estradas de seringa e piques de castanha, fazendo do seringal um espaço mais heterogêneo. Olhando para as diferentes áreas de trabalho de uma colocação, constatamos que elas mostram o quanto as famílias seringueiras se transformaram de acordo com a inclusão de outras formas de produção da natureza.

Pensando nisso, Mauro Almeida (1992), propõe a seguinte questão: por que os seringueiros e suas famílias não tentaram reproduzir vilas após a falência dos seringalistas? Nota-se que, além do padrão de distribuição da *Hevea*, o espaço da colocação também era propício para a distribuição e a troca de bens como querosene, sal e munição:

> As economias extrativistas ligadas aos postos do comércio [como os barracões e regatões] levariam a um aumento da entropia em relação à organização espacial e à vida social. As famílias representariam a maior forma de integração social a nível local. O comércio integraria essas unidades sociologicamente mínimas em um nível superior, através de visitas pontuadas no tempo e envolvendo clientes distantes no espaço. O mercado mundial, portanto, proporcionaria a única articulação social real dessas casas de fora – verdadeiramente especializada nas técnicas de extração comercial. A confirmação de tal imagem seria proporcionada pela existência de um sistema político vertical associado ao parentesco, ao paternalismo e à dependência (ALMEIDA, 1992, p.171-172)[369].

Embora Santos (1980) tenha constatado que a cadeia de aviamento enfraquecera após a quebra do monopólio da goma amazônica, esse fato isolado não levou à extinção da colocação. Para o economista (*ibidem*), a relação socioeconômica estabelecida pela relação de aviamento tem um caráter muito peculiar na Amazônia que se adequa conforme a necessidade.

A primeira fase da extração gomífera, como já explicamos, foi marcada pela completa dependência do barracão. Aumentava-se a dívida a cada nova anotação na caderneta, e produzia-se a péla para que ela fosse trocada por outros bens tidos como

---

[369] No original: “Extractive economies connected to trade posts would lead to an increase in entropy with regard to spatial organization and social life. Families would represent the highest form of social integration at the local level. Trade would integrate these sociologically minimal units at a higher level, through visits punctuated in time and involving clients distant in space. The world Market therefore would provide the only real social articulation of these houses from without – truly specialized in the techniques of commercial extraction. A confirmation of such an image would be provided by the existence of vertical political system associated to ritual kinship, paternalism and dependence”.

necessários. Foi assim que o extrator de seringa acabou condicionado ao papel de permanente endividado.

Com uma maior autonomia em relação ao barracão e ao patrão, a colocação passa a revelar uma sociabilidade que é reduzida ao âmbito da família. Seria o mercado o responsável por articular essas unidades com o mundo externo.

A unidade familiar é colocada no centro da decisão. Como Martins (2003) nos sugere, o que caracteriza o campesinato é a tríade terra-família-trabalho; sendo que, para o camponês, trabalhar na terra não significa necessariamente ter posse dela. O que caracteriza a sua relação com a terra é a maneira como ele usufrui dela: graças ao solo, frutos são produzidos *pela* e *para* a família que o ocupa.

É de Chayanov (1969) a ideia de que é possível identificar uma economia camponesa na produção familiar, segundo a qual família e economia fazem parte de uma mesma unidade. A existência de uma lógica divergente à capitalista poderia ser formalizada através da compreensão de que as relações sociais passam por outro estatuto, por uma outra chave, baseada na eficiência reprodutiva, e não na extração da mais-valia. O "[...] camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto *é uma unidade econômica como um lar*", afirma Wolf (Grifos do autor, 1970, p.28).

Aponta-se que a unidade familiar que ocupa e produz na terra não consegue se fechar completamente em relação ao mundo exterior. Entretanto, os fios que ligariam o campesinato ao mercado – *lócus* de obtenção de outros produtos, de trocas e de informações sobre a vida pública – seriam diferentes dos que caracterizam o proletariado. Como nos sugere Martins (Grifos do autor, 2003, p.71-73):

> O camponês se situa no mundo através do seu *produto*. Seu trabalho se oculta no seu produto. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato a seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital.
> Embora essa relação invisível seja, em graus variáveis, fundante de sua existência como pessoa e consciência, suas relações sociais imediatas são outras. São as relações de família. Diferente do operário, cuja família é essencialmente a família nuclear, no campo e para o camponês é quase sempre a família extensa, constituída por várias gerações, que vivem muitas vezes próximas, no mesmo espaço. São, também, as relações de vizinhança, a comunidade, no bairro rural, no povoado, no patrimônio, na corruptela, na "rua".

Essa dupla face da reprodução social camponesa (na qual a família depende do trabalho, e o trabalho depende da família) implica o equilíbrio entre as atividades agrícolas e a quantidade de necessidades a serem supridas. Sem olvidar categorias

econômicas como preço, capital, salário, juro, renda, etc., o pai (chefe de família), como demonstra Chayanov (1966), deve equalizar o consumo local com o que ele tem de braços disponíveis para trabalhar na terra, levando ainda em consideração os produtos externos que sua unidade produtiva requer no dia a dia.

Ou seja: a preparação do ano agrícola tem uma logística, depende de cálculos e de conhecimentos aplicados sobre a natureza. Entender os tipos de solos, o que significa a terra desgastada, a presença e a falta da chuva e como funcionam os ciclos lunares é fundamental para produzir uma colheita farta.

O excedente (o que extrapola a produção) garante que o camponês faça trocas de mercado. Como explica Marx (2014), a inserção econômica deste segmento social ocorre por meio da produção mercantil simples, expressa na equação M-D-M: a troca de mercadorias é o que assegura o acesso ao dinheiro, e o dinheiro, por sua vez, é usado para adquirir novas mercadorias.

Essa é uma equação que difere da acumulação ampliada de capital. Formalizada na expressão D-M-D, a produção mercantil capitalista "[...] modifica as regras do jogo, suprimindo ou subjugando as formas sociais onde prevalecia a produção mercantil simples" (MOURA, 1989b, p.56). Neste caso, a aquisição de mercadorias não passa pela troca, mas pelo uso do dinheiro.

Embora esteja em uma relação não capitalista de produção, isso não significa que o camponês não consiga entender qual é a lógica do mercado[370]. Segundo Wolf (1970, p.29):

> [...] levando em conta que as posses de um camponês constituem as provisões de um grupo de pessoas, toda decisão tomada em termos de mercado externo também terá seu aspecto doméstico.

Pelo contrário: justamente porque é capaz de ler as entrelinhas dessa lógica – há um conhecimento (ainda que parcial) do mercado -, as decisões do chefe de família são feitas com muita cautela, sempre priorizando a autossuficiência. Em muitos casos, opta-se por relações de vizinhança e parentesco na troca de produtos, para que eles não precisem recorrer ao mundo externo.

Para Chayanov (1969), o problema do camponês consiste em assegurar uma medida justa entre as pressões do mundo externo e as necessidades da família. Essa

[370] Nos referimos a esse trecho: "As famílias camponesas funcionam de forma semelhante. Certamente, os camponeses estão conscientes do preço do trabalho e dos bens do mercado – sua sobrevivência econômica e social depende disso. A sagacidade dos camponeses é proverbial" (WOLF, 1970, p.29).

medida muitas vezes é estabelecida através do aumento da produção ou da redução do consumo.

Foi graças à necessidade de acumulação capitalista que as relações de aviamento foram reformuladas dentro do seringal; isto é, com a falência dos patrões e a necessidade de preencher os barracões vazios. Com o surgimento da família, o seringueiro passa a incorporar mudanças que transformam o seu cotidiano, o seu território e a sua forma de produção da natureza – o que remete a um modo de vida particular.

Mas o fim do sistema de aviamento não marca o fim da extração do látex, já que este não perdeu a sua demanda imediatamente. A família seringueira continuou se inserindo no mercado e garantindo a sua reprodução com o pagamento da renda e pelo uso das estradas de seringa, dividindo-se entre outros setores da produção: o da borracha, o da castanha, o da agricultura, o da pequena criação, o da caça e o da pesca – como pudemos ver no capítulo dois.

Ao incorporar os pressupostos delineados por Chayanov (1969), Mauro Almeida (1992) compreende a casa como um espaço de tomada de decisões. Mesmo quando ainda estavam sob o domínio do patrão[371], seus moradores – compostos por diferentes tramas sociais e relações de parentesco – opinavam sobre como deveriam ser distribuídas e executadas as práticas agroextrativistas. Nas palavras de Almeida (1992, p.169-170):

> [A casa] é também uma unidade de ação social, que estabelece relações com o mundo externo em determinados momentos e é reproduzida ao longo do tempo. Como unidade de tomada de decisão econômica, de gestão de recursos naturais e de distribuição de mão-de-obra e consumo, cada casa é representada por sua cabeça, que também exerce a função de decidir sobre quais procedimentos técnicos devem ser adotados. O chefe também responde para a casa na interação social, comércio, alianças e conflitos. É ele quem mantém uma conta na postagem comercial e quem paga aluguel pelas trilhas de borracha; Em princípio, ele também decide quando derrubar a floresta para o cultivo, quantas trilhas devem ser aproveitadas e quando vender um boi. O grupo da casa é composto por parentes, filhos, afilhados e ajuda doméstica contratada. Essas pessoas têm seus próprios interesses, que podem entrar em conflito com a orientação da cabeça da casa[372].

---

[371] Importante frisar que nesse período os patrões podiam desmembrar estradas e formar novas colocações (o que também influenciava no padrão de ocupação da família seringueira).

[372] No original: "It is also a unit of social action, which establishes relations with the external world at given points in time and is reproduced over time. As a unit of economic decision-making, of natural resource management and of distribution of labour and consumption, each house is represented by its head, who also exercises the function of deciding over which technical procedures are to be adopted. The head also answers for the house in social interaction, commerce, alliances and conflicts. It is he who keeps an account at the trade post and who pays rent for the rubber trails; in principle, he also decides when to torch forest clearing for cultivation, how many trails are to be tapped and when to sell

Com isso, percebemos também que há uma ética que orienta as relações comunitárias e familiares no seringal. O que está no centro da vida na floresta não é só o trabalho, a produção e o consumo - é o bem-estar daqueles que convivem sob um mesmo teto.

O baixo impacto ambiental e a adequação aos períodos de inverno e verão servem para garantir a sustentabilidade e um melhor rendimento da terra. Pequenas clareiras em estradas de seringa e a criação de áreas para o roçado, por exemplo, têm uma função ecológica assim como a coleta, quando é executada de acordo com a sazonalidade do leite e da castanha.

A agricultura de corte-e-queima produz a macaxeira, o feijão, o arroz e a cana-de-açúcar num ciclo de até cinco anos. Nos anos seguintes, as áreas de roça se transformam em capoeira e, depois, em floresta. Por ser uma prática itinerante, a casa acompanha a busca por terra mais férteis, o que faz com que a colocação não tenha um lugar estático. O espaço da colocação está diretamente relacionado à sazonalidade da borracha e da castanha, aos sinais de desgaste da natureza e até mesmo às novas configurações familiares, que vão modificando os caminhos percorridos na mata. Esse cenário só mudaria nos anos 1970, com o enfraquecimento da demanda por látex.

O espaço agrário acreano sofreu mudanças profundas com a expulsão das famílias, provocada pela fragmentação do seringal, pelo avanço da propriedade privada e pela incorporação da agropecuária como modelo de desenvolvimento econômico. Como forma de resistência a essas transformações é que os camponeses começaram a lutar pela reforma agrária, por meio da qual eles tentam legitimar uma forma específica de produção agroextrativista.

Enquanto a demanda por produtos extrativistas diminuía, a demanda por produtos agropecuários aumentava. Com a crise da borracha e das relações entre patrão e seringueiro, a agricultura foi ganhando importância como atividade produtiva e como alternativa ao incremento da renda familiar.

Até surgiram projetos que buscavam incentivar a extração do látex, mas de maneira muito flutuante e instável. Esse era um dos pontos estabelecidos pela proposta inicial das Reservas Extrativistas, e um dos focos de atenção das

---

an ox. The house group is composed of relatives, children, godchildren and domestic hired help. These people have their own interests, which may come into conflict with the house head's orientation".

cooperativas (como a CAEX e a CAPEB) era fornecer formas para assegurar as práticas agroextrativistas.

Especialmente após a criação da Lei Chico Mendes, o governo do estado do Acre (a Frente Popular) buscou convênios com empresas e instituições financeiras para criar alternativas à economia florestal. No ano 2000, era noticiada com otimismo a assinatura do convênio com a empresa italiana Pirelli, a maior produtora de pneus do mundo. Na época, camponeses acreanos que eram sócios de cooperativas como a CAEX vendiam o leite da seringa para ter acesso a um subsídio de R$ 0,40 a cada quilo de borracha produzida. As projeções estimavam que até 2003, cerca de seis mil famílias venderiam o látex para a empresa italiana, mas esse projeto não obteve sucesso[373].

Jorge Viana (PT), então governador do estado, anunciava o projeto como uma experiência pioneira que serviria de exemplo internacional pela união entre o desenvolvimento sustentável e a valorização dos recursos naturais da floresta. Como um fator limitante para a expansão da produção, estava o caráter precário da infraestrutura e a situação de inadimplência na qual muitas cooperativas se encontravam.

Era muito difícil para as cooperativas competir com o mercado. Mesmo com a criação da COOPERACRE (uma central de cooperativas) em 2001, organizações como a CAPEB e a CAEX - geridas pelos camponeses - iam perdendo seu lugar e investimentos a cada dia que passava, e com o fim do projeto da Pirelli a inconstância desse mercado ficou ainda mais evidente. No final de 2007, as pequenas cooperativas no Vale do Alto Acre já davam sinais de seu esgotamento pelo acúmulo de dívidas e pela redução do número de cooperados.

A falência da CAEX e da CAPEB teve um impacto muito grande sobre as famílias - e, é claro, sobre a extração da seringa também. O arroz, feijão e farinha de mandioca também perderam espaço no mercado, sendo que o excedente do roçado era direcionado para as cooperativas.

Como Celso Custódio (ex-diretor da CAPEB e da COOPERACRE), Enágio e Pedro Teles (ex-diretores da CAEX) apontam, os seringueiros e colonheiros, antes acostumados a vender à granel, não conseguiam acompanhar as exigências do

---

[373] Reportagem do jornal Folha de São Paulo, “Pneu Xapuri ajuda a preservar a floresta”, publicada em 12/12/2000. IN: <ttp://www1.folha.uol.com.br/fsp/agrofolh/fa1212200002.htm> (último acesso em: 19/10/2017).

mercado consumidor pela falta de infraestrutura para processar os produtos conforme as prescrições sanitárias determinadas pelo Estado. Durante as entrevistas com as famílias da RESEX Chico Mendes, ouvimos mais de uma vez que a produção agrícola deve ser “ensacada” antes da venda (isto é, como os produtos costumam se apresentar nas prateleiras dos supermercados).

A farinha de mandioca produzida no Alto Acre não conseguia competir com a produção do Alto do Juruá – isso desde os anos 1990, quando o município de Cruzeiro do Sul se tornou o polo da produção deste produto. A fama da farinha de Cruzeiro do Sul é tanta que a produção do Alto Acre não encontra espaço nas prateleiras do supermercado[374].

Em relação à extração do látex, houve ainda uma iniciativa localizada nos anos 1990 para produzir uma nova tecnologia de processamento do látex: a Folha de Defumação Líquida (FDL). Em 1994, o projeto Tecbor (composto pela Funatura, Fundação Pro-Natureza, em colaboração com a UNB e apoiado pelo ITTO), junto com o CNPT (IBAMA) e o Greenpeace, começaram as primeiras pesquisas em torno do FDL.

Em 1999, o CNPT patrocinou a primeira experiência da produção do FDL na REAJ, com a distribuição de 50 kits. Nos municípios de Guajará-Mirim (RO), e de Jutaí e Carauari (AM) também foram realizadas outras experiências, e no ano de 2003 a produção de FDL chegou em Assis Brasil, mais especificamente na área da RESEX Chico Mendes. Tanto o município quanto o governo do estado participaram dessas iniciativas, provendo subsídios para incentivar a produção desse tipo de borracha.

Em 2009, a AMOPREAB assinou um contrato do tipo fair trade com a empresa de calçados francesa VERT. O documento estipulava que o aumento do preço pago pelo quilo da borracha podia chegar até R$ 11,20 (o subsídio estadual é de R$ 3,50/Kg). Porém, no ano de 2016, só 24 seringueiros produziam o FDL em Assis Brasil[375] - uma parcela muito pequena, se comparada às 2 mil famílias (ou 8220 habitantes) da RESEX Chico Mendes (SEMA, 2010).

No ano de 2008, mais uma vez o governo do estado do Acre anunciou com entusiasmo a inauguração da NATEX no município de Xapuri. Dessa vez o látex seria usado na produção de preservativos, com tecnologia desenvolvida na FUNTAC.

---

[374] O governo do estado contribui para o desenvolvimento da produção da farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul. Hoje, ela é encontrada “ensacada” nos supermercados das cidades.
[375] Dados coletados na AMOPREAB.

Graças a uma parceria entre o governo federal e o do Acre, o Ministério da Saúde recebeu toda produção e os postos de saúde da região do Norte, além dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foram abastecidos com os preservativos. O problema é que a Fábrica de Preservativos de Xapuri ainda tem pouca expressão: atende a cerca de 8% da demanda nacional.

De acordo com Ponte (2014), a produção da NATEX atingiu cerca de 100 milhões preservativos ao ano devido ao trabalho de 700 famílias da região do Alto Acre, na qual está situada a RESEX Chico Mendes. Em sua pesquisa, a geógrafa (*ibidem*, *ibid*) estimou que, no ano de 2011, cerca de 300 famílias do Alto Acre eram responsáveis pelo fornecimento de látex. Desse total, 170 eram da RESEX Chico Mendes.

Em Xapuri, no ano de 2016, nos surpreendermos ao ver a situação das estradas de seringa não roçadas. O seu estado indicava que as famílias não tinham para quem vender o leite da seringa. Só descobrimos o que realmente aconteceu no ano de 2017, quando entrevistamos a representante da NATEX no escritório da FUNTAC em Rio Branco[376], Adriana Silva. Segundo ela, o Ministério da Saúde cortou cerca de R$ 4 milhões de reais da verba para 2016 da Fábrica de Preservativos, impedindo o seu funcionamento em Xapuri. Parece que a NATEX só não fechou as portas porque havia látex estocado da produção de 2015, que foi complementado com o látex advindo de seringais de cultivo[377].

Não é de hoje que o STR de Xapuri denuncia a compra do látex de seringais de cultivo pela NATEX e o tanto que ela prejudica os camponeses da floresta. O sindicato muitas vezes questionou quais seriam os interesses da fábrica, sendo que uma possibilidade bem provável é a de que ela só esteja lá para constar no “portfólio das políticas sustentáveis” do governo local.

Em campo, entrevistamos camponeses que forneceram o látex para a NATEX no ano de 2015. Eles relataram que o preço estipulado pelo quilo do leite era R$7,80, sendo que desse total havia um subsídio R$4,40 pelo quilo da borracha. A COOPERACRE era a empresa responsável por fazer o papel de intermediário. Nessa

---

[376] No ano de 2016, fomos à COOPERACRE investigar quais foram as reais causas da interrupção na compra do látex e não obtivemos nenhuma resposta satisfatória. Ainda em Xapuri, entrevistamos João do Moisés (responsável pelos Pontos de Coleta do látex e funcionário da COOPERACRE) e também não conseguimos esclarecer a questão.

[377] Como apontamos no capítulo dois, entre um dos investimentos do PROBOR era o incentivo da criação de seringais de cultivo. Muitos destas fazendas datam dos anos 1980.

operação, R$1,60 era o valor pago por quilo do látex produzido pelos seringueiros (vendido posteriormente para a Fábrica de Preservativos).

Muitos camponeses recorreram ao STR de Xapuri para buscar uma solução para os casos de subsídios não pagos ou atrasados. De acordo com Dercy Teles, ex-presidente do STR de Xapuri, casos de negligência no pagamento foram se tornando cada vez mais frequentes, bem como alterações no cálculo do preço pago a cada quilo de borracha. Isso tudo ocorria de forma muito arbitrária, sem explicações plausíveis: o seringueiro entregava o látex na forma líquida, mas a medição do produto era feita com o desconto da água – um dos componentes que agregavam volume ao látex. Em outras palavras, os seringueiros acabavam recebendo menos do que era combinado.

Como saída para a produção no ano de 2017, a FUNTAC buscava o financiamento da KfW e do Banco Mundial, usando a questão ambiental como argumento para pedir recursos em um contexto de crise econômica internacional. De acordo com Adriana Silva, a NATEX era muito onerosa para o Estado – uma constatação com a qual a geógrafa Karina Ponte (2014) também concorda. De acordo com Ponte (*ibidem*, *ibid*), o preservativo importado da Índia e da Tailândia tinha o preço unitário de R$0,07; já o produzido em Xapuri, custava mais que o dobro: R$0,18 por unidade. A gestora indicou que os próximos passos do governo do estado do Acre seriam realizar a privatização da NATEX no modelo das Parcerias Público-Privada (PPP).

Um outro produto extrativista que encontramos na região do Vale do Rio Acre é a castanha-do-brasil. A presença das amêndoas na Amazônia começou a aparecer nos relatos dos viajantes espanhóis no século XVI, na região de Madre de Dios, atual Peru[378]. No século XVII, na área da Amazônia portuguesa, surgem as primeiras descrições da árvore *Bertholletia excelsa* - como podemos ver no livro *História dos animais e árvores do Maranhão*, redigido pelo frei franciscano Cristóvão de Lisboa (ALMEIDA, 2016).

Os primeiros castanhais seriam explorados no Vale do Rio Tocantins (mais precisamente na região de Cametá). Não demorou para que as castanhas fossem levadas para a Europa pelas mãos dos holandeses, mas sua inserção tardia – ao menos em comparação às outras drogas-do-sertão – fez com que somente no século

[378] A castanheira (*Bertholletia excelsa)* é uma espécie que cresce no Brasil, no Peru e na Bolívia.

XVIII aparecessem registros de sacas de castanha direcionadas ao mercado externo, mediadas pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão (ALMEIDA, 2016).

Com a ocupação nordestina na Amazônia (em meados do século XIX) é que se descobre a presença dos castanhais na direção dos rios amazônicos. Nos registros das casas aviadoras em Belém e Manaus, a castanha chega a constar em terceiro lugar como o produto mais exportado para os Estados Unidos e a Europa. De acordo com o historiador Jonas Almeida (2016), as amêndoas amazônicas foram aceitas primeiro no mercado internacional, e no Brasil quase um século depois. Hoje a castanha tem um papel importante na economia do Vale do Alto Acre, causado pela decadência da produção gomífera.

Para ter uma maior aceitação no mercado internacional, a castanha-do-brasil teve que passar por um processo de beneficiamento. Um dos motivos é a higienização, já que o transporte inadequado pode comprometer a qualidade do produto devido à proliferação de fungos e bactérias (principalmente no período das chuvas, quando os ouriços caem de árvores com até 50 metros de altura e acabam sendo envoltos por lama e restos de materiais orgânicos). Assim, entre os anos de 1920 e 1930, foram instaladas em Xapuri e em Rio Branco as primeiras usinas de beneficiamento do produto extrativista, que contavam com uma equipe de cerca de 500 operários. Segundo Almeida (2016, p.86):

> Até a década de 1930, era comum classificar as castanhas de acordo com a procedência da mesma, pelo nome dos rios ou municípios, como, por exemplo, “tocantins”, “trombetas”, “tapajós”, “xingu” entre outras. Posteriormente, prevaleceram as classificações de acordo com o tamanho das sementes. A irregularidade na seleção das castanhas sempre foi muito observada no exterior, uma vez que os confeitos que adquiriam o produto costumavam reclamar da mistura de amêndoas de diversos tamanhos e a falta de uniformidade nos lotes que eram enviados.

Como pudermos ver na cidade de Xapuri, a “fábrica de castanha”[379] – como era conhecida – além de preparar as amêndoas, também produzia energia elétrica a partir da queima dos ouriços de castanha. Porém, os relatos de campo mostram que desde o surgimento desse mercado, a instabilidade da demanda e a oscilação dos preços já eram problemas entre as famílias seringueiras[380]. Segundo entrevistados, entre os anos de 1990 e 2000 uma lata de castanha de 10/12 kg valia um real.

---

[379] A antiga fábrica de castanha fechou as portas na década de 1950.

[380] Esse dado de campo é confirmado pela pesquisa do historiador Jonas Almeida (2016, p.83): “Apesar da grande aceitação do produto no mercado internacional, a cotação da castanha nem sempre era tida como compensadora”.

Foi só a partir de 2004 que o preço das amêndoas começou a aumentar (nessa época, a lata de castanha valia três reais, e quilo da borracha valia seis). Mir, morador do seringal Albrácia, na RESEX Chico Mendes, conta que

> [...] castanha não valia nada, a gente só colhia para o consumo da família, para fazer o leite da castanha, para colocar no pão de milho, e até para alimentar os porcos. Nos pés das castanheiras ficavam apodrecendo os ouriços. Naquela época a borracha compensava mais que a castanha. Hoje o cenário é diferente, uma lata de castanha no final da safra chega a 50 reais, e mais ninguém quer comprar a borracha[381].

Oscilações no mercado marcaram a produção de castanha no Vale do Alto Acre. Em 1994, a fábrica de castanha da CAEX sofreu queda na demanda após a descoberta que a produção estava contaminada com o fungo aflatoxina. Segundo Enágio e Pedro Teles (na época, membros da diretoria da cooperativa), suspeita-se que o contágio teve origem na Comunidade Rio Branco, localizada no Seringal Floresta da RESEX Chico Mendes.

Boa parte da produção das amêndoas acreanas é comprada pelo Peru[382] e pela Bolívia[383]. Atualmente, a empresa Tahuamanu S.A., com sede em Cobija, é responsável por ser a maior competidora com a COOPERACRE. Com a falência das cooperativas locais, a COOPERACRE - em consórcio com o BID -passou a investir em uma infraestrutura industrial nos municípios de Rio Branco, Brasiléia e Xapuri para o beneficiamento da castanha[384]. De acordo com Barbosa e Moret (2016, p.19):

> O Estado do Acre, com incentivos governamentais e instituições não governamentais, através da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre, a COOPERACRE, vem desde 2005 mudando esse cenário de exportação da castanha com casca. A COOPERACRE se organizou e passou a agregar valor ao produto *in natura,* que antes era quase que 100% exportado para o mercado boliviano.

Hoje o Acre é o maior estado produtor de castanha-do-brasil. A principal questão do governo do estado do Acre em relação à amêndoa, como pudemos ouvir da chefe da seção de castanhas da SEAPROF, é manter a produção no Brasil e evitar que bolivianos e peruanos comprem a castanha *in natura* e vendam o produto beneficiado para o mercado externo. A produção da COOPERACRE exportada para a Europa e Estados Unidos atualmente é certificada pelo selo ECOCERT.

---

[381] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2017.
[382] Empresas como Amazon Flame e Candela Peru.
[383] Empresas como Urucupinha, Tahuamano S.A, Manutata S.A, Hecker & Hnos., Mario Vargas Ribera, Amazonas S.R.L. e Waldemar Becerra.
[384] No ano de 2016, pudemos conhecer as fábricas da COOPERACRE tanto em Rio Branco, quanto em Xapuri.

Isso não significa que todas as famílias da Reserva apresentem piques de castanhas em suas colocações. As que possuem castanhais produtivos nos contaram que esse tipo de extrativismo é caracterizado pela inconstância da produtividade – “um ano pode ser bom de castanha, o outro pode ser ruim. No caso da uma seringueira zelada, a produção de leite era boa todos os anos”[385], pontua Mir.

As colocações que possuem as castanheiras contam com renda advinda da quebra da amêndoa. Segundo Coró, no período do florescimento da árvore o chefe de família consegue estimar quantas latas vai colher no auge do inverno – informação suficiente para que ele pegue dinheiro “adiantado” com o atravessador que trabalha para a COOPERACRE ou com os bolivianos e peruanos. Muitas famílias utilizam o dinheiro da castanha para comprar mercadorias como novilhas e bezerros.

Uma questão que atualmente está no centro da gestão da RESEX Chico Mendes é o avanço da produção do gado. Mesmo antes dessa Unidade de Conservação ser criada, as famílias começaram a comprar as primeiras cabeças de gado como uma forma de investimento na “poupança” e pela facilidade de se achar um comprador. A mercadoria que “anda com seus próprios pés”, mesmo em ramais e varadouros em condições precárias, tem sido apontada como uma das causas do aumento do desmatamento.

Os técnicos que entrevistamos no IBAMA, no ICMBio, na SEMA, na SEDENS e na SEAPROF apontam que o principal desafio da Reserva Extrativista Chico Mendes hoje é concentrar as atividades agropecuárias, com destaque para o roçado e a criação bovina.

Por outro lado, o fim das cooperativas locais, o desgaste dos instáveis mercados e das políticas públicas são vistos pelas famílias como a verdadeira fonte do aumento das práticas agropecuárias. A grande problemática das camponeses da floresta é garantir sua reprodução social: fazer dela a mais autônoma possível. A saída da Reserva para morar na rua é vista de forma negativa - “na rua tudo se compra, é melhor morar na floresta”[386], como afirma a jovem Edilene, de 16 anos, moradora do Seringal Albrácia na RESEX Chico Mendes.

Raimundo Pereira, morador da Comunidade Rio Branco (RESEX Chico Mendes) enfatiza o quanto está descontente pela falta de apoio estatal:

---

[385] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2017.
[386] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2017.

> Na minha colocação eu tenho jatobá para tirar a sua água, eu tenho copaíba para extrair seu óleo, tenho castanha, tenho borracha, só que não tem quem pague o preço justo. Se pagassem um preço bom para poder sustentar a minha família, eu iria voltar a trabalhar na sombra. Também não temos ramal para escoar a produção do açaí e da bacaba. Trabalhar na roça é trabalhar no Sol, é coisa de colonheiro, não de seringueiro [...] Eu sempre pergunto para Antônia [esposa de Raimundo]: por que não acreditam na nossa produção? A gente sabe que essa Reserva está no centro do mundo, que o povo de fora sabe que somos nóis que zela por essa floresta[387].

Dercy Teles disse mais de uma vez que o extrativismo era uma atividade ignorada pelo governo do Acre. Em sua opinião, o Governo da Floresta estava mais preocupado com parecer sustentável frente aos seus investidores do que com a economia dos camponeses da floresta[388].

Delineadas essas questões sobre as práticas agroextrativistas e seus mercados, partimos para um olhar mais detalhado sobre o cotidiano das famílias em suas colocações. Afinal, as práticas cotidianas das famílias camponesas são insustentáveis? Tentaremos compreender a territorialidade dos camponeses da floresta a partir de seu mapeamento.

***

Com áreas de terra firme e várzea, a RESEX Chico Mendes apresenta quase um milhão de hectares, marcados por uma grande diversidade biogeográfica. Nem todas as áreas que acessamos tinham castanhas e seringueiras – algumas só tinham seringueiras e outras, nem isso. Essa multiplicidade de cenários dentro da floresta está associada aos períodos de crise (causado principalmente pela queda na procura dos produtos agroextrativistas), nos quais as famílias passaram por processos de intensa transformação.

O que todas as áreas tinham em comum eram as práticas agrícolas. O roçado tem um papel fundamental na reprodução da família, sendo que, em um contexto anterior, esse papel era dividido entre a extração do látex, a quebra da castanha e a agricultura.

---

[387] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

[388] A sindicalista é conhecida em Xapuri por ser uma das mais críticas em relação à COOPERACRE e a NATEX. Atualmente, ela também faz críticas à COOPERFLORESTA e ao Plano de Manejo Comunitário Madeireiro.

A relação conflituosa com o Estado e as ONGs também faz parte da realidade local; para os seringueiros, a conservação ambiental passa pela reprodução da unidade familiar, mas os meios para assegurá-la frequentemente entram em choque com a visão tecnocrática.

Para explorar melhor essa questão, recorremos a Castro e Acevedo (1998). As sociólogas (*ibidem*) asseveram que para entendermos o conflito entre modernidade e sociedades não capitalistas é preciso "[...] compreender os fundamentos que perpassam as relações entre esses homens e a natureza ao recriarem cotidianamente o seu modo de produção" (CASTRO, ACEVEDO, 1998, p.165).

O calendário agroextrativista é organizado em função das chuvas. Dividido em duas estações que são, respectivamente, o verão (estação mais seca) e o inverno (estação das precipitações), o calendário ajuda a entender como o ano produtivo é planejado.

Enquanto a agricultura capitalista é marcada pela monocultura, o campesinato da floresta articula a agricultura, o extrativismo e a criação de animais com atividades externas remuneradas como a "meia", "empeleita" e a diária.

A partir dos dados recolhidos nos municípios de Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri e Assis Brasil, compusemos um calendário agroextrativista (QUADRO 1):

	Inverno				Verão					Inverno		
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Castanha												
Limpar os piques												
Juntar e quebrar												
Retirar as sacas das colocações												
Roçado												
Brocar												
Derrubar												
Queimar												
Limpar												
Plantar (feijão e macaxeira)												
Plantar (arroz, milho, banana, cana, capim e macaxeira)												
Colher (legumes, macaxeira e frutas)												
Apanhar o arroz												
Bater a palha do arroz												
Quebrar o milho												
Borracha												
Limpar as estradas e raspar as árvores												
Colher o leite e produzir o FDL												
Caçar												
Criação dos animais												
Pesca												

Quadro 1: calendário agroextrativista. Fonte: dados de campo.

Com a ajuda de Mauro, Nenê, Mariane, Demétrio, Maria, Mir e Dem, todos moradores da RESEX Chico Mendes, aprendemos um pouco mais sobre práticas agroextrativistas. Com Mauro, conseguimos fazer o mapeamento dos usos e das apropriações presentes em sua colocação para compreender a dinâmica entre agricultura e extrativismo (MAPA 6).

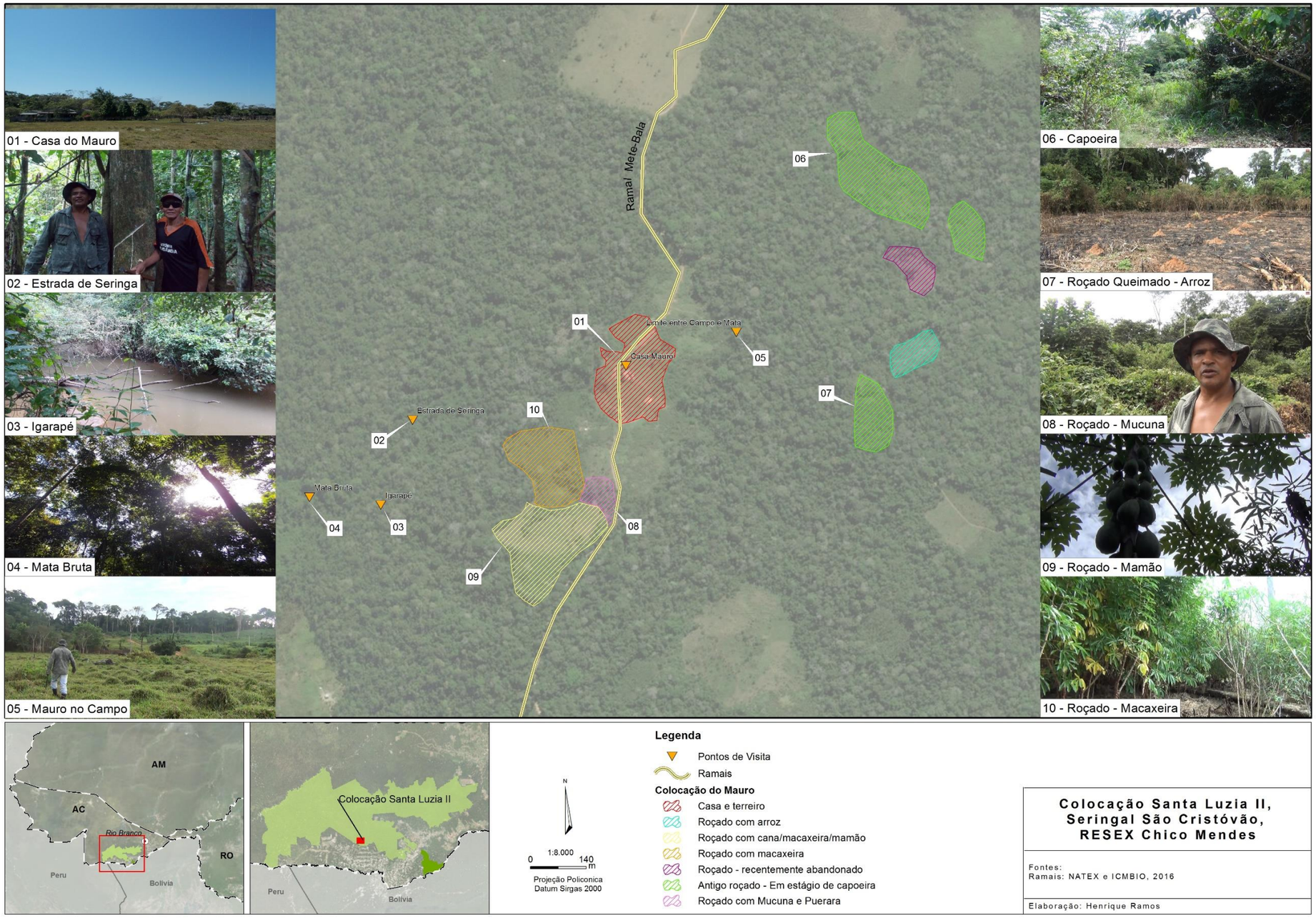
O ano agrícola começa em junho. Deste mês até agosto é o tempo de trabalho intensivo na roça. É nos roçados que são produzidas raízes, frutas, legumes e cereais que garantem a mesa farta ao longo do ano. O que sobra dessa produção geralmente é dividido entre parentes e vizinhos.

> Do roçado sai o milho para as galinhas e outras criações; o tabaco, o feijão, a cana-de-açúcar. Além disso, os roçados são despensas onde se colhem bananas variadas, mamões, abacaxis, abacates e outras frutas. Os agricultores da floresta dizem que uma porção considerável dos roçados, talvez a quarta parte, serve de alimento para animais silvestres, como pacas e cotias. Finalmente, são fonte de dinheiro. (ALMEIDA *et. al*., 2003, p.254).

Hoje já não se vende muito o “legume” na rua. O produto que tem mais espaço no mercado é a farinha de mandioca: que pode ser vendida com o custo médio de R$ 3,50/Kg. Algumas famílias, como a de Seu Salim (morador das margens do Rio Acre, no Seringal Nova Esperança), conseguem vender o cacho de banana comprida por R$10,00.

Em relação ao chamado “finanço” (o empréstimo bancário), encontramos apenas dois casos de acesso ao crédito bancário pelo Banco do Brasil, ambos usados para a plantação de mandioca. É raro as famílias terem contas bancárias: quando elas têm, geralmente é para acessar o Bolsa Família e o Bolsa Verde, usando contas-poupança da CAIXA Econômica Federal, do BASA ou do Banco do Brasil.

Constatamos também que nas Reservas Extrativistas a questão ambiental prevalece sobre a questão agrária. Quando visitamos o INCRA, em Rio Branco, Edson Alves (atual gestor do PAE Chico Mendes) enfatizou muito este ponto. O mesmo se passou nas entrevistas com os técnicos do ICMBio, em Rio Branco e Brasileia: a reprodução social da família parece ficar sempre em segundo plano quando há um projeto tecnocrata em andamento.



Mapa 6: Mapeamento do uso do solo da Colocação Santa Luzia II, Seringal São Cristóvão, RESEX Chico Mendes.

Beneficiárias da reforma agrária, as famílias da RESEX Chico Mendes têm muito pouco contato com o INCRA, órgão que fornece o crédito para a habitação rural desde 2006[389]. Após a solicitação do CNS, o INCRA passou a atuar na Reserva por meio do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER)[390]. Em 2013, quando foi aberto o edital para as ONGs concorrerem ao posto da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), quem ganhou foram as ONGs CTA e PESACRE.

Poucas famílias conseguiram acessar o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Boa parte dos moradores da RESEX Chico Mendes jamais chegou a conhecê-los, mas entre os quatro casos de produções que chegaram a usufruir do programa, vimos alguns advindos de "comunidades polo[391]" como a Rio Branco (localizada no Seringal Floresta, em Xapuri), a Cemitumba (localizada no Seringal Sibéria, em Xapuri), a Cumuaru (localizada no Seringal São Francisco, em Assis Brasil) e a Divisão (localizada no Seringal Icuriã, em Assis Brasil). O outro caso era o de Ilmar, ex-presidente e atual diretor da AMOREAB, que vendia a sua produção de mamão e abacaxi para a Escola Estadual Faixa Verde, localizada no Núcleo de Base da Divisão. Entre as dificuldades apontadas para ser contemplado por programas como o PAA e o PNAE, estavam as alianças e jogos políticos.

Partindo das recomendações do ZEE, uma das propostas do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Acre (PROACRE) era:

> proporcionar uma maior inserção das Comunidades rurais no desenvolvimento regional, fomentando políticas estaduais que garantam a melhoria da qualidade de vida, sustentabilidade socioambiental e econômica dessas Comunidades (ACRE, 2011, p.9).

---

[389] Foi em 3 de novembro 2003, por meio da Portaria/INCRA/SR.14/AC/N°19, que o INCRA selou um convênio com o IBAMA, o qual foi reconhecido que os moradores da RESEX Chico Mendes seriam beneficiários da reforma agrária.

[390] Lei n°12.188, 11 de janeiro de 2010. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7215-15-junho-2010-606739 publicacaooriginal-127584-pe.html> (último acesso em: 27/10/2017).

[391] Adiante no texto explicaremos o que são as comunidades polo na RESEX Chico Mendes.

O critério de seleção adotado pelo governo do estado do Acre eram áreas com um maior adensamento populacional, que possuem um “capital social e grau de atração sobre outras Comunidades” (ACRE, 2011, p.10). As “comunidades polo” nada mais são do que colocações acessadas por ramais que são atendidas por serviços de cidadania (como a luz elétrica e educação) e que possuem a presença das cadeias produtivas prioritárias e programas de compra direta (como o PNAE e o PAA). Devido a essa infraestrutura provocou-se uma maior concentração de famílias. Assemelhando-se a uma vila rural ou aos sítios encontrados na Amazônia[392], as casas das “comunidades polo” geralmente são dispostas uma ao lado da outra e têm as áreas de roçado mais distantes.

Dependendo do lugar ocupado pelos líderes políticos dessas comunidades - como é o caso da Rio Branco, cujo líder é Raimundão de Barros - há uma maior presença do governo do estado do Acre. Nessas comunidades, produtos agroextrativistas como a castanha e o açaí são vendidos com mais facilidade, principalmente para os programas de compra direta e para a COOPERACRE[393].

Quando visitamos a Comunidade Rio Branco vimos equipamentos agrícolas como peladeiras, uma casa de farinha nos padrões sanitários e um barracão da castanha da COOPERACRE, materiais financiados por instituições internacionais como a GTZ e kWf e, no âmbito nacional, por empresas como o BNDES (FOTOGRAFIAS 34 e 35).

---

[392] Em nossa pesquisa de Trabalho de Graduação Individual (TGI), pesquisamos o Território Quilombola Jambuaçu (Moju-PA), onde as famílias se organizavam em sítios. As casas tinham formatos circulares, com a capela e o campo de futebol no centro. Os roçados eram em áreas mais distantes, e as áreas de uso comum eram usadas de acordo com o que os seringueiros combinavam entre si. Essa forma de organização social - muito presente na Amazônia - também é discutida por Acevedo e Castro (1998), que fala sobre comunidades quilombolas no Vale do Rio Trombetas (PA). Em setembro de 2016, quando viajamos para Rondônia, tivemos a oportunidade de visitar a Comunidade de Nazaré, no rio Madeira. Famílias de origem seringueira que com o declínio da demanda passaram a viver exclusivamente da agricultura. Devido ao acesso da energia elétrica, da presença da escola e do serviço de saúde, as casas dos camponeses foram transferidas para o local que estavam esses serviços de cidadania. Os roçados, chamados de sítios, eram encontrados em locais mais distantes.

[393] A COOPERACRE também é contemplada pelo PAA e pelo PNAE. Parte da sua produção de polpa de frutas e de castanha-do-brasil é direcionada para esses dois programas.

Fotografia 34: Raimundo Pereira é um dos moradores da Comunidade Rio Branco. E, com frequência, utiliza a casa de farinha financiada pelo Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC). Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 35: Na Comunidade Rio Branco o Galpão da castanha-do-brasil da COOPERACRE foi financiado pelo Fundo Amazônia. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

É interessante pontuar que a atuação das ONGs - tanto internacionais (como a WWF) quanto nacionais (como o CTA, o PESACRE e a S.O.S Amazônia) - ocorre justamente nas “comunidades polo”. São muito raras as visitas de técnicos em áreas mais isoladas, ou oficinas de manejo de produtos agroextrativistas fora das “comunidades polo”. Ou seja: tanto o acesso às políticas de compra direta quanto o auxílio das ONGs são localizados – e isso nos surpreendeu muito[394].

Em seu dia a dia, as famílias camponesas lidam com a tensão e o desafio de equalizar a autossuficiência de seus produtos com a necessidade de mercadorias que estão fora da Reserva[395]. Quanto mais isoladas e distantes da cidade, mais autonomia elas costumam ter em comparação com as que vão mais vezes para a rua. Um bom exemplo são as famílias que pararam de plantar arroz e passaram a comprar os fardos do produto no supermercado. O oposto disso são as famílias de Assis Brasil, que preferem usar banha de porco caseira no lugar do óleo vegetal e assim não precisam sair da colocação.

Pai de crianças pequenas, Nenê (morador do Seringal Humaitá) reforçou que o plantio depende muito do tamanho da família. Estimada a produção

[394] Pensávamos que na RESEX Chico Mendes havia uma maior presença das ONGs.
[395] Como já explicamos, nessa conta deve-se incluir os custos de transporte para a rua e para as colocações, que variam ao longo do ano.

necessária, pode-se calcular quantos braços e horas são precisos para fazer a colheita. Outro fator importante na divisão social do trabalho é a sazonalidade:

> Na divisão social do trabalho estabelecem-se as bases de realização dessa produção. Embora sob formas relativamente simples, a organização da produção se faz em vários níveis: divisão social do trabalho por sexo e por idade; divisão social combinando a sazonalidade – inverno e verão – e divisão técnica do trabalho coletivo, por exemplo, na fabricação de farinha. A produção é sobretudo potencializada pelas complementações estabelecidas entre homens e mulheres (CASTRO, ACEVEDO, 1998, p.164).

A roça tem como o seu eixo a macaxeira. Raiz versátil, o alimento (também conhecido como mandioca) fornece diferentes qualidades de farinha e tem múltiplos preparos na cozinha. “Sem farinha no prato não tem como saciar a fonte”, dizem os camponeses da floresta da RESEX Chico Mendes. É por meio da derrubada da mata bruta e da capoeira é que são fornecidos os espaços para a plantação, e a terra é dividida conforme são dispostas as pequenas covas para as ramas. Seguindo as épocas dos plantios, são plantadas outras qualidades de frutas e legumes entre os espaços livres deixados pela a macaxeira.

Mauro (MAPA 6) nos explicou que, geralmente, uma colocação possui três roçados em uso, todos com macaxeira: o novo roçado (que é feito no início de agosto), o maduro (que é o de setembro do ano interior e possui outros plantios consorciados com a macaxeira) e o arrancador (leva dois anos até a retirada da macaxeira restante). O tempo útil de uso de um roçado dura em torno de três a cinco anos.

São necessárias essas três roças para garantir a produção de farinha e legumes, seja no inverno ou no verão. A área ocupada pelos três roçados tem, em média, 2 hectares[396]. No Plano de Utilização da RESEX Chicos Mendes é expresso que 1 hectare de roça deve ser de mata bruta e o restante, de capoeira. As famílias teriam que solicitar uma autorização todo ano para a abertura de novos roçados, mas as famílias apontam que a burocracia e a dificuldade de acessar os municípios, são as principais questões que dificultam a permissão anual para a abertura dos roçados.

É assim que o roçado ganha o nome de “colônia”:

> [...] um mosaico contínuo de roçados de macaxeira em diferentes estágios – novos, maduros, arrancadores e encapoeirados –, além de

[396] A medida que os camponeses da floresta usam para o tamanho de sua roça é a “tarefa”. Em campo, nos foi fornecida a informação que um roçado com 0,7/1,0 hectare tem em média duas tarefas.

> roçados de feijão e tabaco e de cultivos como o milho, que são consorciados com a macaxeira (ALMEIDA *et. al*., 2003, p.253).

As colônias são importantes para atingir diferentes estágios do roçado, como explica Mauro, que ajuda a gerir uma em sua colocação. Embora esse termo seja usado com mais frequência para designar famílias que vivem em pequenas propriedades, também podemos falar em colônias pensando em roçados de mais de uma família (algumas congregam até áreas de capoeira emprestadas para outras pessoas).

Os plantios podem ocorrer tanto em áreas de terra firme ou de várzea. No caso da macaxeira, não é recomendado que o solo seja alagado por um determinado período do ano; por isso, é preferível plantar as ramas na terra firme. Porém, as melancias, os jerimuns e alguns tipos de feijão preferem o solo arenoso das praias do Rio Iaco, Xapuri e Acre (FOTOGRAFIAS 36 e 37).

Fotografia 36: Quando estivemos no Rio Iaco, na região do Seringal Icuriã, pudemos ver seus barrancos com jerimuns, melancias e feijões plantados. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016

Fotografia 37: Aprendemos sobre as técnicas de plantio em barrancos com a jovem Mariane. Na imagem registramos o plantio de feijão. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Dona Maria, moradora do Icuriã da Margem, mostrou uma grande variedade de macaxeiras - como “taboquinha”, “manteiguinha” ou “pãozinho”, “pojeirão”, “pirarucu”, “olho roxo”, “chapéu de sol”, “cabloquinha”, “sutinga” e a “pepe”[397] (FOTOGRAFIAS 38 e 39) – na roça perto de sua casa. As pequenas ramas são compartilhadas entre parentes e vizinhos. Ao voltar para o Brasil depois de uma viagem para a Bolívia, Mauro se lembra de ter trazido algumas

[397] A palavra “pepe” faz referência ao nome de um dos gestores da RESEX Chico Mendes, que atuou na época do IBAMA e foi responsável por trazer as ramas de macaxeira para o Icuriã.

ramas de macaxeiras e uma qualidade de gomos de cana-de-açúcar conhecida como “peruana”.

Fotografia 38: Macaxeira "pãozinho", esta qualidade é apropriada para ser cozida. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 39: Macaxeira "pirarucu", não é venenosa e é apropriada para fazer a farinha branca. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Após a escolha da futura área de roçado[398] (que é muito distante da casa – olhar MAPA 6), quando as chuvas cessam - ou seja, entre maio e junho - é que a atividade da broca tem início (FOTOGRAFIA 40). A broca consiste em cortar cipós, as árvores mais finas e a vegetação rasteira, sendo que uma pessoa pode brocar tanto nas áreas de capoeiras (mato fino), quanto de floresta (mato grosso). Segundo Nenê, uma área de capoeira de 5 anos apresenta mais mato fino; já uma capoeira muito antiga, de quinze anos ou mais, pode ser irreconhecível aos olhos a ponto de ser confundida com a mata bruta. Geralmente são os homens que fazem a broca, mas também é possível ver mulheres executando essa tarefa com a ajuda do terçado.

Fotografia 40: Área de capoeira brocada por Nenê. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

[398] “A escolha sobre o lugar da roça é atributo do grupo familiar. É também quem define seu tamanho segundo suas necessidades de consumo, estimando um excedente anual que lhe permita desenvolver o sistema de troca comunitária. Cálculo que entra na avaliação do tamanho da roça” (ACEVEDO, CASTRO, 1998, p.177)

No mês de julho, chega a etapa de derrubada de paus. As madeiras lenhosas, de caules mais grossos, devem ser retiradas com um machado ou com uma motosserra (este, manejado com mais frequência pelos jovens). A motosserra é uma fonte de renda para os camponeses, pois a sua diária pode chegar até a R$ 80,00 (valores atualizados em 2016).

Antigamente, era mais comum fazer a queima do roçado no auge no verão, isto é, no mês de agosto. Entretanto, após o “grande incêndio” de 2006, as famílias foram recomendadas a “secarem suas roças” entre os meses de agosto e setembro, quando as primeiras chuvas têm início.

Para Nenê, a etapa de colocar o fogo no roçado exige cuidado. Aceiros bem feitos e um dia que não faça muito vento são as condições que garantem que as chamas não atinjam a floresta que faz fronteira com a roça (FOTOGRAFIA 41). Após a queimada, os troncos que não foram completamente reduzidos em cinzas são arrumados na terra, pois as cinzas e paus queimados proveem nutrientes (na forma de matéria orgânica) por pelo menos três anos.

Fotografia 41: Roçado de Peba, morador da Colocação Cumaru, Seringal São Francisco. Observa-se que atrás de sua roça está a "mata bruta". Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Em relação ao uso do fogo, tradição da técnica da coivara, os camponeses veem uma diferença da produção quando ele é empregado. Segundo Mauro, para plantar o arroz “tem que ser em terra queimada”. Para evitar o uso do fogo, e como uma forma de fornecer nutrientes e nitrogênio,

técnicos de diferentes ONGs[399] introduziram duas modalidades de leguminosas: a puerária (*Pueraria phaseoloides*) e a mucuna (*Mucuna pruriens*). Essas espécies são plantadas em áreas de roçado durante um ciclo agrícola e estendem o uso das terras em até cinco anos. Entretanto, Mauro pontua que o "saber técnico" não está completamente certo: são alguns plantios que têm produções férteis após a retirada de leguminosas como o milho e a macaxeira. Soma-se a essa questão o fato de que a puerária e a mucuna têm uma tendência a deixar o solo duro.

Com a terra queimada e preparada, as famílias esperam o prenúncio das chuvas (entre setembro e outubro) para iniciar os plantios. Primeiro é plantado o arroz em uma área própria. Depois, segue-se para uma outra área onde serão plantadas as ramas de macaxeira. Esse trabalho geralmente é feito em dupla: enquanto uma pessoa faz o buraco na terra, a outra coloca as manivas. Nos espaços restantes planta-se o feijão, a banana, o mamão, o abacaxi e o milho – muitas roças visitadas assemelhavam-se a agroflorestas (FOTOGRAFIAS 42 e 43).

Fotografia 42: Demétrio junto com Chica, moradores da Colocação Castanhal, no Seringal Icuriã, tinham um farto bananal. Na imagem observa-se a "banana comprida". Foto tirada por P. C. R Perez em 2016.

Fotografia 43: Roçado de Peba, nota-se que consorciou a macaxeira, açaí e mamão. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

[399] Em Brasiléia, encontramos os técnicos da EKOAR (responsáveis pela introdução do Programa Florestas Plantadas) entregando panfletos para os moradores da RESEX Chico Mendes sobre o uso da puerária e da mucuna.

Quando o roçado termina o seu ciclo, ele é abandonado e com o passar dos anos se transforma em capoeira (ver MAPA 6). Com quinze anos já é possível plantar de novo, embora se saiba que alguns cultivos (como o de arroz) são mais produtivos em mata bruta. Vale notar que o desmatamento gerado para a abertura de um roçado não pode ser comparado com os impactos do avanço dos grandes latifúndios. Como nos ensinou Mariane, "[...] nóis sabe que um dia a mata bruta pode ter sido uma roça. Para a gente, uma roça vai ser um dia uma capoeira, e depois de muitos anos será mata de novo, e mais alguns anos será roça para poder dar os legumes"[400].

A presença de pacas, queixadas e macacos que se alimentam dos roçados raramente é concebida como uma "infestação" ou "praga"[401]. Mariane nos contou isso enquanto explicava que em suas roças os capelões (tipo de macaco *A. seniculus*) aparecem com frequência para se alimentar, e que isso é visto como normal, já que parte da roça "é dos animais".

Os roçados precisam de manutenção ao longo do ano agrícola. Quem faz esse trabalho geralmente são as mães e filhos, que limpam as roças até o momento da colheita, na chegada do inverno, quando o trabalho familiar é feito de forma integrada.

Com Mauro aprendemos que cada macaxeira tem um estágio de amadurecimento. As macaxeiras brancas, "de cozer" (cozinhar), podem ser colhidas após quatro meses; já as que são usadas para fazer a farinha - brancas ou amarelas - demoram cerca de um ano para se desenvolver. Após o seu amadurecimento, a mandioca pode ficar na terra por mais um ano. Quando a terra está muito seca fica mais difícil retirar a raiz, de forma que é preferível esperar a chegada das primeiras chuvas para que a terra fique mais fofa e seja mais fácil colhê-las.

Quando a família tem uma tarefa que exige muitas pessoas é comum pedir a ajuda de vizinhos. Os compadres e comadres podem "trocar dias" ou podem ser convocados para os adjuntos (mutirões).

Quando os moradores precisam muito de dinheiro, as alternativas são trabalhar em outras colocações ou em fazendas próximas à RESEX e receber

---

[400] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

[401] Não chegamos a presenciar o uso de agrotóxicos nas roças - pelo contrário, eles com frequência ressaltavam que as frutas, legumes e raízes não tinham "veneno".

pela diária (o pagamento de R$50,00 por um dia de trabalho) ou pela “empeleita” (o pagamento por um serviço que pode durar mais de um dia)[402].

Enquanto estávamos no Seringal Filipinas, na casa de Manoel Gomes (tio de Neves), registramos a colheita do feijão feita pelos parentes. Em troca, o chefe da colocação oferecia uma farta refeição com porco, macaxeira cozida, farinha, arroz e feijão.

Para os pais, levar os meninos para as diferentes etapas dos plantios é muito importante. Espera-se que ao atingir a idade adulta e ao constituir família eles consigam fazer roçados em suas casas. O processo de socialização que envolve as tarefas dentro e fora de casa é tido como fundamental no amadurecimento das crianças. Meninos e meninas acompanham seus pais desde pequenos em múltiplas tarefas cotidianas. Não raro, a hora da brincadeira também é a hora de aprender sobre as práticas agroextrativistas: como jogar os grãos para plantar, como colher o milho, como cuidar do borreguinho rejeitado por sua mãe, como juntar os ouriços de castanha, entre outras coisas [403].

Como as crianças e adolescentes hoje frequentam as escolas e as aulas são concentradas no período de verão[404], há uma redução no número de braços para uma atividade que necessita de muitos. Essa questão preocupa os pais, embora a presença da escola seja vista com bons olhos – é sempre motivo de orgulho ter um menino ou menina em casa que “sabe fazer conta e ler”[405].

Um dos momentos de grande importância para a família é o da feitura da farinha. Grande parte da macaxeira colhida dos roçados é para a produção desse alimento. Com a participação dos membros que habitam o mesmo teto, a farinhada é tida como um momento de celebração da fartura. Os vínculos sociais forjados pelo princípio da dádiva e pelas trocas são continuamente repostos através da farinha – alimento que tem como uma de suas principais características a estocagem por um maior período.

Os nordestinos que aportaram no Acre trouxeram esse alimento e suas técnicas de produção, e hoje o consumo da farinha é muito marcante nos lares

---

[402] É muito comum ver jovens trabalhando nas fazendas de gado com a motosserra, usada para armar cercas e brocar o pasto.
[403] Exemplos que vimos em campo.
[404] O período das escolas municipais e estaduais na RESEX Chico Mendes vão de abril a novembro.
[405] Retornaremos essa questão no próximo intertítulo.

acreanos. Com os Manchineris e Jaminawas do Rio Iaco, descobrimos que eles preferem ingerir a macaxeira cozida ou em uma iguaria chamada beiju, que também se parece bastante com a tapioca.

Às margens do Iaco, em uma noite fomos avisadas que Seu Pedro (esposo de D. Maria) prepararia a farinha no dia seguinte. O morador da margem do Seringal Icuriã nos contou que o segredo de uma boa farinha vem dos ensinamentos de seu pai, nordestino nascido no Rio Grande do Norte.

Existem dois tipos de farinha: a d'agua (feita a partir da mandioca brava, precisa ficar imersa na água para fermentar e retirar o veneno) e a branca, que é feita com a macaxeira branca ralada. Foi esta última que Pedro fez enquanto estávamos lá.

A primeira etapa da produção da farinha branca é a colheita da roça. Logo no início da manhã, a família retira a raiz da terra, que é colocada em sacos de fibras e paneiros para ser descascada e depois lavada. Se fosse a mandioca brava, a raiz ficaria de molho por dois dias em um reservatório ou no igarapé. Neste caso, após a lavagem, a macaxeira passa por um triturador com um motor à gasolina acoplado. Com um aspecto "ralado", a mandioca vai para uma prensa para escorrer boa parte de seu líquido. Do líquido, Celina (nora de Seu Pedro) extrai a goma para fazer a tapioca. Já a massa é peneirada de acordo com o gosto da família, que pode preferi-la mais grossa ou mais fina.

Fotografia 44: Seu Pedro torrando a farinha. Foto por P. C. R. Perez em 2016.

A última etapa - a torra da massa - é tida como o “clímax”, pois é o momento em que o mestre farinheiro mostra a sua habilidade. Com uma pá de madeira, a massa é seca e os grãos são torrados. Por último, a farinha é guardada em sacos - e o que resta é esperar a próxima refeição (FOTOGRAFIA 44).

Ao redor das casas estão os terreiros. Assemelhando-se aos princípios dos SAFs, encontramos diversas árvores frutíferas plantadas, flores, urucum e pequenos animais como patos, galinhas e porcos.

Segundo Dona Maria, o terreiro é de domínio feminino. Com as missionárias italianas, os camponeses do Seringal Icuriã aprenderam a fazer as hortas. Nos impressionou ver como as mulheres incorporaram essa prática, a aperfeiçoaram e a usaram para diversificar a sua alimentação. A mesa das famílias que moram no Icuriã era mais diversificada do que em outras localidades visitadas: a dieta básica da família costuma ser o arroz, o feijão, a farinha, a proteína de origem animal, mas no Icuriã você tem ainda as verduras (couve e alface), os temperos (pimenta, cebola, coentro, chicória, cebolinha) e os legumes (como o maxixe, o inhame, a batata doce, o jerimum) como ingredientes obrigatórios nas refeições.

Fotografia 45: Maria era conhecida por ter uma das hortas e terreiros mais "zelados" no Icuriã. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 46: Maria, com sabedoria e paciência, estava disposta a ensinar. Na imagem, ela mostra um novo tipo de inhame que ganhou de sua cunhada e que decidiu plantar. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

O terreiro e a horta de Dona Maria são caracterizados pelos moradores do Icuriã como um exemplo. A camponesa atribui às italianas missionárias que vieram com Padre Paolino a graça por trazer esses ensinamentos, mas notamos

que a curiosidade aguçada pelo processo de erro e acerto fizeram com que Maria melhorasse as técnicas que lhe foram ensinadas. Essa é a razão pela qual muitas pessoas que a conhecem se referem a ela como “professora” (FOTOGRAFIAS 45 e 46).

A criação de pequenos animais como porcos, cabras e galinhas vem sendo apontada como uma alternativa para a geração de renda entre as famílias. Bisita (moradora do Seringal Filipinas) e Maria (moradora do Seringal Icuriã) falaram muito sobre esse assunto.

Bisita, camponesa e também diretora do STR de Xapuri, solicitou um empréstimo para a SEAPROF para o seu pequeno projeto de granja. De acordo com ela, como na cidade de Xapuri o frango “caipirão” (animal criado em uma parte de sua vida no terreiro, e em outra, no galinheiro padrão) é muito valorizado, ela decidiu concentrar a sua energia na produção de uma granja no ano de 2016 (FOTOGRAFIAS 47 e 48).

Fotografia 47: O galinheiro padronizado construído a partir do empréstimo da SEAPROF. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 48: O terreiro cuidado por Bisita tem porcos e galinhas. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Em Xapuri, o preço do pinto é de R$2,00/unidade, sendo que o tempo de criação é de no mínimo sete meses. A diretora do STR conta que ao dar início ao projeto quase perdeu “os 30 pintos de uma vez” por não ter dado a devida atenção ao controle da luz e da temperatura, essenciais para o desenvolvimento do frango. Depois surgiram outros desafios: além dos cuidados com o ambiente, os animais precisavam ser alimentados com uma ração industrializada, cuja saca custa de R$20,00 a R$40,00 por unidade (dependendo do estágio, o gasto com

a ração aumenta). No final, Bisita conseguiu criar 15 “caipirões” que foram vendidos na rua por R$ 35,00 cada.

Em sua fala, a diretora do STR aponta que não tinha considerado os custos e as perdas envolvidos na criação dos animais. Como nos lembrou, a criação nos terreiros é alimentada pelo milho plantado na roça.

Os moradores da margem do Seringal Icuriã possuem uma tradição de plantar e criar animais. Eles diziam com frequência que se consideravam “colonheiros” que têm como parte de seu cotidiano a criação. Nessa região, encontramos gado, cabras e ovelhas sendo criados para o consumo próprio e para a venda (FOTOGRAFIAS 49, 50, 51 e 52).

Fotografia 49: Maria de Fátima, cunhada de D. Maria, salgando a carne do carneiro para a alimentação de sua família. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 50: As famílias da margem do Icuriã têm a tradição de fazer o queijo de leite cru de vaca. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 51: As margens do Iaco são criadas as cabras. Foto tirada por P. C. Perez em 2016.

Fotografia 52: Dona Maria cria ovelhas, com frequência consegue vendê-las. Foto tirada por P. C. R. Perez 2016.

Conhecido como “Marquinhos[406]”, o técnico da SEAPROF do município de Assis Brasil nos últimos anos vem auxiliando as famílias da região a encontrar frigoríficos interessados pela criação de animais. Quando estávamos na casa de Dona Maria, ela recentemente havia vendido um lote de 50 cabeças de ovelha (R$200,00/unidade) para Rio Branco.

A grande questão que os tecnocratas envolvidos em projetos na RESEX Chico Mendes aponta é o aumento da criação de animais. A transformação dos roçados em pastos (inicialmente plantados com capim nativo) para o gado é mencionada como uma das práticas mais prejudiciais para a conservação da natureza. Nos órgãos do governo do estado do Acre, discute-se muito a “pecuarização” da Reservas Extrativistas, como é chamada essa guinada em direção à criação de gado.

Nas primeiras décadas dos séculos XX, a criação de gado e de outros animais eram proibidas pelo patrão, o que causava uma dependência muito grande dos produtos do barracão. A criação de porcos, galinhas e patos veio com o fim do sistema de aviamento, mas foi só na década de 1970 que as primeiras cabeças de gado Nelore chegaram ao Acre, por meio do rio Purus. O animal era a aposta do governo pois até aquele momento, quando uma família tinha uma cabeça de gado ela era “mestiça” (de origem boliviana), e a sua função estava basicamente restrita ao transporte.

No contexto do avanço do latifúndio, o gado era visto de forma negativa pelos camponeses da floresta que viam as suas colocações sendo derrubadas para o plantio do pasto. Com a conquista da RESEX Chico Mendes, as pastagens não conseguiram mais avançar no mesmo ritmo da década de 1980.

Na primeira versão do Plano de Utilização de 1995, aparece escrito no artigo 15:

> Os moradores da reserva poderão realizar atividades complementares tais como agricultura, criação de pequenos animais, piscicultura, pecuária, agrossilvicultura. Estas atividades poderão ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação.

---

[406] Temos que destacar que Marquinhos faz parte dos tecnocratas que divergem do senso-comum. Dirigindo uma caminhote Toyota no verão e um quadriciclo no inverno, Marquinhos transporta os camponeses e indígenas da região do Iaco. Ele encontra locais onde os camponeses da floresta conseguem vender seus produtos (como castanha, farinha de mandioca, e a criação) e busca por negócios em que os preços justos sejam praticados. O técnico nos deu muitas caronas no Seringal Icuriã, onde constatamos que ele tem uma relação respeitosa com os moradores da RESEX Chico Mendes.

Mais adiante, no artigo 17, é posto que “a criação de grandes animais será permitida até o limite máximo de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares”.

Como podemos perceber, nos primeiros anos da RESEX Chico Mendes o gado e a sua criação não tinham a presença que têm hoje, entre os anos de 2016 e 2017. O que os moradores apontam como explicação para a compra das cabeças de gado é o declínio da borracha. “Hoje, uma família não consegue viver se tiver só que cortar seringa”, afirma Dercy Teles. A sindicalista vai mais adiante; para ela, não foi oferecida uma proposta concreta para os produtos extrativistas. Como aponta Celso Custódio, “o governo tem dificuldade de admitir, mas o seu desenvolvimento econômico é, ainda hoje, a pecuária”.

O aumento do gado, segundo nossos dados de campo, confunde-se com a época da valorização da castanha-do-brasil e da ampliação de políticas sociais que provocaram um aumento de renda em dinheiro, como a aposentadoria rural e o Bolsa Família. Dem, morador do Seringal Albrácia, recorda que no início dos anos 2000 comprou duas cabeças de gado com o dinheiro da venda da castanha. Muitas famílias que possuem castanhais produtivos decidiram “investir” nessa época na compra de novilhas e bezerros.

Pantoja *et. al.* (2009) aponta que no caso da REAJ (que não tem a produção de castanha, só de seringa) a compra das primeiras cabeças de gado também data dos anos 2000. “Foi no gado, portanto, este patrimônio, herança ou ‘poupança de quatro patas’ que os moradores da Reserva tenderam a enxergar alguma segurança para investir seus ganhos e repassá-los a seus descendentes” (PANTOJA, *et. al*, 2009, p. 121).

Alguns pesquisadores, como Pantoja *et. al*. (2009), argumentam que o gado não cumpre uma função econômica similar à da borracha:

> Se a borracha era o produto por excelência de geração de renda capaz de ser convertida em artigos de consumo ordinário (como os de alimentação), embora não só, o gado cumpriria mais uma função de investimento em patrimônios duráveis, ou não, considerados vitais para a reprodução do grupo no tempo (saúde, educação, moradia, dote). Seu abate para fins de alimentação ou custeio de gastos cotidianos não é padrão (PANTOJA *et. al*., 2009, p.121).

Isso ocorre porque o gado é visto como investimento, e só é abatido para refeição em períodos de festas, aniversários, forrós e casamentos. Entre o ano de 2016 e 2017, um bezerro podia chegar a ser vendido por R$ 800,00. Como

disseram em entrevistas, “a mercadoria que anda tem o mercado garantido em qualquer época do ano”. Em varadouros ou ramais, no inverno ou no verão, o comprador pode usufruir das cabeças de gado (FOTOGRAFIA 53).

Fotografia 53: No ramal do Catianã, que liga os seringais São Francisco e Guanabara, encontramos o transporte do gado em direção a "rua". Fotografia tirada por P. C. R. Perez em 2016.

O bezerro geralmente é vendido em casos de doença, quando há uma “feira” ou é imprescindível a saída para a rua. Temos que pontuar que esse hábito não ocorre somente na RESEX Chico Mendes. Por exemplo, é uma tradição dos camponeses nordestinos ver a criação como uma forma de “poupança”. Na pesquisa de Tolentino (2013) com os camponeses do sertão paraibano, o geógrafo (*ibidem*) nota que as famílias que acessavam o PRONAF destinavam uma parte de sua renda para a compra de cabeças de gado. Devido à ausência de chuvas, tornou-se uma realidade que parte do investimento do PRONAF fosse comprometido pela safra perdida. Como estratégia e objetivando a redução dos riscos, uma parte do crédito era destinada à compra de bezerros.

Na RESEX Chico Mendes, a formação dos pastos não ocorre com a derrubada da mata bruta (como fazem os latifundiários). O pasto muitas vezes é feito a partir de um antigo roçado, brocando uma capoeira grossa para se plantar o arroz junto com o capim. Outra opção é plantar o capim quando é colhida toda a produção (de milho, feijão, macaxeira) de uma recente roçada. Importante lembrar que cercas não marcam divisões entre as colocações, mas servem apenas para delimitar o avanço do gado nas fontes d’água e nos roçados (FOTOGRAFIA 54).

Fotografia 54: A presença do gado na RESEX Chico Mendes. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Em reação ao aumento do número de cabeças de gado, no momento da realização do Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes (entre os anos de 2005 e 2006), também ocorreu uma pequena revisão no Plano de Utilização: foi decidido que a área para as atividades complementares (como agricultura e criação de animais) não poderia passar de 30 hectares, e que desse total somente 50% da área poderia ser destinada à pastagem. As reuniões do Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes - nos dias 1, 30 e 31 de outubro de 2009 - foram marcadas por calorosas discussões para a redação do II Plano de Utilização.

A criação de grandes animais (como o gado) teve grande destaque nesse debate. O eixo central dessa questão era a redação de artigos complementares que indicassem a quantidade máxima de cabeças de gado e a área máxima ocupada pelo pasto. Assim, foi redigido o artigo 36, que estabeleceu esses dois pontos:

> A criação de grandes animais, principalmente gado bovino, no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, somente poderá ocorrer no limite máximo de 2 (duas) cabeças/ha, dentro do limite máximo de 15 (quinze) hectares de pastagem, sendo permitido um número maior de cabeças somente em caso de comprovação de viabilidade técnica e econômica, por meio de projeto técnico a ser submetido à análise e aprovação do órgão gestor, mediante anuência prévia da Associação Concessionária de jurisdição do projeto.

Nessa instância também foi formalizada a proibição do arrendamento para pasto na Unidade de Conservação, conforme o artigo 36 B: “Fica proibido o arrendamento de pastagens no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes”.

Podemos extrair algumas reflexões acerca desse tema: 1) percebemos que não são todas as famílias que possuem cabeças de gado em suas colocações; 2) as tensões provocadas pelo mundo externo - como a dificuldade de conseguir trocar os produtos agroextrativistas por dinheiro, mais os gastos com a “feira”, com os tratamentos médicos, com o combustível e com a infraestrutura da casa (muitas famílias compram placas solares e/ou querem ter o *freezer* e a televisão – dificultam a acumulação de dinheiro para a compra de bezerros e novilhas; 3) a troca de produtos, e uma menor circulação de dinheiro, podem ser consideradas como características das relações sociais não capitalistas dentro da RESEX.

Também percebemos que as famílias tinham (em média) de 2 a 15 cabeças de gado. Quando a quantidade de gados excedia o limite permitido, geralmente era em casos como o de Demétrio e seus dois filhos, que viviam na mesma colocação mas cada um já estava em uma casa com áreas de roçado e cabeças de gato distintas (neste caso em específico, havia 35 cabeças de gado no total, sendo que Demétrio tinha 18, o filho mais velho tinha 10 e o mais novo, 7).

Parece que as cabeças de gado não duram muito tempo nas pastagens da colocação. Isso porque o gado pode ser vendido de um dia para o outro em situações de necessidade, principalmente quando a família passa por algum problema de saúde. Nesses casos, as vendas acarretam até prejuízos, pois na pressa para encontrar um comprador acabam aceitando um preço abaixo do mercado pelas novilhas e bezerros.

Assistimos o casal Chica e Demétrio lidando com os imprevistos causados pela criação do gado. Por não possuírem a tradição, as famílias camponesas da floresta estão aprendendo que a atividade pecuária envolve uma série de gastos e obrigações para as quais eles não estão preparados. A atividade é regulamentada pela Secretaria da Agricultura e da Pecuária (SEAP), sendo necessários o registro e a realização de uma série de prescrições sanitárias (como a vacinação). Além disso, gasta-se com sal, e em caso de doença é preciso comprar os medicamentos.

Como já dissemos, o campesinato tem uma outra lógica econômica: não contabiliza no preço final do produto o quanto de trabalho foi empregado. O casal, ao ser questionado se já haviam pensado em uma relação custo-benefício,

respondeu que o gado era somente uma das atividades realizadas na colocação. Chica declarou que não eram fazendeiros para “viver só com boi no pasto”, o que vinha em primeiro lugar era a agricultura, com a qual eles garantiam a alimentação da família.

Encontramos outros dois casos que nos chamaram a atenção. O caso do “Macaxeira”, no seringal Humaitá, foi um deles. Macaxeira até hoje é um marreteiro – essa é a função que ele exerce dentro da RESEX Chico Mendes, comprando castanha-do-brasil. Não é de se impressionar que ele ganhe muito mais do um camponês comum, visto que o exercício de seu trabalho pressupõe a prática da usura. Em entrevista, Macaxeira nos contou que já foi multado duas vezes pelo ICMBio: em uma, por ter excedido o limite de desmatamento, e na outra por ter mais cabeças de gado do que o Plano de Utilização permite.

Quando estávamos na região entre os seringais Albrácia e Sibéria, vimos um homem dirigindo um quadriciclo enquanto conduzia os rebanhos de boi no ramal em direção à RESEX Chico Mendes. Dias depois dessa observação, pernoitamos na casa de uma moradora da Reserva[407]. Sabíamos que ela passava por tempos difíceis, pois seu marido fazia um tratamento para câncer na cidade de Xapuri. Naquele período, inclusive, passava restrição na alimentação, pois não conseguira plantar a roça com os filhos no ano anterior[408]. Então, de onde vinham as mais de 30 cabeças de gado ao redor da casa? Enquanto conversávamos, descobrimos que o gado era de um fazendeiro (o mesmo homem que dirigia o quadriciclo), que propunha às famílias da região - entre elas, as da RESEX Chico Mendes – que criassem o “gado de meia”.

O contrato estabelecido com fazendeiro era o seguinte: o gado ficaria no pasto deles, contanto que eles alimentassem e cuidassem do animal, deixando apenas os tratamentos veterinários para o fazendeiro. Se houvesse crias de bezerros e novilhas, estes seriam repartidos igualmente entre o fazendeiro e o chefe da casa.

Com isso, percebemos que o latifúndio criou uma outra estratégia de territorialização nas brechas do campesinato, aproveitando-se de períodos

---

[407] Não identificaremos o entrevistado.

[408] Seus filhos pequenos foram para a escola sem realizar a primeira refeição do dia, beberam somente um café adoçado com açúcar.

críticos para fazer valer a sua vontade. Hoje já não temos o mesmo conflito pela apropriação de terras como o que vimos entre os anos 1970 e 1980.

Uma das principais e mais apreciadas fontes de proteína da família camponesa na RESEX Chico Mendes é a caça, prática que ainda gera controvérsia. No II Plano de Utilização, essa atividade encontra-se regulada pelo artigo 44 da seguinte maneira: “Os moradores podem caçar para sua própria alimentação respeitando as espécies que estão em extinção”. Já no artigo 46, aparece escrito que “fica proibida a criação de cachorros do tipo americano no interior da Reserva, sendo que o morador que desrespeitar essa proibição será advertido por escrito, tendo 30 dias para retirar os cachorros”.

Na região de Brasileia, houve um técnico do ICMBio que entrou em conflito com as famílias mais de uma vez nos dois anos em que trabalhou na RESEX Chico Mendes. O caso mais conhecido é de quando ele abordou uma senhora que carregava uma farofa com carne de caça. Além de ameaçar multá-la, o técnico jogou todo o alimento no chão.

Lendo as atas do conselho gestor da RESEX Chico Mendes sobre a reformulação do Plano de Utilização, vimos mais de um pedido solicitando que os agentes estatais realizem um estudo e indiquem para os moradores quais são as espécies de caça que estão ameaçadas.

No ano de 2016, quando estávamos no Seringal Filipinas, presenciamos a “varação” da notícia de que a Polícia Federal (PF) estava subindo o Rio Acre com o objetivo de apreender as espingardas das famílias camponesas pela falta da licença para portá-las. Nessa ocasião, os seringueiros explicaram que, para obter a licença, é preciso ir até a sede da PF em Rio Branco para fazer um curso e um teste que exigem leitura e escrita, sendo que a cada dois anos é preciso realizar a sua renovação.

O que essas famílias argumentam: 1) as espingardas eram muito antigas, passadas de geração para geração; 2) o porte da arma serve para a caça mas também para a proteção (especialmente na mata); 3) ninguém usa as armas para fins violentos; 4) grande parte dos adultos tem dificuldades na leitura e na escrita; 5) os custos para viajar até Rio Branco e para a estadia no decorrer do trâmite para a obtenção da licença (curso e a prova) estão acima de suas condições materiais.

Para os moradores, a PF e o ICMBio restringem suas práticas cotidianas através de sua criminalização. Assim, legitimados por mecanismos estatais, vão surgindo novos interditos (pautados e justificados pela lei) que dificultam a reprodução social das famílias camponesas, que vão sendo enquadradas como “criminosas”.

O melhor período para caçar é no inverno, estação na qual os animais estão mais gordos; só a paca é que se costuma capturar no verão. Entre as espécies que as famílias consomem estão o veado roxo, o veado capoeiro, o tatu, o inhambu azul, a paca, a anta, o jabuti, o capelão, o porquinho-do-mato e o queixada.

A tarefa de trazer a caça para casa é do homem, e cabe a mulher “tratá-la” (limpar e preparar). Aprendemos sobre essa prática com Agenor, no inverno de 2017: tudo começa com a busca por pegadas que os animais deixam nos varadouros, estradas de seringa, tabocais e roças; depois, à noite, os homens vão para as áreas onde é mais provável encontrar a caça (não muito longe de casa). Nem sempre eles voltam com o alimento, mas chegamos a presenciar uma missão bem-sucedida em que a esposa, depois de receber a paca, retirou o seu couro e limpou o animal para que no dia seguinte almoçássemos a carne cozida no leite da castanha.

Caçadores também reforçam seus laços presenteando uns aos outros com a carne, que geralmente é seca em cima do fogão ou no varal. Depois de curtida, as visitas podem ganhar uma parte ou a mãe pede ao menino que leve a carne para os vizinhos mais próximos.

O verão é a época propícia para pesca. Porém, na região do Alto Acre o verão é caracterizado por rios com leitos rasos (o que dificulta a atividade). Também não são todas as regiões da RESEX Chico Mendes que fornecem o peixe em abundância.

Nos últimos cinco anos, o governo do estado do Acre vem implantando açudes nas colocações com a esperança de desenvolver a pesca local. Em nossa primeira viagem para a Unidade de Conservação chegamos a ver famílias transportando ração para o peixe; nessa ocasião, Manoel Gomes (morador do Seringal Filipinas) explicou que os técnicos da SEAPROF e o governo oferecem o serviço do trator, mas que os custos com a alimentação do tratorista e com o óleo diesel estão sob responsabilidade do camponês.

Faz três anos que Seu Manoel possui o açude. Em um primeiro momento, ele fez o que uma grande parte das famílias da Reserva fazem: colocou peixes nativos como o surubim e depois comprou espécies como o tambaqui e o tambacu. A cada fase de desenvolvimento das criações é preciso alimentar os peixes com um pacote de ração específico que custa R$80,00 por unidade, sendo que cada saco dura em média quinze dias. O ano de 2015 foi a primeira vez em que conseguiu vender 5 mil peixes (R$ 2,00/Kg) de seu reservatório para uma peixaria em Brasiléia. No ano de 2016, o camponês tinha planos de vender sua produção na Semana Santa.

Pudemos acompanhar a extração do látex na região de Assis Brasil. Algumas famílias produziam o FDL, e as que não foram contempladas com os kits, produziam o Cernambi Virgem Prensado (CVP)[409] para a COOPERACRE.

Nas entrevistas realizadas na RESEX, a questão que mais se destacou era a impossibilidade de viver exclusivamente da extração da borracha. As famílias sabem que os preços praticados pelo mercado estão a cada dia mais altos, e que o valor da borracha não conseguiu acompanhar e suprir os gastos da unidade familiar. Além disso, as políticas e projetos de incentivo à extração do látex, inseridos na retórica das mercadorias verdes e dos mercados *fair trade*, têm se caracterizado pela sua fragilidade e curta duração, por incorporarem poucas famílias e pela sua inadimplência no pagamento de subsídios. Não podemos mais negar que a borracha produzida nos seringais de cultivos tem mais vantagens econômicas do que a borracha nativa, e que as estradas de seringa não roçadas são cada vez mais frequentes - se antes elas eram motivo de briga, hoje elas servem apenas para definir os limites entre as colocações.

Quando as chuvas começam a diminuir (entre março e abril), chega o tempo de roçar as estradas. Com o uso do terçado, os caminhos e as seringueiras são limpas e as famílias se certificam de que as pontes - feitas de madeira e taboca – estarão seguras para o início da temporada. O verão é a melhor estação para percorrer a mata e conseguir uma boa produção de látex, por isso é que nessa época as famílias produzem o FDL e o CVP.

Devemos lembrar que a RESEX Chico Mendes em Assis Brasil não tem muitas castanheiras. A produção anual compreende duas a três latas de

[409] O CVP é um tipo de borracha, mais adiante explicaremos sua produção.

amêndoas que acabam sendo consumidas pelos membros da família. É por conta disso que a extração da borracha apresenta uma maior adesão se comparada a localidades “boas de castanha”.

Chico Macaco produz o FDL desde que a AMOPREAB assinou o contrato com a empresa de calçados VERT. Em sua colocação moram seus dois filhos adultos com suas respectivas famílias, mas ele é o único a produzir a borracha. No ano de 2016, estava cortando três estradas de seringa. A história de Seu Chico é a de muitas famílias: os mais novos não têm mais interesse em produzir a borracha; eles acabam optando por trabalhar no roçado e por realizar as diárias e as empeleitas.

Demétrio e seus dois filhos também produzem o FDL. O pai corta em três estradas, restando duas estradas para cada um de seus descendentes trabalhar. A família de Chica e Demétrio é mais unida que a de Chico Macaco, que em 2016 estava cortando sozinho três estradas de seringa.

O casal Chica e Demétrio divide-se na produção do FDL: o primeiro corta a seringa, colhe o látex, o deposita em um recipiente que é levado até Chica para que ela monte o “balcão” onde produz o FDL. Essa divisão do trabalho (que não é só sexual, mas também por idade e por função) muitas vezes pode apresentar-se flexível, razão pela qual Chica diz que, se acontecer alguma coisa com Demétrio amanhã, ela tem capacidade de assumir suas funções na estrada de seringa.

O dia de quem vai extrair o látex começa às 4 horas da manhã. Por volta de 9 horas é que o primeiro rodo chega ao fim, e após comer a farofa preparada pela esposa é que se dá o segundo rodo para colher o látex (etapa 1). Por volta de 13 horas, o látex é trazido para uma espécie de barracão onde acontece a transformação do leite em FDL, procedimento que pode ser explicado da seguinte maneira: o látex é dissolvido em água, sendo que para 10 litros de leite são acrescentados 2 litros de água (etapa 2). Depois, o líquido é coado em uma peneira de inox para retirar as sujeiras e impurezas (etapa 3). Com o látex limpo e diluído, é adicionado o conservante que evitará a contaminação de fungos e bactérias. Para cada 10 litros de látex, são colocados 100 mL do conservante (etapa 4). Cerca de 800 mL de látex são despejados na bandeja com mais 1200 mL de água limpa (etapa 5). Depois, são acrescentados 100 mL de solução coagulante (N11 - ácido pirolenhoso) que devem ser mexidos com a espátula até

o leite ficar mais grosso (etapa 6). As bandejas são empilhadas e o líquido descansa por um dia (etapa 7).

Na manhã seguinte, retira-se a borracha das bandejas com cuidado, utilizando a espátula de fórmica. Mais água é despejada e o FDL é amassado com a palma da mão para retirar o soro e o excesso de coagulante (etapa 8). Depois que a borracha é removida da bandeja, com o uso da calandra (de 4 a 6 vezes) a manta é afinada (etapas 9 e 10). Quando atinge o diâmetro correto, leva-se o FDL para secar no varal por 5 dias (etapas 11 e 12). No quinto dia, as mantas são retiradas do varal e empilhadas (etapas 13 e 14).

De dois em dois meses, a caminhonete da AMOPREAB vai às colocações e retira a produção de FDL. O produto é enfardado e na frente do saco coloca-se o nome do produtor (etapas 15 e 16) (ver FIGURAS 4 e 5). Quando a caminhonete retorna à sede da AMOPREAB, os sacos são pesados (em média com 10 kg), e na ficha de cada produtor é anotado o peso total e quanto será pago. O seringueiro precisa ir até Assis Brasil para receber o seu recibo e o pagamento. No ano de 2016, o quilo do FDL valia R$ 11,20.

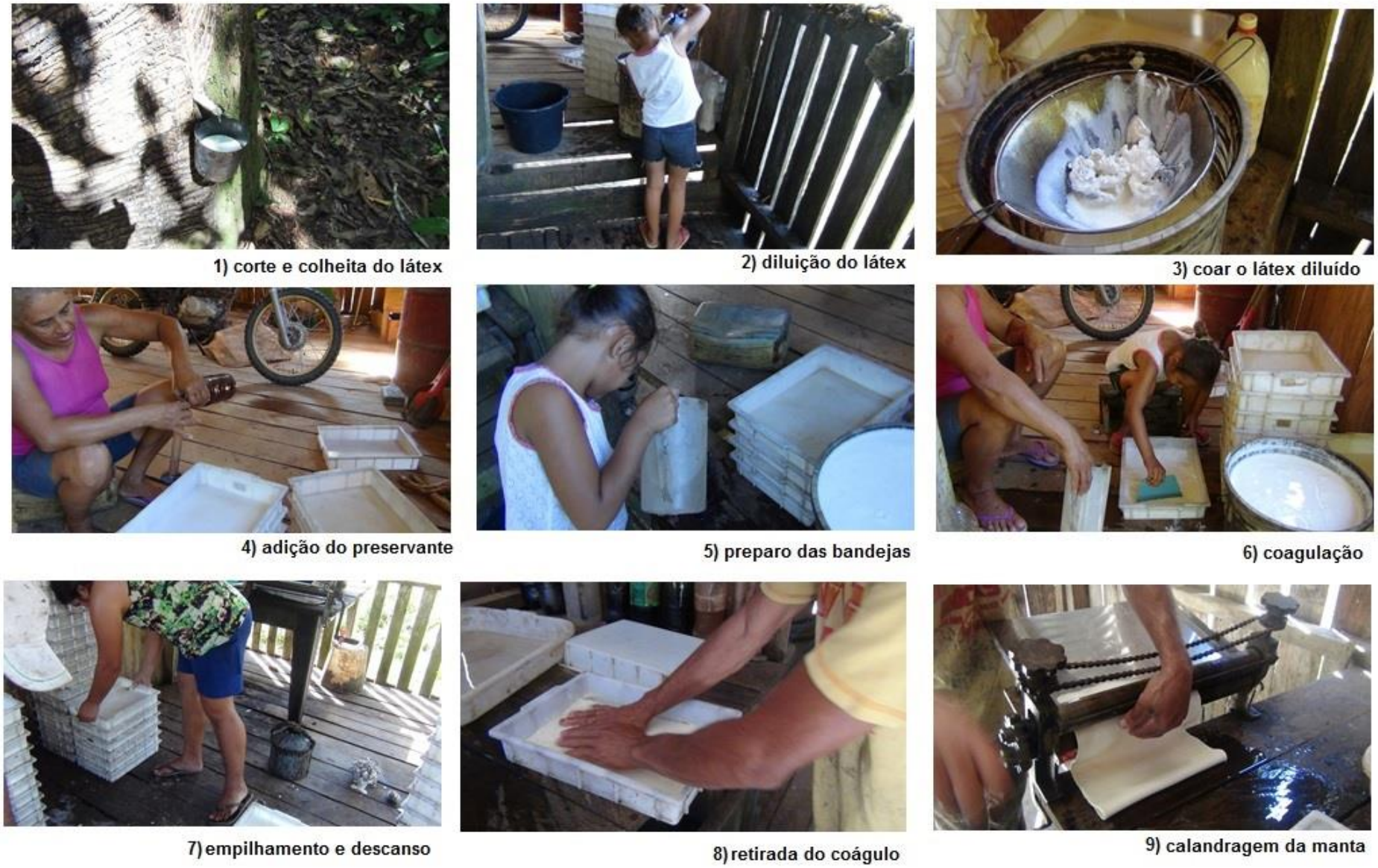


Figura 4: Etapas de produção do FDL. Fotografias tirada por P. C. R. Perez em 2016. Org.: PEREZ (2017).

Figura 4: Etapas de produção do FDL. Fotografias tirada por P. C. R. Perez em 2016. Org.: PEREZ (2017).

No caso do CVP (que também tem o nome de prancha), a sua produção se assemelha à do FDL até a fase do recolhimento do látex. Técnica rudimentar (em comparação ao FDL), no CVP o leite é trazido para o barracão, onde o látex é colocado em uma caixa de madeira e o leite da gameleira[410] é posto para coagular. Depois de alguns minutos, o líquido é prensado. O CVP fica na caixa de madeira até secar (FOTOGRAFIAS 55 e 56).

Fotografia 55: Prensa de madeira para a produção do CVP. Fotografia tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 56: Dem, morador da RESEX Chico Mendes, com a sua produção de CVP. Fotografia tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Os que não foram contemplados com kits produzem o CVP - como é o caso de Dem, que está na fila de espera desde 2014. Com menor preço em relação ao FDL, paga-se R$ 4,30 o quilo da prancha. No Núcleo de Base da Divisão, na RESEX Chico Mendes, há uma pequena cantina que recebe a produção de borracha, vendida posteriormente para a COOPERACRE. Nessa cantina, a produção é pesada e o recibo pode ser feito com o valor a ser pago ou com produtos pelos quais o seringueiro possa trocar a borracha[411]. Se quiser receber dinheiro, o camponês vai para a cidade de Assis Brasil com a nota em mãos e retira a quantia esperada na AMOPREAB. De acordo com Dem, no ano de 2015 foram arrecadados na cantina cerca de 970 kg de prancha.

A procura por CVP diminui cada vez mais. Segundo o seringueiro, que prefere trocar a borracha por produtos na cantina, a mercadoria vale mais nesse

---

[410] A gameleira é uma árvore nativa da qual se extrai uma seiva com propriedades coagulantes, que servem para transformar o látex em CVP.

[411] A cantina da Divisão é da AMOPREAB, e lá é possível trocar CVP por mercadorias como alimentos, itens de higiene e para a casa.

sistema de troca do que em sua conversão para dinheiro. A produção da prancha é menos trabalhosa e mais rápida do que o FDL, porém o seu preço é muito menor. Ao perguntarmos por que Dem produz o CVP, ele nos explicou que está numa situação muito delicada: sua esposa tem problemas na visão, ele não possui cabeças de gado e não tem castanhas em sua colocação, três razões que o levam a trabalhar com a borracha, mesmo que ela valha tão pouco no mercado.

As famílias que produziam o FDL contam que no ano de 2015 faltaram agentes químicos, e que por isso durante quatro meses elas não produziram borracha. Segundo essas famílias, não é possível viver só do corte da seringa, embora o preço pago seja melhor do que o valor pago pela NATEX (R$8,70/Kg).

Diferente da péla, a produção de FDL não toma o dia inteiro das famílias. Aquelas que dividem o trabalho (como é o caso de Demétrio e Chica) conseguem conciliar a borracha com outras atividades como cuidar da casa, dos animais, da roça e etc. No período do corte da seringa, as famílias também não vão para as estradas todos os dias: elas alternam entre o dia de cortar, colher e dar início às primeiras etapas do FDL. No outro dia, opta-se por não trabalhar nas estradas, para poder ir para o roçado no período da manhã e realizar as etapas de calandra e a disposição das mantas no varal à tarde. Isso ocorre porque o trabalho na roça tem que ser realizado no início do dia, quando o sol ainda não esquentou. Atualmente, uma família trabalha com a extração do látex por no máximo seis a oito meses - ou seja, metade de um ano agrícola.

A cadeia produtiva da castanha vem sendo apontada uma das principais fontes de renda para as famílias da RESEX Chico Mendes. Não sabíamos qual era o impacto dessa árvore na renda familiar local, mas após entrevistas com tecnocratas de Rio Branco decidimos investigar melhor essa questão: é possível dizer que a extração da castanha cumpre o mesmo papel da borracha?

Segundo os camponeses da floresta, a dispersão da *Bertholletia excelsa* era mais frequente em áreas de chapadões mais distantes das várzeas com solos argilosos[412]. Com uma produção muito instável, uma castanha, para “carregar bem” – ou seja, produzir muitos ouriços – depende de agentes polinizadores como abelhas nativas e solitárias (por exemplo, a mamangava).

[412] Os estudos científicos também apontam as mesmas questões (ANDRADE, 2016).

Outro aspecto importante é a presença das chuvas no período de floração: se o verão for muito rigoroso, é provável que a safra seja comprometida.

Nos últimos anos, a renda da castanha foi se tornando cada vez mais importante na unidade familiar. Em muitos casos, o “dinheiro da castanha” é gasto ao longo do ano, sendo que a lógica do sistema de aviamento é recriada na forma de marreteiros que trabalham para a COOPERACRE, para a Tahuamanu e para Riberalta (as duas últimas são bolivianas) e que fornecem um adiantamento antes da safra. Esse é o caso da COOPERACRE, que desde 2003, consegue recursos do PAA e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) através do mecanismo de Compra Antecipada (CPR Alimento).

Entender o ciclo da castanheira é essencial para prever a safra e para calcular quanto dinheiro pode ser solicitado ao marreteiro. Entre junho e julho as árvores trocam as folhas, e quando ocorre a “florada” é possível estimar a produção de castanhas. A frutificação da *Bertholletia excelsa* apresenta “um ciclo de 15 meses, e a sua floração ocorre antes da queda dos frutos da floração anterior, e isso determina as alternâncias de safras abundantes e safras reduzidas” (ALMEIDA, 2016, p.41). De acordo Almeida (2016), cerca de 40% das flores da castanheira podem se transformar em ouriços.

Segundo Emperaire e Mitja (2000) e Andrade (2016), as manchas das castanheiras ao longo da Amazônia são objeto de estudo científico. Existem duas grandes explicações para a atenção dada a elas: uma é levantada pelo biólogo Carlos Peres (*apud* Andrade, 2016), que explica que há animais como a cotia (*Agouti paca*) que têm o hábito de comer castanhas (elas abrem os ouriços com os dentes) e enterrar algumas para consumi-las depois. A hipótese é de que essas amêndoas consigam germinar e florescer.

A outra hipótese - que vem sendo apontada por diversos pesquisadores - se ampara na ideia de que o homem é um agente produtor da natureza.

Vamos destrinchar melhor essa questão: muitas das manchas de castanheiras estão em áreas de sítios arqueológicos, cujos solos têm altas taxas de materiais orgânicos conhecidos como Terra Preta de Índio (TPI).

Posey (*apud* Emperaire e Mitja, 2000), ao estudar os índios caiapós, percebeu que eles tinham o hábito de plantar as castanheiras em áreas de clareiras. Ora, essa tradição é mantida na RESEX Chico Mendes, onde pudemos

constatar que as árvores são plantadas em áreas onde há uma maior incidência de luz[413].

Os castanhais que estão presentes nas colocações estão dispostos em piques de castanhas (caminhos abertos em meio à floresta, que podem partir de varadouros, varações ou da clareira que sedia o terreiro). Ao contrário da época em que o extrativismo do látex era praticado por boa parte das famílias, os piques são caminhos menos utilizados que as estradas de seringa – isso porque o extrativismo da castanha é feito em um período de dois meses, muito menor do que o período de extração do látex.

Os piques variam de acordo com o tamanho, a forma e o número de paus (castanheiras). No Seringal Albrácia, em Xapuri, vimos no inverno de 2017 (enquanto acompanhávamos a família de Mir) que há uma delimitação nos piques para marcar os limites entre uma colocação e a do vizinho (no caso, Gerson).

Existem estradas de seringas que foram nomeadas pelos seringueiros. Não é tão comum nomear piques de castanha, entretanto Mir chegou a nomear o seu como “toca de tatu” devido à presença do animal (ainda é cedo para afirmar, mas talvez o aumento pela demanda de castanhas torne essa prática de dar nomes aos piques mais recorrente).

É no período do inverno que a coleta e a quebra da castanha ocorrem. As primeiras precipitações de novembro vão fazer com que os ouriços se depositem no solo entre os meses de janeiro e fevereiro. Nessa época, os pesados frutos desprendem-se dos galhos e caem a dezenas de metros de altura, enterrando-se na terra molhada pelas chuvas[414].

Em janeiro, período em que as crianças e adolescentes estão de férias, as famílias vão realizar as limpezas dos piques. Segundo a tradição prescreve, somente após o dia 21 de janeiro - dia de São Sebastião - é que se pode quebrar a castanha, ou seja, retirar as amêndoas dos ouriços.

Atividade familiar, a coleta da castanha é dividida em duas etapas: a primeira consiste em buscar e reunir todos os ouriços que estão nos pés das castanheiras. Dá-se o nome de “ruma” às pilhas com as castanhas encontrados

---

[413] Essa discussão sobre a produção histórica da floresta está melhor detalhada no capítulo dois.
[414] Entre dezembro e janeiro, é muito perigoso andar na mata bruta por causa da constante queda dos ouriços.

na mata. A quebra vem logo em seguida: a família se reúne ao redor da pilha de ouriços e, com o auxílio do terçado, apoia as pequenas bolas em um pedaço de madeira até as amêndoas saírem. Por último, as castanhas são colocadas em um saco de fibra para serem levadas até outro lugar do pique, onde serão retiradas com o auxílio de um burro alguns dias depois (FIGURA 6). Segundo Manoel Targino, uma lata de castanha (com cerca de 10 kg) tem em média de 60 a 90 ouriços.

Dependendo do método escolhido pelos camponeses, é possível ter algumas variações entre essas duas etapas. Mir e sua família preferem reunir os ouriços de um único pique e depois quebrá-los. Já Gerson, por ter menos piques, opta por fazer as rumas nos caminhos e executar depois a quebra da castanha. Também existe a possibilidade de juntar e quebrar os ouriços de uma única castanheira, fazendo o mesmo com todas castanheiras de um pique, uma a uma. A opção será realizada de acordo com a distribuição espacial das *Bertholletia excelsa* e com a quantidade da produção. Após o ouriço ter sido quebrado, as castanhas são “puxadas” da mata por burros e são armazenadas no paiol.

1) Ruma com os ouriços 2) Quebra da castanha 3) Família de Mir reunida na ruma quebrando a castanha

4) castanhas no sacos de fibras 5) castanha ensacada 6) transporte da castanha 7) sacos de castanhas guardados na mata

Figura 6: Etapas da quebra da castanha. Fotografias tiradas por P. C. R. Perez em 2017. Org.:PEREZ (2017)

Pensando na ideia de Mauro Almeida (1992) sobre as casas-ampliadas, observamos que no caso de Mir há alguns elementos para refletir sobre a sua dinâmica. Na semana em que moramos em sua casa, estavam presentes (além de sua esposa e das três filhas) seus dois sobrinhos, seu cunhado e sua irmã. A ideia era que o grupo repetisse a coleta de castanhas na colocação de sua irmã, Nazaré. Quando isso aconteceu, houve a troca de dias entre os parentes e cada casa ficou com seu rendimento da castanha (alguns pais chegam a retribuir a ajuda com uma parte da renda em castanha; isso geralmente acontece quando o filho já está adulto).

Existem algumas pessoas que, na época da castanha, trabalham "de meia" – ou seja, trabalham para conseguir metade da coleta. Esse é o caso de Mauro, que ajuda o amigo Osmarino Amâncio Rodrigues numa colocação tida por ser "boa de castanha". Apesar de ser menos frequente, também há casos de pagamento de diária na coleta de castanha.

As colocações que tiram pelo menos cinco latas de castanha[415] destinam quase toda a sua produção para o comércio, e só uma pequena parte é destinada para o consumo familiar. As amêndoas geralmente são consumidas no inverno, quando elas são retiradas dos paióis e descascadas. Os pratos preparados com o leite da castanha também são muito apreciados. Entre os alimentos que podem ser preparados com o leite da castanha, estão as carnes de caça ou de criação, o pão de milho e o mingau de banana. Na hora da merenda, muitos consomem duas amêndoas cruas.

Em 2016, a safra atingiu 500 mil latas. De acordo com Manoel Targino, estimava-se que no ano seguinte conseguiriam no máximo 200 mil latas de castanha. Quando realizamos as entrevistas com as famílias produtoras da RESEX Chico Mendes, o preço da lata no início da safra era R$30,00; no final, no mês de abril, ela já custava R$ 50,00. No inverno de 2017, o seu preço havia mudado para R$ 40,00 e a previsão era de que ela fosse vendida por até R$60,00.

Embora o preço da lata fosse atrativo, uma grande parte das castanheiras sequer "carregou" no inverno de 2017, como foi o caso de Coró. Acostumado a quebrar cerca de 60 latas, naquele ano tirou apenas cinco latas de castanha de

[415] Existem colocações que chegam a produzir de 300 a 400 latas. Ouvimos relatos de seringueiros que vieram da Bolívia e conseguiam quebrar até 1000 latas de castanha.

seus piques. As explicações para a redução da produção - dadas por Manoel Targino - eram que o verão do ano anterior tinha sido muito rigoroso, e que os agentes polinizadores haviam sido prejudicados pelo manejo comunitário madeireiro, além da idade avançada das castanheiras (seu ciclo de produtividade oscila de 4 a 5 anos).

Almeida (2016) aponta para um aspecto importante em relação ao extrativismo da castanha. Ele relata que com o aumento do mercado e da demanda por castanha, as famílias passaram a cavar mais no solo em busca de amêndoas e ouriços – o que acabou sendo um problema, pois é importante que algumas amêndoas adubem a terra para que cresçam novas castanheiras. Segundo essa fala – que vai ao encontro da explicação dada por Manoel Targino - as árvores mais antigas possuem uma diminuição na produção de novos ouriços.

Sobre a comercialização da castanha, notamos a recriação de alguns elementos do sistema de aviamento: a compra da castanha pelas grandes empresas peruanas, bolivianas e pela COOPERACRE envolve uma rede de marreteiros em diferentes níveis, sendo que a cada nível uma quantia de “bônus” é paga para o atravessador.

Tudo começa no chão da floresta, onde os camponeses juntam e quebram a castanha. Depois de armazenar o produto em sacos no paiol, precisam escolher para quem devem vendê-lo - algumas famílias estão associadas a entidades como a AMOPREX, a AMOREAB e a AMOPREAB. Todas essas associações de moradores da RESEX Chico Mendes são integrantes da COOPERACRE. Só que existem pequenos marreteiros (alguns deles, aliás, são moradores da RESEX) que realizam as operações de compra, venda e adiantamento do dinheiro dentro do espaço da colocação.

Vejamos o caso de Mir. O camponês é morador do Seringal Albrácia, onde atua como intermediário de Raimundo de Barros – outro morador da RESEX Chico Mendes e liderança histórica no movimento dos seringueiros. Na comunidade Rio Branco (onde Raimundão mora) existe um barracão de castanha da COOPERACRE ao qual os moradores do Seringal Albrácia recorrem quando precisam de dinheiro adiantado, onde são orientados a falar com Mir. Segundo Manoel Targino, em uma operação de transporte (controlado por Raimundo de Barros) até as usinas de beneficiamento da castanha da

COOPERACRE – uma em Xapuri, a outra em Rio Branco - Mir recebe R$2,00 por lata intermediada, enquanto Raimundão e a AMOPREX recebem R$2,00 e R$1,00 pela lata.

No caso das empresas bolivianas e peruanas, o sistema de intermediários é muito parecido embora não haja a presença das associações de moradores. Como funciona, então?

O camponês da floresta vende para um atravessador que trabalha nas fábricas de castanha situadas em áreas fronteiriças. Esse é o caso de Macaxeira, morador do Seringal Humaitá, cuja colocação funciona como uma espécie de venda em que se pode comprar e trocar castanhas por mercadorias como alimentos industrializados e botijão de gás. O marreteiro compra as latas para os bolivianos da Tahuamanu e recebe a bonificação de R$4,00 por lata vendida para um outro atravessador, este de origem boliviana, que entrega a produção em Cobija. Também existem atravessadores bolivianos e peruanos que dirigem suas caminhonetes até as colocações para comprar as castanhas, e depois as vendem para as usinas.

Muitos camponeses já têm sua produção comprometida com os atravessadores por causa do dinheiro antecipado que receberam. Nesse caso, é combinado um preço pago pela lata de castanha - nas safras de 2016 e 2017, o valor pago pela COOPERACRE era R$40,00/lata - e o camponês entrega a sua produção de acordo com a dívida contraída. Se a família possuir um excedente, as latas são vendidas conforme o preço de mercado. A existência de dívidas contraídas na rua também pode ser amortizada com a extração da castanha. Como Coró nos explicou, saber como funcionam os ciclos da natureza ajuda a estimar quanto dinheiro pode ser adiantado e a evitar dívidas muito altas.

As colocações de mais difícil acesso têm sua produção “puxada” no início do verão, momento em que as caminhonetes voltam a trafegar na RESEX Chico Mendes. Normalmente é nesse período que chega o dinheiro das latas, e quando o preço da passagem diminui (a partir de maio) as famílias aproveitam para ir para a cidade.

Percebemos em campo que não são todas as áreas da RESEX Chico Mendes que possuem castanheiras ou castanhais produtivos[416]. Vimos ainda

[416] Na região de Assis Brasil, há áreas que possuem castanheiras que não dão ouriços, e existem áreas como o Icuriã da Margem que não há a presença de castanheiras e seringueiras.

que a *Bertholletia excelsa* não rende uma produção constante, como ocorria com as seringueiras “zeladas” (*Heveas brasiliensis*). Mesmo que o preço e a demanda pelas castanhas venham aumentando nos últimos dez anos nem todas as famílias costumam “fazer um bom dinheiro” com as safras porque os seringueiros se baseiam na diversidade de práticas agroextrativistas, e não em sua especialização. Nesse sentido é que defendemos que o discurso tecnocrático deve ser relativizado, pois o governo propõe que as famílias operem como *Hommo economicus* neoclássico sendo que os camponeses estão apartados dessa lógica.

Para as famílias camponesas, o bem-estar dos seus membros vem em primeiro lugar. Por mais difícil que seja obter as mercadorias para o suprimento das colocações, ainda é preferível reduzir o consumo de produtos externos do que sobrecarregar os membros de uma colocação com dívidas – até porque, para os camponeses da floresta, a contração da dívida é vista como uma vergonha (entre as histórias contadas está a de Neves, cujo pai contraiu uma dívida tão grande que a família inteira precisou trabalhar exaustivamente para ajudá-lo no inverno de 1987).

Embora não possamos ignorar o mercado, a relação entre sociedade e natureza ainda não foi completamente atravessada pela sua lógica. As famílias camponesas continuam adotando práticas de baixo impacto como forma de dar continuidade à sua reprodução social, e até hoje os conhecimentos sobre os ciclos da natureza são passados para os mais novos.

O que fomos percebendo é que não dá para cristalizar no tempo e no espaço esses sujeitos sociais, como os tecnocratas do ICMBio e do IBAMA fazem com frequência. Também não podemos cair na falácia da leitura “modernizadora” promovida pelos órgãos estatais e pelas ONGs.

Como nos lembra Moura (1988a, p,19):

> Se, diferentemente dos demais meios de produção, a terra não é reprodutível, por que então o camponês permanece nela sem que a lógica capitalista demande sua completa expropriação? Esta questão não se explica quando se diz que o campesinato passa a se articular com o sistema econômico mais forte. Ocorre que o camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer e, de outro é resultado do próprio capitalismo que não o extingue.

Sempre com muita luta e resistência, o campesinato e sua forma de produção da natureza se transformam conforme a necessidade econômica.

Apesar de serem afetados pela lógica de mercado, os camponeses até hoje fazem uma leitura crítica de sua condição e da sociedade. Nos próximos itens, esmiuçaremos como os novos projetos do governo do estado do Acre provocam *estranhamentos* nos moradores da RESEX Chico Mendes ao proporem uma produção capitalista da natureza.

Notas sobre o *lócus* da reprodução social

Em um primeiro momento, a colocação se caracterizou pela economia da borracha. Foi a falência dos patrões que abriu precedentes para a incorporação de outras práticas agroextrativistas que modificaram o modo de vida dos seringueiros e levaram à constituição do "camponês da floresta". Mas o seringueiro não foi o único a mudar. Nesse processo, a colocação, a produção da natureza e a territorialidade também foram recriadas.

Até hoje o Estado tem dificuldade para entender[417] que o espaço-tempo da colocação nunca foi algo cristalizado e estático, e que as mudanças nas relações sociais dentro da colocação possuem também uma expressão material. Almeida (1992, p.302), ao analisar a colocação e a relação entre as casas ampliadas, abordou o seu caráter dinâmico:

> As pessoas crescem, um território pode sofrer mudanças ou ser substituído por outro quando as casas se movem, os objetos são usados e substituídos e as ideias são transmitidas, inventadas e abandonadas. Uma forma persiste, incorporou casas reais que emergem, se expandem para casas ampliadas e morrem, através de constantes atos de trabalho[418].

A luta seringueira foi pioneira em evidenciar os limites da concepção cartesiana e racionalista que se opunha à reforma agrária com argumentos fundados na propriedade privada. Foi, ainda, crucial para desconstruir a ideia de que a floresta amazônica era um "santuário intocado". Os seringueiros

---

[417] Antes ele intervinha por meio do IBAMA. Hoje, o órgão ambiental que fiscaliza a atividade de extração é o ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

[418] No original: "People grow, a territory may undergo changes or be substituted for another when houses moves, objects are used up and replaced, and ideas are transmitted, invented and abandoned. A form persists, embodied un real houses that emerge, expand into macro-houses and die, through repeated acts of labour".

assumiram a diferença, mostraram que o território era habitado e reivindicaram o reconhecimento de outros estatutos fundiários.

A questão que notamos é que o processo de institucionalização e concretização da Reserva Extrativista - como uma política de reforma agrária e conservação ambiental – evidenciou o papel do Estado e de outros sujeitos sociais (como mercado e as ONGs) como produtores do espaço e da natureza[419].

A produção de uma fração do território como espaço da conservação ambiental e da reforma agrária provocou mudanças na colocação. Nota-se que houve uma alteração na forma de ocupação do território. A crise da borracha experimentada nos últimos vinte anos, o fim das relações sociais com o patrão e o acesso aos serviços básicos de cidadania (como educação, energia elétrica, acesso aos ramais) financiados pelo Estado e por bancos, produziram mudanças na Unidade de Conservação e em suas colocações.

Á medida que estradas e ramais eram abertos, as famílias que moravam nas áreas mais isoladas e nas margens passaram a migrar para o centro[420], que era mais próximo dos núcleos urbanos. Esse foi o caso que observamos no Icuriã da Margem, onde boa parte das famílias decidiram migrar para outras colocações (vazias ou de parentes) que não estivessem tão isoladas.

Além dos ramais, a RESEX Chico Mendes também ganhou eletricidade. Ainda são pouquíssimas áreas que têm acesso à energia elétrica, mas são lugares que também concentram escolas e os equipamentos de beneficiamento da produção agroextrativista. Na RESEX Chico Mendes, as “comunidades polos” tornaram-se áreas de atração para as famílias.

O Núcleo de Base da Divisão, no Seringal Icuriã, é um exemplo (FOTOGRAFIAS 57 e 58). Originalmente era a colocação Divisão, que no início dos anos 1990 foi comprada pela AMOPREAB. Nessa localidade existe a Escola

---

[419] Não estamos dizendo que o Estado e o mercado não eram produtores do espaço e da natureza no Seringal antes da criação da RESEX. Trata-se de apontar que a criação de políticas públicas evidenciou o papel desses dois sujeitos sociais.

[420] No caso da REAJ, o movimento de migração das famílias foi o oposto. O acesso aos seringais é por meio do transporte aquático. Para as famílias conseguirem ir ao município mais próximo, Marechal Thaumaturgo, com uma maior facilidade migraram do centro para a margem. A partir dos anos 1990, formou-se uma Vila de Restauração (na bacia do Rio Tejo) com mais de cem casas, para mais informação recomendamos consultar Rezende (2010, 2016).

Municipal Faixa Verde, cujo número de alunos matriculados (cerca de 150) é o maior dentro da RESEX Chico Mendes.

Fotografia 57: No Núcleo de Base da Divisão, observa-se o ônibus escolar na frente da Escola Municipal Faixa Verde. Fotografia tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 58: As casas das famílias dos alunos que frequentam a Escola Municipal Faixa Verde no Núcleo de Base da Divisão. Fotografia tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Para as crianças e adolescentes estudarem, muitos pais construíram uma casa onde eles se instalam e vivem durante o período letivo, que vai de abril a novembro. Nesse período, cada família tem um sítio para plantar e criar galinhas nos pequenos terreiros. Quando o ano letivo é finalizado, as famílias retornam para as suas colocações de origem.

O caso da Cemintumba, no Seringal Sibéria, que fica em Xapuri, também é muito parecido com o da Divisão. Nessa localidade há uma escola municipal onde funcionava o núcleo de coleta do látex da NATEX. É o único lugar da região que possui energia elétrica. O mesmo acontece na Comunidade Rio Branco, que era uma colocação com quinze estradas e hoje é povoada por cinco grandes famílias. Nesse local há luz elétrica, ramal, escola, galpão de armazenamento da castanha, uma grande casa de farinha e peladeira.

Essas comunidades também são atrativas devido à oportunidade de emprego: vários professores e funcionários da escola são pessoas que nasceram na RESEX Chico Mendes.

Como já enunciamos, a forma dessas ocupações se assemelha aos sítios amazônicos. As casas são muito próximas, dispostas em um formato de semicírculo, com áreas de roças (também chamadas de sítios, como

encontramos na Comunidade de Nazaré, situada às margens do Rio Madeira, em Rondônia) mais distantes.

Com a presença da energia elétrica, assistimos à incorporação de novos costumes, padrões de consumo e de uma estética que remete ao urbano. Destacar que o campesinato aderiu a alguns hábitos urbanos não equivale a dizer que eles estão se aculturando – reconhecemos que uma das características dessa classe é justamente a forma particular com que ela se apropria de elementos exteriores ao seu universo, chegando até a subverter os seus usos urbanos (lembremos da geladeira, que não é usada para armazenar refrigerantes, sucos e alimentos cozidos, mas sim a carne de caça, dado o trabalho para consegui-la)[421].

Hoje as famílias ocupam uma área menor e têm de dar continuidade a atividades vitais como a agricultura, o extrativismo e a caça[422], mas não podemos partir do pressuposto de que as comunidades são comuns a todas. Nosso propósito é mostrar que a reprodução social também se expressa no entorno: de acordo Celso Custódio, do Seringal Rubicón, é possível imaginar um futuro em que o espaço da colocação chegue a lembrar um assentamento nos moldes do INCRA.

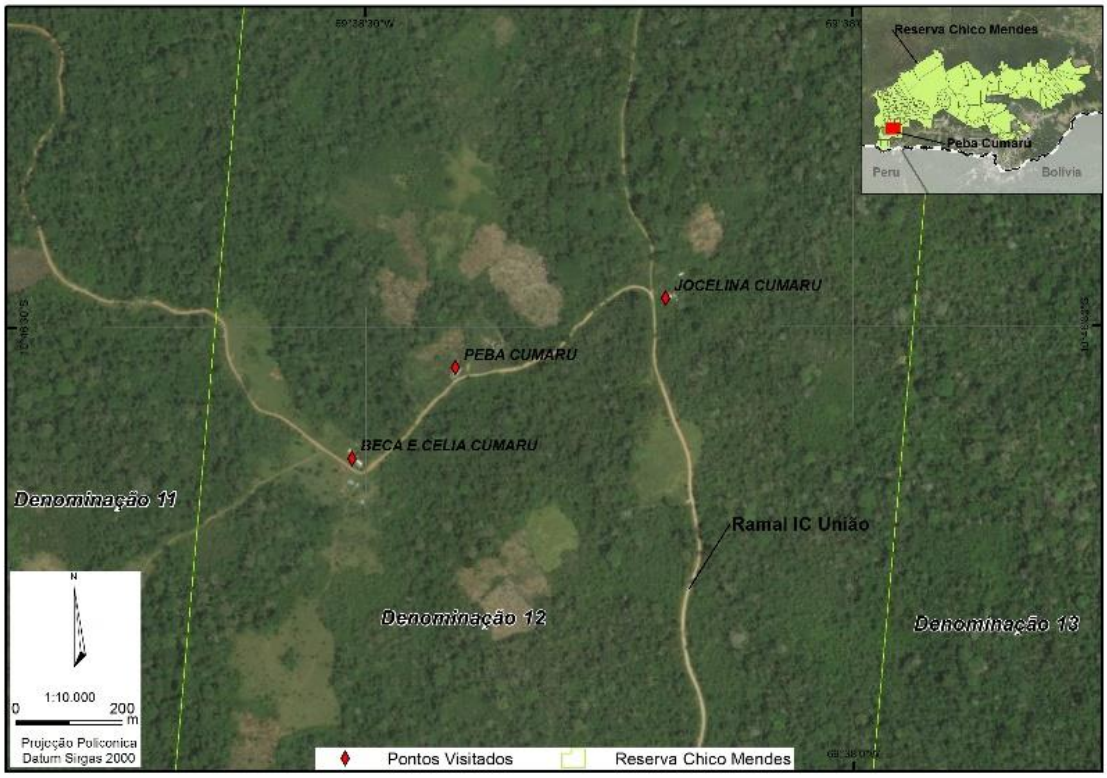
As famílias que se mantiveram em suas colocações levaram suas casas para mais perto do ramal. Antes, para acessar uma colocação era preciso caminhar por um estreito varadouro até chegar em uma pequena clareira onde se encontrava o terreiro junto da casa.

---

[421] Na cidade de Rio Branco, ouvimos de um tecnocrata do governo que “onde a energia elétrica chega, a Florestania sai pelas portas dos fundos”. Com isso, entendemos que a incorporação de hábitos modernos e urbanos pressupõe práticas antiecológicas.

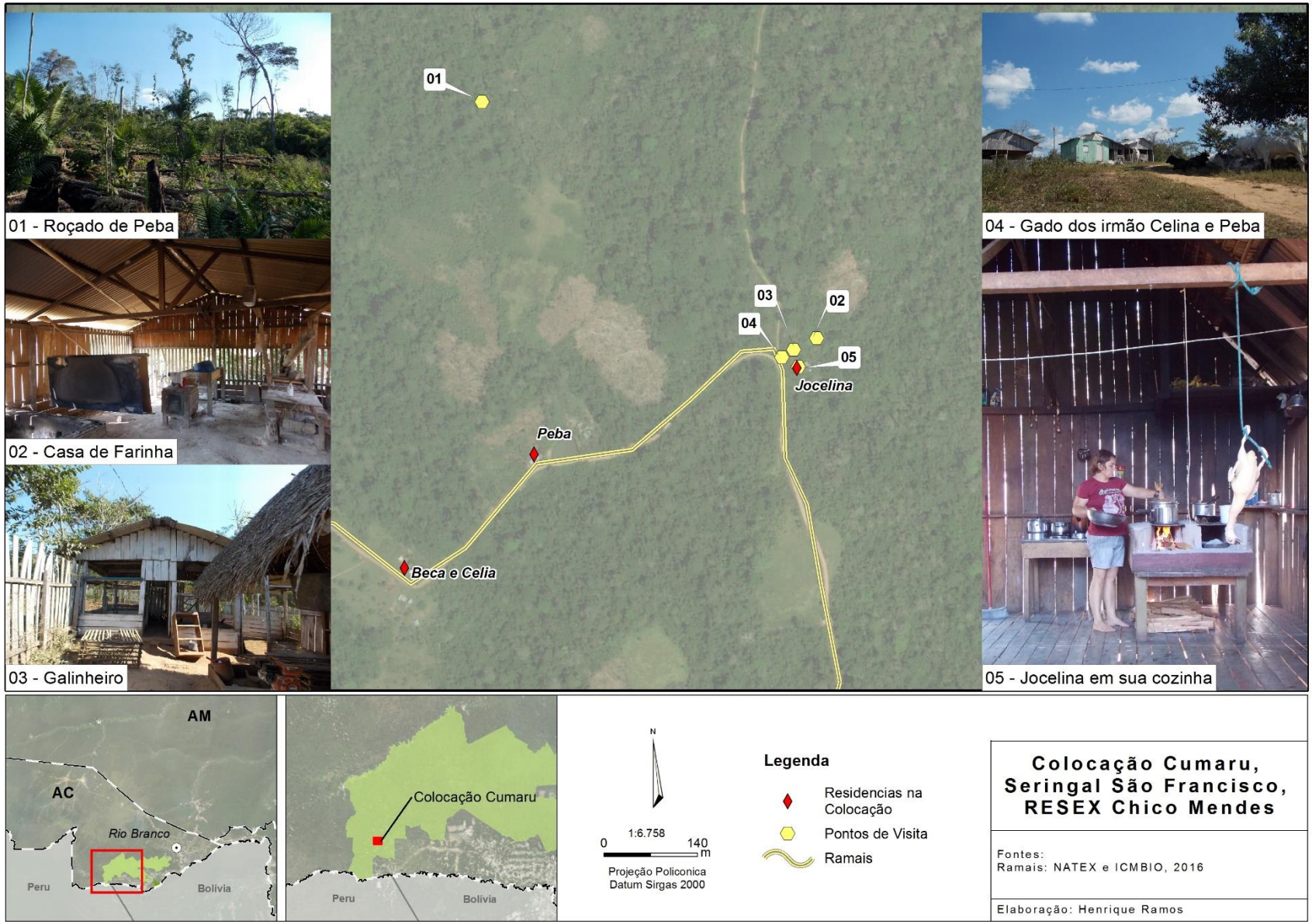
[422] No artigo 14 do Plano de Utilização está escrito: “Cada família só poderá ter uma colocação. É considerada uma colocação uma unidade com o mínimo de duas estradas de seringa de no mínimo 200 hectares. Cada estrada de seringa deve ter no mínimo 100 árvores de seringa”.

Tomamos como exemplo a colocação Cumaru (MAPAS 7 e 8), onde estão alocadas três numerosas famílias. Antes as colocações tinham muitas estradas, que foram se bifurcando ao longo do tempo. Atualmente, cada família tem três estradas de seringa e áreas próprias de roçado onde podemos ver castanheiras que quase não são usadas, pois as árvores da região têm uma pequena produção[423]. Nenhuma delas produz borracha. Sua subsistência vem basicamente da agricultura e da criação de animais como galinha, patos, porcos e gado.



Mapa 7: Localização da Colocação Cumaru, Seringal São Francisco, RESEX Chico Mendes.

[423] Em nossa pesquisa notamos que os Seringais Icuriã, Paraguaçu, São Francisco e Barra não possuem castanhais produtivos. Sendo assim, as famílias não contam com a renda da castanha.



Mapa 8: A ocupação familiar e a infraestrutura na Colocação Cumaru, Seringal São Francisco, RESEX Chico Mendes.

As casas na Colocação Cumaru encontram-se uma ao lado da outra, à beira do ramal. Os familiares dividem uma casa de farinha, a roçadeira e o galinheiro construídos com recursos do PDC.

A sucessão da terra é uma questão para os membros dessa colocação[424], pois o número de parentes que a ocupam tem aumentado com o passar dos anos. Segundo Dercy Teles, esse não é um problema localizado: as colocações que ficaram de fora da Reserva também sofrem com a fragmentação e a sucessão da terra – esse é o caso da Pimenteira (MAPA 9), a colocação pertencente ao Seringal Floresta passou a se fragmentar após a morte de seu chefe de família. O irmão mais velho, Pedro Teles, decidiu vender parte de suas terras, as quais foram vendidas pelos compradores para outras famílias. Esse processo de divisão das terras gerou grandes conflitos com os outros irmãos, entre eles Dercy, por não estarem de acordo com a entrada de novos moradores. Atualmente, existem cinco grandes famílias, cada uma com sua "colônia", morando no local.

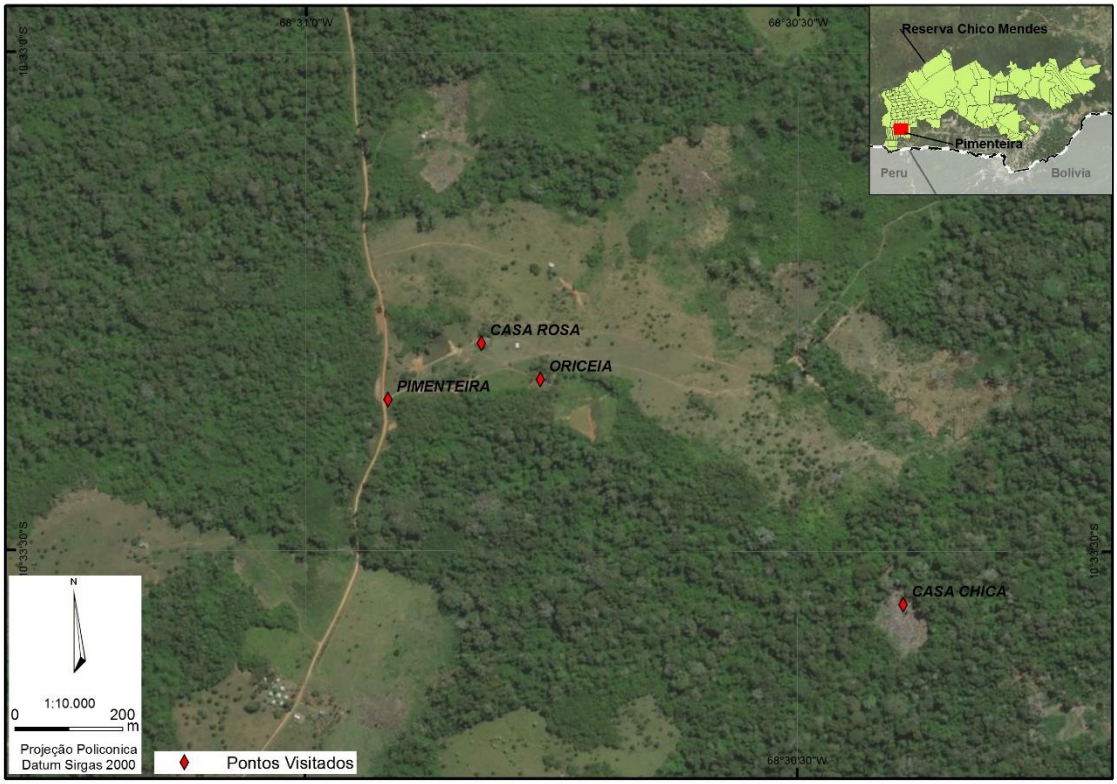
Pelo Plano de Utilização, a unidade de terra não é passível de divisão pois previa-se que a usufruindo de pelo menos duas estradas de seringa a família garantiria as condições para a sua reprodução social. Vender uma área para pessoas de fora pode ser entendido como uma infração do artigo 14, que delimita a área mínima da colocação. Por isso, novos moradores são tidos como "agregados"[425] e não possuem os mesmos direitos[426] que os usufrutuários (no caso, os chefes de família).

---

[424] A questão da terra não é um problema restrito às famílias da RESEX Chico Mendes. Pelo contrário: é uma das contradições das formas aplicadas de reforma agrária sobre as propriedades camponesas. A família cresce, mas a quantidade de terra é pouca. Recomendamos consultar Moura (1978), pois a antropóloga detalha como os direitos consuetudinários baseados em laços de parentesco entraram em conflito com o direito moderno.

[425] Na reunião do Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes realizada no dia 1 de outubro de 2009, o artigo 18 A foi levantado com a seguinte alegação: "A colocação poderá ser dividida com os filhos, que constroem família e não têm pra onde ir respeitando o estabelecido no item 14; havendo a saída dos filhos, será restituída a área para a colocação original. Ocorrendo esta divisão, tem que haver divisão física com definição da área por cada ocupante como uma nova colocação/parcela. Se não houver divisão física considera-se agregado. Deixando a condição de agregado será cadastrado como morador da reserva com nova colocação constituída, sendo homologado pela Associação e inserido no cadastro de moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes". O argumento, entretanto, foi indeferido na ocasião.

[426] Tais como o crédito habitação e a participação nas atividades da associação de moradores e dos núcleos de base.



Mapa 9: Localização da Pimenteira, em Xapuri. Podemos observar o processo de fragmentação da colocação em colônias.

Vale frisar que na RESEX Chico Mendes existem casos de famílias que ocupam áreas menores do que é permitido – ou seja, menos de 200 hectares. O caso de Seu Salim, morador das margens do Rio Acre, pode ser dado como exemplo: Seu Salim passou parte de sua vida trabalhando como meeiro e cortando seringa até conseguir comprar um pedaço de terra equivalente a uma estrada de seringa.

A agricultura também pode interferir no local da colocação, pois as múltiplas práticas que a compõem (como a técnica de corte e queima) levam as pessoas a mudarem de espaço periodicamente. O aumento do tempo dedicado à agricultura e à criação de animais fez com que muitas famílias passassem a chamar suas colocações de “colônia”, o que explica como o seringueiro passou a ser um “colonheiro”. Se a colônia é a pequena propriedade familiar onde se pratica a lavoura branca e a criação de animais[427] (sendo o seu estabelecimento datado desde a imigração dos camponeses do Centro-Sul para os primeiros projetos de colonização no Acre), o “colonheiro”, por sua vez, é aquele que mora[428] na colônia.

[427] Ver Cardia (2011).
[428] Indicativo de que essa classe faz parte do campesinato.

Em nosso entendimento, usar o termo “seringueiro” não foi uma escolha arbitrária, mas parte de uma estratégia de luta: o uso dessa expressão evidencia que há um sujeito social invisível para outras classes sociais, razão pela qual o termo “seringueiro” é visto como uma palavra polissêmica, com um sentido político arraigado no seu uso.

Moura (1988b, p.15) afirma que “no repertório linguístico das sociedades agrárias existe sempre um número expressivo de palavras que se referem a camponês. Através de algumas delas, ele é designado; através de outras, ele se autodefine”. Do ponto de vista linguístico, cabe lembrar que o campesinato se autodenomina ora por meio de nomes regionais (caipira, caiçara, etc.), ora através da relação social que o situa no mundo (os diferentes regimes de propriedade: parceiro, meeiro, arrendatário, etc.), ora através dos bens que ele produz (pecuarista, seringueiro, pescador, etc.)[429]. Assim, se os camponeses da floresta passaram a chamar uns aos outros de “colonheiros”, entendemos que essa mudança pode ser atribuída à crise da borracha e ao aumento das atividades pecuárias na região da Amazônia. Em nossa pesquisa, percebemos que ao longo do tempo o campesinato se recria e se reproduz no seio do modo capitalista de produção.

Conforme vimos no capítulo dois, o conflito das famílias com os fazendeiros causou um *estranhamento* no cotidiano dos seringueiros. Sua resistência em permanecer nas colocações também foi uma resistência “[...] à depredação ecológica, não apenas por amor à natureza, mas também para resistir assim à depredação de seu próprio trabalho” (ALMEIDA, 2012, p.140),

Entretanto, para continuar com a extração da seringa era preciso mais do que a resistência, mas uma política econômica de incentivo à produção local que nunca chegou a existir de modo eficaz: nos últimos 20 anos, todas as políticas voltadas para a produção gomífera se mostraram frágeis. Por isso, durante a crise, quando as famílias tiveram que se recriar, encontrou-se na agricultura e no gado uma saída econômica. Dessa forma, passando mais tempo “sob o sol quente” do que “na sombra da floresta”, os camponeses da floresta começaram a se identificar com uma outra forma de ocupação: a colônia.

Chegamos a visitar o PAD Quixadá, o PDS Floresta e as colônias na fronteira da RESEX Chico Mendes para ver se todas as colocações sofreram essa mudança e

[429] Ver Martins (1986a), Candido (1971).

constatamos que, apesar da incorporação de novos elementos, a reprodução social dentro das colocações combina várias atividades - e algumas continuam sendo na floresta. O que acontece é que o *produto* que insere a família no mercado não é mais a seringa, mas o que advém da agricultura e da criação (por isso a referência ao “sol quente”).

Notamos que muitas dessas mudanças entram em contradição com o Plano de Utilização, que cada vez mais impõe interditos à reprodução social. Inclusive, muitos dos processos de remoção das famílias e multas altíssimas têm a ver com isso: ora são justificados pelo aumento da taxa permitida de desmatamento, ora pela reclamação de que a família dispõe de um número maior de 30 cabeças de gado. Além disso, muitos moradores são autuados por irregularidade fundiária (ou seja, por não terem registro na associação de moradores[430]).

É conveniente justificar essa postura com base em critérios ecológicos. Percebemos que o Estado e as ONGS colocam a questão agrária em segundo plano fazendo uso dessa retórica; basta atentar para as ações do IBAMA/ICMBio nos últimos anos. O que as políticas conservacionistas têm em comum é que todas possuem uma concepção de natureza que nega a sociedade, usando o discurso da preservação e a ideia de que existe uma natureza intocada pelo homem a ser protegida[431].

De acordo com atas das reuniões do conselho gestor da RESEX Chico Mendes (que ocorreram no final de 2008, quando se discutia a Operação RESEX Legal), a conservação ambiental era uma questão prioritária frente à qualidade e ao bem-estar da reprodução social das famílias de seringueiros. Como vimos no capítulo três, as famílias camponesas do Seringal Nova Esperança, Rubicón e Santa Fé foram criminalizadas e expulsas com a desculpa de que elas seriam "prejudiciais à conservação ambiental". É assim que os órgãos estatais se esquivam da função de rever os caminhos da política fundiária e de conservação, como afirma Dercy Teles[432].

---

[430] Nos referimos ao relatório do “Grupo de Trabalho Interinstitucional para apontar alternativas à ocupação irregular: Nova Esperança, Santa Fé, Rubicón, e na Reserva Extrativista Chico Mendes” (2011).

[431] Essa posição do governo em gerir os territórios ocupados por camponeses e indígenas como se fossem “áreas de preservação” não é só localizado na RESEX Chico Mendes. Em sua pesquisa sobre a política de Mosaicos, Bernini (2015) analisa o caso MOJAC (Mosaico do Jacupiranga), gerido pelo IFSP (Instituto Florestal do Estado de São Paulo), e chega a conclusões muito parecidas.

[432] Ao lermos as atas do Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes - entre os anos de 2009 e 2014 - percebemos que os tópicos fundiários como o “ordenamento territorial” são encarados como ambientais. Ademais, quando lideranças de oposição abordam a expulsão das famílias, a questão é rapidamente silenciada.

A sindicalista, em suas ponderações sobre o que poderia estar no horizonte da RESEX Chico Mendes e de suas famílias, disse que o ambientalismo entrou na pauta seringueira para fortalecer a luta pela reforma agrária. Enquanto o Estado e as ONGS fazem um portfólio de serviços ambientais para conseguir recursos de instituições estrangeiras, as famílias vão sendo ameaçadas por esse discurso que põe a reforma agrária em segundo plano.

Entretanto, nos quatro meses que passamos com diferentes famílias acreanas, notamos algo que escapa ao olhar de quem se restringe às chamadas "preocupações ambientais". Em uma manhã de verão, no seringal Paraguaçu, ouvimos de Seu Alternir que "tudo isso [a RESEX Chico Mendes] tem sentido porque é habitada por gente"[433].

A dimensão da reforma agrária, tão incompreendida pelo IBAMA/ICMBio, fortalece-se cotidianamente nas tramas sociais da floresta. A colocação não cumpre somente um papel ecológico. O campesinato se revela no seu papel social, na luta pelo direito de ficar na terra, na recusa a se converter em proletariado. É por isso que, a nosso ver, a criação das Reservas Extrativistas pode ser entendida como uma conquista política.

Por mais que as relações sociais passem por transformações, notamos que luta pela reforma agrária empreendida pelos seringueiros apresenta *resíduos irredutíveis* (LEFEBVRE, 1974), isto é, práticas sociais que não foram anuladas pelas políticas ambientais. A colocação, enquanto unidade familiar, depende de laços sociais que não são pautados por uma lógica econômica liberal, e a sua reprodução possibilitou uma forma específica de produção da natureza. Ela é o lugar dos dramas, das perdas, das conquistas sociais. É lá que casamentos são feitos e desfeitos, é lá que pessoas nascem e morrem, que uma família aumenta ou diminui. A colocação não é um lugar de passagem, mas o espaço da festa ou do encontro[434].

Os forrós são uma festa tradicional muito esperada pelas famílias da RESEX Chico Mendes. Nas festas - sejam elas profanas, ou sagradas - o tempo regular do cotidiano é rompido, pois elas são vistas como um momento de fartura, de descanso e de comemoração da produção agrícola. Mostrar uma mesa farta para os convidados é compartilhar o acúmulo de provisões que só se realizaram a partir de tramas sociais,

---

[433] Entrevista concedida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

[434] Para Lefebvre (1968), a festa é um contraponto ao tempo linear, medido pelo valor de troca. O cotidiano é o momento em que o homem se desencontra consigo mesmo.

fundadas especialmente no parentesco. Convidar alguém para uma festa em uma colocação faz parte de uma estratégia de fortalecimento de laços sociais.

No dia dois de julho de 2016, Mauro completou cinquenta anos com um forró na varanda de casa. Para celebrar a ocasião, o anfitrião matou dois bois e três porcos pensando em fazer um churrasco e chamou um sanfoneiro e um tecladista para animar os convidados. Durante o evento, Mauro concordou em dar uma entrevista e disse que só descobriu a dimensão da reforma agrária no Brasil quando foi expulso das terras bolivianas, em 2009, pelo governo de Evo Morales.

Mauro nasceu em um seringal boliviano e passou boa parte da sua vida na colocação da família Farrah[435] até ser obrigado a cruzar a fronteira. Com a ajuda de parentes, passou os dois primeiros anos na casa de seus tios paternos que viviam no Seringal Humaitá, na RESEX Chico Mendes, quando ficou sabendo que uma colocação no Seringal São Francisco estava vaga e que seu antigo dono tinha falecido sem deixar filhos nem esposa. Com essa informação, decidiu ir à AMOPREB e ao ICMBio para dar entrada ao pedido de posse da terra. Após passar por uma série de constrangimentos (causados pelo órgão), no ano de 2016 Mauro finalmente conseguiu legalizar a permanência de sua família na colocação. Contemplado pela reforma agrária e com uma terra produtiva, para ele, celebrar o seu aniversário também era comemorar o aniversário dos netos que poderiam ficar e usufruir da floresta, o que mostra que para os camponeses a terra e a natureza não são concebidas como mercadorias.

Essa entrevista com Mauro ajudou a clarear de que forma a reforma agrária pode contribuir para as Reservas Extrativistas. Um dos acertos dessa política fundiária está em garantir a continuidade de uma forma de produção não capitalista da natureza, cujas práticas sociais aproximam a teoria com a prática. Além disso, a reforma agrária asseguraria o desenvolvimento das famílias e a existência de uma floresta habitada e socialmente produzida.

Semanas mais tarde, fomos para a casa dos tios de Neves, no Seringal Filipinas. Nosso guia foi o agente de saúde conhecido como Açúcar (Francisco Silva).

No trajeto, paramos na colocação Santo Antônio, situada exatamente no limite do Seringal Filipinas com o Seringal Riozinho, onde fomos recebidas pela jovem

[435] Conhecemos o casal Doraci e Mauricio, ambos nascidos na fronteira entre Brasil e Bolívia, que também foram expulsos dos seringais da Família Farrah pelo governo de Evo Morales. Os dois atualmente moram no Seringal Filipinas, situado na RESEX Chico Mendes.

Audelina e seus seis pequenos filhos. Percebemos que era ela (uma mulher) a chefe de família. Durante a entrevista, a camponesa contou sua história: ao abandonar a casa, em meados de 2016, o marido levara dezessete cabeças de gato e a deixara em uma situação tão difícil que ela nem conseguira trabalhar na roça. Esse havia sido um ano agrícola com muito pouco o que colher – "só algumas macaxeiras de roça de dois anos", disse, enquanto passava um café – e ela não tinha condições de ir até a cidade buscar mantimentos, pois recebia apenas R$524,00 de Bolsa Família e só o transporte de ida – ou seja, até a cidade – custava R$ 200,00.

Sabendo disso, os vizinhos decidiram se mobilizar para ajudar Audelina: nos dois dias que passamos com a camponesa, vimos mais de uma visita aparecer com cachos de banana, um fardo de farinha, uma lata de óleo, feijão e arroz. Dona Jurema, a anciã da região, chegou a parar no caminho de volta para casa para perguntar como estava a gripe de sua filha mais nova, prontificando-se a trazer algumas cascas para fazer um chá para a menina.

No cair da noite, Dona Jurema trouxe o chá e aproveitou que os meninos já tinham ido dormir para aconselhar a jovem mãe. O apoio não era só material: as palavras sábias de quem já muito viveu e sofreu ensinavam Audelina que ela precisava se manter forte para cuidar de seus seis filhos pequenos.

Estava se aproximando o tempo da broca, mas como o filho mais velho da camponesa só tinha dez anos, dois vizinhos ficaram de brocar, derrubar e plantar uma roça ao lado de Audelina. A ideia era que com isso ela conseguisse colher arroz, milho, macaxeira e feijão no próximo ano.

Uma das maiores aflições de uma família camponesa é não ter o que plantar, é não ter o que colher. A empatia dos vizinhos, o exercício de se colocar no lugar do outro, de dividir os recursos, o cuidado e a atenção ajudam a atenuar os tempos difíceis. Nesse sentido é que se diz que a produção social da floresta tem *resíduos* que negam o egoísmo, o individualismo e o valor de troca típicos do modo capitalista de produção. O olhar que se pauta exclusivamente nos índices de desmatamento não consegue ver essa outra forma de viver em sociedade. Para pensarmos nos caminhos da produção da natureza na RESEX Chico Mendes deveremos considerar as mudanças inevitáveis provocadas pela diminuição drástica da demanda pela borracha no cotidiano da família camponesa. Sendo assim, os caminhos da conservação ambiental deveriam se pautar nas seguintes questões: Conservar para que? Conservar para quem?

A produção racionalizada da floresta em pé: o Manejo Comunitário Madeireiro, o Programa Florestas Plantadas e a Bolsa Verde

A caminho da casa de Raimundo Pereira, camponês que vive na Comunidade Rio Branco, ficamos sabendo que naquela mesma data seria realizada uma festa em homenagem ao "Santo da Floresta" (que também é conhecido como "São João do Guarani"[436]). Ao chegar lá, encontramos Raimundão de Barros, primo de Chico Mendes, que nos convidou a participar do evento com a promessa de que o governador do estado estaria presente na missa. Segundo Raimundão, depois da festa, Tião Viana partiria com sua comitiva para a região do Rio Espalha, onde seria inaugurado um ramal novo.

O nosso interesse ao visitar a Comunidade Rio Branco era ver como tinha sido aplicado o Plano Comunitário de Manejo Madeireiro, o Programa Florestas Plantadas e qual era infraestrutura local, financiada pelo governo e por instituições financeiras. Conforme explicamos (no decorrer do texto), essa Comunidade se beneficia de uma série de políticas públicas sobre as quais alguns moradores da RESEX Chico Mendes nem têm conhecimento.

Tanto a Comunidade Rio Branco quanto a parte da RESEX Chico Mendes que se situa no município de Xapuri[437] são evocadas pelas políticas públicas do governo

---

[436] A história de São João do Guarani foi narrada por Raimundo Buchudo, Maria Emília e Bisita: no "tempo de patrão", quando os nordestinos estavam migrando para a Amazônia em busca do "ouro negro", existia um seringueiro "bom de corte" chamado João. Ele vivia no centro do Seringal Boa Vista, na Colocação Guarani. Naquele tempo, para acessá-la era preciso passar por um pequeno varadouro. João morava em sua cabana com um cachorro "bom de espera" (de caça). Segundo Bisita, naquela época a doença que afligia os seringueiros era a malária, que acabou atingindo e causando a morte do pobre seringueiro. Depois de um tempo, outros seringueiros foram até a colocação de João e o encontraram morto em sua cama, com cachorro (já muito magro) ao seu lado. Os seringueiros decidiram enterrar João em sua casa, em cujo quintal cavaram uma cova e sepultaram o seu corpo. Anos depois da morte de João, nos arredores da colocação Guarani, um grupo de seringueiros estava fazenda uma caça. O grupo caçou mais do que precisava e, segundo o "cabloquinho da mata", isso costuma dar azar. No caminho de volta para as suas colocações, os seringueiros encontraram uma cruz fincada no pé de uma enorme castanheira, o que poderia ser interpretado como sinal de uma assombração. Para evitá-la, o grupo desviou do varadouro e se perdeu no meio da mata bruta. Lembrando que naquela região morrera um seringueiro muito sábio, o João do Guarani, o grupo decidiu fazer uma promessa para o falecido: caso ele os ajudasse a encontrar o caminho de volta para casa, eles fariam uma pequena capela para ele no local onde supostamente está o corpo do Santo da Floresta. Na tradição xapuriense, no dia 24 de junho (dia de São João), as famílias saem de suas colocações e vão a pé até colocação Guarani para celebrar e agradecer pelas promessas atendidas pelo Santo.

[437] É importante relatar que o município que apresenta a maior área da RESEX Chico Mendes é Xapuri. Como vimos no capítulo dois, a cidade possuiu uma centralidade no movimento seringueiro.

do estado do Acre como experiências de vanguarda, no sentido de terem sido pensadas para modernizar as práticas agroextrativistas e promover a conservação ambiental. Ao resgatar a memória de Chico Mendes (identificando-o como o primeiro grande ambientalista do Acre), o estado cita esses laboratórios como símbolos do seu avanço no diálogo com os seringueiros.

Cabe aqui uma pequena digressão sobre as entrevistas com os tecnocratas envolvidos nos projetos da RESEX Chico Mendes. Na ocasião, percebemos que o governo do estado do Acre tem o município de Xapuri como "vitrine" para projetos que objetivam, pela via da modernização, reestruturar a economia agroextrativista[438]. A proposta é racionalizar o manejo de recursos naturais madeireiros e não madeireiros cujo potencial de mercado possa promover a renda familiar[439].

Quando estávamos na SEAPROF, entrevistamos as subdivisões da castanha e da borracha e percebemos que o órgão tem uma mente empreendedora, que vê a comercialização dos produtos da floresta como uma via para a conservação ambiental; em outras palavras, para o Estado falta ao seringueiro a compreensão de que a floresta "em pé" tem um valor de mercado.

Para fazer a ponte entre os seringueiros e o mercado é que foram criados os programas Manejo Comunitário Madeireiro, o Bolsa Verde e o Florestas Plantadas. Segundo os membros do Estado, o papel dessas políticas é modernizar as práticas agroextrativistas e fornecer mercados para os produtos das florestas, com o intuito de frear o desmatamento causado por técnicas agrícolas obsoletas (como a coivara) e pela criação do gado.

Seriam as Políticas de Valorização do Ativo Ambiental que congregam os Programa de recuperação de áreas alteradas (como o Programa Florestas Plantadas), e Programa de Ativo Florestal (como os Projetos de Gestão das Florestas, de

---

[438] Essa condição de "vitrine" é notada na tese de doutoramento de Esteves (2010), já no início dos anos 1990, quando houve a primeira experiência de implantação dos SAFs pelo Projeto Áustria: "As lideranças, imbuídas das responsabilidades de dar respostas concretas, assumiram tais iniciativas através das suas comunidades de origem. Os trabalhadores restringiram-se a alguns seringais por falta de condições operacionais, entre as quais o acompanhamento técnico e recursos financeiros. Essas experiências transformaram-se em modelos-padrões. Dois seringais tornaram-se uma espécie de vitrine, durante certo período: o Cachoeira, onde mora a família Mendes (herdeira de Chico Mendes) e o Dois Irmãos, onde mora a família de Júlio Barbosa, ambos sustentáculos de duas lideranças dessa prática que nos interessam" (ESTEVES, 2010, p.184).

[439] Esse discurso da melhoria da renda familiar por meio da articulação de diferentes produtos agroextrativistas vem desde do primeiro mandato do PT no governo do Acre. O lema do então governador Jorge Viana em 1999 era "a vida vai mudar" - mudança que implicaria na reestruturação de todos os níveis da cadeia agroextrativista.

Certificação da Propriedade e de Pagamentos de Serviços Ambientais) que reverteriam o desmatamento causado em propriedades camponesas e em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

O Plano de Manejo Comunitário Madeireiro e o Programa Florestas Plantadas foram implantados primeiro em Xapuri, e estavam em vias de serem incorporados em outros municípios que compõem a RESEX Chico Mendes quando visitamos a Comunidade Rio Branco. O Bolsa Verde, por sua vez, já havia beneficiado famílias de diferentes localidades.

Voltemos agora à festa de São João do Guarani: Igreja, Estado, lideranças históricas, a AMOPREX, representantes da COOPERACRE, da COOPERFLORESTA e camponeses estavam reunidos no dia 24 de junho de 2016, na pequena capela de São João do Guarani[440] (FOTOGRAFIA 59), para celebrar o festejo popular. Entre todos esses membros, o mais curioso certamente é o governador: sua presença demonstra como o governo do estado do Acre (e, mais especificamente, a Frente Popular) soube acompanhar as lideranças federais que vêm desde o primeiro mandato de Lula.

Fotografia 59: Na celebração de São João do Guarani, Pe. Luiz Ceppi, em pé e com o microfone. Na primeira fileira da esquerda para direita: Deputado Federal Léo Brito, liderança Raimundão de Barros, Governador do Estado Tião Viana e a primeira-dama Marlúcia Cândida. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Oliveira (2015, p.25), à luz de Gramsci, nota que “já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil”. No caso do Acre, quando Jorge Viana ganha a eleição para governador, em 1999, a

[440] A agência Acre, do governo do estado, noticiou o acontecimento: <http://www.agencia.ac.gov.br/fe-uniao-e-gratidao-marcam-festejos-de-sao-joao-do-guarani-em-xapuri/> (último acesso em: 04/11/2017).

floresta é escolhida como um dos principais produtos do estado. Valendo-se da imagem de Chico Mendes, o político se aproxima de lideranças seringueiras e da Igreja, ex-companheiros de luta[441], para neutralizar as potenciais críticas ao estado e passar a imagem de que a união entre os três seria uma guinada a favor da floresta.

O desenvolvimento do Acre derivaria do encontro com a sustentabilidade. O problema é que essa pauta não era uma novidade para ninguém, já que a história da floresta é marcada pela resistência e pelo esforço para mantê-la "em pé". Por trás do discurso sustentável, o que o estado realmente buscava era se alinhar às demandas internacionais de grandes instituições financeiras, que desde o final dos anos 1980 tinham aberto linhas de crédito para negócios ambientais.

A construção de um campo semântico em torno da "florestania" (a cidadania dos povos da floresta) dependia da absorção das classes dominantes e de elementos ativos - ou de grupos inteiros - que respondessem ao centro de poder, independentemente de serem adversários ou aliados; processo este, sintetizado no conceito de transformismo[442] elaborado por Antonio Gramsci.

No caso da Amazônia (e do Acre também), assistimos desde 1992 a um reformismo pela via ambiental. O ano marca a data da ECO Rio, conferência sobre o meio ambiente na qual a comunidade política internacional chegou à conclusão de que era preciso conciliar o desenvolvimento econômico com o ritmo da natureza. Após o evento, Estado e movimentos sociais passaram a articular suas ações tendo as ONGs como mediadoras, e os interesses da classe dominante foram mantidos através de uma nova fronteira de acumulação: a natureza socialmente produzida[443]. Assim, relações sociais que mantinham floresta "em pé", agora concebidas como arcaicas, foram estimuladas a se modernizar enquanto os produtores da floresta torciam para que essa mudança os conduza a uma vida melhor.

O primeiro a falar na festa do Santo da Floresta foi o Padre Luiz Ceppi. "Quem demorou onze horas para chegar aqui?", perguntou, depois de pegar o microfone. Diante do silêncio da plateia, Ceppi prosseguiu, dizendo que nos últimos vinte anos a

---

[441] Tomamos a ideia dos "usos e abusos" da imagem de Chico Mendes do Dossiê Acre (2012) produzido pelo CIMI: IN < http://www.cimi.org.br/pub/Rio20/Dossie-ACRE.pdf> (último acesso em: 04/11/2017).

[442] Esse conceito é retomado de maneira original para compreender as contradições do PT no governo federal, em especial entre os anos de 2007 e 2009, em plena crise financeira. Para maiores aprofundamentos, recomendamos consultar: OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK (orgs.) **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

[443] Como relatamos no capítulo três, a pecuária continua sendo um dos importantes setores econômicos do estado do Acre. Na dialética entre destruição-conservação são articuladas duas grandes fronteiras econômicas: a floresta e o latifúndio.

vida no seringal tinha mudado bastante; para ilustrar o argumento, relembrou sua chegada ao Acre no final dos anos 1970, quando fez uma viagem do Seringal Sibéria até a Colocação do Guarani que levou onze horas de duração (a pé). Em seguida, fez uma menção positiva aos investimentos do BID, projeto de ampliação dos ramais que hoje permite que os fiéis cheguem na Igreja em poucas horas.

Enquanto falava, Padre Ceppi comentou que notava como os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes estavam mudando sua relação com a floresta e pediu que eles reforçassem seus vínculos comunitários, tomando cuidado com o "santo mercado". Sua crítica à extração ilegal madeireira passava pelo argumento de que "a floresta tem a sua riqueza", e como exemplo da qualidade de nossos recursos naturais citou a casca da árvore, "de onde saem óleos que podem ser usados para fazer perfumes iguais aos que compramos na Bolívia".

Essa fala revela a tensão em torno desta primeira experiência do Plano Comunitário de Manejo Madeireiro. Por mais que a Igreja não tenha apresentado nenhuma oposição ao governo da Frente Popular (pelo contrário: ela se mostrou um importante aliado), não parece haver um consenso com relação à extração madeireira.

Depois de Ceppi, chegou a vez de Raimundão de Barros fazer as suas considerações. Seu discurso saudou a presença do Estado no cotidiano das famílias camponesas:

> Grande parte dos presentes sabe como a vida era dura no seringal. Hoje, com muita felicidade, posso falar que muita coisa mudou a favor de nós. Xapuri tem a fábrica de preservativo, o programa do manejo do açaí, da copaíba e da água de jatobá. Temos as nossas cooperativas: a COOPERFLORESTA e a COOPERACRE. E se der tudo certo, vamos ter na Comunidade do Rio Branco a primeira miniusina para fabricar móveis. Hoje a nossa vida é boa, o pai de família consegue ter uma renda boa com a produção agroextrativista[444].

Alinhado com os projetos do governo do estado do Acre, Raimundão de Barros reforçou a presença dos diversos programas implantados pelo estado, pelas ONGs e por instituições financeiras como os promotores do bem-estar da família camponesa. Não chegou a mencionar que a NATEX estava fechada, nem que a WWF (responsável pela implantação do manejo do óleo de copaíba e do açaí) tinha suspendido o seu programa na RESEX Chico Mendes por falta de investimentos.

---

[444] Transcrição realizada a partir da gravação de vídeo feito na Paróquia de São João do Guarani, por Pietra Cepero Rua Perez, em 2016.

As famílias presentes manifestaram seu descontentamento frente à fala de Raimundo Barros pelo silêncio (FOTOGRAFIA 61).

Fotografia 61: O governador Tião Viana discursando na missa do São João do Guarani. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

O governador, Tião Viana, foi o último a falar - e sua retórica lembrava muito a de quem estava em um palanque eleitoral. Além de agradecer à Igreja pelo apoio aos desassistidos, o governador evocou muitos números para fortalecer a ideia de que o Estado e seus investidores são os que mais incentivam a "produção sustentável":

> Hoje eu estava dando a ordem de serviço de 126 km de ramais, o investimento, Padre Luiz Ceppi, [foi] de R$ 6 510 000 de reais para dar garantia para o escoamento da produção sustentável dessa comunidade da castanha, da borracha, das frutíferas e garantindo também o manejo comunitário de madeira. Nós temos hoje uma COOPERACRE. Aí que eu digo que o Acre que tem avançando com muita segurança, uma COOPERACRE que movimenta R$ 50 000 000 por ano, uma COOPERFLORESTA que avança também, uma AMOPREBE que avança também. Só no nosso governo agora de 2011 para cá já investimos R$ 35 000 000 em 800 famílias na RESEX Chico Mendes pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pelo governo da Alemanha que nos ajudaram nisso. Então, eu venho para cá em oração para acompanhar o movimento de fé, um movimento de espiritualidade da comunidade seringueira daqui de Xapuri. Porque é muito importante para nós, ninguém consegue viver bem, ninguém consegue construir um mundo melhor se não tivermos a espiritualidade dentro de si, precisamos de oração, de sentimento de respeito pela vida das pessoas, de esperança compartilhada, de querer um Brasil que esteja mais perto de sentimentos como sinceridade e boa fé na relação entre as pessoas. Então, eu venho para cá nessa expectativa de ter uma missa bonita, uma oração bonita[445].

O evento acabou com o Padre Francisco de Chagas (da Paróquia de Xapuri) rezando a missa e cantando o Hino do Seringueiro ao lado dos ouvintes. Em seguida, a comitiva do governador logo se aprontou e partiu ao lado de Raimundão de Barros

[445] Transcrição realizada a partir da gravação de vídeo feito na Paróquia de São João do Guarani, por Pietra Cepero Rua Perez, em 2016.

para a região do Espalha, onde seria inaugurado o novo ramal. Conhecida pela dificuldade de acesso, a área é tida como uma porção de “natureza intocada” com toras de madeira raras (e, portanto, valiosas para o mercado).

Passado o evento, a questão que ficou foi: como o Estado e as ONGs afetam os produtores da floresta quando se colocam como seus porta-vozes?

Em vez de descrever como funcionam suas políticas públicas, optamos por focar em suas contradições intrínsecas e em como os camponeses da floresta formulam potenciais críticas às estratégias do Estado e do mercado.

***

O primeiro inventário florestal na Amazônia foi realizado em 1956, na faixa territorial ao longo da margem direita do Rio Amazonas. Resultado da cooperação entre os técnicos da FAO e o Estado, a proposta do evento era sistematizar as informações básicas sobre espécies vegetais de maior ocorrência em cada área levantada, sua respectiva frequência e o volume de madeira estimado por hectare, com o intuito de traçar um panorama mais abrangente da escassez de recursos naturais.

Essa experiência foi descrita em um relatório assinado por Clara Pandolfo, diretora do Departamento de Recursos Naturais da SUDAM (1973, p.20):

> Segundo previsões da FAO, as necessidades mundiais de madeira estão crescendo em ritmo acelerado, prevendo-se, já em 1975, um déficit de madeira de 80 milhões de metros cúbicos na Europa e de 50 milhões, nos Estados Unidos.

O estudo estimava que a Amazônia tivesse mais “70 bilhões de metros cúbicos de madeira em pé” (PANDOLFO, 1973, p.20). Contrariando o imaginário de que a Hileia seria um “hostil inverno verde”, os técnicos da FAO apontavam que a região apresentava as condições ideais para a exploração madeireira (como a topografia aplainada e uma densa rede fluvial) e acrescentavam que ela não estava tão distante dos principais mercados.

O documento termina com a seguinte fala de Clara Pandolfo (1973, p.21):

> A grande Hileia não pode continuar apenas como um ornamento da paisagem tropical, mas precisa ser explorada em todo o seu potencial e grandeza, adquirir sentido econômico e enfim colaborar eficazmente para o bem-estar da coletividade que habita a região. Para isso, temos à nossa disposição os ensinamentos da moderna ciência florestal e a experiência acumulada em

> outros centros, que nos permitirão auferir rendimento desse imenso patrimônio, sem precisar dilapidá-lo.

Lendo o material assinado por Pandolfo entre as décadas de 1960 e 1970, observamos que o discurso não mudou tanto em relação ao que os órgãos do Estado emitem hoje em seus relatórios oficiais. Em um contexto de destruição da floresta amazônica provocado pelo projeto de modernização conservadora, já se falava em um uma extração madeireira "racional".

Mas, em meados dos anos 1970, ninguém discutia o papel dos seringueiros na produção dessa "paisagem tropical". Era importante defender os projetos de manejo madeireiros e não-madeireiros como fonte de renda e de combate à pobreza das populações camponesas e originárias.

Outro argumento que continua vivo – e que se assemelha à fala de Clara Pandolfo (1969, 1973, 1994) – está em ver nas técnicas rústicas e obsoletas a verdadeira ameaça à conservação da floresta amazônica. A solução, segundo diziam os órgãos estatais, advinha do conhecimento científico-racionalista[446], do saber voltado para reduzir os impactos negativos que as atividades agroextrativistas podem ter sobre a floresta. Ninguém falava (mesmo agora) que uma das principais questões da extração madeireira era a apropriação capitalista da terra[447].

Em 1972, a comando de Pandolfo, foi lançado o trabalho "Estudos Básicos para o Estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso Racional das Terras na Amazônia". Este documento serviria de base para o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para a região amazônica.

Como nos conta Valverde (1980, p.18), o relatório Pandolfo previa "uma série de Reservas Florestais e Reservas Indígenas, espalhadas pela região amazônica, assim como 12 'Florestas Regionais de Rendimento'". Da mesma forma que ocorreu no período da ditadura militar, empresários nacionais e internacionais "devidamente qualificados" eram convidados a explorar a região. O texto também destacava a importância de regular a atividade madeireira na Amazônia Legal, dada a presença 225 serrarias ilegais (conforme tinha contado na época):

> As propostas formuladas pelo relatório Pandolfo se fundamentam liminarmente em que a exploração da floresta amazônica se opera de forma irracional e insuficiente, ao mesmo passo que a demanda de madeiras

---

[446] Ciência positiva, cuja concepção de natureza tem como um de seus principais pressupostos filosóficos a negação do homem. Questão tratada no primeiro capítulo dessa dissertação.

[447] No trabalho de Mauro Almeida (1992), o antropólogo relata que antes da criação da REAJ, no fim dos anos 1980, o patrão Orleir Camely (que queria a expulsão dos camponeses da floresta) retirava a madeira das florestas do Alto Juruá com a utilização de helicóptero.

> latifoliadas tropicais pelo mercado mundial cresce em ritmo acelerado. Urge, portanto, reformular a política madeireira (VALVERDE, 1980, p.21-22).

Não distante do que ouvimos na SEMA (órgão responsável pelo Manejo Comunitário Madeireiro), os esforços do Estado em regular o setor madeireiro comunitário e empresarial são justificados como estratégia de combate à exploração madeireira ilegal. O relatório GIZ/CEPAL/IPEA (2014), aponta que, no ano de 1999, cerca de 90% da extração da madeira era advinda de desmatamentos irregulares, e que o governo do estado estava ciente do potencial do mercado madeireiro.

O jornal "O Varadouro" tentou denunciar, em suas edições de março e junho de 1979, porque grandes grupos de empresários nacionais e estrangeiros tinham tanto interesse na exploração madeireira. Sob a manchete “Depois da borracha, do boi, a madeira (em risco)”, o veículo argumentou que o interesse dos empresários na extração de madeira colocava em risco o sistema agrário da floresta, razão pela qual os seringueiros seriam forçados a migrar para a periferia das cidades. A matéria foi ilustrada com imagens do Projeto Radam, que mostrava cerca de 292 mil hectares de floresta inventariados como potenciais áreas para as Florestas de Rendimento.

> Acostumados a fazer projeções econômicas, aos técnicos da SUDAM passa despercebida, porém, toda uma outra realidade que se esconde debaixo dessa floresta exuberante de cedros, peroba, aguano, etc. De certo, para eles, os seringueiros e os índios não existem, são invisíveis, não contam (O VARADOURO, 15ª edição, 1979, p.17).

As imagens que entraram na matéria não foram selecionadas por acaso. Elas foram divulgadas precisamente porque não aparecia nenhuma colocação nessas áreas, o que contribuía para a impressão de que a floresta continuava intocada pelo homem. Segundo o discurso oficial, as Florestas de Rendimento seriam reservas de exploração futura, que seriam exploradas quando a natureza se tornasse uma raridade. Nas palavras de Clara Pandolfo (1994, p.163):

> Essas áreas seriam, desde logo, institucionalizadas como florestas de rendimento, mas seriam mantidas, em sua maior parte, como reservas para a exploração futura, iniciando-se as atividades apenas por uma ou duas áreas escolhidas, que funcionariam como projetos-pilotos, para testar o sistema e aperfeiçoá-lo progressivamente, de modo que, cada vez mais, sua utilização se fizesse em harmoniosa integração com o meio ecológico.

As Florestas de Rendimento não avançaram – e enquanto o governo dos militares se desgastava, a preocupação com o desmatamento e as queimadas da Amazônia viravam tópicos de acalorada discussão nas grandes reuniões sobre os rumos da conservação ambiental. Os tempos estavam mudando.

Nos anos 1980, a apreensão com o desmatamento fez com que o Japão reivindicasse a criação do International Tropical Timber Agreements (ITTA) na estrutura da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). Formado por países produtores de madeira, o The International Tropical Timber Organization (ITTO) foi criado para administrar o ITTA. Vale destacar de que a sede do ITTO é na cidade de Yokohama, Japão, e que este país possui o maior número de votos na instituição, além de ser um dos maiores consumidores mundiais de madeira.

Osmarino Amâncio Rodrigues se recorda que em uma das reuniões do CNS, no ano de 1988, ficou decidido que no projeto das Reservas Extrativistas seria proibida a exploração madeireira. Segundo o líder:

> Como que a gente ia construir um argumento forte de que a Reserva Extrativista seria, também, uma área de manutenção da floresta em pé? Não era possível aceitar que se explorasse madeira. O latifundiário, o grileiro e o madeireiro na Amazônia podem ser a mesma pessoa. A gente tava lutando contra esse povo, então era impensável tirar a madeira para vender, a floresta não é uma mercadoria[448].

Nesse contexto, em 1987, o governo de Flaviano de Mello (1986-1990) criou a FUNTAC. O ITTO forneceu cerca de U$ 1 milhão para o estudo da cubagem da madeira que seria retirada na abertura da estrada para o Pacífico. Segundo Camely (2009), foi também nesse órgão que o Projeto da Floresta Estadual do Antimary foi desenhado; essa seria a primeira experiência de manejo madeireiro no Acre[449].

Entre o grupo de engenheiros que fazia parte da FUNTAC estava Jorge Viana, futuro governador do estado do Acre. Com uma visão funcionalista, a equipe se aproximou de Chico Mendes com a ideia de desenvolver tecnologias para o chamado “uso racional da floresta”; pressupunha-se que o estado tinha uma vocação silvicultora.

Como já vimos no capítulo anterior, a concretização institucional da RESEX Chico Mendes implicava contemplar as demandas dos seus investidores. Seriam as ONGs a principais responsáveis por dar início às primeiras experiências do chamado “uso racional dos recursos naturais”.

---

[448] Entrevista concebida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

[449] A Floresta Estadual do Antimary foi criada pelo Decreto 046 de 07 de fevereiro de 1997. Com um financiamento de cerca de U$ 1.8 milhões fornecidos pelo ITTO, o projeto recebeu em 2004 o selo FSC (Forest Stewardship Council), considerado a certificação florestal mais importante do mundo. Em relação à administração da floresta, 66 mil hectares do projeto ficaram sob o manejo florestal empresarial, e só 11 mil hectares sob o manejo comunitário florestal.

O CTA (uma ONG) foi quem introduziu a primeira experiência de manejo madeireiro em um assentamento. Em 2000, no PAE Porto Dias (localizado no município de Acrelândia), o CTA começou a extrair árvores valendo-se de uma técnica que não havia sido comprovada como de baixo impacto ambiental.

Segundo um relatório do CTA (*apud* Camely, 2009, p.185):

> Esta atividade [a extração madeireira] tem sido uma das principais frentes de atuação do CTA, fazendo parte da proposta de desenvolvimento econômico a partir da metade da década de 1990, em que se aprendeu junto às comunidades, principalmente no que diz respeito ao conhecimento construído e a forma de trabalho (técnica). Tal frente tem como objetivo principal o uso racional da floresta pelas comunidades extrativistas, contribuindo assim para a redução do desmatamento e agregação da renda familiar.

Com a assinatura do SNUC, no ano de 2000, ficou estabelecido que toda a Unidade de Conservação teria um Plano de Manejo. Entre elas, a RESEX Chico Mendes seria a primeira Reserva Extrativista a executá-lo.

Entre 2005 e 2006, foram realizados estudos para embasar esse projeto, que eram de grande importância para o IBAMA/CNPT pois esses documentos serviriam de modelo para outras Unidades de Conservação. Nas atas do Conselho Gestor, os técnicos do IBAMA reportavam os últimos recursos do PPG7 viriam se terminassem a primeira versão do documento.

No Plano de Manejo da Unidade de Conservação é mencionado que a agricultura e a criação de animais tinham aumentado em resposta ao declínio da extração de borracha. Essas duas atividades eram vistas como ameaças à conservação ambiental, sendo que a exploração madeireira era apontada no documento como um mercado em potencial.

É interessante o que as leituras das atas do Conselho Gestor revelam sobre o início da discussão sobre a exploração madeireira na RESEX Chico Mendes, que ocorreu entre 2005 e 2007. Foi nesse momento que os líderes Júlio Barbosa de Aquino (na época, ocupando a cadeira como membro do CNS) e Raimundo de Barros (ocupando a cadeira do STR de Xapuri) levantaram a possibilidade do Seringal Dois Irmãos e da Comunidade Rio Branco[450] sediarem a primeira experiência de um Plano Comunitário de Manejo Madeireiro.

Na condição de prefeito do município de Xapuri, Júlio Barbosa (PT), entre os anos 1997 e 2004, articulou a formação de um Polo Madeireiro junto com o então

[450] Raimundo de Barros mora na Comunidade Rio Branco, e Júlio Barbosa, no Seringal Dois Irmãos.

deputado estadual Ronald Palanco Ribeiro (PT) e um padre italiano da Igreja. De acordo com Castelo (2014, p.262):

> A ideia era aparentemente simples: a Prefeitura cederia o terreno; a SUFRAMA financiaria as instalações; o Governo Estadual providenciaria outros apoios necessários, e a cidade italiana de como capacitaria os profissionais e doaria os equipamentos.

A proposta de que as famílias da RESEX Chico Mendes fornecessem matéria-prima para a Fábrica de Tacos de Xapuri foi rejeitada, mas aceita pelos assentados do PAE Chico Mendes. No ano de 2016, a fábrica se encontra com as portas fechadas.

Em 2005, com apoio do governo do estado do Acre, foi criada a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (COOPERFLORESTA). Sua principal atividade seria o fomento e a comercialização do manejo florestal comunitário. A COOPERFLORESTA também atua através de parcerias com órgãos governamentais de assistência técnica, capacitação e instituição – principalmente nas atividades de licenciamento e extração florestal.

A cooperativa possui o selo Forest Stewardship Council (FSC) de certificação da cadeia de custódia. Atualmente, a COOPERFLORESTA é composta por 201 famílias e dez comunidades organizadas em seis associações – entre elas, a AMOPREX, a AMOPREBE e a AMOPREAB. Entretanto, Camely (2009, p.185-186) pontua:

> O FSC e a COOPERFLORESTA, apoiadas pelas políticas públicas do governo estadual, principalmente pela Secretaria Estadual de Florestas (SEF) [em 2012, transformada em SEMA], são, juntamente com o CTA, as principais organizações do manejo madeireiro do Acre. A COOPERFLORESTA foi criada por iniciativa do governo do Acre e representa os interesses dos empresários madeireiros. A atividade madeireira é beneficiada por incentivos governamentais, 100% de isenção do ICMS para produtos madeireiros certificados, como também por políticas de convencimento das comunidades das comunidades para aderirem ao manejo de madeira, ação executada pelo CTA com o governo do estado do Acre.

No ano de 2006, a então ministra do MMA, Marina Silva, assina a Lei de Floresta Públicas, que possibilita a gestão das florestas da União para a produção sustentável de serviços florestais e produtos madeireiros e não madeiros. Nessa lei é permitida a concessão de até quarenta anos para que empresas privadas explorem os recursos das áreas.

No mesmo ano é emitido um primeiro parecer sobre a proposta da exploração madeireira em Unidade de Conservação, mas o IBAMA considera o documento protocolado impreciso e decide não o aprovar. Um ano depois, em 2007, na IV Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes, o técnico

florestal Pedro Melo (representante da Secretaria de Floresta de Xapuri) apresenta a reformulação do “Plano de Manejo Florestal Madeireiro Comunitário nos seringais Dois Irmãos e Rio Branco”. Segundo o técnico: “[...] os objetivos [do plano], segundo os seus idealizadores, [era] empatar o novo ciclo de desmatamento na região; diversificar e ampliar a renda das famílias envolvidas; melhoria na qualidade de vida e diminuição do êxodo rural” (Grifos nossos).

Os diagnósticos produzidos pelo Estado e pelas ONGs na Amazônia apontam que o novo agente desmatador é o campesinato, e não o capitalista. Esses que antes eram chamados de “guardiões da floresta” agora são os culpados pela sua depredação. De forma contraditória, o Estado e as ONGs apontam que a destruição da floresta, por meio da extração madeireira, poderia ser uma forma de “conservação ambiental”. Entretanto, a exploração madeireira só ganharia respaldo para os potenciais mercados *fair trade* se os produtores da floresta continuassem em suas moradas. Dessa forma, apontamos para as contradições entre as determinações, cada vez mais frequentes, de uma segunda natureza na produção de uma *prima* natureza.

As discussões sobre a possibilidade de extração legalizada na RESEX Chico Mendes são suspendidas nos anos de transição da gestão do IBAMA para o recém-criado ICMBio. Entretanto, a partir do ano de 2007, a extração madeireira começa a ser feita no PAE Cachoeira. Segundo Dercy Teles, a experiência foi dramática para as famílias envolvidas. A promessa dos técnicos da COOPERFLORESTA era de que a atividade seria um “dinheiro fácil e garantido”, mas as famílias ficaram mais de dois anos sem receber o pagamento pelo trabalho executado, e foram relatados altos impactos ambientais causados pelo corte raso e pelo uso da Skidder[451].

A elaboração do ZEE permitiu que o governo do estado do Acre selecionasse seis milhões de hectares de áreas potenciais para o manejo madeireiro. E, por ironia, as localidades habitadas por camponeses apresentavam a maior contiguidade de áreas florestadas. A criação do Programa de Gestão de Florestas, com recursos advindos do programa REM KfW e do PDSA do BID, possibilitou que empresários e camponeses participassem de editais para a exploração madeireira em florestas privadas ou públicas, nas modalidades individual, empresarial ou comunitária.

[451] Sobre os impactos ambientais e sociais produzidos pelo Plano Comunitário de Manejo Madeireiro no PAE Chico Mendes, recomendamos consultar Castelo (2014).

O governador Tião Viana apostava em concessões no modelo da Lei de Florestas Públicas como uma forma de valorização econômica da floresta[452]. No ano de 2011, falava-se que cerca de 600 famílias camponesas poderiam ser contempladas por meio do manejo florestal comunitário ou da concessão de florestas (CIMI, 2012). Nesse mesmo momento era retomada a construção da Estrada do Pacífico, o que também leva as autoridades a pensar em exportar a produção florestal para o Oriente, atendendo às demandas do mercado japonês.

Em 2010 volta a discussão acerca da primeira experiência de um Plano Comunitário de Manejo Madeireiro na RESEX Chico Mendes. Ainda com pendências, o projeto de extração madeireira é justificado por Francisco de Assis como o único produto da Unidade de Conservação que tem a "sua comprovação da sustentabilidade econômica pela certificação FSC". Endossando o argumento, a tecnocrata Clarice Oliveira (SEF) dispõe de total apoio técnico do governo para a revisão do Plano de Extração Madeireira. Na ata da VII Reunião do Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes não é apresentada nenhuma crítica à exploração madeireira. Na reunião seguinte do Conselho, o assessor Giani Gangloff, ao fazer apresentação dos trabalhos da GIZ sobre o "Fortalecimento das Organizações Sociais e do Manejo Sustentável", menciona que "o objetivo é a qualidade das comunidades e populações tradicionais na RESEX Chico Mendes e entorno, minimizando-se a pressão sobre a floresta" (Grifos nossos). Dessa forma, a "fórmula" da produção social da floresta viria do saber técnico aliado às demandas de mercado.

No mesmo ano, a COOPERFLORESTA faz suas primeiras reuniões nos Seringais Sibéria, Albrácia, Dois Irmãos, Palmari e Floresta - onde está localizada a Comunidade Rio Branco.

No dia 4 de agosto de 2011, o ICMBio assina a Instrução Normativa N°16, que regula no âmbito do órgão federal as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável nas RESEXs, nas RDS e nas FNs. No informativo da RESEX Chico Mendes (n°5, publicado em 2015) é mencionado que:

> A iniciativa de normatizar o Manejo Florestal Sustentável nasceu aqui no Acre na cidade de Xapuri, o que gera bastante orgulho para os gestores da unidade em saber que está na normativa foi deliberado nas comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes.

[452] As Florestas Estaduais no Acre foram criadas com o intuito de promover concessões às madeireiras.

Em 18 de novembro do mesmo ano, a AMOPREX e a COOPERFLORESTA[453] protocolaram no ICMBio, em Rio Branco, o Plano de Manejo Florestal Comunitário sobre uma área de 18.772,74 hectares onde havia 62 famílias.

A primeira Autorização de Exploração Florestal (AUTEX), referente ao também inédito Plano Operacional Anual (POA), foi emitida em 11 de julho de 2012 para uma área efetiva de 917,9157 hectares, com uma estimativa de 12.998,47 m³ de madeira a ser explorada. Devido a uma série de dificuldades (em especial pela falta de ramais apropriados), a extração somente ocorreu no verão de 2014; sendo que, na ocasião, o volume total explorado foi de 4.318,6 m³ de madeira.

Em vez de analisar a visão da COOPERFLORESTA sobre essa experiência (que afetou cinco famílias da RESEX Chico Mendes), buscamos entrevistar seringueiros para entender como eles viam essa nova forma de apropriação da natureza. Cabe destacar que nem todos participaram do projeto.

Entrevistamos famílias de três seringais – o Albrácia, o Sibéria e o Floresta - que participaram da primeira experiência de extração legal da madeira (FOTOGRAFIA 62). Começamos com as seguintes perguntas: como eram as reuniões com os técnicos da COOPERFLORESTA? Como eles apresentavam o Plano Comunitário de Manejo Madeireiro?

Fotografia 62: Placa do Manejo Comunitário Florestal Madeireiro na entrada da RESEX Chico Mendes no Seringal Sibéria. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

[453] Vale ressaltar que na época, os presidentes da COOPERFLORESTA e da AMOPREX, Daú (Dionísio Barbosa) e Tião Aquino, eram pai e filho (respectivamente).

A maioria dos entrevistados alegou que a extração de madeira era uma outra forma de ganhar dinheiro, sem precisar passar pelo trabalho que outras atividades extrativistas (como a seringa e a castanha) demandavam. Nas chamadas dinâmicas de grupo era proposto exercícios que incentivassem o raciocínio crítico sobre a lógica de mercado, a fim de que os camponeses da floresta entendessem que a mercadoria que eles estavam produzindo era uma *raridade.*

Sebastião, morador do Seringal Sibéria, contou que se recusou a entrar no projeto, pois para o camponês "a venda da madeira é a mesma coisa que vender o meu lugar"[454]. Para ele, ver a sua colocação sem a floresta seria o mesmo que morar em uma colônia e desviar o foco de sua real reivindicação: a reforma agrária.

Entre os camponeses que se negaram a participar do projeto, quase todos alegaram que se opunham à lógica do ganho imediato. Eles sabiam que a atração da madeira poderia ajudar a família do ponto de vista financeiro, mas sabiam também que a prática alteraria profundamente o equilíbrio dinâmico da floresta (o que comprometeria a reprodução social das gerações futuras). Não deixamos de pontuar que o interesse em ganhos imediatos - a ganância - já provocou a massiva destruição da natureza mais de uma vez, em diferentes partes do mundo.

Raimundo Pereira teve uma desavença com o vizinho Raimundão de Barros por causa do Manejo. De acordo com o camponês, técnicos chegaram a afirmar para ele que "a floresta o seringueiro não plantou, e não precisou zelar para ela crescer e desenvolver"[455], e que ele deveria encarar com mais naturalidade a ideia de extrair madeira, já que ela correspondia a um "dinheiro fácil", visto que a COOPERFLORESTA se encarregaria de todo o trabalho. Para Raimundo, não era isso que estava em jogo: antes da chegada dos nordestinos, seu avô maranhense já estava lá, contribuindo para a produção da floresta. Sua opinião era de que esse conhecimento geracional, passado de pai para filho, era o que realmente mantinha a floresta "em pé".

É interessante notar que a fala de Raimundo Pereira revela como a produção da natureza depende de mecanismos de transmissão e aprimoramento de uma série de saberes. Como Heller (2016) nos ensina, os conhecimentos sobre a natureza

---

[454] Entrevista concebida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[455] Entrevista concebida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

implicam o desenvolvimento dos laços sociais e um sentido arraigado de alteridade, já que o futuro depende da relação que você estabelece com o outro.

O casal Elisângela e Peba, moradores do Seringal Albrácia, aceitaram a extração madeireira em sua colocação. A camponesa mostrava-se frustrada com o número de projetos fracassados que eram executados em “nome do seringueiro”.

Também o argumento de que a extração de madeira ia “render dinheiro” caiu por terra quando os seringueiros receberam seus primeiros pagamentos. Os técnicos ou não conseguiram, ou não quiseram diferenciar as madeiras “brancas” (consideradas de uma qualidade inferior) das “duras” (as de melhor qualidade) e pagaram R$60,00 por m³ da madeira[456].

Foi nesse momento que Peba entendeu que a riqueza, para o seringueiro, tem uma acepção muito distinta da que é dada no sistema capitalista:

> O que era a riqueza para o seringueiro? Eu só fui descobrir o que era dinheiro quando o patrão faliu e eu comecei a trocar borracha por produto ou por dinheiro com o marreteiro [atravessador]. Eu já era pai de família nessa época. Riqueza era a seringueira, a castanheira. Hoje vêm os técnicos da COOPERFLORESTA falar que pode fazer dinheiro fácil se entrar no plano de manejo. Me falaram que seringueiro não planta árvore, que não tem trabalho para “zelar” a floresta. Que tirar madeira o dinheiro vem fácil. [...] Sinto que estou rodeado pela floresta, de riqueza, e que a cada dia que passa vejo o povo na Reserva mais pobre... Mais pobre do que na época de patrão[457].

Como paralelo para a construção de uma crítica, o camponês rememora como era viver na época do patrão. Notamos que em certas entrevistas, quando exploramos a temática da presença do Estado e das ONGs na RESEX Chico Mendes, os produtores da floresta sentiam que o seu produto - a floresta - estava se distanciando, como se a floresta que lhes rodeava estivesse se tornando cada vez mais *estranha.*

Segundo os relatos, uma série de regras, prescrições e proibições indicavam que a floresta estava se institucionalizando. Para órgãos como o IBAMA, o ICMBio e as ONGs, qualquer prática camponesa comprometeria a “conservação ambiental” e devia ser evitada.

Entendemos que a apropriação privada da riqueza socialmente produzida está ligada à externalização do homem em relação ao seu produto. A despossessão pela via ambiental (expressa na ideia de “natureza conservada”) por enquanto ainda não

---

[456] Falava-se em Rio Branco que algumas espécies de madeira encontradas nas florestas acreanas, quando beneficiadas, poderiam custar cerca de U$3000,00 m³ no mercado internacional.
[457] Entrevista concebida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

expulsa os camponeses de seu território[458] pois certas áreas continuam sendo de uso comum aos camponeses, assemelhando-se ao processo de cercamento em sua fase inicial conforme descrito por Marx (2015, 2017) para ilustrar o processo de acumulação primitiva.

No caso da RESEX Chico Mendes, as áreas que são manejadas (chamadas Unidades de Produção Anual – variando entre 20 a 40 hectares) proíbem qualquer tipo de atividade extrativista. Durante trinta anos (período do ciclo de renovação da floresta), os locais que tiveram a madeira retirada têm de permanecer na condição de "natureza intocada".

O que afligia Dercy Teles – uma das líderes que mais se opõem ao Manejo Madeireiro em Xapuri – era o que aconteceria se, com o tempo, aumentasse o número de colocações que participam do programa. Para a sindicalista, a extração da madeira é uma forma silenciosa de desterritorialização dos produtores da floresta.

Ao descobrir que não poderiam mais "tirar um pedaço de madeira para fazer um cabo de terçado", as famílias passaram a questionar por que suas práticas eram consideradas nocivas se a retirada da madeira era muito pior para a natureza. De acordo com os camponeses, a floresta dificilmente se regeneraria em trinta anos, pois a extração de madeira implica 1) o aumento das plantas que competem entre si por luz; 2) o comprometimento da polinização; 3) a queda no número de sementes (o que dificulta a germinação das espécies extraídas); 4) e o crescimento de espécies oportunistas (como sumaúma, espinheiros, embaúba, salmoeiro) e ervas-daninhas (como o capim).

Os camponeses entendem que qualquer espécie (vegetal ou animal) tem a sua temporalidade específica, expressa em seu ciclo de nascimento, crescimento e morte[459]. Ou seja: ninguém retira nada da natureza sem pensar no seu ciclo de renovação, pois a economia camponesa não opera na lógica da apropriação privada capitalista. Caso uma atividade agroextrativista possa comprometer o bem-estar dos que virão, pensa-se com cautela se ela deve ser executada – o que mostra que muitos de nossos entrevistados na RESEX Chico Mendes entendiam que o tempo de acumulação capitalista não está alinhado com o ciclo de renovação da natureza.

---

[458] Não os desterritorializa, mas implica uma série de interditos à reprodução social da família camponesa.

[459] Devemos mencionar que esses saberes foram gentilmente compartilhados por Seu Alternir, seringueiro nascido em Massapé (Ceará).

Ao ouvirmos os relatos dos camponeses da floresta, nos questionamos sobre a fragilidade da forma capitalista de conceber a natureza, esta vista como um mero objeto. Nos parece que a forma não capitalista de conceber a natureza – que parte da compreensão de diferentes temporalidades e de uma relação de reciprocidade entre humanos e não-humanos – pode nos trazer elementos críticos em relação à produção capitalista da natureza e seus desdobramentos territoriais. Portanto, questiona-se quais serão as implicações desses projetos na territorialidade e na produção social da natureza das famílias responsáveis por manterem a floresta "em pé".

Há relatos de experiências de Manejo Comunitário Madeireiro no Acre nas quais as famílias foram completamente abandonadas após a exploração madeireira – é o caso do PAE Porto Dias, do São Luiz do Remanso, do Cachoeira e da Floresta do Antimary.

A análise do Manejo nos permite fazer muitas críticas aos processos de acumulação capitalista. E os produtores da floresta também o fazem, à sua maneira: sua experiência lhes permite entender que eles ocupam um lugar estratégico dentro da floresta, entendimento este que de certa forma *desnaturaliza* os processos socioeconômicos ao quais eles estão submetidos.

Em relação ao manejo comunitário madeireiro, notamos o processo da emergência de uma floresta socialmente produzida, que adquire novos significados econômicos, garante uma aparência simbólica (que se aproxima da ideia de renda de monopólio, elaborada por Karl Marx n'*O Capital*) para os seus produtos no mercado ambiental.

O apelo do "selo verde", como também é chamado o certificado FSC[460] (FOTOGRAFIA 63), não está só em dizer para o mundo que a madeira utilizada em um produto respeita critérios sociais, econômicos e ambientais; o material também serve de *álibi* para atrair a atenção para um nicho de mercado. Na prática, a presença da exploração madeireira na RESEX Chico Mendes *desrespeitou todos esses critérios.*

[460] Cabe mencionar que a empresa FSC também certifica grandes companhias madeireiras

Fotografia 63: Esplanada do Plano de Manejo Comunitário Madeireiro no Seringal Floresta. Observa-se a placa de certificação do FSC. Fotografia retirada por P. C. R. Perez em 2016.

Foi surpreendente, durante a conversa com Sebastião, constatar a clareza de seu entendimento sobre os negócios da floresta: “Até quando essa mata tiver de pé vai vir dinheiro, os que põe o dinheiro aqui vão chegar e falar pra nóis: eu paguei para manter em pé!”[461]. Sebastião entende o que aconteceu depois da criação das Unidades de Conservação: as mesmas instituições que um dia financiaram a devastação da floresta são os seus principais investidores.

Com frequência, em dinâmicas de grupo que acontecem nas oficinas capacitadoras para o manejo não madeireiros, os saberes tradicionais são menosprezados em relação aos saberes técnicos. Os camponeses reclamam da linguagem cientificista, dizem que em muitas ocasiões estão falando a mesma coisa que o técnico, mas o “especialista” não está disposto a escutar.

Porém, ao entrevistarmos Chico Pedro, do Seringal Albrácia, descobrimos que os mateiros (camponeses que têm conhecimento sobre a floresta, responsáveis por identificar as seringueiras e as castanheiras) foram incorporados pela COOPERFLORESTA para exercer o cargo de “identificador de espécies vegetais”. Chico passou por um pequeno curso de capacitação para trabalhar no Manejo e, segundo ele, grande parte dos “homens que falam bonito [os engenheiros florestais] é de fora e não sabe quase nada de árvore”[462].

Segundo Evandro Araújo, o engenheiro florestal da COOPERFLORESTA, o adjetivo “comunitário” é utilizado para expressar que essa modalidade de Manejo

[461] Entrevista concebida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.
[462] Entrevista concebida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

depende da mobilização da comunidade. Entretanto, em campo constatamos que os camponeses só são convocados a se associarem (e, para tanto, têm de pagar uma taxa de R$250,00) e a assinarem o termo de concordância da exploração madeireira.

O processo de seleção e extração das espécies vegetais não é nada inclusivo: são os técnicos que selecionam as áreas mais próximas do ramal e escolhem as árvores que serão derrubadas. Na época da extração da madeira (que ocorreu no verão de 2014), os camponeses foram proibidos de acompanhar sua retirada e só conseguiram averiguar quantas árvores haviam sido derrubadas depois que a equipe já tinha se retirado do local.

Antes havia duas maneiras de realizar essa operação: 1) a equipe explorava 20 hectares da colocação e pagava seu respectivo morador pelo valor do lote de madeira; 2) ou uma dupla de vizinhos entrava com o dobro dessa área (40 hectares em cada uma das colocações) e repartia o valor entre eles. Hoje a COOPERFLORESTA só aceita a segunda opção. Segundo Mir, a previsão é de que em 2017 as segundas Unidades de Produção Anual (UPAs) sejam exploradas, com preço de R$45,00/m³ da madeira.

Tendo em vista todas as críticas da experiência do PAE Cachoeira, por que existiram camponeses da RESEX Chico Mendes que decidiram entrar no Manejo Comunitário Madeireiro?

Muitos de nossos entrevistados que aceitaram o manejo argumentaram que a abertura do ramal e instalação de luz elétrica foram as principais razões pelas quais eles aceitaram a proposta da COOPERFLORESTA.

Segundo Maria José, moradora do Seringal Sibéria, ela só aceitou a retirada de madeira de sua colocação porque a extração das toras implicava a abertura de um ramal e qualquer intervenção desse porte geralmente leva muito tempo para ser executada (os técnicos do ICMBio têm de fazer uma avaliação da área primeiro). Essa experiência, entretanto, acabou sendo traumática.

Igarapés, ramais e varadouros foram danificados e entupidos devido à circulação das grandes Skidders (máquinas que fazem o transporte das toras de madeira)[463]. No caso de Maria José, em sua conta foi debitado o custo de dois ramais, visto que o primeiro entupiu e precisaram abrir um novo. O valor bruto de seu lote foi de R$ 6497,82, com o desconto de R$641,01 em taxas administrativas e R$ 3643,30

[463] Essas constatações são reconhecidas pelos técnicos do ICMBio na ata da XIV Reunião Ordinária do Conselho da RESEX Chico Mendes, realizada em 27 de abril de 2015.

em taxas de custo. No final, a camponesa não chegou a ver o dinheiro. Os R$2213,56 que recebeu foram retirados de sua conta bancária para o pagamento de uma dívida pretérita de cerca de R$3 mil.

Em reação às denúncias realizadas pelas famílias da RESEX Chico Mendes, o STR de Xapuri - no dia 22 de dezembro de 2014, exatamente 26 anos depois da morte de Chico Mendes - decidiu divulgar a carta intitulada “Xapuri Pede Socorro”. O texto discute a falta de serviços públicos como educação e saúde, e questiona se a população local seria a verdadeira beneficiária dos projetos do governo do estado do Acre, como o Plano de Manejo Comunitário Madeireiro e a Fábrica NATEX.

No documento, o sindicato tenta explicar como os interesses privados são contemplados em projetos sociais, por que os preços pela compra da madeira são injustos e por que a construção de ramais e a instalação de energia elétrica orbitam ao redor de falsas promessas. O texto vai mais além: explica ainda por que NATEX dá preferência para a compra de látex advindo dos grandes seringais de cultivo e o que significa o monopólio da COOPERACRE na compra das latas de castanha.

A carta finaliza com a seguinte questão:

> Pense, vinte e seis anos depois de sua morte, será que Chico Mendes e outros tantos companheiros, que poderiam ter sido bem mais importantes vivos, vendo seus filhos crescer, brincando com seus netos, zelando e lutando pelo que acreditavam, morreriam de novo, vendo que sua morte tem sido motivo de tantas discórdias, enriquecimentos de pequenos grupos e o abandono quase que geral daqueles que ele defendia? (*sic*).

Vinte seis anos depois da morte de Chico Mendes, Xapuri continua sendo um *lócus* de resistência, que critica o papel das históricas lideranças que foram cooptadas e se alinharam aos interesses privados. A reflexão trazida na carta pela direção do STR é de que a resistência camponesa precisa repensar os sentidos da luta e manter a “floresta em pé” como fruto de uma decisão popular, coletiva e autônoma.

Em 27 de janeiro de 2015, o STR de Xapuri protocola no Ministério Público Federal um abaixo-assinado que pede que toda a madeira extraída pelo Plano de Manejo Comunitário Madeireiro seja embargada. É descrita a incoerência entre o discurso e a prática da COOPERFLORESTA.

Segundo o documento:

> Pelo que se ouvia, em reuniões e conversas dos líderes do movimento, era de que a retirada da referida madeira não causaria danos ao meio ambiente e, que ainda traria a melhoria da qualidade de vida dos extrativistas residente nas localidades mapeadas para o manejo. Seriam abertos ramais em áreas que ainda não tinha, melhorando os ramais já existentes, além do recebimento de pecúnias em dinheiro para os ocupantes das áreas (*sic*).

Mais adiante, são relatados os impactos da atividade:

> Nas áreas onde estão retirando a madeira, não existe nenhuma fiscalização, derrubam-se e levam-se o que bem quiserem, das madeiras de proibições nacional a outras permitidas; não houve redução do desmatamento, pelo contrário, piorou porque os mesmos extrativistas continuam brocando, derrubando e queimando suas roças por falta de alternativas econômicas, e agora vendendo também a madeira (*sic*).

Após queixas, o ICMBio decide que toda a madeira extraída não saia de Xapuri e decide criar serrarias portáteis nas áreas de Manejo. Toda a madeira extraída na RESEX Chico Mendes só pode sair beneficiada - embora existam denúncias de que, pelo Rio Acre, foram retiradas toras de madeira do Seringal Dois Irmãos, local onde Júlio Barbosa (ex-prefeito de Xapuri) possui uma colocação.

Na Maloca - a esplanada do Manejo localizada no Seringal Albrácia - era possível comprar a dúzia de tábua por R$120,00, o palanque para curral por R$200,00 e a estaca por R$15,00 (valores atualizados em 2016). As madeiras brancas, tidas como as de pior qualidade, encontravam-se apodrecendo no local (FOTOGRAFIAS 64 e 65).

Fotografia 64: A Maloca com a madeira beneficiada e com as toras. Fotografia retirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 65: Toras de madeira em processo de decomposição. Fotografia tirada por P. C. R. Perez em 2016.

As famílias que tiveram suas colocações manejadas nos contaram que a caça diminuiu nos invernos de 2015 e 2016. Isso ficou evidente quando vimos a colocação de Mir, que nos mostrou uma área de extração onde havia diferentes tipos de capim e embaúba crescendo para todos os lados. Manoel Targino, presidente da COOPERACRE, apontou que um dos motivos para a redução da safra da castanha no ano de 2017 foi a realização do manejo, que prejudicou o processo de polinização da *Bertholletia excelsa*.

Na XIV Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes, realizada no dia 24 de abril de 2015, os técnicos do ICMBio fizeram uma longa explanação sobre o balanço da primeira experiência de retirada legal da madeira. Foram apontadas várias falhas ambientais e sociais nessa empreitada, e o próprio órgão teve de reconhecer que as técnicas empregadas para a extração não eram inofensivas:

> [...] na segunda UT (Colocação Gafanhoto II), foi verificado que as estradas secundárias foram abertas em desacordo com o recomendado e planejado, e não houve mitigação aos danos causados ao solo. Em relação aos pátios de estocagem "foram abertos em locais aleatórios e suas dimensões não estão de acordo com o planejamento estabelecido no POA.
> [...]
> No que diz respeito aos diâmetros das árvores exploradas foi diagnosticado que há uma diferença entre os dados de campo com os do projeto/POA 2011: "Essa diferença reforça que o manejo não foi realizado com o critério adequado". Na UT Gafanhoto I "as clareiras geradas possuem grande abertura do dossel com presença de taboca e embaúba, o que põe em risco a ecologia da área". Nessa UT a floresta sofreu muitos danos com árvores cortadas sem técnica adequada.

Em relação aos aspectos sociais, a explanação do técnico do ICMBio Flúvio pondera:

> Quanto aos aspectos sociais verificou-se que não houve empoderamento da comunidade do processo de exploração, não ocorreu capacitação nem mesmo para os jovens das comunidades envolvidas para que pudessem trabalhar no manejo, "sendo toda a mão de obra terceirizada". O relatório ainda salienta que: "Causou muita preocupação o fato de que as famílias entrevistadas durante o período da vistoria desconhecem no que o manejo florestal sustentável comunitário implicará em seu modo de vida, além da renda imediata repassada pela AMOPREX, bem como, desconhecem também qual o uso que se dará a floresta remanescente na área do manejo". Assim ficou nítido para equipe de vistoria que os comunitários pertencentes ao grupo de manejadores têm pouco conhecimento de manejo florestal comunitário e desconhecem a importância do MSF comunitário sobre o modo de vida das famílias (Grifos nossos).

O ICMBio, o órgão que avaliou e autorizou a realização da retirada da madeira pela COOPERFLORESTA, atestou uma série de falhas em sua vistoria às áreas manejadas e admitiu que a cooperativa não cumpriu os critérios para a modalidade de manejo comunitária na RESEX Chico Mendes. Mesmo com essas conclusões, no dia 13 de julho de 2017, o órgão emite a Portaria N°476[464], que autoriza a exploração do segundo POA solicitado pela AMOPREX e relativo a 97 colocações, totalizando

[464] Portaria N°472 disponível em < http://www.ICMBio.gov.br/portal/images/stories/portarias/Portaria_476_de_13_de_julho_de_2017.pdf> (último acesso em: 06/11/2017).

uma área de manejo de 17. 452,42 hectares. Ainda está prevista no IIPDSA a exploração madeireira na região de Brasileia, Epitaciolândia e Assis Brasil.

No verão de 2016, na Comunidade Rio Branco, Raimundão de Barros anunciou que o CTA faria uma proposta de implantação de uma miniusina de móveis no local. A ideia era que Julia Feitosa - uma das principais técnicas da ONG - apresentasse o projeto de beneficiamento das madeiras que naturalmente caíram na floresta. Os moradores do Seringal Floresta desconfiaram da proposta, e os que entraram no Manejo recusaram a proposta de exploração da segunda UPA.

Nas secretarias do governo de Rio Branco e Xapuri, o apelo da extração da madeira como complemento da renda familiar foi enfraquecendo. Entretanto, apesar da grilagem de terras, da extração madeireira e da pecuária serem os maiores vetores de desmatamento no Acre, enfatizava-se que a agricultura camponesa, que utiliza a técnica de corte e queima, era uma das principais ameaças à conservação ambiental. Vale destacar que a Universidade da Flórida, e o trabalho do professor Irving Foster Brown, contribuem para a produção de diagnósticos que relacionam os índices de desmatamento ao emprego das práticas agroextrativistas de indígenas e de camponeses[465].

As políticas do SISA dão muita ênfase à produção de projetos, normas e regulações que diminuam as taxas de desmatamento em Unidades de Conservação e em Projetos de Assentamento.

Entre os anos de 2016 e 2017, ainda encontramos na RESEX Chico Mendes a presença de duas grandes políticas: o Bolsa Verde e o Programa Florestas Plantadas.

Diversas secretarias são categóricas na afirmação de que o manejo múltiplo dos recursos da natureza e a presença do Estado e das ONGs como fiscalizadores são fundamentais para combater o desmatamento e racionalizar as práticas agroextrativistas.

Em relação ao uso do fogo, algumas famílias se mostraram desconfortáveis quando pedimos para acompanhar as etapas do roçado. Os camponeses da floresta não se sentiam confortáveis com a nossa presença nos momentos de derrubada e queimada; decidimos respeitar as famílias e só acompanhamos as que nos chamaram para participar de atividades cotidianas. Alguns seringueiros até chegaram a nos confundir com técnicos do ICMBio e das ONGs, o que (apesar de desconfortável, pois

[465] Diagnósticos que são, inclusive, utilizados nas justificativas dos projetos de REDD+ em seringais no Vale do Rio Juruá e no Vale do Rio Purus.

não estávamos naquele espaço para fiscalizar nem reprimir) serviu de índice para avaliar como era a relação entre os camponeses das florestas e os órgãos gestores.

De acordo com eles, o ICMBio só aparece na Unidade de Conservação para averiguar uma denúncia, geralmente acompanhado pela Polícia Federal. Vale, aqui, uma referência às ponderações de Watts e Peluso (2001): no mundo neoliberal, o ambientalismo se territorializa a partir do uso da violência. Ou, indo mais além: a *produção capitalista da natureza* é *violenta* e lança mão de *mecanismos de controle e de repressão*.

Ao longo de nossa pesquisa, argumentamos que a abertura de pequenas clareiras e o emprego da técnica de corte e queima foram importantes na produção histórica da natureza. Mas não são só os povos originários e camponeses da Amazônia que sofrem críticas pelo emprego desse saber ancestral.

Bernini, (2015), em seu trabalho com populações quilombolas no Vale do Ribeira (Barra do Turvo – SP), mostrou como o conhecimento positivo empregado pelos técnicos da Fundação Florestal e pela COOPERAFLORESTA ignora a importância de técnicas tradicionais. É no conflito entre esses saberes que se evidencia a diferença entre as lógicas de produção da natureza. A geógrafa (BERNINI, 2015, p.211) pondera:

> [...] a questão da proibição do uso do fogo evidencia importantes diferenças entre formas de produção da natureza dos quilombolas e aquela que vai sendo implantada pela COOPERAFLORESTA e pelo mercado de orgânicos. A introdução das técnicas da agricultura não necessariamente valoriza os saberes e as práticas tradicionais, pois não consideram a prática da coivara técnica importante para a manutenção dos sistemas biofísicos da mata atlântica.

Em 2008, três anos após a ocorrência do grande incêndio no Acre, os Ministérios Públicos Federal e Estadual entraram com uma ação com o objetivo de proibir o uso do fogo no estado até o ano de 2012. Essa medida ficou conhecida como “lei do fogo zero”. Como forma de respaldar a decisão do Estado, foi criada no ano de 2008 a Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais (CEGdRA), que era composta por mais de 26 entidades[466].

A reação dos camponeses a essa medida foi de indignação, pois ela vinha de pessoas que não tinham conhecimento sobre a rotina no campo. Em nossa pesquisa,

---

[466] Entre as entidades principais podemos citar: SEAPROF, IMAC, IBAMA, EMBRAPA, polícia militar, e o exército. Para mais informações recomendamos acessar: < http://queimadas.cptec.inpe.br/~rqueimadas/material3os/2011_CEGDRA_PlanoPrevencaoQueimadasAcre_SEMA_DE3os.pdf> (último acesso em: 07/11/2017).

percebemos que existem áreas de roçado em relevos declivosos[467] que impossibilitam a utilização de tratores (ou de outras ferramentas) para gradear a terra. Também vimos que existem alguns tipos de plantios (como o arroz) que rendem uma boa colheita – uma melhor colheita, aliás - na “terra queimada”. Manoel Gomes, morador do Seringal Filipinas, contou que gradeou a terra para plantar o feijão pagando uma diária de $350,00 (mais os gastos com o óleo diesel) pelo uso do trator da prefeitura de Epitaciolândia – entretanto, sabemos que não são todas as famílias que dispõem dessa quantia para pagar esses custos. Raimundo Pereira, no ano de 2014, empregou máquinas na terra para plantar o arroz, porém perdeu toda a produção.

O governo do estado do Acre tinha garantido de que forneceria os tratores, todavia os moradores da RESEX Chico Mendes estão até hoje na espera. Vale lembrar que o uso de maquinário pesado também pode produzir grandes impactos, como a compactação e retirada de materiais do solo.

Como alternativa ao uso do fogo em roças, o programa REM KfW alocou recursos para o chamado “Roçados Sustentáveis”. Esse projeto objetiva a doação de plantas leguminosas (como a mucuna e a puerária) como alternativa à prática da coivara. No entanto, segundo o camponês e morador da RESEX Chico Mendes, Mauro, a forma com que a técnica foi introduzida nas roças ainda requer modificações, e se passar do tempo de corte da leguminosa o solo pode sofrer perdas significativas. ONGs como o PESACRE e o CTA são as principais responsáveis pelas distribuições das mudas e da realização de oficinas para a introdução dos “Roçados Sustentáveis” e SAFs.

No ano de 2013, prevendo a ocorrência de uma grande reação popular, a lei foi alterada e passou a ser permitido o uso do fogo em áreas de até três hectares. Todavia, como vimos em campo, as famílias ainda têm receio em empregar a técnica. Por mais que não tenham clareza sobre as metas do Estado na redução das emissões de gases de efeito estufa, do desmatamento e das queimadas, as famílias intuem que estão na mira dos órgãos fiscalizadores e temem que suas práticas ancestrais possam ser criminalizadas.

Muitos moradores sabem que o local onde vivem é caracterizado por sua institucionalização. Os camponeses têm noção de que podem estar sendo vigiados, e que algumas práticas de seu cotidiano podem ser vistas como motivo de denúncia,

[467] Em Assis Brasil, especialmente, boa parte das roças estão em áreas com uma maior declividade.

passíveis de multa e criminalização. Não podemos esquecer que, nos primeiros anos da RESEX Chico Mendes, houve a presença de fiscais colaboradores[468] cuja função era monitorar o cumprimento do Plano de Utilização. Caso fosse encontrada alguma irregularidade, era possível que essas pessoas realizassem uma denúncia formal junto ao IBAMA. Brigas entre vizinhos, desafetos familiares e disputas políticas, por exemplo, foram potencializadas quando alguns possuíam o "pequeno poder" da fiscalização. O legado do passado aparece até hoje nas entrevistas com os camponeses, que dizem que é possível que um parente ou vizinho mal-intencionado faça uma denúncia para o ICMBio caso surja algum conflito territorial.

Em muitos momentos, os camponeses contestavam a validade do controle sobre as suas práticas cotidianas e endereçavam a destruição da floresta ao latifúndio que continuava a avançar e grilar terras. Nos parece que, em uma lógica de destruição e conservação da natureza, são as famílias da RESEX Chico Mendes que geram *ativos* para que a produção de *passivos* da apropriação privada continue avançando com o desmatamento, as pastagens e a criação de gado.

Compondo o leque de estratégias que visam à redução do uso do fogo, endossando a Lei 2025 de 20 de outubro de 2008[469] (que prevê a certificação de propriedades rurais) é criado o programa Bolsa Verde, pelo qual as famílias recebem trimestralmente o valor de R$300,00. Operando na mesma lógica dos chamados Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o camponês que assina o termo de concordância afirma estar ciente da adoção de práticas relativas à contenção dos impactos ambientais.

Para Dercy Teles, há uma relação entre a "lei do fogo zero" e a implantação da Bolsa Verde – visto que esse benefício foi anunciado no ano de 2012, período da proibição das queimadas no estado do Acre. Em uma entrevista realizada para o CIMI (2012, p.38), a liderança afirma:

> Israel: Então o fogo zero tá vinculado àquilo que eles tão chamando de "Bolsa Verde"?

---

[468] Os fiscais colaboradores do IBAMA eram moradores da RESEX Chico Mendes, que por uma série de critérios (como a idade avançada, o conhecimento sobre os direitos locais e sobre a floresta) podiam se inscrever e passar por uma oficina de apresentação sobre o Plano de Utilização. E, assim, estavam aptos a trabalhar no monitoramento de suas localidades. Entretanto, como mostrou a pesquisa de Luna (2003), muitas dessas pessoas faziam uma livre interpretação das regras e comumente mesclavam com direitos costumeiros. Em campo, notamos que as pessoas que foram fiscais nos anos 1990 ainda são hostilizadas por certos moradores nos dias atuais. O saldo dessa experiência é que o sentido comunitário foi enfraquecido.

[469] Para maiores consultas: < http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2025.pdf > (último acesso em: 07/11/2017).

> Dercy: Exatamente. E como alternativa para substituir o uso do fogo, o governo disponibilizou uma compensação chamada “Bolsa Verde”, que equivale a cem reais mensais - o que é insuficiente em qualquer situação para a sobrevivência de uma pessoa, imagina de uma família...

Ao acompanharmos as famílias na rua, percebemos que é muito difícil fazer a feira com esse valor. Os preços dos produtos alimentícios são altos e, como já dissemos, o processo de se deslocar para a cidade envolve uma série custos que vão além do gasto com o mercado.

A lógica da economia camponesa busca assegurar ao máximo a autossuficiência alimentar. É um contrassenso fazer com que as famílias substituam seus alimentos saudáveis, plantados em seus roçados, por produtos industrializados e com agrotóxicos. O acesso ao Bolsa Verde se somou a outros programas (como o Bolsa Família e a aposentadoria rural), renda que é utilizada para necessidades cotidianas.

Enquanto fazíamos nossa pesquisa, em uma de nossas visitas à AMOPREX descobrimos que o benefício estava em processo de corte. No verão de 2016, uma parte considerável das famílias cadastradas não havia recebido o pagamento, mais um indicativo de que seus direitos e benefícios não são a prioridade do Estado. E se a economia camponesa supera os períodos críticos, é justamente porque ela luta pela sua autossuficiência.

As famílias que assinaram o Bolsa Verde - e que tinham recebido mudas de mucuna e puerária dos chamados “Roçados Sustentáveis” - estavam em um processo de cadastramento e implantação do Programa “Florestas Plantadas”.

Desde a fundação da COOPERACRE (e a partir do desenvolvimento das chamadas cadeias-produtivas), o Estado vem nutrindo o discurso de que a subordinação da produção agroextrativista é boa para amenizar os impactos ambientais. Outro argumento dado pela SEAPROF é de que a juventude camponesa migra do campo por não ver vantagem nas práticas tradicionais agroextrativistas: “O jovem não quer passar o dia inteiro na estrada de seringa. Ele realiza uma série de tarefas, ele busca atividades que economizem o tempo e que tenham um retorno em dinheiro”[470], explica Aldemir, chefe da subdivisão da borracha.

Para atender às demandas de mercado e de uma nova geração, em 2009 é desenhada a primeira versão do Programa Florestas Plantadas. Financiado pelo

---

[470] Entrevista concebida à Pietra Cepero Rua Perez em 2016.

Fundo Estadual de Florestas, sua proposta é construir viveiros de mudas de seringueiras, castanheiras, açaí, graviola, acerola, araçaboi, cupuaçu, abacaxi, etc. e recuperar áreas desmatadas (principalmente os pastos) com a implantação dos SAFs.

Segue o trecho que explica sua função (ACRE, 2009, p.2):

> [...] tem como objetivo principal promover o estabelecimento de florestas plantadas em áreas alteradas e degradadas, com vistas à formação de suprimento de caráter produtivo e estratégico, aumentando a competitividade das indústrias de base florestal do Estado, com a geração de trabalho e renda.

O princípio dos seringais de cultivo estabelecidos nos países do Sudeste Asiático, possibilitado após o contrabando das sementes de *Hevea brasiliensis*, é evocado como a lógica norteadora desse projeto. A domesticação das espécies vegetais e o plantio em uma pequena área (onde são consorciadas diferentes espécies vegetais) fazem parte da estratégia empregada pelo Programa das Florestas Plantadas (FIGURA 7).

As ideias preconizadas por Homma (1994,1995) - de que o extrativismo na Amazônia era um modelo econômico superado pelas técnicas de domesticação e plantio - são atualizadas nos planos dos tecnocratas. Em uma leitura dicotômica sobre o moderno e o arcaico, as práticas ancestrais e a sua forma de produção da natureza são postas de lado frente a uma nova fórmula modernizadora, uma vez que a produção capitalista da natureza permite um maior rendimento em uma área menor.

Segundo Tião Aquino, ex-presidente da AMOPREX e atual diretor da COOPERACRE (unidade Xapuri), a ideia da implantação do programa é que o Estado forneça as mudas e a assistência técnica enquanto o camponês fornece mão-de-obra e terra. Com a implantação da transição agroflorestal é possível que a partir do terceiro mês a família inicie a colheita dos primeiros produtos. No sexto ano o açaí está pronto para ser colhido, e a seringa, para ser cortada. Depois de doze anos, é a vez da castanheira dar os primeiros ouriços.

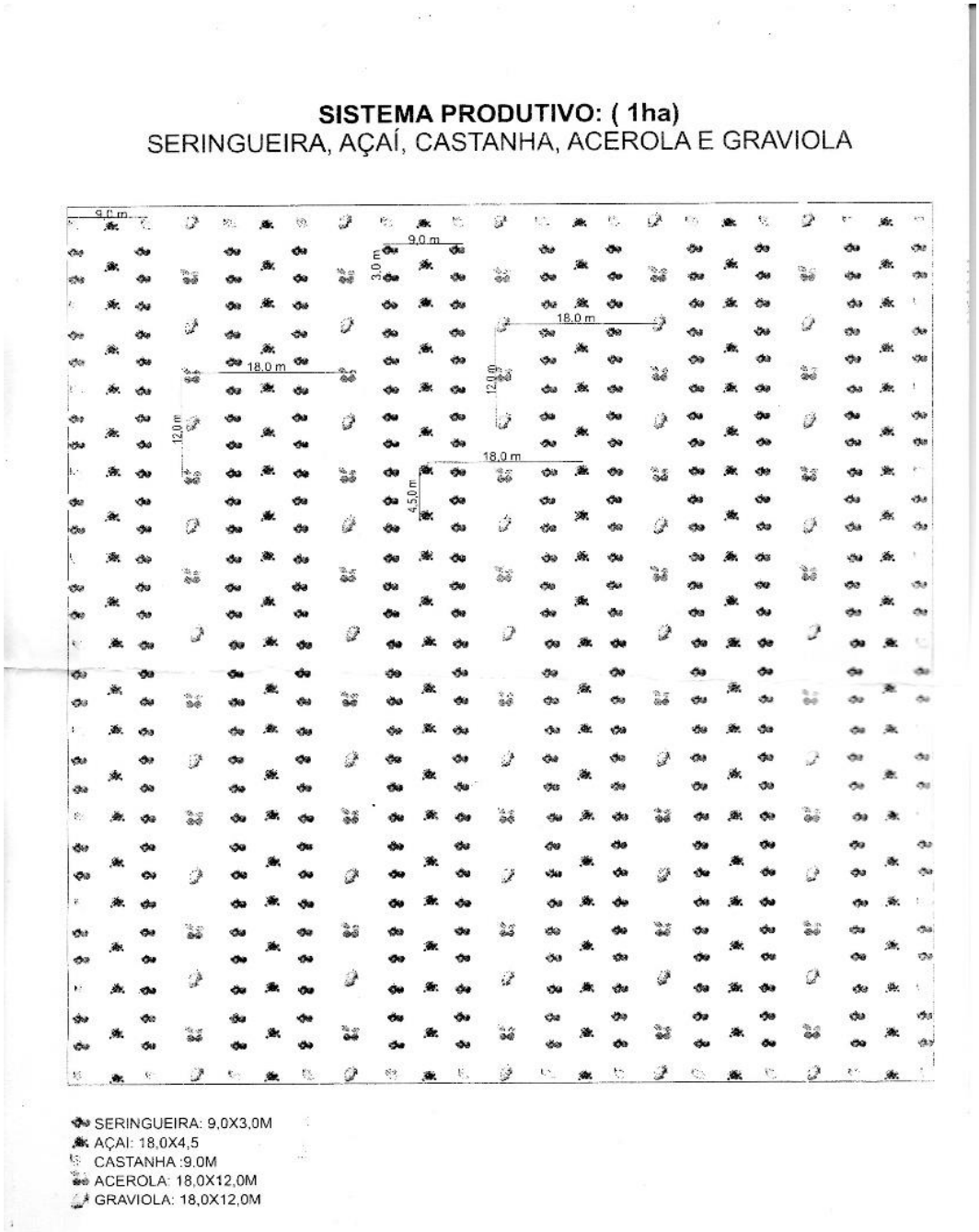


Figura 7: Modelo do Sistema Agroflorestal previsto para a implantação do Programa Florestas Plantadas. O material foi produzido pela SEAPROF, e foi nos cedido no escritório de Rio Branco.

Nos primeiros anos do SAF dá para plantar o milho e o feijão entre as fileiras com os outros plantios, mas com o passar dos anos as plantas que precisam de maior insolação não conseguem competir com espécies como a seringueira, a castanheira e o açaí. Estudos pretéritos sobre a transição agroflorestal já apontaram que certos cultivos são mais produtivos na lavoura branca, enquanto outros rendem mais no

SAF[471]. Nesses casos, a família camponesa acaba se dividindo entre a roça e o SAF. O látex e as frutas colhidas, por sua vez, são direcionados para a COOPERACRE (a aposta da cooperativa é a fabricação de polpas).

Ainda em suas primeiras etapas de implantação, foram selecionados oito seringais da RESEX Chico Mendes para receber as primeiras mudas: Palmari, Nova Vida, Nazaré, Albrácia, Sibéria, Guarani, Filipinas e Dois Irmãos (todos localizados no município de Xapuri).

Chegamos a ver as primeiras mudas do Programa Florestas Plantadas nas colocações do Seringal Albrácia (FOTOGRAFIAS 66 e 67). Na ocasião, os camponeses contaram que foi realizado um curso de dois dias em que foram apresentadas algumas técnicas e profissionais foram às suas casas para selecionar a área onde seria feito o plantio. A reclamação que mais ouvimos foi acerca da escolha desse local – segundo as famílias, é mais difícil ver o plantio vingar quando há capim, e eles não sabiam se viria algum trator preparar a terra, já que é proibido o uso do fogo nas colocações. Sua apreensão era de que se passasse o tempo para a plantação; na agricultura, é o ritmo das águas que marca o calendário.

Fotografia 66: mudas do Programa Florestas Plantadas. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 67: mudas do Programa Florestas Plantadas. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Nas entrevistas, apareciam mais dúvidas do que certezas. As famílias reclamavam que as decisões eram feitas arbitrariamente e que ninguém havia

[471] Tivemos a experiência de visitar as famílias quilombolas da RDS Barra do Turvo (SP) durante a graduação do bacharelado em geografia (FFLCH/USP) e essa questão apareceu fortemente nas entrevistas. As famílias se alternavam entre a lavoura branca e o SAF. O tema é aprofundado na pesquisa de doutorado de Bernini (2015).

conversado com elas sobre a seleção do plantio. Além disso, ninguém estava certo de que o mercado garantiria a absorção do produto, nem se haveria uma infraestrutura de transporte e beneficiamento para ele (alguns ramais e varadouros ficam intransitáveis no período de inverno, quando é feita a colheita de algumas espécies; no caso do açaí, por exemplo, o transporte, a higienização e o beneficiamento têm que ocorrer em até 72 horas).

Elas também se perguntavam se haveria competição entre a demanda de trabalho entre as diferentes atividades, pois não estavam dispostas a abandonar seus roçados para a implantação dos SAFs. Vimos alguns camponeses que recusaram as mudas com base nessa justificativa.

A ideia de realizar SAFs não é nova na RESEX Chico Mendes. Dercy Teles nos contou que desde 1989 surgem projetos que preveem a realização da transição agroflorestal, mas as experiências anteriores de implantação de SAFs foram abandonadas devido à falta de acompanhamento técnico e de mercado (como aconteceu no Projeto Áustria, aplicado nos Seringais Sibéria, Albrácia e Dois Irmãos). Quando a cooperação cessa com o investimento, as famílias também interrompem a ação.

Em anos anteriores, houve a distribuição de mudas clonadas de seringa. No roçado de Peba, em Assis Brasil, encontramos alguns desses clones (FOTOGRAFIAS 68 e 69), mas boa parte do que o camponês plantara já tinha morrido. Não se sabe a razão por que as plantas não vingaram.

Fotografia 68: muda clonada de seringueira no roçado de Peba. Fotografia retirada por P. C. R. Perez 2016.

Fotografia 69: Peba em seu roçado nos mostrou as mudas clonadas de seringueira que morreram. Nota-se que a planta não consegue desenvolver suas raízes. Fotografia retirada por P. C. R. Perez em 2016.

Ainda é cedo para fechar conclusões sobre o Programa Florestas Plantadas, mas o que ele tem em comum com projetos anteriores é a função de desenvolver e racionalizar a prática agroextrativista. Eles também contêm uma lógica diferente de produzir a natureza – o capitalismo, por meio das políticas de conservação ambiental, vem recriando formas de produção não capitalista da natureza em um processo permeado por conflitos, contradições e pelo uso da violência.

É no dia-a-dia que conseguimos avaliar melhor a relação entre o Estado, as ONGs e as famílias camponesas. Existe um hiato entre o que os tecnocratas planejam em suas mesas e o que acontece dentro de uma colocação, e uma distância maior ainda entre a confecção desses projetos e sua efetivação legal. Mas é justamente nas brechas e contradições dessas políticas públicas que surgem críticas contundentes ao seu *modus operandi,* críticas estas que desnaturalizam os processos socioeconômicos aos quais essas famílias estão submetidas.

Logo, se o capitalismo implica essa dinâmica incessante de destruição e conservação da natureza, onde estão as práticas que não foram reduzidas por esse sistema? E mais importante ainda: como elas podem contribuir para uma outra produção da natureza?

Notas sobre a produção artesanal da natureza[472]: caminhos (insurgentes) na RESEX Chico Mendes

Os roçados e as práticas agrícolas são apontados pelos tecnocratas, e por alguns cientistas, como uma das grandes ameaças atuais à floresta amazônica. Especialmente, o uso do fogo está longe de ser um consenso. Na fala desses sujeitos sociais é construída uma imagem: a cada ano que a família camponesa decide abrir a pequena clareira para a sua roça, uma parcela de mata é derrubada. Como se este processo não houvesse um caminho de volta.

Em muitas entrevistas que realizamos em Rio Branco nas secretarias do governo do estado do Acre, no IBAMA e no ICMBio, as preocupações voltadas à

[472] Devemos indicar que o termo “produção artesanal da natureza” foi criado em uma de nossas reuniões de orientação pela Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques quando relatamos a história de Seu Altenir.

RESEX Chico Mendes eram para o fato de que os seus habitantes já não teriam mais uma postura de “guardiões da floresta”. Na interpretação dos tecnocratas, o que estava em jogo para a família camponesa seria as suas necessidades, principalmente as que são guiadas pelo contato com o mundo externo. Em alguns relatos, chegou-se a apontar que o “genuíno” seringueiro não existia mais, que o “contato” com os colonos, seus valores e sua estética teriam modificado negativamente os princípios ecológicos do extrator de látex.

Na avaliação realizada nos gabinetes, a decisão de brocar o roçado ou de comprar uma cabeça de gado passava por critérios econômicos (focados no indivíduo), e não pelos ecológicos (focados no planeta Terra e de seus habitantes). Em nome de uma manutenção de práticas “ecológicas”, a necessidade do controle sobre os corpos e seus territórios é legitimada perante a sociedade e os investidores.

Ao longo de nossa pesquisa, e em nosso texto, fomos construindo um argumento que diverge dessa ideia levantada pelo Estado, pelas ONGs e pelo mercado. Inclusive, tentamos descontruir as “soluções” propostas por esses sujeitos, como o Manejo Comunitário Madeireiro. Percebemos que o que guia as decisões do campesinato da floresta são as necessidades da família em um determinado espaço-tempo, e que o futuro – manifestado na preocupação dos que estão por vir – é um dos principais critérios norteadoras. Claro, também vimos a existência das atuais tensões e contradições postas pelo mundo externo. A partir do momento que o sistema de aviamento (como foi na época dos patrões) findou-se, e o mercado parou de demandar a borracha nativa, as famílias (guiadas pela *sapientiae* camponesa) tiveram que se recriar. E, ao contrário dos tecnocratas que congelaram no espaço-tempo os camponeses da floresta, estes reconhecem a presença da mudança.

Notamos que o acompanhamento de certas etapas do roçado foi mais difícil do que outras. Em especial, os momentos da broca, da derruba e da queimada são os mais estigmatizados pelos tecnocratas, e por consequência, os camponeses são constrangidos. Esta questão foi sentida no cotidiano das famílias quando realizamos o pedido para acompanhar as práticas agrícolas. Nos parecia que algumas pessoas sentiam que suas práticas eram “erradas” ou “proibidas”. E, de fato, por um período o foram, lembremos da “Lei do fogo zero”, por exemplo.

Devemos ressaltar que a técnica de corte-queima é utilizada tradicionalmente na Amazônia. E, como vimos no capítulo dois, a abertura de pequenas clareiras se assemelha a processos naturais, como a queda de árvores depois de uma tempestade

(BALÉE, 2013). O uso do fogo é tido como "[..] a mais antiga e mais poderosa tecnologia de criação, transformação e gerenciamento ambiental disponível para pessoas nativas"[473] (ERICKSON, 2014, p.203). Além disso, Morán (1990) aponta que essa prática ancestral propiciou o controle da sucessão secundária. De modo que, no final da idade útil da roça, planta-se diferentes árvores frutíferas que retardam a colonização de gramíneas invasoras e, assim, favorece-se o desenvolvimento das árvores. Sem contar que, tanto o uso do fogo quanto o plantio de árvores frutíferas são importantes para os animais (especialmente os de caça)[474], estes são também responsáveis pela dispersão de sementes da mata primária nas áreas de capoeira (MORÁN, 1990; ERICKON, 2014).

No contexto amazônica, na avaliação de Morán:

> A eficiência do sistema de corte-e-queima é indiscutível em comparação com qualquer sistema que pode ser introduzido. Mais calorias são produzidas para cada caloria investida do que qualquer outro sistema – mas tal eficiência energética depende da abundância de terras disponíveis, baixas densidades demográficas e uso de plantas adaptadas às condições ambientais (MORÁN, 1990, p.195).

Além disso, essa prática beneficiou a fertilidade do solo, visto que uma das grandes características dos solos amazônicos é a sua acidez e as baixas taxas de nutrientes essenciais para o desenvolvimento vegetal, como o nitrogênio. Uma outra marca que persiste ainda hoje nas práticas agrícolas é o não uso de agrotóxicos. Para isso, a presença da mandioca brava (que libera uma substância tóxica para algumas pragas), o uso do fogo e o plantio do cravo de defunto (*Tagetes erecta L.*) são importantes para o controle de pragas, principalmente os insetos (MORÁN, 1990; ERICKON, 2014)

Para poder plantar, foi antes preciso desenvolver diferentes técnicas de domesticação para os mais diversos vegetais. Ao longo do tempo, as pesquisas arqueológicas e de etnobotânica vieram notando que a dispersão de certas espécies estava relacionada com a ocupação de diferentes populações, o que foi permitido fazer a relação de que a sociedade é um agente produtor da natureza. As espécies

---

[473] No original: "Fire is the oldest and most powerful technology of environmental creation, transformation, and management available to native people"; Tradução nossa.

[474] Nos referimos a esse trecho: "Hunters and gatherers burn landscapes to attract browsing game, clear the understory for easier movement and harvesting of wild plants, encourage economic species attracted to light gaps and disturbance, and hunt game through cooperative fire and smoke" (ERICKSON, 2014, p.203).

selecionadas e melhoradas eram justamente aquelas que cumpriam uma função no cotidiano das diferentes populações, especialmente em suas dietas.

Para que alguns cientistas encarassem as práticas agroextrativistas das populações originárias e camponesas da floresta na Amazônia sob um outro prisma, foi preciso que mudassem o seu olhar sobre a natureza. Foi necessário que caísse por terra alguns dos principais mitos sobre esse bioma. Percebeu-se que as florestas tropicais não são estáticas, e que a sua estratificação pode variar ao longo do tempo. De acordo com Morán (1990, p.133):

> Halle *et. al.* (1978:333) mostrou que a floresta é muito mais dinâmica do que sugere Richards, estando continuamente sujeita a processos de renovação e senescência, dentro dos quais podem existir períodos onde existiam estratos e períodos onde não sejam observáveis (cf. Rollet 1978). É, assim, provável a existência de ordenação vertical, ainda que os estratos sejam fenômenos temporários em sistemas florestais dinâmicos.

Uma de nossas principais lições que aprendemos caminhando por piques, varadouros, estradas e nas áreas de roçados é que existe um ciclo inerente a natureza tanto da floresta quanto do homem: o nascimento, o crescimento e a morte. Entretanto, esta não é encarada como um fim, mas também como o começo. A morte de tabocais, de seringueiras, castanheiras e abertura e depois o abandono de uma roça são momentos que também permitem o nascimento.

Em especial, notamos que as técnicas presentes na roça se assemelham com a dinâmica da floresta. Nas visitas aos roçados parecíamos que estávamos no meio da mata. Alguns cientistas, como Erickson (2014) apontam que certos plantios se assemelham a agroflorestas. Princípios como a diferença da quantidade de luz solar, a temporalidade de desenvolvimento, a necessidade de diferentes espaçamentos entre as espécies guia a escolha dos vegetais e as possibilidades de consorciamento.

A nossa escolha pela abordagem da vida cotidiana não foi arbitrária. Lefebvre (1968, 1974, 1999) nos traz que na esfera do vivido, no processo da constituição de um tempo cada vez mais linear, e de atos repetitivos, contraditoriamente é o lugar da *criação* social. De acordo com Martins (2017, p.146), “A criação social está, portanto, no que não se repete, mas também, ocultada, no que se repete”.

O projeto do filósofo francês, que também foi o de Karl Marx, é de inversão o mundo às avessas. Nesse sentido, para Lefebvre (1972), a manifestação do mal-estar do mundo capitalista pode revelar uma *orientação*. De forma sucinta, o filósofo compreende que as determinações gerais da constituição do modo capitalista de

produção não conseguem anular por completo as relações sociais e seus conteúdos que antecederam à sociedade moderna.

> A ordem distante se projeta sobre a ordem próxima. Entretanto, a ordem próxima não reflete a ordem distante na transparência. Esta segunda ordem subordina a si o imediato através das mediações; ela não se entrega. Mais adiante: ela se dissimula sem se descobrir. É assim que age. Sem que se tenha o direito de falar de uma transcendência da Ordem, do Global ou do Total (LEFEBVRE, 1969, p.49).

O cotidiano é um produto do modo capitalista de produção, diferentes temporalidades lineares e cíclicas se entrecruzam, diversas modalidades de gestos repetitivos que demarcam os ritmos dos processos sociais e que contém a historicidade também estão presentes[475] (LEFEBVRE, 1986). Entretanto, o valor de troca não anula por completo o valor de uso e, a qualidade não desaparece com a quantidade, por exemplo. Nesse sentido, esses conteúdos que resistem à captura dos poderes identitários, homogeneizantes e da opressão da equivalência são os *resíduos irredutíveis* (*ibidem*, 1972, 1974).

> Para o sistema – que se quer perfeito, coerente e coeso – o vivido, o imediato são resíduos insuportáveis; porém, negado pela ordem estadista, o imediato não desaparece, ele "transparece e reaparece e reaparece a cada nível, como natureza, como corpo, como valor de uso, como vivido, como intuição, etc..." O imediato persiste em vários momentos da vida: no contato sensorial com as coisas, no uso ocultado pela troca, nos afetos e no vivido (NASSER, FUMAGALLI, 1996, p.35).

É no âmbito da vida cotidiana, nas tramas e nos dramas das relações sociais, que o filósofo francês vê brechas para a constituição do possível e do devir. Partindo de Marx, que compreende que "a revolução é o ato de apropriação das condições de vida pela sociedade em nome das possibilidades do gênero humano" (MARTINS, 2017, p. 147). Lefebvre compreende que "a criação social depende de que o homem se aproprie de seu destino, de algum modo, ainda que limitado segundo as possibilidades do momento histórico" (*ibid*, *ibidem*, p.147). Seriam nos momentos de apropriação que o homem estaria em vias de romper com o processo de alienação e de naturalização.

A partir dessas considerações, entendíamos que o cotidiano era um terreno profícuo para a compreensão dos atuais termos da produção capitalista da natureza. Entretanto, refutávamos a compreensão da modernização que parte do pressuposto

---

[475] No referimos a esse excerto: " [...] il y a toujours dans la vie « chaque jour » du linéaire e du cyclique, soit associés, soit dissociés, en interaction et en conflit. Le gestes, répétitifs et linéaires indispensables, ont toujors peuplé une partie du temps (une part de la durée qui semblait intanglible, résistante au devenir : geste du nettoyage, de la petite production ménagère, réservés généralement aux femmes !)" (LEFEBVRE, 1986, p.105-106).

de que não é possível resistir e lutar contra as determinações gerais. Fomos entendendo em campo que a manifestação das contradições e dos conflitos entre duas visões de natureza poderia nos evidenciar o projeto de duas produções da natureza: uma que está condicionada a uma segunda natureza; e outra que se remete a conteúdos anteriores à sociedade moderna, de uma segunda natureza *estranhada*, mas que abre caminho para pensarmos na possibilidade de uma outra sociedade[476].

Assim como Damiani, entendemos que:

> [A] vida humana sendo dilacerada por uma economia que se faz mundo. A consideração da vivência não é a de um saber além da lógica reinante - até como imanente ele também -, não é o que se busca, mas é a posição do social (incluindo o individual), em relação ao econômico e ao político (como estatista). Se pouco sobra, trata-se de "uma sociedade sem civilização", e o vivido nos fala sobre essa decadência. É através de seu reconhecimento crítico que nos orientamos. Nesse limite, do ponto de vista da exposição, que iniciamos, o movimento das lógicas, com a inserção da lógica dialética, equivale a ir em direção aos conteúdos do vivido. A lógica dialética inclui um movimento desse reconhecimento: o dos conteúdos sociais do vivido. O trajeto é o da forma pura aos conteúdos, incluindo a fecundidade do vivido (DAMIANI, 2008, p.59).

A busca pelo acompanhamento das práticas agroextrativistas, situadas na esfera da vida imediata, residia na ideia que poderíamos entender como que se produzia a natureza no âmbito das relações sociais mais moleculares – porque, de fato, a produção da natureza (que também contém a história) se realiza por meio de relações sociais.

> Na textura do conhecimento cotidiano, ao nível do senso comum, há uma projeção do conhecer possível, se o critério de verdade do saber se definir pela prática. Na prática, algum nexo com a natureza natural e humana desdobra-se em entendimento, com ingredientes até aleatórios e mágicos, ainda assim, definindo um discernimento no plano do pensamento (DAMIANI, 2008, p.59).

Se para Lefebvre (1974), o conceito de espaço deveria ser religado a uma prática social, percebemos que com o de natureza também deveria acontecer o mesmo. E, na busca pela compreensão dos embates e dos *estranhamentos* produzidos pelas normas, regras e projetos do Estado, percebemos que as resistências e as desconfianças dos camponeses da floresta eram pautadas em suas práticas cotidianas referenciadas a partir de um complexo processo de socialização desde a infância.

---

[476] Interessante pontuar que quando os camponeses da floresta se remetem ao passado como uma referência não se trata de um passadismo, pelo contrário, é um referencial para o futuro.

Divergindo da concepção dos tecnocratas de que as práticas agroextrativistas por serem consideradas obsoletas eram prejudiciais à conservação da natureza, buscamos compreender a sua lógica[477]. Ao nos aproximarmos dos camponeses da floresta percebemos que suas práticas eram resultado da incorporação de diversos saberes. A decisão de incorporar algo ou modificar alguma prática passa por um complexo processo de pesquisa, observação, experimentação e de trocas. Como Woortmann assinala:

> O camponês não é obtuso, impermeável à mudança. Ele é cauteloso [...]. Não pode colocar em jogo a reprodução social de sua família só porque algum burocrata, em algum gabinete, resolveu impor uma inovação tecnológica à "população de baixa renda" (WOORTMANN, 2004, p.141).

Um dos traços da formação brasileira que é ressaltado por Sergio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras* (2017), é o fato que certas técnicas incorporadas na área rural são difíceis de indicar se as suas origens são do Velho ou do Novo Mundo[478]. O processo de "amálgama" entre diferentes saberes e técnicas podem constituir em algo novo. E, no caso dos camponeses da floresta, em um primeiro momento o nordestino teve que lidar com novos desafios, sendo que as redes de troca entre os indígenas foram de extrema importância. Entretanto, os nordestinos não se tornaram indígenas. Em um contexto mais recente, os camponeses da floresta se encontraram com os colonos do Centro-Sul, e partir da constituição de famílias e de dos contatos cotidianos, foram produzidas mudanças. Nos tempos atuais, já não encontramos mais o "seringueiro" do "tempo do patrão".

Porém, não podemos assumir a postura de que as famílias são antiecológicas, pelo contrário notamos que por persistir os princípios de uma sociabilidade camponesa, tão bem sintetizadas por Mauro Almeida (1992) com o conceito de "casas ampliadas", foi permitido que uma rede de saberes e trocas persistisse. Esta questão

---

[477] Na busca da compreensão de uma lógica também estão contidas as outras (sócio)lógicas que podem servir de referência ou de negação.

[478] Como exemplo, o historiador descreve os processos de domesticação das abelhas e a produção do mel e da cera, e o desenvolvimento da medicina por meio de manipulação de plantas e animais por indígenas da porção Centro-Sul do Brasil, e depois como os sertanejos. Holanda (2017, p.96) chega à seguinte conclusão de que o é produto do Novo Mundo, torna-se difícil indicar a sua filiação, visto que já é outro: "Não faltam, finalmente, aspectos de nossa medicina rústica e caseira que dificilmente se poderiam filiar, seja a tradições europeias, seja a hábitos indígenas. Aspectos surgidos mais provavelmente das próprias circunstâncias que presidiram ao amálgama desses hábitos e tradições. A soma de elementos tão díspares gerou muitas vezes produtos imprevistos e que em vão procuraríamos na cultura dos invasores ou na dos vários grupos indígenas. Tão extensa e complexa foi essa reunião desses elementos, que a rigor não se poderá dizer nenhum dos aspectos da arte de curar, tal como praticam ainda hoje os sertanejos, que é puramente indígena – e só nesse sentido se torna explicável a opinião de Martius – ou puramente europeu".

nos foi trazida à tona logo no final do trabalho de campo que realizamos no ano de 2016. Talvez essa questão apareceu com uma maior clareza no final do trabalho de campo, pois adquirimos um novo olhar que não tínhamos. Ao longo de quatro meses, fizemos questão pelo acompanhamento das práticas agroextrativistas. Quase todos os dias da nossa pesquisa da RESEX Chico Mendes íamos às roças, observávamos os terreiros que circundavam as casas, e preferíamos pelas caminhadas nos varadouros ao invés da “carona” na moto no ramal. Em Assis Brasil, quando visitamos os seringais Icuriã, Barra, São Francisco e Paraguaçu constatamos que as roças e os quintais tinham algumas semelhanças.

Começamos a notar que os bananais além do consorciamento de suas variantes havia pés de café (FOTOGRAFIA 70). Em Xapuri, Brasileia e Epitaciolândia não tínhamos visto essa forma de consorciar a banana com o café. Além disso, era notável como os roçados tinham uma diversidade de frutas – nos parecendo que a alimentação das famílias de Assis Brasil era mais diversas que em outras locais que visitamos (FOTOGRAFIAS 71 e 72). Essa questão já vinha sendo reforçada desde o Icuriã da Margem, quando descobrimos que a introdução das hortas pelas missionárias italianas naquela porção do Rio Iaco tinha se difundido para outros seringais. Inclusive, as técnicas da horta haviam sido melhoradas pelas camponesas da floresta, como no caso de Maria.

Fotografia 70: Consorciamento do café com a banana. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 71: Consorciamento do mamão com o abacaxi. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 72: Roçado junto com a horta. Notamos na imagem a presença do mamão, da macaxeira e das verduras e temperos. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Na casa de Eloy, quando decidíamos perguntar de onde surgiu a ideia de consorciar a banana com o café nos foi dada a seguinte resposta: era uma criação de Seu Altenir. Umas semanas anteriores ouvimos pela primeira vez o seu nome na colocação Veneza, no Seringal Icuriã. Ilmar, ex-presidente da AMOPREAB, tinha nos sugerido conversarmos com o seu morador, o maranhense Valderi, pois havia sido multado pelo ICMBio por terminar de derrubar uma castanheira morta em seu terreiro. A ideia do ex-presidente era evidenciar o quão desproporcional poderiam ser as punições desse órgão.

Quando decidimos sentar na sala da casa de Valderi, e ouvi-lo, ele nos explicou que não havia pensado que seria “antiecológicao” o seu ato de terminar de derrubar a castanheira que já estava morta, pelo contrário seu lugar era muito zelado. Para exemplificar a sua questão, nos contou que seu sogro Seu Altenir, o antigo morador da Veneza, tinha recuperado um antigo cafezal plantando seringueiras nativas há cerca de 30 anos. Nos contou que quem visita a área pouco pode falar que um dia havia pés de café, pois no presente “parece uma mata”.

Já havíamos ouvido histórias de que os camponeses da floresta plantavam castanheiras, jatobás e cumarus pela mata, em terreiros e roçados que foram abandonados. Ademais, Chica nos tinha mostrado que no atual terreiro de sua casa, que era um antigo roçado, existiam seringueiras e cumarus nascendo, os quais não haviam sido plantados, e sua função era de “zelar” as árvores para poderem crescer com “força e saúde” (FOTOGRAFIAS 73 e 74).

Fotografia 73: Proteção feita para os animais do terreiro não pisotearem a seringueira. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 74: Seringueira com cerca de seis/sete anos no terreiro, que antes foi uma roça. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Vimos também em alguns roçados a germinação de novas árvores, e que no momento da limpeza não se retiravam essas espécies, pois sabiam que o local viraria uma capoeira e os “paus iriam engrossar” para depois virar uma floresta. Vale lembrar que o ciclo da roça pressupõe que um dia se transforme em “mata”.

Entretanto, não havíamos ouvido a história de um cafezal que se tornou uma floresta a partir do plantio de seringueiras nativas – pois, justamente esta árvore é uma das mais difíceis de produzir mudas. Decidimos visitar a área, e naquele verão de 2016 as seringueiras iriam completar trinta anos (FOTOGRAFIAS 75 e 76). A alegria de Valderi era que seus filhos podiam cortar e tirar o seu leite para a produção do FDL.

Quando ouvimos de Eloy que a ideia de consorciar a banana com café era de seu Altenir não tínhamos dúvida que deveríamos ir à sua colocação. Após a nossa estadia no Seringal São Francisco, onde “Loy” mora com sua família, rumamos para o Seringal Paraguaçu.

Em meados de agosto de 2016, logo no início da manhã, Peba nos apresentou ao cearense natural da vila de Aiuá, no município de Massapé. Seu Altenir gentilmente nos acolheu, e nos realizou o convite para visitarmos o seu sítio de cítricos (limão, laranja e tangerina). A caminho do local, notamos que o camponês havia produzido um complexo sistema agroflorestal, sem nunca antes ter ouvido nesse nome.

Fotografia 76: Seringueira nativa plantada por Seu Altenir, nos dias atuais seus netos extraem o látex para a produção de FDL.

Fotografia 75: Área do antigo cafezal onde Seu Altenir plantou as seringueiras nativas. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Nas proximidades de sua casa, em uma área de cerca de sete hectares, Seu Alternir produziu uma floresta. Essa ideia tinha tido o seu primeiro *lócus* experimental na colocação Veneza, quando decidira transformar o seu antigo cafezal em floresta a partir da observação de uma área de plantio de café que tinha muitas embaúbas em uma na Colocação Humaitá, no Seringal Guanabara. Dessa constatação produziu duas "inventações"[479]: consorciar o café com uma outra espécie vegetal, e depois que o seu ciclo findasse transformaria a área em um "devir-floresta"[480].

A ideia de Seu Altenir é que todas as suas áreas de roça sigam a seguinte etapa: os roçados transformam-se em cafezais consorciados com as bananas, e depois virarão uma floresta a partir do plantio das mais diversas espécies. O cearense tem as suas árvores preferidas: o cumaru (que é a cerejeira), o aguano (que é o mogno), a seringueira, o urucum e o jatobá.

Interessante pontuar que para o cearense não é visto como um problema que não poderá usufruir de seu trabalho, o mais importante é que garanta um bem-estar

[479] Seu Altenir denomina suas criações de "inventação".
[480] Tomamos essa expressão de Pantoja e Mattos (2012, p.165).

no futuro para os que estão por vir. Fato que já ocorre em sua antiga colocação, onde seus netos cortam as seringueiras que plantou[481].

Depois de sete anos que havia plantado as primeiras seringueiras na Colocação Veneza, decidiu-se mudar para a Colocação São Félix, no Seringal Paraguaçu. O motivo foi que queria ficar mais próximo da cidade, visto que a esposa tinha adoecido. A área que visitamos, que para alguns tem o nome de SAF's, e que para Altenir tem o nome de "plantio" [482] tem cerca de onze anos. Nesse meio tempo, junto com seus netos, produziu um plantio de cerca de sete hectares (FOTOGRAFIAS 77 e 78).

Fotografia 77: Plantio de sete hectares de Seu Altenir. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 78:Plantio de sete hectares de Seu Altenir. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

[481] Ellen Woortmann (2004) relata que no Sul do Brasil, camponeses possuem o hábito de plantar araucárias quando os filhos nascem. A ideia é que seja o usufruto "poupança" para as próximas gerações.

[482] Para o Seu Altenir, dentro dos plantios ainda existem um mosaico de sítios (áreas com os cítricos). Geralmente, o termo "sítio" é empregado para designar uma área de plantios específicos ou uma localidade com diversos plantios.

A primeira etapa dos plantios é no viveiro de mudas. Com técnicas que impressionariam os conhecimentos da engenharia genética[483], o cearense com auxílio de seus netos produz as mudas a partir de sementes que recolhe no meio da mata. Para consorciar as diferentes espécies é preciso que se leve em conta as necessidades dos diferentes estágios do crescimento, o quanto de luz solar é necessário, se é preciso que realize as podas, o espaçamento entre as espécies e o tipo de solo. Em suas observações, notou recentemente que o aguano "vai bem" com o açaí nativo. A empreitada do verão de 2016 era descobrir como fazer as mudas de castanheiras. Seu Altenir, não deixa de ressaltar que em seus plantios e nos sítios os animais também cumprem uma importante função. São morcegos, cutias, pacas, macacos, abelhas e pássaros que auxiliam no complexo processo de polinização.

De seus plantios ele tira uma alimentação farta: tem açaí, cupuaçu, pitanga, ingá, laranja, banana, patoá e bacaba. E, ainda consegue fazer um "dinheiro" com a venda do urucum visto que tem um comprador certo de Rio Branco.

O cearense nos contou que decidiu migrar para Amazônia depois que seu tio contou que lá a vida podia ser melhor. Com dezoito anos decidiu tentar a sorte no seringal. Sua primeira parada foi no estado do Amazonas, porém o "patrão, seu Badeco, era muito malvado", e por isso resolver ir para o Acre. Sua primeira parada foi no Seringal Guanabara, onde conheceu sua esposa Conceição. Passou boa parte de sua vida na Colocação Veneza, e há 23 anos mora no São Félix. Quando aprendeu a cortar seringa notou que não gostava do "serviço", depois que seus filhos cresceram decidiu ficar na roça e deixar que os meninos trabalhassem nas estradas. Seu prazer é plantar, para isso nos explicou que precisou de seus saberes do Nordeste e dos ensinamentos dos que já moravam mais tempo no seringal. Com o reconhecimento de que as suas criações também são fruto dos saberes que foram compartilhados, e são reforçados em sua colocação, este espaço tornou-se conhecido por ser um lugar

[483] Quando visitamos a SEAPROF e a EMBRAPA-Acre uma das grandes questões era o desenvolvimento de clones de seringueiras. Os moradores da RESEX Chico Mendes que plantavam essas mudas reclamavam que poucas conseguiam "vingar". Já no caso de seu Altenir, o camponês obteve o sucesso no plantio de mudas de seringueira nativa.

de irradiação dos conhecimentos produzidos por Seu Altenir (FOTOGRAFIAS 79 e 80).

Fotografia 79: Vista da roça do plantio de Seu Altenir. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Fotografia 80: Seu Altenir, cearense de Massapé, em seu plantio de açaí consorciado com o aguano. Foto tirada por P. C. R. Perez em 2016.

Não é raro que outros camponeses da floresta façam visitas aos seus plantios, e lá são passados os ensinamentos. No caso de Eloy, ele nos contou que aprendeu a técnica do consorciamento da banana com café com seu irmão que havia visitado na colocação Veneza o plantio de Valderi, genro de Altenir. As redes fundadas principalmente no parentesco permitem que os conhecimentos extravasem o espaço

de uma colocação. Na ideia de Mauro Almeida (1992), as casas e as suas colocações formam um sistema que inclusive pode transbordar o espaço do seringal.

Não nos foi raro em nossas visitas às roças notarmos que muito do que é plantado é fruto de uma rede de trocas. Notamos que, assim como a floresta possui uma história, os roçados têm uma narrativa. Nas roças e nos terreiros estão presentes as ramas bolivianas que foram transportadas no bolso de Mauro quando decidiu cruzar a fronteira; ou as sementes de uma outra variedade de milho que foram presenteados pelo compadre ou um galho de chicória que foi recolhido na horta da comadre. Em meio ao processo de incorporação de novas espécies é preciso a observação, o levantamento de hipóteses e de testes para que os frutos sejam recolhidos. Com certa recorrência, os camponeses da floresta nos relataram que quando plantam uma nova espécie vegetal é preciso de “ajustes” e “mudanças”.

As políticas propostas pelo Estado, pelo mercado e pelas ONGs são postas em cheque ou no limite produzem *estranhamentos* aos camponeses da floresta, pois não dialogam com os saberes e a realidade local. Experiências como a de Seu Alternir, mostram que é na vida cotidiana que são produzidas as criações, as quais subvertem a lógica reinante e possibilitam caminhos (insurgentes) para um outro futuro, quiçá para uma outra produção da natureza.

No caso do Programa Florestas Plantadas, o questionamento levantado pautava-se no argumento de que uma “floresta” não era produzida da forma que os técnicos afirmavam. O tempo do nascimento, crescimento e morte não, necessariamente, está alinhado com o tempo do fazer política e da acumulação capitalista. Da mesma maneira, a questão posta para o Manejo Comunitário Madeireiro era a validade do argumento de que em exatos 30 anos a floresta iria se “regenerar”[484].

Talvez os frutos nos plantios não sejam colhidos no findar de um mandato político, ou de um investimento externo. Talvez os frutos não sejam colhidos pelos que trabalharam na produção da natureza, e isso não é encarado como um problema pelos moradores da RESEX Chico Mendes. Notamos que em meio da produção capitalista da natureza, há uma produção artesanal da natureza. Esta, produto das relações presentes na textura social que resistem, e de certa maneira, negam a lógica

[484] Há muita desconfiança de que uma floresta voltará a ser a mesma depois da retirada das árvores. A ideia que os camponeses da floresta desenvolveram é que a natureza é dinâmica, sempre será uma outra “mata”.

dominante. Essa forma de produção da natureza não se realiza no mesmo tempo que é exigido pelas determinações de uma segunda natureza *estranhada*.

A questão posta é que na escala de tempo da destruição, talvez a produção da natureza não consiga acompanhá-la. Entretanto, por mais que as diferentes temporalidades não estejam alinhadas e afinadas, é a existência de uma produção artesanal da natureza (muitas vezes indesejada e estigmatizada pelos tecnocratas) que produz os *ativos*, para os *passivos* gerados pela destruição da natureza.

O conceito de produção da natureza, elaborado por Neil Smith, permite que façamos a seguinte pergunta: “Que natureza queremos produzir?”. Caminhando para o fim de nosso texto, percebemos que a história da RESEX Chico Mendes e de seus moradores, de certa maneira, nos dá elementos para a construção dessa questão. Quando a proposta de Reserva Extrativista se tornou uma política, uma série de contradições iriam emergir. Porém em meio às tramas sociais, e aos desafios postos para a concretização da “reforma agrária seringueira” não foi possível reduzir por completo os conteúdos sociais que têm a referência na sociabilidade camponesa. A presença desses *resíduos irredutíveis*, que muitas vezes são encarados como “atraso” são motivos de “desgosto” para o Estado, o mercado e as ONGs, podem ser as brechas possíveis para uma outra sociedade, e uma outra produção da natureza.

Se poderíamos apontar uma conquista é pelo fato que a Reserva Extrativista ganha sentido ao se afirmar como uma forma de reforma agrária. A possibilidade que famílias habitem a natureza permite que estas se neguem à proletarização, e afirmem a sua diferença enquanto camponeses da floresta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ocupando quase um milhão de hectares, na região do Vale do Alto Acre, encontramos a RESEX Chico Mendes. Entre os diversos trajetos percorridos ouvimos com frequência que o sentido daquilo tudo era porque “havia gente”. De certa maneira, no momento crítico que se assinalava para o final do seringal e de suas relações sociais não fazia sentido para as famílias seringueiras que cercassem a floresta e retirassem seus ocupantes – como era proposto pela então política ambiental. Pelo contrário, a floresta seria mantida “em pé” se fosse habitada.

Como vimos ao longo de nosso texto, o nascimento da proposta das Reservas Extrativistas encontrou uma brecha devido ao encontro de duas territorialidades: a capitalista e a camponesa da floresta. Salientamos que ao longo de um curso histórico recente, cerca de um século, o seringueiro se recriou, e dessa maneira, foi forjada uma peculiar forma de produção da natureza. Sem essencializar, sem cristalizar no espaço-tempo, as famílias seringueiras viram na derrubada da floresta e no inevitável destino de migrar para as periferias das cidades ou para as colônias como o fim de um modo de vida, de uma sociabilidade e de uma forma de relação com a natureza.

Nesse sentido, a luta por ficar na floresta deveria passar pela construção e por uma conscientização da importância da natureza socialmente produzida. Inclusive, destacamos para a relevância de alguns apoiadores do movimento – como antropólogos, geógrafos e outros cientistas – que se permitiram superar certos paradigmas da ciência moderna para notarem os conteúdos sociais daquela “gente pequena”. Ao observarem, por exemplo, que o espaço da reprodução social extravasava o lugar da casa e das benfeitorias realizadas (como era expresso pela então política agrária) puderam constatar que a reforma agrária para esses sujeitos sociais teria que ser reinventada. Dessa forma, as estradas de seringa, os varadouros e os piques de castanha passavam a ser compreendidos como produto do trabalho social, e essenciais para a manutenção de um fino equilíbrio ecológico da unidade familiar – a colocação. Longe de ser um paraíso intocado, percebe-se que a floresta é um produto histórico e social.

Até aquele momento, os camponeses da floresta entendiam a territorialização da propriedade privada da terra, por meio do latifúndio, como um momento da separação entre sociedade e natureza. Ao se contraporem ao avanço do latifúndio,

passaram a ser notados por certos sujeitos sociais que também tinham o interesse em manter a floresta “em pé”. Atribuindo aos seringueiros uma certa postura ecológica (sob o signo de “guardiões da floresta”) passou a ser formada uma rede com apoiadores externos – sobretudo pesquisadores e as recentes ONGs.

A Amazônia, sob um contexto de acumulação primitiva, passava a ser concebida, principalmente pelos países centrais capitalistas, como um dos últimos “santuários ecológicos” do globo terrestre.

Essa mudança de olhar não era arbitrária, as contradições da acumulação capitalista – fundamentada na propriedade privada, no valor de troca e na mais valia – vinham dando indícios de um inevitável desgaste. O resultado ecológico da reprodução ampliada era a produção da destruição do mundo. O colapso econômico é, em parte, encarado como um colapso ecológico e, dessa forma, a solução dos capitalistas para as contradições estruturais do modo capitalista de produção seria a colonização de novas fronteiras, como a natureza. Esta não seria mais um “entrave”, pelo contrário, os capitais “ociosos” teriam para onde se direcionar.

Não seriam os habitantes da floresta, mas os próprios capitalistas que trariam as “soluções” para o colapso ecológico e econômico. Nesse sentido, assim como Smith (1996, 2007, 2008) pontua, seriam os termos da segunda natureza que produziram uma primeira natureza. Como pudemos ver com o geógrafo (*ibidem*), para a constituição do modo capitalista de produção, foi preciso que forjasse uma forma de conceber a natureza (exterior e universal) que não entrasse em contradição com a sua estrutura, pelo contrário, que a reforçasse. No final dos anos 1980, o encontro entre a economia e a ecologia ficará conhecido como o “desenvolvimento sustentável”.

Entre a velha questão agrária, e a recente questão ambiental, os camponeses da floresta passam a construir uma proposta inédita de reforma agrária. As calorosas discussões nas reuniões do CNS, entre lideranças e assessores, produziram conclusões que a “reforma agrária seringueira” deveria contemplar uma métrica peculiar, a colocação (com cerca de 300 a 600 hectares). Para terem o direito ao território, o movimento se inspirou na reserva indígena e passou a negar a propriedade privada da terra, as famílias seriam usufrutuárias das terras da União. E, a Reserva Extrativista seria autogerida. Além disso, vimos que, para além do acesso ao território, havia um esforço de gestação de estratégias para a permanência das famílias na floresta. Para isso, a organização da produção em cooperativas, a prática dos preços

justos e a superação das relações de aviamento somavam-se ao desenho final da Reserva Extrativista.

Notamos em nossa pesquisa que o processo de reconhecimento da ocupação seringueira na floresta e a construção de uma saída fizeram com que outros sujeitos sociais fossem incorporados. Ao passo que a Reserva Extrativista ia se tornando uma política pública, novos sujeitos e novas demandas passavam a ser agregados. Nesse primeiro momento, no final dos anos 1980, a mudança do acolhimento da proposta inicial do INCRA para o IBAMA, pode ser lido como uma expressão de uma tônica que se acentuaria na década seguinte – a ambiental.

O contexto de transição da ditadura militar para a democracia fez com a estrutura do Estado pudesse abrir a possibilidade para o reconhecimento de outros sujeitos sociais e suas pautas, os quais até aquele momento eram silenciados e invisibilizados. Os diferentes segmentos do campesinato e as populações indígenas passaram a inserir, com mais contundência, o direito à terra e ao território. Entretanto, a questão agrária no Brasil é um dos grandes “nós” em sua formação social. A violência por parte dos proprietários de terra (uma parcela dos capitalistas) buscou por impor diversas formas para barrar esse direito fundamental. Sendo assim, a história dos seringueiros não fugiria à regra. Além de centenas de seringueiros assassinados, no final de 1988, o seu principal líder, Chico Mendes, é assassinado a mando da UDR.

Se, em um contexto externo, as Reservas Extrativistas apresentavam-se como um novo modelo de conservação ambiental, no Brasil, era vista como um entrave a territorialização da propriedade privada da terra. Entretanto, a projeção cada vez mais cotidiana da questão ambiental e da possibilidade de “novos negócios” fizeram com que houvesse uma pressão externa frente ao Estado brasileiro. Um pouco antes de terminar o governo, o então presidente, José Sarney, assina o decreto das Reservas Extrativista no início de 1990. Poucos meses depois, em abril, é reconhecida a criação da RESEX Chico Mendes.

A constituição do Conselho Nacional dos Seringueiros, em 1985, antecipou algumas questões relativas ao processo de concretização das RESEX, como apontamos em nossa pesquisa. Uma série de agentes externos, como ONGs e instituições financeiras mundiais, eram os “parceiros” do movimento. E, uma parte dessa estrutura é transposta para a reforma agrária seringueira.

Ao tornar-se uma política pública reconhecida pelo Estado, novos contornos foram dados a RESEX. Pudemos notar no processo de pesquisa que a construção da RESEX Chico Mendes envolve conflitos e contradições, dentre estes, pudemos perceber a presença de um projeto dos camponeses da floresta e de um projeto delineado dentro do Estado – que, por sua vez, é atrelado aos interesses do mercado e das ONGs. Os dois projetos acabam por se revelar distintos pois, possuem diferentes visões de natureza. A visão camponesa busca por não apartar a sociedade de seu produto (a natureza), e no centro da relação com a natureza o bem-estar na família possui grande importância; já a do Estado se assenta nos princípios do modo capitalista de produção, reforçando a separação da sociedade com seu produto a partir da propriedade privada e do valor de troca. Esta visão, sobretudo, reforça para a invisibilização do trabalho social dos camponeses da floresta incorporado cotidianamente no processo de produção não capitalista da natureza; e, produz interditos aos regimes de uso e apropriação da natureza, reforçando mecanismos de acumulação por despossessão, repondo a constante acumulação primitiva.

Como vimos em nossa pesquisa, a concretização da RESEX Chico Mendes não foi de um dia para o outro. Como essa modalidade de reforma agrária e conservação ambiental era uma novidade, o Estado (em um contexto de guinada neoliberal) ia aos poucos dando os contornos e o tom para essa política pública.

Paulatinamente um projeto que tinha em sua essência uma radicalidade pois, criticava os fundamentos do modo capitalista de produção, passa a ser enquadrado nas demandas principalmente das instituições financeiras. O caso do Projeto RESEX (financiado pela Comunidade Europeia e pelo G7 e gerido pelo Banco Mundial) possibilita mudanças fundamentais na gestão (horizontalidade e hierarquizada) dos territórios da conservação ambiental na Amazônia. Dessa forma, a floresta passa a adquirir novos significados econômicos e, além da esfera federal, o governo do estado do Acre também vê oportunidades na construção de um portfólio de diversos produtos e serviços ambientais.

Para podemos entender esse processo, o de constituição de uma produção capitalista da natureza, nos foi possibilitado a construção de um caminho que buscava compreender os elementos da atual reprodução social das famílias camponesas da floresta. Entendemos que a busca pelos conteúdos de uma produção social da floresta também se realiza na vida cotidiana – que, por sua vez, revela uma trama de relações sociais.

Nesse sentido fomos observando diversos elementos da vida social, familiar, política e econômica que nos revelava o que era a RESEX Chico Mendes. Além disso, nos possibilitou que não congelássemos os camponeses da floresta, a sua territorialidade, a sua forma de produção da natureza e a sua unidade familiar – a colocação. Pelo contrário, vimos que a consolidação da RESEX ainda está em curso e, que entra em contradição e conflito tanto com seus moradores quanto com o Estado, o mercado e as ONGs. Estes três últimos buscam uma série de estratégias políticas e econômicas para submeterem os camponeses da floresta. Vimos que o Estado tem uma postura violenta, e busca por reduzir os conteúdos da vida e da produção camponesa da floresta a assuntos meramente ambientais. Dessa forma, como nos foi mostrado mais de uma vez por Dercy Teles (ex-presidenta da STTR de Xapuri), a questão agrária é subordinada à ambiental.

Interessante pontuarmos que a reprodução social das famílias camponesas da floresta revela uma complexidade, a qual não se restringe a RESEX Chico Mendes. Os dilemas cotidianos de um tempo que não tem mais retorno (como o da alta demanda pela borracha e a relação entre patrão-seringueiro) ou de um passado mais recente (o das cooperativas de seringueiros e colonheiros) faz com que tensões fossem geradas a partir do contado com o mundo externo. Soma-se a este aspecto a questão de que as famílias vivem sob um território legislado e institucionalizado – onde a violência é uma de suas marcas. Afinal de contas, o que está em jogo para os agentes externos que estão presentes na RESEX Chico Mendes é que se mostre para os investidores que conservação ambiental está sendo produzida. De que forma que se produz a natureza, se tem em seu centro o bem-estar das famílias, esses dois pontos são postos em um segundo plano.

Como ouvimos mais de uma vez, os produtores da floresta entendem que não são a prioridade para o Estado, mas, ao mesmo tempo, possuem uma certa clareza que o seu produto – a floresta – é um objeto de cobiça e de grandes negócios. Observamos em campo que o encontro entre uma ordem distante (o Estado, o mercado e as ONGs) e a ordem próxima (a vida imediata) é um terreno profícuo para a emergência de uma leitura que supera a aparência dos processos sociais, econômicos e políticos. Na dimensão da vida cotidiana é que os camponeses da floresta formulam suas críticas que apontam para questões relativas à lógica da produção capitalista da natureza.

Uma vida que se revela dilacerada, porém que não é completamente reduzida, foi uma questão que pudemos notar ao longo de quatro meses vivendo com os camponeses da floresta. A dimensão da reforma agrária permite que certos conteúdos sociais não sejam completamente aniquilados. Os esforços do Estado, do mercado e das ONGs em modernizar as relações sociais e as práticas agroextrativistas como uma forma de atender às demandas de um certo nicho mercadológico não conseguem por completo eliminar certas práticas sociais. Inclusive, notamos que certas estratégias de modernização são insustentáveis, como a exploração madeireira, e são alvo de contundentes críticas dos camponeses que mantêm a floresta "em pé".

Em campo, observamos a presença de conteúdos (explosivos) que podem nos trazer elemento para pensarmos uma outra sociabilidade, e uma outra forma de produção da natureza, as quais não se submetam ao valor de troca e à propriedade privada. Vimos a existência de uma trama social que é fundada na empatia, na ajuda, na solidariedade e na produção e transmissão de saberes que viabiliza uma produção não capitalista da natureza.

Ao mesmo tempo, que essas práticas dos camponeses da floresta são vistas como "obsoletas", "arcaicas", "indesejadas" ou como "antiecológicas" pelo Estado, pelo mercado e pelas ONGs, são elas que permitem que seja produzida um certo tipo de natureza. E, dessa forma, geram-se *ativos* para os *passivos* produzidos pelo avanço da fronteira na Amazônia, por exemplo. Entretanto, notamos que há um descompasso nas temporalidades entre a produção e a destruição, esta última acontece de uma forma muito mais veloz que a produção. Decidimos nomear de "produção artesanal da natureza" um tipo de produção que ocorre em um tempo que não se reduz ao tempo de mercado, e que se realiza por meio de tramas sociais fundadas na empatia, na ajuda, na transmissão e na produção de saberes – o qual necessita do mecanismo de observação, experimentação e de erros e acertos.

Para Smith (1996, 2008), o conceito de produção da natureza contém a seguinte questão: que natureza queremos produzir? Para nós, o estudo do processo contraditório de (re)criação e (re)produção de relações sociais não capitalistas, que permitem a produção de uma natureza "conservada", nos possibilita observar certas práticas que podem ser encaradas também como *práxis*. Mesmo que as famílias da RESEX Chico Mendes aparentem um desgaste produzido pela constante neutralização de seus sonhos e projetos para um certo tipo de produção da natureza, e para um modelo de reforma agrária que não tenha em seu centro a justiça social,

notamos que as diferentes estratégias forjadas para a superação das dificuldades cotidianas revelam a dimensão do possível. Nesse sentido, trazemos a reflexão trazida pelo historiador inglês Thompson (2016, p.23-24) que justifica o porquê decide em suas pesquisas compreender os regimes costumeiros do período “pré-industrial” na Inglaterra:

> Como capitalismo (ou seja, o “mercado”) recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionários passaram a supor que esse homem econômico fosse eterno. Vivemos o fim de um século que essa ideia precisa ser posta em dúvida. Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar a nossa percepção da gama possibilidades implícita no ser humano. [...] É possível que eu esteja querendo demais. Seria invocar a possibilidade da redescoberta, sob novas formas, de um novo tipo de “consciência costumeira”, quando mais uma vez as gerações sucessivas aprendessem umas com as outras; quando as satisfações materiais permanecessem estáveis (se distribuídas de modo mais igualitário), e só as satisfações culturais se ampliassem; quando as expectativas atingissem uma situação de equilíbrio permanente dos costumes.

Ao nos reportarmos para um passado, ou para a recriação e reprodução de certas formas sociais não capitalistas não objetivamos ser passadistas, pelo contrário, olhamos para um horizonte que está em processo de construção. Afinal, que natureza queremos produzir?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. "Amazônia: as lições do caos". **Nossa América/Nuestra America**. São Paulo, n.5, 1992.

_____. **Amazônia – do discurso à práxis**. São Paulo: Edusp, 2004.

ACRE. **Projeto de desenvolvimento rural integrado.** Rio Branco: CEPA, 1984.

_____. **Zoneamento Ecológico e Econômico do Acre Fase I**. Rio Branco: SEMCTA: 2000.

_____. **Programa de Valorização do Ativo Floresta**. Rio Branco: IMAC/IMC, 2007.

_____. **Zoneamento Ecológico e Econômico do Acre Fase II**. Rio Branco: SEMA: 2010.

_____. **Diagnóstico Socioeconômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes: Plano RESEX Sustentável**. Rio Branco: SEMA, 2010.

_____. **Sistema de Incentivos a Servições Ambientais**, Rio Branco: IMC, 2011a.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Comunitário**. Rio Branco: SEAPROF, 2011b.

_____. **Acre em números**. Rio Branco: SEPLAN 2013. 9a Edição.

ALCORN, J. B. "Dances around the Fire: Conservation Organizations and Community-Based Natural Resource Management". IN: BROSIUS; TSING; ZERNER (Orgs.). **Communities and Conservation: Histories and Politics of Community-Based Natural Resource Management**. Walnut Creek: Altamira Press, 2005.

ALLEGRETTI, M. H. Políticas de uso dos recursos naturais renováveis: a Amazônia e o extrativismo. **Rev. Adm. Púb**. Rio de Janeiro. 26 (1), jan./mar. 1992.

_____. "Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia". IN: **O Destino da Floresta: Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. ARNT, R. (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ALMEIDA, A. W. B. "O Intransitivo da Transição: O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989)". IN: LÉNA; OLIVEIRA (orgs.) **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Editora Cejup, 1992.

_____. **Terras de quilombos, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

_____. “Territórios e Territorialidades Específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o ‘protecionismo’” **. Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n.64, Jan./Abr. 2012.

ALMEIDA, M W. B. **Rubber Tappers of The Upper Jurua River, Brazil: The Making of a Forest Peasant Economy**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Darwin College – Universidade de Cambridge, Cambridge, 1992.

_____. “As Reservas Extrativistas e o Valor da Biodiversidade”. IN: **O Destino da Floresta: Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. ARNT, R. (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. “O Estatuto da Terra e as Reservas Extrativistas”. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Vol.25, N°1, Jan./Abr., 1995.

_____. “The Politics of Amazonian Conservation: The struggle of rubber tappers”**. The Journal of Latin American Anthropology** 7(1), 2002.

_____. “Direitos à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas lutas”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol 19, n°55, 2004.

_____. “As Colocações: Forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais”. **Mediações**, V.17, n°1, Jan./Jul., 2012.

ALMEIDA; PANTOJA. “Justiça Local nas Reservas Extrativistas”**. Raízes**, Vol.23, n°01 e 02, Jan./Dez., 2004.

ALMEIDA; REZENDE. “Uma nota sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação”. **RURIS**, Vol.6, n°2, set., 2012.

ALMEIDA, J. J. **A Castanha do Pará na Amazônia: entre o extrativismo e a domesticação**. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

AMANCIO, O. **Os Seringueiros no Acre e os Impasses na Exploração da Floresta**. IN: OLIVEIRA, A; MARQUES, M. I. M. O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ARNT, R. A.; SCHWARTZMAN, S. **Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo**. Rio de Janeiro: Editora Roxo, 1992.

BALÉE, W. **Cultural Forests of the Amazon – A historical ecology of people and their landscapes**. Tuscalossa: The University of Alabama Press, 2015.

BARBOSA, M.; MORET, A. A Renda nas Reservas Extrativistas: Situação da Cadeia Produtiva da Castanha do Brasil. **Saber Científico**, Porto Velho, v. 5, n. 2, p. 18 - 29, 2016.

BECKER, B. K. “Por que não perdemos a soberania sobre a Amazônia – Região Amazônica: uma análise geopolítica”. IN: ALBULQUERQUE; LESSA (orgs.). **Que País é Esse? Pensando o Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

BELLUZZO, L. G. M. “O declínio de Bretton Woods e a emergência dos ‘mercados globalizados’”. **Economia e Sociedade**, v.4, n.1, 1995.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BERNINI, C. I. A **Produção da “Natureza Conservada” na Sociedade Moderna: Uma análise do Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira – SP**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2015.

Blaikie P and Jeanrenaud S. Biodiversity and Human Welfare. IN: Ghimirie; Pimbert (orgs.). **Social Change and Conservation**. Londres: Earthscan, 1997.

BOLLE, W. “A Travessia pioneira da Amazônia (Francisco de Orellana, 1541-1542)”. IN: BOLLE; CASTRO; VEJMELKA (orgs.). **Amazônia – Região universal e teatro do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.

BRAUN, B. “Towards a New Earth and a New Humanity: Nature, Ontology, Politics”. IN: CASTREE, N., GREGORY, D. (orgs). **David Harvey: A Critical Reader**. Malden: Blackwell Publishers, 2006.

_____. “Nature”. IN: CASTREE; DEMERITT; LIVERMAN; RHOADS (orgs.) **A Companion to Environmental Geography**. Malden: Wiley Blackwell, 2016.

BUNKER, S. G. **Underdevolping the Amazon – Extraction, unequal exchange, and failure of the Modern State**. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1988.

BUNKER, S. G.; CICCANTELL, P. S. **Globalization and the Races for Resources**. Baltimore: The Jonh Hopkins University Press, 2005.

CAMELY, N. C. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre**. Tese (Doutorado em Geografia), UFF, Niterói, 2009.

CARDIA, L. M. **Cumprindo Trajetos, Refletindo sobre a Memória: Colonos e seringueiros migrantes em Rio Branco, Acre. Uma abordagem antropológica**. Rio Branco: Ed. UFAC, 2010.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. 2000. Tese (livre-docência) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

_____. "'Novas' contradições do espaço". IN: DAMIANI; CARLOS; SEABRA (orgs.). **O espaço no fim de século – a nova raridade**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CASTREE, N. "Socializing Nature: Theory, Practice, and Politics". IN: CASTREE, N, BRAUN, B. (orgs.). **Social Nature: Theory, Practice, and Politics**. Blackwell Publishers: Malden, 2001.

_____. "Marxism, Capitalism, and the Production of Nature". IN: CASTREE, N, BRAUN, B. (orgs.). **Social Nature: Theory, Practice, and Politics**. Blackwell Publishers: Malden, 2001.

_____. "Commodifying what nature?" IN: **Progress in Human Geography,** 27, 3. 2003.

_____. **Nature.** Londres/ Nova Iorque: Routledge, 2005.

_____. "Neoliberal ecologies". IN: HEYNEN; MCCARTHY, PRUDHAM, ROBBINS (orgs.). **Neoliberal Environments: False promises and unnatural consequences**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2007.

CASTRO, E. "Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais". IN: DIEGUES, A. (org.). **Etnoconservação- novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB-USP, 2000.

_____. "Políticas de Estado e Atores Sociais na Amazônia Contemporânea". IN: BOLLE; CASTRO; VEJMELKA (orgs.). **Amazônia – Região universal e teatro do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.

CEPAL/GIZ/IPEA. **Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (1999-2012)**. Brasília: IPEA, 2014.

CORNETTA, A. **A financeirização do clima: uma abordagem geográfica do mercado de carbono e suas escalas de operação**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **Entre o Clima e a Terra: uma abordagem geográfica da "economia de baixo carbono" na Amazônia Legal**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2017.

CHAYANOV, A. **Peasants, and economic anthropology**. Orlando/Sydney: Academic Press, 1969.

CHESNAIS, F.; SEFARDI, C. "'Ecologia' e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas". **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo Editorial, v.1, n.16, 2003.

CUNHA, E. **Os Sertões**. São Paulo: Edições Sesc/ Ubu, 2016.

CUNHA, C. C. **Reservas extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro nos anos 1990.** Tese (doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. "Populações Tradicionais e Conservação Ambiental". IN: CUNHA, M. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Ubu, 2017.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. (orgs.). **Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e conhecimento das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DAMIANI, A. L. "As Contradições do Espaço: Da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço". IN: DAMIANI; CARLOS; SEABRA (orgs.). **O espaço no fim de século – a nova raridade**. São Paulo: Editora Contexto, 2001a.

_____. "A crise da cidade: os termos da urbanização". IN: DAMIANI; CARLOS; SEABRA (orgs.). **O espaço no fim de século – a nova raridade**. São Paulo: Editora Contexto, 2001b.

_____. **Espaço e Geografia: Observações de Método – Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia – Ensaio sobre a Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo.** 2008. Tese (livre-docência) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

_____. "Urbanização Crítica e Produção do Espaço". **CIDADES**, V. 6, n. 10, 2010.

DIAS, C. de J. **Na Floresta Onde Vivem Mansos e Brabos: economia simbólica de acesso à natureza na Reserva Extrativista do Alto do Juruá**. Dissertação (mestrado) – Departamento de Antropologia, UNICAMP/ IFCH, 2004.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 2015.

DELGADO, A. C. T. **Seringueiros: da luta pela terra à proteção da floresta tropical. Um estudo sobre o processo de transnacionalização do movimento.** 2006. Dissertação (mestrado em relações internacionais). PUC, Rio de Janeiro, 2006.

DIAS, C. DE J. **Na Floresta Onde Vivem os Mansos e Brabos: economia simbólica de acesso à natureza praticada na Reserva Extrativista do Alto Juruá – Acre**. Dissertação (Antropologia). UNICAMP, Campinas, 2004.

DIEGUES, A. C. "Etnoconservação da Natureza: Enfoques alternativos". IN: DIEGUES, A. (org.). **Etnoconservação - novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB-USP, 2000.

_____. “A globalização da proteção da natureza: o papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência”. IN: DUPAS, G. (org.) **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNESP, 2008a.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB-USP, 2008b.

DUARTE, E. G. **Conflitos pela terra no Acre – A resistência dos seringueiros de Xapuri**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.

DUPAS, G. “O impasse ambiental e a lógica do capital”. IN: DUPAS, G. (org.) **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ELLIOT, J. A. **An Introduction to Sustainable Development**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2006.

EMPAIRE, L. MITJA, D. *Bertholletia excelsa*, uma espécie de múltiplas inserções. IN: EMPAIRE, L (org.). **A Floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial, 2000.

EMPAIRE, L.; GARCÉS, C. Dinâmicas das agriculturas amazônicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**., Belém, v. 11, n. 1, p. 13-16, jan. - abr. 2016

EMPAIRE, L.; ELOY, L. SEIXA, A. C. Redes e observatórios da agrobiodiversidade, como e para quem? Uma abordagem exploratória na região de Cruzeiro do Sul, Acre. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**., Belém, v. 11, n. 1, p. 159-192, jan.- abr. 2016.

ESTEVES, B. M. G. **Do “manso” ao Guardião da floresta.** Rio Branco: EDUFAC, 2010.

FERREIRA, H. da S. **Trajetória da Gestão de Unidades de Conservação Federais no Brasil e os Modelos Institucionais de Gestão: A mudança IBAMA-ICMbio e os seus impactos na Amazônia Ocidental**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas), INPA, 2012.

GHIMIRIE, K. B.; PIMBERT, M. “Social Change and Conservation: an Overview of Issues and Concepts”. IN: GHIMIRIE, K. B.; PIMBERT, M. (orgs.). **Social Change and Conservation: Environmental Politics and Impacts of National Parks and Protected Areas**. Londres: UNRID, 1997.

GONDIN, N. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRZYBOWSKI, C. (org.). **O Testamento do Homem da Floresta: Chico Mendes por ele mesmo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

HARDMAN, F. F. **A Vingança da Hileia – Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HARVEY, D. **Justice, Nature and The Geography of Difference**. Malden: Blackwell Publishing, 1996.

_____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **The Limits to Capital**. Londres/ Nova Iorque: Verso, 2006.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

_____. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2015.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. A. "Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais – Reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília". IN: HEBÉTTE, J. **Cruzando a Fronteira – 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: Editora UFPA, 2004.

HECKENBERGER *et. al.* "Amazonia (sic) 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland". IN: **The Social Lives Forests: Past, Present, and Future of Woodland Resurgence**. HETCH; MORRISON; PADOCH (orgs.) Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2016.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HETCH, S. B. **The Scramble for the Amazon and the Lost Paradise of Euclides da Cunha**. Chicago, Londres: The University of Chicago Press, 2013.

HETCH, S. B.; COCKBURN, A. **The Fate of The Forest: Developers, destroyers, and defenders of the Amazon**. Chicago, Londres: The University of Chicago Press, 2010.

HOCHSTETLER, K. KECK, M. E. **Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society**. Durham/Londres: Duke University Press, 2007.

HOLANDA, S. B. **Monções**. São Paulo: São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOMMA, A. Extrativismo vegetal na Amazônia: Limites e Possibilidades. IN: SACHS (org.) **Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas para o desenvolvimento regional**. Montevidéu: UNESCO, 1994.

_____. "A desmitificação do extrativismo vegetal na Amazônia". IN: CASTRO; MOURA; SÁ MAIA (orgs.). **Industrialização e grandes projetos – desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Editora UFPA, 1995.

_____. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? **Revista de Estudos Avançados**. 26 (74), 2012.

EMBRAPA. **A borracha acreana: PROBOR II**. Rio Branco: EMBRAPA, 1977.

ERICKSON, C. L. "Amazonia (sic): The Historical Ecology of a Domesticated Landscape". IN: **The Social Lives Forests: Past, Present, and Future of Woodland Resurgence**. HETCH; MORRISON; PADOCH (orgs.) Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2016.

IANNI, O. **A Luta pela Terra – História Social da Terra e da Luta pela Terra numa Área da Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

_____. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979a.

_____. **Ditadura e Agricultura – O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979b.

_____. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979c.

ICMBIO/SEMA. **Relatório Grupo de Trabalho Interinstitucional para apontar alternativas à ocupação irregular dos seringais: Nova Esperança, Santa Fé, Rubicon e Porvir na RESEX Chico Mendes**. Mimeo, 2011.

KATZ, C. "Under the Falling Sky: Apocalyptic Environmentalism and the Production of Nature". IN: CALLARI; BIEWENER; CULLENBERG (orgs). **Marxism in the Postmodern Age: Confronting the New Order**. Nova Iorque: Guilford Editors, 1994.

_____. "Whose nature, whose culture?: private Productions of space and the 'preservation' of nature". IN: BRAUN, CASTREE (orgs). **Remaking Reality: nature at the millennium**. London: Routledge, 1998.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FURLAN, S. A. "Florestas Culturais: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade". **Agrária,** São Paulo, n.3, 2006.

KAGEYAMA, P. **Extractive Reserves in Brazilian Amazonia and Genetic Resources**. Mimeo, 1991.

_____. Produção de borracha natural com preservação da floresta amazônica: experiência extrativista do Acre. IN: SIVIERO et. al. (org.). **Etnobotânica e Botânica Econômica do Acre**. Rio Branco: Edufac, 2016.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1968.

_____. **O Pensamento de Lenine**. Lisboa: Moraes Editores, 1969a.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969b.

_____. **Posição: contra os tecnocratas**. São Paulo: Nova Crítica, 1969c.

_____. **El Materialismo Dialectico**. Buenos Aires: la pléyade, 1971.

_____. **Manifiesto diferencialista**. Madrid: Siglo venteiuno editores, 1972.

_____. **Mas alla del estruturalismo**. Buenos Aires: la pléyade, 1973a.

_____. **La violencia y el fin de la historia**. Buenos Aires: la pléyade, 1973b.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

_____. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. IN: MARTINS; FORACCHI (orgs.). **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1977.

_____. **The Survival of Capitalism**. Londres: Allison and Busby Limited, 1978.

_____. **Le retour de la dialectique: 12 mots clefs**. Paris: Messidor Editons Sociales, 1986.

_____. **Méthodologie des sciences**. Paris: Anthropos, 2002.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UGMG, 1999.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **Hegel, Marx, Nietzsche (o el reino de las sombras).** Madrid: Siglo venteiuno editores, 2010.

_____. **O vale campan: estudo de sociologia rural.** São Paulo: Edusp, 2011.

LEWIS, T. L. **Ecuardors's Environmental Revolutions: Ecoimperialists, Ecodependents and Ecoresisters**. Cambridge/Londres: The MIT Press, 2016.

KELLY, A. B. "Conservation practice as private accumulation". IN: PELUSO; LUND (orgs). **New Frontiers of Land Contro**l. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 2013.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

LEVIS et. al. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition**. Science**, 355, 3 March, 2017.

LUNA, M. B. D. A. **Afinal, quem tem mais direito. Conflitos e noções de justiça na Reserva Extrativista do Alto Juruá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), IFCH/UNICAMP, 2003.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARCHESE, D. **Eu entro pela perna direita: Espaço, Representação e Identidade do Seringueiro no Acre**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

MARQUES, M. I. M. **Modo de Vida Camponês Sertanejo e sua Territorialidade no Tempo das Grandes Fazendas e nos Dias de Hoje em Ribeira-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

_____. **Do Sem-Terra à "Posseiro", a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária.** Tese (Doutorado em Geografia Humana). – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

_____. **Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade**. IN: OLIVEIRA, A; MARQUES, M. I. M. **O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

MANSFIELD, B. "Sustainability". IN: CASTREE; DEMERITT; LIVERMAN; RHOADS (orgs.) **A Companion to Environmental Geography**. Malden: Wiley Blackwell, 2016.

MARTÍNEZ-ALLIER, J. "The Socio-ecological embeddedness of economic activity: The emergence of a transdisciplinary field". IN: BECKER; JAHN (orgs.). **Sustainability and the Social Sciences: A cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation**. Londres: Zed Books, 1999.

_____. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Editora Contexto: 2015.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo – Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.

_____. **O Cativeiro da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Expropriação e Violência (a questão no campo)**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

_____. **Não há terra para plantar neste verão – o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986a.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986b.

_____. **A Reforma Agrária e os Limites na Democracia na "Nova República".** São Paulo: HUCITEC, 1986c.

_____. (org.) . **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **A Sociedade Vista do Abismo – Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

_____. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo**: Editora Contexto, 2012.

_____. **A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na modernidade anômala**. São Paulo: Editora Contexto: 2017.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

_____. **O Capital: O Processo Global da Produção Capitalista. Livro III.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

_____. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto da madeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX. K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MELO, N. A. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MICHELOTTI, F. Beneficiamento local da produção extrativista e agroflorestal O caso da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX. **Novos Cadernos NAEA**. V. 3, N. 2 - P. 017-044 DEZ. 2000.

MORAES, A. C. **Capitalismo, Geografia e Meio-Ambiente**. Tese (livre-docência) – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo, 2000.

_____. **A Geografia: Pequena história crítica**. São Paulo: Annablume: 2005.

_____. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo: Annablume: 2006.

MORAIS, M. de J. **"Acreanidade": A Reinvenção da Identidade Acreana**. Tese (Doutorado em Geografia), UFF, Niterói, 2008.

MORÁN, E. **Developing the Amazon**. Bloomington: Indiana University Press, 1981.

_____. **A Ecologia Humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

_____. **Human Adaptability: An introduction ecological anthropology**. Boulder: Westview Press, 2008.

MOURA, M. M. **Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Os Deserdados da Terra: A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988a.

_____. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática: 1988b.

MURRAY LI, T. **Land's End: Capitalist Relations on an Indigenous Frontier**. Durham/Londres: Duke University Press, 2014.

NEVES, E. "Arqueologia, História Indígena e Registro Etnográfico: Exemplos do Alto do Rio Negro". **Revista do MAE**. Suplemento 3, 1999.

_____. "Existe algo que se possa chamar de "arqueologia brasileira"?" **Revista de Estudos Avançados** 29 (83), 2015.

_____. **Pesquisa e Formação nos Sítios Arqueológicos Espinhara e Sol de Campinas do Acre** – PESC Relatório Final, 2016.

OLIVEIRA, F. de. **Noiva da Revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo: 2013.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos**. São Paulo: Papirus, 1987.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur edições, 2007.

_____. "A Questão Agrária no Brasil: Não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula". IN: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

OSBORNE, T. M. "Carbon Forestry and agrarian change: access and land control in a Mexican rainforest". IN: PELUSO; LUND (orgs). **New Frontiers of Land Control**. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 2013.

PANDOLFO, C. A **Amazônia – seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de industrialização**. Volume 1. Belém: SUDAM, 1969.

_____. **Seminário sobre a realidade amazônica**. Belém: SUDAM, 1973.

_____. **Amazônia brasileira – ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: Editora Cejup, 1994.

PANTOJA, M. C.; COSTA, E. S.; POSTIGO, A. A presença do gado em reservas extrativistas: algumas reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais**. v.6, n.12, 2009.

PANTOJA, M. C.; DE MATTOS. A. P. **Os *plantios* como experiência criativa: um primeiro ensaio. Mediações**, Londrina, v. 17 n.1, p. 153-171, Jan./Jun. 2012.

PAULA, E. A. de; SILVA, S. S. da (orgs.). **Trajetória da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

PEET, R.; ROBBINS, P.; WATTS, M. Global Nature. IN: PEET, R.; ROBBINS, P.; WATTS, M (orgs). **Global Political Ecology**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2011.

PELUSO, N. L. **Rich Forests, Poor People: Resource Control and Resistance in Java**. Berkeley/ Los Angeles: UCLA Press, 1992.

_____. "Enclosure and privatization of neoliberal environments". IN: HEYNEN; MCCARTHY, PRUDHAM, ROBBINS (orgs.). **Neoliberal Environments: False promises and unnatural consequences**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2007.

_____. "Emergent forest and private land regimes in Java". IN: PELUSO; LUND (orgs). **New Frontiers of Land Contro**l. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 2013.

PONTE, K. F. da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri**. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o Seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: IBAMMA/MMA, 2003.

_____. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

PRESSLER, N. Econegócios e Cooperação Internacional: Novos Discursos sobre a Amazônia. IN: IN: BOLLE; CASTRO; VEJMELKA (orgs.). **Amazônia – Região universal e teatro do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

TOCANTINS, L. **Formação Histórica do Acre**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979a.

_____. **Formação Histórica do Acre**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.

TOLENTINO, M. L. D. de L. **O (Des)envolvimento no PRONAF: as contradições e representações hegemônicas e os usos dos camponeses**. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia – FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

RÊGO, J. L. **A Identidade Quebradeira de Coco Babaçu: Políticas da Natureza e o Sentido Global/Local**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia – FFLCH/USP, São Paulo, 2011.

RÊGO, J. F. **O Acre O Voo da Água: desenvolvimento sustentável e economia verde na Amazônia brasileira**. Rio Branco: Bagaço, 2015.

REZENDE, R. S. **Das colocações a vila: processos de urbanização no Alto Rio Tejo, Acre.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). IFCH/UNICAMP, Campinas, 2010.

_____. **Camponeses da bacia do rio Tejo: economia, política e afeto na Amazônia**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). IFCH/UNICAMP, Campinas, 2016.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, G. **Caminhando na Floresta**. Rio Branco: EDUFAC-Xapuri, 2009.

SACHS, I. "Social Sustainability and Whole Development: Exploring the Dimensions of Sustainable Development". IN: BECKER; JAHN (orgs.). Sustainability and the Social Sciences: **A cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation**. Londres: Zed Books, 1999.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTANA, P. V. de. A mercadoria verde: a natureza. IN: DAMIANI; CARLOS; SEABRA (orgs.). **O espaço no fim de século – a nova raridade**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

_____. **Ecoturismo: uma indústria sem chaminé?** São Paulo: Labur Edições, 2008.

SANTOS, **R. História Econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo: T. A. Queiroz Editor LTDA., 1980.

SCHMIK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: E. UFPA, 2012.

SCIMIK, M. Building Institutions for Sustainable Development in Acre, Brazil. IN: REDFORD; PADOCH (orgs.). **Conservation of Neotropical Forests: Working From Traditional Resource Use**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

SCHWARTZMAN, S. Mercados para Produtos Extrativistas da Amazônia Brasileira. IN: **O Destino da Floresta: Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. ARNT, R. (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SEABRA, O. C. de L. A insurreição do uso. IN: MARTINS, J. S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Urbanização e Fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão**. 2003. Tese (livre-docência) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

SILVA, S. S., Tempos da Violência, Espaços da Resistência. IN: **Trajetória da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: Ed. UFAC, 2006.

_____. **Resistência Camponesa e Desenvolvimento Agrário: uma análise a partir da realidade amazônica acreana**. Rio Branco: Ed. UFAC, 2011.

SMITH, N. "The Production of Nature". IN: ROBERTSON (org.). **Future Natural: Narure**, Science, Culture. Nova Iorque: Routledge, 1996.

_____. "Antinomies of Space and Nature in Henri Lefebvre's The Production of Space". IN: SMITH e LIGHT (orgs). **Philosophy and Geography II: The production of public space**. Oxford: Rowman & Littlefield, 1998a.

_____. "Nature at the millenium: production and re-enchantment". IN: BRAUN, CASTREE (orgs). **Remaking Reality: nature at the millennium**. London: Routledge, 1998b.

_____. "**Nature as accumulation strategy"**. **Socialist Register**, V.43, 2007.

_____. **Uneven Development: nature, capital and the production of space**. Athens: The Georgia University Press, 2008.

SMITH, N., O'KEEFE, P. "Geography, Marx and the Concept of Nature". **Antipode**. V.12, n.2, 1980, p.30-32.

SHANIN, T. (org.). **Peasants and Peasant Societies**. Harmondsworth: Penguin Education, 1973.

_____. **La clase incómoda – Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SOBRINHO, P. V. C. Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. IN: PAULA; DA SILVA (orgs.). **Trajetória da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: Edufac, 2006.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SWYNGEDOUW, E. "Dispossessing H2O: The contested terrain of water privatization". IN: HEYNEN; MCCARTHY, PRUDHAM, ROBBINS (orgs.). **Neoliberal Environments: False promises and unnatural consequences**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2007.

_____. "'Not a drop of water…': State, Modernity and the Production of Nature in Spain, 1989-2010". **Environment and History**. V.20, 2014.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum – estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VALVERDE, O. (org.). **A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica – Volume 2: Acre e regiões vizinhas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

VALVERDE, O.; DE FREITAS, T. L. R. **O Problema florestal da Amazônia brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

WATTS, M. "What might resistance to neoliberalism consist of?". IN: HEYNEN; MCCARTHY, PRUDHAM, ROBBINS (orgs.). **Neoliberal Environments: False promises and unnatural consequences**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2007.

WATTS, M.; PEET, R. **Liberation Ecologies: environment, development, social movements**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2000.

WATTS, M.; PELUSO, N. L. **Violent Environments**. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2001.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia expansão e decadência 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

WEST, P. **Conservation is our government now: The politics of ecology in Papua New Guinea**. Durham/Londres: Duke University Press, 2006.

_____. **Dispossession and the Environment: rhetoric and inequality in Papua New Guinea**. Nova Iorque: Columbia University Press: 2016.

WHITEHEAD, M. **Spaces of Sustainability: Geographical perspectives on sustainable society**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2007.

WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOLFF, C. S. **Mulheres da Floresta – uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: HUCITEC, 1999.